HAL
open science

Uma análise do Programa Capes-Cofecub entre a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e o Comité Français d'Evaluation de la Coopération Universitaire et Scientifique avec le Brésil como ferramenta de cooperação internacional

Thais Mere Marques Aveiro

To cite this version:

Thais Mere Marques Aveiro. Uma análise do Programa Capes-Cofecub entre a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e o Comité Français d'Evaluation de la Coopération Universitaire et Scientifique avec le Brésil como ferramenta de cooperação internacional. Political science. Université Sorbonne Paris Cité, 2016. Portuguese. NNT : 2016USPCD079 . tel-02149329

HAL Id: tel-02149329

https://theses.hal.science/tel-02149329

Submitted on 6 Jun 2019

HAL is a multi-disciplinary open access archive for the deposit and dissemination of scientific research documents, whether they are published or not. The documents may come from teaching and research institutions in France or abroad, or from public or private research centers.

L'archive ouverte pluridisciplinaire **HAL**, est destinée au dépôt et à la diffusion de documents scientifiques de niveau recherche, publiés ou non, émanant des établissements d'enseignement et de recherche français ou étrangers, des laboratoires publics ou privés.

COMUE SORBONNE PARIS CITÉ

UNIVERSITÉ PARIS 13

Ecole doctorale ÉRASME (ED 493)

Centre d'études et de recherches sur l'action locale – CERAL

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Centro de estudos avançados multidisciplinares

Programa de pós-graduação em desenvolvimento, sociedade e cooperação internacional

THÈSE

pour l'obtention du Doctorat en science politique

Présentée et soutenue publiquement le 24 mars 2016,

par Thais Mere MARQUES AVEIRO

Une analyse du programme Capes-Cofecub entre la Coordination pour le Perfectionnement du Personnel de l'Enseignement Supérieur et le Comité Français d'Evaluation de la Coopération Universitaire et Scientifique avec le Brésil, un outil de coopération internationale

Directrices de thèse :

Mme Cécile Blatrix et Mme Leila Chalub Martins

Co-directeur de thèse : M. Pierre Jaisson

Membres du jury :

Mme Cécile Blatrix	Professeure à AgroParisTech - CESSP
M. Ricardo Caldas	Professeur à l'Universidade de Brasilia - CEAM
Mme Leila Chalub Martins	Professeure à l'Universidade de Brasilia - CEAM
M. Pierre Jaisson	Professeur à l'Université Paris 13 - LEEC
M. Marco Antonio Rodrigues Dias	Consultant international - UNESCO
Mme Julie Schmied	Professeure à l'Universidade de Brasilia - CEAM
M. Jean-Marc Siroën	Professeur à l'Université Paris 9-Dauphine – EURIsCO et CERI

COMUE SORBONNE PARIS CITÉ

UNIVERSITÉ PARIS 13

Ecole doctorale ÉRASME (ED 493)

Centre d'études et de recherches sur l'action locale – CERAL

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Centro de estudos avançados multidisciplinares

Programa de pós-graduação em desenvolvimento, sociedade e cooperação internacional

N° atribuído pela biblioteca:

TESE

Para obtenção do grau de Doutor en ciência política

Apresentada e defendida publicamente em 24 março de 2016,

por Thais Mere MARQUES AVEIRO

Uma análise do Programa Capes-Cofecub entre a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e o Comité Français d'Evaluation de la Coopération Universitaire et Scientifique avec le Brésil como ferramenta de cooperação internacional

Orientadoras :

Dra. Cécile Blatrix e Dra. Leila Chalub Martins

Coorientador : Dr. Pierre Jaisson

Membros do juri :

Dra. Cécile Blatrix	Professora na AgroParisTech - CESSP
Dr. Ricardo Caldas	Professor na Universidade de Brasilia - CEAM
Dra. Leila Chalub Martins	Professora na Universidade de Brasilia - CEAM
Dr. Pierre Jaisson	Professor na Université Paris 13 - LEEC
Dr. Marco Antonio Rodrigues Dias	Consultor Internacional - UNESCO
Dra. Julie Schmied	Professora na Universidade de Brasilia - CEAM
Dr. Jean-Marc Siroën	Professor na Université Paris 9-Dauphine – EURIsCO et CERI

“ L’université n’entend donner aucune approbation ni improbation aux opinions émises dans cette thèse ; ces opinions doivent être considérées comme propres à leur auteur”.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade de Brasília, em especial ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, que me acolheu e me possibilitou uma visão científica interdisciplinar; e à Université Paris 13 por me propor a realização de uma cotutela.

À Capes, que tornou possível minha dedicação ao doutorado, autorizando minha licença capacitação por três anos por meio do Plano Institucional de Desenvolvimento de Recursos Humanos (PIDHR) e apoiando-me inclusive com bolsa de estudo para a realização de cotutela na Université Paris 13. Ao professor Jorge Almeida Guimarães e à professora Denise Neddermeyer por terem me amparado nesse processo.

Aos meus orientadores, professores Leila Chalub, Cécile Blatrix e Pierre Jaisson, que acreditaram em minhas aspirações, incentivaram minhas descobertas e me deram asas para voar.

Aos professores examinadores por aceitarem debruçar-se sobre esse trabalho para brindar-me com comentários enriquecedores e motivadores. A Luciana e Leci, por todo suporte e compreensão no Ceam.

A todas as pessoas que calorosamente me receberam e me auxiliaram nessa empreitada nos dois lados do oceano – funcionários do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Educação Nacional, do Ensino Superior e da Pesquisa, na França, em especial Oliver Giron, que dispôs de seu tempo para me auxiliar a buscar fontes primárias nos arquivos do ministério, e Maria Saint André, que incansavelmente atendeu a todas as minhas solicitações no escritório do Cofecub. Aos colaboradores e coordenadores de projeto, que concederam depoimentos acerca do programa, e também a todos aqueles que pacientemente responderam ao questionário.

A Nancy, Amanda, Ângela Santana, Edmilson Coelho e Astrogildo Brasil pela valorosa ajuda. A Auxiliadora por todas as orientações e sugestões. A Jussara Prado por todos os ensinamentos durante toda essa caminhada. Às amigas Vanessa Barbosa, Maíra Murrieta, Fernanda Litvin e Luciana Maldotti, que, mesmo estando longe, contribuíram para o sucesso dessa empreitada. A Denise Pimenta pelas incansáveis leituras da tese e revisão de todo o texto.

RESUMO

O foco do presente trabalho é analisar o Programa Capes-Cofecub como ferramenta de cooperação internacional no apoio do processo de internacionalização de universidades e institutos de pesquisa. São contemplados assuntos como o sistema brasileiro de ciência, tecnologia e inovação e a atuação da Capes neste, o estabelecimento do programa no âmbito das tradicionais relações franco-brasileiras, suas características e os resultados da cooperação. O texto faz uma retrospectiva histórica da parceria desde a assinatura, em 1978, do Acordo Básico de Cooperação Interuniversitária entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Francesa até os dias atuais, relatando a evolução do programa ao longo de seus mais de 35 anos de existência. De tutela científica à simetria da cooperação, o programa sempre manteve seu objetivo de apoiar a formação de recursos humanos de alto nível, hoje, buscando a excelência dos projetos aprovados. De uma maneira geral, constatamos que o programa promove a circulação de pesquisadores e estudantes, apoia a pesquisa conjunta, possibilita a formação de redes e evita a endogenia, resultando em maior internacionalização das IES. Além disso, o financiamento promovido reflete, em grande medida, a demanda apresentada. Os projetos contemplados concentram-se nas regiões sudeste e sul do Brasil; há maior submissão de trabalhos pela área de ciências exatas e da terra, principalmente pela USP; os responsáveis por projetos são, majoritariamente, homens e possuem bolsa de produtividade, além de terem como principal canal de comunicação de pesquisa conjunta os periódicos internacionais. Dentro da busca por excelência, o programa vem atendendo seu propósito, contudo, vários são os desafios para que mais IES sejam contempladas, para que haja uma maior presença de mulheres na direção das pesquisas e para que as instituições estejam mais presentes no acompanhamento e apoio dessas parcerias, proporcionando maior impacto e multiplicação de resultados dentro das instituições. As instituições não podem prescindir de um amplo levantamento dos resultados do programa. Dentro do modelo de cooperação tanto da Capes quanto do Cofecub, é preciso que sejam realizadas avaliações periódicas para maior eficácia na sua condução. Ademais, sua orientação repercute no direcionamento dos programas de cooperação da Capes e também nas demais parcerias do Cofecub. Assim, a análise do comportamento e dos resultados do Capes-Cofecub pode auxiliar as agências no processo de tomada de decisão e na condução do financiamento, tendo em vista os objetivos do programa e as políticas científicas do país.

Palavras-chave: Formação de recursos humanos. Circulação de pesquisadores. Pesquisa conjunta. Internacionalização. Cooperação internacional. Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação.

ABSTRACT

The focus of the present research is to analysis the Capes-Cofecub program as international cooperation tool to support the process of internationalization of universities and research institutes. Subjects such as the Brazilian system of science, technology and innovation, the performance of Capes in this system, the establishment of the program within the traditional Franco-Brazilian relations, its characteristics and results of the cooperation are subjects contemplated in the investigation. The text presents a historical review of the partnership since the signing of the Basic Agreement on Inter-University Cooperation between the Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of the French Republic, in 1978, that created the program to the present days, describing the evolution of the program throughout its more than 35 years of existence. From scientific tutelage to symmetry of cooperation, the program always maintained its objective of supporting the development of high-level human resources, nowadays, striving for excellence of approved projects. In general, we found that the program promotes the circulation of researchers and students, supports joint research, enables the establishment of networks and avoid inbreeding, resulting in greater internationalization of HEI. In addition, the funding promoted reflects largely the submissions. The contemplated projects are concentrated in the southeast and south of Brazil, there is greater submission by the area of exact sciences and earth, especially done by the University of São Paulo, and the project leaders, are mostly men with productivity grants, moreover, the main channel used to communicate the results of the research is international journals. Within the pursuit of excellence, the program has been achieving its purpose, however, the program face several challenges to contemplate more institutions, to have a greater presence of women directing the research and to have the universities supporting these partnerships so that a bigger impact would occur and the results would be multiplied in the institutions. A large review of the program results should be done to support institutions decisions. As a model of cooperation, both for Capes and for Cofecub, periodic analyses of the program will result its greater efficiency and better conduction of the program. In addition, its orientation affects the direction of the other cooperation programs at Capes and at Cofecub. Thus, the analysis of the comportment and results of the Capes-Cofecub can assist agencies in the decision-making process and in the conduct of funding, considering the objectives of the program and the scientific policies of the country.

Keywords: Human resources training. Circulation of researchers. Joint research. Internationalization. International cooperation. National System of Science, Technology and Innovation.

RÉSUMÉ

L'objet de cette recherche est l'analyse du programme CAPES-COFECUB en tant qu'outil de coopération internationale au service du processus d'internationalisation des universités et instituts de recherche. Nous aborderons des sujets tels que le système brésilien de science, technologie et d'innovation et la performance de la CAPES à l'intérieur de ce système. Nous aborderons également la mise en place du programme CAPES-COFECUB dans le cadre des relations traditionnelles franco-brésiliennes, ses caractéristiques et résultats. Nous retracerons l'historique du partenariat depuis 1978, date de la signature de l'Accord Cadre de Coopération Interuniversitaire entre les gouvernements brésilien et français jusqu'à nos jours. Ainsi, nous nous intéresserons à l'évolution de cette initiative tout au long de ses plus de 35 années d'existence. De la tutelle scientifique à la symétrie de la coopération, le programme a toujours maintenu son objectif de soutien au développement des ressources humaines de haut niveau, visant aujourd'hui l'excellence des projets financés. En général, nous constatons que le programme favorise la recherche commune, rend possible la circulation des chercheurs et étudiants, soutient activement la formation de réseaux évitant l'endogénie et entraîne une plus grande internationalisation des institutions. En outre, les projets financés reflètent, dans une large mesure, les demandes de financement. Les projets soutenus se concentrent majoritairement dans le sud-est et le sud du Brésil, les domaines où nous trouvons le plus de soumission de projets sont ceux des sciences exactes et des sciences de la Terre, principalement portés par l'Université de Sao Paulo. En général, les responsables de projets sont des chercheurs hommes ayant des bourses de productivité et ayant comme principal canal de communication de la recherche conjointe, la publication dans les revues internationales. Dans la poursuite de l'excellence, le programme rempli ses objectifs. Cependant, ce partenariat présente un certain nombre de défis : l'accueil d'un plus grand nombre d'établissements d'enseignement supérieur, une présence plus grande de femmes dans la direction de recherches mais aussi plus de présence des institutions au niveau de l'accompagnement et du soutien aux partenariats, entraînant ainsi plus d'impact et une multiplication de résultats pour ses mêmes institutions. Ainsi, les agences gouvernementales ne peuvent s'abstenir d'une grande enquête sur les résultats du programme CAPES-COFECUB. Dans les modèles de coopération, aussi bien de la CAPES que du COFECUB, il est nécessaire une mise au point périodique de leur partenariat pour une plus grande efficacité de sa conduite. Par ailleurs, son orientation affecte également la direction d'autres programmes de coopération des partenaires en question. Ainsi, l'analyse du comportement et des résultats du programme CAPES-COFECUB peut aider les agences gouvernementales dans le processus de prise de décision, de financement et de conduite de projets, tout en prenant en compte les objectifs et les politiques scientifiques des pays concernés.

Mots-clés: Formation des ressources humaines. Circulation des chercheurs. Recherche conjointe. Internationalisation. Coopération internationale. Système national de science, technologie et innovation.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Evolução da dotação e execução orçamentária da Capes em bilhões de reais (2001-2014) 127
Gráfico 2: Número de programas por país 141
Gráfico 3: Número de projetos por ano 200
Gráfico 4: Unidades da Federação contempladas 202
Gráfico 5: Distribuição regional dos projetos 203
Gráfico 6: IES contempladas no Brasil 206
Gráfico 7: IES contemplada na França 210
Gráfico 8: Formação doutoral ou pós-doutoral do pesquisador brasileiro na França 214
Gráfico 9: Nível da bolsa de produtividade do pesquisador brasileiro 218
Gráfico 10: Número de projetos por área 220
Gráfico 11: Produção científica ano a ano 224
Gráfico 12: Comparativo entre o percentual de projetos financiados e o percentual de publicações conjuntas 225
Gráfico 13: Comparativo entre o percentual de financiamento por área e a sua respectiva produção científica 227
Gráfico 14: Demais atividades conjuntas 232
Gráfico 15: Motivos para a candidatura 235
Gráfico 16: Relevância do projeto nos diferentes níveis 238
Gráfico 17: Distribuição das missões de estudo 257
Gráfico 18: Fatores relacionados à falta de simetria 258
Gráfico 19: Influência do Capes-Cofecub no estabelecimento de parcerias internacionais com outros países 263

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Caminho - pesquisa no currículo Lattes 51

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Bolsas concedidas pela Capes no âmbito do Programa Ciência sem Fronteiras ... 130
Tabela 2: Distribuição dos projetos conjuntos de pesquisa e das bolsas por país em 2014... 141
Tabela 3: Número de projetos tipo I financiados entre 1997 e 2000 ... 201
Tabela 4: Estimativa de candidaturas por região ... 205
Tabela 5: Estimativa de candidaturas por IES ... 206
Tabela 6: Natureza administrativa da IES... 209
Tabela 7: Gênero do pesquisador brasileiro... 211
Tabela 8: Gênero do pesquisador francês ... 211
Tabela 9: Formação doutoral ou pós-doutoral na França ... 213
Tabela 10: Bolsa de produtividade do pesquisador brasileiro ... 218
Tabela 11: Demanda x financiamento por área do conhecimento ... 221
Tabela 12: Participação na área do conhecimento por gênero... 221
Tabela 13: Produção científica por área do conhecimento ... 226
Tabela 14: Produção científica por canal de comunicação ... 227
Tabela 15: Relação entre produção científica conjunta e gênero... 228
Tabela 16: Relação entre produção científica conjunta e bolsa de produtividade ... 228
Tabela 17: Percentual entre produção científica conjunta e bolsa de produtividade ... 229
Tabela 18: Relação entre produção científica conjunta e IES brasileiras ... 229
Tabela 19: Relação entre produção científica conjunta e IES Francesas... 230
Tabela 20: Relação entre a produção científica conjunta e a formação doutoral ou pós-doutoral do pesquisador brasileiro na França ... 231
Tabela 21: Demais produções científicas por grande área do conhecimento ... 234
Tabela 22: Relevância do financiamento ... 238
Tabela 23: Ganhos institucionais ... 239
Tabela 24: Permanência dos contatos e das parcerias... 246
Tabela 25: Simetria na cooperação ... 256
Tabela 26: Colaboração com outros pesquisadores franceses ... 261
Tabela 27: Parcerias com outros países ... 262

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Fluxograma de seleção 190
Figura 2: Estruturas internacionais de parceria 244

LISTA DE SIGLAS

Abruem – Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais

ABC – Academia Brasileira de Ciências

ABL – Academia Brasileira de Letras

ACU – Association of Commonwealth Universities

Aeres – Agence d'évaluation de la recherche et de l'enseignement supérieur

AI – Assessoria Internacional

Andifes – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior

AUF – Agence Universitaire de la Francophonie

AUGM – Associação de Universidades do Grupo de Montevidéu

Aulp – Associação das Universidades de Língua Portuguesa

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BnF – Bibliothèque nationale de France

Capes – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CAFP – Centros Associados para o Fortalecimento da Pós-graduação

CAPG – Centros Associados de Pós-graduação

CES – Centro de Estudos Sociais

CFE – Conselho Federal de Educação

CGBE – Coordenação-Geral de Bolsas no Exterior

CGBP – Coordenação-Geral de Bolsas e Projetos

CGCI – Coordenação-Geral de Programas de Cooperação Internacional

CGEE – Centro de Gestão e Estudos Estratégicos

CGMR – Coordenação-Geral de Acompanhamento e Monitoramento de Resultados

CGPR – Coordenação-Geral de Programas

Cidir – Red Interuniversitaria de Conocimiento Orientada al Comercio, el Desarrollo y la Integración Regional

Cirad – Centre de coopération internationale en recherche agronomique pour le développement

Cnes – Centre National d'Études Spatiales

Cnous – Centre National des Euvres Universitaires et Scolaires

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CNRS – Centre National de la Recherche Scientifique

Cofecub – Comité Français d'Evaluation de la Coopération Scientifique et Universitaire avec le Brésil

ComUE – Communauté d'Universités et établissements

Confap – Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa

Conif - Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Crub – Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras

CSF – Ciência sem Fronteiras

C&T – Ciência e Tecnologia

C&T&I – Ciência, Tecnologia e Inovação

CUM – Community of Mediterranean University

Cwru – Case Western Reserve University

Daad – Deutscher Akademischer Austauschdienst / German Academic Exchange Service

DAI – Divisão de Atos Internacionais

DEA – Diplôme d'Etudes Approfondies

DEB – Diretoria de Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica

DED – Diretoria de Educação a Distância

DFATD – Department of Foreign Affairs, Trade and Development

DGPU – Dirección General de Política Universitaria

DRI – Diretoria de Relações Internacionais

Ecos – Evaluation-orientation de la Coopération Scientifique

Ecos-Nord – Comité d'évaluation et d'orientation de la coopération scientifique avec le Mexique, la Colombie et le Venezuela

Ecos-Sud – Comité d'évaluation et d'orientation de la coopération scientifique avec le Chili, l'Uruguay et l'Argentine

ECTS – European Credit Transfer and Accumulation System

Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

ETA – English Teaching Assistant

Facepe – Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia de Pernambuco

FAP – Fundação de Amparo à Pesquisa

Fapemig – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais

Fapergs – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul

Faperj – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

Fapesp – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

Fapespa – Fundação Amazônia Paraense de Amparo à Pesquisa

Faubai – Associação Brasileira de Educação Internacional

FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia

FEB – Força Expedicionária Brasileira

FGV – Fundação Getúlio Vargas

Finep – Financiadora de Estudos e Projetos

Fipse – Fund for the Improvement of Postsecondary Education

FLTA – Foreign Language Teaching Assistant

FNDCT – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Foprop – Fórum de Pró-reitores de Pesquisa e Pós-graduação das Instituições de Ensino Superior Brasileiras

Funcap – Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico

GTA – German Teaching Assistant

ICSU – International Council for Science

IES – Instituto de Educação Superior

IF – Instituto Federal

IGC – Instituto Gulbenkian de Ciência

IIE – Instituto of International Education

INCTs – Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia

INL – Laboratório Ibérico Internacional de Nanotecnologia

Inra – Institut National de la Recherche Agronomique

IOE – Institute of Education

IRD – Institut de recherche pour le développement

JSPS – Japan Society for the Promotion of Science

Leru – League of European Research Universities

MDACC – MD AndersonCancer Center

MAE – Ministère des Affaires Étrangères

Mapa – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MES – Ministerio de Educación Superior de la República de Cuba

MRE – Ministério das Relações Exteriores

Menesr – Ministère de l'Education nationale, de l'Enseignement supérieur et de la Recherche

MENRT – Ministère de l'Education nationale, de la Recherche et de la technologie

Mitacs – Mathematics of Information Technology and Complex Systems

MTur – Ministério do Turismo

Myncit – Ministerio de Ciencia, Tecnología e Innovación Productiva

NIH – National Institutes of Health

NSF – National Science Foundation

NoPa – Novas Parcerias

Nuffic – Netherlands organisation for international cooperation in higher education / Nederlandse organisatie voor internationalisering in het hoger onderwijs

OCDE – Organisation for Economic Co-operation and Development

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PACTI – Plano de Ação em Ciência, Tecnologia & Inovação

PCTI – Parques Científicos e Tecnológicos

PDPP – Programa de Desenvolvimento Profissional para Professores

PEC-PG – Programa de Estudantes-Convênio de Pós-graduação

PGCI – Programa Geral de Cooperação Internacional

PIFC – Programa de Incentivo à Formação Científica de Estudantes de Cabo Verde, Moçambique e Angola

PLI – Programa de Licenciaturas Internacionais

PND – Plano de Desenvolvimento Nacional

PBDCT – Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

PDPI – Programa de Desenvolvimento Profissional para Professores de Língua Inglesa nos EUA

PNPG – Plano Nacional de Pós-graduação

PQLP – Programa de Qualificação de Docente e Ensino de Língua Portuguesa no Timor-Leste

Pres – Pôles de recherche et d'enseignement supérieur

Probitec – Programa Binacional de Terapia Celular

P&D – Pesquisa e Desenvolvimento

PVE – Professor Visitante do Exterior

PVE/CSF – Pesquisador Visitante Especial no âmbito do Programa Ciência sem Fronteiras

SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

SNCTI – Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação

SNDCT – Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

SNPG – Sistema Nacional de Pós-graduação

SRE – Secretaria de Relaciones Exteriores (México)

SIU – NorwegianCentre for International Cooperation in Education

SPU – Secretaría de Políticas Universitarias (Argentina)

Stic-Amsud – Ciência e Tecnologia da Informação e da Comunicação França-América do Sul

Stint – Swedish Foundation for International Cooperation in Research and Higher Education / Stiftelsen för internationalisering av högre utbildning och forskning

Tamu – Texas A&M University

UF – Unidade da Federação

UAB – Universidade Aberta do Brasil

Udelar – Universidad de La República

UnB – Universidade de Brasília

Unesco – United Nations Organization for Education, Science and Culture

Unesp – Universidade Estadual Paulista

Unica – Network of Universities from the Capitals of Europe

Unicamp – Universidade Estadual de Campinas

Unila – Universidade Federal da Integração Latino-Americana

Unilab – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Unimed – Mediterranean Universities Union

Usaid – United States Agency for International Development

USP – Universidade de São Paulo

UT – University of Texas

Utep – University of Texas at El Paso

VSNA – Volontaire du Service National Actif

WSF – World Science Forum

WBI - Wallonie-Bruxelles International

WWU – Westfäliche Wilhelms-Universität Münster

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 25
CAPÍTULO 1 – OBJETIVOS E PROCEDIMENTOS DA PESQUISA: A UTILIZAÇÃO DE DIFERENTES INSTRUMENTOS PARA ARTICULAÇÃO ENTRE OS MÉTODOS QUANTITATIVOS E QUALITATIVOS 32
1.1 Objetivos 35
1.1.1 Objetivo geral 36
1.1.2 Objetivos específicos 36
1.2 Definição do problema da tese 37
1.3 Hipóteses 39
1.4 Procedimentos metodológicos 40
1.4.1 Universo e etapas da pesquisa 43
1.4.1.1 A coleta de dados 46
1.4.1.2 A análise do currículo Lattes 49
1.4.1.3 O questionário 54
1.4.1.4 As entrevistas 57
1.5 A cotutela 62
CAPÍTULO 2 – REVISÃO DA LITERATURA 65
2.1 Internacionalização: perspectiva histórica, conceito e estratégias 65
2.1.1 Perspectiva histórica 66
2.1.2 Conceito e estratégias 73
2.2 A cooperação internacional 79
2.2.1 Cooperação internacional no âmbito educacional, científico e tecnológico 82
2.3 A colaboração científica 87
2.4 Sistema brasileiro de apoio à C&T&I: internacionalização, cooperação e colaboração científica – avanços e desafios 94
CAPÍTULO 3 – O PAPEL ESTRATÉGICO DA CAPES NA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL 110
3.1 Capes – da criação da agência aos dias atuais 111
3.1.1 Contexto histórico: o estabelecimento da Capes 112
3.1.2 A Nova Capes 126

3.2 A cooperação internacional da Capes 128
3.2.1 A Diretoria de Relações Internacionais 131
3.2.2 Os programas de cooperação internacional 134
CAPÍTULO 4 – O PROGRAMA CAPES-COFECUB: DO ESTABELECIMENTO AOS DIAS ATUAIS 145
4.1 A criação do Capes-Cofecub 146
4.1.1. Antecedentes históricos da relação Brasil-França 146
4.1.2 O estabelecimento do acordo 150
4.2 O Comité Français d'Evaluation de la Coopération Universitaire avec le Brésil (Cofecub) 154
4.3 A fase inicial 157
4.4 A década de 90 165
4.4.1 Ajuste Complementar ao Acordo Franco-Brasileiro de Cooperação Científica e Técnica no âmbito da cooperação interuniversitária 165
4.4.2 A Rede Santos Dumont 168
4.4.3 Novos avanços 170
4.5 A fase atual 180
4.5.1 A operacionalização da seleção dos projetos pela Capes 187
4.5.1.1 Disposições gerais do edital brasileiro 187
4.5.1.2 O processo seletivo 188
4.5.1.2.1 Etapas na Capes 188
4.5.1.3 Calendário 190
4.5.1.4 Financiamento 191
4.5.1.5 Prazos, acompanhamento, renovação dos projetos e prestação de contas 192
4.5.2 A operacionalização do programa pelo Cofecub 192
4.5.3 Mudanças recentes 194
CAPÍTULO 5 – O PERFIL DO PROGRAMA CAPES-COFECUB E SEUS RESULTADOS 198
5.1 Das características do financiamento 198
5.1.1 Projetos por ano 199
5.1.2 Distribuição federal e regional 202
5.1.3 Instituições contempladas 206

5.2 Perfil do pesquisador 210
5.2.1 Gênero 210
5.2.2 Formação científica do pesquisador brasileiro 212
5.2.3 Bolsa de produtividade 217
5.3 Comportamento das áreas 219
5.3.1 Produção científica conjunta 222
5.3.1.1 Produção científica anual 223
5.3.1.2 Produção científica por área do conhecimento e canal de comunicação 225
5.3.1.3 Produção científica por gênero, bolsa de produtividade, IES e formação na França 228
5.4 Demais atividades conjuntas 231
5.5 Percepções acerca do programa 234
5.5.1 Relevância do projeto nos diferentes níveis institucionais e de pesquisa 237
5.5.2 Desafios na condução do projeto 252
5.6 Demais desdobramentos 261
5.7 Êxitos, obstáculos e estratégias 263
CONCLUSÕES 269
LIMITAÇÕES DA PESQUISA E SUGESTÕES PARA FUTUROS TRABALHOS 279
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 283
ANEXO A – Acordo Básico de Cooperação Interuniversitária entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa 307
ANEXO B – Ajuste Complementar, no âmbito da cooperação interuniversitária, ao Acordo de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Francesa e o Governo da República Federativa do Brasil, assinado em 16 de janeiro de 1967 312
ANEXO C – Convênio de Constituição da Rede Universitária Franco-Brasileira de Cooperação Doutoral e Pós-Doutoral Santos-Dumont 319
ANEXO D – Lista de projetos financiados no âmbito do Capes-Cofecub 324
ANEXO E – Tabela de áreas do conhecimento 368
ANEXO F – Questionário 369
ANEXO G – Entrevista com colaboradores 378
ANEXO H – Entrevista com coordenadores 380
ANEXO I – Ficha de informações dos coordenadores de projeto entrevistados 382

ANEXO J – Lista de entrevistas 384
ANEXO K – Tabelas e Gráficos Complementares..... 387

INTRODUÇÃO

A inserção internacional e a competitividade de um país no mercado externo dependem de aspectos políticos, econômicos, culturais, educacionais e linguísticos, os quais estão diretamente ligados ao desenvolvimento e ao financiamento da ciência, tecnologia e pesquisa. Para favorecer e facilitar esse desenvolvimento, o investimento na pós-graduação, em sua internacionalização e na cooperação internacional se faz necessário. O processo de internacionalização dos institutos de educação superior e pesquisa, sobretudo à luz da globalização, é ferramenta imprescindível ao incremento da pesquisa e da inovação, bem como contribui para a redução dos gargalos tecnológicos do país.

Na educação superior e, em particular, na pós-graduação, a internacionalização é fundamental para que o padrão de qualidade das universidades alcance patamares elevados. Nesse processo, a inserção internacional surge como resposta às necessidades apresentadas em um mundo globalizado e é ainda um dos grandes desafios brasileiros. No país, essa preocupação começa a se delinear na década de 50, com a criação da Capes e do CNPq, mas somente na década de 70, com a maior estruturação dos programas de pós-graduação e sua consolidação, podemos observar maior expansão da mobilidade internacional.

O investimento em pesquisa e tecnologia é fundamental para a produção de conhecimento e a competitividade externa. A internacionalização das universidades brasileiras deve ser prioridade das políticas públicas do governo para que nossas instituições atinjam grau de excelência e sejam polos de atração de talentos e de formação de recursos humanos qualificados e competitivos no mercado internacional. O governo federal, por meio das agências de fomento, tem buscado traçar políticas públicas para o favorecimento da internacionalização da cooperação e a aproximação das Instituições de Ensino Superior brasileiras aos grandes centros acadêmicos e de pesquisa. Essa interação visa a obter benefícios científicos para o país. A parceria entre a Capes e universidades é decisiva e estratégica para que se desenvolva tecnologia de ponta e se obtenha a inovação.

A agenda brasileira mudou nas últimas décadas, sobretudo quanto à necessidade de internacionalização das nossas universidades e à formação qualificada de recursos humanos visando ao desenvolvimento científico, tecnológico e à competitividade do país no mercado externo. A Capes – ente estratégico para o fomento da pós-graduação brasileira – tem, entre seus objetivos, a complementação da formação de recursos humanos no exterior, o estímulo à inserção de pesquisadores e de grupos de pesquisas brasileiros no cenário científico internacional e a contribuição para a internacionalização das universidades brasileiras.

Mesmo com capacitação interna em quantidade e qualidade suficientes para a formação de recursos humanos de alto nível, o Brasil não pode prescindir do intercâmbio internacional. Uma das finalidades principais desse processo é evitar a endogenia, sobretudo à luz das necessidades do mercado de trabalho na economia global. Segundo Velho, mesmo em países com excelência educacional como os Estados Unidos, pesquisadores são enviados ao exterior, tanto para o doutorado quanto no modelo de pesquisador visitante ou pós-doutorado.

> O argumento central é que o melhor investimento que um país pode fazer em desenvolvimento científico é a formação de recursos humanos de primeira linha. [...] o conhecimento de fronteira extrapola o conteúdo mesmo da ciência e inclui outras formas de conhecimento, tais como modos de trabalhar e de gestão da pesquisa, acesso a outros grupos em linhas complementares, acesso à literatura e capacidade de identificar o que é relevante etc. Esse tipo de conhecimento só se ''incorpora' nos indivíduos que tiveram oportunidade de se formar em programas de qualidade e de observar grupos, além de ter vivência com eles, que trabalham na fronteira da ciência, aqueles que definem as regras do jogo científico. (VELHO, 2001, p. 616-617).

A internacionalização possibilita que universidades – pesquisadores, estudantes e funcionários – estejam preparados para atuar em um contexto intercultural e internacional. A formação de recursos humanos qualificados é fundamental para o desenvolvimento nacional. O crescimento econômico acelerado somente será sustentável com a capacitação de pessoal de alto nível. Para tanto, é preciso superar as barreiras e gargalos que dificultam esse processo.

Isso requer a superação de alguns obstáculos que se fazem presentes nas Instituições de Ensino Superior do Brasil, como a ausência de estruturas administrativas adequadas e compatíveis com a presença de docentes e discentes estrangeiros, cursos em língua estrangeira, recursos humanos preparados, laboratórios e bibliotecas. Ademais, o recebimento e o envio de docentes e discentes é essencial nesse processo. Em vista da importância desse fenômeno, as agências de fomento à pós-graduação têm papel de destaque.

Essa iniciativa promove a melhoria do ensino e da pesquisa nas universidades, incentiva a integração educacional, cultural e científica com países parceiros, gera desenvolvimento econômico e social no país e alça ao contexto mundial as universidades brasileiras com expressiva produção científica em periódicos internacionais. O intercâmbio de pessoas, experiências, informações e pesquisa contribui para avanços científicos e tecnológicos, possibilitando maior inserção do país no ambiente internacional. Dessa maneira, o Brasil prepara novos quadros, investe em inovação e ganha projeção internacional.

Na sociedade global, é vital, para a universidade, a interação com outras universidades, interna e externamente. A formação profissional deve voltar-se à inserção do

indivíduo no mercado global. A cooperação educacional possibilita o fluxo de informações e conhecimento e propicia o ambiente necessário à expansão do desenvolvimento científico e tecnológico e a complementaridade da pesquisa. Ela pode ser vista como um fenômeno marcante no mundo contemporâneo, um instrumento à disposição dos Estados para suprir necessidades das populações ou até mesmo para fomentar, garantir e perpetuar o desenvolvimento. Nesse contexto, em que simultaneamente têm lugar os processos de regionalização e globalização, buscam-se novas parcerias e maiores possibilidades, que melhor atendam às demandas dos cidadãos.

Ao atuar como catalisadora do processo de internacionalização da pós-graduação, a cooperação internacional contribui para o desenvolvimento do país. Isso se dá porque a intensificação de contatos com o exterior facilita o intercâmbio de conhecimentos, expõe os quadros nacionais a novos desafios e oportunidades e contribui para a redução de desníveis entre o saber no exterior e no país. Dessa maneira, isso colabora para o aumento da competitividade nacional, seja pela melhor capacitação de quadros, seja pela validação de conhecimentos em situações distintas daquelas em que foram criados. Nesse contexto, cabe ao Estado fomentar a internacionalização, principalmente por meio de programas de cooperação internacional. No caso brasileiro, essa iniciativa tem-se dado em grande medida por meio da Capes e, apesar dos desafios, a experiência da agência tem ajudado a explorar as oportunidades nas diversas frentes do nosso relacionamento externo.

Entre os programas de cooperação internacional financiados pela agência, merece destaque o Capes-Cofecub, objeto de estudo da presente pesquisa. A tese se propõe a analisar o processo de cooperação internacional no âmbito dessa iniciativa, a fim de compreender melhor o funcionamento e os efeitos dessa política de colaboração científica entre o Brasil e a França. Para tanto, buscar-se-á, neste trabalho, uma verificação do perfil do programa e de seus resultados entre os anos de 1978 e 2012, com o intuito de contribuir para o debate acerca do caminho a ser seguido por universidades e demais atores públicos para avançar no processo de internacionalização, apoiando e orientando a tomada de decisões e os investimentos nessa área.

A pesquisa está estruturada de forma a contemplar a história de criação da CAPES, os princípios basilares do sistema educacional e de ciência e tecnologia e a internacionalização da pós-graduação, com ênfase no programa Capes-Cofecub. O trabalho discorre também sobre a metodologia de investigação, os objetivos, bem como o problema e as hipóteses do estudo. Apresenta, de forma sucinta, a literatura pertinente ao tema, com ênfase nos marcos

teóricos que pautam o estudo da cooperação científica internacional, formação de redes, internacionalização da pós-graduação e colaboração científica.

A tese busca identificar os fatores internos e externos ao processo de cooperação no âmbito do programa Capes-Cofecub, por meio da análise da sua evolução quantitativa e de seus aspectos qualitativos, visando a entender melhor o fenômeno para subsidiar as medidas de incremento à colaboração científica e o monitoramento da cooperação na busca da internacionalização.

Para alcançar os resultados pretendidos, foram utilizados como fonte principal os currículos Lattes dos pesquisadores, bem como entrevistas semiestruturadas com os coordenadores de projetos que fazem parte do programa desde o seu estabelecimento até o ano de 2012. Entrevistaram-se também colaboradores envolvidos no processo ao longo desses mais de 35 anos de existência do programa, em todos os níveis, tanto no Brasil quanto na França. Além disso, foi aplicado um questionário aos coordenadores e ex-coordenadores de projetos, além de ter sido feita uma investigação de fontes primárias disponíveis tanto na Capes como no Cofecub – tais como relatórios, manuais, agendas, atas de reuniões e banco de dados.

Assim, a pesquisa orienta-se por meio de dois enfoques principais: apresentação do Capes-Cofecub e de sua evolução; e análise do programa propriamente dito, com foco nos resultados. Em linhas gerais, será feito um histórico da atuação da Capes na pós-graduação brasileira, ressaltando seu papel e efetivo impacto para a internacionalização da pós-graduação e para o desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação, por meio do estudo de caso do programa Capes-Cofecub. O tema da tese será apresentado em um texto subdividido em introdução, um total de cinco capítulos, conclusão, limitações da pesquisa e referências. São comentados, a seguir, de maneira sucinta, alguns dos assuntos a serem tratados em cada um dos capítulos.

O capítulo 1 elencará os objetivos da investigação e delimitará seu escopo, assinalando quais vertentes dos temas serão estudadas e quais não serão consideradas. São descritos os objetivos gerais e específicos da investigação e é feita a definição do problema e das hipóteses. Para isso, são utilizadas diferentes ferramentas na articulação dos métodos quantitativos e qualitativos. O trabalho descritivo-analítico utilizou-se de três instrumentos para investigação dos dados: currículo Lattes, questionário e entrevista. Foram apreciados os dados disponíveis no Lattes dos coordenadores de projetos financiados entre 1978 e 2012, visando a apreender seu comportamento e suas características ao longo do tempo. Assim, sempre que possível, utilizaram-se os dados de toda a população. O levantamento dos dados

qualitativos, principalmente acerca de percepções, dificuldades e desdobramentos, foi feito por meio de um questionário, suplementado pelas entrevistas. A integração dos métodos quantitativos e qualitativos possibilitou a complementaridade dos dados e a melhor apreciação dessa iniciativa.

O segundo capítulo versa sobre os aspectos teóricos da pesquisa. Inicialmente, apresentamos uma discussão acerca do processo de internacionalização do ensino e da pesquisa em uma perspectiva histórica, examinando seus conceitos e as estratégias para seu estabelecimento. Com esse debate, trazemos as questões da cooperação internacional no âmbito educacional, científico e tecnológico e da colaboração científica. Por fim, discorremos sucintamente acerca do sistema brasileiro de apoio ao desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação e sobre os seus desafios e avanços para a utilização das ferramentas de cooperação internacional visando à internacionalização das instituições e à circulação científica. A inserção internacional das universidades brasileiras gera conhecimento de alto nível, inovação tecnológica e solução de problemas nacionais, bem como contribui para superar gargalos ao crescimento econômico do país. Segundo Balbachevsky, uma

> política proativa de internacionalização é uma política capaz de sustentar conexões ativas entre os pesquisadores brasileiros e as redes internacionais de pesquisa e apoiar os fluxos de troca de competência e conhecimento entre grupos de pesquisa brasileiros e internacionais. (2010, p. 193).

No terceiro capítulo discorremos brevemente acerca da história da Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, criada pelo Decreto nº 29.741, de 11 de julho de 1951, para fomentar a formação de cientistas, desenvolver a ciência e tecnologia, formar pessoal qualificado para suprir as deficiências do país e contribuir para o progresso da nação. Como parte dessa preocupação inicial, vislumbrava-se a necessidade de organização dos cursos de pós-graduação e de concessão de bolsas no país, além da formação de brasileiros no exterior e atração de professores estrangeiros. A preocupação com a formação no exterior sempre foi uma constante na instituição. Um ano após seu estabelecimento, foram concedidas três bolsas de estudo pela Capes, sendo duas delas para aperfeiçoamento no exterior. Em 1953, foram concedidas 54 bolsas no exterior de um total de 79. Desde então, o número de financiamentos tem crescido significativamente. Nos últimos dez anos, mais de cem mil estudantes tiveram auxílio da instituição para estudar no exterior, montante consideravelmente expandido, a partir de 2011, com o estabelecimento do programa Ciência sem Fronteiras.

A Capes, uma agência governamental de fomento à internacionalização da pós-graduação, atua como articuladora, orientadora e avaliadora do processo de cooperação internacional. Para isso, são financiados projetos conjuntos de pesquisa e parcerias universitárias. Os programas de cooperação internacional da agência buscam potencializar a colaboração entre as universidades. O Capes-Cofecub, idealizado na década de 70, foi o primeiro programa estabelecido pela Coordenação para o fomento de projetos conjuntos de pesquisa e, segundo Colombier – ex-conselheiro de Cooperação e Ação Cultural da Embaixada da França no Brasil –, "é a base, o solo para outros projetos de cooperação, e que permite renovar o cenário de pesquisa em ambos os países [...] É a matriz, que faz com que apareça uma nova geração de pesquisadores". (COLOMBIER, 2009 apud THERY, 2009, p. 107).

Assim, o quarto capítulo apresentará o Capes-Cofecub, desde o seu estabelecimento até os dias atuais. No decorrer desses mais de 35 anos de existência, o programa passou por mudanças e ajustes. Inicialmente concebido para atender a região Nordeste, já na década de 80 teve seu escopo ampliado para atender as Instituições de Ensino Superior de todo o país, dando uma dimensão nacional ao programa. Dessa forma, podem ser mencionadas três fases distintas de seu desenvolvimento: etapa inicial; etapa de consolidação e etapa de cooperação bilateral. (SOARES, 2002).

Muito embora o programa tenha passado por diferentes momentos, os objetivos vêm sendo os mesmos desde o seu estabelecimento e o foco principal é a formação de recursos humanos de alto nível. Vale mencionar, porém, que uma alteração significativa em seus objetivos ocorreu com a modificação das modalidades contempladas pelo programa. Num primeiro momento, além de bolsas para doutorado e pós-doutorado, também eram contemplados os cursos de mestrado, aperfeiçoamento ou especialização. Hoje, o programa privilegia o apoio a doutorados sanduíches e pós-doutorados, o que reflete a condução do programa em consonância com a evolução e consolidação da pós-graduação brasileira.

Essa iniciativa permite aos grupos de pesquisa o crescimento científico rápido, dificilmente alcançado sem esse auxílio. O investimento e planejamento no desenvolvimento do intercâmbio científico possibilitou ao Capes-Cofecub consolidar-se como o mais sólido programa de financiamento de projetos conjuntos de pesquisa da Capes. Segundo Martinière,

> o acordo Capes-Cofecub ia além de um 'exemplo de bom modelo de funcionamento' de um programa bilateral de cooperação interuniversitária. Pensavam (os organizadores) estender esta fórmula a outros países com os quais existisse um volume importante de trocas científicas, portanto um potencial a desenvolver. (1999, p. 27).

Assim, no quinto capítulo, discorre-se sobre essa iniciativa por meio da apresentação de um panorama geral dos projetos contemplados ao longo da existência do programa, das características do financiamento, do perfil do pesquisador e das IES participantes, do comportamento das áreas, das demais atividades conjuntas, das percepções acerca do programa e dos demais desdobramentos, êxitos, obstáculos e estratégias. O estudo descritivo do Capes-Cofecub, da produção bibliográfica nos diferentes canais de comunicação (número de publicações em periódicos nacionais e internacionais, anais de congressos nacionais e internacionais, livros e capítulos de livros) e dos desafios encontrados pode ser excelente ferramenta para subsidiar o processo de tomada de decisão da agência. Aliás, a realização desse tipo de estudo, efetuada de forma sistêmica pela Capes, seria de grande relevância para auxiliar no êxito da cooperação internacional, principalmente na avaliação de seu real impacto para a internacionalização da pós-graduação.

O país hoje tem grande produção científica. No *ranking* realizado pelo ISI (Institute for Scientific Information), o Brasil é o 13º país em produção científica. Esse indicador pode trazer projeção internacional à ciência brasileira. Como resultado, no Brasil tem crescido a produção científica com inserção internacional, tem-se buscado a modernização curricular e a formação de estudantes com dupla diplomação e observam-se resultados significativos em desenvolvimento de pesquisa, tecnologia de ponta e inovação.

A expansão das atividades da cooperação internacional das agências de fomento, em grande medida, decorre da própria inserção internacional de nossos pesquisadores e cursos de pós-graduação, ensejando crescimento do diálogo cultural e intelectual, bem como aproximação dos povos. Esses fatores são essenciais para a inserção do país no mundo globalizado e para a competitividade dos nossos profissionais no mercado de trabalho e trazem, igualmente, desafios de natureza política, administrativa e educacional, os quais deverão ser estudados para que possam ser superados. A tese propõe-se a contribuir para esse desfecho, seja por meio da identificação dos desafios, seja por meio da proposição de soluções, elencadas na conclusão. A análise do programa Capes-Cofecub serve de referência para uma maior reflexão sobre a internacionalização das universidades brasileiras.

A conclusão busca confirmar ou refutar as hipóteses apresentadas, sugerindo medidas e mecanismos para o atendimento às demandas da comunidade acadêmica, o real desenvolvimento da ciência e o crescimento da competitividade do Brasil. O estudo dos resultados dos programas da Capes é bastante relevante, haja vista que a intensificação do fomento às atividades de cooperação internacional não veio acompanhada de uma avaliação dos resultados obtidos.

CAPÍTULO 1 – OBJETIVOS E PROCEDIMENTOS DA PESQUISA: A UTILIZAÇÃO DE DIFERENTES INSTRUMENTOS PARA ARTICULAÇÃO ENTRE OS MÉTODOS QUANTITATIVOS E QUALITATIVOS

O interesse em abordar a temática da cooperação internacional por meio da análise do programa Capes-Cofecub decorre, por um lado, da escassez de produção bibliográfica acerca do assunto e, por outro, da inexistência de uma avaliação sistemática dos resultados do programa. Para o aprimoramento dessa parceria e de outras iniciativas similares, é necessário registrar não apenas sua evolução histórica, mas principalmente os resultados dos projetos e as dificuldades enfrentadas em sua condução, tanto pelas agências financiadoras como pelos coordenadores das equipes implicadas na colaboração nos mais de 35 anos dessa parceria, o que pode servir como paradigma para apreciação de outros programas de cooperação internacional, tanto do governo brasileiro quanto francês, e também das demais agências de fomento e Instituições de Ensino Superior e pesquisa.

É importante mencionar que há registro de dois levantamentos realizados no âmbito do programa. Uma primeira tentativa foi feita por Loyola, em 1999, a partir de um questionário enviado aos coordenadores e ex-coordenadores de projetos, focalizando as características da parceria, os resultados e a condução da colaboração, cujo relato faz parte do artigo *A Cooperação Capes-Cofecub vista pelos coordenadores de projetos* (não publicado). O segundo levantamento foi feito em 2004 pelo Ministério da Educação Nacional francês, com 68 projetos vigentes à época (entre Capes-Cofecub e USP-Cofecub), voltados para apreender as percepções dos responsáveis pela condução da pesquisa. O levantamento conduzido pela Capes foi realizado apenas com coordenadores brasileiros; já o questionário do Ministério da Educação Nacional foi encaminhado para responsáveis por projetos franceses.

Ainda sobre avaliações realizadas pelos órgãos parceiros no programa, é relevante pontuar que o Ministério das Relações Exteriores francês conduziu, em 2006, pesquisa acerca dos programas Ecos-Nord e Ecos-Sud. Entre abril e agosto daquele ano, foi analisada a documentação disponível relacionada aos programas e foram conduzidas entrevistas na França e também nos países parceiros. Na época, foram analisados os 14 anos de existência dos programas, de 1992 a 2005. Muito embora o Capes-Cofecub tenha sido referencial para o estabelecimento dos demais programas com a América Latina e, quando da elaboração da pesquisa, estivesse próximo a completar seus 30 anos de existência, a Diretoria Geral da Cooperação Internacional e do Desenvolvimento do MAE optou pela realização da

investigação dessas parcerias, preterindo a avaliação do programa que lhes serviu de paradigma.

Dada a ausência de uma análise global do programa pelos órgãos financiadores, buscamos averiguar possíveis estudos realizados sobre a iniciativa. Primeiramente, foi feita uma triagem na plataforma do Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, em que não foram encontradas pesquisas sobre o programa Capes-Cofecub. Em seguida, realizamos uma busca no Portal de Periódicos e também no Google Scholar.

Na busca realizada na ferramenta do Google Scholar, foram encontrados dez resultados; excluindo uma duplicação, um relatório e um agradecimento, restaram sete artigos. Além do Google Scholar, realizamos pesquisa na base de dados do Doaj (Directory of Open Access Journals) no Portal de Periódicos da Capes. Na base do Doaj, realizamos uma pesquisa avançada incluindo o termo Capes-Cofecub no título do artigo, o que resultou em apenas duas publicações. Quando os filtros são retirados das pesquisas, há uma ocorrência bem mais expressiva de resultados para Capes-Cofecub, porém, além das duplicações decorrentes de uma busca livre, a maior parte dos documentos listados faz referência ao financiamento recebido no âmbito do programa.

Além dessas buscas, foram feitos levantamentos em ferramentas de pesquisa da internet, consultas em bibliotecas físicas e virtuais no Brasil e na França e até mesmo solicitações junto aos participantes do programa acerca de possíveis comunicações científicas.[1] Conforme listado a seguir, foram levantados 12 artigos,[2] incluída recente publicação realizada pela autora:

- NUNES, B. F. O sistema de C T no Brasil e a cooperação internacional: notas sobre a experiência Capes/Cofecub. *R.B.P.G*, Brasília, v. 3, n. 6, p. 234-253, 2006.
- DINIZ, A. C. G. C.; Vianna, J. N. S. Uma experiência bem-sucedida de cooperação interinstitucional dentro do Programa CAPES-COFECUB. ANAIS DO XXII CONGRESSO BRASILEIRO DE ENSINO DE ENGENHARIA, de 14 a 17 de setembro de 2004, Brasília.

---

[1] Tivemos acesso a outras produções e trabalhos, contudo, são documentos produzidos para as celebrações dos aniversários do programa, não tendo sido publicados.

[2] Os artigos de Nunes (2006), Kishimoto e Chamlian (1998), Lima (2011), Nicolato (1999), Schmidt e Martins (2006), Théry (2009) e Pinho (2010) aparecem como resultado da pesquisa no Google Scholar. Já na base de dados Doaj, aparecem somente os artigos de Kishimoto e Chamlian e Théry.

- KISHIMOTO, T. M.; CHAMLIAN, H. C. Recursos materiais educativos nos sistemas formais de educação no Brasil e na França: projeto de cooperação CAPES-COFECUB. *Rev. Fac. Educ.*, São Paulo, v. 24, n. 2, p.99-102, July/Dec. 1998.
- LIMA, R. K. Choques e fusões simétricas e criativas: a internacionalização da Antropologia no quadro de um acordo Capes-Cofecub (PPGA/UFF/Sociologia/Nanterre). *Antropolítica*: Revista Contemporânea de Antropologia, Niterói, n. 30, p. 199-207, 1. sem. 2011.
- MARTIN, J. C. Vingt ans de coopération universitaire franco-brésilienne éléments de bilan concernant l'accord CAPES-COFECUB. In: BLANQUER, J. M.; TRINDADE, H. *Les défis de l'éducation en Amérique Latine*. Paris: IHEAL, OpenEditionbooks, 2000.
- NICOLATO, M. A. A evolução da concepção e da linha de ação do Programa CAPES/COFECUB. *Infocapes*, Brasília, v. 7, n. 4, 1999. p. 4-36.
- LOYOLA, M. A. O papel do acordo CAPES-COFECUB na formulação da política de cooperação internacional e de formação pós-graduada no exterior 1992- 1994. In: MARTINS, C. B. (Org.). *Diálogos entre o Brasil e a França*: formação e cooperação acadêmica. Recife: FJN, Massangana, 2006. 2 v.
- SCHMIDT, B.; MARTINS, C. B. O acordo CAPES/COFECUB no contexto da pós-graduação brasileira. In: MARTINS, C. B. (Org.). *Diálogos entre o Brasil e a França*: formação e cooperação acadêmica. Recife: FJN, Massangana, 2006. 2 v.
- QUEYRAS, J. L'utilisation des TIC dans l'évaluation d'une politique territoriale de coopération scientifique entre la France et le Brésil: le cas des accords CAPES-COFECUB. 3e. Rencontres TIC & Territoire: quels développements? *ISDM*, Lille, n. 16, article n. 164, maio 2004. Disponível em: <http://www.isdn.org>. Acesso em: 13 mar.2015.
- THÉRY, H. Uma geografia da cooperação universitária França-Brasil, análise dos acordos acadêmicos Capes-Cofecub. *Revista da Anpege*, Presidente Prudente, n. 5, p. 107-121, 2009. Disponível em: <http://anpege.org.br/revista/ojs-2.2.2/index.php/anpege08/article/view/34/>. Acesso em: 03 fev. 2013. Une géographie de la coopération universitaire France-Brésil, analyse des accords Capes-Cofecub. *EchoGéo*, Paris, n. 15, v. 2011, p. 1-16, décembre 2010/février 2011. Publicado em português e em francês.

- PINHO, C. S. K.; HAEFFNER, C.; AMARAL, L. R. M; AVELLAR, S. O. C. Avaliação do processo de seleção dos projetos aprovados no programa Capes/Cofecub (2004-2009). *RBPG*, Brasília, v. 7, n. 12, p. 120-133, jul. 2010.
- AVEIRO, T. M. M. A colaboração entre pesquisadores brasileiros e franceses no programa Capes/Cofecub (2004-2009). *Datagramazero*, Rio de Janeiro, v. 16, p. 1, 2015c.

Os artigos de Diniz e Vianna (2004), Nunes (2006) e Lima (2011) relatam a experiência vivida no programa; Martin (2000) apresenta a importância desse tipo de iniciativa; Kishimoto e Chamlian (1998) fazem apenas uma apresentação do projeto; os artigos de Nicolato (1999), Loyola (2006) e Schmidt e Martins (2006) abordam a evolução da parceria de determinado momento da cooperação; já Théry (2009) e Queyras (2004) fazem uma análise do comportamento da área e da distribuição territorial do programa. Mais recentemente, Pinho et al (2010) realizaram uma avaliação de cinco anos do processo de seleção do Capes-Cofecub, apontando possíveis correções. Avançando nas investigações do programa, Aveiro (2015) avaliou, em seu artigo, a produção científica conjunta dos coordenadores de projeto, tendo como base também o período de 2004 a 2009. Essa recente publicação na Revista *DatagramaZero* demonstra a relevância e escassez de pesquisas sobre o assunto e, além disso, a redação do artigo nos possibilitou testar uma das ferramentas de análise utilizadas nesta tese e as dificuldades na sua utilização.

O exposto anteriormente demonstra que há uma lacuna a ser preenchida no que se refere às avaliações dos resultados dos programas de cooperação internacional implementados no Brasil. A análise do Capes-Cofecub poderá servir de paradigma para pesquisas sobre outros programas. Além de ser o maior e mais antigo programa de cooperação internacional da Capes, foi pioneiro no país na busca por fortalecimento da pós-graduação brasileira.

Feitas essas considerações iniciais, buscaremos, neste capítulo, apresentar os objetivos geral e específicos da pesquisa, a definição do problema da tese e suas hipóteses. Serão discutidos também os procedimentos metodológicos para a coleta e análise dos dados.

1.1 Objetivos

O objetivo desta tese de doutorado é identificar o comportamento e os resultados advindos das ações implementadas no âmbito do programa Capes-Cofecub, objeto do nosso

estudo de caso, e sua real capacidade de promover a cooperação internacional e internacionalização[3] das Instituições de Ensino Superior.

1.1.1 Objetivo geral

Realizar um estudo de caso do programa Capes-Cofecub, enfocando a atuação da Capes no fomento à cooperação internacional e na internacionalização da pós-graduação brasileira.

1.1.2 Objetivos específicos

a) Identificar mecanismos de cooperação internacional que auxiliem o processo de internacionalização da pós-graduação;
b) apresentar as iniciativas da Capes concernentes à internacionalização das universidades e pós-graduação no Brasil;
c) descrever a história, a organização e a evolução da Capes como agência de fomento da pós-graduação;
d) analisar a evolução do programa Capes-Cofecub e sua influência para o estabelecimento de demais programas de cooperação tanto no Brasil quanto na França, estabelecidos pela Capes e pelo Cofecub;
e) estudar o perfil dos pesquisadores, das instituições contempladas com o financiamento e dos meios de comunicação preferencialmente utilizados pelas diferentes áreas do conhecimento na divulgação da pesquisa conjunta;
f) observar os resultados que o programa exerce sobre os Institutos de Educação Superior, que podem ser positivos, como no caso da criação de redes com instituições estrangeiras, ou negativos, como nas situações em que os bolsistas não retornam ao país.

A tese contribuirá para o debate acerca do caminho a ser seguido por universidades e pelo Estado para possibilitar a internacionalização e a orientação de investimento nessa área, isto é, para que sejam formados recursos humanos de alto nível e se desenvolva a ciência, tecnologia e inovação no país.

---

[3] Os conceitos de cooperação internacional e internacionalização serão explicitados e discutidos no próximo capítulo, quando da apresentação dos marcos teóricos.

As análises quantitativas e qualitativas permitiram avaliar como se deu essa cooperação e seus resultados. Ademais, o estudo cientométrico comparou a colaboração entre pesquisadores brasileiros e franceses no âmbito do programa com objetivo de analisar se essa parceria resultou em publicações científicas e quais foram os canais de comunicação utilizados para apresentação dos resultados da pesquisa.

A internacionalização da pós-graduação é objeto de diversas iniciativas de agências do governo brasileiro, bem como das próprias universidades, que buscam, por meio de distintas ações, alcançar essa meta. O fato de nenhuma universidade brasileira figurar no *ranking* das 200 melhores universidades do mundo evidencia, em grande medida, as dificuldades enfrentadas pelo país para internacionalização de suas instituições e especialmente de sua pós-graduação. A Capes tem atuado, por meio de seus programas de cooperação internacional e bolsas de estudos no exterior, para fomentar a formação de recursos humanos de alto nível e propiciar a formação de redes com parceiros de excelência, visando à internacionalização da pós-graduação brasileira.

1.2 Definição do problema da tese

Existem alguns estudos sobre internacionalização das universidades brasileira e autores nacionais de grande relevância nesse cenário, tais como Lea Velho, Jacques Velloso, Manolita Lima, Marília Morosini, Simon Schwartzman e Rogério Meneghini, além de autores estrangeiros como Jane Knight, Hans de Wit, Philip Altbach, Jocelyne Gacel-Avila e Ulrich Teichler. Entretanto, nenhum deles tem como foco principal de pesquisa o papel da cooperação na internacionalização da pós-graduação.

Apesar de levantarem questões importantes, tais estudos não chegam a tratar de um programa específico do governo federal com o intuito de analisar o impacto da cooperação internacional nesse processo de internacionalização. Essa lacuna na realização de estudos de caso impossibilita a obtenção de subsídios para o estabelecimento de ações e políticas de âmbito institucional e governamental relacionada a avanços no financiamento de projetos conjuntos de pesquisa em âmbito internacional, realização de ajustes necessários e projeções futuras. Ademais, a falta de avaliação dificulta a correção de possíveis falhas e uma melhor condução das políticas.

Assim, a pergunta central desta tese de doutorado é: **em que medida houve colaboração entre os coordenadores de projetos financiados pelo Programa Capes-Cofecub?** Buscou-se, com a pesquisa, responder a essa questão e, aditivamente, fornecer

subsídios para a tomada de decisões acerca desse financiamento. Analisou-se, portanto, a capacidade da Capes em atuar como agente indutor da internacionalização da pós-graduação brasileira, sobretudo em resposta às demandas do século XXI, utilizando o programa Capes-Cofecub como objeto do estudo de caso.

Quiçá a pesquisa possa servir de paradigma para auxiliar na implementação e gestão de outros programas de cooperação internacional da agência, dos demais órgãos públicos de fomento e das instituições de ensino superior e pesquisa. O estudo pode apoiar também os parceiros a melhor conduzir suas iniciativas.

A literatura aponta não só para os benefícios da cooperação internacional, mas também para sua necessidade no desenvolvimento científico e tecnológico e na internacionalização. Contudo, não fica claro como esse fenômeno ocorre, as razões que levam à colaboração e como esse processo se desenvolve.

Logo, entre as questões que são objeto de análise deste trabalho, salientam-se as seguintes: como tem se dado a cooperação internacional no mundo? No Brasil, como se realiza esse processo? Como esse processo tem evoluído? Quais suas condicionantes? Como se dá a cooperação internacional? Como essa cooperação impacta a internacionalização da pós-graduação? Como a Capes atua para promover a pós-graduação, inclusive sua internacionalização? Com que condicionantes a Capes deve atuar para cumprir seu papel, sobretudo para fazer face aos desafios contemporâneos? Qual a evolução da cooperação no âmbito do programa Capes-Cofecub? Quais são os fatores internos e externos ao processo de produção conjunta e como eles se relacionam? Como o programa impacta a formação de redes e a colaboração entre pesquisadores?

A partir das perguntas formuladas, pretendemos obter elementos que possibilitem respostas para esses questionamentos, por meio da:

- descrição da evolução do Programa Capes-Cofecub ao longo de seus mais de 35 anos, por meio de análise qualitativa e quantitativa desde sua criação, em 1978, até o ano de 2012, visando a entender melhor o fenômeno para contribuir com a implementação de medidas de incremento à internacionalização e à cooperação e para monitorar a colaboração científica;
- identificação dos fatores presentes nos processos de cooperação e internacionalização inseridos nas políticas públicas e universidades brasileiras.

Ademais, ao responder às perguntas expostas anteriormente, pode-se ter melhor compreensão das peculiaridades da cooperação, contribuindo para subsidiar medidas de

incentivo ao aumento da colaboração científica internacional e, consequentemente, da internacionalização da pós-graduação e da pesquisa científica brasileira.

1.3 Hipóteses

A Cooperação Educacional Internacional nasceu da necessidade de internacionalização das universidades brasileiras e, em especial, dos grupos de pesquisa, visando a desenvolver a ciência, tecnologia e inovação, a dar mais agilidade à pesquisa e a promover sua ampla difusão.

O papel da Capes nessa iniciativa traz em si o reconhecimento de que há questões próprias a cada Estado-Nação que podem ser mais bem equacionadas quando trabalhadas conjuntamente. Além disso, a globalização pode fomentar a integração e a cooperação, evidenciando a relevância da interdependência entre os Estados-Nação na ordem internacional atual.

Esta tese terá a seguinte hipótese geral: o Capes-Cofecub, como programa de cooperação internacional, tem levado à internacionalização das IES. Nesse sentido, a Capes, como agência de fomento e avaliação da pós-graduação, provê, por meio da cooperação educacional, mecanismos eficazes para promover a internacionalização da pós-graduação. A pesquisa também versa sobre as seguintes hipóteses específicas:

a) a cooperação internacional contribui para a internacionalização da pós-graduação;
b) o Estado pode desenvolver papel importante na internacionalização da pós-graduação;
c) a internacionalização da pós-graduação contribui para o crescimento da produção científica;
d) o aumento da produção científica contribui para o desenvolvimento do país, inclusive para a sua competitividade internacional;
e) o programa de cooperação internacional Capes-Cofecub tem promovido a formação de redes entre as Instituições de Ensino Superior brasileiras e instituições estrangeiras, principalmente francesas;
f) as políticas desenvolvidas pela Capes atingem todas as regiões e impactam de maneira positiva a maioria das universidades brasileiras.

Posto isso, é importante delimitar a tese e definir o que não se pretende abordar no estudo. O presente estudo não pretende ser:

- um estudo exaustivo sobre cooperação internacional a cargo da Capes, mas um estudo de caso que envolve o financiamento estatal de projetos conjuntos de pesquisa, por meio do Programa Capes-Cofecub;
- um estudo sobre a colaboração internacional em geral;
- um estudo sobre a internacionalização da pós-graduação brasileira, mas apenas sobre o impacto de um programa de fomento à cooperação ao longo de sua existência;
- um estudo sobre bibliometria e cientometria, mas sim um estudo que utiliza as ferramentas bibliométricas e cientométricas como instrumento para a realização de análises quantitativas acerca da produção conjunta, na busca por uma avaliação objetiva da colaboração;
- um estudo que esgote a análise do programa Capes-Cofecub, e sim que trabalhe com os dados disponíveis para melhor compreensão da maneira como interagiram os atores nesse processo e os resultados alcançados.

1.4 Procedimentos metodológicos

Empregaremos o método indutivo de análise, partindo das observações realizadas no estudo de caso do Programa Capes-Cofecub, visando a constatar proposições gerais da cooperação internacional educacional (RICHARDSON, 1999). Este trabalho caracteriza-se, metodologicamente, como uma pesquisa descritivo-analítica, que busca realizar uma análise confirmatória de um fenômeno.

Muito embora o estudo utilize, em parte, a metodologia da pesquisa de levantamento (*survey*), com a finalidade, nesse caso específico, de descrever, explicar e explorar uma situação, o estudo é somente em parte amostral, uma vez que, sempre que possível, foram apreciados os dados de todos os projetos financiados no período de 1978 a 2012, com avaliação dessa população em ocasiões diferentes, o que permitiu a análise de dados ao longo do tempo. As unidades de análise foram, portanto, os projetos conjuntos de pesquisa e a produção científica conjunta. Acerca dos dados não disponíveis nem no Lattes, nem nas informações dos projetos, tais como antecedentes, percepções acerca da cooperação realizada, dificuldades, desdobramentos e sugestões, utilizou-se a análise amostral, uma vez que as respostas foram coletadas por meio de questionário e entrevistas.

Assim, buscou-se utilizar para a avaliação uma integração dos métodos qualitativos e quantitativos, visando à melhor apreciação do programa. Acredita-se que, conforme disposto por Worthen et al.:

> os métodos podem ser integrados aproveitando-se os pontos fortes complementares desses dois métodos de coleta de dados [...] a maioria dos avaliadores contemporâneos vê claramente os métodos quantitativos e qualitativos como abordagens compatíveis e complementares de avaliação de programas educacionais, sociais ou empresariais. (2004, p. 118-119).

Para análise quantitativa, construímos uma base de dados a partir das informações disponíveis na Capes e foi também realizado um estudo cientométrico para medir a colaboração na produção do conhecimento científico no âmbito do Programa Capes-Cofecub. Ademais, aplicou-se um questionário a todos os coordenadores de projetos para realização de análises estatísticas. Na avaliação qualitativa, foram efetuadas entrevistas buscando entender melhor o fenômeno por meio de uma análise descritiva, considerando as particularidades e experiências individuais dos interlocutores.

Segundo Flick (2014), os resultados dessa integração de metodologias são ampliados se o interesse em combinar as pesquisas quantitativa e qualitativa tiver foco no aprofundamento do assunto, validando descobertas e reconhecendo seus limites. Se, por um lado, a pesquisa quantitativa procura verificar como o programa se comportou, os resultados em termos de produção científica conjunta e os canais preferenciais de publicação, por outro, a análise qualitativa abre uma nova perspectiva para compreensão dos efeitos dessa cooperação na qualidade da pesquisa, permitindo uma visão mais esclarecedora da influência do programa nas atividades do pesquisador, na circulação internacional e em nível institucional.

A partir dos marcos teóricos, a pesquisa teve como lastro fontes documentais e bibliográficas, bem como dados disponíveis na Capes e no Cofecub. O exame das fontes primárias se deu de forma analítica, tendo como referência a leitura de livros e artigos de cunho teórico, descritivo ou histórico.

A realização da pesquisa ocorreu em grande medida na capital federal e, em uma segunda etapa, em Paris, na sede do Cofecub e no Ministério da Educação Nacional, do Ensino Superior e da Pesquisa. Inicialmente, foi levantada a bibliografia ligada à internacionalização das universidades, à cooperação internacional, às redes de colaboração e ao sistema brasileiro de apoio à C&T&I. Em seguida, foi realizada a coleta de dados em duas etapas. Primeiro, procedeu-se ao levantamento de dados primários nos arquivos das instituições, sua catalogação, leitura e fichamento. Num segundo momento, foram aplicados

os instrumentos de pesquisa – questionário e análise cientométrica, além das entrevistas semiestruturadas.

As teorias e metodologias relacionadas à Cooperação Educacional e à Internacionalização tiveram importante papel na produção da tese e no desenvolvimento do tema. Com relação ao referencial teórico, é vasta e rica a bibliografia relacionada à cooperação internacional e internacionalização da pós-graduação, de cujas teorias almejou-se extrair o principal modelo teórico para a pesquisa, que analisa os resultados que a cooperação educacional internacional tem na internacionalização das universidades brasileiras, em especial na pós-graduação, analisando a formação de redes de colaboração e sua influência no desenvolvimento científico.

O foco da pesquisa na análise dos resultados de um programa de cooperação internacional, ao realizar o estudo de um caso específico, intentou interpretar da melhor forma um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto real, o que foi revelador para a compreensão da forma como o país tem buscado sua internacionalização. A opção pelo estudo de caso teve como objetivo a realização de uma investigação aprofundada acerca de uma temática de maneira singular, qual seja, o programa Capes-Cofecub. Segundo Yin,

> um estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro do seu contexto real de vida, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos. (1994, p. 32).

Assim, com propósito de obter evidências para o trabalho, recorreu-se a três fontes distintas de verificação: documentos, registros em arquivos e entrevistas. E, conforme disposto por Robert Yin (1994) acerca de estudos de caso, foram respeitados, conjuntamente, três princípios de pesquisa: a) utilização de várias fontes de evidências; b) criação de banco de dados para o estudo do caso; e c) manutenção do encadeamento das evidências.

Ao levantar o material para a pesquisa, procurou-se, de forma sistematizada, proceder à análise dos dados para formar, mediante o estudo crítico de fontes diversas, uma opinião própria sobre o assunto, identificando, inclusive, discrepâncias entre discursos e ações. Para Coffey e Atkinson, esse processo de análise não termina com a organização e categorização dos dados; ele envolve perspectivas, elaborações e conceitos interpretativos. Os autores advogam que "não é necessário que se mergulhe em complexidades de uma grande teoria. No entanto, é necessário ter, usar e explorar ideias." (COFFEY; ATKINSON, 1996, p. 162, tradução nossa).

A análise do perfil do Programa Capes-Cofecub e seus efeitos na internacionalização da pós-graduação brasileira levou em consideração o atual sistema de fomento desenvolvido

pela Capes, os programas, os objetivos, as universidades contempladas e os resultados alcançados. Analisaram-se, ademais, a interação entre as universidades, seus respectivos processos de internacionalização e suas contribuições para a formação de recursos humanos qualificados e para o desenvolvimento da ciência e tecnologia. Igualmente, foi possível constatar as resultantes desse processo no desenvolvimento do país, na sua inserção global e na interação entre os atores e instituições envolvidos, bem como o papel da Capes como instituição governamental e sua influência sobre políticas públicas, inclusive sua ascendência na transformação social do país.

Assim, buscou-se realizar a confrontação entre os objetivos apresentados pelo programa, as universidades contempladas e o real impacto que ele alcança na pós-graduação, estabelecendo as devidas relações entre os dados obtidos e as hipóteses formuladas.

1.4.1 Universo e etapas da pesquisa

A decisão acerca dos sujeitos a serem estudados tomou rumo um pouco distinto do previsto inicialmente e mesmo após a qualificação em 2013. O universo de estudo são os 767 projetos que receberam financiamento no período de 1978-2012. Cada projeto é composto por uma equipe com coordenador, outros membros e bolsistas (de doutorado e pós-doutorado). Contudo, como a agência não dispõe das informações acerca da equipe completa de cada projeto – apenas do nome do coordenador – optou-se por trabalhar apenas com esse dado.

Inicialmente, pensou-se em trabalhar também com os bolsistas participantes, mas essa hipótese mostrou-se inviável. Junto ao setor de informática da agência, foi possível obter cerca de 1.600 nomes ligados ao programa, porém, esse montante é muito inferior às estimativas do número de bolsistas que já foram beneficiados.[4] Além disso, não é possível identificar a qual projeto pertence cada bolsista, o que prejudicaria as análises. Informações acerca dos contatos eletrônicos também eram bastante escassas, algo como 25% do total. Como mencionado, a inclusão dos demais membros da equipe no estudo mostrou-se, desde o primeiro momento, inviável, haja vista a inexistência desse dado.

As dificuldades relacionadas ao tempo e à escassez de informações inviabilizaram a utilização desses dois grupos na pesquisa, sendo, portanto, mantidos como sujeitos da pesquisa apenas os coordenadores de projeto. Quaisquer tentativas de buscas dessas

[4] Segundo Jaisson (2014b), o programa já apoiou cerca de 3 mil doutores.

informações, além de esbarrarem na incompletude dos dados, demandariam um período maior que o disponível para a conclusão de um doutorado.

Além disso, a tentativa de expansão do escopo das investigações para análise de todos os projetos e todas as equipes inviabilizaria quaisquer conclusões em tempo hábil para a finalização da pesquisa no prazo do curso. Como argumenta Monteiro,

> isso tornaria a análise dos dados excessivamente refinada, fora do escopo (tempo e outros recursos disponíveis) de uma tese de doutorado sem financiamento externo. Infelizmente, em toda pesquisa raramente se obtém 'a melhor alternativa possível' quanto aos dados levantados, pois isso depende dos recursos disponíveis, que são sempre finitos. (2012, p. 83).

Em nosso caso, as dificuldades mostraram-se ainda maiores, haja vista a ausência de dados. Assim, a ideia inicial foi modificada por se mostrar inviável pelas razões elencadas.

Mesmo considerando o tempo despendido para a estruturação das informações iniciais dos coordenadores, optou-se por não extrair apenas uma amostra, haja vista que o esforço de trabalhar com toda a população dos coordenadores poderia enriquecer a pesquisa e apresentar um panorama mais apurado do programa na análise de seus 34 anos de existência.

É importante observar, contudo, que, apesar de existirem 767 projetos, foram necessárias algumas exclusões para padronização das informações e criação do banco de dados. Foram descartados nove projetos financiados entre os anos 1979 e 1988 por não disporem dos nomes dos coordenadores e não ter sido possível sua descoberta, dada a esparsa documentação da época, sendo que três deles não dispunham do nome de nenhum dos coordenadores, três não dispunham apenas do nome do coordenador brasileiro e três não dispunham do nome do coordenador francês.[5] Foi descartado também um projeto que, apesar de aprovado, nunca foi implementado. Ademais, 25 coordenadores brasileiros não dispunham de currículo Lattes, sendo, portanto retirados do cômputo. Desse modo, restou um total de 732 elementos de análise.

No que se refere à instituição de origem do responsável pelo projeto, foi considerada a instituição de vínculo atual do pesquisador. Há casos em que pode ter havido a mudança de instituição pelo coordenador, antes, durante ou após o vínculo com o programa. Como não era viável a inclusão de todas as instituições com as quais o professor possa ter tido vínculo, optou-se pela inclusão da instituição de vínculo mais recente do pesquisador, uma vez que,

[5] Foi feito contato com os três coordenadores de projetos brasileiros em que não constava o nome do coordenador francês, contudo, não se obteve sucesso. Apenas um dos coordenadores respondeu, informando não se recordar do nome do parceiro.

como a parceria tem caráter eminentemente pessoal, o coordenador leva a parceria consigo quando muda de instituição.[6]

A população estudada é formada por pesquisadores apoiados pela Capes e pelo Cofecub com financiamento para desenvolver um projeto, no entanto, essa não é uma característica que estabeleça a uniformidade do grupo. Atualmente, um dos requisitos para postular uma pesquisa no âmbito do programa é ter o título de doutor há mais de cinco anos, regra que não esteve presente desde o início. Em um primeiro momento, a iniciativa foi estabelecida justamente para formar quadros docentes para Instituições de Ensino Superior e pesquisa brasileiras, ainda com essa formação deficiente. Ressalte-se que é a não uniformidade dos elementos que leva ao estudo, caso contrário, bastaria estudar um dos sujeitos para caracterizar todo o grupo (RICHARDSON, 1999).

No que diz respeito às áreas financiadas, o programa é aberto a todas as áreas do conhecimento. Não há também quaisquer discriminações relativas à idade ou gênero do pesquisador. No capítulo acerca da evolução do programa iremos discorrer sobre seu desenvolvimento.

Assim, buscou-se empreender um amplo estudo do Capes-Cofecub, com a análise de todos os currículos Lattes dos pesquisadores, a aplicação de questionários e a realização de entrevistas com coordenadores de projetos e demais atores envolvidos no processo[7]. O período delimitado – 34 anos – conduziu a uma melhor apreciação do programa ao longo do tempo e suas distintas fases e evoluções. Optou-se por realizar a pesquisa até 2012,[8] pois isso possibilitou um lapso temporal suficiente para que os projetos iniciados nesse ano pudessem apresentar resultados. Ademais, como o financiamento dos projetos dá-se por até quatro anos, a expectativa era de que, até a coleta dos dados, já houvesse algum desdobramento da parceria.

Determinados o universo e os sujeitos da pesquisa, as análises foram realizadas em três etapas distintas: análise cientométrica, aplicação de questionários e realização de entrevistas. Para cada etapa, foi selecionado e, depois, aplicado um instrumento ou método de

---

[6] Quando aqui falamos que o coordenador leva a parceria com ele caso mude de instituição, isso significa que os contatos estabelecidos e as pesquisas realizadas conjuntamente prosseguirão com aquele pesquisador. Isso não significa, contudo, que ele levará consigo o financiamento de um possível projeto em andamento. Nessas situações excepcionais, as análises são feitas caso a caso para um melhor desenvolvimento do projeto.

[7] A ideia inicial para a tese era a realização apenas de uma análise cientométrica dos dados, no entanto, dada a limitação dessa análise, e por sugestão da banca de qualificação e dos orientadores na Paris XIII, optou-se também por incluir a aplicação dos questionários e a realização de entrevista. Isso refinou a pesquisa e possibilitou uma análise mais aprofundada.

[8] O recorte temporal dado, 2012, diz respeito aos sujeitos de análise. No caso das produções científicas conjuntas, foram incluídas as informadas até outubro de 2015.

coleta de dados e, então, foram preparadas as observações e medições para análise. (SAMPIERI, 2006).

1.4.1.1 A coleta de dados

A coleta de dados primários da pesquisa para análise da evolução do programa foi realizada no Brasil e na França. No Brasil, o levantamento da bibliografia primária foi efetuado em diferentes setores da Capes. A condição da autora como analista em ciência e tecnologia da agência, tendo exercido as funções de assessora da Diretoria de Relações Internacionais e de coordenadora geral de cooperação internacional da mesma diretoria possibilitou acesso privilegiado à documentação. A maior parte dos documentos disponíveis, contudo, encontrava-se na Divisão de Tratamento da Informação da Coordenação de Gestão de Documentos (DTRAT/CGD). Parte da documentação foi também recuperada nos arquivos da Diretoria de Relações Internacionais e na antiga Diretoria de Programas da Capes.[9] Além dos arquivos físicos, foram coletados documentos nos arquivos eletrônicos da Coordenação Geral de Cooperação Internacional.

Parte do levantamento de dados primários foi realizada na França, tanto no Ministério da Educação Nacional quanto no escritório do Cofecub.[10] Embora em ambos os países fosse constatada a escassez de informações e do arquivo de documentos, a possibilidade de complementação da documentação existente entre instituições parceiras enriqueceu a pesquisa.

O levantamento dos projetos objetos do estudo foi realizado na Capes,[11] onde não há uma base de dados alimentada com as referências e informações do programa e do financiamento, mas apenas uma planilha com alguns dados da parceria.[12] A partir desse

---

[9] Essa coleta foi realizada com o apoio dos servidores Astrogildo Brasil, Ângela Santana, Jussara Prado e Nancy Silva.

[10] No lado francês, o levantamento de dados contou com o apoio de Oliver Giron, no Menesr, e de Maria Saint-André, no escritório do Cofecub.

[11] Buscaram-se também no Cofecub informações sobre o programa, contudo, a quantidade de informações disponíveis era ainda menor. No caso do Cofecub, devido às mudanças de presidente, houve também a mudança da universidade que acolhia a sede do programa pelo lado francês. Isso prejudicou, em muito, a manutenção de arquivos. De qualquer forma, há falta de documentação em ambos os lados acerca de documentos mais antigos, principalmente da década de 80 e do início da década de 90.

[12] Como não há um sistema informatizado de inclusão de dados e acompanhamento dos projetos, o trabalho é feito manualmente pelos técnicos responsáveis pelo programa em planilhas de Excel. Nesse sentido, além de não haver um padrão para consolidação da informação, algumas informações se perdem quando há troca do responsável pelo programa. Ademais, nas primeiras décadas do programa, os controles eram feitos em papel, o que torna ainda mais sensível a precisão das informações. De qualquer forma, quando da celebração do aniversário de 30 anos do Capes-Cofecub, foi feito um esforço para o levantamento de dados nos arquivos da

documento inicial – a planilha disponível na agência –, foi feito, inicialmente, um trabalho de checagem e correção de nomes e demais informações. Realizada essa primeira etapa, passou-se à construção de uma tabela própria com os dados necessários para o prosseguimento da pesquisa. Na planilha da Capes constava as seguintes informações: número do projeto, título da pesquisa, IES no Brasil, coordenador brasileiro, IES na França, coordenador na França e grande área.

O primeiro passo para a confecção das informações próprias foi organizar e padronizar os dados da agência.[13] Essa atividade demandou uma quantidade de tempo bastante significativa, haja vista que, aditivamente à padronização das informações que viabilizassem quaisquer análises, também foi necessária a checagem e correção de nomes e dados e sua complementação, para que fosse possível a pesquisa no sistema Lattes, além da inclusão de outras informações para uma análise mais detalhada das variáveis.

No que se refere à área do conhecimento, optou-se por trabalhar com as oito grandes áreas apresentadas pela Capes, quais sejam: ciências agrárias; ciências biológicas; ciências da saúde; ciências exatas e da terra; ciências humanas; ciências sociais aplicadas; engenharias; linguística, letras e artes. Segundo Mueller,

> Se de um lado isso tornou viável a classificação dos pesquisadores por grande área do conhecimento, por outro lado talvez tenha levado a algumas simplificações excessivas, com o risco de ter-se colocado em uma mesma categoria pesquisadores cujos interesses específicos, afiliações paradigmáticas e métodos de pesquisa sejam diferentes a ponto de influenciar hábitos de comunicação. Apesar deste risco, a decisão de usar apenas as oito categorias foi mantida, dada a dificuldade de classificar os sujeitos apenas com base nas informações disponíveis na base Lattes. (2005, p. 1).

Esse processo levou a uma simplificação da investigação, entretanto, a adoção da área, subárea ou especialidade inviabilizaria a análise para um período de 34 anos com mais de 700 sujeitos. Entendemos que, para uma investigação mais detalhada por área ou subárea, seria necessária a delimitação de um menor período de análise, o que não era o objetivo da pesquisa, haja vista a busca por apresentar a evolução do programa. Para a confirmação da grande área de atuação do pesquisador, foi realizada a checagem na plataforma Lattes, tendo em vista não existir esse dado padronizado na Capes. Em alguns momentos deparamo-nos com informações da área de avaliação, em outros com a subárea, área ou até mesmo

---

agência e recuperação das informações de todo o período de vigência do programa. As informações são públicas e estão disponíveis no *site* da Capes: <http://capes.gov.br/images/stories/download/bolsas/Estatisticas_CapesCOFECUB_1978_2012.pdf>.

[13] Ao final, para que fossem possíveis as análises, foi necessária inclusive a padronização das siglas e abreviações.

especialidade. Houve casos em que duas áreas eram informadas. Logo, foi preciso a realização de uma longa pesquisa para essa padronização.

Em relação ao coordenador e à IES no Brasil, em casos de rede, optou-se sempre por manter o coordenador responsável pelo projeto e sua respectiva instituição. Além das informações já disponíveis, foi incluída a Unidade da Federação da instituição, sua natureza administrativa e o sexo do pesquisador. No que se refere à Unidade da Federação, foi considerado o estado onde está localizada a instituição de vínculo profissional do acadêmico. Foi também incluído o gênero do pesquisador e natureza administrativa da instituição – se pública, privada ou confessional/comunitária. No caso das instituições públicas, elas foram subdivididas em federais e estaduais.

Já no lado francês, foi realizada a uniformização das instituições de pesquisa. A tabela disponível apresentava, muitas vezes, departamentos, laboratórios ou unidades de pesquisa de uma instituição maior; assim, para a análise foi preciso realizar a uniformização dos dados. Para análise de gênero, como alguns nomes são incomuns, foi feita uma pesquisa na internet utilizando o nome do pesquisador e as opções de imagem do Google. Como, em alguns casos, a indicação do pesquisador foi feita apenas com o sobrenome, apoiou-se no Lattes do pesquisador brasileiro ou mesmo nas demais informações do projeto, como instituição de origem, para verificar o nome completo e o gênero do responsável francês. Pequenas imprecisões e incorreções nas grafias foram identificadas e corrigidas quando das buscas eletrônicas.

Nessa fase, a atividade que demandou maior lapso temporal para o levantamento foi a obtenção do endereço eletrônico. A Capes dispunha de cerca de 70% dos *e-mails* necessários, o que facilitou bastante o trabalho, entretanto, foi feita uma checagem amostral, haja vista que muitos *e-mails* eram institucionais ou estavam desatualizados. Os *e-mails* faltantes e as checagens foram realizadas principalmente por meio da ferramenta Google, mas também nas páginas dos programas de graduação e pós-graduação, departamentos e institutos de pesquisa, verificando os artigos recentemente publicados pelo autor, nos quais normalmente consta o contato, e ainda no Facebook. Durante essa busca, se constatou o falecimento de alguns dos coordenadores. Apesar de todo esse esforço, não foi possível levantar o *e-mail* de alguns coordenadores dos projetos iniciais, o que nos levou a crer que eles não têm desenvolvido atividades de pesquisa e ensino. Esse número, porém, não foi expressivo, sendo menor que 1% da população. De qualquer forma, mesmo no caso de pesquisadores cujos *e-mails* não puderam ser obtidos ou estavam incorretos, utilizamos a ferramenta de contato do Lattes na tentativa de acesso ao pesquisador.

Finalizado o levantamento, foi possível iniciar as etapas de análise cientométrica e a aplicação do questionário.

1.4.1.2 A análise do currículo Lattes[14]

Segundo Tague-Sutcliffe (1992), a bibliometria é o estudo dos aspectos quantitativos de produção, disseminação e uso da informação registrada. Já a cientometria é o estudo dos aspectos quantitativos da ciência como uma disciplina, aplicada à formulação de políticas científicas. Para o autor, a cientometria sobrepõe-se, em certa medida, à bibliometria, uma vez que ambas envolvem estudos quantitativos de publicações científicas.

Para Araújo (2006), a cientometria seria uma subdivisão da bibliometria, sendo que esta tem como escopo o estudo de livros e aquela tem como objeto de investigação assuntos, áreas e campos. Macias-Chapula (1998) apresenta a tipologia de McGrath, que identificou os objetos de estudo e variáveis de ambos. Para ele, a bibliometria tem como objeto de estudo livros, documentos, revistas, artigos, autores e, como variáveis, a circulação, frequência e citação. Já a cientometria preocupa-se em identificar domínios de interesse e em compreender como e o quanto os cientistas se comunicam, tendo como objeto disciplinas, assuntos, áreas e campos.

Para o estudo, uma das ferramentas aplicadas foi a cientometria, visando a medir a colaboração na produção do conhecimento científico no âmbito do Programa Capes-Cofecub. A utilização da métrica permitiu averiguar se houve produção científica conjunta e a forma como ela se comportou. Como a publicação é a forma mais comum pela qual os cientistas interagem, sua análise se fez imprescindível para o estudo. Conforme argumenta Spagnolo,

> haja vista que a publicação é a forma mais comum por meio da qual os cientistas interagem e contribuem para criar um corpo de conhecimento científico, este indicador é o mais óbvio e foi o primeiro a ser empregado na análise. (1989, p. 169).

Nessa etapa da pesquisa, optou-se pelo emprego do currículo Lattes como instrumento de apoio para a análise métrica. Para confirmar se seria exequível a utilização da Plataforma

[14] A viabilidade de utilização desse instrumento de pesquisa foi testada pela autora antes do processo de qualificação para averiguar, além do lapso temporal médio gasto por unidade de análise, a existência no sistema dos dados investigados e de sua possível contagem ou extração. O resultado da pesquisa foi apresentado no artigo "A colaboração entre pesquisadores brasileiros e franceses no programa Capes/Cofecub (2004-2009)", publicado na *Revista Datagramazero* (Rio de Janeiro, v. 16, p. 4, 2015).

Lattes[15] para extração dos dados, a autora realizou um teste de exequibilidade de precisão e tempo entre os anos de 2004 e 2009. O método, testado com sucesso, serviu de base para a análise dos 34 anos da pesquisa e resultou também em artigo publicado em 2015.

Como essa etapa era considerada de suma relevância para a análise de resultados, caso houvesse alguma dificuldade ou inviabilidade no uso do Lattes, existia ainda a possibilidade de uso do *software* de sistemas de métricas *SciVal*, da Elsevier. Optou-se pela aplicação do primeiro, haja vista a maior familiaridade da autora com esse instrumento. Na França, não foi observada nenhuma ferramenta que pudesse ser utilizada para a realização dessa etapa.

Coletados os dados e padronizadas as informações, a análise cientométrica foi então realizada a partir do currículo Lattes dos pesquisadores. Para cada pesquisador foi realizada uma busca individual, visando a averiguar a produção conjunta com sua contraparte francesa, considerando apenas os seguintes tipos de produção bibliográfica: publicação em periódicos, congressos e livros. Foram contabilizados todos os documentos produzidos conjuntamente nessas categorias. O método aqui utilizado foi o mesmo aplicado para a coleta das informações descrito pela autora em artigo publicado em 2015 acerca da temática.

A alimentação do currículo Lattes é responsabilidade de cada pesquisador individualmente. Assim, a possibilidade de inexatidões não pode ser afastada, haja vista que a produção pode não ter sido registrada[16]. Contudo, ela é bastante reduzida, uma vez que, devido à bolsa de produtividade em pesquisa[17] mantida pelo CNPq e à avaliação dos cursos de pós-graduação realizada pela Capes, há a necessidade de constante atualização da plataforma.

---

[15] Tem início, no Brasil, na década de 80, uma discussão no CNPq acerca da importância do estabelecimento de um formulário padrão para registro dos dados dos pesquisadores. Nessa época, as informações eram coletadas de formulários físicos para o estabelecimento de um Banco de currículos. Já na década de 90, o formulário passa a ser eletrônico. Em 1999, o Conselho lançou o currículo Lattes para padronizar as informações e os dados dos pesquisadores. A inclusão do currículo na Plataforma Lattes possibilita a criação de um banco de dados e currículos, que servem de referencial para avaliação das atividades do pesquisador e também da pós-graduação e análises estatísticas acerca da distribuição regional da pesquisa no Brasil. Seu preenchimento é individual e obrigatório para os brasileiros, sendo aberto também aos pesquisadores estrangeiros. Segundo o disposto no *site* do CNPq, "A Plataforma Lattes representa a experiência do CNPq na integração de bases de dados de currículos, de Grupos de pesquisa e de Instituições em um único Sistema de Informações. Sua dimensão atual se estende não só às ações de planejamento, gestão e operacionalização do fomento do CNPq, mas também de outras agências de fomento federais e estaduais, das fundações estaduais de apoio à ciência e tecnologia, das instituições de ensino superior e dos institutos de pesquisa. Além disso, se tornou estratégica não só para as atividades de planejamento e gestão, mas também para a formulação das políticas do Ministério de Ciência e Tecnologia e de outros órgãos governamentais da área de ciência, tecnologia e inovação". Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/>. Acesso em: 27 fev. 2015.

[16] Essa hipótese é bastante remota, uma vez que os pesquisadores incluem em seus Lattes inclusive artigos aceitos em periódicos mesmo que ainda não publicados – o aceite não garante a imediata publicação.

[17] Bolsa de produtividade é um incentivo dado pelo CNPq aos pesquisadores que apresentem relevante produção científica. Conforme as regras estabelecidas pelo Conselho, os cientistas são enquadrados em duas categorias, pesquisador 1 e pesquisador 2. Para a categoria 1, há ainda a divisão em quatro níveis: A, B, C e D, além da

As informações do currículo são hospedadas na Plataforma Lattes do portal do CNPq. Assim, a busca foi realizada conforme o quadro a seguir:

Quadro 1: Caminho – pesquisa no currículo Lattes

http://cnpq.br/

⇩

http://lattes.cnpq.br/

⇩

http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/busca.do?metodo=apresentar

⇩

Nome do Pesquisador

Fonte: Quadro elaborado pela autora

O sistema de informações do Lattes é bastante completo e torna possível a verificação nominal de todas as produções científicas – bibliográficas, técnicas e artísticas –, além de formação e titulação, orientações e citações. O sistema não dispõe, contudo, de um mecanismo de extração de dados. Assim, foi necessária a contagem manual dos artigos publicados conjuntamente. Por meio dos indicadores de produção disponíveis na plataforma, pode-se verificar inclusive as publicações em coautoria, o que reduziria em muito o tempo gasto nessa atividade, facilitando a pesquisa. Contudo, essa possibilidade mostrou-se inviável, pois buscamos separar os diferentes tipos de canais de comunicação para averiguar as preferências dos autores e as tendências das grandes áreas, e esse aplicativo agrupa a produção bibliográfica de uma forma que inviabiliza a diferenciação dos canais. Ademais, tínhamos o interesse em verificar a menção à condução de projeto no âmbito do programa; nesse sentido, era necessária a verificação individual de cada currículo.

A precisão do uso da análise quantitativa das publicações de artigos em coautoria para medir a colaboração pode ser questionada, uma vez que pesquisadores podem trabalhar juntos mas decidir publicar os resultados separadamente. No caso da parceria no âmbito do Capes-Cofecub, essa possibilidade, contudo, é mínima, uma vez que, para a manutenção do financiamento, é necessária a colaboração científica. Como após dois anos de execução do

bolsa sênior. Informações disponíveis em: <http://www.memoria.cnpq.br/normas/rn_06_016_anexo1.htm>. Acesso em: 6 ago 2015.

projeto é feita uma avaliação para sua renovação, considerando seus avanços e resultados, as publicações conjuntas acabam se tornando compulsórias para a manutenção do financiamento. A publicação individual sinalizaria que não haveria necessidade de renovação da parceria.

Um número bastante reduzido de coordenadores, menos de 1% do total, não dispunha de currículo inserido na Plataforma Lattes. Observou-se também que alguns coordenadores já aposentados e que não mais desenvolvem atividades de ensino e pesquisa não haviam atualizado o currículo no(s) último(s) ano(s), o que não interferiu na análise de sua produção conjunta com o parceiro francês, uma vez que foi possível verificar a produção anterior, mas apenas demonstrou que eles já não produzem mais. Foram consideradas, para análise, todas as publicações conjuntas entre os autores, a partir da aprovação do projeto até outubro de 2015, data da coleta de dados desta pesquisa.

Para os casos em que a mesma equipe teve mais de um financiamento, ou seja, quando as duplas de coordenadores do lado brasileiro e do lado francês eram os mesmos, a produção científica conjunta foi dividida proporcionalmente à quantidade de contemplações, para evitar dupla contagem.[18] Nos casos em que um dos coordenadores aparece mais de uma vez, mas com outra contraparte, não há que se falar em quaisquer tipos de duplicações, apenas que aquele coordenador desenvolveu parceria com diferentes grupos.

A análise da parceria considerou a Unidades da Federação no Brasil, a área do conhecimento, o gênero dos pesquisadores, a IES do responsável pelo projeto tanto do lado brasileiro quanto francês, a natureza administrativa da instituição brasileira e a produção bibliográfica nos diferentes canais de comunicação. Acerca dos canais de comunicação, decidiu-se pela inclusão dos meios mais relevantes, quais sejam: artigos publicados em periódicos estrangeiros, artigos em periódicos nacionais, trabalhos em anais de congressos nacionais e internacionais – em todos os seus formatos –, livros e capítulos de livros. Mueller (2005), em sua pesquisa acerca dos canais preferenciais das diferentes áreas, utiliza os mesmos meios. Entendemos, como ela, serem esses os canais de maior impacto, e acreditamos que as produções artísticas e culturais, produções técnicas e organizações de eventos apresentem relevância mais baixa se comparadas às produções consideradas. Mesmo as demais produções bibliográficas dispostas no Lattes, tais como artigos em jornais e revistas, traduções, prefácios, posfácios e apresentações, não foram computadas na análise cientométrica, haja vista a sua heterogeneidade (AVEIRO, 2015a). Essas produções foram

[18] Como não é possível verificar a qual projeto pertence cada publicação, uma vez que um resultado pode ser derivado de todos eles, optou-se por uma divisão equânime das produções conjuntas de duplas que foram contempladas com o financiamento do programa mais de uma vez.

também coletadas e cotejadas, todavia, esses dados foram analisados em separado, por entendermos que, apesar de serem parte e resultado da pesquisa, não fazem parte dos principais canais de comunicação.

Posto isso, foi feita a contagem simples das comunicações científicas em que os dois coordenadores aparecem, incluindo todos os documentos anteriormente mencionados, em que os autores figuram conjuntamente na autoria. Questões como participação de outros autores na produção, número de coautores ou posição na lista de autores não foram consideradas.

É importante ressaltar, todavia, que diferentes áreas priorizam diferentes canais de comunicação e, segundo Schwartzman e Castro (1986), têm padrões distintos de publicação. Nesse mesmo sentido, Mueller (2005) argumenta que "parece haver consenso quanto à afirmação que diferentes áreas dão preferência a canais diferentes para comunicar seus resultados". Os resultados apresentados pela autora em seu artigo "A publicação da ciência: áreas científicas e seus canais preferenciais" confirmam esse fato e demonstram que "entre áreas distintas, as diferenças de enfoque e conteúdo demandam formas de comunicação igualmente diferentes". Outra questão também bastante sensível é a comparação entre os diferentes canais de comunicação para avaliação de produtividade dos pesquisadores. Meadows argumenta que:

> Em termos de comunicação, as duas mais importantes características do pesquisador são a quantidade de informações que comunica e a sua qualidade. Como se pode estudar isso? Uma medida de quantidade, no caso de pesquisadores acadêmicos, é o número de artigos de periódicos que publicam. [...] Isso pressupõe que a produtividade é mais bem avaliada em termos de artigos publicados. Muitos pesquisadores de humanidades preferem, no entanto, publicar os resultados de suas pesquisas em formato de livro e não em periódicos. Isso provavelmente compensa o desequilíbrio em matéria de publicação, mas em quanto? Em termos brutos, quantos artigos equivalem a um livro? Do mesmo modo, os engenheiros orientam-se muitas vezes para o desenvolvimento de produtos e patentes. Como é que se pode comparar isso com artigos? A resposta simples é que não se pode, embora hajam sido feitas várias tentativas nesse sentido (por exemplo, estimativas empíricas igualam um livro a algo que varia de dois a seis artigos). (1999, p.85-86).

A cientometria subsidiou a comparação acerca da colaboração entre pesquisadores brasileiros e franceses no âmbito do Capes-Cofecub por meio da análise dos currículos Lattes dos responsáveis do lado brasileiro para verificar como ocorreu essa parceria, com foco na produção bibliográfica conjunta entre os coordenadores dos projetos contemplados ao longo do financiamento. Vale ressaltar que os estudos quantitativos e a utilização de bibliometria/cientometria como indicadores da colaboração são bastante significativos, contudo, não são suficientes para um estudo holístico de um programa. Segundo Mugnaini, Carvalho e Campanatti-Ostiz

> Estudos quantitativos de produção científica têm contribuído para que se tenha essencialmente uma visão global, a exemplo do censo demográfico, de uma área de estudos, disciplina, revista pesquisador, instituição, país, ou qualquer conjunto que produza informação a mensurar, de forma a oferecer elementos importantes na avaliação da produção científica. Contudo, sua utilidade é válida para complementação e não substituição de avaliação qualitativa. (2006, p. 334).

Ademais, lembramos que Lea Velho (2008) aponta para as limitações do uso da bibliometria como ferramenta de avaliação: A bibliometria é um instrumento importante, mas deve ser usada sempre em conjunção com outras maneiras de avaliação, a partir de um conhecimento prévio da dinâmica de produção de conhecimento em algumas áreas.

Por isso, além da análise cientométrica, foi também aplicado um questionário aos coordenadores, visando a apurar principalmente dados quantitativos não levantados pela bibliometria e a analisar qualitativamente o programa, por meio das entrevistas realizadas.

1.4.1.3 O questionário

A segunda etapa da coleta de dados foi realizada com a aplicação dos questionários.[19] Esse instrumento foi composto por 45 itens divididos em quatro seções temáticas: características dos respondentes; informações sobre o financiamento, percepções sobre a cooperação no âmbito do Capes-Cofecub e atividades científicas conjuntas resultantes da cooperação. Essa divisão levou em consideração o grau de dificuldade para que o respondente pudesse completar a tarefa, iniciando-se pelas mais fáceis, para que o pesquisador fosse se envolvendo com o processo (SAMPIERI, 2006).

Optou-se pela produção de um questionário com perguntas fechadas[20] (com respostas dicotômicas ou plurais). A vantagem desse tipo de questionário quando do momento de análise é sua facilidade de codificação. Por um lado, questionários fechados são mais atraentes aos respondentes, uma vez que requerem menor tempo e esforço para seu preenchimento. Não é preciso aportar uma ideia ou formular um pensamento, apenas selecionar a(s) alternativa(s) que melhor descreva(m) a opinião do participante. Segundo Sampieri, "se obtém mais respostas quando é fácil de ser respondido e completá-lo requer menos tempo" (SAMPIERI, 2006, p. 330). Por outro lado, essa proposta demandou, *a priori*,

---

[19] O questionário aplicado encontra-se disponível no Anexo VI.

[20] Segundo Sampieri (2006, p. 326), as questões fechadas contêm categorias ou alternativas de respostas que foram delimitadas, isto é, são apresentadas as possibilidades de resposta aos indivíduos e eles devem limitar-se a estas. Podem ser dicotômicas (duas opções) ou incluir várias alternativas de resposta. Foram seguidas as recomendações de Sampieri para a elaboração das questões: elas devem ser claras e compreensíveis para os indivíduos; não devem incomodá-lo; devem ser sobre, de preferência, um só aspecto ou uma relação lógica; não devem induzir as respostas (SAMPIERI, 2006, p.333).

a antecipação das alternativas de resposta, portanto, sendo mais desafiadora na etapa de elaboração do seu conteúdo. De qualquer forma, como buscava-se um panorama mais abrangente do programa e, por isso, o maior número de retorno, optou-se por esse modelo.

Associadas à análise cientométrica, as perguntas apresentadas nessa etapa visavam justamente a levantar aspectos não passíveis de acesso pelo currículo Lattes. Os motivos que levaram à candidatura, a parceria prévia com o lado francês, o principal resultado da cooperação, a continuação dos diálogos e os desdobramentos e a relevância do financiamento em nível individual, departamental e institucional foram alguns dos principais enfoques dessa etapa.

Para aplicação do questionário, lançou-se mão das ferramentas tecnológicas disponíveis na internet. Isso promoveu a agilidade da pesquisa e reduziu custos.[21] Para essa etapa, foi enviado *e-mail* a todos os coordenadores de projeto, solicitando sua colaboração. Nesse *e-mail*, constava uma carta assinada pela pesquisadora e pelos orientadores, informando sobre a importância das respostas para o trabalho, contendo o *link* de acesso ao questionário e o contato da pesquisadora e agradecendo antecipadamente pela participação. Nesse sentido, seguimos as recomendações de Seidman (1991) no que se refere ao sigilo e informamos o participante acerca da preservação de sua identidade, esclarecendo que os dados seriam tratados de maneira confidencial. Assim, solicitamos o consentimento do participante para a utilização desses dados e o informamos sobre a amplitude do questionário e sobre a finalidade do estudo.

O questionário foi testado e analisado por um grupo de pessoas que não faziam parte do estudo. Esse procedimento preliminar auxiliou a revisão de conteúdo, a conferência de maior clareza de linguagem e o estabelecimento de uma previsão de tempo para o preenchimento. A partir disso, elaborou-se a versão final e pôde-se informar aos respondentes o tempo médio gasto para a conclusão do questionário. O primeiro contato, em que foi feito o

---

[21] Segundo Viera (2010), "a Internet, como um meio de comunicação em expansão, pode oferecer diversas oportunidades para a realização de pesquisas". Para Gonçalves (2008, p.72-75), "são muitas as funcionalidades que a internet pode proporcionar aos pesquisadores". As maiores vantagens dos procedimentos que utilizam a internet são: *alcance global*: (forma simples e pouco custosa); *flexibilidade*: pesquisas *on-line* são muito flexíveis. Podem ser realizadas em diversos formatos e podem ser facilmente adaptados às particularidades de cada respondente (por exemplo, para diferentes idiomas); *economia de tempo*: pesquisas pela internet reduzem o tempo gasto com o trabalho de campo e coleta dos dados e de respondentes geograficamente dispersos; *inovações tecnológicas*: pesquisas pela internet proporcionam maiores facilidades no que se refere ao cotejamento dos dados; *baixo custo de aplicação e administração*: uma vez que existem plataformas gratuitas para se trabalhar com questionários disponíveis na internet; *simples obtenção de grandes amostras*: (simplicidade e o baixo custo do envio de mensagens por *e-mail; controle da ordem de perguntas respondidas*; *preenchimento obrigatório de perguntas* (minimiza a taxa de perguntas com respostas deixadas em branco, colaborando para o aumento da representatividade dos dados coletados).

convite para participação na pesquisa, foi feito entre os dias 22 e 24 de abril de 2015. Nesse primeiro momento, foi enviado um *e-mail* geral aos coordenadores. Em maio, foi encaminhado o primeiro lembrete do convite, entre os dias 19 e 26. Considerando que o recebimento de respostas ao primeiro contato foi abaixo da expectativa (houve cerca de 15% de retorno), foram enviados *e-mails* individuais e nominais para cada coordenador, o que demandou um período maior de tempo do que o esperado inicialmente. Entre 07 e 10 de julho, foi enviado o segundo lembrete. Tencionava-se enviar apenas três pedidos de preenchimento do questionário, entretanto, devido à baixa taxa de retorno, fizemos uma última solicitação entre os dias 08 e 09 de setembro.[22] Os lembretes com as cartas de solicitação de cooperação foram enviados, visando a aumentar a taxa de retorno dos questionários respondidos.

Para a conclusão das atividades envolvidas nessa etapa de coleta de dados – redação do questionário, busca das informações dos respondentes, organização das ferramentas eletrônicas e envio e recebimento do instrumento – foram necessários cerca de sete meses.

Foi criado um endereço de correio eletrônico no Gmail para os procedimentos dessa fase. Aditivamente, utilizou-se o Google Docs para a coleta das informações. O Google Docs é uma ferramenta gratuita disponibilizada pelo Google no *site* <https://docs.google.com/document/u/0/>, de fácil operacionalização e bastante dinâmica para o armazenamento e manipulação dos dados.

Muito embora tivéssemos 732 elementos de análise, relativamente ao questionário esse número se tornou menor, haja vista que alguns pesquisadores, embora computados para análise de perfil e de comportamento do programa, não foram incluídos no quantitativo de potenciais respondentes ao formulário, por já terem falecido. Assim, foram diminuídos do total 17 pesquisadores que já haviam falecido, mas que ainda dispunham de Lattes. Além disso, foram subtraídos os casos em que o pesquisador aparece repetidamente, pois ele responderia ao questionário apenas uma vez, mesmo tendo sido contemplado pelo financiamento mais vezes. Assim, foram excluídos da contagem para a resposta ao questionário outros 69 elementos. Logo, o questionário foi enviado a 646 pesquisadores[23] que

---

[22] Os retornos à solicitação faziam, cada vez mais baixos com o passar do tempo. Alguns coordenadores inclusive responderam ao *e-mail* de maneira ríspida informando que não o fariam pois não se lembravam mais, não tinham interesse em colaborar ou que não concordavam com a metodologia. Em casos de retornos negativos, optamos por não mais contatar o pesquisador.

[23] Durante a aplicação do questionário, cerca de 10% das solicitações não atingiram o destinatário em função das contas de *e-mail* terem sido desativadas, estarem erradas ou serem institucionais/coorporativas, não sendo mais acessadas pelos respectivos respondentes. Mesmo com as buscas na internet pelos contatos de antigos responsáveis por projetos nos casos em que foi necessário, em cerca de 5%, não se obteve sucesso. Houve

compunham o universo de respondentes. Desse total, foram recebidas 246 respostas, perfazendo uma taxa de retorno de 38%.[24] Cerca de 15% das respostas foram recebidas após o envio do primeiro *e-mail* e 23%, após o envio do segundo, terceiro e quarto lembretes.[25]

Dando prosseguimento à pesquisa, trabalhou-se com o pacote estatístico SPSS (Statistical Package for the Social Sciences) para a construção da base de dados, o tratamento e a análise das informações. O questionário serviu para descrever as características do grupo e medir variáveis da pesquisa (RICHARDSON, 1999).

1.4.1.4 As entrevistas

A última etapa da coleta de dados foi a realização de entrevistas para análise qualitativa. Foram entrevistados coordenadores de projetos brasileiros e franceses, além de dirigentes e colaboradores envolvidos na formulação, gestão e execução da cooperação.

Nessa fase, buscou-se apreender das pessoas que estão ou estiveram envolvidas de alguma forma com a implementação do programa ou que recebem ou receberam financiamento para pesquisa suas percepções acerca do Capes-Cofecub, bem como as dificuldades enfrentadas para implementação da cooperação, os desdobramentos, os resultados da colaboração e as perspectivas de novas parcerias. No caso dos coordenadores, interessava saber um pouco mais sobre como eles enxergavam a cooperação e as suas motivações para a postulação do financiamento. Já para os executores, o enfoque maior seria na forma como eles enxergavam o programa, seus êxitos, aspectos negativos, influências e até futuros aprimoramentos. A interação propiciada pela entrevista possibilitou depoimentos espontâneos e valorosos (KVALE, 1996). Segundo Kahn e Cannell,

> o pesquisador entrevistador vem equipado com uma lista substancial de objetivos que a entrevista deve estar em conformidade; o médico é guiado por seu conhecimento especializado de sintomas e doenças e assim por diante. Por meio de uma formulação cuidadosa de questões importantes e o uso de perguntas complementares, o entrevistador garante que o fluxo de comunicação por ele motivado é direcionado para objetivos específicos. É a capacidade do entrevistador para assim direcionar a comunicação que produz uma entrevista válida – isto é, uma

---

situações ainda em que o pedido para o preenchimento do questionário foi realizado via currículo Lattes, visando à entrega da solicitação ao pesquisador, contudo, quando a atualização do Lattes não era realizada há mais de cinco anos, as chances de o *e-mail* também não ser mais acessado eram grandes.

[24] Segundo Carnevalli et al. (2004 apud MATTAR, 1996), o índice significativo de devolução pelos respondentes pode variar de 3% a 50%.

[25] Se considerarmos ainda que os pesquisadores que não tiveram seus projetos renovados após a avaliação parcial (cerca de 20%) têm baixa propensão a prestar informações acerca de sua experiência no âmbito do programa, esse percentual acaba sendo potencialmente maior, o que nos leva a concluir que o quantitativo de respostas foi bastante positivo.

> entrevista que mede o que se propõe a medir. (KAHN; CANNELL, 1957, p. 63, tradução nossa).

Nesse sentido, adotou-se, para a condução dos depoimentos coletados, a entrevista semiestruturada, uma vez que, nesse modelo, o entrevistado tem maior propensão a apresentar seu ponto de vista mais abertamente do que em uma entrevista estruturada ou em um questionário. Foi elaborada uma lista de questões que norteou a interação, sem, contudo, a obrigatoriedade de segui-la, tornando a entrevista mais aberta e com possibilidade de adaptações de acordo com seu desenvolvimento. A flexibilidade desse tipo de entrevista possibilita a condução do depoimento para a informação desejada. A intenção foi buscar no respondente informações além dos dados oficiais, por isso a relevância desse instrumento. Essa ferramenta mostrou-se bastante pertinente, na medida em que dados primários acerca dos resultados da cooperação também eram escassos (FLICK, 2014; KVALE, 1996; SEIDMAN, 1991).

Foram elaborados dois tipos de questionários, um para os coordenadores de projeto e outro para os colaboradores que atuam ou atuaram no programa. Coincidentemente, ambos os questionários contaram com 19 perguntas e um espaço para observações finais caso o entrevistado considerasse que alguma questão pertinente não havia sido abordada. O conteúdo de cada documento era, todavia, distinto, tendo como foco a relação do entrevistado com o programa. Ademais, a condução da entrevista foi adaptada de acordo com a maior ou menor familiaridade do pesquisado acerca das peculiaridades do programa. Para os quadros que atuam ou atuaram no programa, em alguns casos foi dada maior ênfase na condução das políticas norteadoras; em outros, na operacionalização e nas dificuldades de implementação. Quando se entrevistaram pessoas que não atuam mais no programa, enfatizou-se o respectivo período de atuação.

No que se refere ao conteúdo das perguntas, buscou-se sempre ter em foco os objetivos da pesquisa e a possibilidade de respostas precisas por parte do entrevistado, poupando o interlocutor de situações em que ele não tivesse as informações necessárias para a resposta, o que reduziria sua disposição em responder. Tomou-se o cuidado de evitar perguntas supérfluas, mantendo sempre a objetividade. Além do questionário, foi preparada uma ficha de informações dos coordenadores de projetos Capes-Cofecub para melhor aproveitamento e encaminhamento da entrevista.[26]

---

[26] A ficha de informações dos coordenadores de projetos Capes-Cofecub está disponível no Anexo IX desta tese.

Para a estruturação e organização do questionário, partiu-se das perguntas mais gerais para as mais específicas, iniciando-se com questionamentos mais impessoais e deixando as perguntas mais subjetivas para um momento em que a relação de confiança já estivesse estabelecida. Observou-se, ademais, a lógica no encadeamento das temáticas, agrupando perguntas correlatas e decorrentes de resposta anterior.

Ao início de cada encontro, e após breve apresentação da pesquisadora, dos objetivos da tese e de novo agradecimento pela participação, foi solicitada autorização para gravação das respostas, sempre informando ao entrevistado acerca da confidencialidade dos depoimentos.[27] Ambos os questionários foram redigidos em duas versões – português e francês –, de igual teor e forma,[28] em cujas questões buscamos atender à norma cultura conferindo a elas o máximo de clareza, precisão e brevidade.[29]

Nessa etapa da coleta de dados, diferentes formas de atuação foram utilizadas para que um maior número de respondentes pudesse ser ouvido: presencialmente, em local sugerido pela autora; presencialmente, em estabelecimento apontado pelo entrevistado; e virtualmente, utilizando os recursos disponíveis na internet.

Os contatos com os entrevistados foram realizados por *e-mail*. Após a concordância expressa do participante, foram propostos data e horário convenientes para a coleta dos depoimentos. As entrevistas tiveram duração em torno de cinquenta minutos, sendo que, em alguns casos, elas se prolongaram devido ao interesse do depoente em apresentar maiores considerações acerca da iniciativa.

A maioria dos depoimentos dos coordenadores e quadros brasileiros envolvidos com o programa foi colhida presencialmente. A celebração dos 35 anos do Programa, realizada na semana entre 08 e 12 de dezembro de 2014, em Brasília, possibilitou o encontro com muitos dos coordenadores e quadros brasileiros. Na oportunidade, responsáveis por projetos de diferentes regiões, que obtiveram financiamento em diversos momentos e com perfis distintos, puderem aportar suas percepções.

---

[27] Nas entrevistas, a questão da confidencialidade é muito mais sensível do que no caso dos questionários, que normalmente apresentam perguntas objetivas e diretas. Em depoimentos, buscam-se, muitas vezes, opiniões pessoais e juízo de valor do respondente. Nesse caso, é fundamental que o entrevistado se sinta confortável e seguro para responder. Acerca do consentimento, Seidman afirma que o "participante tem o direito de saber de que formas o material de sua entrevista será publicamente apresentado. [...] O uso extensivo das palavras do participante leva a uma das questões centrais no consentimento informado, que é a do anonimato. A suposição comum é que os participantes de estudos entrevista em profundidade permanecerão anônimos." (SEIDMAN, 1991, p. 49-50).

[28] O guia das entrevistas semiestruturadas encontra-se disponível nos Anexos VII e VIII desta tese.

[29] Todas as entrevistas realizadas foram integralmente transcritas para serem cotejadas.

Entre os quadros que têm ou tiveram algum envolvimento com o programa e com a cooperação com a França, no caso brasileiro, 11 pessoas foram entrevistadas.[30] Em sua maioria, encontravam-se em Brasília ou estiveram na capital para participação na comemoração do aniversário do Capes-Cofecub, o que possibilitou a coleta de seu depoimento também nessa ocasião. Na escolha dos respondentes, buscou-se a diversificação dos atores, considerando o grau de envolvimento com o programa, as funções desempenhadas em sua condução e o momento de atuação nessa cooperação.[31]

Não foi possível, todavia, a realização de todas as entrevistas do lado brasileiro nessa oportunidade, haja vista que nem todos os coordenadores participaram do evento. Assim, utilizou-se para as demais entrevistas, quando necessário, o modelo virtual. Por limitações de tempo e recursos financeiros para os deslocamentos no Brasil, utilizou-se como ferramenta de apoio para essa modalidade o Skype e o Call graphs. Um *software* que possibilita a comunicação pela internet, o Skype, além de ter ótimo desempenho na conexão de voz, possibilitando uma excelente qualidade da chamada, ainda dispõe de recurso de vídeo, que torna o diálogo bastante interativo. A escolha se deu por sua ampla difusão e pela qualidade do áudio. Esses atributos facilitaram a comunicação, fazendo com que se obtivesse um ambiente próximo ao presencial, com uma interação bastante positiva. Em combinação com o Skype, foi utilizado o Call graphs, que permitiu a gravação e o armazenamento das entrevistas.

Todas as entrevistas com o lado brasileiro – presenciais e excepcionalmente virtuais – foram realizadas no mês de dezembro de 2014, totalizando 38 depoimentos:[32] 11 de quadros e 27 de coordenadores.[33] Além disso, nesse período foram realizadas quatro entrevistas com o lado francês – colaboradores que estavam no Brasil para o evento de celebração dos 35 anos do Capes-Cofecub e também quadros da Embaixada da França naquele país.

Além da coleta de depoimentos presenciais em Brasília e das coletas virtuais, foram também realizadas entrevistas[34] na França com os responsáveis por projetos e com pessoas

---

[30] Embora não tenha sido intencional e não seja algo prioritário para esse grupo de entrevistados, a representatividade entre homens e mulheres respondentes foi relativamente equânime do lado brasileiro. No lado francês há uma predominância de respondentes do sexo masculino.

[31] Nesse aspecto, houve uma tentativa de inquirir interlocutores que tiveram atuação em diferentes momentos da cooperação, considerando seus mais de 35 anos de existência, para que se pudesse compreender melhor a evolução dessa cooperação.

[32] Apenas duas entrevistas foram realizadas virtualmente.

[33] Dentre os coordenadores entrevistados, alguns participaram dos anos iniciais do programa, inclusive tendo sua própria formação na França. Um dos entrevistados foi coordenador do primeiro projeto Capes-Cofecub; outro foi bolsista do programa e hoje é coordenador de projeto.

[34] As entrevistas realizadas com os franceses foram conduzidas no idioma local, sendo traduzidas para o português pela pesquisadora.

envolvidas na implementação do programa. As primeiras entrevistas na França foram realizadas também em dezembro de 2014. Já os contatos iniciais com pesquisadores e colaboradores para as demais entrevistas foram realizados no dia 21 de abril de 2015. Foram realizados 67 contatos e houve a conclusão de 39 entrevistas. No lado francês, diferentemente do lado brasileiro, houve bastante dificuldade no acesso aos pesquisadores. Além disso, era necessário o deslocamento para diferentes regiões na França, o que também levou ao aumento do tempo dispendido nessa atividade, haja vista a impossibilidade de realização de várias entrevistas em um período condensado.[35]

Primeiramente, tivemos de buscar todos os contatos na internet, o que demandou prazo maior do que o esperado. Além disso, em cerca de 1% dos casos, os contatos estavam desatualizados ou não foi possível o acesso aos *e-mails*. Após o primeiro contato, aproximadamente 30% dos pesquisadores se dispuseram a conceder a entrevista. Em alguns casos, foram enviados quatro *e-mails* para que fosse possível o agendamento. Houve situações em que, embora tenha sido estabelecido o contato, o pesquisador/colaborador não se dispôs a conceder a entrevista ou pediu que ela fosse realizada posteriormente.

As entrevistas foram iniciadas em abril e finalizadas apenas em 15 de julho de 2015.[36] Alguns contatos que seriam de interesse para entrevista não foram localizados. Houve, inclusive, um caso em que o entrevistado não compareceu à entrevista no local e horário por ele agendado. Como o retorno aos pedidos foi bastante difícil e o processo, bastante longo, foram necessárias várias tentativas e, ao final, acabou-se realizando uma entrevista a mais com um responsável por projeto se comparado ao lado brasileiro. Do lado francês, buscou-se, também, contrabalancear as áreas, o sexo e o período do financiamento, dentro das limitações de acessibilidade aos possíveis entrevistados.[37]

A seleção dos entrevistados levou em consideração vários fatores distintos, tais como acesso ao interlocutor, interesse em contribuir com o estudo, disponibilidade de agenda e custos envolvidos para eventuais encontros pessoais (NEDDERMEYER, 2002). Ademais,

---

[35] Embora a autora estivesse fisicamente na França na ocasião, foram realizadas três entrevistas por Skype, por solicitação dos participantes.

[36] Vale mencionar que quatro entrevistas já haviam sido realizadas em dezembro de 2014.

[37] Do lado francês, quatro entrevistados, além de terem sido coordenadores de projetos, também tiveram posterior participação no programa como membros do Conselho Científico, ou até mesmo na presidência do Cofecub. Um dos entrevistados foi inicialmente bolsista do programa, o que é um caso bastante raro, haja vista a dificuldade de realização de missões de estudo para franceses. Muitos coordenadores e colaboradores já haviam realizado algum trabalho conjunto com o Brasil e continuam tendo ligações profissionais ou até mesmo pessoais com o país; além disso, têm um vasto conhecimento da cultura e ciência local, alguns, inclusive, com domínio do idioma.

devido à longa existência do programa, alguns possíveis entrevistados, bastante ativos ou de grande relevo para a pesquisa qualitativa, já haviam falecido.

No que diz respeito aos coordenadores, a população de entrevistados era mais ampla. Além dos aspectos listados anteriormente, outros fatores foram considerados. Nesse caso, atentou-se para a necessidade de representatividade temporal, institucional, regional (no caso do Brasil) e de gênero e para a sinalização de que tivesse havido algum resultado na cooperação. Outro aspecto que impactou a escolha dos respondentes, principalmente para as entrevistas presenciais dos brasileiros, foi a participação no evento de celebração dos 35 anos do programa, uma vez que, nessa etapa da pesquisa, a autora estava em período de cotutela na França. Ao todo, foram realizadas 77 entrevistas com responsáveis por projetos e com quadros técnicos e científicos, entre brasileiros e franceses. Todas as entrevistas foram gravadas, listadas e compiladas.[38]

1.5 A cotutela

A atuação da autora desta pesquisa em uma agência de fomento possibilitou seu afastamento[39] para a realização do doutorado com a possibilidade de pesquisa no exterior, uma vez que a Capes, além de apoiar a formação de seus servidores por meio, inclusive, de licença capacitação, incentiva e apoia o intercâmbio como forma de enriquecimento da pesquisa. Inicialmente, aspirava-se à realização de um "doutorado sanduíche" na França para execução de parte da coleta de dados e de pesquisa de campo naquele país.

A possibilidade, então almejada, desdobrou-se em um convite para cotutela, o que possibilitou uma experiência *in loco* acerca da internacionalização, tendo a própria experiência da autora sido um referencial nesse processo. Ademais, o intercâmbio possibilitou acesso à contraparte francesa para verificação de sua percepção acerca do programa e seus resultados. Cumpriu-se, também, um período de entrevistas com coordenadores franceses e pessoas que atuam ou atuaram na implementação e gestão do programa pelo lado francês.

O período de cotutela realizou-se sob orientação da professora Cécile Blatrix, especialista em políticas públicas, tendo contado também com a coorientação do professor Pierre Jaisson, ex-coordenador de projeto financiado pelo programa e ex-presidente do Cofecub. A escolha da Universidade Paris 13 se deu, em primeiro lugar, pela orientadora e

---

[38] A lista dos entrevistados está disponível no Anexo X.

[39] A licença capacitação permitiu à autora o distanciamento necessário para a realização de uma análise desapaixonada sobre o tema.

pelo coorientador eleitos, mas também por ser a instituição em que está localizado o escritório do Cofecub, onde parte da coleta de dados foi feita. A realização das entrevistas e visitas aos órgãos responsáveis pelo programa foi viabilizada pelo intercâmbio.

Muito embora o vínculo tenha sido estabelecido com a Paris 13, as atividades acadêmicas foram realizadas em todas as instituições parte da Communauté d'universités et établissements (ComUE) Sorbonne Paris Cité, o que possibilitou uma ampla circulação em IES francesas contempladas com financiamento do programa.

Aditivamente às atividades laboratoriais[40] e de inserção acadêmica na ComUE Sorbonne Paris Cité,[41] principalmente por meio de ateliês metodológicos, seminários de pesquisa e conferências doutorais, foi possível também a participação no Fórum Franco-Brasileiro de Ensino e Pesquisa, organizado pelo Ministério do Ensino Superior e da Pesquisa francês (Ministère de l'Enseignement Supérieur et de la Recherche – MESR), e na Reunião "Estruturas Conjuntas de Pesquisa Brasil-França", realizada pela Embaixada do Brasil.[42] A convite da Embaixada da França no Brasil, acompanhamos a Missão Internacional da Abruem na França.[43] Nesse período, aproveitou-se a oportunidade para realização de visitas e participação em *workshops* e colóquios na Unesco e na OCDE, para apresentação de comunicações em seminários e para divulgação do estudo.

Esse período no exterior possibilitou a participação em congressos internacionais e a apresentação de comunicações acerca das pesquisas da autora dentro da temática da cooperação internacional. Durante essa temporada também foi possível a realização das entrevistas *in loco* com pesquisadores franceses e demais autoridades e colaboradores envolvidos na parceria. Além disso, viabilizou as pesquisas nos arquivos do escritório do Cofecub, bem como no Ministério da Educação Nacional francês.

---

[40] Para a realização de cotutela, foram cumpridos créditos no Brasil por meio de disciplinas cursadas na IES de origem e da conclusão de ECTS na França, por meio de atividades doutorais e científicas personalizadas.

[41] A Communauté d'universités et établissements (ComUE) Sorbonne Paris Cité é uma comunidade de universidades e instituições estabelecida em 2010, que reagrupa as instituições de ensino e pesquisa de Paris e do Seine-Saint-Denis. Essa ComUE agrupa as seguintes IES: École des hautes études en santé publique (EHESP), Institut d'études politiques de Paris (*Sciences Po*), Institut national des langues et civilisations orientales (*Langues O*), Institut de physique du globe de Paris, Université Paris-III Sorbonne Nouvelle, Université Paris-V Paris-Descartes, Université Paris-VII Paris-Diderot, Université Paris-XIII Paris-Nord, Centre national de la recherche scientifique (CNRS), Institut national d'études démographiques (INED), Institut national de recherche en informatique et en automatique (INRIA), Institut national de la santé et de la recherche médicale (Inserm) e Institut de recherche pour le développement (IRED). Maiores informações estão disponíveis no *site* do grupo: <http://www.sorbonne-paris-cite.fr/>. Acesso em: 3 jan. 2015.

[42] Ambos os eventos ocorreram no segundo semestre de 2014 e contaram com a participação de membros do Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Educação, acadêmicos e pesquisadores de ambos os lados.

[43] O evento ocorreu entre 26 de maio e 6 de junho de 2014. A autora participou da primeira parte da missão, que aconteceu entre 26 e 30 de maio em Paris. Na ocasião, foi possível ouvir um pouco mais dos membros de universidades e das autoridades francesas acerca da cooperação com o Brasil, dos resultados positivos, das dificuldades e das possibilidades de novos acordos.

A estada mais longa na França (dois anos, e não apenas de alguns meses para a realização do doutorado sanduíche) e o real vínculo com a universidade nesse país[44] possibilitaram o melhor entendimento do processo de cooperação e internacionalização. Ademais, o estabelecimento do diálogo com outros estudiosos da temática possibilitou maior aprofundamento nas reflexões sobre o objeto de estudo. O período de intercâmbio possibilitou à própria autora experenciar, como bolsista, os desafios enfrentados por pesquisadores e estudantes em situações semelhantes, como no caso do programa investigado. O diálogo com a contraparte francesa e a oportunidade de execução de parte da trajetória de estudos no exterior foram de grande relevância para as análises realizadas.

[44] Normalmente, quando é realizado um período de estágio sanduíche no exterior, não são estabelecidos vínculos institucionais. O aluno é aceito informalmente no laboratório ao qual está ligado o professor que o recebe, não havendo matrícula do aluno naquela IES. Em muitos casos, o doutorando não tem nem mesmo acesso à biblioteca ou possibilidade de cursar disciplinas.

CAPÍTULO 2 – REVISÃO DA LITERATURA

Nosso interesse em contribuir para o debate acerca da internacionalização por meio do estudo de caso de um programa – o Capes-Cofecub – não se deve apenas ao fato de ser um tema atual e contemporâneo, que envolve a cooperação educacional internacional, mas pelo relevo que esse processo ganha nas universidades no contexto do mundo globalizado.

A cooperação internacional contribui para a promoção da integração educacional, cultural e científica com outros países, visando a atender às políticas de governo e tendo como foco a formação de recursos humanos em todos os níveis de educação, resultando, principalmente, na internacionalização da pesquisa e das universidades. Isso se dá por meio do apoio a projetos e programas educacionais, acadêmicos e científicos com instituições parceiras e por meio da concessão de bolsas e do pagamento das demais despesas a elas vinculadas. As atividades de intercâmbio e cooperação internacional constituem importantes instrumentos para a ampliação da competência científico-tecnológica do país. Decorrem, em grande parte, de acordos bilaterais firmados pelo Brasil e beneficiam Instituições de Ensino Superior de todas as regiões do país. Têm como seus pilares os princípios da flexibilidade de ações e do mérito científico.

Este capítulo dedica-se à apresentação do debate acerca da cooperação científica, da circulação de pesquisadores e de suas implicações para a internacionalização da pós-graduação. Pretende-se, assim, abordar os diversos aspectos relacionados a essa internacionalização, à cooperação acadêmica internacional, à colaboração científica e à formação de redes de pesquisa. Buscar-se-á, nesse contexto, verificar o estágio em que se encontra o sistema brasileiro de apoio à C&T&I, seus avanços e desafios.

Não pretendemos que a revisão da literatura seja exaustiva, mas que levante os principais marcos teóricos para o estabelecimento de um sólido embasamento conceitual. Para isso, foram pesquisados os trabalhos dos mais relevantes autores que discutem essa temática, livros, artigos em periódicos, estudos, relatórios e também fontes primárias disponíveis, sobretudo na Capes e no Cofecub.

2.1 Internacionalização: perspectiva histórica, conceito e estratégias

Com a globalização da economia e da sociedade, houve uma expansão do debate acerca da definição de internacionalização, de seu impacto e das estratégias de implementação, tanto nos organismos de fomento quanto na academia e nos demais institutos

de pesquisa. Defende-se que a internacionalização tornou-se o quarto pilar de atuação das IES, ao lado do ensino, da pesquisa e das atividades de extensão.

O processo de circulação de pesquisadores e de trocas de conhecimento, muito embora esteja bastante em voga na atualidade, sempre existiu. Hoje, a internacionalização vem sendo fomentada e tem-se intensificado com a redução das fronteiras e como uma reação a todo esse processo de mundialização. Sua origem, contudo, remonta ao momento de criação das instituições que deram origem às primeiras universidades, cuja base era o recrutamento de estudantes das mais diversas localidades.

2.1.1 Perspectiva histórica

A Unesco considera a Universidade de al Qarawiyyin, ou al-Karaouine, estabelecida em Fez, no Marrocos, como a mais antiga universidade do mundo.[1] Fundada em 859 por Fátima Al-Fihri, a al-Karaouine era uma escola – *madrasa* – de cunho religioso para a difusão e o estudo do islamismo. Antes, porém, da universidade marroquina, é importante mencionar a Escola de Nalanda, na Índia. Fundada em 413, a escola atraía estudiosos provenientes de diferentes localidades da Ásia: China, Coréia, Japão, Tibet, Mongólia, Turquia, Sri Lanka e sudeste da Ásia. Universidade residencial, ela chegou a contar com 2 mil professores e 10 mil alunos. Além dos estudos budistas, a instituição era centro de estudos de conhecimento puro e de múltiplos discursos que ligavam o homem à natureza e, por isso, atraía eruditos que buscavam o equilíbrio entre viver e aprender.[2]

Vale mencionar também a Escola All-Ahzar, criada em 972 no Cairo pelos Fatimids. A escola, além de se concentrar nos estudos religiosos corânicos, também era um centro de estudos seculares. El-Ahzar teve um importante papel no desenvolvimento das ciências naturais. Na instituição, era possível estudar medicina, matemática, lógica, gramática, astronomia, geografia e história.[3]

---

[1] Segundo a Unesco, "*The Holy City of Fez, the ancient city, home to the oldest university in the world, is composed of two distinct centres*". Disponível em: <http://whc.unesco.org/en/list/170>. Acesso em: 13 jan. 2015.

[2] A Escola de Nalanda funcionou entre 413 e 1193, quando foi destruída por invasores. Em 2014, sob a reitoria de Amartya Sen, foi criada a Universidade de Nalanda, em busca do reestabelecimento da escola fundada em 413. Informações disponíveis em: <http://nalandauniv.edu.in/index.html>. Acesso em: 5 jan. 2015.

[3] A universidade existe desde então e, além do Egito, hoje tem *campus* em Gaza e Doha. Informações disponíveis em: <http://web.archive.org/web/20040701101509/http://www.frcu.eun.eg/www/universities/html/azhar.html#history>. Acesso em: 9 jan. 2015.

Em um período ainda mais remoto do que o das instituições citadas anteriormente, temos, no século IV a.C., a fundação da Academia de Atenas por Platão, localizada nos bosques, nos arredores de Atenas. A Academia de Atenas é considerada a primeira escola de filosofia do mundo. Posteriormente, Aristóteles, discípulo de Platão, estabeleceu o Liceu, em 335 a.C. Lembramos, ainda, a Biblioteca de Alexandria, instituída no século III a.C. como um importante centro de conhecimento, que abrigava eruditos de todo o mundo em busca de acesso ao acervo disponível em rolos de papiros (HALL; HALL, 1964). Segundo Santos e Almeida Filho (2012), Alexandria foi o berço de grandes obras de literatura, astronomia, geometria e medicina e, para lá, foi levado o acervo bibliográfico produzido por Aristóteles.

No ocidente, a universidade foi inspirada nas escolas eclesiásticas sob o controle da igreja católica. Sua base era a teologia, mas a lógica, a dialética, a retórica, a astronomia, a geometria, a aritmética, a gramática e a música também eram ensinadas. Professores e estudantes se reuniam em corporações formando a *universitas* (HALL; HALL, 1964; MINOGUE, 1981).

Considerando a definição clássica ocidental, argumenta-se que a primeira universidade estabelecida como tal foi fundada na cidade de Bologna,[4] Itália, em 1088. No final do século XI, mestres da retórica, da lógica e da gramática começaram a realizar ensino gratuito de maneira independente das escolas eclesiásticas. Além disso, esse grupo começou a exercitar o direito e as atividades por eles catalogadas começaram a se espalhar além das fronteiras da cidade. Bologna era considerada, então, como a universidade dos estudantes que se organizavam em grandes nações, a dos italianos (*citramontanos*), oriundos da Emília Romana, Toscana, Campagna e Lombardia, e a dos não italianos (ultramontanos), das regiões anglo-saxônicas, da França, Picardia e Normandia (ROSSATO, 1998).

A fundação da Universidade de Oxford também data do século XI. Não há clara definição do momento de seu estabelecimento, mas indícios apontam que em 1096, pouco depois do estabelecimento de Bologna, já existia alguma forma de ensino no local. Contudo, é somente a partir de 1167 que a universidade passa a desenvolver-se mais rapidamente, devido à proibição de Henry II de que alunos ingleses frequentassem a Universidade de Paris.[5]

---

[4] Segundo disposto no *site* da universidade, "as origens da Universidade de Bolonha são remotas, sendo ela considerada a mais antiga universidade do mundo ocidental. Sua história se confunde com a dos grandes nomes da ciência e literatura, é uma pedra angular e ponto de referência da cultura europeia". Disponível em: <http://www.unibo.it/en/university/who-we-are/our-history>. Acesso em: 6 jan. 2015.

[5] "Oxford é a mais antiga universidade do mundo anglófono, é uma instituição única e histórica. Configura-se como a segunda mais antiga universidade do mundo ainda em atividade". Disponível em: <http://www.ox.ac.uk/about/organisation/history>. Acesso em: 9 jan. 2015.

Estabelecida nesse período, a Universidade de Paris é considerada, juntamente com a de Bologna, as primeiras e mais importantes universidades medievais da Europa. A Universidade de Paris tem sua origem nos ensinamentos de Abelardo – grande intelectual da Idade Média –, que atraiu para a cidade estudantes de diversos países do mundo cristão em busca de seus ensinamentos. Diferentemente de Bologna (caracterizada como universidade de estudantes), Paris era uma corporação de professores. A universidade é resultante de uma federação de escolas, sendo assim constituída especialmente para o ensino de teologia. Oficialmente constituída a partir do século XIII, a instituição foi dividida em quatro faculdades: direito canônico, medicina, teologia e artes. Paris é considerada um dos grandes pilares do modelo de universidade, tendo se tornado referencial para as instituições posteriormente fundadas (MINOGUE, 1981; SANTOS; ALMEIDA FILHO, 2012).

Após a organização desses três centros urbanos medievais, vimos florescer na Europa outras instituições que seguiram o modelo dessas primeiras. Dissidências e migrações desses próprios institutos originaram novas universidades, como é o caso de Cambridge, fundada em 1209 por professores oriundos de Oxford, após desentendimentos entre estudantes e habitantes locais.[6]

Em 1175, foi fundada a Universidade de Modena e Reggio Emilia, que desapareceu em 1338, sendo reestabelecida somente em 1680. Dissidentes de Bologna fundaram a universidade de Vicenza, em 1204; Arezzo, em 1215, fechada em 1373; Pádua, em 1222; Nápoles, em 1224; Vercelli, em 1228; Sena, em 1246; e Piacenza, em 1248. Na medicina, destaca-se Salerno, oficialmente estabelecida pelo imperador Frederico II em 1231. Em 1244, foi criada, pelo papa, a Universidade de Roma, voltada para estudos de línguas orientais (ROSSATO, 1998; SANTOS; ALMEIDA FILHO, 2012).

Além do circuito franco-italiano e inglês, merecem destaque as universidades espanholas. Fundada em 1178, Palência teve vida curta, tendo desaparecido em 1250. Em 1218, o Rei Afonso IX estabeleceu a Universidade de Salamanca, a mais antiga universidade espanhola ainda em atividade. Ainda na Espanha, Valladolid tem sua origem em 1250 e Sevilha, em 1256.[7]

O berço da Universidade de Toulouse é a Faculdade de Direito Canônico, criada pelo rei Saint Louis em 1229. Terceira universidade mais antiga da França, a Universidade de Montpellier (Université Paul Valéry) tem sua origem na bula papal de 1289 de Nicolau IV.

---

[6] Ver <http://www.cam.ac.uk>.
[7] Ver <http://www.der.uva.es>; <http://www.usal.es>; <http://www.us.es>.

Ela reagrupou as escolas de medicina, artes e direito. Em Portugal, a primeira universidade foi criada em Lisboa em 1290, transferida em 1308 para Coimbra.[8]

A partir do século XII, começaram a florescer mais fortemente as universidades na Europa, marcando a transição da produção e disseminação do conhecimento do Oriente para o Ocidente. O século XIII ficou conhecido como o século das universidades. Nesse período, haviam sido estabelecidas cerca de vinte universidades no continente (ROSSATO, 1998).

Nos séculos XIV e XV multiplicaram-se as universidades na Europa. Além dos cinco países mencionados, que continuaram expandindo o ensino superior, começaram a surgir as primeiras universidades na Alemanha, Áustria e República Tcheca. A peregrinação acadêmica era uma prática constante desde a fundação de Bologna. Estudiosos tinham o hábito de deslocar-se de um centro de conhecimento para outro. Grandes pensadores, como Tomás de Aquino, Petrarca, Galileu, Descartes e Erasmo de Rotterdam[9] mantinham essa rotina. Aliás, mais remotamente ainda, a existência de estudantes de vários países em uma instituição, como era o caso da Escola de Nalanda na Índia e da Biblioteca de Alexandria eram manifestações do processo de internacionalização. Indubitavelmente, as atuais ondas de internacionalização da educação superior encontram suas raízes históricas no legado deixado por essas organizações[10] (HALL; HALL, 1964; ROSSATO, 1998; SANTO; ALMEIDA FILHO, 2012).

A proliferação das universidades nos séculos seguintes fez com que houvesse uma retração da circulação de estudiosos. Com esse processo de regionalização das instituições, elas passaram a atender a população local, recrutando estudantes de suas próprias regiões. Apenas as Universidades de Bologna, Oxford, Paris[11] e Salamanca continuaram a realizar seleções internacionalmente, mantendo alto o número de estudantes. A peregrinação acadêmica foi sendo dissipada, dando espaço para um período de parca mobilidade. Essa marca das universidades medievais foi completamente extinta com as guerras santas. Pode-se dizer que se passou de uma característica mais global e internacional para um período de isolacionismo e paroquialismo. Ademais, muitas universidades sob o julgo do poder papal entraram em um período de grande crise. As execuções realizadas pela Santa Inquisição e a perseguição pelo Santo Ofício de professores, intelectuais e filósofos marcam o fim do modelo medieval de universidades.

---

[8] Ver <http://www.univ-toulouse.fr>; <www.umontpellier.fr>; <http://www.uc.pt>.

[9] Não por acaso, o maior programa de mobilidade dentro da Europa e com países de outros continentes chama-se Erasmus.

[10] Ver <http://www.nalandauniv.edu.in>.

[11] As Universidades de Bologna, Oxford e Paris seguiram sendo as maiores em número de estudantes e também as de maior prestigio.

Somente no final do século XVIII há um processo de reforma universitária. As ideias iluministas refletiram-se na laicização do ensino, principalmente nas novas universidades estabelecidas nas antigas colônias emancipadas. Nos séculos XVI, XVII e XVIII, as universidades coloniais ainda sofriam forte influência das ordens religiosas. As universidades latino-americanas tiveram como referência os modelos hispânicos e a influência do sistema católico. No caso americano, as universidades, em regra, tinham forte influência do modelo anglo-saxão de Oxford e Cambridge.[12] Harvard, Yale, Columbia, Princeton, Brown, Pennsylvania e Dartmouth College[13] se formaram a partir desse modelo exportado pela Inglaterra. Os movimentos separatistas, que em muitos casos levaram à expulsão dos jesuítas, resultaram em universidades mais liberais. A questão da autonomia ganha, assim, espaços no meio acadêmico (KNIGHT; DE WIT, 1995).

Mesmo após a independência, a influência dos modelos europeus ainda prevalecia. A interação entre as universidades nas ex-colônias e o sistema antigo era constante. Ademais, muitos estudantes do novo mundo ainda buscavam a Europa para prosseguir nos estudos. Muito embora as universidades tivessem uma orientação nacional nesse momento, a mobilidade estudantil e de pesquisadores e a ascendência dos modelos europeus sobre as novas instituições demonstravam a clara existência de elementos de internacionalização nesse processo.

A reforma universitária, contudo, viria no século XIX, num cenário marcado pela Revolução Industrial. Com Guilherme Humboldt, a universidade da pesquisa foi institucionalizada. Segundo ele, as universidades deveriam chamar a si a responsabilidade sobre a produção do conhecimento, ancorado na pesquisa e tendo como meta o desenvolvimento da ciência. Nesse sentido, Ben-David (1974) argumenta que houve uma tentativa em estabelecer garantias estruturais para assegurar a autonomia dos pesquisadores. Também nesse contexto, ganham força as universidades técnicas. Com o crescimento do comércio e a Revolução Industrial, era necessário maior desenvolvimento das ciências aplicadas, o que levou a um fortalecimento das escolas politécnicas, antes relegadas a segundo plano. Na França, implantou-se o modelo proposto por Pierre-Georges Cabanis, caracterizado pela grande autonomia das universidades e pelo estabelecimento de uma rede de escolas isoladas para atender às demandas de produção da Revolução Industrial e da burocracia,

---

[12] Vale uma ressalva para a Universidade John Hopkins, que foi estabelecida com base no modelo alemão (KNIGHT; WIT, 1995).

[13] Juntamente com a University of Cornell, essas oito universidades mais antigas dos Estados Unidos formou a Ivy League (Liga de Hera), grupo das instituições de maior prestígio científico no país e no mundo, marcadas pela excelência acadêmica.

segmentando a investigação e a formação. Na Inglaterra, além da manutenção do modelo tradicional estabelecido em Oxford e Cambridge, foram criadas instituições científicas e técnicas também voltadas ao atendimento das demandas advindas da Revolução Industrial. Também nesse período, quando a Europa estava imersa em uma multiplicidade de modelos de Instituições de Ensino Superior, o latim cedeu lugar às línguas modernas (BEN-DAVID, 1974; ROSSATO, 1998; SANTOS; ALMEIDA FILHO, 2012).

As instituições norte-americanas também passaram por transformações. Dois modelos distintos ganharam espaço: instituições voltadas para a pesquisa e instituições voltadas para a preparação para o mercado de trabalho e formação técnica. Porém, foi no início do século XX, com o relatório Flexner,[14] que o sistema universitário americano sofreu uma grande alteração. Dentre outras mudanças, merece destaque a implementação do sistema departamental e da estrutura curricular em ciclos (SANTOS; ALMEIDA FILHO, 2012; PAGLIOSA; DA ROS, 2008).

O século XX foi marcado por expansão e avanços no sistema universitário e de pesquisa. Observou-se, também, o renascimento e o fortalecimento de uma busca maior por internacionalização e a redução do isolacionismo nacional. A criação do Institute of International Education (IIE)[15] em 1919 nos Estados Unidos, do Daad[16] (Deutscher Akademischer Austauschdienst/German Academic Exchange Service) na Alemanha, em 1925, e do British Council,[17] em 1934, na Inglaterra, apontam nessa direção. No período do imediato pós-guerra, havia tentativas de entendimentos mútuos entre as nações na busca por

---

[14] Abraham Flexner formou-se em artes e humanidades na Universidade Johns Hopkins, tendo se dedicado ao estudo do sistema educacional. A Alemanha, país que viveu em períodos de sua vida, exerceu forte influência sobre sua obra. A convite da Carnegie Foundation, realizou um estudo sobre a educação médica nos Estados Unidos e no Canadá. Esse estudo resultou no Relatório Flexner, publicado em 1910, que influenciou toda a estrutura curricular e o sistema organizacional das instituições americanas. Flexner foi o fundador do Instituto de Estudos Avançados de Princeton, que teve em seus quadros Albert Einstein e John Von Neumann (PAGLIOSA; DA ROS, 2008).

[15] O IIE foi criado em 1919, no contexto do fim da Primeira Guerra Mundial. Seus fundadores entendiam que a paz duradoura só poderia ser alcançada se houvesse entendimento entre as nações e, para isso, o intercâmbio educacional internacional formaria as bases sólidas para a promoção dessa compreensão. Informações disponíveis no *site* do IIE: <http://www.iie.org/Who-We-Are/History>. Acesso em: 2 fev. 2015.

[16] Fundado em 1925 em Heidelberg, por um estudante, o Daad tornou-se uma das organizações de financiamento mais importantes do mundo para o intercâmbio internacional de estudantes e pesquisadores. Informações disponíveis em: <https://www.daad.org/>. Acesso em: 2 fev. 2015.

[17] O British Council (originalmente chamado de Comitê Britânico para as Relações com outros países) foi fundado em 1934 para construir novas relações internacionais, com base no entendimento mútuo e ausência de de domínio político ou militar. Sua missão, estabelecida pela Carta Real, era: divulgar o Reino Unido e o idioma inglês no exterior e desenvolver relações culturais mais próximas do Reino Unido com outros países. Mais de 80 anos após sua criação, o British Council continua buscando enfrentar os desafios globais e criar oportunidades por meio do trabalho cultural e educacional. Informações disponíveis no *site* do British Council: <http://www.britishcouncil.org/organisation/history>. Acesso em: 2 fev. 2015.

harmonia e paz. Além disso, a questão da difusão cultural se tornou muito forte. Instituições como o IIE, Daad e British Council passaram a atuar nesse sentido.

Como resultado da democratização do acesso ao ensino superior, houve sua universalização no final do século XX. Houve, nesse período, a chegada da classe média a essas instituições, o aumento da presença das mulheres na universidade e o crescimento ou a implantação das universidades na África e na Ásia. Com a independência política, fazia-se necessária a formação de quadros técnicos capacitados para atuar no governo e na consolidação dessas nações, bem como a circulação e mobilidade.

Nesse cenário, a internacionalização foi expressa na forma de cooperação para o desenvolvimento e houve um grande crescimento da mobilidade acadêmica no sentido sul-norte, com fomento para bolsas de estudo e apoio ao intercâmbio dos estudantes do Sul, patrocinado principalmente pelos Estados Unidos e pela Europa. Além de bolsas de estudo, o Norte também financiava a ida de professores visitantes para os países da região, bem como destinava fundos de pesquisa para universidades ali presentes.

Ademais, a busca por influência política e cultural levou as grandes potências a buscarem difundir suas línguas e cultura pelas diferentes regiões o planeta. O socialismo também contribuiu para fomentar o ensino superior nos países sob sua influência, merecendo destaque Cuba, China e vários países africanos que tiveram grande desenvolvimento do ensino técnico. As antigas metrópoles também buscaram manter sua presença cultural e educacional sobre as antigas colônias (ROSSATO, 1998; KNIGHT; DE WIT, 1995).

A universalização do ensino também levou à preocupação com o paroquialismo. Além de necessários os contatos internacionais para os avanços na pesquisa, o receio do isolacionismo e provincianismo foram motivadores para a internacionalização da educação. Ao mesmo tempo em que se buscava, com a internacionalização, reduzir o isolamento e o caráter provinciano, também foi dada ênfase na criação de identidades regionais.

Já no final do século XX, uma última vertente passou a impactar a promoção e o incentivo dos intercâmbios: a financeira. A mobilidade começa a ser encarada também como fonte de financiamento para algumas universidades, principalmente americanas e inglesas, mantidas com os pagamentos de altas *tuitions fees.*

A multiplicação das universidades, a democratização do acesso – com a universalização do ensino superior –, a constante mobilidade e a busca por parcerias levaram ao crescimento do interesse acerca da internacionalização. Cada vez mais se discute o que é esse processo, quais são as estratégias para sua implementação e fomento e os resultados esperados.

2.1.2 Conceito e estratégias

Com as transformações da sociedade, advindas principalmente do processo de globalização, observamos também as transformações no ensino superior e o crescimento do debate acerca da internacionalização. A multiplicação das universidades, que resultou na democratização do acesso e na universalização do ensino superior, num mundo cada vez mais intercultural e interdependente, a internacionalização do ensino e da produção do conhecimento se amplia. Ademais, as iniciativas de integração regional e, consequentemente, de busca de uniformização dos quadros legais dos países-membros conduzem a intensificação desse processo.

Hoje, a internacionalização vem sendo colocada como o quarto pilar de atuação da universidade, junto com o ensino, as atividades de pesquisa (científicas) e de extensão[18] (que resultam em maior aproximação com a sociedade) (NETTO, 2011; SANTOS; ALMEIDA FILHO, 2012). É com o fortalecimento dessa sua quarta missão que a universidade está respondendo aos desafios do mundo contemporâneo.

Segundo Knight (2004), internacionalização é "o processo de integração de uma dimensão internacional, intercultural ou global aos objetivos, funções e oferta da educação superior." (2004, p. 11). Ainda segundo a autora, há diferentes maneiras de interpretar o termo de acordo com a abordagem dada, pois a internacionalização é interpretada e usada de maneira ampla e abrangente, "não se limita a um determinado conjunto de atividades ou programas internacionais, tais como a mobilidade, a cooperação para o desenvolvimento, a pesquisa, o desenvolvimento curricular, ou o comércio." (KNIGHT, 2005, p. 5). Para Maringe e Foskett, a internacionalização da educação superior constitui-se em um grupo de respostas estratégicas à globalização (2012, p. 2). Altbach, Reisbert e Rumbley também concordam que a internacionalização é uma "variedade de políticas e programas que universidades e governos implementam para responder à globalização" (2009, p. 5).

Teichler (2004) conceitua internacionalização como um fenômeno em que se observam crescentes atividades além-fronteira entre os sistemas nacionais de educação superior, sendo frequentemente discutida em relação à mobilidade física, à cooperação acadêmica e à transferência de conhecimento científico. Bartell (2003) adverte que há uma

[18] O caput do art. 207 da Constituição Federal dispõe da seguinte forma acerca dos pilares da universidade: "Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão."

variedade de entendimentos, interpretações e aplicações para a internacionalização, desde uma visão minimalista e instrumental, como obtenção de financiamento externo para programas no exterior, por meio de intercâmbio internacional de estudantes para a realização de pesquisa científica em nível internacional, até uma visão mais complexa, que abrange o processo político integrante que permeia a vida, a cultura, o currículo e o ensino, e também as atividades de pesquisa da universidade e seus membros.

Entendemos que a internacionalização é o processo de integração de uma dimensão internacional à educação superior e apresenta uma dimensão nacional e uma institucional, podendo se manifestar sob diversas formas. Contudo, acreditamos que esse processo não nasceu com a globalização, como defendem alguns autores, mas apenas se intensificou a partir do século XX, ganhando novos contornos.

Alguns dos principais argumentos levantados para a proposição da internacionalização são: busca por enriquecimento intelectual e por novos saberes, competitividade, melhoria da qualidade do ensino, necessidade de formação holística voltada para o mercado de trabalho global (em contraposição ao paroquialismo local), parcerias estratégicas para redução de custos e obtenção de avanços, complementaridade da pesquisa, inovação e redução da endogenia.

O processo de internacionalização é feito em âmbito nacional, com políticas *top-down* e *bottom up* no âmbito institucional. Em regra, para a internacionalização, é preciso uma combinação da atuação desses dois níveis de atores. No nível nacional, podem atuar o governo federal, organismos internacionais, organizações não governamentais e empresas. Em termos de políticas públicas, a competência para atuação é do governo federal. Há uma grande atuação de órgãos estatais, por meio de agências de fomento, principalmente em países que estejam buscando fortalecer esse processo. Todas as iniciativas voltadas para o ensino, o financiamento de ciência, tecnologia e inovação, a avaliação, a regulação, a acreditação e o aperfeiçoamento são abrangidas por essas políticas. Institucionalmente, a atuação é mais individualizada e as universidades e institutos de pesquisa (principais representantes desse grupo) desenvolvem suas políticas de maneira singular. Há instituições que dispõem de metas, diretrizes, planos de ação, políticas de fomento à mobilidade, orçamento alocado para a internacionalização e assessorias internacionais ativas e participantes que operam nesse segmento. Outras, contudo, não contam com esses mecanismos, e as ações passam a ter caráter mais pessoal, dependendo do interesse dos estudantes e professores.

Em *The costs and benefits of World-Class Universities*, Philip Altbach (2003) defende que, em nível institucional, é preciso buscar a formação do que ele chama de *World-Class*

Universities – universidades que têm um padrão de excelência internacional. Segundo ele, as principais características de uma instituição de *standard* internacional seriam as seguintes:

- pesquisa de excelência – reconhecida pelos pares (medida e publicada). Para isso, professores de qualidade precisam ser atraídos não só por meio de remunerações recompensadoras, mas também por meio de condições favoráveis de trabalho;
- liberdade científica, autonomia acadêmica e atmosfera desafiante. Nesse espaço, professores e alunos têm liberdade para atuar de maneira imparcial e meritocrática, sem receio de censura ou repressão;
- governança – com estruturas sólidas e consolidadas. Há autogovernança, por meio de regulamentos e estatutos consistentes, que permitem administração permanente e estabilidade;
- infraestrutura e instalações adequadas – com laboratórios, bibliotecas e recursos tecnológicos que permitam a pesquisa;
- financiamento – essencial para o fomento da pesquisa e do ensino e a manutenção da instituição de maneira geral.

Altbach (2003) argumenta ainda que o debate acerca da excelência universitária é bastante pertinente e fundamental para que melhorias possam ser alcançadas. Ele adverte, contudo, que não é fácil alcançar esse nível e tampouco é fácil mensurá-lo. Ademais, as diferentes instituições podem apresentar grupos de excelência e alguns aspectos fortes, mas não necessariamente todas as características de uma *World-Class University*. Ele alerta ainda que a busca por esse *status* e a construção de uma elite científica pode prejudicar outros financiamentos com a mesma relevância ou restringir o acesso democrático ao ensino superior. O importante é que seja dada atenção à melhoria dos padrões acadêmicos para que recursos sejam alocados de maneira a buscar um sistema internacional de ensino superior.

Diversas são as formas pelas quais esse processo de internacionalização pode ser concretizado: mobilidade estudantil (com a ida de estudantes nacionais para outros países e o recebimento de estrangeiros nos *campi* nacionais); atração de professores estrangeiros para integração do corpo docente ou mesmo para atuação como visitantes, ministrando disciplinas, cursos monográficos, seminários, palestras e ateliês; fomento a parcerias universitárias; financiamento de projetos conjuntos de pesquisa entre universidades nacionais e estrangeiras; formação multinacional de corpo editorial e conselho científico de revistas; presença de professores estrangeiros em bancas de defesa de dissertações e teses; abordagem curricular

internacional; apoio à participação em congressos internacionais para apresentação de comunicações e resultados de pesquisa, dentre outras.

Em relação às estratégias, uma das mais disseminadas é a mobilidade, a qual não é criação do mundo contemporâneo, mas nasce com o próprio estabelecimento das instituições de ensino. Essa é a primeira manifestação de internacionalização. Almejava-se, por um lado, a complementação e o aperfeiçoamento na formação; por outro, buscava-se também o compartilhamento do conhecimento e da informação. Se no passado essas iniciativas eram individuais e pontuais, hoje, universidades e governos atuam para estruturá-las de maneira sistematizada.

O Programa Erasmus é um exemplo de massificação desse processo de apoio à mobilidade. Criado em 1987, ele visava inicialmente ao intercâmbio de estudantes e docentes no âmbito da União Europeia. Quase trinta anos após seu estabelecimento, o programa já ultrapassou as fronteiras do velho mundo, tomando dimensões mundiais em parcerias com os mais diversos países em todos os continentes. Na América Latina, é importante mencionar o Programa da Fundación Gran Mariscal de Ayacucho, da Venezuela, estabelecido na década de 1970 para possibilitar a ida de nacionais para estudar no exterior, e o Programa Becas Chile*,* iniciado a partir de 2008 (AVEIRO, 2014).

Merece destaque, nesse mesmo sentido, o Programa Ciência sem Fronteiras (CSF). Criado em 2011, o CSF é a maior e mais ambiciosa iniciativa para o fomento da mobilidade internacional financiada por um governo. No programa, há estímulo à mobilidade de pesquisadores, cientistas, estudantes de graduação e de pós-graduação, alunos de cursos técnicos e tecnólogos, pessoal das empresas, docentes e pesquisadores para períodos de intercâmbio no exterior. Uma iniciativa sem precedentes, o CSF estabeleceu como meta o envio de 101 mil estudantes e pesquisadores para o exterior em um período de quatro anos nas áreas de ciências exatas e da terra, biológicas, agrárias, da saúde e engenharias.[19] Além das bolsas para ida de brasileiros para o exterior, o programa também apoia a vinda de pesquisadores estrangeiros para o país como visitantes. O objetivo dessa iniciativa é complementar a formação de estudantes brasileiros, visando, além da oportunidade de vivenciar uma nova experiência educacional que se dá em nível individual, a buscar também o desenvolvimento acelerado da tecnologia e da inovação no país, estratégia em nível nacional (AVEIRO, 2014).

---

[19] As áreas de ciências humanas, ciências sociais aplicadas e linguística, letras e artes não foram contempladas pelo programa.

O CSF é um exemplo típico de atuação dos níveis nacional e institucional para o sucesso da política. Se, por um lado, a concepção, a coordenação e os investimentos são realizados pelo governo federal,[20] por outro, há atuação das universidades na divulgação do programa e chancela dos candidatos inscritos para participação no intercâmbio. Ademais, no caso do recebimento dos professores visitantes, há uma grande articulação entre a universidade receptora e o pesquisador estrangeiro.[21]

A mobilidade em suas várias formas é um dos vetores do mundo global. Essa mobilidade não envolve apenas estudantes, mas também professores, pesquisadores e técnicos com os vários níveis de bolsas: graduação, aperfeiçoamento e capacitação, mestrado, doutorado, pós-doutorado e bolsas seniores. Ademais, ela pode ser apresentada na modalidade de realização plena da formação no exterior ou no formato parcial. Em casos de bolsas para realização parcial da formação no exterior, ela pode se apresentar em diferentes submodalidades. Há a formação sanduíche, em que o estudante/pesquisador realiza um estágio no exterior, podendo ou não cursar disciplinas, a depender do nível e também da universidade receptora. Nos casos de graduação sanduíche, é bastante comum a participação em aulas; já no caso da pós-graduação, o mais comum é a presença apenas no laboratório. Há ainda o duplo diploma ou o diploma conjunto. Nessas duas submodalidades, há bastante coordenação entre as instituições participantes, haja vista que o aluno recebe o diploma das duas instituições – no primeiro caso, o estudante recebe um diploma de cada uma das duas instituições; no segundo, o estudante recebe um único diploma emitido por ambas as instituições. Em ambos os casos, há um acordo de cooperação entre as duas instituições e o aluno, em regra, realiza metade da formação em cada instituição, sendo matriculado em ambas. Essas submodalidades podem ser realizadas tanto em nível de graduação como de pós-graduação. No caso da pós-graduação, além de acordo prévio entre as instituições, há, ainda, a necessidade de formalização de um acordo específico para cada estudante, pois procedimentos como local de realização da defesa, língua a ser utilizada na redação da tese e composição da banca precisam ser previamente acordados.

Em regra, há financiamento externo à universidade para que esses intercâmbios ocorram por meio de bolsas de estudo de agências de fomento federais e estaduais ou de

---

[20] O setor privado também foi convidado a participar do programa por meio do financiamento de parte das bolsas. Empresas privadas acordaram a concessão de recursos para o financiamento de 26 mil bolsas.

[21] Em 25 de junho de 2014, foi anunciada a segunda fase do Programa Ciência sem Fronteiras, com objetivo de enviar mais 100 mil bolsistas para o exterior a partir de 2015. Informações disponíveis em: <http://www.capes.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/7030-governo-anuncia-mais-100-mil-bolsas-de-estudo-na-segunda-fase-do-programa-ciencia-sem-fronteiras>. Acesso em: 8 fev. 2015.

fundações privadas sem fins lucrativos de amparo à pesquisa. Embora haja esse financiamento exterior, a universidade é protagonista nas tratativas e alocação dos bolsistas. Além dos ganhos individuais, que são inegáveis, há ainda ganhos institucionais, uma vez que nas modalidades parciais há envolvimento também do orientador brasileiro para o intercâmbio e, em submodalidades com cotutela, há o envolvimento da área internacional da instituição. Se, por um lado, é necessária sintonia científica entre as duas instituições, por outro, esses mecanismos ajudam a fortalecer o relacionamento científico e a formação de redes de cooperação, em um círculo virtuoso bastante positivo.

Todas as modalidades podem ocorrer nos dois sentidos – envio de nacionais para o exterior e recebimento de estrangeiros no país. Assim, a atração de estudantes e professores para as universidades nacionais também é uma forma bastante usual de proporcionar a internacionalização. Normalmente, os estudantes são responsáveis pela sua própria inscrição, acompanhada da chancela da sua universidade de origem, quando for o caso. Já no caso dos professores, em regra, os procedimentos são realizados pela instituição/departamento que recebe o convidado.

Além das modalidades individuais, há também financiamento de projetos conjuntos de pesquisa que envolvem grupos de pesquisadores em instituições de dois ou mais países. Nesses casos, o financiamento é focado na pesquisa, podendo também haver mobilidade estudantil dentro do desenvolvimento do projeto e de reuniões e missões dos grupos participantes.

Além das estratégias de apoio à mobilidade e financiamento de pesquisa conjunta que são fortemente fomentados pelas agências, é indispensável o desenvolvimento institucional para o estímulo à internacionalização. Nesse caso, os programas são concebidos e executados em nível institucional. A existência de assessorias internacionais ou escritórios administrativos para a gestão das atividades de internacionalização é fundamental. São necessárias também atividades de recrutamento e capacitação da equipe que compõe essa célula. Muitas vezes, há estabelecimento de parcerias informais por professores e laboratórios. Outras vezes, são assinados acordos institucionais com parcos avanços. Nesses casos, a atuação das assessorias auxilia na formalização da parceria para que ela se fortaleça ou para que se criem oportunidades que levem à concretização dos acordos vigentes A assinatura de acordos demonstra a intenção de cooperação e aumenta a visibilidade das instituições, mas para a construção de parcerias sólidas é preciso que haja avanço e iniciativas concretas visando à colaboração.

A infraestrutura da universidade para o recebimento do estrangeiro é outro elemento basilar. Os *campi* precisam estar preparados para acolher esses estudantes. Além de moradia adequada, é preciso que haja um centro de apoio ao estudante/pesquisador estrangeiro para que sua estadia seja profícua. Laboratórios de línguas são essenciais para a capacitação de estudantes nacionais em outro idioma e de estrangeiros no idioma local. Em muitos países, a barreira linguística se mostra um grande entrave para o avanço na cooperação internacional ou para publicação em revistas de excelência.

Elemento de igual relevância é a internacionalização do currículo universitário. Principalmente no caso da graduação, as universidades precisam estar preparadas para a incorporação ao currículo do estudante da experiência realizada no exterior. Muitas vezes, a rigidez normativa prejudica a mobilidade.

Dentre os elementos levantados, acreditamos que as ferramentas que envolvem a colaboração por meio do financiamento de projetos conjuntos de pesquisa são as que apresentam maior probabilidade de formação de redes e constituição de parcerias sólidas. Nesse sentido, a cooperação educacional, científica e tecnológica tem papel central na consolidação da internacionalização.

2.2 A cooperação internacional

As bases do sistema tradicional westfaliano têm perdido solidez com a evolução do cenário internacional. Com o lento e gradual processo de reordenamento do contexto mundial, começaram a surgir questionamentos quanto à validade de teorias que explicam as relações internacionais com base exclusivamente em modelos estado-centrados. Questiona-se essa "autofinalização" do Estado frente à mundialização, à relativização da soberania, e sua própria crise. Progressivamente, as novas formas de integração revelam que esse Estado centrado tem dificuldade em resistir aos novos desafios: a multiplicidade dos espaços de integração e a interdependência entre as comunidades políticas e entre as economias, transcendendo fronteiras (AVEIRO, 2006)

Os Estados veem-se, pouco a pouco, incapazes de atuar de maneira unilateral e autônoma, o que se corrobora com o crescimento da globalização, da transnacionalização e dos regimes internacionais. Nesse contexto, ganham relevância os diálogos entre os Estados e os arranjos regulatórios e de colaboração, criando uma rede de interdependência. Os Estados, que por muito tempo atuaram com total autonomia, vêm dispondo-se a abrir mão dessa

prerrogativa com vistas a fomentar a garantia de seu bem-estar social e econômico (AVEIRO, 2006).

A mundialização, a crise do Estado, importada por parte dos países em desenvolvimento, e as novas formas de integração revelam, paulatinamente, novos e severos desafios para o sistema de Estados Nacionais, tais como a interdependência entre as comunidades políticas e entre as economias. Rosenau é um dos autores que contribuiu para a crítica ao Estado-Nação como epicentro da ordem internacional sistematizada no binômio que opõe um "mundo multicentrado" a um "mundo estado-centrado" (ROSENAU; CZEMPIEL, 2000; AVEIRO, 2006).

Se, no passado, processos de cooperação existiam para evitar guerras e manter o equilíbrio de forças entre nações, no mundo globalizado, esse processo existe para que os atores tenham ganhos de produtividade e competitividade. Keohane e Nye defendem que vivemos em uma "relativização da soberania", um mundo sem fronteiras (KEOHANE; NYE, 1989, p.3). Segundo eles, a agenda tradicional das relações internacionais não existe mais, enfrentamos novos perigos e novas possibilidades. Estamos em uma nova era, em que o mundo se tornou interdependente. Ainda segundo Keohane, nesse mundo interdependente, a cooperação requer que atores entrem em conformidade em um processo de negociação. Ele defende que

> A cooperação ocorre quando os atores ajustam seu comportamento às preferências reais ou esperadas dos outros, por meio de um processo de coordenação política. Para resumir de maneira mais formal, a cooperação intergovernamental ocorre quando as políticas realmente seguidas por um governo são consideradas, por seus parceiros, como facilitadoras para a realização de seus próprios objetivos, como o resultado de um processo de coordenação política. (KEOHANE, 1984, p 51-52, tradução nossa).

Para Castells, esses atores interagem em redes, nas quais a informação é difundida, gerando inovação

> O que caracteriza a atual revolução tecnológica não é a centralidade de conhecimento e informação, mas a aplicação desses conhecimentos e dessa informação para a geração de conhecimento e de dispositivos de processamento/conhecimento da informação em um ciclo de realimentação cumulativo entre a inovação e seu uso. [...] os contextos culturais/institucionais e a ação social intencional interagem de forma decisiva com o novo sistema tecnológico, mas esse sistema tem sua própria lógica embutida, caracterizada pela capacidade de transformar todas as informações em um sistema comum de informação, processando-as em velocidade e capacidade cada vez maiores e com custo cada vez mais reduzido em uma rede de recuperação e distribuição potencialmente ubíqua. (CASTELLS, 1999, p. 50-51).

A cooperação internacional pode ser entendida como um processo em que os sujeitos buscam, na interdependência, a complementaridade de seus interesses. Zartman e Touval

definem cooperação como a "situação em que as partes concordam em trabalhar juntas para produzir novos ganhos individuais que não estão disponíveis a eles por ação unilateral" (2010, p.1). Conjuntamente, os atores definem o formato da cooperação e a maneira de execução. Nessa ação coordenada entre dois ou mais atores, os ganhos superam os custos individuais.

A cooperação pode ser propulsora do desenvolvimento e um instrumento de política externa que contribui para o estreitamento dos vínculos políticos, culturais e educacionais, fortalecendo as relações entre países. Os Estados passam da competição para a cooperação. Se esta leva, por um lado, à necessidade de negociação e compartilhamento de esforços, por outro, pode gerar benefícios para ambas as partes envolvidas. Assim, identifica-se a necessidade de cooperar para desenvolver-se. Segundo Celso Amorim,

> A cooperação internacional tem como um dos seus primeiros pressupostos a ideia de 'alteridade', isto é: o respeito de um Estado pela existência de outros Estados, cujos objetivos podem e devem ser por eles próprios traçados. Assim, a ideia hobbesiana da vida internacional como a 'guerra de todos contra todos', temperada apenas pela moderação que a própria razão e o autointeresse ditassem, representa, paradoxalmente, um momento importante na evolução do pensamento político e da própria ideia de cooperação, na medida em que contribui para enterrar os mitos que tornariam qualquer cooperação autêntica impossível. (AMORIM, 1994 p.151).

Há também, uma evolução no conceito de cooperação. Antes, fortemente ligada à ajuda internacional e ao financiamento externo, a cooperação é, atualmente, apreciada como um elemento intrínseco e necessário em um cenário mundial cada vez mais globalizado e com fronteiras nacionais reduzidas. A negociação dos projetos de cooperação está também baseada na confiança, na reciprocidade e na solidariedade mútua. A interação é um dos pontos-chaves nesse processo (AXELROD, 1981; CALDAS; AMARAL, 1998; SEBASTIÁN, 2004; ZARTMAN; TOUVAL, 2010; SOTILLO, 2011).

Com essa evolução, houve o incremento das relações de troca de conhecimento, ganhando força as parcerias. Os artigos 55 e 56 do capítulo IX da Carta das Nações Unidas referem-se à cooperação internacional de caráter cultural e educacional como necessária à estabilidade e à solução de problemas:

> Artigo 55
> Com o fim de criar condições de estabilidade e bem-estar, necessárias às relações pacíficas e amistosas entre as Nações, baseadas no respeito do princípio da igualdade de direitos e da autodeterminação dos povos, as Nações Unidas promoverão:
> a) A elevação dos níveis de vida, o pleno emprego e condições de progresso e desenvolvimento econômico e social;
> b) A solução dos problemas internacionais econômico, sociais, de saúde e conexos, bem como a **cooperação internacional, de caráter cultural e educacional**;
> c) O respeito universal e efetivo dos direitos do homem das liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião.
> Artigo 56

> Para a realização dos objetivos enumerados no artigo 55, todos os membros da Organização se comprometem a agir em cooperação com esta, em conjunto ou separadamente. (ONU, 1945, grifo nosso).

Assim, a cooperação é um instrumento útil para a formação de recursos humanos qualificados e para os avanços científicos. Seu maior mérito no âmbito educacional é o fortalecimento institucional e a internacionalização da educação superior como elemento estratégico para o desenvolvimento.

2.2.1 Cooperação internacional no âmbito educacional, científico e tecnológico

O *Dictionnaire de la terminologie du droit international* define a cooperação como a ação de trabalhar conjuntamente com outros. A cooperação intelectual seria o trabalho de educadores, pesquisadores, cientistas, artistas e do agrupamento e coordenação dos seus esforços. Já a cooperação internacional seria, por sua vez, a ação ordinária de coordenação entre dois ou mais Estados para o alcance de resultados desejáveis pelos dois.

Para Anderson (2011), a cooperação científica internacional é realizada por meio de projetos de pesquisa que envolvem investigadores afiliados a instituições de diferentes países. Já Sebastián apresenta uma definição bastante completa acerca da cooperação internacional universitária:

> Conjunto de atividades realizadas entre ou por instituições de educação superior que, por meio de múltiplas modalidades, implicam uma associação e colaboração nos âmbitos da política e gestão institucional, da formação, da investigação, da extensão e da vinculação com os objetivos de fortalecimento e projeção institucional, a melhora da qualidade da docência, o aumento e a transferência do conhecimento científico e tecnológico e a contribuição à cooperação para o desenvolvimento. (2004, p. 20, tradução nossa).

A cooperação internacional não representa um fim em si mesma, mas um meio para alcançar os objetivos perseguidos. Para a promoção de avanços científicos e tecnológicos de um país e o desenvolvimento institucional das universidades, as parcerias internacionais se fazem necessárias. A cooperação é essencial para a internacionalização da pós-graduação e a disseminação do conhecimento. Segundo Chermann,

> A cooperação entre universidades trata, especialmente, da transferência e utilização do conhecimento como métodos capazes de criar novos conhecimentos. É um processo dinâmico que muda substancialmente o potencial da universidade. A universidade é o lugar onde normalmente conhecimentos são produzidos, consumidos e quebrados; portanto, a tradicional academia é altamente útil, pois é nela que, baseando-se na redução de problemas em pequenas unidades de análise e estudando-as em profundidade, é possível a aproximação entre vários conhecimentos em uma interdisciplinaridade, em que elementos são arranjados e rearranjados, recriando novos conhecimentos. (1999, p. 45).

A internacionalização de universidades e centros de pesquisa passa, portanto, pelo incentivo à cooperação internacional e às parcerias estratégicas. Para que essas instituições se tornem centros irradiadores de conhecimento, é preciso sua adaptação ao contexto global. Como resultado da cooperação educacional, científica e tecnológica, consolidam-se redes acadêmicas internacionais. Isso se dá, por exemplo, por meio da circulação de pesquisadores e acadêmicos, bem como do fomento à produção científica conjunta, evitando-se, assim, a endogenia.

A busca de competitividade por um país exige ação estratégica por meio da cooperação, visando à atração de tecnologias, à capacitação de profissionais e à aceleração do processo de desenvolvimento nacional. O professor Marcovitch, ao tratar da interdependência que caracteriza a atual sociedade, argumenta sobre a necessidade de que as nações conciliem seus interesses em iniciativas de cooperação.

> Para os campos socioeconômico, tecnológico e ambiental, percebem-se avenidas de cooperação internacional, cooperação que decorre do engajamento dos protagonistas sociais e das instituições. Desse engajamento pode resultar um sistema de cooperação, estruturado pelo governo mas que transcenda seus limites. Sistema que busque uma estratégia, métodos de gestão e uma capacidade de negociação capazes de conciliar competição e cooperação. (MARCOVITCH, 1994, p. 13).

A circulação de pessoas e a interação internacional e multicultural, presentes em instituições de ensino e pesquisa, fazem parte de um ambiente propício ao processo de desenvolvimento científico e tecnológico. Nesse cenário, a pesquisa colaborativa internacional auxilia no esforço interno de aperfeiçoamento e inovação. A formação de recursos humanos qualificados é requisito básico para o progresso da ciência e tecnologia no país. Isso é fundamental para o crescimento econômico. A inserção internacional de uma nação somente melhorará se o país for produtor de conhecimentos e tecnologias. Conforme argumenta Trigueiro, "a criação e o uso de novas tecnologias podem dar origem, ao mesmo tempo, a condições de emancipação e de transformação de sujeitos" (TRIGUEIRO, 2009, p.49).

Callon (1999) e Latour (2000) defendem que a mobilidade de pesquisadores e estudantes favorece a cooperação e a formação de redes, fundamentais para o desenvolvimento científico e tecnológico. Dentro da Actor Network Theory (ANT – teoria ator-rede), esses estudiosos argumentam que as redes são formadas por diversos atores que agem em torno de um interesse investigativo comum em processos coletivos de construção social do conhecimento.

Em *Ciência em Ação*, Latour defende esse processo como necessário à produção científica, "a história da ciência é em grande parte a história da mobilização de qualquer coisa que possa ser levada a mover-se e embarcar numa viagem para casa, entrando no censo universal." (LATOUR, p. 364-365). Segundo Knight,

> Presume-se que, por meio do reforço da dimensão internacional do ensino, pesquisa e serviço, agrega-se valor à qualidade dos sistemas de ensino superior. Essa premissa é claramente baseada na suposição de que a internacionalização é considerada central para a missão da instituição, e não é um esforço marginalizado. (KNIGHT, 2004, p. 12, tradução nossa).

A importância dada à cooperação internacional se reflete também em eventos e debates de natureza científica. No último Fórum Mundial de Ciência[22] – maior e mais importante reunião internacional de cientistas e autoridades em CT&I – realizado em 2013, no Rio de Janeiro, ficou evidente o peso que se tem dado à temática. Na Declaração Final de recomendações aprovadas pela Assembleia Geral do sexto fórum, merece destaque a ênfase dada ao tema:[23]

- A aceleração da "economia do conhecimento" tem gerado novos padrões de migração para os cientistas e aumento da mobilidade. A necessidade de uma maior cooperação entre as universidades, as organizações públicas de pesquisa e a indústria tornou-se premente na educação, tanto em nível de graduação como de pós-graduação e na formação de cientistas para abrir novas oportunidades aos jovens cientistas.
- Os desafios globais oferecem uma oportunidade única para pesquisa colaborativa de forma equitativa.
- No ensino superior, abordagens inter e transdisciplinares devem ser encorajadas, para fazer face às complexidades da sociedade moderna e da indústria. No mundo contemporâneo, em que a mobilidade de estudantes e pesquisadores é cada vez

---

[22] A primeira edição do Fórum Mundial de Ciências (World Science Forum – WSF) teve lugar em Budapeste, em 1999, então com o nome de World Conference on Science for the Twenty-First Century. Naquele momento, a Academia de Ciências Húngara, a Unesco, o International Council for Science e o governo húngaro decidiram organizar, a cada dois anos, uma edição do evento. O WCF é o maior e mais importante encontro internacional entre cientistas e gestores em CT&I. O objetivo do encontro é promover o diálogo sobre a ciência, seu papel e suas responsabilidades no século 21. Os temas prioritários são a necessidade de aconselhamento científico na elaboração de projetos econômicos e políticas públicas, assim como a importância da divulgação e popularização da ciência e de seus valores básicos para a sociedade como um todo. Mais de 100 países e mais de 500 cientistas participam bianualmente do evento. Na edição realizada em 2013 no Rio de Janeiro, o evento contou com mais de 700 participantes. Informações disponíveis em: <http://www.sciforum.hu>. Acesso em: 27 fev. 2015.

[23] Ver <http://www.sciforum.hu>.

maior, a cooperação internacional é essencial no atendimento das necessidades de capital humano altamente qualificado para as gerações futuras.

Nesse sentido, vemos a formação de redes e as associações de universidades fortalecerem a pesquisa e a colaboração internacional em seus diferentes formatos e com diferentes propósitos. Alguns grupos formam-se para o fortalecimento regional da pesquisa. É o caso, por exemplo, do Coimbra Group, fundado em 1985 por um grupo de Instituições de Ensino Superior da Europa, e do Santander Group of Universities, criado em 1992, também por universidades europeias. Outro grupo estabelecido, em 2002, foi o Leru (League of European Research Universities). Já o Unica (Network of Universities from the Capitals of Europe) tem a peculiaridade de ser um grupo de universidades em capitais europeias. O Unimed (Mediterranean Universities Union) e o CUM (Community of Mediterranean University) são associações de universidades dos países do Mediterrâneo. O Utrecht Network é uma rede de universidades europeias estabelecida com objetivo de cooperar para a internacionalização. A AUGM (Associação de Universidades do Grupo de Montevidéu) é um consórcio estabelecido por países do Cone Sul em 1991 para o fortalecimento de recursos humanos, da pesquisa científica e tecnológica e para a formação contínua e a interação de seus membros com a sociedade.

Outras associações, como o Grupo Tordesilhas, composto por IES brasileiras,[24] portuguesas e espanholas, tem lastro na ligação histórica entre os três países. A Red Cidir (Red Interuniversitaria de Conocimiento Orientada al Comercio, el Desarrollo y la Integración Regional), por exemplo, apresenta como característica os laços regionais, históricos e culturais, tendo como membros universidades da Argentina, do Brasil, do Paraguai, do Uruguai, do México e da Espanha. Laços culturais e linguísticos também incentivam a criação de redes que buscam fortalecer esses aspectos entre seus membros. É o caso da Aulp (Associação das Universidades de Língua Portuguesa), da AUF (Agence universitaire de la Francophonie) e da ACU (Association of Commonwealth Universities). Esses e outros grupos são estabelecidos sempre com o objetivo de fortalecimento institucional e internacionalização das IES.

---

[24] No caso brasileiro, as universidades têm atuado no sentido de participar de grupos de cooperação internacional como o Tordesilhas, a Aulp e o Grupo de Montevidéu. Ademais, o governo tem investido na busca por maior integração regional e com países lusófonos, visando a aprofundar laços já existentes. Nesse sentido, foram estabelecidas, no Brasil, a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila) e a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab). Criada em 2010, na cidade de Redenção, Ceará, a Unilab busca a cooperação solidária com os países lusófonos africanos. Já a Unila, também estabelecida em 2010, em Foz do Iguaçu, busca a aproximação com os países do Cone Sul, principalmente Argentina, Paraguai e Uruguai.

Atualmente, a cooperação universitária está cada vez mais horizontal e simétrica. As universidades e os centros de pesquisa têm buscado na cooperação a complementaridade de suas capacidades para a realização de atividades conjuntas e o alcance de benefícios mútuos. Os pesquisadores buscam o engajamento internacional para avançar em sua área de investigação. Além disso, a redução dos custos do projeto por meio da colaboração internacional não pode ser ignorada. As "vantagens comparativas" de cada instituição ou pesquisador são mais bem aproveitadas quando se trabalha com uma investigação internacional, pois a probabilidade de que os resultados apareçam mais rapidamente é maior. Há reais oportunidades de ganhos para todos os parceiros. Isso pode levar à maximização da produtividade e influenciar positivamente não somente os resultados alcançados nos estudos, mas também a carreira do pesquisador. A possibilidade de impactar a pesquisa do respectivo campo de atuação leva ao empenho dos cientistas para prosseguir com a pesquisa e ao engajamento internacional (HANDLEY, 2011).

Hoje, as ações de cooperação internacional crescem exponencialmente na realização de pesquisas e a mobilidade de pesquisadores e estudantes está muito presente no universo acadêmico. Schwartzman defende que

> A ciência está se tornando mais global. A velocidade e o baixo custo dos fluxos internacionais de informação colocam pesquisadores e centros de pesquisa em contato direto. A propagação de produtos e processos tecnológicos por empresas internacionais dissemina padrões similares de consumo, de organização e de trabalho. É muito mais fácil agora o acesso à comunidade científica internacional do que no passado. A mobilidade internacional de pesquisadores de talento também se tornou mais simples. Mas, ao mesmo tempo, a participação efetiva na comunidade internacional depende de uma qualificação adequada, na medida em que requer a utilização de instrumentos científicos padronizados, linguagem e padrões de comunicação adequados, que, em sua ausência, geram novas desigualdades e formas de concentração de recursos e qualificações. (1993, p. 16).

Nesse sentido ainda, Schwartzman (2009) advoga que, para o efetivo aproveitamento da mobilidade, é preciso que sejam estabelecidos projetos conjuntos entre instituições dos dois países para o fortalecimento da pesquisa e integração dos estudantes na vida acadêmica no exterior. Segundo ele, nos casos de estágios no exterior ou bolsas "sanduíche", faz-se necessária a proposição de um plano de estudos e de pesquisa bem definidos, sob a orientação de um pesquisador que tenha vínculo já estabelecido com a sua instituição de origem. Santos e Almeida Filho (2012) também defendem que ações concertadas entre universidades e governos para o estabelecimento de parcerias, e não apenas intercâmbios individuais, com programa de dupla titulação e projetos conjuntos de pesquisa, apresentam maior significado e propiciam ligações institucionais duradouras.

Como resultado da cooperação internacional, a colaboração nas publicações científicas em coautoria e a formação de redes de pesquisa são os principais destaques. Segundo Balancieri (2004), independentemente da natureza da cooperação científica – interpessoal, interinstitucional ou internacional –, seus resultados são, normalmente, expressos por meio da publicação realizada pelos cientistas envolvidos na pesquisa. Nesse sentido, apresentaremos alguns dos principais debates e autores que discutem a temática.

2.3 A colaboração científica[25]

O princípio básico da ciência é que seus resultados sejam tornados públicos e, portanto, seu fundamento é a comunicação da pesquisa realizada. A comunicação científica pode ocorrer de várias formas, tanto formal quanto informalmente, contudo, a realização científica de um indivíduo só será totalmente reconhecida como uma contribuição científica quando suas descobertas ou os novos conceitos apresentados forem integrados ao fluxo da informação científica do seu campo de estudo. No século XIV, as comunicações eram feitas por atas e memórias de reuniões e cartas pessoais a cientistas amigos. Graças à invenção da imprensa no século XV, o processo de comunicação científica passou a ser facilitado, reduzindo sua informalidade. Os canais formais de divulgação ganharam força. Ademais, antes dessa formalização, os cientistas tinham grande dificuldade em manter-se atualizados em relação aos trabalhos dos outros, transmitidos apenas oralmente ou por meio de correspondências (GARVEY, 1979; ZIMAN, 1984; GONÇALVES; RAMOS; CASTRO, 2006).

Assim, são criadas, no século XVII, as primeiras revistas científicas para apresentar os processos e resultados das pesquisas. A primeira revista científica de que temos conhecimento foi o *Journal des Sçavans,* lançado em 1665, em Paris. Ainda no mesmo ano, poucos meses

---

[25] Cabe aqui uma nota explicativa acerca do uso das terminologias cooperação e colaboração. Segundo Silva (2007), colaboração e cooperação têm conceitos diferentes, embora ambas signifiquem "trabalhar em conjunto" e sejam importantes. Para o autor, a cooperação refere-se a uma parceria mais equitativa comparativamente à colaboração. Já a cooperação, segundo Jaisson (2014c), seria um processo assimétrico, voltado para a ajuda, principalmente em decorrência do passado colonial europeu. Na presente tese, adotamos as terminologias como sinônimas, de forma que ambas aportam o conceito de trabalhar conjuntamente na busca de um objetivo comum. Ademais, quando apresentamos a questão da simetria, entendemos cooperação simétrica não como igualdade de estruturas ou espaço físico, mas intelectualmente falando. Observamos que os principais autores que discutem a temática das parcerias educacionais, científicas e tecnológicas as adotam com o mesmo significado. O mais usual é a adoção das terminologias "cooperação educacional" e "colaboração científica" para denominar o trabalho em conjunto (simétrico ou não). De qualquer forma, autores como Anderson e Steneck (2011), Beaver (2001), Garvey (1979), Katz e Martin (1997), Meadows (1999), Mueller (2005), Sébastian (2004), Sotillo (2011), e Stumpf (1996) adotam as duas terminologias indistintamente.

depois, foi lançada a segunda, *Philosopical Transactions of the Royal Society of London*. Ambas foram as precursoras do que viriam a ser as revistas científicas da atualidade e serviram de modelo para a literatura científica. O *Journal des Sçavants* foi o referencial para as revistas dedicadas à ciência de uma maneira geral. Já o *Philosopical Transactions* influenciou fortemente os modelos modernos de comunicação científica, pois era direcionado aos relatos de experimentos de cientistas e apresentava foco mais específico, sem inclusão das seções teológicas e legais, como era feito na primeira. A publicação da Royal Society of London iria influenciar, no século seguinte, as publicações das demais sociedades científicas que surgiram e se espalharam por toda a Europa. Em 1668, foi criada a *Litterati de Itália* e, em 1670, a *Miscellanea Curiosa,* na Alemanha (STUMPF, 1996; GONÇALVES; RAMOS; CASTRO, 2006).

O século XIX foi marcado pela grande expansão dos periódicos para divulgação da produção científica. Nesse período, merece destaque a revista *Pharmazeutishes Zentralblatt*, lançada em 1830 como uma revista de resumos. Abriu-se, a partir de então, a possibilidade de recuperar mais rapidamente os artigos, facilitando o acesso à informação e à avaliação pelos pares (CARDOSO, 2011; SANTOS, 2011; STUMPF, 1996).

As primeiras publicações brasileiras foram voltadas para as artes e as ciências e tiveram origem no Rio de Janeiro. *O Patriota: jornal litterario, político, mercantil* durou apenas um ano, de 1813 a 1814. Em 1822, foi lançado o *Annaes Fluminenses de Sciencias, Artes e Litteratura.* Quatro anos depois, em 1826, foi lançado o *Jornal Scientifico, Economico e Literario.* O primeiro jornal da área da saúde foi o *Propagador das Sciencias Medicas,* lançado em 1827. Também merece destaque, nessa primeira fase, o *Beija–Flor: Annaes Brasileiros de Sciencia, Politica, Litteratura*, publicado entre os anos 1830 e 1831 (FREITAS, 2006; PINHEIRO, 2009).

Muito embora, nesse período, as publicações fossem em sua maioria individuais, havia o incentivo para o trabalho cooperativo. Para a Royal Society, o trabalho cooperativo era uma forma de promoção de novas pesquisas. Antes disso, já era comum a participação de assistentes auxiliando seus mestres nos trabalhos científicos. Ziman (1984) lembra, inclusive, o caso do Johannes Kepler, que, após trabalhar com Tycho Brahe, foi além de seu mestre e teve papel protagonista na revolução científica do século XVII, ficando conhecido pelas leis fundamentais da mecânica celeste – Leis de Kepler.

Tradicionalmente, estudantes aprendiam o ofício da pesquisa como assistentes de um cientista. Essa colaboração não era horizontal: o professor pesquisador, em regra, tratava os assistentes como subordinados, suas ações eram vistas como parte do mecanismo de pesquisa,

mas eles não eram considerados como colegas cientistas. As escolas de Liebig e Rutherford retratam essa dinâmica em que o mestre era cercado por seus discípulos. Esse modelo auxiliava a inserção científica dos iniciantes, uma vez que lhes permitia contato direto com a área avançada da pesquisa científica. Price chamava esses grupos de "colégios invisíveis", uma vez que eram grupos informais que discutiam temáticas, trocavam informações e publicavam conjuntamente. O grupo de Bourbaki e a escola dos Annales são também exemplos desses ajuntamentos (PRICE, 1976; MEADOWS, 1999).

A sofisticação e as grandes escalas dos projetos fizeram com que os trabalhos passassem a ser cada vez mais realizados de maneira cooperativa, tendo em vista que exigiam competências intelectuais e práticas difíceis de serem dominadas por um único pesquisador. O aparato de investigação e a variedade de instrumentos de uma pesquisa também se tornaram muito grandes e complicados de serem manipulados por um indivíduo de maneira singular.

A colaboração, todavia, não se realizava necessariamente de maneira vertical. Meadows (1999) cita, por exemplo, o trabalho conjunto de Francis Crick e James Watson acerca do DNA, realizado de maneira horizontal. Lavosier e Laplace também trabalharam em pé de igualdade nos estudos do calor e da termodinâmica.

Capobiango, Silveira, Zerbato e Mendes (2011) argumentam que as redes de coautoria são as relações entre pesquisadores que compartilham suas experiências e saberes na produção do conhecimento. A colaboração científica, nesse caso, dá-se por meio da publicação conjunta de artigos. Essa colaboração direta de cientistas tem-se mostrado cada vez mais necessária. Em empreendimentos interdisciplinares, por exemplo, especialistas de alto nível de diversas disciplinas acadêmicas trabalham conjuntamente. Projetos em grande escala, experimentais ou de observação, exigem trabalho em equipe. Esse trabalho tem grande impacto na comunicação dos resultados, ademais, segundo Meadows (1999), tendem também a ser de melhor qualidade. Como resultado, a publicação de artigos em coautoria vem crescendo exponencialmente. Já na década de 70, Price defendia que a publicação conjunta era um caminho sem volta:

> Em 1900, mais de 80% de todos os artigos eram de um único autor e quase todo o resto era de dois, cuja maioria vinha assinada pelo professor e seu doutorando [...] A partir dessa época, a proporção de artigos de vários autores cresceu contínua e vigorosamente [...] Atualmente, apenas cerca de um artigo dentre quatro possui uma multiplicidade de autores igual a três ou mais, mas, se o curso for mantido, mais da metade de todos os artigos estarão nesta categoria ao redor de 1980 e, teoricamente, o processo deve aumentar em direção a uma infinidade de autores por artigo. É, na verdade, uma das transições mais violentas que se pode medir na evolução recente da mão de obra e da literatura científica. (PRICE, 1976, p. 55-56).

A pesquisa colaborativa é conceituada por Katz e Martin (1997, p. 4-9) como aquela em que os investigadores atuam conjuntamente, buscando gerar novos conhecimentos científicos. Para eles, a maneira mais fácil de medi-la é por meio da apresentação conjunta dos resultados nos diferentes canais de comunicação. Segundo os autores, há seis principais fatores que motivam a colaboração:

- Custos da realização da ciência. Em muitos campos, o custo das pesquisas cresceu significativamente, o que, consequentemente, em muitos casos, torna inviável o financiamento por apenas uma agência. Recursos e financiamento têm sido compartilhados em nível regional, nacional ou internacional. Como resultado disso, os pesquisadores foram levados a colaborar.
- A redução dos custos de locomoção e de comunicação, acompanhada de maior disponibilidade e fácil acesso, encorajaram mais colaborações principalmente em nível internacional; as fronteiras foram visivelmente reduzidas, não geograficamente, mas pela proximidade que a globalização proporcionou.
- Os avanços dependem crucialmente das interações com outros cientistas, haja vista que a ciência é uma instituição social. Colaborações formais e informais são estabelecidas entre equipes de pesquisa e equipes organizadas ou "colégios invisíveis".
- A crescente necessidade de especialização em determinadas áreas científicas, especialmente nas *big sciences*[26], que requerem uma instrumentação mais complexa. Em alguns campos e em determinados projetos, não é possível que, isoladamente, um indivíduo realize todas as tarefas do projeto, portanto, uma abordagem de equipe, com uma divisão bastante formal do trabalho, é essencial.
- A interdisciplinaridade se faz cada vez mais presente. A expansão das pesquisas em temáticas que se comunicam levam aos avanços na integração de domínios do conhecimento. De maneira geral, como os indivíduos não possuem a necessária gama de habilidades, a única opção é reunir cientistas de disciplinas relevantes e compor uma colaboração entre eles. Ligado a isso, está o reconhecimento de que os avanços em algumas áreas de pesquisa básica são cruciais para o desenvolvimento de novos conhecimentos. Muitas vezes, essas pesquisas envolvem a colaboração

[26] Uma das ênfases das chamadas *big sciences* é a pesquisa colaborativa, uma vez que elas têm uma ou mais destas características: grandes orçamentos; grandes equipes; grandes máquinas; grandes laboratórios.

não só entre campos do conhecimento, mas também entre setores, como entre universidades e indústria.

- Fatores políticos também motivam a colaboração. Processos de integração regional são o maior exemplo desse incentivo e estão principalmente na União Europeia, podendo ser citados o CERN (Organisation européenne pour la recherche nucléaire), o ESO (European Southern Observatory) e o EMBO (European Molecular Biology Organisation). Isso fortalece também os laços políticos e culturais.

Beaver apresenta uma lista mais extensa, com 18 motivos que levam à colaboração:

> • aproximação do conhecimento de ponta;
> • acesso a equipamentos, recursos ou outros componentes;
> • possibilidade de alavancagem de financiamentos;
> • obtenção de prestígio ou visibilidade;
> • avanço profissional;
> • eficiência, uma vez que a colaboração multiplica mãos e mentes;
> • maior facilidade de aprender o conhecimento tácito;
> • progresso mais rápido da pesquisa;
> • resolução de problemas 'maiores' (mais importantes, abrangentes, difíceis e globais);
> • aumento da produtividade;
> • estabelecimento de relações interpessoais e formação de redes, como um 'colégio invisível';
> • busca por reequipar o laboratório e aprender novas habilidades ou técnicas, para entrar em um novo campo, subcampo ou resolver um novo problema;
> • satisfação da curiosidade, do interesse intelectual;
> • compartilhamento do entusiasmo científico com outras pessoas;
> • encontro de falhas e de formas mais eficientes, redução de erros e equívocos;
> • manutenção maior do foco na pesquisa, tendo em vista o comprometimento com os outros membros da equipe;
> • redução do isolamento, reposição de energias e manutenção do entusiasmo;
> • educação (a estudantes, pós-graduandos, ou a si mesmo);
> • avanço do conhecimento e da aprendizagem;
> • diversão e/ou prazer. (BEAVER, 2001, p. 373).

Para Katz e Martin, o maior mérito da colaboração é a realização mais eficaz da pesquisa. Os autores destacam os seguintes benefícios da parceria:

> • Partilha de conhecimentos, habilidades e técnicas. Devido à complexidade da pesquisa moderna, há a chance de que, quando dois ou mais pesquisadores colaboram, surjam entre eles as habilidades necessárias para o desenvolvimento do projeto. Assim, a colaboração leva a uma utilização mais eficaz dos talentos dos membros da equipe.
> • Transferência de conhecimento ou habilidade, principalmente conhecimento tácito. Ademais, além do conhecimento técnico e científico, o pesquisador precisa desenvolver habilidades sociais e de gerenciamento para trabalhar em equipe, que somente são desempenhadas na prática.
> • A colaboração traz uma miríade de opiniões, ideias e possibilidades que podem gerar novas proposições e perspectivas, as quais, normalmente, não teriam lugar em trabalhos individuais. A parceria pode ser fonte de estímulo e criatividade. Além disso, o resultado da colaboração é maior que a soma das partes.

> • Parceria intelectual, haja vista que a pesquisa científica pode ser uma atividade solitária. Esse isolamento intelectual pode ser mitigado por meio da parceria, estabelecendo-se, assim, relações profissionais e, quiçá, pessoais.
> • Os benefícios da parceria não se limitam às relações com os colaboradores imediatos. A colaboração também tem como efeito indireto conectar o pesquisador a uma rede mais ampla de contatos na comunidade científica. Ao colaborar com pesquisadores de outro país ou instituição, o indivíduo pode estender essa rede.
> • O trabalho conjunto pode aumentar o potencial de visibilidade da pesquisa. Cada participante tem sua própria rede de contatos, o que leva a uma difusão maior dos resultados. Em tese, quanto mais pesquisadores envolvidos, maior possibilidade de divulgação. (KATZ; MARTIN, 1997, p. 14-15).

A parceria pode ocorrer em diferentes níveis e de distintas formas. Katz e Martin (1997) defendem que a colaboração é, antes de tudo, feita por pessoas, e não por instituições. Para eles, a unidade fundamental da colaboração é a cooperação direta entre dois ou mais pesquisadores. Os autores distinguem ainda a colaboração realizada em nível nacional, denominada por eles como *intra*, daquela realizada em nível internacional – *inter.* Ambas podem ocorrem entre pessoas, grupos, departamentos, setores e instituições, mas a colaboração internacional, em suas diversas formas, é a mais eficaz para o reconhecimento da ciência de um país.

A circulação da informação é imprescindível para o progresso acadêmico.

> Na sociedade global, é vital para o pesquisador a interação com outros pesquisadores, interna e externamente. A colaboração internacional possibilita o fluxo de informações e conhecimento e propicia o ambiente necessário à expansão do desenvolvimento científico e tecnológico. (AVEIRO, 2015a, p. 1).

Aditivamente, a coautoria pode levar à maior eficiência e produtividade da pesquisa, acessibilidade e visibilidade, resultando em mais citação e difusão. Havendo colaboração internacional, esses indicadores tendem a ser ainda mais expressivos (AVEIRO, 2015a; BALANCIERI, 2004; LEYDESDORFF; OLIVEIRA, 2003; VILAN FILHO, 2010; WAGNER, 2009).

A ciência está cada vez mais ligada e codificada em nível global. Nesse sentido, a comunicação dos resultados em periódicos de alto nível é fundamental para que eles sejam valorados cientificamente. A parceria com pesquisadores estrangeiros facilita a divulgação internacional e reduz as barreiras à publicação. Muitas vezes, revistas bem-conceituadas tendem a privilegiar o acesso de equipes com prestígio internacional. Logo, a cooperação com esses grupos auxilia na superação de dificuldades relacionadas ao acesso a esses veículos de transmissão da pesquisa (LEYDESDORFF et al., 2013; OLIVEIRA, 2003).

O impacto, a visibilidade e a citação das publicações em colaboração internacional demonstram a relevância dessa atuação conjunta. Balancieri (2004) destacou que artigos publicados em parceria com pesquisadores estrangeiros são citados ao menos duas vezes mais

que os artigos de um único país. Pesquisas realizadas, em 1996, por Meneghini, e, em 2006, por Packer e Meneghini, apontam que a importância da colaboração internacional é claramente observada no caso dos artigos brasileiros mais citados. No estudo realizado em 2006, os autores constataram que 85% dos artigos citados foram escritos em conjunto com pesquisadores estrangeiros.

A parceria internacional, além de evitar a endogenia, reduz os custos da pesquisa, promove a partilha de conhecimentos e de habilidades e a fertilização cruzada de ideias e novos *insights*, o que leva a um aumento de produtividade científica. Ademais, a visibilidade internacional é mais profícua quando a pesquisa é realizada com parceiros estrangeiros, tendendo a ter seu reconhecimento universal impulsionado (LETA; CHAIMOVICH, 2002; OLIVEIRA, 2003; SANCHO et al., 2006).

O vínculo com grupos de pesquisas estrangeiros, que ocorre normalmente por meio da formação no exterior, de congresso ou acordos de cooperação, é o caminho de acesso à participação nas redes de colaboração. Essas redes favorecem a institucionalização das parcerias, a competividade e o reconhecimento profissional. A pesquisa colaborativa de excelência cria um círculo virtuoso para o avanço das investigações, levando à maior produtividade e credibilidade e gerando, com isso, mais financiamento e investimento, que resultam em avanços científicos mais céleres.

Internacionalização é uma construção estratégica, balizada nos recursos humanos e materiais necessários à sua sustentabilidade. A colaboração científica e a formação de redes de pesquisa podem favorecer o crescimento da produtividade, a visibilidade, a citação da pesquisa e a internacionalização da produção científica.

Tendo conhecimento dos benefícios advindos da colaboração internacional, muitos governos criam agências de fomento que financiam e incentivam as parcerias. Além da redução de custos, a cooperação leva à internacionalização, reduz a endogenia, aproxima os pesquisadores dos grandes centros e facilita a formação de redes. No Brasil, esse processo passou a ser fortemente incentivado a partir da década de 50, com a criação da Capes e do CNPq.

2.4 Sistema brasileiro de apoio à C&T&I: internacionalização, cooperação e colaboração científica – avanços e desafios

No Brasil, a educação, dada a sua importância, é prioridade nacional estabelecida na Constituição Federal.[27] A Constituição dispõe ainda, como deveres do Estado, a garantia e a avaliação do padrão de qualidade da educação, bem como a promoção e o incentivo ao desenvolvimento científico, à pesquisa e à capacitação tecnológica, com destinação de tratamento prioritário para o progresso das ciências. Tal disposição se reflete também na cooperação educacional.

A Carta Magna dispõe que o Estado apoiará a formação de recursos humanos nas áreas de ciência, pesquisa e tecnologia e que a pesquisa tecnológica buscará a solução dos problemas brasileiros e o desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional. Nessa missão, ensino e pesquisa são indissociáveis.

A preocupação com a qualificação de pessoal de nível superior, o desenvolvimento da ciência e tecnologia e a internacionalização da produção científica brasileira, contudo, tem origem mais remota. Em 1951, são criados, na esfera federal, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. A Lei nº 1.310, de janeiro de 1951, criou o então Conselho Nacional de Pesquisas, subordinado à Presidência da República, com o objetivo de promover e estimular o desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica em todos os domínios do conhecimento. Alguns meses depois, o Decreto nº 29.741 constituiu uma comissão para promover a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, hoje Coordenação.[28] Conforme disposto no artigo segundo do Decreto, a Campanha teria como objetivo assegurar a existência de pessoal especializado em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades dos empreendimentos públicos e privados que visassem ao desenvolvimento econômico e social do país. O estabelecimento de ambas as instituições, no início do segundo governo de Getúlio Vargas, demonstrava a preocupação e a necessidade de formar e capacitar quadros para a indústria crescente, para o gerenciamento do Estado e para o fomento da pesquisa científica e tecnológica no país, a fim de a nação pudesse mais rapidamente se desenvolver.

---

[27] O artigo 6º, que trata dos Diretos Sociais, dispõe: "São direitos sociais a **educação**, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição" (Grifo nosso).

[28] No capítulo acerca da atuação, a história da Capes será detalhada. Será também apresentado um pouco mais do papel do CNPq.

Antes ainda, em 8 de julho de 1948, foi fundada, por um grupo de cientistas, no auditório da Associação Paulista de Medicina, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Havia, no mundo, o reconhecimento da necessidade de incentivar o desenvolvimento da ciência com a finalidade de alcançar o crescimento econômico. A SBPC[29] foi então estabelecida nos moldes das que já vinham sendo criadas em outros países, num momento de institucionalização da ciência no Brasil.[30]

É possível recuarmos ainda mais. Em 1916, surgiu o embrião da Academia Brasileira de Ciências em reuniões informais de um grupo de professores da Escola Politécnica no Rio de Janeiro. Esse grupo fundou a Sociedade Brasileira de Ciências, que teve a adesão de docentes de outras instituições, como o Museu Nacional, o Observatório Nacional, o Serviço Geológico e Mineralógico e o Instituto de Medicina Experimental de Manguinhos (hoje Instituto Oswaldo Cruz). A Sociedade tinha como principal objetivo o desenvolvimento da pesquisa no país e a difusão do conceito de ciência como fator fundamental do desenvolvimento tecnológico brasileiro. A Sociedade foi estabelecida como uma instituição privada e independente. Em 1921, passou a se chamar Academia Brasileira de Ciências.[31]

Retornando aos eventos que marcaram o fortalecimento da temática no país, merece destaque, no âmbito estadual, a promulgação da Lei Orgânica nº 5.918 de 18 de outubro de 1960, que institui a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), cujas atividades são iniciadas após a publicação do Decreto nº 40.132 de 23 de maio de 1962. A Fapesp[32] foi a primeira fundação de amparo à pesquisa estabelecida em âmbito estadual. Nos

---

[29] Segundo disposto no artigo 2° do Estatuto da SBPC, seus objetivos são: contribuir para o desenvolvimento científico e tecnológico do país; promover e facilitar a divulgação e a cooperação do conhecimento científico entre os pesquisadores; zelar pela manutenção de elevado padrão de ética entre os cientistas e em suas relações com a sociedade; defender os interesses dos cientistas, tendo em vista o reconhecimento de sua operosidade, do respeito pela sua pessoa, de sua liberdade de pesquisa, de opinião, do direito aos meios necessários à realização do seu trabalho; promover a disseminação do conhecimento científico por meio de ações de divulgação da ciência; estimular a melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis; estimular a criação de instrumentos adequados que possibilitem a melhoria da qualidade da educação em todos os níveis; lutar pela remoção dos empecilhos e incompreensão que embaracem o progresso da ciência; lutar pela efetiva participação da SBPC tomando posição em questões de política científica, educacional e cultural e programas de desenvolvimento científico e tecnológico que atendam aos reais interesses do país; congregar pessoas e instituições interessadas no progresso e difusão da ciência; apoiar associações que visem a objetivos semelhantes; representar aos poderes públicos ou a entidades particulares, solicitando medidas referentes aos objetivos da SBPC; incentivar e estimular o interesse do público com relação à ciência e à cultura; outros objetivos que não colidam com o presente Estatuto e Regimento da SBPC, a critério do Conselho ou da Diretoria. Informações disponíveis em: <http://www.sbpcnet.org.br/site>. Acesso em: 12 mar. 2015.

[30] Ver <www.sbpcnet.org.br>.

[31] Ver <www.abc.org.br>.

[32] Segundo o então governador de São Paulo, Carlos Alberto de Carvalho Pinto, a criação da Fapesp foi uma de suas mais significativas realizações para o desenvolvimento econômico, social e cultural do país. Informações disponíveis no *site* da fundação: <http://www.fapesp.br/>. Acesso em: 3 mar. 2015.

mesmos moldes dela, foi criada, dois anos depois, a Fapergs, para apoiar as ações de fomento ao desenvolvimento científico e tecnológico do Rio Grande do Sul.[33]

Ainda no âmbito do sistema nacional de ciência e tecnologia, merece destaque a criação da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep),[34] em 1967, hoje ligada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Ao incorporar, ainda na década de 60, as atribuições do Fundo de Desenvolvimento Técnico-Científico (Funtec), a Finep passou a ter como uma de suas funções financiar a implantação de programas de pós-graduação. Conforme disposto no *site* da Financiadora, ela atua "em toda a cadeia da inovação, com foco em ações estratégicas, estruturantes e de impacto para o desenvolvimento sustentável do Brasil". Seu foco é transformar o país, promovendo o "desenvolvimento econômico e social por meio do fomento público à Ciência, Tecnologia e Inovação em empresas, universidades, institutos tecnológicos e outras instituições públicas ou privadas" (FINEP, 2015).

O Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (Crub) surgiria em 1966, no contexto de maior institucionalização do sistema de C&T no Brasil, com a finalidade de proporcionar maior aproximação entre as universidades brasileiras. Para isso, o Crub intenta promover a integração das instituições, fortalecendo sua autonomia e buscando o aperfeiçoamento da educação superior. Em suas ações para fomentar a internacionalização, o Conselho incentiva a troca de informações e experiências e a cooperação e o intercâmbio com universidades, entidades culturais, científicas, tecnológicas e outras congêneres, nacionais e internacionais. A presença do Crub nas décadas de 60 e 70 foi fundamental para a implementação do convênio MEC/Usaid, que visava à modernização administrativa das Instituições de Ensino Superior. Na execução do acordo, a associação investiu no aprimoramento da gestão universitária com apoio de gestores estrangeiros e na capacitação no exterior. Nesse período, discutiu-se também, no grupo, a estrutura universitária de maneira logística, desde o seu orçamento e financiamento, passando pela sua organização, até a infraestrutura física dos *campi*, com restaurantes, hospitais e bibliotecas, e a formação dos técnicos que atuavam nas instituições.[35]

Em 1973, foi criada a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), vinculada ao Mapa, com o objetivo de desenvolver um modelo brasileiro de agricultura e pecuária. Em conjunto com os parceiros do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária

---

[33] Ver <www.fapesp.br>; <www.fapergs.rs.gov.br>.

[34] Em 1965, Fundo de Financiamento de Estudos de Projetos e Programas. Dois anos após seu estabelecimento, era criada a Finep, para institucionalizá-lo. Informações disponíveis em: <http://www.finep.gov.br/>. Acesso em: 11 mar. 2015.

[35] Ver <www.crub.org.br>.

(SNPA), a Embrapa busca superar as barreiras à produção de alimentos, fibras e energia no país. A empresa conta, hoje, com uma ampla estrutura e, por meio de pesquisas, transformou a agropecuária brasileira em referência e o país em um dos maiores produtores e exportadores agrícolas mundiais. A instituição conta com 17 unidades centrais em Brasília, 46 unidades descentralizadas em diversas regiões Brasil, quatro laboratórios virtuais no exterior (Labex – EUA, Europa, China e Coreia do Sul) e três escritórios internacionais na América Latina e África.[36]

O estabelecimento dessas agências e institutos tinha como principais objetivos o fomento ao desenvolvimento da ciência e tecnologia no país e o treinamento e capacitação de pessoal de nível superior. Para consolidar as iniciativas em andamento, foi estabelecido o Plano Nacional de Pós-graduação (PNPG) e o Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PBDCT).

O Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PBDCT) buscava fortalecer a ciência e tecnologia no país por meio de políticas públicas. Era o momento em que as políticas tecnológicas entravam formalmente na agenda governamental (FIGUEIREDO, 2005). O primeiro PBDCT foi lançado pelo Decreto nº 72.527, de 25 de julho de 1973 e abrangia o biênio 1973/1974. O Plano, elaborado por diferentes ministérios, sob a coordenação do Ministério do Planejamento em articulação com o CNPq, tinha por objetivo o estabelecimento de uma política de ciência e tecnologia

> que lhe permita acompanhar o progresso científico mundial, obter, para os setores prioritários, a tecnologia mais atualizada e monta internamente uma estrutura capaz de, gradualmente, passar a produzir tecnologia, e não apenas produzir bens e serviços. (BRASIL, 1973, p. VIII).

O PBDCT apresentou como focos principais: desenvolvimento de novas tecnologias, desenvolvimento de indústrias intensivas em tecnologia, fortalecimento da capacidade de absorção e criação de tecnologias por empresas públicas e privadas, consolidação da infraestrutura de pesquisa científica e tecnológica e integração entre indústria, pesquisa e universidade. Na ocasião, foram estabelecidos três setores como prioritários pelos ministérios: *i)* novas tecnologias, infraestrutura, tecnologia industrial; *ii)* tecnologia agrícola, projetos especiais integrados, tecnologia aplicada ao desenvolvimento social; e *iii)* pesquisa fundamental e pós-graduação e atividades de apoio (BRASIL, 1973).

O II PBDCT foi lançado para o quadriênio 1976-1979, por meio do Decreto nº 77.355, de 31 de março de 1976, atrelado ao II Plano Nacional de Desenvolvimento. O II Plano deu

[36] Ver <www.embrapa.br>.

continuidade ao primeiro, buscando ampliar seu escopo. Além de apresentar a política de C&T brasileira, expandiu setores prioritários do programa, quais sejam: desenvolvimento de novas tecnologias (energia nuclear, atividades espaciais, recursos do mar e fontes e formas não convencionais de energia); tecnologia de infraestrutura, energia, transportes e comunicações (energia elétrica, petróleo, transportes, comunicações); tecnologia industrial; desenvolvimento da agropecuária (tecnologia agropecuária, recursos florestais, recursos pesqueiros); e tecnologia aplicada ao desenvolvimento regional e social (programas regionais integrados, meio ambiente, habitação e saneamento, saúde, alimentação e nutrição, tecnologia educacional). Ademais, o Plano enfatizou também o desenvolvimento científico e a formação de recursos humanos para a pesquisa e a organização institucional e atividades de apoio para o desenvolvimento científico e tecnológico. O governo passou a investir mais recursos em pesquisa, alargando a oferta de C&T, para que o país conseguisse avançar em setores vulneráveis da economia (BRASIL, 1976).

Por meio do Decreto nº 85.118, de 03 de setembro de 1980, foi lançado o terceiro e último PBDCT, para um período de seis anos: 1980-1985. O III PBDCT teve sua coordenação inteiramente realizada pelo CNPq e, diferentemente dos dois primeiros, que apresentavam programas de ações do governo, este delimitava diretrizes de políticas para orientar as ações dos setores público e privado. Esse plano objetivava, como nos demais, o crescimento da capacitação e da autonomia da ciência e tecnologia brasileiras. Em termos de ações, o III Plano buscava articular melhor as atividades do Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (SNDCT) para sua coordenação utilizando-se, para isso, de um sistema de planejamento e informação em C&T e de instrumentos normativos para garantir seu crescimento regulado e harmônico. Ademais, o Plano buscava utilizar a cooperação internacional como instrumento de apoio à sua execução (BRASIL, 1980).

O Plano Nacional de Pós-graduação (PNPG) teve sua primeira versão lançada para o período de 1975 a 1979 sob a égide do Conselho Nacional de Pós-graduação. Segundo disposto no documento, seu objetivo era

> transformar as universidades em verdadeiros centros de atividades criativas permanentes, o que será alcançado na medida em que o sistema de pós-graduação exerça eficientemente suas funções formativas e pratique um trabalho constante de investigação e análise em todos os campos e temas do conhecimento humano e da cultura brasileira. (BRASIL, 1975a, p. 125).

O Plano apresentava, além de uma análise da evolução da pós-graduação no Brasil, objetivos e diretrizes para a elevação dos padrões de desempenho e expansão da pós com estratégias a serem seguidas nos níveis institucionais, de coordenação, de planejamento, de

execução e de normalização das atividades de mestrado e doutorado. Segundo Guimarães e Humann,

> O plano foi concebido como um caminho para acelerar a formação de recursos humanos (FRH) adequados para suprir a necessidade urgente de pessoal qualificado, capaz de melhorar a qualidade do ensino e fortalecer a atividade de pesquisa em universidades e outras instituições. Ao mesmo tempo, esperava-se que o programa iria contribuir para o desenvolvimento tecnológico do país, suprindo o Brasil com os cientistas e tecnólogos bem treinados, satisfazendo assim as necessidades de ambos os setores industriais públicos e privados e centros de pesquisa de recursos humanos dedicados à pesquisa e desenvolvimento (P&D). (1995, p. 101-102, tradução nossa).

O estabelecimento do PNPG buscava alicerçar a política nacional de pós-graduação aos Planos de Desenvolvimento Nacional (I e II PND) e ao Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Dando seguimento ao I PNPG, foram lançados dois planos na década de 80, também por um período de 5 anos, o II PNPG (1982-1985) e o III PNGP (1986-1989).

O II PNPG tinha como objetivo básico a solução para problemas que condicionavam o desempenho e o aperfeiçoamento do sistema de pós-graduação, quais sejam: qualidade, tanto dos profissionais formados como das pesquisas realizadas; adequação do sistema às necessidades reais e futuras do país, para a produção científica e acadêmica e para o aumento de sua capacidade tecnológica e produtiva; e convergência de esforços e coordenação entre as diferentes instâncias governamentais que atuam na área. As metas do plano eram aumentar o desempenho do sistema como um todo, por meio de estímulos e condições favoráveis, utilizando, para isso, mecanismos de acompanhamento e de avaliação e compatibilizando a pós-graduação e a pesquisa às prioridades nacionais e à natureza das matérias de formação básica que a precedem na universidade (CAPES, 1982a).

O objetivo central do III PNPG continuava sendo a capacitação de recursos humanos de alto nível em todas as áreas do conhecimento para as atividades de docência e de pesquisa, enfatizando, no entanto, a necessidade de atentar para as especificidades de cada área do conhecimento e para as diferenças regionais e os desníveis institucionais. O Plano trazia como meta a busca pela superação das heterogeneidades regionais e institucionais, reconhecendo que as regiões menos favorecidas necessitavam de mais recursos humanos para enfrentar os problemas estruturais de sua realidade socioeconômica (CAPES, 1986b).

Além dos PNPGs, foi criado, em 1984, o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PADCT) como um instrumento complementar à política de fomento à Ciência & Tecnologia (C&T), para ampliação, melhoria e consolidação das competências técnico-científicas nacionais nas Instituições de Ensino Superior e empresas

nacionais. O PADCT passou por três fases distintas: PADCT I (1985); PADCT II (1991) e PADCT III (de 1998 até 2004).[37]

O Sistema Brasileiro de Apoio à C&T&I e ao desenvolvimento de recursos humanos foi sendo fortalecido e ampliado. Além das agências governamentais de apoio à formação de pessoal de alto nível e de financiamento de pesquisa, como Capes, CNPq e Finep, fundados nas décadas de 50 e 60, surgiram, principalmente a partir das décadas de 80 e 90, as fundações estaduais de amparo à pesquisa. Simultaneamente, fóruns, associações e encontros foram sendo estabelecidos com intuito não só de discutir políticas de fortalecimento das universidades, pós-graduações e pesquisas, mas também de fortalecer as próprias instituições com ações orquestradas para num esforço conjunto direcionado ao seu progresso.

Ainda nas décadas de 80 e 90, houve uma grande expansão das fundações estaduais de amparo à pesquisa. A Faperj foi a terceira fundação a ser criada, seguida da Fapemig, em 1985, da Facepe, em 1989, e Funcap, em 1990. Hoje, o país conta com 26 FAPs[38] estaduais, que estão agregadas no Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (Confap). O Confap foi estabelecido em 2006 com objetivo de articular o trabalho e os interesses dessas fundações.[39]

Ainda no final da década de 80, foi estabelecida a Associação Brasileira de Educação Internacional – Faubai. Criada em 1988, a Faubai tem por finalidade

> promover o aperfeiçoamento do intercâmbio e da cooperação internacionais como instrumentos para a melhoria do ensino, da pesquisa, da extensão e da administração das instituições filiadas, procurando estimular o constante aperfeiçoamento da gestão do intercâmbio e da cooperação internacionais. (FAUBAI, 2015).

Essa associação reúne mais de 180 gestores e assessores internacionais com foco na internacionalização das instituições. A promoção da cooperação internacional e o intercâmbio com instituições no exterior estão entre suas principais atividades, além da capacitação dos gestores da área. A Faubai está sediada junto ao Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras na Capital Federal.

Também criada na década de 80, a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes)[40] representa as instituições federais de

---

[37] Ver <www.cnpq.br/padct>.
[38] Somente o estado de Roraima ainda não dispõe de uma Fundação de Amparo à Pesquisa.
[39] Ver <www.confap.org.br>
[40] Entre as atividades desenvolvidas pela Andifes, merece destaque a promoção de estudos e projetos de natureza interdisciplinar e interinstitucional, por meio de congressos, conferências, seminários, encontros e outros eventos, e o intercâmbio de informações e experiências com instituições de ensino e pesquisa, entidades culturais, científicas e tecnológicas nacionais e estrangeiras, conforme disposto no artigo 3°, item I e II do seu estatuto.

ensino superior no diálogo com órgãos governamentais, professores, técnicos, estudantes e sociedade civil. Seu objetivo é a integração, o fortalecimento e a valorização dessas instituições.[41]

Já a Abruem (Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais) foi criada em 1991 para representar as instituições estaduais e municipais de ensino superior. Como os demais órgãos, ela visa a promover a integração das instituições associadas e sua valorização. Em suas ações visando à internacionalização das IES, a Abruem assessora seus membros, busca promover o intercâmbio com instituições de ensino, pesquisa, ciência, tecnologia e cultura, bem como órgãos ou agentes financiadores internacionais, e promove fóruns, congressos, conferências, seminários, encontros, cursos e viagens internacionais, com o objetivo de conhecer o cenário educacional, científico e cultural de outros países, assinar convênios e manter intercâmbios.[42]

Outra entidade representativa criada para fortalecimento no ensino superior foi o Fórum de Pró-reitores de Pós-graduação e Pesquisa (Foprop). Estabelecido em 1985, o Foprop tem por objetivo a consolidação dos sistemas brasileiros de pesquisa e pós-graduação. O Fórum identifica as necessidades nacionais e regionais na pesquisa e pós-graduação brasileira e promove intercâmbios, seminários e simpósios para disseminar a produção científica, técnica e acadêmica das IES membros da entidade.[43]

Paralelamente à criação dos fóruns, instituições e associações, o governo federal continuava atuando no lançamento de políticas científicas e educacionais. Ao final de 2004, foi lançado o IV Plano Nacional de Pós-graduação, que enfatizou a necessidade de expansão do sistema de pós-graduação e o aumento do número de pós-graduados. Seu objetivo geral era

> o crescimento equânime do sistema nacional de pós-graduação, com o propósito de atender, com qualidade, as diversas demandas da sociedade, visando ao desenvolvimento científico, tecnológico, econômico e social do país. Esse Plano tem ainda como objetivo subsidiar a formulação e a implementação de políticas públicas voltadas para as áreas de educação, ciência e tecnologia. (CAPES, 2004, p. 53).

Ainda nos anos 2000, merece destaque o lançamento dos livros Verde, Branco e Azul em ciência, tecnologia e inovação. O Livro Verde foi lançado em 2001 como preparatório

---

[41] A Andifes é composta por 62 instituições federais – sendo 58 universidades, dois Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dois Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica –, localizadas nas mais diversas regiões do país. Informações disponíveis em: <www.andifes.ogr.br>. Acesso em: 17 mar. 2015.

[42] A Abruem tem, atualmente, 45 instituições de ensino superior filiadas. Informações disponíveis em: <www.abruem.org.br>. Acesso: 19 mar. 2015.

[43] Ver <www.foprop.org.br>.

para a Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação,[44] cujo foco era a sustentabilidade. O documento buscava apresentar parâmetros para o debate entre governo, comunidade científica e tecnológica e sociedade civil nas seguintes temáticas: avanço do conhecimento; qualidade de vida; desenvolvimento econômico; desafios estratégicos e institucionais. A conferência ocorreu em setembro do mesmo ano e foi organizada pela Academia Brasileira de Ciências, em parceria com o MCTI. Os maiores destaques da Conferência foram a discussão do estabelecimento do modelo de financiamento baseado em fundos setoriais e a criação do CGEE (Centro de Gestão e Estudos Estratégicos).[45] Em 2002, como resultado da Conferência, foi lançado o Livro Branco pelo CGEE. Ademais, o Livro Branco apresentava as orientações para o delineamento de uma política científica e tecnológica de longo prazo para o país, no contexto nos novos desafios vividos pela sociedade brasileira devido às rápidas transformações por que passava o mundo. O Livro Azul só viria a ser lançado quando da realização da 4ª Conferência,[46] em 2010.[47] A quarta edição da Conferência teve como base o Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Nacional (2007-2010) (BRASIL, 2001, 2002, 2010).

Conhecido como PAC da Ciência, o Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Nacional foi lançado em 2007 e tem vigência até 2010. Segundo disposto em sua introdução, o PACTI buscava

> organizar, estruturar e dar visibilidade às ações do Governo Federal, cujo sucesso depende do engajamento de outras esferas do poder público, governos estaduais e municipais, bem como de segmentos da sociedade civil, especialmente do setor empresarial. (BRASIL, 2007, p. 5).

Em articulação com outros planos de ações, o PACTI pretendia dar maior "governança às ações necessárias ao desenvolvimento e ao fortalecimento da ciência, da tecnologia e da inovação no País." (BRASIL, 2007, p. 5).

O PACTI adotou como prioridades a expansão e consolidação do SNCTI; a promoção da inovação tecnológica nas empresas; a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação em áreas estratégicas (biotecnologia, nanotecnologia, tecnologias da informação e comunicação,

---

[44] A primeira Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação foi proposta em 1985, pelo então ministro Renato Archer, principalmente para proporcionar maior participação da sociedade civil nas políticas de C&T. A segunda Conferência ocorreu em 2001 e a terceira, em 2005.

[45] O Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) é uma associação civil sem fins lucrativos, supervisionada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, com a finalidade de promover o desenvolvimento científico e tecnológico do país.

[46] A quarta edição da Conferência teve como base o Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Nacional (2007-2010), que será discutido mais adiante neste capítulo.

[47] Em 2005 foi realizada a 3ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, contudo, não houve o lançamento de um livro das memórias do evento.

insumos para a saúde, biocombustíveis, energia elétrica, hidrogênio e energias renováveis, petróleo, gás e carvão mineral, agronegócio, biodiversidade e recursos naturais, Amazônia e semiárido, meteorologia e mudanças climáticas, programa espacial, programa nuclear, defesa e segurança pública); e a ciência, tecnologia e inovação para o desenvolvimento social. Os principais objetivos do programa eram aperfeiçoar as instituições e a gestão da política de CT&I; expandir a capacidade de pesquisa do Brasil por meio da ampliação do financiamento das ações em CT&I; ampliar o apoio ao desenvolvimento tecnológico e à inovação das empresas; fortalecer as atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação, em áreas estratégicas para o crescimento do país, com ênfase nas áreas prioritárias estabelecidas no plano; contribuir para o desenvolvimento e a redução dos desequilíbrios sociais e regionais; popularizar a ciência e promover a geração, a difusão e o uso de conhecimentos para a melhoria das condições de vida da população (BRASIL, 2007).

Em 2008, foi estabelecido o Programa Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCTs) como parte do Plano de Ação em Ciência, Tecnologia & Inovação (PACTI 2007-2010). O MCTI, juntamente com o CNPq, criou os INCTs com o objetivo de agregar os grupos de pesquisa de ponta do país em áreas de fronteira da ciência e em áreas estratégicas para o desenvolvimento sustentável do país, visando a impulsionar a pesquisa científica, estimular o conhecimento de ponta associado à promoção de novas tecnologias e ao empreendedorismo, em articulação com empresas inovadoras, nas áreas do Sistema Brasileiro de Tecnologia (Sibratec). O programa está distribuído nas seguintes áreas do conhecimento: energia, ciências agrárias, engenharia e tecnologia da informação, ciências exatas e naturais, ecologia e meio ambiente, nanotecnologia, saúde e ciências humanas e sociais aplicadas, conforme os temas induzidos do programa (presentes nas áreas estratégicas do Plano de Ação em C,T&I) – biotecnologia, nanotecnologia, tecnologias da informação e comunicação, saúde, biocombustíveis, energia elétrica, hidrogênio e fontes renováveis de energia, petróleo, gás e carvão mineral, agronegócio, biodiversidade e recursos naturais, Amazônia, semiárido, mudanças climáticas, programa espacial, programa nuclear, defesa nacional, segurança pública, educação, mar e Antártica, inclusão social.[48] Há ainda a possibilidade de financiamento de demandas espontâneas não priorizadas nas demandas induzidas. O programa tem a parceria da Capes, da Finep, do BNDES, do Ministério da Saúde, do Ministério de Minas e Energia, da Petrobrás e das Fundações de Amparo à Pesquisa do

[48] O programa conta atualmente com 126 INCTs nas diversas áreas do conhecimento. Informação disponível em: <http://estatico.cnpq.br/programas/inct/_apresentacao/por_instituto.html>. Acesso em: 16 mar. 2015.

Amazonas (Fapeam), do Pará (Fapespa), de São Paulo (Fapesp), de Minas Gerais (Fapemig), do Rio de Janeiro (Faperj), de Santa Catarina (Fapesc), de Goiás (Fapeg), do Espírito Santo (Fapes), da Bahia (Fabesb), do Rio Grande do Sul (Fapergs), de Brasília (Fapdf), do Piauí (Fapepi), do Rio Grande do Norte (Faprn), do Pará (Fapespa), do Paraná (Araucária), de Sergipe (Fapitec), do Mato Grosso do Sul (Fundetc) e da Fundação Amazônia Paraense (Fapespa) (PROGRAMA..., 2008).

Outro importante conselho criado em 2009 foi o Conif (Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica), uma instância de discussão, proposição e promoção de políticas de desenvolvimento da formação profissional e tecnológica, pesquisa e inovação das Instituições Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica do Brasil. O Conif é constituído por 38 institutos federais, distribuídos em 405 unidades espalhadas pelo Brasil, dois centros federais de educação profissional e tecnológica, uma universidade tecnológica federal e o Colégio Pedro II. Seu objetivo, como das demais agremiações, é o desenvolvimento, o fortalecimento, a promoção e a valorização dos IFs.[49]

Em 2010, foi lançado o PNPG atualmente em vigor (2011-2020), que possui três enfoques: avaliação, combate às assimetrias e formação de recursos humanos. Para isso, o Plano apresentou as seguintes diretrizes (CAPES, 2010):

- estímulo à formação de redes de pesquisa e pós-graduação por meio de parcerias nacionais e internacionais;
- enfoque em questões voltadas para o desenvolvimento sustentável, meio ambiente e uso de tecnologias limpas;
- apoio ao crescimento inercial do SNPG, uso de parcelas significativas do orçamento das agências como instrumento de implantação de políticas inovadoras;
- observação das peculiaridades dos diferentes públicos-alvo dos programas, visando ao desenvolvimento, à economia, saúde e educação no país;
- ênfase nas atuais gerações de crianças e jovens, em especial nas áreas de saúde e educação, em ações voltadas para o ensino básico e superior com a participação da pós-graduação, haja vista que o desempenho da economia brasileira nas próximas décadas dependerá dessas gerações (população economicamente ativa) em um contexto de rápido crescimento e de forte aumento da população idosa.

[49] Ver <http://portal.conif.org.br>.

É nesse cenário que o crescimento do intercâmbio de alunos tem levado as universidades brasileiras a ganharem projeção mundial. A integração com a comunidade científica internacional permite melhor desempenho acadêmico. Essa mobilidade constante de docentes, pesquisadores e estudantes contribui para a internacionalização das instituições. Além disso, ela possibilita maior interação entre os grupos, privilegiando a formação de redes e contribuindo para o avanço do conhecimento. Quando se menciona mobilidade docente e discente, há que se pensar também no recebimento de estrangeiros, não só de professores visitantes, mas também de estudantes e jovens cientistas. Essa articulação da academia brasileira com relevantes centros da produção científica internacional pode resultar também em maior visibilidade da pesquisa acadêmica e científica que é feita no país.

Como já mencionado, o Programa Ciência sem Fronteiras, lançado em 2011 pelo governo federal, vem ao encontro da necessidade de fomentar a circulação de estudantes e pesquisadores, estimulando de maneira acelerada o desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação no país. Segundo o Art. 2º do Decreto nº 7.642, de 13 de dezembro de 2011, que institui o programa, seus objetivos são:

- promover a formação de estudantes brasileiros no exterior (total ou parcial), gerando a oportunidade de novas experiências por meio da concessão de bolsas de estudos;
- contribuir para o processo de internacionalização das instituições de ensino e pesquisa do Brasil;
- ampliar a mobilidade internacional de estudantes, docentes e pesquisadores, para o desenvolvimento de projetos de pesquisa, estudos e capacitação em instituições de excelência no exterior;
- dar maior visibilidade internacional à pesquisa brasileira;
- apoiar a fixação de pesquisadores no Brasil na condição de pesquisadores visitantes ou em caráter permanente;
- fomentar a cooperação internacional na área de ciência, tecnologia e inovação;
- criar oportunidade de cooperação entre grupos de pesquisa brasileiros e estrangeiros;
- patrocinar ações visando à promoção da cooperação técnico-científica entre pesquisadores brasileiros e pesquisadores de reconhecida liderança científica do exterior;
- estimular e aperfeiçoar as pesquisas aplicadas; e

- contribuir para aumentar a competitividade das empresas brasileiras.

> O Ciência sem Fronteiras é uma iniciativa sem precedentes e vem ao encontro da promoção da internacionalização das universidades brasileiras, por meio do fomento à cooperação educacional, científica e tecnológica. Desse modo, o Brasil forma novos quadros, investe em inovação e alcança projeção internacional. Como paradigma para a formação de recursos humanos e alicerce para o desenvolvimento e o crescimento econômico, o Brasil decidiu investir, de forma ampliada, em educação, ciência e tecnologia. Assim, o país busca, com essa ambiciosa iniciativa, desenvolvimento econômico não só rápido, mas também sólido. [...] O maior mérito do CSF está em criar a oportunidade para que estudantes promissores e com vocação para a pesquisa tenham contato com pesquisadores estrangeiros de excelência e o mundo acadêmico no exterior. Desse processo, poderá advir uma maior internacionalização das universidades brasileiras, o estabelecimento de cooperação com universidades de ponta e a formação de redes de pesquisa. (AVEIRO, 2014, p. 18).

A criação das agências de fomento, a preparação de planos de ação, o delineamento de estratégias para o desenvolvimento da pós-graduação brasileira, o estabelecimento de programas de internacionalização e de cooperação científica e a organização de fóruns e associações têm demonstrado a preocupação dos diversos órgãos com o fortalecimento científico do país. Não obstante o visível crescimento da produção científica brasileira e a busca de internacionalização, o país ainda enfrenta muitos gargalos que dificultam e atrasam o processo de maior inserção no cenário internacional.

Embora tenha havido a proliferação de associações e conselhos no Brasil e a busca por uma melhor inserção de nossas universidades no mundo globalizado, muitas instituições não têm clareza sobre como conduzir esse processo. Ademais, há instituições que, apesar de apresentarem a internacionalização como prioritária, não destinam recursos para essa finalidade. Muitas delas têm a maior parte de seu orçamento comprometido com salários e demais custos administrativos, o que inviabiliza grandes investimentos em outras áreas. É comum que parcos recursos precisem ser distribuídos em atividades de pesquisa, infraestrutura, equipamentos, extensão, internacionalização, dentre outras atividades das instituições.

Não raro, universidades explicitam a necessidade da circulação acadêmica e do intercâmbio, contudo, há baixo engajamento nesse sentido. A assinatura de acordos internacionais é o primeiro passo para a aproximação de instituições no exterior. No entanto, em muitos casos, acabam sendo realizadas apenas declarações formais e os planos de ação não são executados. Anúncios de parcerias sem resultados efetivos frustram expectativas de cooperação.

A mobilidade nos dois sentidos é fundamental. Para o envio e recebimento de estudantes é preciso o estabelecimento de uma estrutura que dê suporte ao bolsista enviado e

ao estudante que chega à universidade. O escritório internacional deve orientar e acompanhar os intercambistas antes, durante e depois da mobilidade. O acompanhamento do estrangeiro no Brasil também é imprescindível para o sucesso do intercâmbio. Embora seja de alta relevância principalmente para o estudante, no caso de professores e pesquisadores esse suporte também pode ser necessário.

A falta de estrutura e treinamento das assessorias internacionais também é um dos gargalos enfrentados pelas IES brasileiras. Muitas assessorias dispõem apenas de um funcionário para tramitação de documentos. Para o fortalecimento da administração do processo de internacionalização é preciso investimento na capacitação dos profissionais que atuam na área internacional. Somente com a formação de uma equipe preparada é possível a proposição, o desenvolvimento e o acompanhamento das atividades, visando à obtenção de maiores parcerias com acadêmicos e instituições no exterior. A interação dessas assessorias com as agências de fomento é fundamental na busca das melhores oportunidades e financiamentos. Uma das grandes atribuições das AIs é justamente a divulgação, o incentivo e o apoio para que alunos e professores postulem e participem das oportunidades de mobilidade e parceria. Caso contrário, as instituições continuarão a depender de acordos individuais estabelecidos por pesquisadores e estudantes, que dificilmente representarão grande impacto institucional.

Outra atuação de grande relevo das assessorias refere-se à busca por parcerias com organismos e agências de financiamento internacionais para o incentivo à mobilidade, o estabelecimento de projetos conjuntos e também para o financiamento da cooperação internacional.

Quando falamos em apoio, é preciso pensar também na infraestrutura das IES. Ainda hoje, no Brasil, muitas universidades carecem de uma organização minimamente adequada para o recebimento mesmo de estudantes brasileiros. A falta de moradia, de restaurantes universitários, de bibliotecas e de centros esportivos não colabora com a vinda do estrangeiro.

A rigidez burocrática nos sistemas universitários brasileiros também dificulta a mobilidade. Os currículos brasileiros são bastante fechados e específicos, o que não estimula a mobilidade internacional. Há ainda a inflexibilidade das grades curriculares nacionais, e a revalidação de diplomas e o reconhecimento de créditos ainda são barreiras ao intercâmbio. No Programa CSF, essa questão ganhou evidência e as universidades se comprometeram a incorporar no histórico do estudante o estudo realizado no exterior. Esse já foi um primeiro passo para reduzir a austeridade, contudo, esse entendimento precisa ser disseminado, principalmente nos casos de ações individuais e demais iniciativas de menor escopo. Ainda é

preciso maior empenho para a validação do diploma recebido no exterior e mais informação acerca dos procedimentos necessários para tanto. Ademais, há também a necessidade de flexibilização para a contratação de professores estrangeiros. A atração de jovens talentos para o Brasil e de pesquisadores visitantes é bastante positiva para o processo de internacionalização e pode gerar grande impacto na instituição, haja vista que aulas e seminários ministrados no país tem a capacidade de atingir e impactar um maior número de estudantes.

Talvez o maior gargalo à internacionalização seja a barreira linguística. O êxito no ensino e aprendizado de um segundo idioma tem sido bastante baixo. Com o lançamento do Programa Ciência Sem Fronteiras, essa dificuldade ficou latente. É imprescindível o conhecimento de um idioma para a matrícula em uma universidade no exterior, e muitos estudantes não conseguiram realizar o intercâmbio devido à insuficiência linguística para admissão. O problema também se reflete nas publicações. Muito embora o Brasil esteja na 13ª posição no *ranking* de produção científica, esse percentual ainda é baixo se comparado ao percentual dos países com as maiores produções. A questão linguística afeta também a vinda de estudantes, professores e pesquisadores para o país. Como as aulas são, majoritariamente, ministradas em português, o acompanhamento por parte de um estudante que não tenha domínio da língua portuguesa dificulta o intercâmbio. Mesmo nos laboratórios onde são realizadas pesquisas, em muitos casos, o idioma corrente ainda é o português.

No caso do Ciência sem Fronteiras, o MEC buscou a implementação de um programa emergencial de capacitação, principalmente em língua inglesa, para possibilitar a participação de um número maior de estudantes no programa. Entretanto, essas atividades são pontuais e apenas amenizam as dificuldades linguísticas que prejudicam uma maior internacionalização da universidade brasileira. É preciso investir em capacitação de professores de idiomas para que eles formem os alunos antes e durante o ensino superior. Esses investimentos estruturais e de longo prazo mudam a inserção do estudante na universidade e sua capacidade de competitividade internacional.

A internacionalização não é mais uma opção, ela é uma necessidade para que os estudantes sejam formados para atuarem no contexto global e para que a pesquisa brasileira avance. Discutindo a importância da formação no exterior para a inserção dos pesquisadores em grupos de pesquisa de ponta, Balbachevsky e Velloso argumentam que "as chances de inserção do pesquisador brasileiro naquelas redes ou nestas instâncias, ou em ambas, conforme a área, aumentam significativamente se a formação for realizada no exterior" (2002, p. 215).

As universidades e centros de pesquisa brasileiros precisam aprofundar a cultura da mobilidade e da participação em redes internacionais de conhecimento. Na busca por alavancar esse processo, o papel das agências de fomento no Brasil é crucial. A cooperação educacional, científica e tecnológica, como política de Estado no Brasil, tem como um dos atores mais relevantes a Capes, a qual tem papel preponderante na internacionalização da pós-graduação.

CAPÍTULO 3 – O PAPEL ESTRATÉGICO DA CAPES NA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Este capítulo dedica-se à análise do processo de estabelecimento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e sua atuação para capacitação de recursos humanos de alto nível e consolidação da pós-graduação brasileira. Nesse processo, a concessão de bolsas de estudo, no país e no exterior, foi um mecanismo fundamental para formar e qualificar pesquisadores brasileiros nos diversos centros de excelência nacionais e internacionais.

Ao longo dos seus 65 anos de existência[1] a Capes teve 20 dirigentes:[2]

- Anísio Teixeira – 1952 a 1964;[3]
- Susana Gonçalves – 1964 a 1966;
- Gastão Dias Velloso – 1966;
- Mário Werneck de Almeida Lima – 1967 a 1968;
- Nelson Afonso do Valle Silva – 1969;
- Jéferson Andrade Machado de Góis Soares – 1969;
- Celso Barroso Leite – 1970 a 1974;
- Darcy Closs – 1974 a 1979;[4]
- Cláudio de Moura Castro – 1979 a 1982;
- Edson Machado de Sousa – 1982 a 1989;
- José Ubyrajara Alves – 1989 a 1990;
- Eunice Ribeiro Durham – 1990 a 1991;

---

[1] Vale ressaltar que, inicialmente, a Fundação era apenas uma comissão presidida pelo ministro da Educação e Saúde. De 1951 a 1961, a Capes era composta por ministro da Educação e Saúde; secretário Geral e diretor executivo. Entre 1961 e 1963, esteve subordinada diretamente à Presidência da República, sendo dirigida por um secretário geral; a partir de 1964, volta a ser subordinada ao então Ministério da Educação e Cultura, presidida até 1974 por um diretor executivo; a partir de 1975, a Capes teria então um diretor geral. Somente com a transformação da agência em Fundação Pública pela Lei nº 8.405, de 09 de janeiro de 1992, a figura de presidente é estabelecida em sua estrutura organizacional.

[2] Os dirigentes da Capes são de livre nomeação pelo ministro da Educação para mandato sem prazo definido. Apesar da livre nomeação, esses dirigentes são, em regra, oriundos do meio acadêmico, com intensa atuação científica. Vale observar que alguns presidentes dirigiram a agência por pouco tempo; outros, no entanto, permaneceram por um período maior, como é o caso do professor Jorge Almeida Guimarães, que esteve à frente da direção da instituição por 11 anos, e Anísio Teixeira, que a comandou por 12 anos. Eunice Durham, embora tenha exercido a presidência da agência em três momentos distintos, a dirigiu por cerca de quatro anos. Vale mencionar também que do total de 20 dirigentes, apenas três mulheres estiveram no comando da instituição.

[3] Merece destaque a gestão de Anísio Teixeira, que, além de idealizador da Campanha, foi seu primeiro dirigente.

[4] É importante salientar que as negociações para o estabelecimento do programa Capes-Cofecub e a assinatura do acordo foram realizadas na gestão de Darcy Closs.

- Sandoval Carneiro Júnior – 1991 a 1992;
- Eunice Ribeiro Durham – 1992;
- Rodolfo Joaquim Pinto da Luz – 1992;
- Maria Andréa Loyola - 1992 a 1994;
- Eunice Ribeiro Durham – 1995;
- Abílio Afonso Baeta Neves – 1995 a 2003;
- Carlos Roberto Jamil Cury – 2003;
- Marcel Bursztyn – 2003 a 2004;
- Jorge Almeida Guimarães – 2004 a 2015;
- Carlos Afonso Nobre – atual.

Desde seu estabelecimento, a agência passou por mudanças e reestruturações,[5] em parte, reflexos da evolução da pós-graduação brasileira e da pesquisa científica no país. A instituição também teve seu escopo inicial bastante ampliado devido à excelência de sua atuação. Se, em um primeiro momento, a "Campanha" buscava apoiar o estabelecimento da pós-graduação e da formação de pessoal no país, hoje a Capes, além de manter esses objetivos estabelecidos desde sua criação, avalia os programas de mestrado e doutorado e utiliza a experiência consolidada na pós-graduação para o treinamento e a capacitação de professores da educação básica.

3.1 Capes – da criação da agência aos dias atuais

Na pesquisa *Capes – origem, realizações, significações (1951-2002),* Rogério de Andrade Córdova (2003), apresenta quatro momentos distintos da instituição ao longo dos seus 65 anos de existência:

- primeira fase (1951-1963), em que se deu a criação e estruturação da instituição, denominada por ele de *A brisa dos anos cinquenta*;
- segunda fase (1964-1973), período de 10 anos marcado pela conversão da Campanha em Coordenação e, em seguida, pelo seu estrangulamento e descontinuidade, chamada de *Uma longa jornada noite adentro;*

[5] Em que pese desafios, reestruturações, trocas de dirigentes e contingenciamentos, é importante salientar que o fortalecimento e a capacitação de recursos humanos de alto nível sempre foram constantes na Capes. Mesmo com mudanças de regime no Brasil, a prioridade científica permaneceu em todos os momentos históricos do país.

- terceira fase (1974-1990), marcada pela redefinição e pelo fortalecimento, com sua transformação em órgão de Ciência e Tecnologia dentro do "sistema de C&T", além da expansão e institucionalização de suas ações, com destaque para o programa de bolsas, que foi ampliado, e o programa de acompanhamento e avaliação, que contribuiu para criar mecanismos de controle de qualidade. Apesar da grande influência na indução de políticas, no período de *Expansão, fortalecimento e extinção,* a agência passou um momento de dissolução na década de 90;
- quarta fase (1991-1996) – *Restauração, modernização, internacionalização –,* caracteriza-se por um momento em que a Capes, restaurada, mantém e fortalece sua missão original e se destaca no papel de agência reguladora da qualidade da pós-graduação; período marcado pelo processo de globalização, há uma maior preocupação da instituição com a internacionalização e com o alcance de um padrão de excelência pelas IES brasileiras.

Mais recentemente, incluiríamos uma quinta fase – *A Nova Capes: ampliação de suas ações e priorização da mobilidade internacional*. A partir da promulgação da Lei nº 11.502, de 11 de junho de 2007, e do Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009, que instituiu a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, a Capes expandiu sua missão. Além de suas atribuições tradicionais de fomento e avaliação da pós-graduação, a agência passou a apoiar a formação inicial e continuada de professores da educação básica (presencial e a distância), utilizando-se da larga experiência adquirida pela instituição na capacitação de recursos humanos de alto nível e aproximando a pós-graduação da formação docente. Merece destaque também, no período, o lançamento do programa Ciência sem Fronteiras, em 2011, com a meta de enviar, em mobilidade acadêmica, 100 mil bolsistas para o exterior em um período de 4 anos.

3.1.1 Contexto histórico: o estabelecimento da Capes

A criação da Capes se deu no segundo Governo Vargas, num momento de grande desenvolvimento do país, fortalecimento do capitalismo e aparelhamento do Estado. Nesse contexto, novos órgãos foram criados visando à modernização e reforma da administração pública. Na área científica e tecnológica, segundo Córdova: "urgia, pois, estimular a expansão do Ensino Superior e fazê-lo segundo novos paradigmas de qualidade" (2003, p. 5). Assim,

em 1951, foi criada, pelo Decreto nº 29.741, de 11 de julho,[6] a Comissão para promover a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, ligada ao então Ministério da Educação e Saúde Pública. A Comissão era composta por representantes do Ministério da Educação e Saúde, do Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp), da Fundação Getúlio Vargas, do Banco do Brasil, da Comissão Nacional de Assistência Técnica, da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, do Conselho Nacional de Pesquisas, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, da Confederação Nacional da Indústria e da Confederação Nacional do Comércio. Anísio Teixeira, seu idealizador, assumiu a Secretaria-geral da Campanha quando de seu estabelecimento.

Nesse mesmo período, era estabelecido o então Conselho Nacional Pesquisa, hoje, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pela Lei n° 1.310, de 15 de janeiro de 1951. Desde seu estabelecimento, o Conselho tinha como principal objetivo a promoção e o estímulo ao desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica, por meio da concessão de recursos financeiros para investigação, formação de pesquisadores e técnicos, cooperação entre universidades brasileiras e parcerias e intercâmbios com instituições estrangeiras.

Desde o princípio, as ações da Capes e do CNPq se complementaram. A primeira tem como foco a formação de quadros para as universidades; já no segundo, o escopo de atuação é voltado para o fortalecimento da pesquisa. A criação de ambas as instituições ocorreu para fomentar o sistema de ciência e tecnologia e se deu no contexto de busca do desenvolvimento

---

[6] Os artigos 2° e 3° do Decreto dispunham sobre os objetivos e atividades para sua consecução:

Art. 2º A Campanha terá por objetivos:

a) assegurar a existência de pessoal especializado em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades dos empreendimentos públicos e privados que visam o desenvolvimento econômico e social do país;

b) oferecer os indivíduos mais capazes, sem recursos próprios, acesso a todas as oportunidades de aperfeiçoamentos.

Art. 3º Para a consecução desses objetivos a Comissão deverá:

a) promover o estudo das necessidades do país em matéria de pessoal especializado, particularmente nos setores onde se verifica escassez de pessoal em número e qualidade;

b) mobilizar, em cooperação com as instituições públicas e privadas, competentes, os recursos existentes no país para oferecer oportunidades de treinamento, de modo a suprir as deficiências identificadas nas diferentes profissões e grupos profissionais;

c) promover em coordenação com os órgãos existentes o aproveitamento das oportunidades de aperfeiçoamento oferecidas pelos programas de assistência técnica da Organização da Nações Unidas, de seus organismos especializados e resultantes de acordos bilaterais firmados pelo Governo brasileiro;

d) promover, direta ou indiretamente, a realização dos programas que se mostrarem indispensáveis para satisfazer às necessidades de treinamento que não puderem ser atendidas na forma das alíneas precedentes;

e) coordenar e auxiliar os programas correlatos levados a efeito por ógãos da administração federal, governos locais e entidades privadas;

f) promover a instalação e expansão de centros de aperfeiçoamentos e estudos *post*-graduados.

econômico do país.[7] Segundo Oliveira e Carvalho, "o desenvolvimento exige a formação de pessoal habilitado para as tarefas cada vez mais diversificadas da sociedade em evolução". (1960, p. VII). Urgia, naquele momento, a formação de profissionais qualificados para atender às crescentes demandas do país. Oliveira e Carvalho defendem ainda que

> Os enormes dispêndios com o sistema de Ensino Superior poderão ser multiplicados, desde que – em troca – sejam ofertados à economia algumas centenas de profissionais por ano, aptos a ocupar funções algumas centenas de profissionais por ano, aptos a ocupar funções de alta qualificação. [...] Naturalmente, garantida a qualidade, as proporções de cada especialidade deverão ser firmadas para a plena consecução do objetivo, em harmonia com as necessidades vitais da sociedade e com as naturais limitações dos recursos humanos de alta qualidade. (1960, p 190).

Uma vez criada a Campanha, suas funções precípuas foram fomentar a formação de cientistas, desenvolver a ciência e tecnologia no Brasil, formar pessoal qualificado para suprir as deficiências do país e contribuir para o progresso da nação. Como parte dessa preocupação inicial, vislumbrava-se a necessidade de organização dos cursos de pós-graduação e de concessão de bolsas no país, bem como a formação de brasileiros no exterior e a atração de professores estrangeiros.

Inicialmente, a Capes realizava suas ações por meio de projetos. O grande foco da Campanha, naquele momento, era a realização de estudos sobre a situação em que se encontrava a educação superior e as necessidades do país. Paralelamente aos estudos, a instituição passou a implementar um programa emergencial de assistência às IES para o preenchimento de lacunas existentes nos quadros técnicos, principalmente por meio da contratação de professores estrangeiros, o que também auxiliou no aperfeiçoamento dos quadros existentes (BRASIL, 1952a, 1952b, 1953a,1953b, 1953c).

Ao instalar os trabalhos da Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, em dezembro de 1951, o então ministro da Educação e Saúde, Simões Filho, ressaltou que

> A grande necessidade do nosso tempo não é tão somente a desse quadro técnico e profissional, mas, sobretudo, a do quadro dos cientistas propriamente ditos, pois estes é que irão elaborar os conhecimentos novos com os quais haveremos de edificar a nossa emancipação econômica e técnica. Nossa maior deficiência está na falta de cientistas que conduzam os estudos e pesquisas indispensáveis à elaboração de uma tecnologia tropical capaz de nos erguer aos níveis a que a ciência, nos países temperados, elevou a sua civilização, por meio de tecnologia de clima temperado. Precisamos de um quadro de cientistas qualificados. [...] para isso, cumpriria fazer, em todo país, um recrutamento dos seus melhores talentos e oferecer-lhes condições

[7] Nesse mesmo sentido, McNeill (1970) defende que a Capes e o CNPq tiveram grande impacto na introdução de procedimentos científicos na educação brasileira. A autora ressalta o grande papel das instituições no apoio à pós-graduação para capacitação de pessoal qualificado, tanto em IES no Brasil quanto no exterior.

> para se transformarem nos cientistas capazes dos estudos originais de que precisa o Brasil para a sua definitiva emancipação. (BRASIL, 1952, p. 9-10).

Naquela ocasião, a meta era o levantamento das necessidades do país no que se refere à ciência e tecnologia, a observação do que já existia e o seu adequado preenchimento. Observamos, no entanto, pelo discurso do então ministro Ernesto Simões Filho, que, desde sua constituição, há forte preocupação na Capes em adotar o mérito como critério de seleção, sendo essa uma marca da agência. Tanto na avaliação de programas de pós-graduação quanto na seleção de bolsistas e projetos, a excelência é requisito obrigatório.

A partir de dezembro de 1952, e até 1971, a Campanha passou a publicar mensalmente o Boletim Informativo com as informações das políticas de governo na área. Essas publicações impressas em poucas páginas mensais eram instrumento de prestação de contas e divulgação do trabalho do órgão. Ao todo, foram 229[8] boletins com esse formato, lançados em 20 anos. Segundo disposto no Boletim nº 1, ele se destinava à "divulgação de atos, dados, fatos e acontecimentos de relevo ocorridos no ensino superior, bem como à divulgação de ocorrências, atividades e iniciativas de maior importância do pessoal que constitui o quadro brasileiro de técnicos, cientistas, artistas e humanistas." (BRASIL, 1952, p.1). Ademais, esses informativos apresentavam a forma de atuação do órgão e os instrumentos que vinham utilizando para a consolidação da pós-graduação no Brasil, sendo uma grande fonte de informação sobre as políticas educacionais (MCNEILL, 1970).

> O Boletim se configurou como um instrumento que exteriorizou os caminhos e as opções institucionais realizadas pela Capes e contribuiu para a construção e solidificação da rede que apostou no aperfeiçoamento dos quadros de nível superior do país e para a consolidação e institucionalização da pós-graduação no Brasil, que não pode ser confundida com regulamentação de caráter legal, pois negar tal diferenciação seria, por certo, negar a contribuição de muitos para o que hoje denominamos 'sistema nacional de pós-graduação'. (GOUVÊA, 2010b, p.15).

Paralelamente aos Boletins Informativos, foram também lançados os Boletins de Informações Sobre Bolsas de Estudo e os Relatórios de Atividades da Capes. O principal objetivo desse Boletim era divulgar as oportunidades de bolsas no Brasil e no exterior. Esse papel de divulgação desempenhado pela agência foi fundamental para que possíveis

---

[8] Está disponível no acervo da agência uma coletânea com todos os 229 boletins distribuídos em 14 volumes. O primeiro volume é formado pelos boletins de 1 a 37 (1952-1955); o segundo volume, pelos boletins de número 38 ao 55 (1956-1957), e assim sucessivamente, até o 14º volume, em que estão os boletins de números 218-229, referentes ao ano de 1971. Essas informações foram disponibilizadas pelo senhor Astrogildo Brasil dos Santos, Chefe da Divisão de Tratamento da Informação da Coordenação de Gestão de Documentos (DTRAT/CGD), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

candidatos tivessem ciência de informações de difícil acesso naquele momento.[9] Já os Relatórios de Atividades, que tiveram seu primeiro lançamento em 1953, eram publicações anuais, em que as áreas apresentavam seus subsídios e cujas informações eram consolidadas pelo diretor de administração em um único documento. Os Relatórios foram produzidos até o ano de 2004.[10] Todos esses instrumentos tiveram importante papel na difusão da atuação da Capes e do governo federal na área de educação superior, ciência e tecnologia, bem como foram valiosos mecanismos para disseminação de oportunidades de aprimoramento e aperfeiçoamento acadêmico.

Dez anos após seu estabelecimento, a Campanha, apesar de pequena, apresentava uma estrutura consolidada. Abaixo do secretário-geral, professor Anísio Teixeira, encontravam-se dois diretores: diretor de programas e diretor executivo. Nessa estrutura, dois programas foram estabelecidos: o Programa Universitário (PgU) e o Programa de Quadros Técnicos e Científicos (PQTC). Além dos dois programas, a Capes contava com o Serviço de Bolsas de Estudo, tanto no Brasil quanto no exterior, que crescia paulatinamente. Também contava com um Serviço de Estatísticas e Documentação, que realizava o levantamento e a divulgação dos dados estatísticos no ensino superior (CÓRDOVA, 2003).

A primeira grande alteração no órgão ocorre em 1961. Com a publicação do Decreto nº 50.737, de 07 de junho, a Capes deixou de subordinar-se ao Ministério da Educação, ligando-se diretamente à Presidência da República e sendo assessorada por um Conselho Consultivo, conforme disposto nos artigos primeiro e terceiro:

> [...] fica subordinada à Presidência da República e [...] será assessorada por um Conselho Consultivo [...] para apreciar o relatório das atividades e a prestação de contas do exercício anterior e aprovar os planos anuais de trabalho.

A Campanha deveria ainda formular e pôr em execução programas anuais de trabalho.[11]Ao fazer um balanço do primeiro decênio da Capes, Gouvêa dispõe que

---

[9] Não há muitas informações nos arquivos da agência acerca dessa publicação. Há pouquíssimos exemplares preservados. O boletim mais antigo encontrado no arquivo é o de nº 6 – Ano II, de abril de 1954, o que leva a crer que a publicação tenha sido iniciada em 1953. Tampouco é possível precisar sua duração, pois o último exemplar disponível é de 1960. (Informações disponibilizadas por Astrogildo Brasil dos Santos, Chefe da Divisão de Tratamento da Informação da Capes).

[10] Além desses documentos já citados, foi lançada, em março de 1952, uma publicação intitulada *DOCUMENTOS INICIAIS – Publicação nº 1*, com as primeiras declarações do então ministro da Educação e Saúde, Simões Filho, em entrevista coletiva à imprensa em 13 de julho de 1951, em que fala sobre a Campanha (Capes); as declarações de Anísio Teixeira após as primeiras reuniões da Comissão; e o documento de trabalho nº 1. Não há indícios de continuidade dessa publicação. Segundo informações também do Chefe da Divisão de Tratamento da Informação da Capes, consta somente esse número no arquivo da agência.

[11] O Decreto nº 50.737/1961 dispunha acerca dos propósitos a serem seguidos na formulação dos programas:

> [...] essa instituição teve seu papel e seus objetivos gradualmente construídos ao longo desses dez anos. A Capes se constituiu numa instituição que deteve um elevado grau de atuação e de influência em importantes desdobramentos relacionados ao fomento da pós-graduação no Brasil. (2010a, p. 536).

Continua ele:

> A Capes, devido a sua categoria de 'campanha extraordinária', [...] recebeu um tratamento privilegiado no processo de elaboração e implementação de políticas públicas relativas à sua área de atuação, possibilitando que a autonomia e a credibilidade conquistadas por essa instituição (que operou dentro da estrutura administrativa e financeira do Inep) a credenciassem – em alguns momentos – como o principal órgão de consultas para a elaboração de políticas públicas para a educação do País, superando inclusive o próprio Ministério da Educação. [...] contribuiu para a construção e solidificação da rede que apostou no aperfeiçoamento dos quadros de nível superior do País e para a consolidação e institucionalização da pós-graduação no Brasil, que não pode ser confundida com regulamentação de caráter legal, pois negar tal diferenciação seria, por certo, negar a contribuição de muitos para o que hoje denominamos 'sistema nacional de pós-graduação'. (GOUVÊA, 2010a, p. 539-540).

No segundo decênio da criação da Campanha, o Brasil viveu outro contexto histórico. No período do regime militar, houve grande controle das universidades e da opinião pública. O governo passou por uma grande reforma administrativa, e as Instituições de Ensino Superior, a pós-graduação e a Capes também sofreram mudanças.

Em 1964, a direção da instituição passaria por alterações. Nesse mesmo ano, foi publicado o Decreto nº 53.932, de 26 de maio, que reunia em um só órgão a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), a Comissão Supervisora do Plano dos Institutos (Cosupi) e o Programa de Expansão do Ensino Tecnológico (Protec), transformando-os na Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), subordinada ao Ministério da Educação e Cultura. O artigo segundo do Decreto dispunha que a Coordenação teria como objetivo a formulação e execução de programas anuais de trabalho, orientados com os seguintes propósitos:

Art. 2º. Incumbe à Capes formular e pôr em execução programas anuais de trabalho, orientados com os seguintes propósitos:
1 – o estímulo à melhoria das condições de ensino e pesquisas dos centros universitários brasileiros, visando a melhor formação dos quadros profissionais de nível superior do país;
2 – o aperfeiçoamento do pessoal de nível superior já existente, promovido em função das prioridades ditadas pelas necessidades do desenvolvimento econômico e social do País;
3 – a realização de levantamentos, estudos e pesquisas sobre os problemas envolvidos em seu campo de ação;
4 – a administração das bolsas de estudo oferecidas pelo Governo Brasileiro a latino-americanos e afro-asiáticos para cursos de graduação e pós-graduação no Brasil;
5 – a promoção de outras medidas necessárias à consecução dos seus objetivos definidos nos artigos 2º e 3º do Decreto nº 29.741.

1) aperfeiçoamento de pessoal de nível superior, promovido em função das prioridades ditadas pelas necessidades do desenvolvimento econômico e social do país;
2) colaboração com as universidades e escolas superiores do país, proporcionando-lhes assistência técnica para melhoria dos seus padrões de ensino e de pesquisa;
3) apoio aos Centro de Pesquisa e Treinamento Avançado, de forma a colaborar com programas de formação e adestramento de pessoal graduado e estimular a formação de centros da mesma natureza, de que seja carente o país;
4) coordenação, com respeito à autonomia das universidades, os planos nacionais de expansão de matrículas nas áreas em que haja maior demanda, facilitando, ainda, o suprimento de recursos adicionais ou extraordinários que se façam necessários ao cumprimento desses mesmos planos;
5) realização de levantamentos, estudos e pesquisas sobre os problemas envolvidos em seu campo de ação;
6) administração das bolsas de estudo oferecidas pelo governo brasileiro a elementos estrangeiros para cursos de graduação e pós-graduação no Brasil;
7) promoção de encontros de professores e pesquisadores, visando a elevar os padrões de ensino e difundi-los por todo o país.

O Decreto, em seu artigo sexto, dispôs sobre o Conselho Deliberativo da instituição, que tinha como principais funções a definição da política da organização, a concessão de bolsas e aprovação de projetos a ela submetidos. Conforme disposto no artigo sétimo, a nova Coordenação passou a ser gerida por esse Conselho, composto por um diretor executivo e cinco secretários, encarregados dos seguintes setores: programa universitário e centros de treinamento; programa dos quadros técnicos e científicos; serviço de estudos, levantamentos e documentação; serviço de bolsas de estudo; e secretaria administrativa. Ainda nesse mesmo ano, foi publicado o Decreto n° 54.356, de 30 de setembro, que dispunha sobre a nova estrutura e o regime organizacional da Coordenação. A Capes passou então a contar com uma presidência exercida pelo ministro da Educação.

Como órgão já estruturado, a Coordenação seguia com o objetivo de formar quadros universitários, científicos e tecnológicos de alto nível, bem como de estimular o estabelecimento de cursos de pós-graduação. É oportuno destacar o exponencial crescimento do número de bolsas concedidas, que passou de 79 em 1953 para 155 em 1954, chegando a 661 bolsas dez anos depois. O recém-criado Serviço de Bolsas de Estudo foi divido em duas áreas, relativas às bolsas no país e às bolsas no exterior.

Nos anos seguintes, novas alterações foram realizadas na Diretoria Executiva da Capes, que passou, até o ano de 1970, por um período de grande descontinuidade, devido, principalmente, às constantes trocas de diretores. No contexto nacional, o final dos anos 60 e o início da década de 70 foram marcados pelo endurecimento do Estado e o fortalecimento da linha dura.

Foram lançados, no período do governo militar, os Planos Nacionais de Desenvolvimento I e II. Esses planos enfatizavam a necessidade de expansão da indústria e abrangiam uma série de investimentos que buscavam tornar o Brasil uma potência emergente. Nesse contexto, a Ciência, Tecnologia e Educação eram determinantes para o crescimento. O Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969, criou o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), com a finalidade de implementar o Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, a cargo do Conselho Nacional para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico, e de dar apoio financeiro aos programas e projetos prioritários nessa área

Esse cenário serviu também para o estabelecimento de um amplo debate acerca da reestruturação do ensino fundamental e da reforma universitária. A definição da pós-graduação veio do Conselho Federal de Educação, com o Parecer nº 977/65, subscrito por Newton Sucupira.[12] A Capes, contudo, foi alijada dos debates.

De 1970 a 1974, a Coordenação caminhou com maior estabilidade e possuía apenas um diretor executivo (CÓRDOVA, 2003). A administração pública viveu um período de reforma, também experimentado pela Capes. Aos 5 de junho de 1970, foi lançado o Decreto n° 66.662, que reformulou a Coordenação, a qual passou a atuar como órgão autônomo do Ministério da Educação e Cultura, em articulação com o Departamento de Assuntos Universitários. Com o Decreto, o diretor executivo passou também a ter seu papel novamente fortalecido.[13] Nesse período, a instituição contou, ainda, com satisfatórios recursos financeiros.

---

[12] O parecer Sucupira definiu e regulamentou a pós-graduação, suas características, seus níveis e suas finalidades. O texto do parecer é composto por uma introdução e sete tópicos, a saber: a origem histórica da pós-graduação; sua necessidade; conceito de pós-graduação (*sensu stricto* – mestrado e doutorado – e *sensu lato*); o exemplo da pós-graduação norte-americana; a pós-graduação na Lei de Diretrizes e Bases de 1961; a pós-graduação e o Estatuto do Magistério, e a definição e caracterização da pós-graduação.

[13] Art. 1º A Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), originária da Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Decreto número 29.741, de 11 de julho de 1951) e regida pelos Decretos nº 53.932, de 26 de maio de 1964; nº 54.356, de 30 de setembro de 1964, e nº 59.707, de 12 de dezembro de 1966, passa a funcionar:
I - como órgão autônomo do Ministério da Educação e Cultura, na forma do artigo 172 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, com a redação dada pelo Decreto-lei nº 900, de 29 de setembro de 1969, e em articulação com o Departamento de Assuntos Universitários do mesmo Ministério;

Em 1970, mais de 700 candidatos foram contemplados com bolsas no Brasil e no exterior (683 bolsas no país e 76 bolsas no exterior). Três anos depois, eram quase 2 mil bolsas ativas. Além das bolsas, a Coordenação repassava expressivos recursos para as despesas de capital e de custeio das instituições. Merece menção também o lançamento da coletânea Pós-graduação, que destacava a importância dos cursos de mestrado e doutorado, além de trazer uma série de artigos sobre o ensino superior e legislação pertinente (BRASIL, 1971). Como já mencionado, a coletânea, os boletins informativos e os relatórios eram formas de divulgar a atuação da instituição e prestar contas à comunidade acadêmica e à sociedade acerca de seu trabalho.

Entre os anos de 1974 e 1989, testemunhou-se período de institucionalização da pós-graduação no Brasil. A Capes fortaleceu-se e os programas de mestrado e doutorado ganharam peso no ensino superior. A partir de então, a comunidade acadêmica passou a participar mais ativamente das atividades da Coordenação. Com a institucionalização da pós-graduação, cresceu também a preocupação acerca do rigor na avaliação dos programas.

Em 1974, foi criado o Conselho Nacional de Pós-graduação, que passou a funcionar no ano seguinte, responsável pelo estabelecimento do primeiro Plano Nacional de Pós-graduação[14] (1975-1979). Segundo disposto no Plano,

> A política educacional e a política científica estão representadas, no II Plano Nacional de Desenvolvimento – II PND –, através do Plano Setorial de Educação e Cultura – PSEC – e do Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – PBDCT –, com os quais o presente plano está integrado do ponto de vista estratégico e operacional. Como decorrência, os distintos programas de recursos humanos de nível universitário devem ser implantados de forma adequada aos

---

Art. 6º Compete ao Diretor-Executivo:
I - solicitar a convocação do Conselho Deliberativo;
II - promover a execução das medidas autorizadas pelo Conselho Deliberativo e das demais providências necessárias ao funcionamento da CAPES e ao cumprimento de suas atribuições;
III - gerir o fundo de que trata o artigo 9º, movimentando-o juntamente com o responsável pela Divisão Financeira;
IV - submeter ao Conselho Deliberativo:
a) os atos ou documentos sobre os quais este deva manifestar-se antes do encaminhamento ao ministro de Estado;
b) as demais medidas da alçada do Conselho;
V - requisitar servidores da administração pública federal, inclusive a indireta;
VI - representar a CAPES, pessoalmente ou mediante delegação, em conselho, comissão ou grupo de que ela deva participar, ou para qualquer outro efeito.
Parágrafo único - O ministro de Estado designa o Diretor-Executivo, e este os responsáveis pelos órgãos e servidores da CAPES.

[14] O Plano Nacional de Pós-graduação (PNPG) é um documento que sintetiza as diretrizes norteadoras das políticas públicas de qualificação de pessoal em nível de mestrado e doutorado. O Plano faz um diagnóstico da pós-graduação nacional, e, a partir desta avaliação, apresentam-se propostas de diretrizes, cenários de crescimento do sistema, metas e orçamento para a execução de ações. Informações disponíveis no sítio da Capes: <www.capes.gov.br>. Acesso em: 14 jun. 2012.

> conceitos e diretrizes de planejamento, aqui expressos com a intenção de reorientar, em âmbito nacional, as atividades de pós-graduação. (BRASIL, 1975a, p. 119).

As diretrizes que orientariam a execução da política nacional de pós-graduação eram: institucionalização do sistema de Pós-graduação, elevação dos padrões de desempenho e planejamento da expansão (BRASIL, 1975b). Como resultado, a Capes cresceu e consolidou-se como financiadora e avaliadora do sistema de pós-graduação. O Decreto nº 74.299, de 18 de julho de 1974, promoveu a redefinição das atribuições da Capes e de sua estrutura.[15] A instituição ganhou também novas atribuições estabelecidas no Plano Nacional de Pós-graduação (BRASIL, 1975b):

- organização, implantação, acompanhamento e avaliação dos Programas Institucionais de Capacitação de Docentes;
- ampliação do Programa de Bolsas no país e no exterior;
- melhoria dos cursos de pós-graduação, sentido estrito e sentido lato, através de seu Programa de Auxílios;
- integração com outros órgãos, no sentido de:

a) propiciar condições de absorção dos mestres e doutores titulados pelo programa de capacitação;

b) abrir novos horizontes quanto às oportunidades de doutoramento no exterior;

---

[15] O art. 1º do Decreto dispunha sobre as finalidades da Capes:
I - Colaborar com a Direção do Departamento de Assuntos Universitários (DAU) na implementação da Política Nacional de Pós-graduação;
II - Promover a execução das atividades de capacitação de pessoal de nível superior, em consonância com as diretrizes gerais fixadas no plano Nacional de Pós-graduação;
III - Gerir a aplicação dos recursos financeiros, orçamentários e de outras fontes nacionais e estrangeiras, destinados à implantação e desenvolvimento da pós-graduação em geral, na área do Ministério da Educação e Cultura; IV - Analisar e compatibilizar entre si e com as normas e critérios do Conselho Nacional de Pós-graduação (CNPG) e do DAU, os programas das instituições de ensino superior, relativos a bolsa de estudo ou assistência financeira para cursos de pós-graduação, aperfeiçoamento e especialização, visando principalmente ao magistérios superior;
V - Assessor as instituições de ensino superior na elaboração dos programas a que se refere o item anterior;
VI - Administrar projetos especiais aprovados pelo DAU, que visem a pós-graduação em geral;
VII - Promover ou apoiar a realização de seminários e reuniões em geral para o aperfeiçoamento de pessoal de nível superior;
VIII - Promover a realização de estudos e pesquisas das necessidades nacionais ou regionais de capacitação de pessoal de nível superior, ou realizá-los diretamente quando constada a conveniência;
IX - Participar da elaboração do Plano Nacional de Pós-graduação a que se refere o Decreto nº 73.411, de 4 de janeiro de 1974, mediante a identificação das necessidades de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior e demais condições de funcionamento das instituições de ensino superior relativas ao ensino de pós-graduação;
X - Manter intercâmbio e contatos com outros órgãos da administração pública ou com entidades privadas inclusive internacionais ou estrangeiras, visando a celebração de convênios, acordos, contratos e ajustes, relativos ao aperfeiçoamento de pessoal de nível superior.

c) criar novas oportunidades de bolsas, em ação conjunta com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e demais órgãos governamentais.

No final da década de 70, a Capes já havia financiado algo próximo a 7 mil bolsas. Desse total, mais de 6 mil bolsas eram no país e quase mil, no exterior. Nesse período, foi também instituída a modalidade sanduíche para que o bolsista passasse um período do doutoramento no exterior; ou no Brasil, caso o doutoramento fosse no exterior. Além disso, por meio dos auxílios institucionais, a Capes apoiou, nesse período, a implantação das Pró-reitorias de Pesquisa e Pós-graduação. Ademais, a instituição fortaleceu o setor de documentação e divulgação. Em 1975, ocorreu a primeira rodada de avaliação dos programas de pós. A avaliação passou a auxiliar a instituição na distribuição das bolsas. Esse era o momento de maior prestígio alcançado pelo órgão, até então, dentro e fora do Ministério da Educação (FERREIRA; MOREIRA, 2001).

Para além do núcleo central da esfera federal, a Capes passou a buscar maior abertura e divulgação de seus atos a partir do final da década de 80. Nesse período, foi criada a publicação *DEBATE Capes*, para propiciar maior aproximação entre a instituição, a comunidade acadêmica e a sociedade civil.

Outro importante fator de fortalecimento da instituição foi a extinção do Conselho Nacional de Pós-graduação e a transferência de suas competências para a Coordenação, por meio do Decreto nº 86.791, de 28 de dezembro de 1981. Demais disso, pelo artigo segundo do Decreto nº 86.816, de 5 de janeiro de 1982,[16] a Capes passou a atuar como agência executiva da Secretaria da Educação Superior, do Ministério da Educação e Cultura no Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, para as finalidades previstas no Decreto nº 75.225, de 15 de janeiro de 1975, que dispunha sobre o SNDCT.

A década de 80 marcou um período de grande estabilidade na instituição. Sua atuação foi baseada nos II e III Planos Nacionais de Pós-graduação, de 1982 a 1985 e de 1986 a 1989, respectivamente. Em sua introdução, o II Plano Nacional de Pós-graduação dispunha:

> O objetivo central deste Plano consiste na formação de recursos humanos qualificados para atividades docentes, de pesquisa em todas as suas modalidades, e técnicas, para atendimento às demandas dos setores público e privado. Por recurso humano qualificado entende-se aquele dotado da capacidade de atuar na fronteira de uma especialidade, não só ao ponto de estar em condições de reproduzir o

[16] Conforme disposto no art. 2º do Decreto nº 86.816, de 05 de janeiro de 1982: "Compete à CAPES atuar como agência executiva da Secretaria da Educação Superior, órgão setorial do Ministério da Educação e Cultura no Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, para as finalidades previstas no Decreto nº 75.225, de 15 de janeiro de 1975."

> conhecimento que lhe é transmitido, o que apenas representa a capacidade efetiva de incorporá-lo, mas também de colaborar para o seu avanço, com contribuições significativas, o que representa o domínio real daquela especialidade. Para a realização deste objetivo devem ser considerados alguns condicionamentos fundamentais tais como as especificidades inerentes às diversas áreas de conhecimento e os desníveis entre regiões e instituições, decorrentes de marcada heterogeneidade do contexto. Neste sentido, as medidas a serem adotadas objetivam a superação dos efeitos negativos da heterogeneidade regional e institucional, levando em consideração que especialmente as regiões mais pobres necessitam de recursos humanos capazes de enfrentar com competência os problemas fundamentais que marcam a sua realidade socioeconômica. (CAPES, 1982a).

O III Plano Nacional de Pós-graduação, que foi publicado no Governo Sarney, já na Nova República, teve como metas (BRASIL, 1986, p. 7):

> • consolidação e melhoria do desempenho dos cursos de pós-graduação;
> • institucionalização da pesquisa nas universidades, para assegurar o funcionamento da pós-graduação;
> • integração da pós-graduação no sistema de Ciência e Tecnologia, inclusive com o setor produtivo. (BRASIL, 1986, p. 7).

A concessão de bolsas e, consequentemente, a formação de recursos humanos de alto nível mantinham-se como duas das maiores metas da instituição. No começo da década de 80, cresceu o número de bolsas concedidas, contudo, esse número caiu até 1983, para, então, continuar crescendo. Em 1990, o quantitativo de concessões era superior a 12 mil. O financiamento de bolsas no exterior também seguiu a mesma diretriz. Apesar de uma pequena queda em 1984, a concessão – especialmente para o doutorado e pós-doutorado – cresceu progressivamente. O número subiu de cerca de 1.500 bolsas em 1980 para mais de 2.500 em 1990. No que se refere ao fomento para custeio, as ações passaram a privilegiar o apoio à consolidação dos cursos e a infraestrutura (CÓRDOVA, 2003).

Com a posse do então presidente Fernando Collor de Mello, a Capes foi extinta por meio da Medida Provisória n° 150, de 15 de março de 1990.[17] No entanto, a Lei n° 8.028 de 12 de abril do mesmo ano a recriou no âmbito do Ministério da Educação. Por meio da Portaria n° 143, de 22 de março de 1990, a Coordenação passou, naquele momento, a ser subordinada à Secretaria Nacional de Ensino Superior (Senesu), a qual substituiu a Sesu. Ainda em maio daquele ano, a Capes foi restabelecida como órgão do MEC pelo Decreto n° 99.244, de 10 de maio.[18]

---

[17] Medida Provisória n° 150, de 15 de março de 1990, art. 27, §1°, alínea d.

[18] O artigo 32 do Decreto dispôs sobre as competências da instituição.

Art. 132. À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior compete:

I - subsidiar a Secretaria Nacional de Educação Superior do Ministério da Educação, na formulação da política referente à pós-graduação, pesquisa científica e tecnológica e formação de recursos humanos de nível superior;

Apesar do restabelecimento da instituição, o início da década de 90 foi marcado por mudanças e dificuldades na condução das políticas da agência. Como órgão do Ministério da Educação, a Capes estava engessada na estrutura da administração direta, sem flexibilidade orçamentária, com falta de pessoal e baixos recursos. Foi nesse contexto que se iniciaram as tentativas de transformação do órgão em Administração Indireta. Assim, aos 9 de janeiro de 1992, a Lei n° 8.405 autorizou o Poder Executivo a instituir como fundação pública a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).[19] Naquele mesmo ano, aos 19 de maio, o Decreto nº 524 aprovou o Estatuto e o Quadro Demonstrativo de Cargos em Comissão e Funções de Confiança.

O cenário político desse período era bastante diferente daquele em que a Coordenação havia sido criada. A transformação da Coordenação em Fundação foi o momento oportuno para a redefinição do papel da agência. Novos desafios foram vividos pela instituição, principalmente o crescimento do número de cursos de mestrado e doutorado. Em meados da década de 90, foi estabelecido um novo sistema de avaliação, que se tornou mais abrangente e passou a ser feito em etapas. Houve também maior aproximação com a comunidade acadêmica. Concomitantemente a essas ações, o número de bolsas concedidas, tanto no Brasil quanto no exterior, continuou a crescer.

O Brasil passou a viver, a partir de 1995, um momento de estabilidade econômica nunca antes conseguido. Ademais, o novo presidente, sociólogo de origem e advindo da comunidade acadêmica, ressaltou a importância de maciços investimentos em políticas de ciência e tecnologia, visando ao crescimento do país e à competitividade de nossas empresas.

II - elaborar a proposta do Plano Nacional de Pós-Graduação, acompanhar e coordenar a sua execução, bem assim fomentar mediante a concessão de auxílios financeiros o aperfeiçoamento do pessoal de nível superior;
III - promover estudos e avaliações sobre ensino superior, necessários para a formulação da política de pós-graduação e de aperfeiçoamento de recursos humanos;
IV - fomentar atividades que direta ou indiretamente contribuam para o desenvolvimento e consolidação das Instituições de Ensino Superior;
V - conceder bolsas de estudos para a formação e aperfeiçoamento de recursos humanos de nível superior;
VI - exercer as atribuições previstas nos incisos IV a VII e IX a XI e XIII do art. 1° do Decreto n° 86.816, de 5 de janeiro de 1982;
VII - manter intercâmbio e contato com outros órgãos da administração pública ou com entidades privadas, inclusive internacionais ou estrangeiras, visando à celebração de convênios, acordos, contratos e ajustes relativos à pós-graduação e ao aperfeiçoamento do pessoal de nível superior.

[19] O artigo 1° da Lei nº 8.405, de 09 de janeiro de 1992, autorizou a instituição da Capes como fundação: **"**Art. 1° É o Poder Executivo autorizado a instituir como fundação pública a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), com sede e foro no Distrito Federal e prazo de duração indeterminado." Já o artigo 2° da mesma lei apresentou as atribuições da agência: "Art. 2° A fundação Capes terá como finalidade subsidiar o Ministério da Educação na formulação de políticas para a área de pós-graduação, coordenar e avaliar os cursos desse nível no País e estimular, mediante bolsas de estudo, auxílios e outros mecanismos, a formação de recursos humanos altamente qualificados para a docência de grau superior, a pesquisa e o atendimento da demanda dos setores públicos e privado."

Nesse sentido, a direção da Capes empenhou-se em manter e aprimorar o sistema de avaliação e o fomento à pós-graduação, por meio de concessão de bolsas e apoio ao funcionamento dos programas. Ademais, estabeleceu-se um plano de metas para intensificar e ampliar o papel da agência no desenvolvimento da ciência e tecnologia.[20]

Aos 12 de julho de 2000, foi aprovado novo estatuto e quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções gratificadas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Em 22 de agosto de 2002, foi aprovado o Regimento Interno da Capes e sua nova estrutura organizacional. Ganhou peso o trabalho dos pareceristas externos (*ad hoc*) no acompanhamento e na avaliação dos programas, bem como na apreciação do mérito das candidaturas.

Ainda nesse período, uma importante ferramenta de apoio à pesquisa passou a ser disponibilizada pela Capes: o portal de periódicos. Lançado em 11 de novembro de 2000, o portal é uma plataforma de acesso imediato à produção científica mundial atualizada. Professores, pesquisadores, alunos e funcionários de diversas Instituições de Ensino Superior e de pesquisa em todo o país passaram a ter acesso a textos completos de artigos selecionados de milhares de revistas internacionais, nacionais e estrangeiras, e bases de dados com resumos de documentos em todas as áreas do conhecimento. Buscou-se, ademais, fortalecer a inserção internacional da Capes e, consequentemente, da pós-graduação brasileira.

Novo estatuto e quadro de cargos em comissão e funções gratificadas da agência foram aprovados em 21 de março de 2003 pelo Decreto n° 4.631. Quatro anos depois, em 2007, essa normativa foi revogada pelo Decreto n° 6.316, de 20 de dezembro, que foi, por sua vez, recentemente revogado pelo Decreto n° 7.692, de 02 de março de 2012**,** atualmente em vigor, que aprovou o estatuto da Capes e ampliou o número de cargos em comissão. A Portaria n° 609 do Ministério da Educação, de 20 de maio de 2008, aprovou o atual Regimento Interno da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

Em 6 de fevereiro de 2006, o presidente da República autorizou, por meio da Lei n° 11.273, a concessão de bolsas de estudo e de pesquisa a participantes de programas de formação inicial e continuada de professores para a educação básica, tendo como órgãos executores a Capes e o FNDE. Nascia, assim, a *Nova Capes*, com funções ampliadas e expansão de sua atuação.

---

[20] As principais metas da gestão da Capes no período foram descritas no *Infocapes*, v. 3, n. 1-2, p. 15-18, jan./jun. de 1995.

3.1.2 A Nova Capes

A Capes ganhou novas atribuições com a Lei n° 11.502, de 11 de julho de 2007. A lei modificou as competências e a estrutura organizacional da fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, de que trata a Lei nº 8.405, de 9 de janeiro de 1992; e alterou a Lei nº 8.405, de 9 de janeiro de 1992. A agência passou a ser responsável também pela qualificação de professores da educação básica, sendo autorizada, portanto, a conceder bolsas de estudo e de pesquisa para participantes de programas de formação inicial e continuada de professores. Embasada no Plano de Desenvolvimento Educacional (PDE) do Ministério da Educação, a Capes passou, nesse momento, a utilizar a sua larga experiência na pós-graduação também para induzir e fomentar de docentes. Buscou-se, dessa forma, além de aproveitar a excelência da instituição na formação de recursos humanos, aproximar a educação superior da educação básica, para, conforme disposto no relatório de gestão 2004-2010, "gerar sinergias e maior produtividade no uso dos recursos destinados a cada um dos níveis educacionais, com benefícios para a generalidade dos estudantes." (CAPES, 2011a , p. 19).

A Nova Capes também faria frente aos desafios do IV PNPG,[21] lançado para o período 2005-2010, com enfoque na expansão equânime do sistema nacional de pós-graduação e no aumento do número de pós-graduados, visando não só ao progresso científico e tecnológico do Brasil, mas também ao seu desenvolvimento econômico e social. O Plano trouxe, ainda, estratégias para melhoria do sistema de pós-graduação, especialmente no que se refere à necessidade de equacionamento das seguintes assimetrias (CAPES, 2004):

- estabelecimento de programas estratégicos específicos;
- ampliação da articulação entre agências para criar e apoiar os programas estratégicos específicos;
- ampliação da articulação das agências federais com os governos dos estados – secretarias de ciência e tecnologia e fundações de apoio;
- ampliação da articulação das agências federais com o setor empresarial;

[21] No período entre 1990 e 2004, não houve lançamento de Planos Nacionais de Pós-graduação. Somente ao final do ano de 2004 foi lançado o PNPG, que passaria a vigorar para o período de 2005-2010. Segundo disposto na introdução ao PNPG (2011-2020), um IV Plano havia sido preparado nesse ínterim entre 1990 e 2004, não sendo, contudo, promulgado. Isso levou a agência a considerar o PNPG 2005-2010 como o V Plano e o atual PNPG 2011-2020 como o VI, pois, apesar de não haver sido lançado, suas diretrizes foram seguidas pela Capes. O IV Plano se caracterizou pelas ênfases na expansão do sistema, na diversificação do modelo de pós-graduação, na introdução de mudanças no processo de avaliação e na inserção internacional do SNPG (CAPES, 2010, p. 15).

- participação mais efetiva dos fundos setoriais na pós-graduação;
- definição de novas tipologias regionais para a pós-graduação.

O atual Plano Nacional de Pós-graduação (2011-2020) seguiu as diretrizes já estabelecidas nos cinco planos anteriores. Conforme disposto em sua introdução, o PNPG vigente foi organizado em cinco grandes eixos (CAPES, 2010):

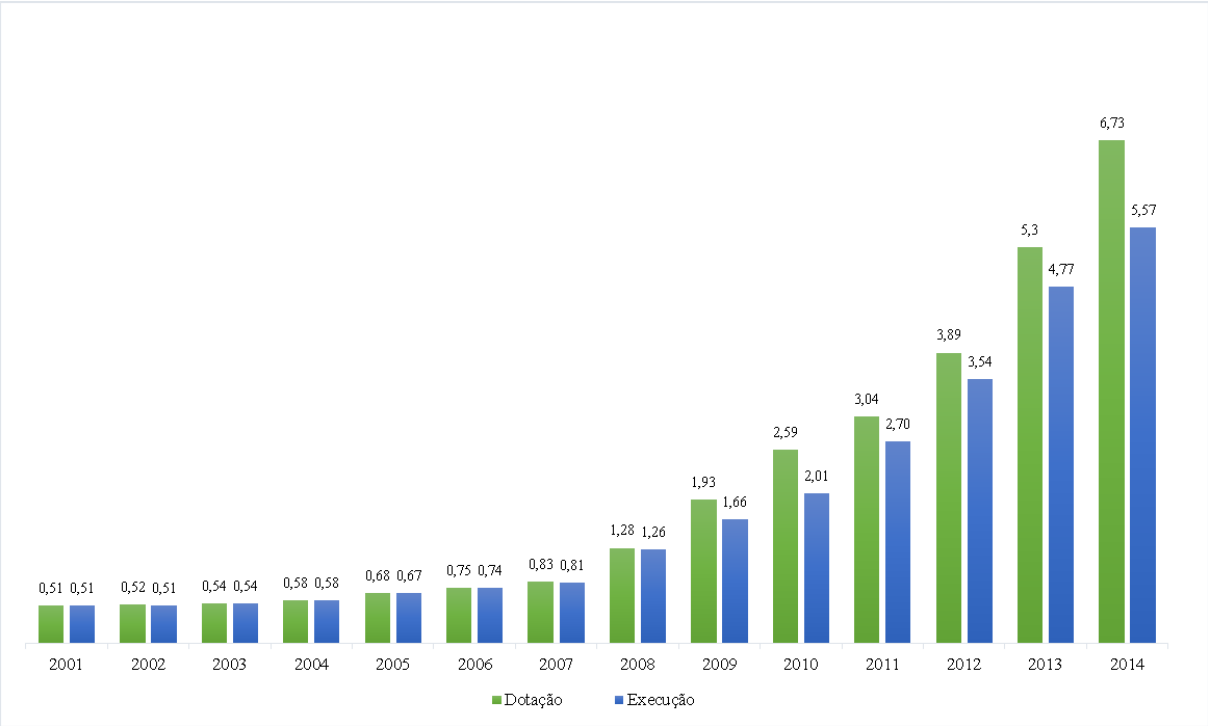
- expansão do Sistema Nacional de Pós-graduação;
- criação de uma nova agenda nacional de pesquisa, associada à pós-graduação;
- aperfeiçoamento da avaliação e sua expansão para demais segmentos de ciência e tecnologia;
- multi e interdisciplinaridade entre as principais características da pós-graduação e da pesquisa;
- apoio à educação básica e a outros níveis e modalidades de ensino.

Ainda na introdução, o plano dispõe que

> O núcleo da pós-graduação é a pesquisa. A pesquisa depende de treinamento e exige dedicação plena ao estudo, sendo a tarefa das instituições acadêmicas e institutos de pesquisa, públicos e privados, aliar este a aquela. Os resultados da pesquisa, ao serem aplicados, levam a tecnologias e a procedimentos, podendo ser usados no setor público e no sistema privado, e fazendo do conhecimento e da tecnologia uma poderosa ferramenta do desenvolvimento econômico e social. Neste quadro a parceria entre a Universidade, o Estado e as empresas dará lugar ao chamado modelo da tríplice hélice. Este modelo levará a colocar no centro do Plano, ou melhor, na sua base, aquilo que poderá ser chamado de Agenda Nacional de Pesquisa, com a participação de todas as agências de fomento federais e estaduais, com repercussão direta no SNPG e como matéria de políticas públicas, conduzindo a ações induzidas e a parcerias entre as universidades e os setores público e privado. (CAPES, 2010, p.18).

O expressivo crescimento na dotação orçamentária da instituição, conforme demonstra o gráfico a seguir, confirma a disposição do governo federal em investir cada vez mais em pesquisa.

Gráfico 1: Evolução da dotação e execução orçamentária da Capes em bilhões de reais (2001-2014)



Fonte de dados: Capes. Gráfico elaborado pela autora

A importância de priorizar a educação e, como resultado, obter avanços tecnológicos, foi também enfatizada no primeiro discurso de posse da presidente Dilma Rousseff:

> será prioridade do meu governo a luta pela qualidade da educação, da saúde e da segurança. [...] Somente com avanço na qualidade de ensino poderemos formar jovens preparados, de fato, para nos conduzir à sociedade da tecnologia e do conhecimento. (ROUSSEFF, 2011).

A expansão dos investimentos em aprimoramento científico e tecnológico foram ao encontro do crescimento acelerado do país. Como resultado, o Brasil figura, desde 2008, como o 13º país com a maior produção científica do mundo nos indicadores apresentados pelo Institute for Scientific Information (ISI). Essa projeção pode tornar nossas universidades centros de atração de discentes e docentes. O desenvolvimento da educação superior, da ciência e tecnologia, o fomento à qualificação de recursos humanos de alto nível no exterior, o acesso e a difusão de informações científicas e a promoção da cooperação internacional são ferramentas essenciais para a internacionalização das universidades brasileiras e para o alcance da excelência. Desde seu estabelecimento, a Capes, nesse processo, tem sido primordial.

3.2 A cooperação internacional da Capes

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, ao longo dos seus 65 anos de existência, passou por várias reestruturações. A Capes continuou tendo como missão suas atividades tradicionais, às quais foi adicionada, a partir de 2007, a educação básica: fomento para desenvolvimento de Instituições de Ensino Superior e Centros de Pesquisa para qualificação e melhoria de docentes, discentes e profissionais da educação básica, avaliação da pós-graduação e estímulo ao estabelecimento de parcerias – nacionais e internacionais – para a promoção da internacionalização da pós-graduação.

Em 2007, a Lei n° 11.502/07, que acrescentou à missão original da Capes a tarefa de também fomentar a educação básica, reestruturou também sua organização. A área internacional, até então ligada diretamente à Presidência da Coordenação, passou a fazer parte da Diretoria de Relações Internacionais, criada com a reestruturação.

Desde seu estabelecimento, em 1951, a agência já financiava bolsas para a formação de pessoal de alto nível. Em 1952, foram concedidas três bolsas de estudo pela Capes, sendo uma no país e duas para aperfeiçoamento no exterior. No ano seguinte, do total de 79 bolsas concedidas, 54 foram no exterior. Em 1954, foram concedidas 155 bolsas, sendo 72 delas no exterior. Em um período de dez anos – de 1953 a 1962 – a instituição financiou, entre bolsas e auxílios no exterior, cerca de 1.447 estudantes, o que demonstrava a grande preocupação da Coordenação em qualificar os profissionais brasileiros. Em 2010, a agência financiou 5 mil bolsas internacionais. Além dessas bolsas, foi também financiada a vinda de estrangeiros ao Brasil. Em 2014, mais de mil estrangeiros receberam auxílio da instituição. O número de financiamentos cresce vertiginosamente. Nos últimos dez anos, cerca de 90 mil estudantes tiveram auxílio da instituição para estudar no exterior. (CAPES, 2010, 2011a, 2014a, 2015a; CÓRDOVA, 2003).

Além das bolsas de estudo para brasileiros no exterior e para estrangeiros no Brasil, importantes instrumentos de fomento à internacionalização da pós-graduação brasileira foram adotados, tais como os projetos conjuntos de pesquisa e as parcerias universitárias. Essas modalidades envolvem cooperação entre pesquisadores de dois países, que enviam estudantes/pesquisadores em mobilidade de curta ou longa duração nos dois sentidos em financiamentos que duram cerca de quatro anos. Em 2014, a Cooperação Internacional da Capes contava com 1.243 projetos conjuntos de pesquisa e parcerias universitárias em andamento. Houve concessão de 46.855 bolsas no exterior nesse ano, além de 1.648 auxílios à participação em evento no exterior, por meio do Paex (CAPES, 2014a).

Como já mencionado, o lançamento do programa Ciência sem Fronteiras levou a uma elevação substantiva no número de bolsistas no exterior a partir de 2011. A atuação

internacional da Capes e a inserção de estudantes e pesquisadores no exterior, que eram crescentes, tiveram significativo incremento a partir do programa. A meta estabelecida foi o envio de 101 mil bolsistas para o exterior entre 2011 e 2015. Nesse sentido, houve expressivo aumento das parcerias internacionais da agência, visando a viabilizar a execução do programa. Para alocação dos estudantes, a Capes dispôs de 33 parceiros em 21 países.[22] Além das parcerias nesses países, foram enviados estudantes individualmente para outras 19 nações. Os principais destinos dos intercambistas foram, respectivamente: Estados Unidos, França, Alemanha, Itália e Irlanda e as principais áreas foram engenharias e demais áreas tecnológicas, biologia, ciências biomédicas e da saúde, indústria criativa (área tecnológica), ciências exatas e da terra, computação e tecnologias da informação. Nesse período, foram concedidas pela Capes, no âmbito do programa, mais de 65 mil bolsas, conforme disposto na tabela a seguir:

Tabela 1: Bolsas concedidas pela Capes no âmbito do Programa Ciência sem Fronteiras

Modalidade	Quantidade
Graduação sanduíche	52.136
Doutorado sanduíche	6.727
Pós-doutorado	2.849
Doutorado pleno	1.947
Professor visitante	675
Jovens talentos	272
Mestrado profissional	599
Total geral	**65.205**

Fonte de dados: Capes. Tabela elaborada pela autora

Ademais, o CSF estimula a parceria entre Estado, universidade e iniciativa privada, no modelo da tríplice hélice recomendado no IV PNPG. O setor produtivo comprometeu-se a financiar 26 mil das 101 mil bolsas do programa. Como resultado dessa aproximação, há expectativa de melhor aproveitamento dos recursos humanos qualificados capacitados pelo programa e, portanto, maior desenvolvimento de tecnologias e inovações nas empresas nacionais.

[22] Alemanha, Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, China, Coreia do Sul, Estados Unidos, Finlândia, França, Holanda, Hungria, Irlanda, Israel, Itália, Japão, Polônia, Portugal, Reino Unido, Suécia, Suíça.

Em decorrência também do CSF, foi lançado, em 2012, o programa Idiomas sem Fronteiras, pelo Ministério da Educação, com o objetivo de incentivar o aprendizado de outro idioma e aumentar a proficiência linguística dos candidatos, requisito fundamental para o aceite em uma instituição no exterior. Nesse sentido, foi disponibilizada pela Capes a plataforma de aprendizagem virtual *My English On-line*, com oferta de curso de inglês *on-line*, que beneficiou, desde sua criação, 671.304 estudantes (CAPES, 2014a, 2015a).

Como resultado da expansão das atividades internacionais da Capes, principalmente em razão do CSF, as metas previstas no PNPG para essa área foram superadas, resultado de um esforço crescente visando à internacionalização das IES brasileiras pelo governo federal, que se materializa pela atuação das agências de fomento. Nesse processo, merece destaque a atuação da Diretoria de Relações Internacionais da Capes.

3.2.1 A Diretoria de Relações Internacionais

Conforme já mencionado, a Diretoria de Relações Internacionais (DRI) foi instituída em dezembro de 2007 (Decreto nº 6.316, de 20 de dezembro de 2007), quando a Capes teve suas missões ampliadas para incluir a formação de professores do ensino básico e fundamental. Nessa oportunidade, foi tomada a decisão político-institucional de centralizar a área internacional da Capes em uma única diretoria, antes dispersa na Diretoria de Programas e na Assessoria à Presidência, em decorrência da constatação da crescente importância dessa atividade nos cenários de atuação das universidades no Brasil e no exterior, bem como da própria inserção internacional de pesquisadores brasileiros e cursos de pós-graduação. O Decreto n° 7.692, de março de 2012, atualmente em vigor, manteve como atribuições da Diretoria as mesmas já estabelecidas em 2007:

> Art. 23. À Diretoria de Relações Internacionais compete:
> I - promover a internacionalização da pós-graduação brasileira, articulada com os outros níveis de ensino, quando necessário;
> II - promover e participar, em articulação com o Ministério da Educação, das Relações Exteriores e outros órgãos governamentais, das negociações de acordos e convênios de intercâmbio e de cooperação educacional, científica e tecnológica;
> III - supervisionar e coordenar o processo de concessão de bolsas de estudo e de auxílios no exterior e de cooperação internacional nas áreas educacional, científica e tecnológica, no âmbito de atuação da Capes; e
> IV - homologar pareceres emanados dos consultores científicos quanto ao mérito e qualidade das solicitações de bolsas, auxílios e de apoio a projetos de cooperação técnica.

Pelo regimento interno,[23] aprovado pela Portaria n° 609, de 20 de maio de 2008, a estrutura da DRI foi concebida de forma a desenvolver duas ações extremamente importantes e tradicionais da agência: os programas de bolsas no exterior e a cooperação internacional propriamente dita. No regimento, como principais competências da Diretoria, está a coordenação de processos de planejamento, formulação e execução e a avaliação de políticas de programas bilaterais e multilaterais nos programas internacionais da Capes, bem como a negociação de atos internacionais com organismos, entidades e governos estrangeiros, a implementação de diretrizes da política externa brasileira na área da educação e a elaboração de estratégias e apoio a ações para consolidar o intercâmbio acadêmico no cenário internacional.[24] Nesse sentido, conforme disposto no Relatório de Gestão da instituição (CAPES, 2014a), a Diretoria trabalha com quatro macroprocessos: negociação de acordos e lançamentos de editais; concessão de bolsas de estudo e auxílios; acompanhamento e pagamento dos bolsistas no exterior; monitoramento de resultados, prestação de contas e acompanhamento de egressos.

Para o desenvolvimento de suas atividades, a DRI tem em seu organograma a Coordenação-Geral de Programas de Cooperação Internacional (CGCI), a Coordenação-Geral de Programas de Bolsas no Exterior (CGBE) e a recém-criada Coordenação-Geral de

---

[23] Após a publicação do Decreto nº 7.692/2012, houve a proposição de novo regimento interno para a agência, mais condizente com a nova estrutura organizacional da instituição, contudo, tal documento ainda se encontra em trâmite para publicação pelo Ministério da Educação.

[24] As competências da DRI estão dispostas no artigo 65 do Regimento Interno.

Art. 65 À Diretoria de Relações Internacionais compete:

I - assessorar o Presidente da Capes em assuntos internacionais no campo da educação, ciência e tecnologia;

II - orientar, promover e coordenar os processos de planejamento, formulação, execução, e a avaliação de políticas de programas bilaterais e multilaterais nos programas internacionais da Capes;

III - propor e coordenar os programas e projetos relacionados à cooperação internacional e de negociação de atos internacionais com organismos, entidades e governos estrangeiros;

IV - implementar, em coordenação com os demais órgãos e entidades do Ministério, as diretrizes da política externa brasileira na área da educação;

V - planejar, orientar, promover e coordenar ações, programas, projetos e atividades internacionais no campo da educação, ciência e tecnologia, em sintonia com o Ministério das Relações Exteriores;

VI - elaborar estratégias e apoiar ações para consolidar o intercâmbio acadêmico no cenário internacional;

VII - planejar, orientar, coordenar e promover a participação da Capes em eventos de divulgação da educação, ciência e tecnologia no Brasil no exterior;

VIII - ordenar as despesas relativas à gestão orçamentária das ações afetas às competências da unidade que dirige, firmar convênios, contratos, acordos a ajustes específicos, relativos às atividades da Diretoria de Relações Internacionais;

IX - regulamentar e autorizar operações financeiras e movimentação de recursos, nos termos da legislação em vigor;

X - submeter ao exame e pronunciamento da Procuradoria Federal matérias relativas à sua área de competência que exijam interpretação legal;

XI - promover a avaliação dos programas e/ou projetos sob sua alçada;

XII - coordenar a elaboração de relatórios gerenciais e de atividades das unidades organizacionais sob sua alçada; e

XIII - ordenar despesas referentes às ações orçamentárias no âmbito de suas atividades.

Acompanhamento e Monitoramento de Resultados (CGMR). É importante ressaltar que, com a entrada em vigor do Decreto nº 7.692, havia a intenção de promover uma reestruturação da Diretoria, que passou a contar, a partir de então, com três coordenações: Coordenação-Geral de Programas (CGPR), Coordenação-Geral de Bolsas e Projetos (CGBP) e Coordenação-Geral de Acompanhamento e Monitoramento de Resultados (CGMR). Devido à implementação do programa Ciências sem Fronteiras, optou-se pela postergação das modificações internas, haja vista que procedimento de tal envergadura não seria viável concomitantemente à condução do CSF. Nesse sentido, a grande modificação realizada na estrutura da Diretoria foi o estabelecimento da Coordenação-Geral de Acompanhamento e Monitoramento de Resultados (CGMR), visando à criação de uma sistemática de avaliação dos programas, que, portanto, ficou responsável também pelo acompanhamento de egressos do exterior, missão antes da então CGBE.[25] A instituição dessa coordenação veio ao encontro da necessidade de maior de acompanhamento dos bolsistas que retornavam do exterior, haja vista a grande expansão das atividades da diretoria, principalmente com o estabelecimento do programa CSF, e também de monitoramento dos programas de projetos conjuntos de pesquisa e parcerias universitárias.

A CGBE/CGBP,[26] até dezembro de 2007, estava vinculada à Diretoria de Programas no País. A sua subordinação à DRI ensejou o estabelecimento de políticas de concessão de bolsas mais alinhadas com as necessidades do país, visando a suprir lacunas em áreas ainda não contempladas a contento pelo sistema nacional de pós-graduação. Foram incrementadas associações com algumas agências congêneres de outros países, visando à concessão de bolsas em parceria e de maneira induzida, em torno não apenas de solicitações individuais, mas também a partir de demandas de grupos de pesquisa e Instituições de Ensino Superior, e ainda de demandas governamentais, estas em especial por meio da interação com o Ministério das Relações Exteriores. A concessão de bolsas no exterior foi a primeira ação da Capes, uma

---

[25] Usaremos as siglas CGBE e CGBP como sinônimas, assim como CGCI e CGPR, haja vista que embora tenha havido alteração de sua nomenclatura pelo Decreto 7.692, não houve alteração na estrutura interna das Coordenações da DRI. Além disso, Regimento Interno da agência ainda apresenta as nomenclaturas do Decreto nº 6.316, de 20 de dezembro de 2007.

[26] As competências da Coordenação Geral de Bolsas estão dispostas no artigo 70 do regimento interno da Capes:
Art. 70 À Coordenação-Geral de Bolsas no Exterior compete:
I - propor e implementar as políticas e diretrizes orientadas à concessão de bolsas no exterior;
II - propor e implementar as políticas e diretrizes orientadas à concessão de auxílios para participação de eventos no exterior;
III - acompanhar a execução das ações das unidades organizacionais sob sua alçada;
IV - coordenar a avaliação das ações executadas, considerando os fins precípuos da concessão de bolsas de estudos e de auxílios no exterior;
V - subsidiar as decisões da Diretoria de Relações Internacionais com base nos resultados alcançados; e
VI - elaborar, com as unidades organizacionais sob sua alçada, relatórios gerenciais e de atividades solicitados pelas instâncias superiores.

vez que, no ano de sua instituição, 1951, não havia cursos de pós-graduação no país. Atualmente, a CGBE/CGBP coordena a concessão de bolsas e auxílios por meio dos seguintes programas: doutorado pleno; doutorado sanduíche; pós-doutorado e estágio sênior; apoio à participação em congressos e eventos no exterior.

3.2.2 Os programas de cooperação internacional

A Coordenação-Geral de Programas de Cooperação Internacional[27] (ou Coordenação Geral de Programas), ao ser incorporada à Diretoria de Relações Internacionais, adotou uma divisão de tarefas, mais condizente com a expansão do setor. Foram criadas três coordenações: Coordenação dos Programas Sul-Norte (CSN), responsável pelos programas desenvolvidos com os tradicionais parceiros da Europa e dos Estados Unidos; a Coordenação de Programas Sul-Sul (CSS), que, embora não seja restrita a países situados no Hemisfério Sul, é responsável pelos programas com os países em desenvolvimento, inclusive por convênios com Argentina, Cuba e Uruguai, dentre outros; e a Coordenação de Projetos Especiais (CPRO), responsável por atividades que requerem flexibilização de ações ou novas modalidades de cooperação, tais como a Escola de Altos Estudos,[28] programas com países africanos e latino-americanos e programas gerais de cooperação.[29]

---

[27] Conforme disposto no artigo 66 do Regimento Interno da Capes, à Coordenação-Geral de Programas de Cooperação Internacional compete:
I - planejar, coordenar, acompanhar e avaliar, junto à Diretoria de Relações Internacionais, todas as atividades de cooperação internacional de caráter educacional, científico e tecnológico, no âmbito das ações e dos programas de fomento e mobilidade da Capes;
II - coordenar as atividades de desenvolvimento educacional, científico e tecnológico, relacionadas a todas as áreas do conhecimento, por intermédio do fomento à capacitação e mobilidade de recursos humanos;
III - propor e supervisionar a implementação de políticas e acordos relacionados com a cooperação internacional nas áreas educacional, científica e tecnológica, no âmbito da atuação da Capes;
IV - gerir os programas e as iniciativas específicos decorrentes das políticas gerais e acordos firmados pela Capes por meio de missões de docentes, pesquisadores e discentes, e/ou concessões de bolsas e auxílios financeiros previamente recomendados;
V - apoiar a execução permanente de pesquisa educacional, científica e tecnológica, mediante ações, mecanismos e instrumentos de fomento e mobilidade;
VI - promover, quando necessário, missões de prospecção envolvendo autoridades, especialistas nacionais e estrangeiros;
VII - promover e participar, em articulação com os Ministérios da Ciência e Tecnologia, das Relações Exteriores e outros órgãos da administração direta e indireta, das negociações de acordos, convênios, e intercâmbios internacionais de cooperação educacional, científica e tecnológica; e
VIII - elaborar, com as unidades organizacionais sob sua alçada, relatórios gerenciais e de atividades solicitados pelas instâncias superiores.

[28] Instituída pelo Decreto nº 5.801, de 08 de junho de 2006, fomenta a vinda de professores eméritos e laureados para a realização de cursos monográficos em Instituições de Ensino e Pesquisa no Brasil.

[29] Segundo disposto no Relatório de Gestão de 2013 da agência, essa organização interna da CGCI não seria mais adequada. A divisão CSS, CSN e CPRO é assimétrica e não revela a natureza das Cooperações (CAPES, 2014a). A arrojada reestruturação, prevista a partir do Decreto nº 7.692, não foi completamente implementada,

A finalidade da Cooperação Internacional é promover a integração educacional, cultural e científica com países parceiros, visando a atender às políticas de governo, tendo como foco a formação de recursos humanos em todos os níveis de educação, por meio do apoio a projetos e a programas educacionais, acadêmicos e científicos com países e instituições parceiras, com a concessão de bolsas e demais despesas a eles vinculadas.

As atividades de intercâmbio e cooperação internacional constituem importantes instrumentos para a ampliação da competência científico-tecnológica do país. Elas decorrem, em grande medida, de acordos bilaterais firmados pelo Brasil e beneficiam Instituições de Ensino Superior de todas as regiões do país. Os programas têm como seus pilares os princípios da flexibilidade de ações e do mérito científico.

O trabalho da Cooperação Internacional se dá por intermédio da concessão individual de bolsas de estudos no exterior e no país, mediante financiamento de projetos conjuntos de pesquisa, de parcerias universitárias e de programas especiais. Além das bolsas para os estudantes, os coordenadores de projetos e membros de equipe recebem apoio para realizações de missões de trabalho de curta duração. Os programas podem contemplar ainda atividades relacionadas à realização de eventos (seminários, *workshops* científicos, dentre outros), implantação de cursos de pós-graduação brasileiros no exterior e fomento à vinda de renomados pesquisadores estrangeiros para a oferta de cursos monográficos nas Instituições de Ensino Superior brasileiras.

A partir da transformação da Capes em Coordenação, pelo Decreto n° 53.932/64, a instituição ganhou maior autonomia, dinamismo e mais atribuições, uma vez que passou a englobar também a Comissão Supervisora do Plano dos Institutos (Cosupi) e o Programa de Expansão do Ensino Tecnológico (Protec) e, com isso, cresceu o número de bolsas no exterior (CÓRDOVA, 2003).

Catorze anos depois, foi iniciado o primeiro programa de Cooperação Internacional da agência: o Programa Capes-Cofecub, de 1978. O Comitê Francês de Avaliação da Cooperação Universitária com o Brasil, em parceria com a Capes, tem o objetivo de estimular a formação de doutores e o aperfeiçoamento de docentes em todos os campos disciplinares. No programa, professores/pesquisadores brasileiros e franceses realizam projetos conjuntos

---

haja vista o estabelecimento do Programa Ciência sem Fronteiras. Contudo, a CGCI/CGPR iniciou um processo de nova organização para melhor distribuição de suas atribuições, com a Coordenação de Europa Ocidental, Coordenação de América do Norte, Europa Oriental e do Norte e Ásia e Coordenação de América Latina, África e Multinacional.

de pesquisa científica de alto nível e contribuem para a criação de rede sólida de intercâmbios acadêmicos.

Outro programa de relevante destaque é o Programa de Estudantes Convênio de Pós-graduação (PEC-PG), que visa a incrementar a qualificação de professores universitários, pesquisadores, profissionais e graduados do ensino superior de países em desenvolvimento com os quais o Brasil mantém Acordo de Cooperação Cultural e/ou Educacional. O programa prevê a concessão de bolsas de mestrado e doutorado em todas as áreas de conhecimento, desde que os países mantenham programas de pós-graduação que emitam diplomas com validade nacional. Iniciado em 1981, a iniciativa PEC-PG[30] é uma parceria entre a Capes, o CNPq e o MRE, envolvendo países de quatro continentes.

Os programas de cooperação internacional sempre tiveram grande relevância na agência. A cooperação com a França, que teve início em 1978, evidencia seu êxito e confirma sua contribuição para a pós-graduação. O mesmo verificou-se com o PEC-PG e também com a cooperação implementada com a Alemanha.

Os primeiros acordos entre a Capes e a Alemanha foram estabelecidos em 1984 com o Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico (Daad). Naquele ano, foi lançado o primeiro programa bilateral conjunto: Intercâmbio Científico Brasil-Alemanha de Curta Duração (Missão de Curta Duração). No ano seguinte, teve início o Programa de Doutorado Capes/DAD/CNPq, para concessão de bolsas de estudos naquele país a cidadãos brasileiros com elevado desempenho e qualificação acadêmica, em todas as áreas do conhecimento. O benefício abrange, inclusive, capacitação no idioma *in loco*. Em 1994, foi criado o Programa de Projetos Conjuntos de Pesquisadores Brasileiros e Alemães (Probral), cujo objetivo era intensificar a cooperação universitária mediante a mobilidade de docentes, pesquisadores e estudantes de pós-graduação nas modalidades doutorado sanduíche e pós-doutorado. Em 2001, estabeleceu-se o primeiro programa de parcerias universitárias entre a Capes e o Daad – Capes/Unibral. O Capes/Unibral estimula a mobilidade de alunos e professores, focando especialmente o ensino de graduação, o reconhecimento recíproco de créditos, seminários, modernização curricular e propostas de dupla diplomação.

---

[30] Os países participantes do PEC-PG são: África: África do Sul, Angola, Argélia, Benin, Cabo Verde, Camarões, Costa do Marfim, Egito, Gabão, Gana, Guiné Bissau, Marrocos, Moçambique, Namíbia, Nigéria, Mali, Quênia, República Democrática do Congo, República do Congo, São Tomé e Príncipe, Senegal, Togo, Tunísia. América Latina e Caribe: Antígua - Barbuda, Argentina, Barbados, Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, El Salvador, Equador, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Suriname, Trinidad e Tobago, Uruguai, Venezuela. Ásia e Oceania: China, Índia, Líbano, Síria, Tailândia, Timor-Leste.

A parceria com a Comissão Fulbright, firmada em 1984, também merece destaque. Pelo acordo, a Comissão para o Intercâmbio Educacional entre os Estados Unidos da América e o Brasil instituíram um programa de cooperação com o fito de apoiar atividades educacionais e de pesquisa, em nível de pós-graduação, envolvendo professores universitários e pesquisadores brasileiros e americanos. A cooperação estabeleceu que as atividades seriam desenvolvidas tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos, por meio do financiamento de bolsas de pós-doutorado, especialização, bolsas para professores, intercâmbios institucionais, seminários e *workshops*. Nesses quase 30 anos de cooperação entre as duas instituições, várias foram as modalidades de bolsas e de pesquisas financiadas.

Ao longo dos 65 anos de existência da Capes, os programas de cooperação internacional se mantiveram atuantes e as ações se expandiram.[31] As atividades da cooperação internacional da fundação podem ser enquadradas em cinco modalidades: projetos conjuntos de pesquisa, parcerias universitárias, projetos especiais, atividades isoladas e bolsas individuais.

O projeto conjunto de pesquisa é uma atividade científica desenvolvida em uma área de interesse mútuo entre uma equipe brasileira e uma estrangeira, que envolva um curso de pós-graduação em cada país. Seu objetivo é o desenvolvimento científico e a inovação do conhecimento em ambos os países, sendo a participação de estudantes requisito fundamental. A Capes, por meio desses programas, financia bolsas de estudos a brasileiros e, eventualmente, a estrangeiros, missões de trabalho de docentes e pesquisadores, além de oferecer recursos para custeio de atividades relacionadas à pesquisa. Os projetos são financiados de maneira simétrica, juntamente com as instituições parceiras no exterior, permitindo, assim, a intensificação do intercâmbio nos dois sentidos.

A parceria universitária é projeto científico desenvolvido por meio de associação em rede de cursos de graduação vinculados a uma universidade brasileira e a uma estrangeira, com o objetivo de viabilizar a aproximação entre as estruturas curriculares, reconhecendo mutuamente os créditos obtidos pelos estudantes. A participação desses estudantes na parceria é um requisito fundamental para o financiamento.

O projeto especial visa à indução de uma parceria científica para atender uma demanda específica/emergencial. Para o financiamento dessa modalidade de apoio, é essencial a manifestação de consultor *ah doc* por meio de parecer atestando a necessidade e a

---

[31] A cooperação estabelecida com essas contrapartes foi sendo ampliada, estendida a outros parceiros nesses países e também desenvolvida em outras localidades. A maior parte dessas cooperações mantém-se ativa desde então.

legitimidade das ações. Os Programas Especiais são atividades que requerem flexibilização de procedimentos ou novas modalidades de cooperação, algumas vezes até de natureza assistencial, em consonância com a política externa brasileira, e destinam-se, principalmente, à Cooperação para o Desenvolvimento Internacional.

Com as atividades isoladas, busca-se apoiar atividades diversas, desde que destinadas ao cumprimento das competências da Cooperação. Nessa modalidade, podem ser acolhidas propostas para a realização de eventos, entrega de prêmios, implantação de cursos de pós-graduação brasileiros no exterior, projetos de diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas.

A cooperação também opera com a concessão de bolsas individuais, nesse caso, com a existência de um parceiro externo que participa do fomento. A bolsa individual é um projeto científico desenvolvido por meio do financiamento de estudos no exterior, com o intuito de inserir a graduação e a pós-graduação brasileiras no contexto mundial. As modalidades de concessão são:

- estágio pós-doutoral no exterior;
- doutorado pleno;
- estágio de doutorando no exterior;
- mestrado pleno;
- estágio de mestrando no exterior;
- graduação sanduíche;
- missão de curta duração.

Além dessas modalidades de bolsas individuais, merece destaque a concessão de apoio financeiro para cátedras. Nesse caso, contemplam-se notáveis pesquisadores, professores brasileiros sêniores e especialistas na área proposta pela IES de acolhimento para lecionar e pesquisar na instituição de destino, visando a promover maior aproximação e diálogo com o meio universitário local e a possibilitar o aprofundamento no conhecimento mútuo das respectivas sociedades e culturas e a maior divulgação da ciência brasileira. Atualmente, a Capes tem 12 programas de cátedras estabelecidas na Alemanha, Colômbia, EUA, Itália, Reino Unido, França e Portugal, em renomadas instituições como Oxford, Cambridge, Harvard e Sorbonne.

As bolsas individuais no país para a vinda de professores e pesquisadores visitantes também têm importante destaque nas atividades de cooperação internacional da Capes. Além de apoiar o processo de internacionalização das instituições brasileiras e possibilitar o acesso

de um maior número de estudantes a cursos, seminários e palestras ministrados pelo convidado, sua atuação pode resultar em contribuições inovadoras para as IES e a pós-graduação brasileira.

Com esse mesmo intuito de trazer visitantes para as instituições brasileiras, foi estabelecida em 2006 a Escola de Altos Estudos. Esse projeto incentiva a vinda ao Brasil de professores e pesquisadores estrangeiros, preferencialmente laureados internacionalmente, buscando enriquecer os cursos de pós-graduação brasileiros e propiciar aos estudantes o contato com professores e pesquisadores estrangeiros de elevado conhecimento científico. Nessa modalidade, há o financiamento de um projeto para a vinda de acadêmico renomado com o aporte de até 150 mil reais para a realização de cursos monográficos, incluindo bolsa de disseminação de estudos para o(s) professor(es) convidado(s), recursos de custeio para a realização das atividades e também recursos de capital para aquisição de acervo bibliográfico. Autoridades de diferentes países e temáticas já participaram desse projeto e, devido ao seu alto impacto, são abertas vagas inclusive para o acompanhamento virtual dos cursos.

Globalmente, a cooperação internacional da Capes tem, hoje, parceria com 22 países[32] – Alemanha, Argentina, Bélgica, Canadá, Colômbia, Cuba, Espanha, Estados Unidos, França, Haiti, Holanda, Israel, Itália, Japão, México, Moçambique, Noruega, Portugal, Reino Unido, Suécia, Timor-Leste e Uruguai. Estão ativos na agência, 95 programas em parcerias bilaterais com esses países ou em iniciativas multilaterais[33], como é o caso do programa PEC-PG, já

---

[32] As parcerias e os projetos relativos ao CSF não foram aqui enumerados, uma vez que já foram anteriormente citados. O número de parceiros no CSF é mais amplo, contudo, na maioria dos casos, os parceiros tradicionais de cooperação internacional são parceiros também no CSF. Todavia, há países como Haiti, Cuba, Moçambique e Timor-Leste, nos quais o Brasil atua na cooperação para o desenvolvimento internacional, o que, portanto, não se enquadra no perfil da cooperação no âmbito do CSF.

[33] Os programas desenvolvidos pela cooperação internacional da Capes são: *i)* Alemanha – 12 programas: Doutorado Capes/Daad/CNPq; Auxílio de Curta Duração para Doutorandos Brasileiros; Humboldt; Intercâmbio Científico Brasil-Alemanha de Curta Duração; Probral, Unibral, Bragecrim; i-NoPa; Programa de Assistentes de Ensino de Língua Alemã para Projetos Institucionais (GTA), NoPa; Bragfost; Cátedra Brasil da Universidade de Münster –WWU; *ii)* Argentina – 4 programas: MINCyT; Centros Associados (CAPG); Centros Associados (CAFP); Probitec; *iii)* Bélgica – 1 programa: WBI; *iv)* Canadá – 2 programas: Mitacs e DFATD; *v)* Colômbia – 2 programas: Colciências e Cátedra Brasil – Professor Visitante Sênior na Colômbia; *vi)* Cuba – 2 programas: MES Docentes e MES Projetos; *vii)* Espanha – 3 programas: Capes/DGPU; Capes/Salamanca Prouni; MTur/Capes; *viii)* Estados Unidos – 17 programas: Capes/Fulbright Professor Assistente de Língua Portuguesa nos EUA (FLTA); Capes Fulbright MFA – Master of Fine Arts; Capes Fulbright Estágio de Doutorando; Capes Fulbright Estágio Pós-Doutoral; Capes Fulbright Professor/Pesquisador Visitante; Capes Fulbright Programa Nexus; Capes Fulbright Programa de Assistente de Ensino de Língua Inglesa para projetos Institucionais; Programa de Desenvolvimento Profissional para Professores de Língua Inglesa nos EUA (PDPI); Programa Capes/NIH; Capes/National Science Foundation – NSF; Programa Capes/Tamu; Capes/UT, Austin, Utep e MDACC; Programa Capes Cwru; Capes/Fipse; Cátedra Capes/Harvard; Cátedra Capes/ Universidade de Brown; Programa Cátedra Ruth Cardoso; *ix)* França – 6 programas: Brafitec; Capes/Brafagri; Cofecub; Capes/Embrapa/Agrópolis; PLI; Cátedra Capes/Sorbonne; *x)* Haiti – 1 programa: Pró-Haiti;*xi)* Holanda – 2 programas: Capes/Nuffic; Capes/BRANETEC; *xii)* Israel – 1 programa: Capes/Weizmann; *xiii)* Itália – 1 programas: Cátedra Capes/Universidade de Bolonha; *xiv)* Japão –

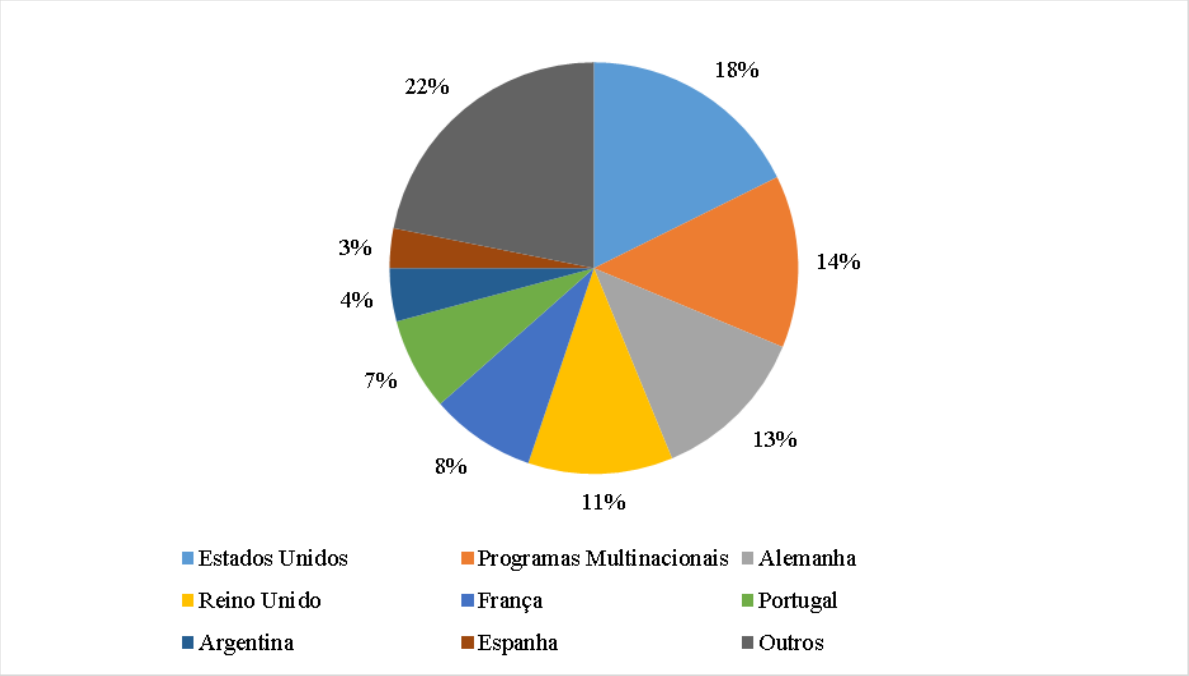
anteriormente mencionado. Desse total, 82 programas são bilaterais e apenas 13, multinacionais.[34] Os programas multinacionais são realizados com o Mercosul e países de língua portuguesa; o PEC-PG engloba nações de quatro continentes e há ainda programas abertos a quaisquer países, como é o caso do Programa Geral de Cooperação Internacional (PGCI). Iniciativa bastante relevante no âmbito da cooperação internacional, o PGCI viabiliza a cooperação entre grupos de pesquisa de países com os quais a Capes não possui acordo específico. Os programas[35] estão distribuídos conforme disposto no gráfico:

1 programa: Capes/JSPS; *xv)* México – 1 programa: Capes/SRE; *xvi)* Moçambique – 1 programa: UAB-Moçambique; *xvii)* Noruega – 1 programa: Capes/SIU; *xviii)* Portugal – 7 programas: FCT; Capes/IGC; Capes/INL; Mtur; PDPP, PLI) ; Cátedra Capes/CES de Ciências Sociais e Humanas; *xix)* Reino Unido – 11 programas (Programa Capes/Universidade de Nottingham Seleção de Projetos Conjuntos de Pesquisa em Drug Discovery; Doutorado Pleno em Cambridge; Programa de Ensino de Inglês como uma Língua Estrangeira; Programa Capes/Universidade de Dundee; Nottingham/Birmingham; Edital MTur/Capes; Programa Newton Fund – Institutional Links; Cátedra Anísio Teixeira; Cátedra Rio Branco/King's College; Cátedra Rio Branco/Oxford; Cátedra Capes/Universidade de Cambridge; *xx)* Suécia – 1 programa: Capes/Stint; *xxi)* Timor-Leste – 1 programa: Programa de Qualificação de Docente e Ensino de Língua Portuguesa no Timor-Leste – PQLP; *xxii)* Uruguai – 2 programas: Capes/Udelar Projetos; Capes/Udelar Docentes; *xxiii)* Programas Multinacionais – 15 programas: Math-Amsud; Stic-Amsud; PEC-PG, Programa Leitorado, PVE, Pro-mobilidade Aulp (Países de Língua Portuguesa), PGCI, MERCOSUL (4 programas), Programa de Desenvolvimento Acadêmico Abdias Nascimento, Escola de Altos Estudos, Capes-PIFC (Angola, Moçambique e Cabo Verde), Programa Estágio Pós-Doutoral PCTI 2014 – Parques Tecnológicos. Informações disponíveis em <www.capes.gov.br>. Acesso em: 23 maio 2015.

[34] Dados disponíveis em: <www.capes.gov.br>. Acesso em: 27 maio 2015.

[35] A existência de um maior número de programas não se reflete em número de projetos, parcerias ou bolsistas. Há programas em que são lançados editais para apenas uma vaga como no caso das cátedras. Outros, como no caso do *Master of Fine Arts* nos EUA, são selecionados apenas dois bolsistas. Assim, a quantidade de programas por país não está diretamente relacionada ao montante de bolsistas ou projetos financiados, haja vista que, como mencionado, há programas em que é concedida apenas uma bolsa e outros em que são concedidas 8 bolsas dentro de um único projeto. No caso das parecerias universitárias, por exemplo, são selecionados em média, anualmente, 7 bolsistas por projeto, sendo que se aprovados 30 projetos em um certame, há o financiamento de mais de 800 bolsistas em um mesmo edital.

Gráfico 2: Número de programas por país



Fonte: Microdados da Capes. Gráfico elaborado pela autora

Trinta e três dentre esses programas são referentes a projetos conjuntos de pesquisa. Como mencionado anteriormente, estavam vigentes, em 2014, 692 projetos conjuntos de pesquisa, merecendo destaque os seguintes programas: Capes-Cofecub (França), com 111 projetos ativos, Capes-FCT (Portugal), com 65 projetos, Capes-Myncit (Argentina), com 65 projetos, Capes-Udelar (Uruguai), com 49 projetos, Capes-Nuffic (Holanda), com 46 projetos, e Capes-Probral (Alemanha), com 45. Em 2014, os projetos conjuntos de pesquisa ativos estavam distribuídos da seguinte forma:

Tabela 2: Distribuição dos projetos conjuntos de pesquisa e das bolsas por país em 2014

País	Projetos	Bolsistas
Alemanha	77	130
Argentina	139	83
Bélgica	9	10
Canadá	6	5
Colômbia	9	6
Espanha	27	69
Estados Unidos	7	14
França	121	211
Holanda	46	64

Israel	2	1
Japão	6	5
Multinacional	84	73
Noruega	8	9
Portugal	75	116
Reino Unido	7	-
Suécia	20	12
Uruguai	49	32

Fonte de dados: Capes. Tabela elaborada pela autora

Em uma linha mais institucionalizada, a Capes, a partir de 2001, passou a atuar em parcerias universitárias que envolvem alunos de pós-graduação e de graduação. As parcerias seguem os mesmos princípios básicos dos projetos conjuntos de pesquisa, podendo ser consideradas uma etapa seguinte a estes, pois constroem interações mais permanentes entre as instituições participantes. Diferentemente dos projetos conjuntos, cujo enfoque é a pesquisa e a mobilidade de doutorandos e pós-doutorados, as parcerias são mais voltadas para a formação de estudantes de graduação. Em 2014, seis programas estavam ativos em um total de 175 parcerias vigentes. As contrapartes da Capes nas parcerias estão na França, Holanda, EUA, Alemanha e nos países do Mercosul. Apesar de o número de programas e o total de parcerias serem bem menores que o total de projetos conjuntos de pesquisa, o quantitativo de estudantes em mobilidade nessa modalidade é bem maior, uma vez que, anualmente, estão em mobilidade sete estudantes por parceria, contra dois nos casos de projetos conjuntos de pesquisa.

A cooperação internacional conta também com uma linha de programas voltados para a assistência a países em desenvolvimento, especialmente na América Latina e África Lusófona. Os programas dessa linha têm como característica a assimetria entre os participantes. Por isso, as modalidades de financiamento deles diferem das anteriormente mencionadas. Segundo disposto no relatório da Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional (Cobradi), essa cooperação aporta recursos

> com o propósito de contribuir para o desenvolvimento internacional, entendido como o fortalecimento das capacidades de organizações internacionais e de grupos ou populações de outros países para a melhoria de suas condições socioeconômicas. (IPEA, 2010, 2013. p. 11).

Essa colaboração contempla países como: Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Timor-Leste, Cuba e Haiti, além dos países abrangidos pelo programa PEC-PG. Além de promover o aumento da qualificação de nacionais desses

países em desenvolvimento, esses programas apoiam também a qualificação de docentes de ensino básico, capacita estudantes de graduação dessas regiões em iniciação científica no Brasil, treina e capacita localmente os nacionais, adotando modelos já bem sucedidos no Brasil, como é o caso dos cursos da Universidade Aberta do Brasil (UAB), apoia a criação de universidades públicas e patrocina projetos de Mestrado Interinstitucional Internacional para fortalecer essas instituições (AVEIRO, 2015b).

É importante mencionar também as ações referentes à cooperação internacional para educação básica. A ampliação das ações da agência com a *Nova Capes*, além de estabelecer a Diretoria de Relações Internacionais, criou duas diretorias voltadas para a capacitação e o treinamento de professores da educação básica: a Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica (DEB) e a Diretoria de Educação à Distância (DED). A partir de 2010, a DRI, em parcerias com essas diretorias, passou a exercer atividades internacionais para o aprimoramento e a capacitação de docentes e alunos de licenciaturas. Atualmente, a instituição conta com programas para capacitação de professores de língua inglesa, programas de curta duração para apoio a outras áreas, como matemática e física, e também apoio às licenciaturas em programas de intercâmbio de longa duração, com possibilidade, inclusive, de realização de duplo diploma. As maiores parcerias nessa ação são com os EUA, Reino Unido, Portugal e França. Das bolsas concedidas para o exterior, 813 foram relativas à ação para capacitação de recursos humanos da educação básica.

Além da consolidação de inúmeros acordos e memorandos assinados com diversos países e agências nos últimos anos, a nova estrutura da Capes e a criação da Diretoria de Relações Internacionais permitiram um arrojado crescimento das ações da Coordenação Geral de Programas de Cooperação Internacional (CGCI). Uma constatação da importância atribuída pela Capes às ações voltadas para a internacionalização da pós-graduação pode ser obtida pelo crescimento das parcerias, aumento do número de projetos e total de bolsas concedidas pelos programas da Diretoria.

A expectativa é de que a Cooperação Internacional da Capes continue se expandindo. Os grandes números apresentados e o lançamento do programa Ciência sem Fronteiras demonstram essa preocupação da agência e do governo federal em fomentar a internacionalização de nossa pós-graduação. Segundo Chermann,

> Há agências governamentais de importante responsabilidade para a cooperação internacional em níveis institucionais. Os protagonistas de intercâmbio permanecem sendo os professores e estudantes, mas os órgãos governamentais são os responsáveis por desenvolver um perfil internacional, estendendo fronteiras e oferecendo possibilidades de programas atraentes e buscando alternativas de

> financiamento para atividades internacionais de instituições de ensino. (1999, p. 61-62).

Assim, os acordos de Cooperação Internacional mantidos pela fundação com vários países e os programas de formação de recursos humanos no exterior são fundamentais para a execução da política de capacitação de pessoal de alto nível de que o país necessita, contribuindo, assim, para o aumento da produção científica e tecnológica nacional (LOYOLA, 1994). O Programa Capes-Cofecub é o maior exemplo dessa atuação. Pioneiro e consolidado, o Capes-Cofecub tem servido de paradigma para que a agência implemente suas parcerias internacionais.

CAPÍTULO 4 – O PROGRAMA CAPES-COFECUB: DO ESTABELECIMENTO AOS DIAS ATUAIS

O Capes-Cofecub foi o primeiro programa de cooperação internacional implementado pela Capes. Quando de seu estabelecimento, na década de 70, buscava-se formar e fortalecer a pós-graduação brasileira, ainda em processo de consolidação. O Brasil necessitava capacitar quadros para a criação de programas de mestrado e doutorado e o desenvolvimento da ciência e tecnologia no país. Nesse sentido, esse novo projeto, firmado no âmbito da já tradicional parceria com a França, vinha ao encontro das necessidades nacionais de aprimoramento da pesquisa brasileira. Em muitas universidades federais, uma fração importante do corpo docente não era titular de um diploma de doutorado.

Ao longo dos seus mais de 35 anos de existência, as transformações e adaptações do programa acompanharam, de maneira bastante linear, os avanços na pós-graduação brasileira e o desenvolvimento científico do país. Além disso, ele tem servido de modelo para a implementação de novas parcerias entre a Capes e outros países e serve também como inspiração para a criação de outros programas franceses de cooperação internacional, em particular com outros países da América Latina.

Neste capítulo, buscamos apresentar as origens do programa Capes-Cofecub, desde sua criação até seu contexto atual. De maneira sintética, apresentamos as motivações que levaram ao seu surgimento, as negociações que culminaram na assinatura do acordo básico de cooperação interuniversitária em 1978, suas diferentes configurações e adequações ao longo de sua existência e os mecanismos atuais de gestão do programa. Eventuais dificuldades e divergências em sua condução foram sendo ajustadas, visando à sua manutenção e continuidade. A longevidade demonstra não só a importância do programa, mas também o esforço mútuo para sua ininterrupção e sua capacidade de evolução e adaptação.

Considerando sua longa perenidade, foi feito um esforço de busca de documentação primária para apresentação da evolução dessa cooperação. Tanto no Brasil quanto na França, deparamo-nos, contudo, com a inexistência de arquivos ordenados acerca da iniciativa. Eventos como mudança de sede – e, consequentemente, no caso do Cofecub, mudança da localização geográfica do escritório do Comitê –e mudança de presidência levaram à falta de registros sistematizados da iniciativa. A despeito das dificuldades para o acesso às informações devido, principalmente, à sua escassez, realizou-se um périplo nos arquivos de todas as instituições envolvidas na parceria para melhor composição do quadro analítico-descritivo do programa. Tinha-se o propósito de apresentar o contexto e a conjuntura que

levaram a tomada de decisão e o direcionamento do Capes-Cofecub em suas três décadas de existência. Para tanto, procurou-se avaliar: acordos, ajustes, atas de reuniões de trabalho, atas das reuniões de coordenadores, relatórios de atividades, depoimentos, seminários, relatórios de viagens, documentos de diretrizes, manuais, formulários e editais.

4.1 A criação do Capes-Cofecub

O estabelecimento do programa Capes-Cofecub, em 5 de outubro de 1978, foi precedido de uma série de iniciativas conjuntas, e é fruto da longa tradição de cooperação entre Brasil e França. A influência cultural e científica francesa, no Brasil, tem início no século XVI. Inúmeros artistas, cientistas e filósofos não só tiveram o Brasil como objeto de estudo, mas também influenciaram os caminhos culturais e científicos aqui traçados. Vale lembrar ainda que, durante o período da ditadura militar no Brasil (1964-1985), vários intelectuais e acadêmicos brasileiros se exilaram na França. O legado francês pode ser visto no estabelecimento de muitas universidades brasileiras, na pintura, na música, na botânica, na literatura e na política.

4.1.1. Antecedentes históricos da relação Brasil-França

A tradicional influência francesa na ciência e cultura brasileiras remonta ao período colonial. No século XVI, foi realizada a primeira expedição francesa à Guanabara, dela participando o monge cosmógrafo André Thevet e o calvinista francês Jean de Léry. Em sua obra publicada em 1557, *Les singularités de la France Antarctique,* Thevet apresenta, por meio de xilogravuras, informações e ilustrações sobre a botânica no Brasil. Mereceu mais destaque, contudo, a obra de Léry, *História de uma viagem à terra do Brasil*, em que ele produziu importante relato acerca do país, apresentando elementos como a natureza e o indígena. Ambos, porém, souberam retratar com riqueza a fauna e a flora brasileiras e os hábitos dos indígenas. Em 1612, foi enviada uma segunda missão francesa ao território nacional, com destino ao Maranhão. Dessa expedição, participaram os missionários e entomólogos Claude d'Abbeville e Yves d'Evreux, que publicaram respectivamente *Historie de la mission des pères capucins en l'isle de Maragnan et terres circonvoisines* (1614) e *Voyage dans le nord du Brésil* (1615), com narrativas em geografia e em história natural (CARDOSO; MARTINIÈRE, 1989; LESTRINGANT, 2000; MAESTRI, 2008; PIRES, 2003).

Esses laços, inicialmente estabelecidos no século XVI, fortaleceram-se ainda mais a partir de 1808, com a vinda da família real para o Brasil. Foi nesse contexto que, em 1816, Dom João VI convidou Joaquin Lebreton para chefiar uma missão artística francesa que teria como objetivo a fundação da Escola de Belas-Artes. A missão, que chegou ao país em março daquele ano, teve como seus principais membros Jean Baptiste Debret, Nicolas Antonine Taunay, Auguste Marie Taunay, Auguste Henri Victor Grandjean de Montigny, Charles Simon Pradier, François Ovide, François Bonrepos, Charles Henri Levasseur, Louis Sinforien Meunié e Pierre Dillon. O estabelecimento da Escola de Ciências, Artes e Ofícios do Rio de Janeiro em agosto do mesmo ano marcou o início da sistematização dos estudos de arte no país. Dez anos depois, seria inaugurada a então Imperial Escola de Belas-Artes (CARELLI, 1994; MARIZ, 2006; TAVARES, 1979).

Nesse período, o Brasil também atraiu cientistas, intelectuais e outros pesquisadores. Segundo Tavares, vieram também para o país, nessa época

> cientistas, pesquisadores, homens de imprensa, artesãos, militares de renome, intelectuais e muitas outras categorias de homens de profissões, aos quais se abria um inesgotável campo de atividade, sem contar os que procurariam, no Brasil, o exílio e uma vida nova, tocados pelas vicissitudes políticas que tornavam incerto o clima da sociedade europeia. (1979, p. 136).

Dentre esses cientistas, merece destaque o prestigiado naturalista e botânico Auguste de Saint-Hilaire, que aqui permaneceu entre 1816 e 1822. Saint-Hilaire conhecia profundamente a literatura científica e, diferentemente de seus predecessores, realizou trabalhos práticos de um naturalista, com coletas de amostras, pesquisas e apresentação de resultados. Outro importante personagem que muito influenciou o país foi Ferdinand Denis. Historiador e escritor francês, especialista em história do Brasil, Denis teve seus livros didáticos oficialmente adotados no ensino fundamental e médio (CARELLI; THÉRY; ZANTMAN, 1987; KURY, 2003; TAVARES, 1979).

A partir da independência, um grande número de brasileiros passou a buscar, na França, seus referenciais educacionais e a viajar para aquele país em busca de novos aprendizados. O movimento inicial de franceses vindo descobrir o Brasil passou, paulatinamente, a ser um caminho de mão dupla.

Dom Pedro II imprimiria um estreitamento nas relações com a França. O livro francês passou a ser o instrumento principal de apoio ao aprendizado no país, sendo a língua francesa a segunda língua falada no Brasil. O comércio de livros franceses e também a publicação de obras brasileiras se deu em grande medida graças à atuação de Baptiste-Louis Garnier, Ferdinand Briguet e Anatole Louis Garraux. Nesse contexto de influência, foi fundada, em

1876, a Escola de Minas em Ouro Preto, por Claude Henri Gorceix, para o estudo e a exploração das riquezas minerais do Brasil, tendo como modelo a Escola de Minas de Saint-Etienne. Essa escola foi pioneira em pesquisas sobre metalurgia, geologia e mineralogia em território nacional[1] (CARELLI; THÉRY; ZANTMAN, 1987; CUNHA, 1980).

No momento do advento da república, a influência da doutrina positivista do sociólogo francês Auguste Comte foi bastante expressiva. Na medicina, mereceu destaque a atuação do Instituto Louis Pasteur, para o estabelecimento do Instituto Bacteriológico de São Paulo, em 1892. A França foi também inspiração para o estabelecimento da Academia Brasileira de Letras em 1897. Sua importância para a ABL é de tal monta que, em 1923, a sua primeira sede própria foi doada por aquele país. Em 1922, o governo francês havia construído um prédio para abrigar o pavilhão da França na Exposição Internacional Comemorativa do Centenário da Independência do Brasil. O edifício, réplica do Petit Trianon de Versailles, foi doado para ser sede da Academia no ano seguinte, funcionado, ainda hoje, para reuniões da ABL e sessões solenes. Além dessa ligação, a ABL já recebeu inúmeros escritores franceses como George Dumas, Paul Adam e Anatole France (TAVARES, 1979).[2]

Não só houve influência francesa no desenvolvimento da cultura e ciência brasileira com a vinda de missões, intelectuais e cientistas, como houve também a busca do fortalecimento e da aproximação das culturas com o estabelecimento, por exemplo, do Groupement des Universités et Grandes Écoles de France pour les relations avec l'Amérique Latine em 1907, tendo como porta-voz George Dumas. Esse grupo estabeleceu, em 1923, no Rio de Janeiro, o Instituto Franco-Brasileiro de Alta Cultura (Rio de Janeiro, 1923) para reforçar as relações franco-brasileiras. Em São Paulo, foram fundados, em 1925, o Liceu Francês e o Instituto Técnico Franco Brasileiro. Foi nesse contexto que Dumas apoiou, em 1934, a vinda da missão francesa para a recém-criada Universidade de São Paulo e também para a Universidade do Distrito Federal. Diferentemente de momentos anteriores, em que houve a presença de conferencistas nos cursos, o que se buscou, nessa ocasião, foi a permanência desses professores para integrar o corpo docente das instituições. Concentrando-se principalmente nas áreas de história, geografia, letras, literatura, filosofia e sociologia, esses professores foram essenciais para o processo de criação das universidades brasileiras. A França teve, assim, papel fundamental na formação de quadros dessas universidades, eimportantes acadêmicos franceses foram recrutados para essa missão. Na formação da USP,

[1] Ver <http://em2.ufop.br/>
[2] Ver <www.academia.org.br>

merece destaque, na geografia, a presença de Pierre Monbeig; na sociologia, de Roger Bastide; de Lévi Strauss, na filosofia; de Jean Maugué, na história; de Fernand Braudel, Robert Garric e Pierre Hourcade, na literatura. Os quadros da Universidade do Distrito Federal também contaram com a presença de renomados professores franceses, como Etienne Souriau, Henri Frenchou e Jean Boucier na literatura, Gaston Leduc na economia política e Emile Brehier e Eugène Albertini na história[3] (CARELLI, 1994; CUNHA, 1980; FERREIRA, 2005; LESTIENNE, 2006).

Além do Groupement des Universités et Grandes Écoles de France pour les relations avec l'Amérique Latine, criado em 1907, os franceses estabeleceram, em 1946, a Maison de l'Amerique Latine, com o mesmo espírito do Groupement, de buscar maior aproximação com a América Latina como um todo. Essa iniciativa do Ministério das Relações Exteriores francês teve como base a aproximação ocorrida entre franceses e brasileiros durante a Segunda Guerra Mundial e a presença de membros da FEB na França[4] (TAVARES, 1979).

Em 1959, buscando apoiar os pesquisadores brasileiros que elegiam a França como local de capacitação e aperfeiçoamento, foi fundada na Cidade Universitária de Paris a Casa do Brasil. Além de importante local para acolher os brasileiros, a Casa cumpre, desde seu estabelecimento, papel de difusão da cultura e ciência brasileiras. Ademais, possui grande valor arquitetônico; fruto de projeto de Lucio Costa e Le Corbusier, ela está inscrita, desde 1985, no patrimônio histórico e cultural francês. Hoje, ainda, a Casa recebe, anualmente, inúmeros estudantes e pesquisadores brasileiros em intercâmbio na França, e o alojamento na residência é bastante disputado.[5]

Essa cooperação com a França, estabelecida ainda no período colonial, tem contribuído para o desenvolvimento científico pátrio, não só por meio da capacitação de recursos humanos de alto nível naquele país, mas também por meio do recebimento no Brasil de acadêmicos franceses para docência e pesquisa. A influência, exercida desde o século XVI, pode ser vista na literatura, nas artes, nas ciências, nas forças armadas e no ensino. As relações franco-brasileiras proporcionaram a construção de vínculos duradouros e o compartilhamento de afinidades que levaram à instituição de parcerias sólidas e perenes.

Nesse sentido, merece destaque o Capes-Cofecub. Criado em 1978 para fomentar o desenvolvimento de pesquisa e a formação de recursos humanos, o programa é exemplo dessa parceria. Vigorando há mais de 35 anos, essa iniciativa de cooperação internacional

---

[3] Ver <http://www.bnf.fr>.
[4] Ver <http://mal217.org/la-maison>.
[5] Ver <www.maisondubresil.org>.

educacional e científica proporciona o desenvolvimento de pesquisa conjunta e o intercâmbio científico.

4.1.2 O estabelecimento do acordo

Em 5 de outubro de 1978, o programa Capes-Cofecub foi firmado por meio da assinatura do Acordo Básico de Cooperação Interuniversitária entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Francesa, visando a fomentar o intercâmbio entre IES dos dois países. Sua assinatura teve como respaldo o Acordo Cultural entre Brasil e França, assinado em 6 de dezembro de 1948, e o Acordo de Cooperação Técnica e Científica, assinado em 16 de janeiro de 1967. As negociações para sua implementação remontam, porém, ao início dos anos 70.

Inicialmente, o acordo visava ao fortalecimento das universidades do Nordeste, recém-estabelecidas e que precisavam se fortalecer e qualificar seus docentes em nível doutoral. Na década de 1930, principalmente entre os anos de 1934 e 1937, já havia sido observada a influência francesa no desenvolvimento da USP, da Universidade do Distrito Federal e da Universidade de Porto Alegre. Portanto, a tônica inicial do programa era a capacitação e o desenvolvimento das universidades distantes das grandes metrópoles do sudeste-sul do país.

As negociações entre os governos brasileiro e francês no sentido de estabelecer essa cooperação começaram a avançar a partir de janeiro de 1976, quando da visita do diretor geral da Capes – Dr. Darcy Closs – a organismos governamentais, centros universitários e órgãos de pesquisa franceses. Vale ressaltar, contudo, que em 1973 a França já havia demonstrado interesse em intensificar a colaboração com o Nordeste a partir de visitas de reitores de universidades francesas a essa região (CAPES, 1980 1982).

A partir do final da década de 60, emergiu na França uma nova prioridade em termos de política internacional: a valorização da cooperação técnica. Nesse sentido, como já mencionado, foi assinado, em 1967, o Acordo de Cooperação Técnica e Científica com o Brasil. Segundo Martinière, essa nova vertente buscava mudar a influência de uma cultura francesa bastante alicerçada nas humanidades e ciências sociais para uma pauta voltada às áreas técnicas e científicas, com foco na formação profissionalizante e baseada em objetivos de realizações industriais (MARTINIÈRE, 1999).

Nesse sentido, a grande exposição francesa realizada no Parque do Anhembi em São Paulo em 1971 deixava claros os novos interesses franceses nas trocas econômicas e comerciais com o país. Em 1973, além da missão francesa de reitores ao Nordeste, dois

acordos complementares marcaram a intensificação das relações: o acordo entre o Centro Nacional de Estudos Espaciais da França (Cnes) e a Comissão Brasileira de Atividades Espaciais (Cobae) na área das atividades espaciais, e o Acordo de Cooperação Franco-Brasileira no campo da informática. Passados dois anos, foi assinado o Acordo de Cooperação entre o Cnet e a Telebrás para a área de telecomunicações, e foi criada, no mesmo ano, a Comissão Econômica Franco-Brasileira para a Indústria e o Comércio. No âmbito da cooperação científica, ainda em 1975, foi assinado o acordo CNRS-CNPq para a pesquisa básica[6] (MARTINIÈRE, 1999).

Martinière afirma ainda que foi "através da tecnicidade que as cooperações científica e universitária foram reintroduzidas no Brasil". A visita do presidente Giscard d'Estaing ao Brasil em 1978 tinha claros objetivos econômicos, financeiros e de técnica industrial. Muito embora temas como infraestrutura relativa a portos, transporte urbano e ferroviário, siderurgia, energia solar, indústria química e petroquímica, agronegócios e alimentícios tenham sido o carro chefe da visita, foi dada também grande relevância à temática da cooperação interuniversitária, cujo acordo, como já mencionado, vinha sendo negociado de forma efetiva desde 1976. Tanto o acordo assinado pela Capes quanto o acordo assinado entre o CNPq e o CNRS demonstravam a importância dessa cooperação em ciência e pesquisa. O Capes-Cofecub viria, então, para definir o formato institucional do intercâmbio interuniversitário entre os dois países (CAPES, 1980, 1982, 1984; MARTINIÈRE, 1999).

Os anos de 1977 e 1978 foram marcados por uma série de missões dos dois lados para a negociação dos aspectos básicos do acordo. Dando seguimento à missão do então diretor da Capes, ocorrida em 1976, o diretor adjunto à época, Hélio Barros, realizou nova missão à França em janeiro do ano seguinte para novas visitas e contatos. Em novembro de 1977, realizou-se uma missão francesa, chefiada pelo então reitor da Université Paris 12 (Val de Marne), Michel Guillou, e composta pelos reitores André Martel, da Université de Montpellier, e Max Marty, do Institute National Polytechnique de Toulouse, pela Comissão de Relações Exteriores e pelo Conselho de Presidentes das universidades francesas, a fim de estabelecerem-se contatos com a Capes, a USP, a Unicamp e universidades da região Nordeste. Em dezembro do mesmo ano foi realizada em Paris uma reunião conjunta da Comissão Mista Franco-Brasileira, que traçou os objetivos e as diretrizes do programa (CAPES, 1980, 1982).

---

[6] Ver <http//:.dai-mre.serpro.gov.br>.

Inicialmente, seis universidades da região nordeste do país – UFPB, UFPE, UFC, UFAL, UFRN e UFBA – seriam beneficiárias do programa em articulação com polos universitários regionais na França. Para Martinière, essa cooperação universitária fora relançada em 1978 com uma motivação geopolítica: "todos os projetos foram concebidos a partir de uma ajuda à formação pela pesquisa, destinada às universidades federais brasileiras da região mais subdesenvolvida do Brasil, o Nordeste." (MARTINIÈRE, 1999, p. 13). Já para o lado brasileiro, Nicolato defende que:

> um dos fatores que motivaram a criação desse programa de cooperação com a França foi o reconhecimento pela CAPES das limitações de seu programa tradicional de bolsas de formação no exterior – baseado no atendimento de solicitações individuais e espontâneas dos interessados em realizar cursos no exterior, programa identificado normalmente como 'balcão de bolsas no exterior' – para fazer frente ao desafio de expansão da pós-graduação em uma região que não conseguia atrair para seus quadros docentes os egressos de programas de capacitação no País ou no exterior. Tinha-se então consciência, conforme o sumário de uma reunião entre o presidente da CAPES e reitores franceses, realizada em 1976, de que a cooperação internacional, alicerçada em um esquema de forte engajamento dos dirigentes e das equipes docentes das universidades brasileiras, poderia dar uma contribuição mais significativa para a formação e fortalecimento de núcleos de pesquisa e pós-graduação nas regiões academicamente menos desenvolvidas do país. (NICOLATO, 1999, p. 13).

De janeiro a julho de 1978, foram desempenhadas as atividades voltadas ao conhecimento mútuo dos programas de pós-graduação, à missão dos futuros coordenadores de projeto para a França, à preparação linguística de prováveis bolsistas, ao planejamento das ações a serem desenvolvidas no ano subsequente e à negociação e redação dos termos do acordo básico. Em outubro, quando da visita ao Brasil do então presidente francês, Válery Giscard D'Estaing, o documento foi assinado pelos Ministérios das Relações Exteriores dos respectivos países.

Conforme disposto no artigo primeiro do acordo, o programa tinha como objetivo:

- enviar professores visitantes franceses a universidades brasileiras para participação em programas de ensino e pesquisa;
- enviar docentes brasileiros a universidades francesas para missões de curta duração, visando ao aperfeiçoamento de sua formação em pesquisa, para apoiar o desenvolvimento do ensino brasileiro de pós-graduação;
- promover o intercâmbio de missões de identificação e de avaliação, bem como a execução de programas conjuntos de pesquisa;
- promover o intercâmbio de documentação especializada, publicações e informações científicas.

Inicialmente, a cooperação tinha natureza vertical, sendo o Brasil favorecido pelo aporte científico francês. Para o lado brasileiro, o objetivo era enviar docentes a universidades francesas, para criar um sistema de tutela pedagógica dos docentes-pesquisadores, a fim de que retornassem ao país com elevada capacitação científica. Ademais, buscava-se também a capacitação de setores específicos das instituições brasileiras, por meio de intercâmbio de informações científicas e publicações, programas comuns de pesquisa e missões de professores. O recebimento de docentes franceses em IES brasileiras também foi uma atividade desenvolvida com resultados bastante positivos. Já para a França, era a maneira de institucionalizar uma cooperação que existia informalmente, principalmente entre ex-alunos brasileiros e orientadores franceses. O Capes-Cofecub veio justamente para reconhecer essa parceria, estabelecida formalmente, em caráter amplo, pelo Acordo de 1967 (CAPES, 1982, 1984; QUEIROZ, 1989; KLINGEBIEL, 1989; NAVAUX, 1989; MARTINIÈRE, 1999).

Considerando o estágio de desenvolvimento científico brasileiro na década de 70, era imprescindível o incentivo à formação de grupos de pesquisa; diversos setores da pós-graduação precisavam ser fortalecidos, outros, ainda, necessitavam ser criados. Esse modelo de cooperação favorecia também a integração dos estudantes nos laboratórios e programas de pós-graduação franceses, haja vista o estabelecimento dos contatos entre os grupos de pesquisa dos dois lados do Atlântico. Indubitavelmente, como resultado, houve a valorização da cultura francesa no Brasil, a incorporação de práticas do modelo universitário em nosso sistema e o estabelecimento de uma tradição de cooperação com aquele país.

A partilha dos custos do programa foi estabelecida nos artigos quinto, sétimo, oitavo e nono do acordo. O lado brasileiro ficaria responsável pelo custeio das bolsas e despesas de viagem dos docentes brasileiros para a realização do doutorado na França, comprometendo-se também com a manutenção dos salários pelas universidades de origem; eventuais custos adicionais com as despesas de pesquisa também seriam financiados pelo Brasil. O financiamento referente ao custo adicional para o acompanhamento acadêmico específico dos bolsistas brasileiros seria de responsabilidade da França, além da oferta de estágio linguístico *in loco*. Para as missões de curta duração de docentes brasileiros na França, de até seis meses, as despesas referentes a viagens e bolsas seriam compartilhadas pelos dois países. As missões de identificação, avaliação, ensino e pesquisa por professores franceses também seriam cofinanciadas. É importante também ressaltar que, como característica da parceria, era encorajada a assinatura de um acordo interuniversitário para o estabelecimento da cooperação entre as IES participantes do projeto.

Pelo lado brasileiro, a execução do acordo foi confiada à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Já pelo lado francês, a responsabilidade foi dada ao Comité Français d'Evaluation de la Coopération Scientifique et Universitaire avec le Brésil (Comitê Francês de Avaliação da Cooperação Universitária com o Brasil – Cofecub), órgão criado especificamente para gerir essa cooperação e vinculado à Conferência dos Presidentes das Universidades Francesas.

4.2 O Comité Français d'Evaluation de la Coopération Universitaire avec le Brésil (Cofecub)

O Comité Français d'Evaluation de la Coopération Universitaire avec le Brésil – Cofecub – é escritório constituído para implementar o lado francês dessa cooperação interuniversitária estabelecida em 1978. O Cofecub é financiado em parte pelo Ministério das Relações Exteriores francês e em parte pelo Ministério da Educação Nacional, Ensino Superior e Pesquisa. No Ministério das Relações Exteriores, essa colaboração está sob a tutela da Direção de Cooperação Científica, Universitária e Técnica da Direção Geral da Cooperação Internacional e do Desenvolvimento. No Ministério da Educação Nacional, está sob a chancela do Departamento de África do Norte, Oriente Médio, América e países em crise da Delegação para as relações europeias e internacionais e para a cooperação da Secretaria Geral. O financiamento do programa é feito, majoritariamente, pelo Ministério das Relações Exteriores, que aporta entre 80% e 90% dos recursos investidos no programa. Os recursos oriundos do Ministério da Educação Nacional são prioritariamente destinados à gestão do escritório do Cofecub[7] e dos salários do pessoal.

O Cofecub é dirigido por um presidente nomeado conjuntamente pelos dois ministérios por meio de uma carta de missão, por um período de três anos renovável. Nessa função, o dirigente preside um comitê decisório composto por representantes do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Educação Nacional, de um presidente de universidade representando a CPU (Conférence des Présidents d'Universités – Conferência dos Presidentes de Universidades), de um membro da Cdefi (Conférence des directeurs d'écoles françaises d'ingénieurs – Conferência dos diretores de escolas francesas de engenharia) e de personalidades científicas incumbidas de coordenar os cientistas em cada

[7] No período em que, a pesquisa e o ensino superior pertenceram a dois ministérios diferentes, o Cofecub esteve sob uma tripla tutela ministerial.

uma das áreas do conhecimento,[8] atualmente, seis:[9] ciências da vida; medicina e ciências da saúde; engenharias, física e química; ciências da terra e do universo; ciências humanas e sociais; matemática e ciências e tecnologias da informação e comunicação[10]. (COFECUB, 2001, 2002; 2003, 2004; 2005; JAISSON, 2014a).

Na direção do Comitê, o presidente tem também como incumbências (FRANÇA, 1999a, 1999b):

- lançar o edital do programa, em coordenação com a Capes, e divulgá-lo para as instituições de educação superior e organismos de pesquisa;
- assegurar a avaliação científica das propostas apresentadas submetidas ao programa;
- proceder à pré-seleção dos projetos pelo lado francês;
- selecionar, em parceria com a Capes, os projetos a serem financiados;
- assegurar o acompanhamento e avaliação dos projetos selecionados;
- gerir os recursos financeiros atribuídos ao Comitê;
- organizar e presidir as reuniões do comitê, a serem realizadas ao menos duas vezes por ano;
- propor aos dois ministérios (MAE e Menesr), por meio de suas respectivas autoridades supervisoras, os coordenadores científicos para as diferentes áreas disciplinares envolvidas no programa;
- fornecer às autoridades dos dois ministérios um relatório anual sobre as ações do Cofecub, uma declaração de justificativa das despesas e, de uma maneira geral, todas as informações suscetíveis de apreciação pelos departamentos que acompanham o programa;
- refletir, conjuntamente com as autoridades dos dois ministérios, acerca de perspectivas para aprimoramento e evolução do programa;

---

[8] Os coordenadores de área são propostos pelo Cofecub e designados pelos dois ministérios, após a aprovação da Direção de Pesquisa do Ministério da Educação Nacional. Os coordenadores científicos são nomeados para um mandato de quatro anos, ficando responsáveis pela coordenação das avaliações de projetos em suas áreas de competência e atuando também nas reuniões conjuntas entre a Capes e o Cofecub, no processo final de seleção.

[9] O número de coordenadores científicos já variou entre quatro e sete. Na atualidade, esse comitê conta com seis membros.

[10] As funções desempenhadas na direção do programa não são remuneradas, são financiadas apenas viagens e diárias quando necessário. Apenas a secretária lotada no escritório do Cofecub exerce função remunerada. Nos anos em que o programa esteve sediado na Université Paris 12, houve períodos em que o escritório contava com o apoio de duas secretárias.

- garantir a fluidez de informações, tanto para as autoridades supervisoras do programa quanto para as embaixadas e os parceiros de cooperação; e
- impulsionar, além dos projetos de cooperação, o estabelecimento de redes de pesquisa.

Em seus 37 anos, o Cofecub contou com dez dirigentes, todos oriundos do meio acadêmico, a saber (FRANÇA, 1998; CAPES, 1999):

- Michel Guillou – de 1979 a 1982;
- Monique Augé-Lafon – 1983;
- Claude Jeantet – de 1983 a 1985;
- Michel Royer – de 1985 a 1990;
- Gérard Rey – de 1991 a 1995;
- Jean-Claude Martin – 1996 a 1999;
- Daniel Nahon – 2000 a 2005;
- Pierre Jaisson – 2006 a 2014;[11]
- Bertrand Monthubert – 2015.

Quando do seu estabelecimento, o Cofecub foi vinculado à CPU (Conferência dos Presidentes das Universidades Francesas) O escritório do programa foi, inicialmente, gerido por um presidente designado pelos ministérios. Em 1984, o Cofecub ganha mais robustez, passando a contar com o apoio de um administrador também nomeado pelos dois ministérios e a ser constituído por um presidente, um administrador e uma secretária. Hoje, o escritório conta apenas com um presidente e uma assistente de relações internacionais.[12] A partir de 1985, o Comitê, inicialmente ligado à CPU, passa a ser diretamente vinculado ao MAE e ao MESR.

Decidiu-se, no momento do estabelecimento do escritório do Cofecub, que sua gestão seria atribuída a uma universidade.[13] Essa decisão, além de reforçar o caráter científico do programa e seu distanciamento de influências políticas, facilita sua administração, uma vez que o escritório se enquadraria nas regras da contabilidade pública que se aplicam às universidades. A sede do Cofecub foi, inicialmente, instalada na Université Paris 12 (Val de

---

[11] O professor Pierre Jaisson foi, excepcionalmente, reconduzido para um terceiro mandato na presidência do órgão.

[12] Essa mudança ocorreu com a transferência do escritório do Cofecub para a Universidade Paris 13. No final da gestão do programa pelo presidente Daniel Nahon, contudo, já vinham-se observando dificuldades em conseguir um administrador, haja vista a inexistência de remuneração nessa função.

[13] A universidade que acolhe a sede do Cofecub faz a gestão administrativa do programa. Os órgãos gestores fazem o repasse dos recursos para a IES, que faz jus a 5% desse montante como taxa de gestão administrativa.

Marne), instituição cujo reitor à época foi o primeiro presidente do Comitê, tendo desempenhado importante papel nas negociações que estabeleceram o programa. No ano de 2000, o escritório do programa foi transferido para a Université Aix-Marseille. Finalmente, em 2006, quando o professor Pierre Jaisson assumiu a presidência do Cofecub, ele foi transferido para a Université Paris 13, sua atual sede. A gestão administrativa do programa é feita pelo escritório do Cofecub; já a gestão financeira da mobilidade dos participantes dos projetos é realizada pelo Egide[14]/Campus France[15]. Os recursos para o financiamento das atividades dos projetos são provenientes da dotação da cooperação cultural, científica e técnica da Embaixada da França no Brasil.

Assim como no Brasil, na França, quaisquer instituições de ensino e pesquisa podem se candidatar a um financiamento, independentemente se forem públicas, privadas ou filantrópicas. Não há, tampouco, discriminação quanto à área do conhecimento ou região do país da instituição. Segundo Jaisson, a condição *sine qua non* para que o projeto seja selecionado é que ele esteja vinculado a um programa de pós-graduação que envolva doutorado e que a estrutura de pesquisa francesa seja avaliada em nível nacional. Ademais, o coordenador francês responsável pela parceria deve ser titular de uma HDR (*Habilitation à Diriger des Recherches* – Habilitação para dirigir pesquisas) haja vista que a capacitação de recursos humanos é objetivo central do programa. Apesar da abrangência e abertura, Jaisson ressalta que os projetos financiados são, em sua maioria, provenientes das universidades, das Escolas Normais, Escolas Superiores de engenharia, Grandes Escolas e das instituições públicas ou privadas que tenham uma missão de pesquisa e formação de doutores, análise que será apresentada e detalhada no próximo capítulo (JAISSON, 2014a).

4.3 A fase inicial

Após a assinatura do acordo, ainda em 1978, houve a realização de uma segunda missão de professores franceses ao Brasil para o planejamento das atividades que se iniciariam no ano seguinte. Três acadêmicos fizeram parte desse grupo que visitou a

---

[14] A gestão financeira do programa passou a ser feita pelo Egide a partir de 2000, com a transferência do escritório do Cofecub para Aix-Marseille.

[15] O Campus France é um serviço oficial de informações sobre os estudos superiores na França, ligado aos Ministérios franceses da Educação e das Relações Exteriores. O Egide (Centre français pour l'accueil et les échanges internationaux) é uma organização sem fins lucrativos cuja função é gerir programas de mobilidade internacional do governo francês. A partir de 2012, o Egide passou a fazer parte do Campus France. Informações disponíveis em: <http://www.campusfrance.org/fr>; <http://www.scholarshipportal.com/providers/9536/egide.html>. Acesso em: 4 jun. 2015.

Universidade Federal da Paraíba e de Pernambuco entre o final de novembro e início de dezembro daquele ano. O reitor do Instituto Nacional Politécnico de Toulouse realizou missão entre os dias 27 de novembro e 2 de dezembro na UFPB. Já na UFPE, três professores franceses se reuniram com dirigentes e professores no período de 26 de novembro a 9 de dezembro: professores Max Marty, Fernand Sabon e Dupuy (CAPES, 1982). Esses eventos reforçam a percepção acerca do grande envolvimento francês com o programa.

Essa fase inicial do Capes-Cofecub foi caracterizada pela cooperação vertical e marcada pela capacitação de professores para os quadros das IES do Nordeste, dentro de uma meta de atendimento de interesses institucionais. Nesse período, somente o lado brasileiro propunha projetos. Assim, introduziu-se com o programa a demanda orientada, ou seja, com objetivos de pesquisa mais definidos, em termos institucionais.

Nesse primeiro momento, seis eram os tipos de missões possíveis:

- estágio de pesquisa de professores brasileiros para especialização (curta duração – 3 meses);
- identificação/avaliação para professores franceses (coordenadores);
- identificação/avaliação para professores brasileiros (coordenadores);
- ensino e pesquisa para professores franceses (curta duração);
- ensino e pesquisa para professores franceses (longa duração);
- doutorado.

Os primeiros anos do acordo foram marcados pela assistência e conhecimento dos grupos, possibilitados principalmente por meio das missões de identificação ocorridas nos dois sentidos. As missões de identificação eram de curta duração, realizadas por um período de 15 dias para o estabelecimento de contatos entre os dois coordenadores e para a discussão de um possível projeto, a elaboração de seus objetivos e de seu programa e o planejamento de um calendário conjunto. Ainda em 1978, foram realizadas as primeiras missões de franceses no Brasil para identificação de grupos para cooperação.

Feitos os contatos iniciais e assinado o acordo interuniversitário, eram efetuadas as primeiras missões. Buscou-se, então, a vinda de muitos professores franceses para o Brasil para ministrarem cursos. Se, por um lado, precisava-se desses professores em missões de longa duração, a fim de substituir professores brasileiros em treinamento na França, por outro, era necessária sua presença para a própria formação *in loco* e o estabelecimento dos programas de pós-graduação.

Dois foram os principais tipos de missões no sentido França-Brasil: missão para apoio pedagógico e científico, com duração de 2 semana a 6 meses, e missões técnicas e de jovens pesquisadores por meio do Serviço Militar Ativo (VSNA – Volontaire du Service National Actif), por um período de 12 a 16 meses. Nessa fase inicial do programa, a figura do VSNA foi bastante difundida e teve papel de relevo na cooperação (CAPES, 1980, 1982, 1990; COFECUB, 1980; NAVAUX, 1989; SILVA, 1994; MARTINIÈRE, 1999).

O Brasil buscava, assim, apoio para formação de recursos humanos de alto nível e também para a implantação ou consolidação de programas de pós-graduação. Os primeiros projetos financiados pelo programa apresentavam temáticas amplas, pouco definidas, mas que possibilitaram resultados mais diversificados em termos de formação, grande enfoque dessa etapa. Nesse primeiro ano, 20 projetos foram financiados nas áreas de engenharias, ciências sociais aplicadas, ciências da saúde, ciências exatas e da terra, ciências humanas e agrárias nas seis IES nordestinas já mencionadas, assim distribuídos: seis projetos na UFPB, cinco na UFPE; quatro na UFC, três na UFRN, um na UFAL e um na UFBA. Foram realizadas 12 missões de professores franceses ao Brasil, todas de curta duração, e enviados 37 bolsistas para a França. Para todos os bolsistas, o lado francês financiou, desde o início, o estágio linguístico. Esses bolsistas apresentavam vínculo institucional com as IES brasileiras, buscavam estabelecer vínculos com os grupos e laboratórios franceses e, quando do retorno de seu doutorado, mantinham essa parceria e iniciavam novas colaborações, em um círculo virtuoso (CAPES, 1980, 1982; COFECUB, 1980).

Um ano após o início das atividades do programa, começou a ser observada uma pressão dos estados do sul e sudeste do Brasil no sentido de expandir o edital para essas regiões. Com essa alteração, já a partir de 1980, o programa ganhou caráter nacional e houve, consequentemente, o aumento das instituições participantes. Nesse ano, foram aprovados 28 novos projetos, sendo nove do estado de São Paulo (sete da USP, um da Unesp e um da IFT), cinco do Rio de Janeiro (dois da UFRJ, dois da Uerj e um da UFF), seis do Rio Grande do Sul (quatro da UFRGS e dois da UFSM), dois do Ceará (UFC), um da Bahia (UFBA), um de Santa Catarina (Ufsc), um do Alagoas (UFAL), um de Minas Gerais (UFMG), um da Paraíba (UFPB) e um do Pará (UFPA) (CAPES, 1980, COFECUB, 1980 CAPES, 1982). Segundo Martinière,

> a cooperação universitária instaurada institucionalmente a partir de 1978, antes de ser restabelecida de forma significativa, precisou antes aderir à oportunidade de uma ajuda à formação à pesquisa nas Universidades de um Nordeste que aspirava implantar focos de tecnicidade. Assim, esta cooperação concentrou-se simbolicamente nesta região, na qual iria injetar uma ajuda à formação à pesquisa

> antes de reatar um diálogo mantido com as antigas redes científicas de um Brasil do centro e do sul, já desenvolvido. (1999, p. 11).

A abertura do edital para as IES de todo país levara a uma grande mudança nos rumos do programa. Ainda estavam presentes as universidades do Nordeste, mas o maior número de propostas aprovadas ficaria concentrado nos estados do Sul e Sudeste. O Sudeste sozinho seria responsável, nesse ano, por 54% do total; Sudeste e Sul, somados, teriam cerca de 79% do total, contra 21% da região Nordeste/Norte (CAPES, 1980, 1982; COFECUB, 1980).

Ainda em 1980, foram encerrados sete dos projetos iniciados anteriormente, perfazendo um total, naquele ano, de 41 projetos em andamento e de 50 bolsistas na França, 37 que iniciaram o doutorado em 1979 e 15 que se inseriram no programa em 1980 (CAPES, 1980, 1982; COFECUB, 1980).

Devido a problemas administrativos, não foi lançado certame em 1981, mas, mesmo assim, quatro novos bolsistas iniciaram seus programas de doutoramento nesse ano. A Capes e o Cofecub acordaram iniciar os projetos previstos para 1981 apenas em 1982. Neste ano, 19 projetos foram aprovados e assim distribuídos: quatro projetos da UFMG, dois da Unicamp, dois da USP e dois da UFF, num total de dez projetos na região Sudeste; três da UFRGS, dois da UFPR e um da Ufsc, num total de seis projetos na região Sul; dois da UFMA e um da UnB. Desse total, apenas dois projetos eram oriundos do nordeste do país. Esse quadro demonstra, contudo, a diversificação no apoio, haja vista que universidades como Unicamp, UFMA, UnB e UFPR aparecem pela primeira vez no programa. Nesse ano, 11 novos bolsistas foram contemplados com o financiamento (CAPES, 1981, 1982).

No que se refere às instituições do lado francês, não havia uma preocupação em priorizar um grupo específico. Ao contrário, buscavam-se parceiros para apoiarem o Brasil nessa tutela pedagógica. Nesse sentido, podemos observar um grande número de instituições participantes de diferentes regiões. No primeiro ano do acordo, merece destaque a parceria com Toulouse, Paris, Grenoble e Caen. A partir do momento da expansão nacional do programa no lado brasileiro, passou-se a observar uma maior concentração dos projetos na região parisiense. Outras regiões, como Toulouse, Grenoble, Rennes e Montpellier, também continuaram se destacando nessa parceria, e mesmo regiões com menor concentração acadêmica, como Brest e Besançon, se fizeram presentes.

Os anos iniciais do programa foram anos de ajustes. Várias reuniões entre dirigentes e coordenadores dos dois lados foram realizadas visando ao aprimoramento da parceria. Sempre que a proposta inicial se mostrava inoperante, adaptações eram realizadas. Nessa fase, um problema que se pôs foi o da repartição de custos. O assunto foi discutido em diferentes

reuniões entre a Capes, o Cofecub e a Embaixada da França no Brasil até chegar ao melhor formato para operacionalização do programa. Ademais, a dificuldade de acompanhamento dos bolsistas era recorrente. Houve casos em que os doutorandos eram aguardados em uma instituição, mas acabavam se matriculando em outra. Apesar de os bolsistas serem vinculados a universidades no Brasil, eles não necessariamente estavam vinculados diretamente ao projeto e à IES que os encaminhava, o que prejudicava um melhor acompanhamento do lado brasileiro. Do lado francês, também não havia inicialmente uma instituição, além das universidades, que fizesse essa supervisão (CAPES, 1980, 1982; COFECUB, 1980).

Outro problema recorrente desde a ida dos primeiros estudantes para a França refere-se ao reconhecimento do mestrado realizado no Brasil. O presidente do Cofecub justificava a exigência de realização do DEA (*diplôme d'études approfondies*) haja vista a necessidade de o bolsista brasileiro se integrar ao grupo de pesquisa francês; contudo, para o Brasil isso representava o desconhecimento do mestrado aqui realizado, aditivamente a um aumento dos custos de financiamento, uma vez que o bolsista precisaria ficar um ano a mais no intercâmbio. Como veremos mais adiante, esse problema somente começaria a ser solucionado na década de 90 (CAPES, 1980, 1982; COFECUB, 1980; QUEIROZ, 1989; NAVAUX, 1989).

Outra peculiaridade existente nos três primeiros anos do programa refere-se às candidaturas. Antes de 1983, somente o lado brasileiro submetia candidaturas. Nesse caso, o Cofecub auxiliava na busca por um parceiro francês. Foi somente a partir do quarto ano do programa que o Comitê começou a lançar os *Appel d'offres.* Vale mencionar, contudo, que não era necessário o estabelecimento de uma parceria prévia. As candidaturas não precisavam ser conjuntas. As coordenações do programa, majoritariamente o lado francês, buscavam auxiliar os contatos. Na ânsia por alcançar um maior impacto nacional da cooperação, passou-se a incentivar bastante os projetos associados em redes, conhecidos como "pés de galinhas", em que várias instituições brasileiras ou francesas eram integradas em torno de um mesmo projeto ou tema de pesquisa (CAPES, 1980, 1982, 1990; COFECUB, 1980; QUEIROZ, 1989; MARTINIÈRE, 1999).

A partir de 1984 e 1985, passou-se a buscar maior simetria nas parcerias. Observava-se, então, uma identidade do programa em torno de atividades de pesquisa e seus primeiros resultados positivos para os grupos, não apenas de formação. A partir desse momento, o programa começou a tomar contornos de cooperação horizontal (preeminência da excelência científica). Os projetos começaram a entrar no que Navaux (1989) chama de uma segunda

fase de vida, com a evolução natural da cooperação e com o retorno dos primeiros doutorandos (CAPES, 1990; QUEIROZ, 1989; NAVAUX, 1989).

Conforme disposto na reunião de avaliação do programa em 1982,

> com quatro anos de funcionamento, o Programa apresenta-se melhor estruturado, com mecanismos administrativos mais sólidos e um planejamento de atividades, se não ideal, indicativo das medidas a serem tomadas e das ações a serem desenvolvidas. (CAPES, 1982).

Como já mencionado, o Acordo Capes-Cofecub sofreu contínuos ajustes em seus procedimentos, visando a responder aos problemas operacionais observados e a adequar-se às novas necessidades e à realidade da evolução das pós-graduações brasileira e francesa. A partir de 1985, começa a ser negociado um ajuste do programa para adequá-lo às mudanças já ocorridas em sua condução, como sua expansão nacional, e, portanto, abrangendo grupos de pesquisa heterogêneos e em diferentes estágios de desenvolvimento. Ademais, considerando que o programa estava em fase de consolidação, adaptações e alterações se faziam necessárias para o alcance de melhores resultados.

Mesmo considerando as dificuldades, o Capes-Cofecub era, naquele momento, o único apoio sistemático à pesquisa no Brasil. Em 1986, desde o estabelecimento do acordo, houve o intercâmbio de 160 professores franceses e 113 brasileiros, 177 brasileiros realizaram estágio na França, sendo 83 em nível de especialização e 94 em pós-doutorado, além de 89 doutores formados e 23 em processo de formação (CAPES, 1986, 1988).

Apesar dos avanços, pontos importantes acerca da condução do programa precisavam ser equacionados: seleção dos bolsistas; dispensa do DEA; acompanhamento pedagógico e custos adicionais; integração de bolsista na França com apoio do Cnous; pagamento de taxa de bancada; missão de professores franceses; prorrogação do período da bolsa e retorno eventual ao Brasil durante a elaboração da tese; reintegração dos ex-bolsistas no meio acadêmico; integração dos bolsistas fora do Acordo; envio de bolsistas franceses ao Brasil; publicação de teses dos bolsistas; publicações acadêmicas decorrentes das pesquisas conjuntas, bem como incentivo ao incremento da publicação dos resultados em periódicos de alto impacto; acompanhamento dos projetos em andamento; facilitação para os participantes do programa na obtenção dos vistos de permanência, incluindo família, assim como agilização de documentação, tanto do lado francês quanto do brasileiro; e ampliação do programa para outros níveis (CAPES, 1982, 1896, 1988).

Além disso, problemas administrativos também necessitavam de atenção, como a adequação dos valores para missão de trabalho e a criação de um seguro de saúde para

missões França/Brasil e Brasil/França. Os atrasos na liberação dos recursos para professores franceses no Brasil, destinados ao pagamento das bolsas, bem como na emissão das passagens, também eram constantes. Outra dificuldade recorrente referia-se à disponibilização de recursos para a cooperação nacional. O programa incentivava a formação de grupos no formato "pé-de-galinha", contudo, não disponibilizava recursos para as missões nacionais, tampouco existia investimento de recursos para aquisição de equipamentos e material de consumo. Uma reivindicação dos coordenadores de projeto era também a rubrica específica para auxiliar no financiamento de publicações em colaboração e, ainda, a criação de revistas científicas conjuntas Brasil/França (CAPES, 1982, 1984, 1986, 1988; COFECUB, 1987).

A burocracia enfrentada na Capes era grande no início do programa. O principal problema constatado referia-se à comunicação entre a Capes e os coordenadores na tramitação dos processos, mas existiam também problemas de comunicação entre a agência e o Cofecub. Nesse aspecto, ressaltava-se a inexistência de um manual de orientações, de um calendário do programa, de critérios de avaliação claros e também de um sistema de acompanhamento das parcerias.

Outro aspecto que prejudicava o andamento dos projetos era a falta de flexibilidade nos prazos para a realização das missões de trabalho, que acabam perdendo a continuidade entre uma e outra. Ainda no que se refere à realização dessas missões, havia a exigência de uma descrição minuciosa das atividades a serem desenvolvidas diariamente no país de destino, o que levava a um trabalho pormenorizado desnecessário, além das dificuldades em se prever detalhadamente as ações a serem desempenhadas no período. O conhecimento prévio da língua francesa também era uma barreira para os avanços da parceria. Aditivamente, devido à falta de recursos nos primeiros meses do ano, as missões a serem realizadas em janeiro e fevereiro sempre ficavam prejudicadas.

Por um lado, não havia obrigatoriedade de vinculação dos projetos à pós-graduação, haja vista que muitas IES não dispunham de programas de mestrado e doutorado e se buscava, com a cooperação, que as instituições identificassem áreas em que o apoio aos planos de desenvolvimento da pós-graduação seria importante e que propusessem projetos nesse sentido. Por outro lado, a rigidez relativa ao intercâmbio de bolsistas era um problema que se colocava desde o início do programa. Nesse sentido, no final da década de 80, mais precisamente em 1986, a Capes passou a autorizar a participação de doutorandos sem vínculo institucional no programa. Contudo, a seleção de quaisquer bolsistas continuava a ser submetida ao mesmo processo seletivo dos bolsistas do programa de demanda social. Essa questão causava bastante desconforto entre os coordenados, que alegavam que a negativa para

um estudante do Cofecub entravava o andamento do projeto (CAPES, 1986, 1988, 1989; NAVAUX, 1989; QUEIROZ, 1989; NICOLATO, 1999).

Outra questão que começou a ser levantada no final da década de 80 foi a necessidade de estimular a vinda de estudantes franceses para o Brasil. Muito embora o intercâmbio nesse sentido não fosse um pré-requisito, entendia-se que a participação dos intercambistas, além de aproximar as equipes e fortalecer a cooperação, traria certa circulação internacional para as instituições nacionais.

O ano de 1988 é um importante marco na evolução do programa. Foi nesse ano que as primeiras demandas oriundas das IES da França foram apresentadas. Apesar de essa abertura ter ocorrido em 1983, somente cinco anos depois o programa começava a reduzir suas assimetrias (CAPES, 1989; NICOLATO, 1999).

Apesar de persistirem dificuldades administrativas e operacionais, o programa havia progredido bastante em dez anos. A disposição das agências e dos ministérios dos dois lados, bem como as constantes viagens de avaliação nas duas direções e as reuniões consultivas e seminários com os coordenadores criaram o ambiente propício para avanços positivos.

No final da década de 80, havia projetos em diferentes estágios. A expansão nacional da cooperação levava, anualmente, à aprovação de novas parcerias e ao seu ingresso na fase inicial, ainda de entrosamento entre os parceiros. Outros projetos, que já vinham sendo financiados há mais tempo, encontravam-se na segunda fase. Vislumbrava-se, então, uma cooperação científica mais efetiva. Navaux (1989) defende que, nessa fase, o recém-doutor titulado na França buscava continuar no Brasil o trabalho inicial naquele país, tentando manter a parceria e o intercâmbio com o grupo francês. Além disso, para o autor, alguns projetos começavam a adentrar uma terceira fase, caracterizada pelo amadurecimento da cooperação científica, com efetivo intercâmbio de pesquisa, trocas simétricas, publicações conjuntas e desenvolvimento de outras ações, tais como colóquios, seminários, *workshops* e demais atividades de expansão da atuação conjunta. O perfil do intercâmbio também começa a se alterar na terceira fase, com o aumento das missões de trabalho, de doutorados sanduíche e de pós-doutorados e a redução da realização dos doutorados plenos na França. Segundo Navaux,

> Após estes 10 anos de cooperação Capes-Cofecub pode-se afirmar que ela é um sucesso, que apesar dos contratempos normais de um programa novo e ambicioso ela chega hoje a um estado, que podemos considerar de maior idade, com ótimos resultados, permitindo aos grupos de pesquisa que usufruem deste acordo um crescimento científico rápido, dificilmente alcançado sem este auxílio. (1989, p. 6).

4.4 A década de 90

O Capes-Cofecub entra num novo momento da cooperação, como uma política consolidada e em expansão, mas com necessidade de ajustes formais para que ocorressem avanços. Desde 1985, discutia-se a assinatura de um ajuste complementar ao acordo, que contemplasse as alterações necessárias ao programa. Nesse sentido, a proposta de reformulação resultou da avaliação dos resultados dos projetos contemplados e da participação de coordenadores e consultores, que discutiam as dificuldades encontradas e os aprimoramentos necessários periodicamente, em reuniões consultivas, que também auxiliavam na melhoria das questões administrativas e burocráticas. Ademais, a própria evolução do programa e do sistema de pós-graduação no Brasil demandava essa reformulação. Assim, em 1993, foi assinado o Ajuste Complementar ao acordo, marcando uma nova fase do programa.

4.4.1 Ajuste Complementar ao Acordo Franco-Brasileiro de Cooperação Científica e Técnica no âmbito da cooperação interuniversitária

Nos objetivos dispostos no Ajuste, fica clara a mudança no formato do acordo. O documento inicialmente assinado previa a tutela pedagógica de professores brasileiros e o desenvolvimento de setores específicos de universidades do Brasil. Por sua vez, o Ajuste intentava o estabelecimento de reciprocidade na colaboração. Conforme disposto no artigo primeiro, o Ajuste tinha como objetivos:

- criação de um sistema de intercâmbio universitário pelo qual os professores-pesquisadores brasileiros e franceses desenvolvessem pesquisas científicas dentro de convênios entre as universidades brasileiras e francesas;
- formação e aperfeiçoamento de professores e pesquisadores em setores específicos;
- troca de informações científicas, de documentação especializada e de publicações universitárias;
- valorização intelectual e, conforme o caso, utilização econômica comum dos resultados científicos e técnicos.

Para a consecução desses objetivos, foram estabelecidas, no artigo quinto do Ajuste, as modalidades de missões a serem apoiadas e os demais financiamentos. No caso dos pesquisadores, seriam apoiadas missões de identificação, de trabalho e de avaliação em ambos

os países. Já para os estudantes brasileiros, foi dada ênfase no doutorado, tanto pleno quanto sanduíche. O Ajuste passou a incentivar o envio de estudantes franceses em missões de estudo ao Brasil, novidade que buscava impulsionar a simetria da cooperação. Ressaltou-se também a publicação de artigos ligados à pesquisa conjunta e às teses dos bolsistas do programa e o intercâmbio de publicações de interesse comum. Ademais, a França se comprometeu a disponibilizar às instituições brasileiras bibliografia e equipamentos específicos imprescindíveis à realização das pesquisas.

Seguindo as recomendações do comitê consultivo e também as reivindicações dos coordenadores para que as informações fossem melhor detalhadas e os procedimentos, pormenorizados, a Capes e o Cofecub disponibilizaram em 1994 um guia com orientações sobre o programa, contendo apresentação, objetivos, informações sobre entidades responsáveis, requisitos, procedimentos e documentação para a apresentação de propostas, processo de análise e julgamento, acompanhamento e avaliação das atividades dos projetos, benefícios, modalidades de apoio, duração, divulgação e calendário. Esse documento passou a orientar a atuação das agências e dos coordenadores. Além disso, facilitava o planejamento dos candidatos e o acesso a maiores informações sobre o financiamento.

As instruções de 1994 assim definiam as missões dos pesquisadores (AJUSTE..., 1993; CAPES, 1994):

- Missão de identificação – atividade de curta duração, de até 15 dias, prevista para o primeiro ano do projeto para grupos que estavam iniciando a parceria. Eram previstas até duas missões, uma em cada sentido (Brasil/França e França/Brasil) para o detalhamento das atividades bilaterais.
- Missão de trabalho – financiamento também de curta duração, de 15 a 30 dias (podendo chegar, excepcionalmente, a 45 dias) para as atividades de ensino e pesquisa. A previsão era de duas missões de trabalho anuais, uma no sentido Brasil/França e outra no sentido França/Brasil.
- Missão de avaliação – prevista para o último ano, essa missão de curta duração (até 20 dias) buscava realizar uma avaliação pela coordenação do projeto dos resultados da colaboração.

No que diz respeito às missões de estudo, houve uma significativa alteração de prioridades. No início do programa, havia um grande apoio ao mestrado, aperfeiçoamento e especialização. Muito embora, na década de 90, ainda fosse possível o apoio à especialização, o foco passou a ser o doutorado pleno, sanduíche e também o apoio ao estágio pós-doutoral.

As missões de estudo previstas no artigo quinto eram: doutorado pleno ou parcial na França (período de estudos na França e conclusão da tese no Brasil ou vice-versa); pós-doutorado; e, excepcionalmente, apoio à especialização, em função da natureza do projeto e das necessidades de formação (AJUSTE..., 1993; CAPES, 1994).

O Ajuste também dispôs acerca do financiamento e do acompanhamento dos estudantes, temas bastante abordados e discutidos nas reuniões de coordenação do programa. No que se refere ao financiamento, o artigo oitavo do Ajuste veio harmonizar o que já estava previsto no artigo quinto do acordo assinado em 1978 com os desdobramentos da cooperação. Ficou estabelecido que a Capes seria responsável pelas bolsas e as despesas de viagem dos professores brasileiros, sendo mantidos os salários dos professores pelas suas universidades de origem; a Capes também seria responsável pelo financiamento das passagens aéreas relativas às missões de identificação e de trabalho de brasileiros na França e pela estadia dos professores franceses no Brasil. Já o Cofecub seria responsável pelo pagamento das passagens aéreas dos professores franceses em missão no Brasil e pela estadia dos professores brasileiros em missão na França. Aditivamente, o lado francês comprometeu-se a manter o pagamento dos cursos preparatórios de línguas no Brasil e também do estágio linguístico na chegada do bolsista à França, comprometendo-se o lado brasileiro a oferecer cursos similares aos eventuais bolsistas franceses. O financiamento de bolsistas franceses no Brasil (passagens e bolsas) ficou sob a responsabilidade da parte francesa. Para minimizar também o recorrente problema de acompanhamento dos bolsistas brasileiros na França, demanda apresentada pelo lado brasileiro, determinou-se que o Cofecub designaria, por meio de seu Conselho Científico, um responsável por essa tutela. Por último, foi acordado ainda que o financiamento referente a eventuais despesas de pesquisas ligadas à formação dos bolsistas brasileiros seria estudado, caso a caso, pelo Cofecub e assegurado pelo lado francês (AJUSTE..., 1993).

Merece destaque, ainda, a inclusão de artigo referente à dispensa do DEA na França para os brasileiros que já houvessem cursado o mestrado. O 11º artigo dispunha que os bolsistas brasileiros com título de mestre poderiam ser dispensados da realização do Diploma de Estudos Aprofundados após a análise, caso a caso, das informações dos candidatos. Nas situações de dispensa, ficou acordado que eventuais formações complementares poderiam ser solicitadas pela IES francesa para o ingresso direto no doutorado. Na prática, o disposto no acordo não foi suficiente para a resolução da questão, que permaneceu inalterada, mas foi o primeiro passo para o estabelecimento, no ano seguinte, do Convênio de Constituição da Rede

Universitária Franco-Brasileira de Cooperação Doutoral e Pós-Doutoral Santos Dumont, que iria ao encontro das demandas do Brasil acerca dessa temática.

4.4.2 A Rede Santos Dumont

A assinatura do Convênio de Constituição da Rede Universitária Franco-Brasileira de Cooperação Doutoral e Pós-Doutoral Santos Dumont, conhecido como Acordo Santos Dumont, aconteceu em 11 de julho de 1994, após uma longa negociação encabeçada pela Capes e por universidades brasileiras, para, conforme disposto em seu artigo primeiro, "melhorar os intercâmbios franco-brasileiros nos níveis de pós-graduação" (CONVÊNIO..., 1994). O convênio buscava o reconhecimento da equivalência entre o mestrado brasileiro e o Diploma de Estudos Aprofundados francês. Como resultado, os brasileiros em programas de doutorado na França seriam dispensados dessa formação já realizada no Brasil.

Apoiadas pela Capes e pelo Cofecub, 26 Instituições de Ensino Superior brasileiras e 26 francesas foram signatárias do documento que tinha como objetivo a constituição de uma rede de cooperação e de intercâmbio. Nessa rede, seria concedida, a priori, a dispensa do DEA para estudantes brasileiros inscritos em doutorado na França, desde que detentores de um mestrado classificado na categoria A ou B no Brasil. Em contrapartida, as instituições brasileiras participantes da rede se comprometiam a dispensar estudantes franceses detentores do DEA da realização do mestrado no Brasil quando aqui inscritos em programas de doutorado. Pelo disposto no artigo 11º do Convênio, a Rede poderia ser expandida com anuência de dois terços de seus membros.

Embora o Convênio Santos Dumont tenha sido assinado em 1994, a preocupação com a questão da equivalência de diplomas se fazia presente desde a assinatura do Acordo de Cooperação Interuniversitária assinado em 1978. O artigo XI dispunha que

> as questões de equivalência de diplomas serão submetidas à Comissão Mista Franco-Brasileira de Cooperação Cultural, Científica e Técnica; as duas partes farão as recomendações que julgarem oportunas às autoridades competentes. (CONVÊNIO..., 1994).

Do lado brasileiro, foram 15 anos de constantes reivindicações para que os doutorandos fossem dispensados do DEA A obrigatoriedade de permanência de um ano a mais na França para cumprimento dessa exigência onerava não só os cofres públicos brasileiros, como prolongava desnecessariamente a permanência no exterior de professores que desfalcavam suas instituições de origem durante esse período. Ademais, o retorno mais

breve desse doutor auxiliava no fortalecimento de programas de pós-graduação em fase de consolidação ou estabelecimento.

Em 17 de março de 1980, na reunião de coordenação do programa ocorrida na Université Paris 12 (Val de Marne), o então presidente da Capes, Claudio de Moura Castro, ressaltou a preocupação brasileira com a exigência do DEA. Por seu turno, o presidente do Cofecub reafirmava a importância de realização deste, haja vista a necessidade de uma formação metodológica na França e a importância desse período de adaptação para a integração do bolsista brasileiro na dinâmica de trabalho do laboratório e da equipe francesa (COFECUB, 1980).

Essa questão permaneceu em discussão nas reuniões anuais subsequentes entre os dois órgãos até que, na reunião ocorrida em Brasília em dezembro de 1992, foi acordada a realização de uma missão francesa em universidades brasileiras para melhor entendimento da estrutura da pós-graduação nacional, em especial do mestrado, e da avaliação dos cursos realizada pela Capes, para dar andamento às negociações acerca da dispensa. Na ocasião, o Cofecub informou que empreendeu uma campanha para sensibilizar as instituições francesas na análise dos dossiês dos estudantes brasileiros candidatos ao doutorado. Para fortalecer essa ação, seria então realizada, no início do ano seguinte, uma reunião entre representantes, pelo lado francês, da CPU, da Embaixada da França no Brasil, da Direção de Pesquisa e Estudos Doutorais (Dred) do Ministério da Educação Superior e do presidente do Cofecub; e, pelo lado brasileiro, das Instituições de Ensino Superior que dispunham de mestrado, além da Capes, MEC, MRE, CNPq e MRE. Segundo o presidente do Cofecub, essa missão permitiria um intercâmbio maior de informações acerca da pós-graduação brasileira e sua evolução.

Entre 3 e 7 de maio de 1993, foi, então, realizada a missão da delegação francesa para aprofundar seus conhecimentos sobre a estrutura do mestrado brasileiro, o que culminaria na assinatura do acordo no ano seguinte. As atividades tiveram início em Brasília, com explanações acerca da pós-graduação e seu sistema de avaliação pela Capes, além de apresentações do CNPq, de representantes das FAPs e do CFE acerca de suas respectivas atuações. Na ocasião, a delegação francesa também fez explanações sobre seu sistema de avaliação e credenciamento da pós-graduação. Além das reuniões de discussão e dos grupos de trabalho, foram realizadas visitas a três instituições brasileiras para conhecimento *in loco* dos programas e encontro com os coordenadores e demais membros da IES e da pós-graduação. No dia 5 de maio foi feita uma visita à UFBA, no dia 6 a delegação conheceu a USP e, por último, no dia 7, a UFRJ (CAPES, 1993d).

Como resultado dessa missão, acordou-se que não haveria que se falar em equivalência do DEA e do mestrado, e sim em dispensa, haja vista que são formações distintas. Ademais, não seria possível a decisão unilateral do Ministério da Educação Nacional francês para essa dispensa, uma vez que, como no modelo brasileiro, há autonomia universitária. A partir daí, com o auxílio da Capes, foi constituído um comitê de universidades brasileiras com mestrado e, em alguns casos, com doutorado de excelência, para que se mantivesse intensa colaboração com a França e se estabelecesse uma rede de cooperação (CAPES, 1993d).

Um ano após a missão, aos 14 de julho de 1994, era assinado o Convênio de Constituição da Rede Santos Dumont. O acordo teve como resultado uma grande economia de recursos, possibilitando assim o financiamento de um maior número de bolsistas e projetos, e marcou uma trajetória de maior simetria e reciprocidade na cooperação. Nicolato aponta ainda que

> a rede contribuiu para ampliar o leque de opções de projetos de intercâmbio entre a França e o Brasil, garantindo que as atividades conjuntas de pesquisadores e estudantes dos dois países pudessem ser intensificadas e mais facilmente validadas. (1999, p. 26).

Paralelamente, a Capes sinalizava a importância e o interesse em fomentar programas de cotutela com o parceiro francês. Assim, como resultado também do Acordo Santos Dumont, ainda no ano de 1994, foi viabilizada a realização de teses em coorientação, com execução de parte da pesquisa nos dois territórios, reconhecimento também nos dois países e defesa podendo ser realizada em qualquer um deles, com banca mista e representantes das IES tanto brasileiras quanto francesas (CAPES, 1994).

Vale mencionar também que, ainda em 1994, foi assinado o Acordo Margaret Mee de Cooperação ao Nível de Pós-graduação entre o Reino Unido e o Brasil, para o estabelecimento de uma rede cooperação, tendo como modelo e parâmetro o Acordo Santos Dumont (MEC, 1994).

4.4.3 Novos avanços

Antes ainda desses dois importantes acontecimentos – assinatura do Ajuste Complementar e estabelecimento da Rede Santos Dumont –, a história do Capes-Cofecub foi marcada por um episódio que merece menção. Em 1992, foi estabelecido pela França e por países da América Latina o programa Ecos (Evaluation-orientation de la Coopération

Scientifique), que foi inicialmente instituído com o Chile. Posteriormente, houve adesão do Uruguai (1993), México (1994), Argentina (1997), Colômbia (1998) e Venezuela (1999). Em 1997, o Comitê seria dividido em Ecos-Sud – parceria entre a França, o Chile, o Uruguai e a Argentina – e Ecos-Nord – tendo como parceiros da França o México, a Colômbia e a Venezuela. Nos moldes do Capes-Cofecub, os Ministérios das Relações Exteriores e da Educação Nacional e Pesquisa franceses apoiaram-se na experiência de cooperação científica com o Brasil para o estabelecimento tanto o Ecos-Sud quanto do Ecos-Nord. Como na iniciativa brasileira, o Ecos fomenta a colaboração científica entre os países parceiros da América Latina e a França em todas as áreas do conhecimento, e os projetos são orientados para a pesquisa e a formação de recursos humanos, sendo financiadas missões de curta duração e estágios de aperfeiçoamento para doutorandos (FRANÇA, 2007).

Em 1993, também como decorrência dos resultados positivos do Capes-Cofecub, foi assinado, no Brasil, um acordo entre a USP e o Cofecub para a implementação de uma parceria específica. Pelo lado francês, o programa é gerido pelo mesmo escritório que rege o Capes-Cofecub. Na USP, está sob a responsabilidade das Pró-reitorias de Pesquisa e de Pós-graduação e da Agência USP de Cooperação Nacional e Internacional (Aucani).[16]

O USP-Cofecub segue, então, o mesmo princípio do Capes-Cofecub, pois é voltado para a pesquisa conjunta, o intercâmbio de pesquisadores e a troca de conhecimentos, dados e informações entre investigadores da USP e da França. Aberto a todas as áreas do conhecimento, tem duração de quatro anos, com uma avaliação intermediária para assegurar o financiamento por todo o período. Diferentemente do Capes-Cofecub, contudo, o programa tem foco na pesquisa e não dispõe de bolsas para mobilidade em missões de estudo. O primeiro edital do programa foi lançado em 1994 e o início do financiamento se deu em 1995, com a aprovação de 15 projetos. Em seus 20 anos, foram mais de 150 projetos contemplados[17] (JAISSON, 2014a).

A grande demanda para a realização de cooperação internacional e os vínculos históricos entre a USP e a França foram elementos que contribuíram para o estabelecimento dessa parceria. Demais disso, segundo Jaisson, a abertura de um programa específico com a USP se justificava pelo "papel nacional proeminente que esta instituição sempre desempenhou para o desenvolvimento acadêmico de todo o Brasil, especialmente ao fornecer

---

[16] Ver <http://www.prp.usp.br/internacional/cofecub>; <http://www.univ-paris13.fr/cofecub-ecos/cofecub>; <http://www.campusfrance.org/fr/usp-cofecub>.

[17] Ver <http://www.prp.usp.br/internacional/cofecub>.

os quadros dirigentes de várias universidades ou organismos de pesquisa". (JAISSON, 2014a, p.5).

Além desses importantes acontecimentos, a primeira metade da década de 90 seria ainda marcada por novos aprimoramentos e evoluções no programa, resultantes, de um lado, do avanço na pós-graduação brasileira e, de outro, do próprio aprofundamento da cooperação entre acadêmicos dos dois países.

Uma questão recorrente nas reuniões de coordenação e avaliação do programa, desde sua implementação, referia-se ao aporte institucional do financiamento. Apesar do amadurecimento do programa, os desdobramentos institucionais dos projetos financiados não eram considerados na seleção das propostas e tampouco apreciados nas avaliações. Muitos projetos eram voltados para o nível individual, não se atentando para a importância do fortalecimento institucional por meio dessas parcerias. Segundo Becker, isso era compreensível na fase inicial do processo (CAPES, 1984), contudo, era preciso maior engajamento da IES para que melhores resultados fossem aferidos. Decidiu-se, então, pela inclusão, no projeto, de compromisso e plano institucional. Nesse sentido, o coordenador deveria apresentar na proposta o enquadramento de sua pesquisa no âmbito institucional, destacando sua relevância para a área do conhecimento, para a região e para o país, bem como as perspectivas e condições para seu posterior aproveitamento e continuidade após o encerramento do financiamento. De 1993 em diante, as instruções acerca da postulação de projetos passaram a incluir a necessidade de chancela institucional para sua apresentação.[18] Nas orientações de 1994 sobre o programa, ficou estabelecido que submissões deveriam ser apresentadas à CAPES pela instituição coordenadora brasileira, via Pró-reitoria de Pós-graduação ou órgão equivalente (CAPES, 1993a, 1993b, 1994).

A inclusão das pró-reitorias nas submissões visou principalmente ao desenvolvimento institucional, fundamental para as IES naquele momento. Essa aproximação da pró-reitoria com os projetos permitiu justamente o melhor aproveitamento da pesquisa em termos globais e maior capacidade para que as instituições estabelecessem ou fortalecessem sua pós-graduação, levando, portanto, a resultados mais eficazes na cooperação. Ao contrário do que imaginaram em um primeiro momento alguns coordenadores, que acreditavam que isso levaria ao aumento do seu trabalho, as pró-reitorias passaram a servir como estrutura de apoio aos responsáveis de projeto, proporcionando-lhes respaldo administrativo e logístico, o que

[18] Atualmente, a necessidade de chancela da Pró-reitoria de Pós-graduação e/ou Pesquisa, no caso de projeto de pesquisa, ou da Pró-reitoria de Graduação, no caso de parceria universitária, está presente em todos os editais de cooperação internacional da agência.

resultou numa redução das atribuições burocráticas para o pesquisador. Finalmente, esse processo permitiu ainda a maior integração das equipes nas próprias instituições. Logo, essa alteração foi recebida como benéfica e positiva pelos coordenadores e dirigentes (CAPES, 1993a, 1993b, 1993c, 1993d, 1994; NICOLATO, 1999).

Outro aspecto também alterado a partir de 1994 foi o formato das missões dos pesquisadores. Decidiu-se, na reunião mista que as missões de identificação seriam extintas para os grupos que já se conheciam, haja vista serem inócuas, transformando-se em missões de trabalho. Foi mantido, todavia, esse tipo de missão para novas equipes (COFECUB, 1993).

Acerca do tempo de duração dos projetos, também foi adotada nova orientação. Até o início da década de 90, o programa não estipulava um prazo para a vigência do financiamento. Alguns projetos se beneficiaram de um financiamento por mais de dez anos. Essa flexibilidade fez-se necessária no momento do estabelecimento do programa, haja vista que, na época, muitos grupos estavam em fase consolidação ou mesmo de formação. Ademais, todo o processo de cooperação e entrosamento com o parceiro demandava maior aproximação e maturidade, que só se estabeleciam ao longo dos anos.[19] Após quase 15 anos desde o lançamento do programa, muitos grupos já tinham usufruído significativamente do financiamento e apresentado resultados positivos com uma pós-graduação mais fortalecida. Como ponderam Navaux (1989) e Queiróz (1989), muitos grupos já dispunham de uma colaboração mais simétrica em uma cooperação horizontal.

Assim, a discussão acerca da estipulação de prazos para a manutenção dos projetos aprovados ganhava força à medida que os grupos financiados iam se consolidando e novos grupos buscavam apoio. Até meados da década de 90, os projetos eram renovados após avalições periódicas. A flexibilidade do financiamento possibilitava a consolidação da cooperação para alguns grupos, haja vista que a avaliação realizava a verificação do alcance dos objetivos delineados, contudo, restringia a entrada de novas equipes. O financiamento de projetos por um período indeterminado resultava na menor aprovação de novos grupos, uma vez que existiam restrições orçamentárias tanto do lado brasileiro quanto do lado francês. Nesse sentido, foi estabelecido na reunião mista de 1993 que a duração do financiamento não ultrapassaria seis anos. Conforme disposto em ata, os projetos seriam financiados por dois anos, inicialmente, com avaliação posterior para renovação por igual período. Excepcionalmente, seria concedida uma segunda renovação por mais dois anos, podendo,

[19] É importante observar que avaliações periódicas eram realizadas, sendo suspenso o financiamento daqueles projetos que não atingissem os objetivos estabelecidos.

portanto, o projeto vigorar por seis anos. Porém, a regra passou a ser o financiamento por quatro anos. Como resultado da fixação dos prazos para o desenvolvimento dos projetos, foi possível abrir o financiamento para novas parcerias, ao mesmo tempo em que se viabilizou a expansão do número de projetos vigentes, possibilitando maior democratização do acesso ao programa (CAPES, 1993; COFECUB, 1993; LOYOLA, 2006; NAVAUX, 1989; QUEIROZ, 1989).

Outra questão que preocupava os dirigentes do Capes-Cofecub referia-se à distribuição regional do programa no Brasil. Inicialmente implementado com foco nas universidades nordestinas, após a abertura nacional do programa, passou-se a observar a concentração do financiamento na região sul/sudeste do país. Assim, buscou-se, a partir de 1994, o estabelecimento de uma linha de apoio a projetos regionais. Na reunião de coordenação do programa em dezembro de 1993, a Capes apresentou o programa regional Norte, voltado para o reforço das estruturas de formação e pesquisa da região. Os dirigentes do Cofecub, na ocasião, manifestaram o interesse do órgão em apoiar a iniciativa. Na reunião mista do programa em 1994, a então presidente da Capes, Andrea de Loyola, enfatizou o apoio recebido da França para esse projeto regional:

> queremos oficialmente agradecer à França, por meio do Cofecub, o apoio que dará, a partir de 1995, ao nosso Plano de Pós-graduação da região Norte. Sem dúvida nenhuma, essa cooperação complementará o esforço da Capes na consolidação de grupos de pesquisa e ensino em áreas prioritárias para o desenvolvimento daquela região. (CAPES, 1994).

Essa linha especial de apoio ao Norte vigorou para os editais do período entre 1995 e 1998.

A distribuição regional do programa, com concentração na região sul/sudeste do país, estava também ligada ao estágio de consolidação dos diferentes grupos de pesquisa no Brasil. Muito embora, após 15 anos de estabelecimento do Capes-Cofecub, o programa estivesse em uma fase mais consolidada, essa realidade não era uniforme para todos as equipes. Em um estudo acerca do programa, Silva (1994) apresenta quatro tipos de grupos na parceria: grupo em formação, emergente, em fase de consolidação e consolidado. O autor assim os define:

- grupo em formação: está em busca de capacitação, principalmente de mestres, para o estabelecimento de programas de pós-graduação; tem baixa experiência no meio científico, escassa publicação, não possui uma linha de pesquisa específica antes da parceria;

- grupo emergente: também em formação, diferencia-se do primeiro grupo por já apresentar alguma experiência de pesquisa e linhas científicas mais definidas, mas ainda possui pouca produção científica;
- grupo em fase de consolidação: composto por pesquisadores com perfil de doutores, com razoável produção científica e participação em congressos, contudo, ainda com baixo fator de impacto. Grupo com linha de pesquisa já definida e buscando parcerias e troca de informações, necessitando também de equipamentos para o avanço das investigações;
- grupo consolidado: formado por pesquisadores de alto nível com produção científica de impacto, publicação em revistas e congressos internacionais; seus componentes fazem parte de programas de pós-graduação sólidos e consolidados.

Tendo em vista os vários estágios de desenvolvimento das equipes brasileiras, a inexistência de critérios de diferenciação na avaliação dos projetos submetidos e a falta de incentivo à demanda induzida resultaram na concentração regional dos projetos. A ênfase na seleção de projetos de grupos consolidados que apresentavam nível de desenvolvimento simétrico ao parceiro postulante alijou da competição quadros em formação, emergentes, e, em certa medida, os grupos em fase de consolidação.

A preocupação tanto do lado brasileiro quanto do lado francês em atender aos diferentes grupos fez-se constante a partir do momento da abertura do programa, tendo em mente sua abrangência nacional. Seriam necessários critérios diferenciados para o atendimento às particularidades dos grupos, em estágios distintos de desenvolvimento. Assim, estabeleceu-se, na reunião de coordenação de 1995, que o programa passaria a contemplar duas categorias de projetos, tipo I e tipo II (COFECUB, 1995):

- tipo I – projetos assimétricos, que visavam à consolidação dos programas de pós-graduação em universidades brasileiras emergentes;
- tipo II – parcerias voltadas para uma cooperação horizontal, com projetos simétricos, caracterizadas pela colaboração entre grupos de pesquisa brasileiros e franceses de alto nível.

Essa orientação, que vigorou até o ano 2000, tinha o claro intuito de atender os grupos de pesquisa em diferentes estágios de consolidação, desde aqueles que estavam sendo formados até aqueles na busca por excelência científica. Segundo Nicolato,

> As orientações atuais do Capes-Cofecub expressam, no que tange aos interesses da parte brasileira, a disposição de ampliar a contribuição desse instrumento de cooperação com a França para a dinamização da pós-graduação nacional, ao mesmo

> tempo que, reconhecendo a diversidade desse nível de ensino no país, admitem que os projetos financiados possam se relacionar com programas de pós-graduação em diferentes estágios de consolidação ou até mesmo com o cumprimento de um plano de criação de novo programa. (1999, p. 17).

Decidiu-se, ainda em 1995, que os projetos teriam prazo máximo de financiamento de quatro anos, sem que houvesse a possibilidade de prorrogação excepcional por mais dois anos. Na reunião anual do programa, ficou estabelecido que os projetos tipo I poderiam ter uma duração de quatro anos, com avaliação intermediária após dois anos. Já os projetos tipo II teriam um financiamento de dois anos e eventual prorrogação por mais dois anos. No caso dos projetos tipo II, a avaliação levaria em consideração o número de doutorandos em intercâmbio no projeto e também as publicações conjuntas em nível internacional (COFECUB, 1995).[20]

É importante ressaltar, contudo, que, embora tenham sido fomentadas as linhas de indução do programa até o final da década de 90, tanto no caso do fomento regional pelo Projeto Norte quanto no caso dos projetos tipo I, a procura por essas duas linhas era bem menor que aquela observada para as parcerias mais simétricas da linha tipo II (COFECUB, 1996, 1997, 1998). Se, por um lado, essa constatação demonstra a evolução da pós-graduação brasileira, bem como a do programa, por outro, expõe a dificuldade em induzir as demandas de grupos em formação, emergentes ou em fase de consolidação. Essa conclusão também foi confirmada por Loyola (1999) em estudo realizado para as comemorações dos 20 anos do programa, pois os grupos consolidados ultrapassavam 50% do financiamento; já os grupos em consolidação perfaziam 1/3 do total e os grupos emergentes e em formação não alcançam 6%.

Constatou-se, na década de 90, disposição por parte das agências no sentido de conceder maior autonomia aos coordenadores para a condução do projeto, resultando na simplificação dos procedimentos e desburocratização na implementação da colaboração. Vários procedimentos morosos e excessivamente detalhados foram extintos, dando lugar a atividades mais objetivas e pragmáticas. Decidiu-se pelo repasse aos coordenadores dos recursos anuais para custeio do projeto, o que ampliou a atuação destes na condução da pesquisa. Essa alteração na operacionalização do Capes-Cofecub ocorreu, em parte, pela maior maturidade das equipes e entrosamento entre os colaboradores e também pela melhor adaptação a esse formato de cooperação e mobilidade. É importante mencionar também que os aperfeiçoamentos decorreram também de reuniões e seminários realizados com

[20] Nessa mesma reunião foi acordado que os temas para os projetos tipo II seriam definidos a cada ano, bem como a lista de instituições aptas a submeterem candidaturas nessa linha. Não há, contudo, indicações em ata e demais documentos do programa de que tais exigências tenham sido seguidas.

coordenadores de projetos visando ao aperfeiçoamento do programa (SILVA, 1994; MARTINS, 1998; NEVES, 1999; LOYOLA, 1999).

Apesar da maior autonomia na condução dos projetos, problemas referentes aos bolsistas ainda permaneciam. Como já mencionado, até 1986, os bolsistas que participavam do intercâmbio deveriam, em regra, ter vínculo com a IES de origem. Isso fez sentido num primeiro momento, em que era necessário formar os quadros que já estavam no ensino e pesquisa. A urgência em também formar quadros para as próprias renovações nas IES e a expansão do ensino universitário no país levaram, paulatinamente, à flexibilização dessa regra. Demais disso, os bolsistas, mesmo sem vínculo, contribuíam para o fortalecimento dos cursos, trazendo novos aprendizados e técnicas que eram compartilhados com seus orientadores e nos laboratórios. Flexibilizada a questão do perfil do bolsista, três pontos de dificuldade ainda permaneciam: a questão do DEA, o pagamento das bolsas e a seleção dos estudantes pela Capes.

Como já mencionado, o estabelecimento da Rede Santos Dumont veio para reconhecer a qualidade do mestrado no Brasil e liberar os estudantes brasileiros com essa formação da realização do DEA na França, dentro do grupo de instituições da rede. Esse processo, contudo, não foi imediato à assinatura do acordo e algumas universidades francesas ainda resistiam à aceitação dos estudantes no doutorado direto (CAPES, 1999; COFECUB, 1997; MARTINS, 1998).

Outro problema no que concerne aos bolsistas referia-se aos constantes atrasos no pagamento dos estudantes, além dos atrasos também na liberação das passagens aéreas. Essa situação causava estresse, prejudicando a pesquisa e dificultando a vida no exterior, que por si só é um desafio. Segundo coordenadores, havia excessos burocráticos para a concessão dos benefícios (CAPES, 1998; MARTINS, 1999).

A questão de maior incômodo para os coordenadores brasileiros no que se refere aos bolsistas dizia respeito à seleção. Muito embora os responsáveis por projeto indicassem os bolsistas quando da apresentação da proposta, estes ainda passavam pela seleção da Capes. Para os coordenadores, a participação no sistema tradicional da agência, ou seja, pelo balcão,[21] acabava prejudicando o desenvolvimento do projeto. Além do mérito, era preciso considerar os objetivos da pesquisa científica envolvida na parceria. As coordenações dos

[21] A seleção de bolsistas pelo sistema de balcão refere-se a candidaturas individuais em um processo seletivo para o recebimento de financiamento de pós-graduação. Nesse caso, o candidato faz a postulação da bolsa diretamente à Capes, que realiza as etapas de sua seleção a partir da análise do mérito acadêmico e científico do estudante.

projetos arrazoavam ainda que os bolsistas já haviam sido aprovados por ocasião do julgamento dos projetos. Argumentava-se que as particularidades e especificidades dos projetos não eram consideradas na seleção tradicional, quando das análises das solicitações de bolsas de estudantes dentro dos projetos (MARTINS, 1998; LOYOLA, 1999).

Outra dificuldade sempre apontada pelos participantes referia-se à falta de sincronia entre os calendários da Capes e do Cofecub. Os diferentes momentos para apresentação de projeto, planos de trabalho e relatórios gerava, muitas vezes, retrabalhos por parte dos coordenadores de ambos os lados. Do lado brasileiro, havia ainda solicitações dos coordenadores por melhores instruções acerca da prestação de contas, além de queixas acerca de prazos e períodos das missões. Os coordenadores apresentavam, ainda, reclamações sobre os valores de passagens e diárias e demandavam revisões periódicas do apoio financeiro concedido pelo programa (LOYOLA, 1999).

Assim, na reunião anual do programa em 1996, o lado francês propôs que fosse organizado um seminário para avaliação dos 20 anos da cooperação, proposta bem recebida pelo lado brasileiro. Na reunião mista de 1997, os dirigentes dos dois lados se comprometeram a realizar conjuntamente uma avaliação dos 20 anos do acordo e um seminário sobre a cooperação universitária franco-brasileira. Logo, sob a coordenação geral do professor Carlos Benedito Martins,[22] foram realizados, em novembro de 1998, quatro seminários regionais temáticos com os coordenadores de projetos, com o objetivo de discutir o programa do ponto de vista de seus beneficiários. As conclusões dos eventos, com críticas e sugestões dos participantes, serviriam de referencial para uma melhor análise do programa, no âmbito das comemorações de seus 20 anos. Os seminários regionais foram assim realizados no ano de 1998 (CAPES, 1996; COFECUB, 1998; MARTINS, 1998):

- engenharias, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), entre os dias 12 e 13 de novembro;
- ciências exatas e da terra e agrárias, Universidade de São Paulo (USP), entre 12 e 13 de novembro;
- ciências biológicas e da saúde, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), no dia13 de novembro;
- ciências humanas, sociais, aplicadas, linguística, letras e artes; Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em 13 de novembro.

[22] Além do coordenador geral do estudo, cada área temática contou com a participação de pelo menos dois pesquisadores da área.

Nos seminários, pontos positivos e negativos do programa foram apontados e sugestões e reformulações, apresentadas. Questões referentes à administração do programa, recursos financeiros investidos, prazos, flexibilidade, seleção, diretrizes, simetria, reciprocidade e grupos contemplados faziam parte do espectro de discussão. Com a consolidação dos seminários, os pontos positivos do programa se sobrepõem aos negativos, conforme aponta Martins:

> O acordo Capes-Cofecub tem colaborado de forma decisiva no desenvolvimento da pós-graduação no Brasil, atuando sobretudo na consolidação de programas emergentes, convergindo para a construção do sistema universitário brasileiro, promovendo recursos em bolsas para formação, missões e intercâmbio. Tem emprestado uma contribuição efetiva na construção de uma cooperação internacional com destaque para a realização de encontros, colóquios, seminários e congressos internacionais e, sobretudo, para a realização de algumas publicações bilaterais. (MARTINS, 1999, p. 3).

No momento em que o programa entra em uma fase de maior estabilidade e passa a dar ênfase na cooperação horizontal, haja vista que os grupos mais privilegiados, no final da década de 90, são aqueles consolidados ou em fase de consolidação, há uma maior pressão das equipes brasileiras para que o parceiro proporcione financiamento de doutorado pleno e sanduíche aos franceses em missões de estudo no Brasil. A simetria perseguida na pesquisa não foi acompanhada de uma simetria no intercâmbio de bolsistas e tampouco no aporte de recursos dos dois lados. Embora a Capes disponibilizasse recursos financeiros para o custeio do projeto, a recíproca não era observada no lado francês. A necessidade de melhoria da contrapartida francesa nos âmbitos acadêmico e financeiro tornou-se um ponto de inflexão para coordenadores de ambos os lados.

Apesar das dificuldades relatadas, a década de 90 foi marcada por grandes avanços administrativos e científicos na condução da iniciativa. As acertadas decisões tomadas em âmbito operacional levaram à expansão do programa e à economia de recursos, e resultaram, principalmente, no aumento da reciprocidade entre os dois países. Além disso, a importância do Capes-Cofecub no apoio à formação de recursos humanos de alto nível e no fortalecimento dos grupos de pesquisa fez com que ele passasse a ser usado como referencial para o estabelecimento de programas da Capes com outros países, de demais parcerias do Cofecub no Brasil[23] e também de novas parcerias da França na América Latina.

---

[23] Além da assinatura do USP-Cofecub, o Cofecub estabeleceu, em 1999, o programa Fapesp-Cofecub para a concessão de bolsas a jovens doutores franceses em Universidades do Estado de São Paulo, com o objetivo de incentivar o intercâmbio acadêmico e científico entre o Brasil e a França e de aprofundar a cooperação entre os dois países.

Em 20 anos, o programa adquiriu caráter nacional, inicialmente afeto apenas à região nordeste do Brasil. Com a concentração do financiamento na região sul/sudeste do país, este foi estabelecido para duas linhas de projetos – tipo I e tipo II –, contemplando grupos em diferentes estágios de desenvolvimento. Aditivamente, a parceira com a França, inicialmente assimétrica e com características assistenciais, foi progressivamente tornando-se uma parceria mais simétrica e recíproca. O estabelecimento do Acordo Santos Dumont foi o maior exemplo do reconhecimento pelo lado francês do nível de excelência atingido por algumas IES nacionais.

A fixação de um prazo para o financiamento dos projetos permitiu uma melhor avaliação do seu andamento, bem como o apoio a um número maior de equipes, gerando, portanto, maior possibilidade de colaborações internacionais no interior das instituições.

Alguns problemas operacionais permaneciam e ajustes para o aperfeiçoamento do programa ainda se faziam necessários. Após a realização dos seminários regionais por áreas temáticas, a direção do programa buscou implementar medidas que levassem a um maior aprimoramento administrativo do Capes-Cofecub, à sua desburocratização e à simplificação de procedimentos.

4.5 A fase atual

A partir dos anos 2000, o Capes-Cofecub entra em uma fase consolidada, sem grandes alterações em sua sistemática e condução. Em 20 anos, o programa alcançou visibilidade nacional, em ambos os países, beneficiando pesquisadores e estudantes das mais diversas instituições e áreas do conhecimento. Ademais, caminhou-se no sentido do estabelecimento de regras claras de seleção e condução dos projetos.

Foi possível, então, a manutenção das orientações e normas básicas do programa, evitando alterações frequentes que desestimulem ou dificultem as postulações. Essa estabilidade vem possibilitando a participação de um número cada vez maior de pesquisadores na parceria. As mudanças promovidas em sua operacionalização e regulamentação, ao longo desses 35 anos, foram no sentido de aprimorá-lo, considerando a evolução da pós-graduação brasileira e, principalmente, as sugestões apresentadas pelos próprios participantes.

Uma das maiores alterações do programa foi o estabelecimento do foco na excelência e na qualidade dos projetos a partir dos anos 2000. A possibilidade de participação de grupos em diferentes estágios de consolidação foi reduzida consideravelmente, haja vista a

priorização da cooperação horizontal. A nova orientação passou a ser a simetria na parceria. Em 2001, já não observamos mais as modalidades – tipo I e tipo II – de financiamento. No início, como as prioridades eram a formação de recursos humanos e a consolidação da pós-graduação, não havia a obrigatoriedade de vinculação do coordenador do projeto a um programa de pós, haja vista que se buscava o desenvolvimento desses cursos. Numa nova reorientação do programa, pelo lado brasileiro, o edital passou a exigir não só que os grupos participantes fossem ligados a programas de pós-graduação, como que estes tivessem nota 5, 6 ou 7 na avaliação de seus cursos.[24] A restrição de apoio a apenas um projeto por departamento, até então observada, foi extinta (CAPES, 1994, 2000a). Nas palavras do então presidente do Cofecub, Daniel Nahon: "parece-me fundamental que o desenvolvimento do programa bilateral possa continuar levando a reforma da qualidade que tem sido feita e que permitiu que um maior número de equipes de excelência participasse em ambos os lados" (COFECUB, 2001, p. 9, tradução nossa).

No que se refere à formação apoiada, pode-se constatar que a evolução do programa, em seus mais de 35 anos de história, acompanhou a evolução natural da pós-graduação no Brasil. No final da década de 70, o país necessitava de capacitação nos mais diversos níveis; assim, a realização de cursos de especialização, aperfeiçoamento e mestrado era incentivada na modalidade de estágio de pesquisa de professores brasileiros, conjuntamente à oferta de formação doutoral na França. Já na década de 90, o programa passou a orientar-se pela formação doutoral (em sua modalidade plena ou sanduíche) e na formação pós-doutoral, sem a exigência de vínculo empregatício do bolsista com a IES de origem. Embora passasse a predominar o financiamento na modalidade sanduíche, ainda havia forte presença do doutorado pleno. Nos anos 2000, já com a pós-graduação consolidada no Brasil, o enfoque passou a ser o doutorado sanduíche e o pós-doutorado. O incentivo para realização de especializações e aperfeiçoamento, que decrescia progressivamente na década anterior, tornando-se excepcional a partir de 1994, foi totalmente extinto. O fortalecimento dos cursos

[24] Os programas de pós-graduação são avaliados pela Diretoria de Avaliação da Capes com a participação da comunidade acadêmico-científica, por meio de consultores *ad-hoc*. Em 1998, foi estabelecida a avaliação trienal do Sistema Nacional de Pós-graduação – cursos em andamento e novos programas – para assegurar e manter a qualidade dos cursos de mestrado e doutorado no país. Os cursos recebem notas de 1 a 7, sendo que os cursos com notas 1 e 2 não são reconhecidos. Já os cursos com notas 6 e 7 são considerados de excelência. Atualmente, são 48 comitês de avaliação, que abrangem todas as áreas do conhecimento e utilizam indicadores e critérios de qualidade internacional nesse processo. Informações disponíveis em fôlder de divulgação das atividades da Capes (2010) e em: <http://www.capes.gov.br/avaliacao>; <http://cartadeservicos.capes.gov.br/index.php/avaliação/132-o-que-é-avaliação-da-pós-graduação.html>. Acesso em: 6 jul. 2015.

no Brasil possibilitou, inclusive, o incentivo à realização de doutorados sanduíches e cotutelas, em detrimento de doutorados plenos.

Outro apoio inicialmente previsto, de ensino e pesquisa para professores franceses no Brasil por períodos de curta ou longa duração, também foi extinto. As missões de identificação/avaliação para professores franceses e brasileiros (coordenadores) também foram abolidas, permanecendo apenas as missões de estudo e de trabalho. Os últimos registros de missões de identificação e avaliação datam de 1999 (CAPES, 1999, 2000a; COFECUB, 1999).

Outra modificação realizada no programa foi a extinção da modalidade de *appel d'offre* para que os pesquisadores franceses se candidatassem a parcerias com grupos brasileiros. Até o início da década de 90, esse tipo de incentivo com a finalidade de colocar as equipes em contato era importante. Com as novas tecnologias, a maior circulação acadêmica e a constatação de que as parcerias entre coordenadores que já se conheciam se mostravam mais frutíferas, houve a sugestão dos próprios participantes do programa no sentido de excluir essa modalidade de financiamento (CAPES, 2000).

Se, por um lado, no início do milênio, o financiamento aportado pelo lado francês para aquisição de material didático para as equipes brasileiras foi extinto, por outro, o Comitê passou a disponibilizar, em caráter excepcional, uma ajuda de custo tanto para o laboratório francês que acolhesse estudantes brasileiros quanto para o laboratório brasileiro que acolhesse estudantes franceses. Porém, recursos destinados ao custeio dos projetos para as equipes francesas não eram previstos (COFECUB, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004). No caso brasileiro, o financiamento destinado ao custeio de despesas do projeto que já existia teve seu montante regulamentado pelo Manual do Programa em 1998 (NICOLATO, 1999).

Nas conclusões apresentadas quando das comemorações dos 20 anos do programa, questões burocráticas e operacionais ainda eram apresentadas como um entrave ao melhor funcionamento do Capes-Cofecub. Como disposto por Loyola (1999), reclamações acerca da instabilidade de orientações e normas básicas da parceria eram recorrentes. Além disso, os coordenadores solicitavam a melhor divulgação de objetivos do programa, critérios de seleção e avaliação dos projetos e maior comunicação com a comunidade científica. A estruturação de um banco de dados do programa e a viabilização de maior articulação entre as equipes também eram itens presentes nas sugestões. A seleção dos bolsistas pelo sistema tradicional de concessão de bolsas individuais da agência continuava sendo uma das dificuldades sempre abordada pelas equipes, haja vista as peculiaridades das demandas por bolsas dentro de um projeto de pesquisa. Havia também a solicitação por flexibilização de prazos máximos de

duração dos projetos e por revisão do apoio financeiro. Por último, demandava-se maior sincronia entre os calendários e as exigências da Capes e do Cofecub.

Outra questão que preocupava dirigentes e coordenadores referia-se à continuidade da colaboração após o encerramento dos projetos. A ausência de uma estrutura para a manutenção da parceria e a falta de outros mecanismos levava, muitas vezes, à interrupção da atuação conjunta. Houve, então, em 2000, uma discussão no sentido de estabelecer um novo tipo de programa. Inicialmente, alguns projetos de excelência seriam escolhidos para receberem recursos pelos seguintes meios: financiamento, bolsas de estudo e missões de trabalho reforçados, visando à manutenção dos vínculos estabelecidos inicialmente. No entanto, essa proposta não avançou (FRANÇA, 2000).

Após mais de 20 anos do programa, a ausência de simetria no intercâmbio ainda permanecia. Dificuldades na efetiva aplicação dos preceitos estabelecidos pelo Acordo Santos Dumont eram relatadas pelos coordenadores. Esses entraves, contudo, foram naturalmente superados com a evolução da pós-graduação brasileira. Existia, ainda, a preocupação por parte dos coordenadores de serem realizadas versões para o francês de trabalhos realizados por brasileiros, uma vez que o contrário era constante. Nos anos 2000, contudo, essa situação tornou-se inócua, uma vez que as publicações internacionais, em sua maioria, eram realizadas em inglês (CAPES, 1999; LOYOLA, 1999).

Com a evolução da pós-graduação brasileira e da própria gestão do programa, a demanda por missões de estudo de doutorandos franceses no Brasil se fazia necessária para a consolidação de uma verdadeira colaboração.[25] Assim, foi estabelecida uma missão de longa duração para jovens pesquisadores franceses em intercâmbio no Brasil por um período de seis meses. Além disso, foram estabelecidas duas missões de trabalho por ano em cada direção e havia a previsão de duas missões de estudo para brasileiros, com possibilidade de concessão de uma terceira missão,[26] e de uma missão de longa duração para os estudantes franceses. No que se refere às missões de estudo para os brasileiros, foi atendida a demanda dos coordenadores para que os bolsistas indicados por eles para participarem do programa não entrassem no processo tradicional de balcão de bolsas da agência (CAPES, 2000, 2000a; COFECUB, 2001; FRANÇA, 2001).

---

[25] Embora a questão esteja presente ainda nos dias atuais, pode-se observar a atuação do lado francês no sentido de viabilizar bolsas para o programa. Os editais orientavam a busca por bolsas por meio do Ministério da Educação. Além disso, em 2002, houve a tentativa de reservar bolsas do programa Lavoisier para esta iniciativa.

[26] Em 2003, foi extinta essa possibilidade, sendo fixadas duas missões de estudo por ano por projeto, sem qualquer flexibilidade.

Nessa fase do programa, observou-se que um dos entraves à sua expansão e maior desenvolvimento era a restrição orçamentária. Assim, estabeleceu-se que seria necessário um interstício de dois anos para que a mesma equipe fizesse uma nova postulação para o recebimento de um financiamento. No lado brasileiro, ficaria, inclusive, vedado ao coordenador ter mais de um projeto em andamento na cooperação internacional da Capes, sendo que o interstício, inicialmente, referia-se a qualquer programa internacional da agência. Essa medida buscava dar oportunidade para que novos grupos fossem contemplados. Demais disso, devido a essas restrições, houve períodos em que o número de missões francesas no Brasil foi reduzido de dois para um. Houve, em 2005, a redução no número de projetos aprovados em decorrência dos cortes orçamentários. Mesmo projetos com boas avaliações pelos dois lados não puderem ser contemplados (CAPES, 2007, 2008; COFECUB, 2002, 2003, 2004, 2005).

Acerca ainda da possibilidade de postulação para o programa, tanto para a Capes quanto para o Cofecub, a apresentação do relatório final é condição *sine qua non* para nova candidatura. O Cofecub dispõe de formulário e roteiro de orientação para a elaboração desse documento, incluindo os itens necessários à avaliação final.[27] A Capes dispunha, nos anos 90, de um roteiro para o relatório final, que, atualmente, não existe mais. Houve uma tentativa, em 2010, de criação de um formulário único de avaliação entre as duas agências, mas que não se concretizou. De qualquer forma, não existe um sistema para inclusão dessas informações em um banco de dados; ademais, como não há um padrão de documento, as informações não são uniformes, o que inviabiliza quaisquer avaliações estruturadas do programa por meio dos relatórios finais (CAPES,1999a; COFECUB, 2010; SILVA, 1994).

A nova orientação do programa, totalmente calcada na simetria da colaboração, levava em conta a própria evolução da pós-graduação e de muitas IES brasileiras que haviam atingido nível de excelência. Nas palavras do então presidente, Daniel Nahon:

> Em vinte e cinco anos, o sistema de pesquisa no Brasil tornou-se bastante eficiente. O acordo Capes-Cofecub, como concebido, para apoiar o desenvolvimento da formação doutoral no país não era mais apropriado. Na verdade, depois de vários anos de uma parceria equilibrada embasada em uma rigorosa avaliação, o programa apoia as melhores equipes universitárias na formação doutoral. (COFECUB, 2003, p. 10, tradução nossa).

Permanecia, contudo, a preocupação com a distribuição regional do programa e também com a concentração do financiamento em determinadas áreas do conhecimento.

---

[27] O formulário para apresentação do relatório final ao Cofecub está disponível na página do programa, em: <http://www.univ-paris13.fr/cofecub-ecos/cofecub/documents-administratifs>. Acesso em: 8 ago. 2015.

Assim, discussões acerca do regionalismo equilibrado, prioridades científicas nacionais, melhor distribuição dos recursos por domínio científico e expansão para áreas pouco apoiadas, ênfase na formação doutoral e encorajamento de formação de redes nacionais e internacionais foram o foco dos debates realizados nas comemorações dos 25 anos do programa (COFECUB, 2003, 2004).

Como em 1998, em 2004 foram realizados seminários temáticos para avaliação da operacionalização do programa, apresentação de críticas, impressões e sugestões. É importante observar que todos esses seminários, embora contassem com a participação de alguns franceses, principalmente em sua condução, eram realizados no Brasil, majoritariamente, com a presença de coordenadores brasileiros. Assim, nos dias 3 e 4 de novembro, foram celebrados, em São Paulo, na USP, os 25 anos do Capes-Cofecub,[28] juntamente com a realização dos *workshops* (COFECUB, 2004).

Além dos temas já mencionados, três importantes assuntos estiveram na pauta do programa: a discussão acerca da equivalência de diplomas e do reconhecimento mútuo de créditos, o desenvolvimento de um colégio doutoral franco-brasileiro e o estabelecimento de acordos com organismos de pesquisa franceses. No que se refere aos diplomas e créditos, muito embora devesse ser respeitada a autonomia universitária, a questão da equivalência precisava ser discutida. Apesar da redução do número de estudantes em doutorado pleno, haja vista a priorização do doutorado sanduíche, era preciso garantir, para esses alunos, o aproveitamento do período na França. Desse modo, foi proposta a criação do colégio doutoral para maior aproximação entre as instituições dos dois países.[29] Por último, acreditava-se que a parceria com grandes instituições francesas de pesquisa, como o IRD, o CNRS, o Inra e o Cirad, poderia apoiar a manutenção da colaboração após o fim do financiamento pelo programa (CAPES, 2008a, 2009; COFECUB, 2004).

Outros temas também trazidos a pauta nos 25 anos foram: maior fomento para realização de cotutelas, aumento do número de missões de trabalho e de estudantes franceses no Brasil, ampliação dos estudos comparados entre os dois países, melhor acolhimento para

---

[28] Na mesma ocasião, foram celebrados os dez anos do acordo USP-Cofecub, e, por isso, as comemorações ocorreram naquela instituição.

[29] Muito embora a ideia de um colégio doutoral franco-brasileiro tenha surgido nessa ocasião, ela foi implementa somente em 2008, tendo sido lançados apenas três editais do programa: 2008, 2009 e 2010, sendo que, em seguida, os estudantes seriam absorvidos pelo Capes-Cofecub. O programa era uma parceria entre a Capes e o Conselho de Presidentes de Universidades francesas (CPU) para promover o intercâmbio de doutorandos brasileiros e franceses, em regime de coorientação ou de cotutela, com o objetivo de apoiar a formação de recursos humanos de alto nível no Brasil e na França. Ele estava aberto a todas as áreas do conhecimento, e um dos motivos para sua a criação era buscar uma maior aproximação entre o sistema de pós-graduação brasileiro e o francês (CAPES, 2009).

os estudantes nos dois sentidos, maneiras de prolongar os projetos bem-sucedidos e apoiar a participação em bancas de teses, mesmo após o encerramento do projeto, criação de um formulário único e padrão para apresentação dos projetos, inclusive com apresentação de um projeto em duas versões, uma em francês, para o Cofecub, e uma em português, para a Capes, dentre outras sugestões de aprimoramentos administrativos (COFECUB, 2001, 2004).

É importante ressaltar que, embora a burocracia do lado francês seja mais reduzida, por um longo período as candidaturas eram enviadas pelo correio para o Comitê. A partir de 2006, as inscrições passaram a ocorrer também por *e-mail*, sendo que, somente em 2010, elas seriam informatizadas sob a tutela do Egide. Já na Capes, as inscrições desde o início dos anos 2000 eram realizadas por sistemas *on-line* (COFECUB, 2007, 2010).

Vale lembrar também que, em momentos distintos da evolução do acordo, houve tentativas de traçar áreas prioritárias. Em 1986, observou-se a intenção do lado brasileiro de se definirem áreas estratégicas. O mesmo ocorreu em 2005, quando o lado francês buscou elencar prioridades. Essas orientações, contudo, não prevaleceram. O edital do programa continuou aberto, sendo as prioridades definidas em nível institucional pelas universidades, possibilitando o financiamento de todas as áreas do conhecimento[30] (CAPES, 1986, 1986a; COFECUB, 2005).

Em 2007, as missões de longa duração para os estudantes franceses foram extintas, sendo criados, em seu lugar, os estágios de dois meses para doutorandos franceses. Essa mudança não inviabilizava o intercâmbio, haja vista a possibilidade de solicitação de bolsas no âmbito do programa Lavoisier ou Eiffel,[31] contudo, o acesso era moroso e com mais restrições que no caso brasileiro, em que havia bolsas específicas dentro do programa. Ainda pelo lado brasileiro, em termos de custeio, conforme demanda dos pesquisadores, houve o gradativo aumento dos valores. Inicialmente, o valor de 2 mil reais foi reajustado para 5 mil reais até 2007, quando houve uma correção de 100% sobre esse valor (CAPES, 2007, 2008; COFECUB, 2007).

Até as comemorações dos 20 anos do Capes-Cofecub, existiam, com certa frequência, reuniões consultivas e de coordenadores, para o aprimoramento do programa. A partir dos anos 2000, essa prática, um tanto quanto salutar para a melhoria da condução e gestão da

---

[30] Nos primeiros editais do ano 2000, o lado francês, embora informasse que o programa era aberto a todas as áreas do conhecimento, direcionava uma atenção especial às áreas de ciências da vida e saúde, geociências e ciências do meio ambiente, ciências agronômicas, ciências de materiais, novas tecnologias da informação e da comunicação, ciências sociais e humanas. Apesar de haver essa observação pelo Cofecub, na prática, priorizava-se a qualidade dos projetos, independentemente da área do conhecimento.

[31] Programa de bolsas para mobilidade e intercâmbio de estudantes.

parceria, foi sendo reduzida, até seu abandono após a celebração dos 30 anos de programa, na contramão dos aprimoramentos da iniciativa. Segundo disposto em ata de reunião de trabalho,

> a realização anual da reunião de coordenadores brasileiros é considerada extremamente válida entre outras razões porque: propicia uma reflexão conjunta sobre o Acordo; permite conhecer a diversidade de experiências dos colegas e permite aperfeiçoar a implementação dos projetos. (CAPES, 1985).

4.5.1 A operacionalização da seleção dos projetos pela Capes

Como já mencionado, a partir dos anos 2000, o programa entra em um período de bastante previsibilidade e estabilidade. A informatização dos sistemas e maior autonomia concedida aos coordenadores são marcas dessa fase em que o programa, após mais de 20 anos, encontra-se bastante consolidado. As melhorias são também resultado da evolução da própria pós-graduação brasileira e das parcerias com os grupos franceses. As chamadas do programa tendem a manter os mesmos requisitos para candidatura e prazos similares.

4.5.1.1 Disposições gerais do edital brasileiro

Uma característica presente nos últimos editais é a indicação do número de projetos a serem aprovados. Esse número apresenta variações, principalmente em função da disponibilidade orçamentária das duas agências, todavia, gira em torno de 30 projetos anuais.

A formação de recursos humanos, presente desde o estabelecimento da parceria, permanece inalterada, constando do certame do processo que os projetos submetidos devem conter previsão de formação de recursos humanos nas modalidades: doutorado sanduíche e estágio pós-doutoral. Ademais, é necessária também a previsão de missões de trabalho tanto no sentido Brasil-França quanto no sentido França-Brasil (CAPES, 2006, 2007, 2008, 2014).

Para candidatar-se ao financiamento, o pesquisador deve ter vínculo com uma Instituição de Ensino Superior, tendo obtido o título de doutor há pelo menos cinco anos. É preciso ainda o apoio institucional para a submissão e confirmação de vínculo com programa de pós-graduação. Além do coordenador, a equipe deve ser composta por no mínimo mais três doutores. Coordenadores com projetos em andamento são impedidos de pleitear um novo

financiamento. Pesquisadores aposentados ou com vínculo temporário com a instituição também não podem figurar como coordenadores.

4.5.1.2 O processo seletivo

Anualmente,[32] são lançados editais do programa tanto pela CAPES quanto pelo Cofecub. O lançamento ocorre simultaneamente[33] no Brasil e na França, no *site* dos parceiros, tendo ampla divulgação nacional. No caso brasileiro, é necessária também a publicização do edital por meio do Diário Oficial da União. As assessorias internacionais das universidades e demais instituições ligadas ao ensino e pesquisa também atuam no processo de dar publicidade ao certame.

4.5.1.2.1 Etapas na Capes

Dos dois lados, os candidatos devem realizar a inscrição no programa. No caso brasileiro, as propostas devem ser encaminhadas em português à Capes. Já no lado francês, as submissões são recebidas pelo Egide. No momento da inscrição, além do projeto detalhado[34] e da carta de apresentação da pró-reitoria apontando o interesse institucional no projeto, deve ser também anexada a justificativa da pertinência da pesquisa em colaboração com a equipe francesa.

Após o encerramento do período de inscrições, as propostas submetidas à Capes participam do processo seletivo em quatro etapas, a saber: análise técnica ou documental, análise de mérito, priorização das candidaturas e decisão conjunta. Finalizado o período de submissão das propostas, inicia-se, na Diretoria de Relações Internacionais da agência, a análise técnica. A primeira fase do processo de julgamento das propostas consiste na

[32] Apenas nos anos de 1981 e 1983 não foram lançados editais do programa.

[33] Em situações atípicas, os editais podem ser lançados em momentos distintos pelos parceiros. Essa excepcionalidade, contudo, acaba prejudicando a postulação para determinado edital, haja vista que o projeto é redigido conjuntamente e a avaliação final é conjunta.

[34] Podendo apresentar algumas variações, os projetos devem, em regra, conter: objetivos, fundamentação teórica; metodologia; atividades propostas e cronograma das missões, metas para formação de recursos humanos, infraestrutura disponível por ambas as equipes; currículo resumido da equipe; comprometimento das equipes proponentes para desenvolver a cooperação proposta; e possíveis desdobramentos da pesquisa após o encerramento do projeto (CAPES 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011).

verificação do cumprimento dos requisitos dispostos no certame. A equipe de apoio da instituição examina os dossiês apresentados para sua validação. Submissões que não preencham as exigências do edital, estejam incompletas, sejam recebidas apenas na Capes ou fora do prazo são desconsideradas. As propostas aptas seguem para análise de mérito.

Na segunda etapa do certame é verificado o mérito dos projetos. Essa análise é realizada por consultores *ad hoc*,[35] que levam em consideração a capacidade das equipes proponentes para execução da pesquisa, a experiência dos proponentes, a relevância da investigação proposta, não somente para o grupo e as IES, mas também em âmbito regional e nacional, os resultados esperados e a possiblidade de continuidade da parceria. Dentro de cada área específica, as análises são comparativas.

Após a análise pelos pareceristas, passa-se à etapa de priorização das propostas pelo Grupo Assessor Especial (GAE)[36] da Diretoria de Relações Internacionais da Capes. As priorizações são realizadas levando em consideração as recomendações dos consultores *ad hoc*. Ademais, projetos em rede principalmente aqueles que apresentem diversidade regional e potencial para o estabelecimento de grupos de excelência recebem maior priorização.

A quarta etapa constitui-se na decisão conjunta acerca dos projetos a serem financiados. Em reunião binacional, os parceiros realizam a seleção final dos projetos com base nos pareceres e priorizações apresentados separadamente nas análises de cada país. Além do mérito dos projetos e do interesse das agências financiadoras, a aprovação final leva em conta as disponibilidades orçamentárias dos parceiros.[37]

Essas etapas são cumpridas ao longo do ano, conforme o fluxograma a seguir:

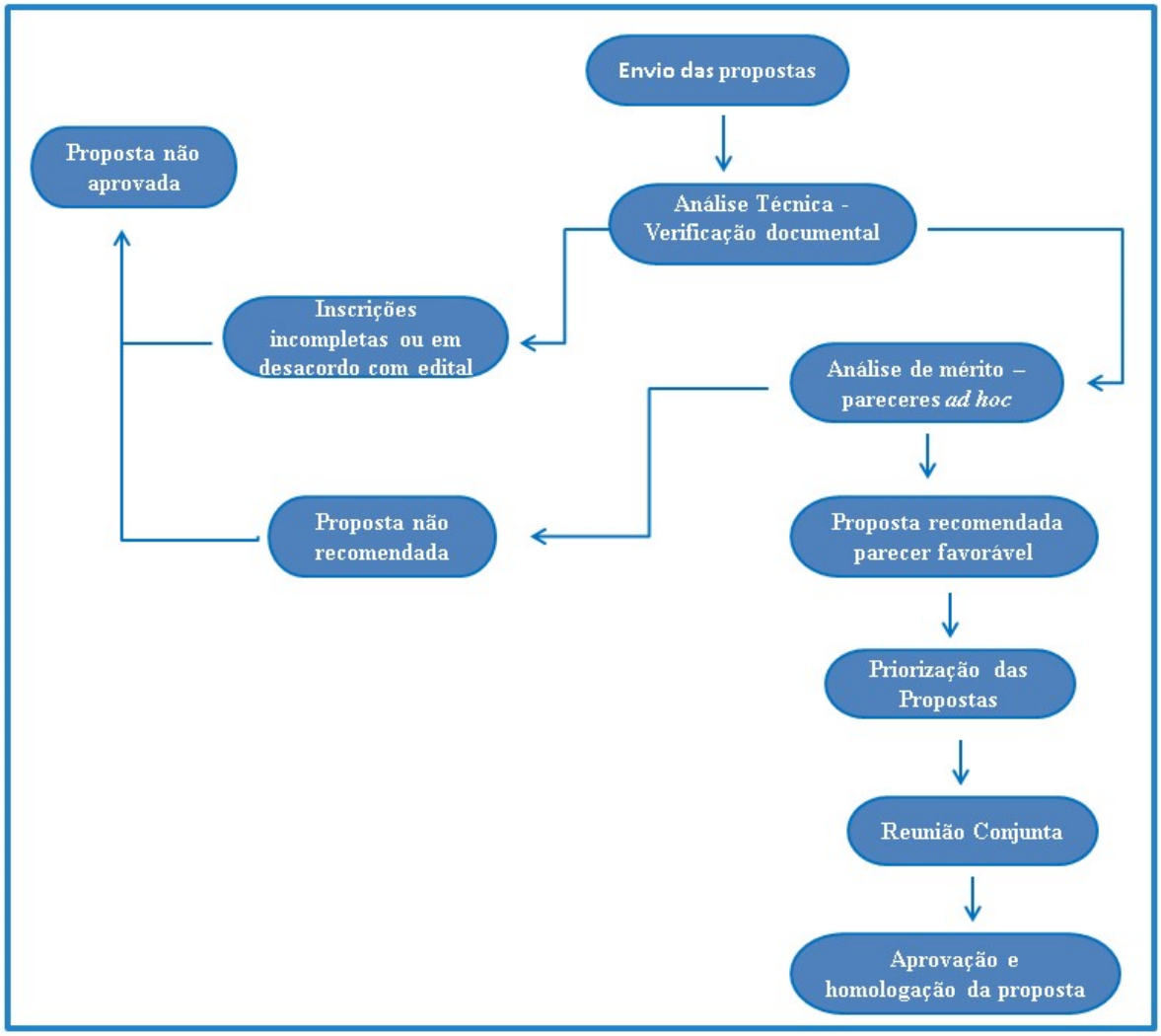
---

[35] A avaliação de mérito das candidaturas é realizada por consultores *ad hoc*. A Capes dispõe de um banco de pesquisadores que emitem pareceres *on-line* em formulário padrão. O envio das propostas para os consultores é realizado pela equipe técnica da agência, considerando as especificidades da candidatura e a área de atuação do parecerista. São necessário, ao menos três pareceres para cada submissão. Não há qualquer tipo de remuneração para a emissão de pareceres *on-line*.

[36] O Grupo Assessor Especial da Diretoria de Relações Internacionais da Capes foi estabelecido pela Portaria nº 66, de 3 de agosto de 2004, para apoiar a agência no desenvolvimento e aprimoramento de programas internacionais e na análise do mérito científico dos projetos apresentados nos programas de cooperação internacional por meio da priorização das candidaturas. Os membros designados pelo presidente têm mandato de dois anos, prorrogável de acordo com as necessidades do órgão.

[37] Ver <www.capes.gov.br>.

Figura 1: Fluxograma de seleção



Fonte: AVEIRO et al., 2015c, p. 8.243

O resultado final é publicado no *site* da Capes, no Diário Oficial da União e o coordenador do projeto é comunicado por meio de correspondência física. Também é publicado no DOU o extrato do Termo de Concessão de Auxílio Financeiro com o período de vigência do apoio.

4.5.1.3 Calendário

O calendário do programa, embora também sofra ajustes anuais, mantém como baliza o início das atividades em janeiro do ano seguinte ao da seleção. Nesse sentido, os prazos de lançamento do edital, encerramento de inscrições e análise não apresentam grandes diferenças de um ano para o outro, o que gera certa previsibilidade para os candidatos, possibilidade de melhor planejamento e preparo das propostas e motivação para submissão.

As inscrições são, normalmente, abertas no primeiro semestre de cada ano, encerrando-se ainda nesse semestre, sendo mantidas abertas pelo período mínimo de quarenta e cinco dias, observando-se as disposições contidas na Lei 8.666/93. As análises técnicas e de mérito são iniciadas quando do encerramento do período de inscrição, sendo a priorização das propostas e a reunião conjunta realizadas até dezembro do ano de lançamento do edital[38] para início das atividades a partir de janeiro do ano seguinte.

4.5.1.4 Financiamento

Pelo lado brasileiro há o financiamento de missões de trabalho, missões de estudo e material de consumo. Missão de trabalho é a realização de um intercâmbio científico de um pesquisador. Essas missões são destinadas aos membros da equipe de trabalho, com duração de 10 a 21 dias. Anualmente, podem ser realizadas até duas missões de trabalho. Nessas missões, a agência concede auxílios para deslocamento e seguro-saúde aos brasileiros e diárias para os franceses (CAPES, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014).

São financiadas também missões de estudos. Essas missões consistem no intercâmbio de estudantes para realização de parte de sua pesquisa no exterior. Atualmente, somente são oferecidos intercâmbios para realização de doutorado sanduíche ou pós-doutorado[39] na França, sendo possível o envio de até duas missões de estudo por ano, por projeto. Os itens financiáveis para essas missões são: bolsa de estudo, auxílio deslocamento, auxílio para aquisição de seguro saúde, auxílio instalação para as despesas inicias e eventual auxílio localidade para cidades de alto custo. As missões de estudo na modalidade doutorado sanduíche terão duração entre 4 e 12 meses,[40] já as missões de pós-doutorado têm previsão de duração de 2 a 12 meses. Para a concessão do benefício, faz-se necessária a inclusão no processo do termo de compromisso do estudante, bem como da carta de aceite do orientador francês.[41] (CAPES, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014).

---

[38] Os resultad os dos editais são passíveis de recurso, como nas modalidades de licitação.

[39] É vedado a coordenadores de projetos realizarem missões de estudo na modalidade pós-doutoral durante a vigência do projeto.

[40] Caso seja realizada cotutela pelo estudante, há previsão de prorrogação da bolsa por até seis meses.

[41] O último edital do programa já veio acompanhado do termo de compromisso para os candidatos a missões de estudos. Essa iniciativa facilita a indicação de possíveis bolsistas, que, antes de serem incluídos no projeto, têm acesso às obrigações a serem cumpridas. Entre as obrigações dos bolsistas, vale ressaltar o compromisso de dedicação exclusiva ao plano de estudos estabelecido; o retorno ao Brasil após o encerramento das atividades e a permanência no país por, pelo menos, o período equivalente ao do financiamento (CAPES, 2014).

Dentre os itens financiáveis, há a previsão de concessão de recursos de custeio para aquisição de material de consumo de até 10 mil reais anualmente para o desenvolvimento da pesquisa. Essa verba visa a apoiar o projeto, possibilitando a compra de materiais essenciais para a realização de atividades da pesquisa desenvolvida no Brasil. Esses recursos são geridos pelo coordenador do projeto por meio do AUXPE (Auxílio financeiro a Projetos Educacionais)[42] (CAPES, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014).

4.5.1.5 Prazos, acompanhamento, renovação dos projetos e prestação de contas

O início do projeto deve-se dar em até três meses após o recebimento da Carta de Concessão pelo coordenador com as informações para dar prosseguimento com a pesquisa conjunta. Anualmente, devem ser encaminhados à Capes um relatório parcial com as atividades realizadas e a prestação de contas parciais. A liberação de recursos é condicionada ao recebimento desses documentos. Assim como a liberação do recurso financeiro para o custeio do projeto é feito anualmente, a prestação de contas também segue a mesma lógica. A prestação de contas parcial deve ser realizada em até trinta dias após o primeiro ano de vigência do auxílio. Antes feita manualmente, a prestação de contas é, atualmente, realizada no Sistema de Prestação de Contas (Siprec) da Capes.

O projeto poderá ter duração máxima de quatro anos. Inicialmente, ele é aprovado por um período de dois anos, e é renovável por igual período. Após os dois primeiros anos de financiamento, os coordenadores devem encaminhar às agências pedido de renovação dos projetos com planejamento das atividades para o novo período e carta da instituição apoiando sua continuação. A decisão acerca da renovação é feita conjuntamente pelas agências na reunião binacional anual, considerando a evolução da pesquisa, a formação de recursos humanos, o interesse dos órgãos financiadores e a disponibilidade orçamentária. Após o encerramento dos projetos, é demandada aos coordenadores de ambos os países a redação de um relatório final das atividades desenvolvidas e dos resultados alcançados.

4.5.2 A operacionalização do programa pelo Cofecub

[42] A concessão do AUXPE está prevista na Portaria Capes nº 59, de 14 de maio de 2013, que regulamenta a concessão de Auxílio financeiro a Projeto Educacional e de pesquisa.

No lado francês, o funcionamento do programa segue os mesmos parâmetros. São lançados editais anualmente para o recebimento de candidaturas. A divulgação do certame faz-se na página do Campus France, bem como por meio de correspondência enviada pelo Cofecub a todas as assessorias internacionais das instituições elegíveis. As submissões são recebidas eletronicamente pelo Campus France, que faz a gestão financeira do programa.

Como no lado brasileiro, as candidaturas são abertas a todas as áreas do conhecimento, visando à formação de doutorandos brasileiros e franceses inseridos em projetos conjuntos de pesquisa. Dentre os critérios de seleção, são consideradas as complementaridades das equipes, o impacto no nível de formação de jovens pesquisadores e a efetiva participação de doutorandos em mobilidade, requisito fundamental para a equipe brasileira[43] (COFECUB, 2016).

Os critérios relativos aos requisitos das equipes de trabalho levam em consideração as especificidades da pós-graduação e pesquisa na França em sintonia com as regras brasileiras. Como no Brasil, o coordenador responsável pelo projeto deve estar em atividade e habilitado a dirigir pesquisa em um laboratório avaliado pelo Aeres;[44] ademais, esse laboratório deve ser membro de uma escola doutoral. Além do coordenador, o projeto deve contar também com ao menos mais um pesquisador, não sendo recomendado que tenha mais de quatro acadêmicos, para que todos possam participar das missões. Além disso, não é permitido aos coordenadores franceses dirigirem um programa Capes-Cofecub ou USP-Cofecub ao mesmo tempo, embora seja possível participar como associado em mais de um projeto. A proposição de novos projetos pela mesma equipe, sua seleção e aceitação dependem do resultado da avaliação final de seu relatório. Está explícito no edital que, caso o relatório final não seja entregue, o laboratório da equipe responsável pelo projeto perde o direito a participar do programa[45] (COFECUB, 2016).

No que se refere à seleção dos projetos, a avaliação pelo lado francês ocorre paralelamente à avaliação brasileira. Apesar de conter etapas semelhantes, diferentemente da Capes, no Cofecub todo o processo de análise dos projetos fica sob a chancela do comitê científico. A avaliação inicial é realizada por consultores *ad hoc*, como na Capes, mas estes são indicados pelos coordenadores de área. Após a avaliação por pelo menos dois consultores, as candidaturas voltam para o comitê científico para que os pareceres sejam referendados ou

---

[43] Ver <http://www.campusfrance.org/fr/cofecub>.

[44] A Aeres (Agence d'évaluation de la recherche et de l'enseignement supérieur) é uma instituição francesa pública cuja missão é avaliar os institutos de pesquisa, de ensino superior e fundações de cooperação científica.

[45] Ver <http://www.campusfrance.org/fr/cofecub>

não. Em seguida, há uma reunião de priorização em que esse comitê avalia as submissões com base nos pareceres; ele também participa da reunião mista, em que são escolhidos os projetos que receberão financiamento. Como o comitê científico é designado especificamente para apoiar esse programa, ele tem uma atuação bastante relevante na avaliação e priorização das propostas pelo lado francês (COFECUB, 2001, 2015).

Em termos de financiamento, o Cofecub financia passagens aéreas para os pesquisadores franceses e diárias para os brasileiros. São concedidas também bolsas de estágio para doutorandos ou pós-doutorandos franceses para um período de dois meses no Brasil.[46] O Comitê custeia ainda estágio linguístico de até três meses na França para os bolsistas em missão de estudo antes do início das atividades do intercâmbio. Esse financiamento foi estabelecido desde a criação do programa. Como anteriormente mencionado, não há previsão de financiamento de longas missões de estudo e de recursos para custeio do projeto.

4.5.3 Mudanças recentes

Nos últimos cinco anos, puderam ser observadas mudanças no sentido de dinamizar a atuação das agências e também facilitar a interlocução entre os dois organismos e os beneficiários do Capes-Cofecub. Algumas dificuldades enfrentadas no passado pelos participantes, tais como atrasos nos pagamentos ou emissões de passagens, foram resolvidas. Questões como a continuidade da parceria e o incentivo à excelência do projeto passaram a ter tratamento mais apropriado. No caso do Cofecub, o pagamento das diárias dos pesquisadores brasileiros em missões de trabalho foi bastante facilitado com a transferência da gestão financeira para o Egide/Campus France.[47]

Visando a evitar atrasos e situações de dificuldade para os bolsistas no exterior, como ocorrido no passado, a Capes passou a efetuar o repasse de recursos destinados a alguns itens ainda no Brasil. O pagamento do valor referente ao auxílio saúde, deslocamento, auxílio instalação e às três primeiras mensalidades da bolsa são creditados na conta do estudante no

---

[46] A partir de 2006, foram extintos os financiamentos para os laboratórios de acolhimento dos bolsistas, sendo então implementadas as bolsas de estágio para franceses no Brasil.

[47] Inicialmente, era necessária a retirada do valor no escritório do Cofecub na Université Paris 12. Atualmente, o pagamento dos valores relativos às diárias dessas missões é bem mais simplificado. Ele pode ser feito por meio de depósito bancário, caso o interessado possua conta na França e opte por essa forma de pagamento, pode ser retirado em uma casa de câmbio (inclusive em alguns aeroportos) ou, caso o laboratório esteja localizado uma região onde não exista essa possibilidade, o pagamento é efetuado via *lettres-chèque*, enviadas ao interessado no endereço do laboratório e *sous couvert* do coordenador francês. Informações cedidas por Maria Saint-André, secretária administrativa do Cofecub.

Brasil antes da missão. Além disso, para evitar trâmites burocráticos para o estudante, que muitas vezes encontra dificuldade para abertura de conta no exterior, a Capes atualmente disponibiliza um cartão pré-pago internacional, no qual são creditadas as mensalidades.[48]

Outra alteração referente às missões de estudo diz respeito às passagens aéreas. Por mais de 30 anos, o programa sofreu constantes reclamações de atrasos na emissão de bilhetes e também acerca da seleção dos voos. A concessão do auxílio deslocamento, a partir de 2011, pôs fim a essa problemática.[49] Questões como falta de cobertura para deslocamentos internos intermunicipais, realizados por meio de trens e ônibus, também foram resolvidos, haja vista que, com o auxílio, o repasse de um valor global é feito para que o estudante faça a aquisição dos bilhetes aéreos e/ou terrestres necessários, conforme sua conveniência.

Ainda no sentido de viabilizar a participação de estudantes no programa sem prejudicá-los por realizar o intercâmbio em instituições localizadas em regiões metropolitanas ou cujos custos seriam maiores que em localidades menores, foi instituído, em 2012, o adicional localidade para os bolsistas com destino a cidades consideradas de alto custo (CAPES, 2012). A implementação da concessão desse benefício, mesmo que tardia, veio ao encontro de reivindicações de coordenadores desde a década de 80, haja vista serem os custos de vida em algumas capitais e grandes cidades bastante diferentes daqueles em municípios pequenos.[50]

Na busca por simetria na cooperação, foi estabelecido pelo lado brasileiro, no início do milênio, como requisito para a candidatura, a vinculação do pesquisador a um programa de pós-graduação com conceito 5, 6 ou 7. Essa exigência, no entanto, levava em consideração muito mais o programa que a qualidade do pesquisador, o que, em certa medida, distorcia o conceito de excelência do projeto almejado na avaliação e prejudicava cientistas com uma boa pesquisa, mas ligados a programas com conceitos menores na trienal da Capes. Aditivamente,

---

[48] Lançado em 18 de dezembro de 2012, o cartão pré-pago é usado para o depósito das bolsas dos estudantes. Portando o cartão, os estudantes podem fazer pagamentos em estabelecimentos comerciais ou saques em caixas eletrônicos. Inicialmente implantando para atender ao programa Ciência sem Fronteiras, o cartão passou a ser adotado em todos os programas. Informações disponíveis em: <http://www.bb.com.br/portalbb/page118,3366,3367,1,0,1,0.bb?codigoNoticia=35849>. Acesso em: 26 ago. 2015.

[49] O auxílio deslocamento foi instituído pela Portaria n° 141, de 14 de outubro de 2009, contudo, a concessão desse auxílio em lugar de passagens aéreas somente foi adotada pelo programa em 2011 (CAPES, 2011a).

[50] A instituição da Portaria Capes n° 174, de 6 de dezembro de 2012, resolveu parcialmente o problema. O § 3º do Art. 3º dispõe que, para efeitos de concessão do adicional localidade, será considerado o endereço da instituição de ensino no exterior no qual o estudante desenvolverá seus estudos e pesquisas. Não é incomum, contudo, que o bolsista estude em uma localidade pequena, mas resida em um centro maior próximo à IES para ter acesso a mais serviços ou até mesmo a aluguéis mais razoáveis (CAPES, 2012a).

deixava de apoiar cursos novos de pós-graduação e também aqueles em busca de consolidação. Logo, essa condição foi retirada (CAPES, 2012).

A continuidade dos projetos após o encerramento do financiamento ainda permanece como uma questão mal resolvida para alguns grupos. Mesmo com os meios de comunicação, as novas formas de financiamento e as bolsas de intercâmbio, tanto para pesquisadores como para estudantes, possibilitando a manutenção dos vínculos, a rigidez do interstício pode prejudicar o andamento da pesquisa. A mudança nas regras do lapso temporal para nova submissão buscou atender a demanda de muitos pesquisadores pela continuidade do programa e pela manutenção do apoio para projetos com resultados bastante satisfatórios. Assim, projetos com avaliação final A não precisarão cumprir interstício para nova candidatura. Projetos avaliados com conceito B deverão cumprir um ano de interstício; já projetos com nota C continuarão cumprindo um interstício de dois anos para apresentação de nova proposta[51] (CAPES, 2015; COFECUB, 2015; COFECUB, 2016).

Observou-se, com o passar dos anos, o lançamento de editais mais detalhados e também um maior número de diretrizes e manuais que facilitam o andamento do programa e o melhor desenvolvimento da cooperação. A redução das flexibilizações no financiamento auxiliou na melhor gestão do orçamento e na condução da parceria. A informatização de muitos dos procedimentos veio ao encontro dessa modernização gerencial. Ademais, a participação da comunidade no programa, principalmente por meio de reuniões de coordenadores, seminários temáticos e eventos de celebração da parceria, apresentando sugestões, críticas e depoimentos, auxiliou no aperfeiçoamento da colaboração e no melhor atendimento da realidade dos estudantes e pesquisadores envolvidos nos projetos.

Vale mencionar que tanto a Capes quanto o Cofecub vêm trabalhando no sentido de simplificar os procedimentos e disponibilizar o maior número possível de informações, esclarecimentos e diretrizes para coordenadores, demais membros da equipe e bolsistas.

A Capes disponibiliza manuais para orientar os coordenadores acerca da prestação de contas, normativas para orientar os bolsistas e sistemas não somente para viabilizar o contato com a agência, mas principalmente para facilitar os processos e desburocratizar as concessões. O Cofecub, por seu turno, é uma instituição leve e com reduzida burocracia. Relatórios e prestações de contas são simplificados e sucintos.

Se, por um lado, a Capes é uma instituição maior e mais burocrática que o Cofecub, por outro, há um maior aporte financeiro da agência no âmbito do programa. Além das

[51] Ver <http://www.campusfrance.org/fr/cofecub>.

missões de estudo propriamente ditas, a Capes financia o seguro saúde para os pesquisadores nessas missões, bem como aloca recursos para o custeio dos projetos. A análise da evolução histórica do programa demonstra que na Capes houve o crescimento dos itens financiáveis. Já no Cofecub, constata-se a redução desses itens, haja vista não existir mais o recurso para aquisição de material didático antes prevista. Além disso, a inexistência de missões de estudo de longa duração, pelo lado francês, mantém certa assimetria, tema que será discutido no próximo capítulo. Mesmo existindo essas assimetrias no financiamento, elas não se refletem na pesquisa. Atualmente, a cooperação entre os grupos é bastante horizontal.

O financiamento de 877 projetos conjuntos de pesquisa em mais 35 anos do programa permitiu a participação de 62 IES brasileiras em 19 estados da federação e em 142 instituições em diferentes regiões da França em todas as áreas do conhecimento. Aditivamente, o programa serviu de modelo para implementação de outras cooperações financiadas pela Capes, como a parceria com o Daad da Alemanha, com a FCT em Portugal e o DGU na Espanha. O Capes-Cofecub foi também o ponto de partida para o estabelecimento de dois programas específicos com o estado de São Paulo, o USP-Cofecub e o Fapesp-Cofecub. Do lado francês, essa parceria foi modelo para implementação de dois importantes acordos com a América Latina, o Ecos-Sud e o Ecos-Nord, instituídos na década de 90. Apresentaremos, no capítulo 5, o panorama dessa cooperação, os projetos financiados e os resultados alcançados.

CAPÍTULO 5 – O PERFIL DO PROGRAMA CAPES-COFECUB E SEUS RESULTADOS

No presente capítulo, examinamos os dados obtidos por meio dos instrumentos da pesquisa: currículo Lattes, aplicação de questionários e entrevistas. A análise procura apresentar não só as características do Capes-Cofecub e seus desdobramentos, como também busca apontar possíveis direcionamentos e proposições para apoiar as tomadas de decisão dentro do programa.

Dos três instrumentos utilizados para apoiar a pesquisa, sempre que possível, trabalhamos com a ferramenta Lattes, haja vista que, além de ser um dado bastante exato, possibilita comparar mais precisamente todo o universo dos pesquisadores. Já no caso dos questionários e entrevistas, trabalhamos com amostras. Para o questionário, o retorno dependeu da iniciativa do pesquisador em prestigiar a avaliação, enviando o formulário preenchido. Apesar de várias tentativas, como já mencionado no capítulo 2, tivemos retorno de apenas 38% dos possíveis respondentes. No que se refere às entrevistas dos responsáveis por projeto, buscamos uma amostra representativa de períodos distintos do financiamento, que apresentasse diversificação das áreas de conhecimento daqueles que deram seu depoimento, equilíbrio de gênero e também diversidade de vínculo institucional do coordenador. Ademais, buscamos enriquecer ainda mais as análises qualitativas, com a realização de entrevistas com colaboradores ou com aqueles que tivessem contribuído de alguma forma para a cooperação Brasil-França, ou com pesquisadores cujas linhas de pesquisa se envolvessem com o estudo dessa relação.

No que se refere ao perfil dos pesquisadores que obtiveram o financiamento e à análise cientométrica, pudemos trabalhar com o universo de responsáveis por projetos. Já no que diz respeito às percepções acerca da parceria, de seus pontos positivos, dificuldades e demais resultados, trabalhamos com as amostras coletadas pelo questionário aplicado e também pelas entrevistas realizadas.

5.1 Das características do financiamento

Como apontado no capítulo anterior, a condução do Capes-Cofecub acompanhou a evolução da pós-graduação no Brasil. Vários são os relatos realizados em eventos de comemoração do programa exaltando a sua importância. Conforme depoimento de um colaborador brasileiro: “o programa ajudou na construção da massa crítica no país, formou

muitos pesquisadores brasileiros". Entretanto, não havia, até então, um estudo analítico sobre as características da parceria. Como lembrado por uma colaboradora brasileira, "não há dados concretos, não foi feita uma avaliação do programa, a minha experiência positiva acerca do programa é de vivência". Outro colaborador brasileiro confirmou:

> Conheço inúmeros professores que foram bolsistas do Capes-Cofecub, principalmente em áreas em que a França é forte, e que estão bem-sucedidos em IES, institutos de pesquisa, mas falta uma avaliação sistemática e sistematizada.

Assim, por meio de nosso estudo, buscamos apresentar as peculiaridades da cooperação, seu comportamento ao longo desses 34[1] anos analisados, o perfil de seus coordenadores, a formação acadêmica e o percurso científico destes, as áreas financiadas, as IES contempladas, a natureza dessas instituições, as Unidades da Federação e as regiões priorizadas.

Nesse período, foram financiados 767 projetos conjuntos de pesquisa. Haja vista a necessidade de padronização das informações para realização das intepretações, 35 projetos que não dispunham dos dados de ao menos um dos coordenadores ou cujo responsável brasileiro não mantinha currículo na plataforma Lattes foram excluídos. Assim, o universo analisado passou a ser de 732 projetos.[2]

5.1.1 Projetos por ano

Observamos que não houve uniformidade na concessão anual dos recursos. Se, por um lado, verificamos uma constância no lançamento de editais, haja vista que, como já mencionado, apenas em 1981 e 1983 não foram apresentados certames do programa, não houve linearidade no número de financiamentos. Ressalte-se que, como também aludido no capítulo anterior, até a década de 90, não havia um prazo determinado para o financiamento, tendo sido constatados casos de projetos que foram financiados por mais de dez anos. Além disso, até 1983, somente o lado brasileiro estava apto a apresentar candidaturas ao financiamento.

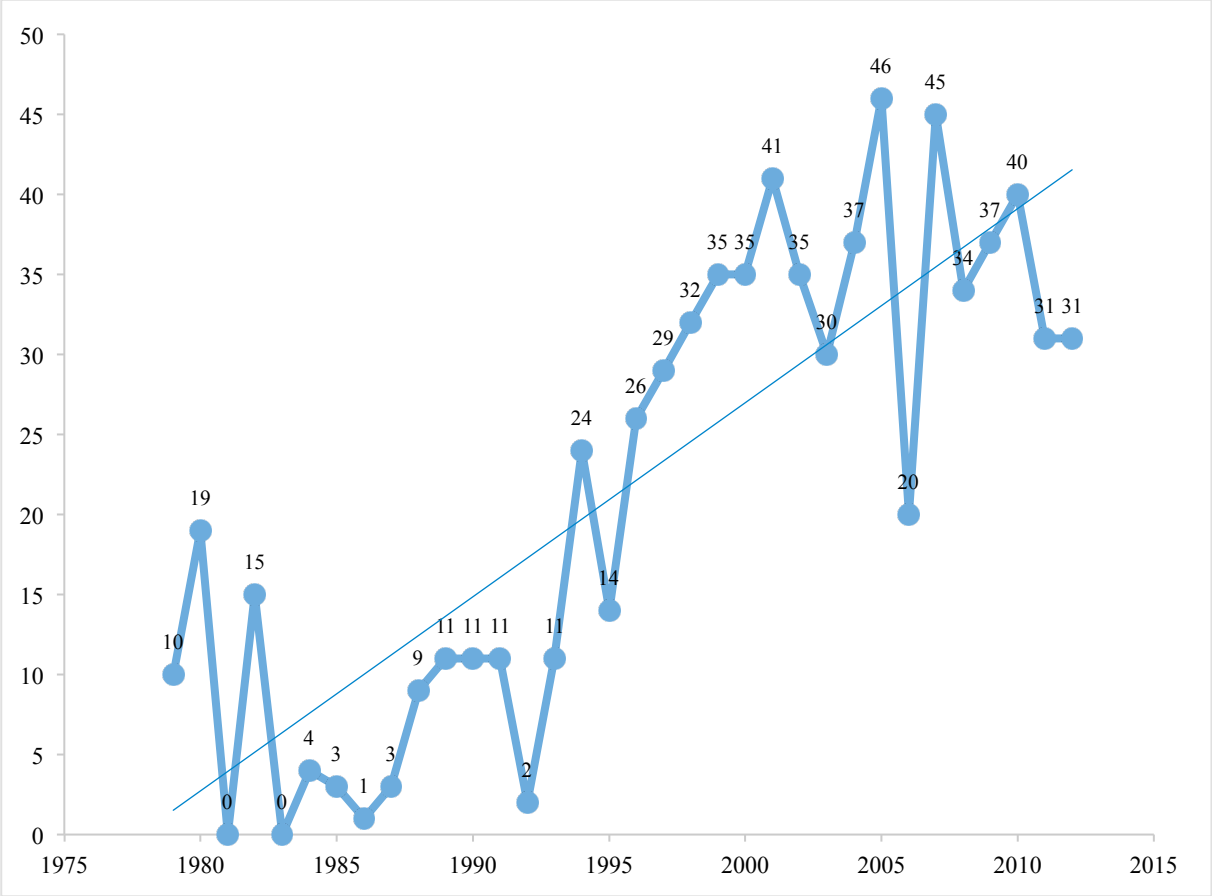
---

[1] É importante mencionar que, embora o programa tenha mais de 35 anos (em 2016 ele comemora 37 anos, visto que se contam os aniversários do Cofecub a partir de 1979, ano de início das atividades, e não 1978, ano de assinatura do acordo), a análise de dados deu-se apenas até 2012, para que fosse possível mensurar os resultados das parcerias. Assim, em alguns momentos mencionamos a análise dos mais de 35 anos dessa parceria e, em outros, referimo-nos aos 34 anos dos dados de projetos conjuntos examinados.

[2] As diferenças entre o número de projetos aqui apresentados e aquele relatado no capítulo anterior referem-se às exclusões que foram necessárias para a realização das análises. A ausência dessas informações impossibilitou a inclusão dos projetos para fins de interpretação dos dados.

Feitas essas ressalvas, observamos, no gráfico a seguir, que a concessão variou bastante; houve anos em que nem um projeto foi financiado, e outros mais abundantes, como em 2005, quando 46 novos projetos foram apoiados, o maior patamar até a atualidade. A linha de tendência demonstra, contudo, progressão no financiamento.

Gráfico 3: Número de projetos por ano



Fonte: Microdados Capes. Gráfico elaborado pela autora

Em anos recentes, essas irregularidades vêm sendo reduzidas pela definição em edital do número base de projetos a serem aprovados. Essa previsibilidade e uniformidade no aporte anual de recursos para o programa pode auxiliar o trabalho do grupo decisório e dos avaliadores brasileiros,[3] uma vez que, embora tenham como foco o mérito, as avaliações podem sofrer ajustes, a depender do quantitativo a ser aprovado.

É importante lembrar também que, como já mencionado no capítulo 4, entre 1995 e 1998, houve, no Capes-Cofecub, uma linha especial para o Norte, visando a dar maior apoio ao desenvolvimento de recursos humanos da região. Os resultados, contudo, não foram

[3] No caso francês, a aprovação do número de projetos depende também do montante de projetos aprovados na avaliação parcial, portanto, não se observa esse impacto da previsibilidade como no caso brasileiro.

significativos. Em depoimento, um colaborador francês lembra que, "no primeiro momento, o acordo era para ajudar as IES no nordeste do Brasil. Houve, em seguida, a desconcentração com abertura para os demais estados do Brasil. Em uma nova repartição geográfica, deu-se foco também para a Amazônia". Em quatro anos, contudo, apenas oito projetos foram destinados a essa região, sendo três em 1995, primeiro ano dessa linha, outros três em 1996, um em 1997 e um em 1998, último ano dessa modalidade específica. Do total de projetos financiados nesse período, menos de 8% foram destinados para a região Norte. Esses resultados acabaram demonstrando a baixa eficácia da ação, o que acreditamos ter resultado em sua descontinuidade. Segundo depoimento de um colaborador francês, "houve uma tentativa de se ter um projeto Capes-Cofecub específico para a Amazônia, mas não funcionou. Era uma boa iniciativa, mas não poderíamos ter partido do zero, acho que foi muito precipitado."

Ainda nesse mesmo sentido, lembramos que, entre 1997 e 2000, as agências passaram a dispor de duas modalidades de candidatura, projetos tipos I e tipo II, descritos no capítulo anterior. Nesses quatro anos, visando ao fortalecimento do parceiro brasileiro, foram financiados 30 projetos tipo I, conforme disposto na tabela a seguir:

Tabela 3: Número de projetos tipo I financiados entre 1997 e 2000

Ano	Total	Tipo I	Percentual
1997	29	10	34%
1998	32	5	16%
1999	35	6	17%
2000	35	9	26%
Total	131	30	23%

Fonte de dados: Capes. Tabela elaborada pela autora

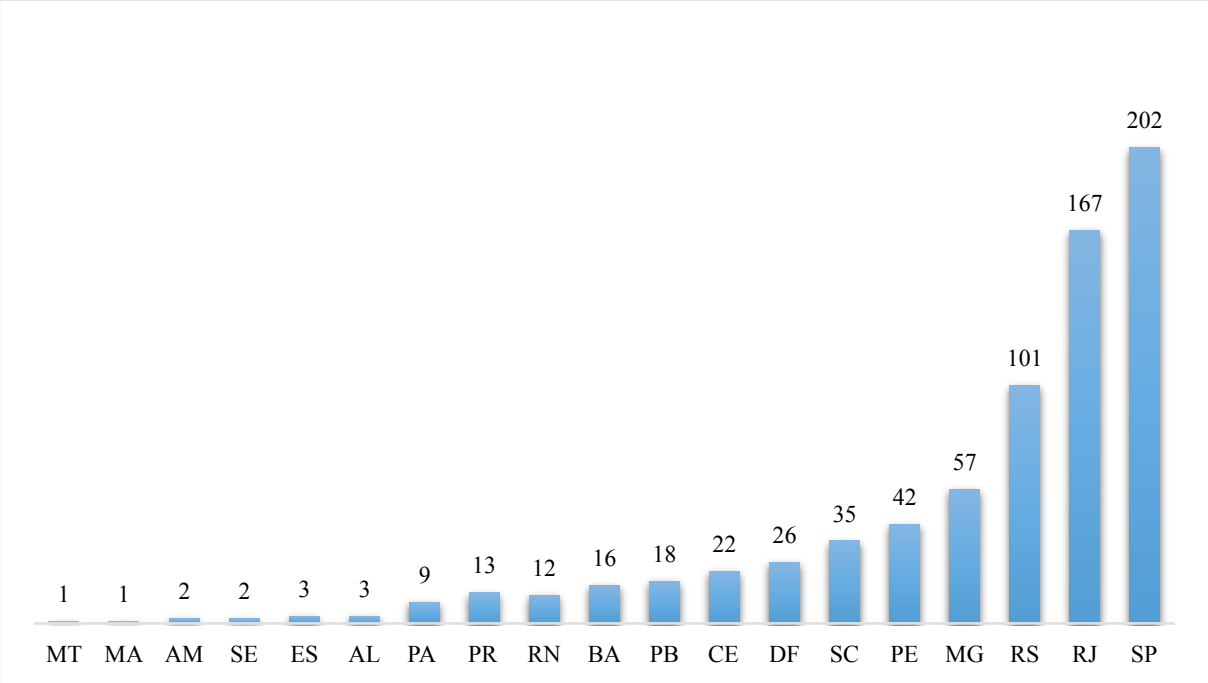
Observamos que, no caso do incentivo aos projetos assimétricos (tipo I), o percentual do financiamento também restava menor que aquele direcionado ao financiamento de projetos tipo II; ainda assim, constatamos que havia demanda nesse sentido. Não há indícios dos motivos que levaram à extinção do apoio à modalidade tipo I. Acreditamos que a priorização da excelência possa ter sido o motor dessa decisão.

5.1.2 Distribuição federal e regional

Em termos de Unidade da Federação, na análise de 34 anos, verificou-se que 19 unidades estiveram representadas no programa. Por um lado, oito Unidades da Federação nunca tiveram um único projeto financiado: Acre, Amapá, Roraima, Rondônia, Tocantins, Goiás, Mato Grosso do Sul e Piauí. Por outro lado, São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul concentram, respectivamente, o maior número de projetos contemplados.

Em termos de percentual, São Paulo recebeu 28% do financiamento; ressalte-se que a USP possui, ainda, um programa específico com o Cofecub desde 1994. Embora o número de projetos financiados anualmente pelo USP-Cofecub seja pequeno, em torno a 5 projetos, o estado concentra a maior fatia do financiamento Capes-Cofecub. A existência de um programa específico entre a USP e o Cofecub foi, inclusive, apontada como negativa por uma coordenadora brasileira: "acho que a existência de um programa específico para a USP é discriminatória, se fosse assim, seria preciso ter um UFRJ-Cofecub, UFGRS-Cofecub, etc.".

Gráfico 4: Unidades da Federação contempladas

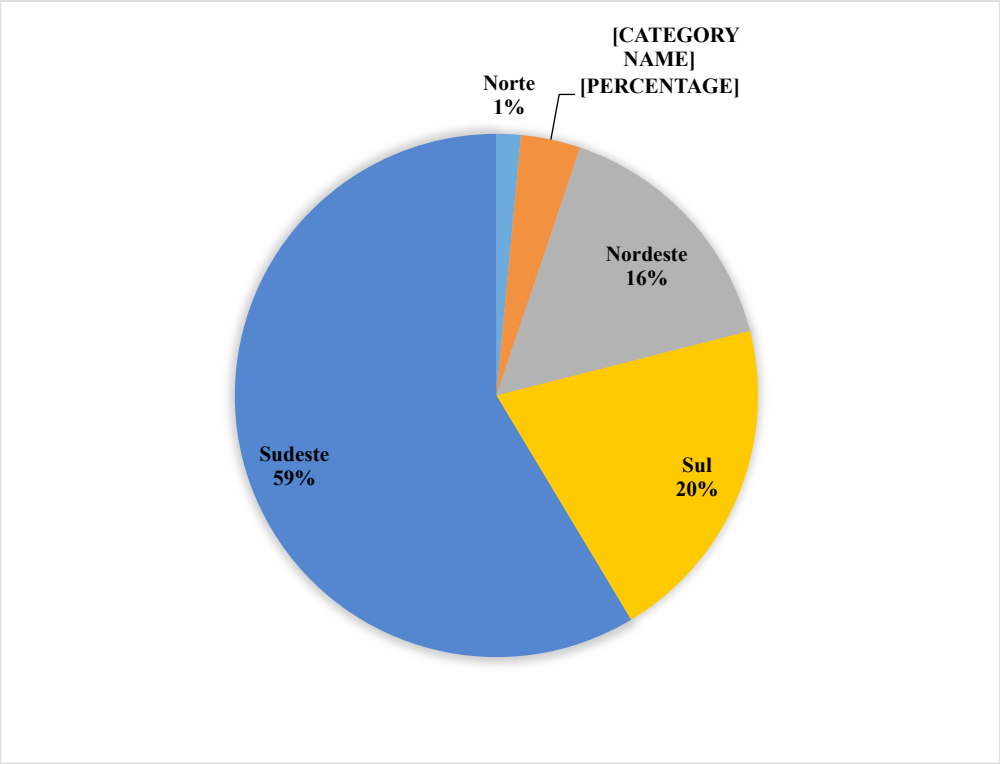


Fonte: Microdados da Capes. Gráfico elaborado pela autora

O propósito inicial de fortalecer o Nordeste foi bastante alterado, se considerarmos que todo o financiamento para a região totaliza 116 projetos, número bastante inferior ao de São Paulo e Rio de Janeiro, que tiveram, respectivamente, 202 e 167 projetos apoiados pelo programa no período. Ao analisarmos a representatividade regional, a questão se agrava ainda

mais, haja vista que a região Sudeste tem 59% do total do financiamento, mais que o somatório de todas as demais. Essa concentração do financiamento no âmbito do programa é reflexo da própria concentração espacial da produção técnico-científica no Brasil, pois cerca de 80% dos pesquisadores ligados aos diferentes grupos de pesquisa estão nas regiões Sudeste e Sul. (ALBUQUERQUE et al, 2002, 2005; BARROS, 2007; FAPESP, 2011; CAPES, 2010).

Gráfico 5: Distribuição regional dos projetos



Fonte: Microdados da Capes. Gráfico elaborado pela autora

Não há documentação primária com informações claras que evidenciem os motivos da expansão. Os próprios depoimentos comprovam esse desconhecimento. Foi o que relatou um colaborador brasileiro: "não sei se tinham a pretensão de que fosse um programa só para o Nordeste ou se foi só o ponto inicial para que depois ele fluísse de acordo com a demanda espontânea". Outros acreditam que a expansão se deu de maneira espontânea, conforme disposto por um colaborador francês: "o pensamento era criar uma elite francófona no nordeste do Brasil, isso foi muito bem-sucedido nos primeiros anos. Criou-se um vínculo muito forte, a estratégia naquele momento foi boa, mas no Nordeste não tinha tanta estrutura, então nesse aspecto não funcionou". No entanto, há entrevistados que pensam que houve uma pressão ao Sul para que o programa tivesse alcance nacional, conforme observou um

colaborador brasileiro: “é claro que ele sofreu evoluções não previstas. Ele foi inicialmente criado para fortalecer o Nordeste. Depois o ‘sul-maravilha’ se apoderou do programa”.

Ainda acerca da distribuição estadual e regional, os posicionamentos dos entrevistados não são unânimes. No grupo que critica a expansão do programa, o argumento é que ele perdeu sua identidade. Assim dispôs um colaborador brasileiro:

> acho que o motivo pelo qual ele foi criado foi desvirtuado. Hoje, o foco, que era motivar as redes de Norte e Nordeste, não acontece. Tanto que, na última avaliação, tivemos duas IES novas do Norte e Nordeste dentro de uma rede. Acho que é preciso resgatar esse objetivo.

Nesse mesmo sentido, outro colaborador francês entende que o grande mérito do programa foi sua identidade: “havia um contexto político. Podemos ser velhos e inovadores ao mesmo tempo. A grande inovação era que o programa era para o Nordeste. Mas isso foi diminuído para dar lugar a uma cooperação mais tradicional”. Outro colaborador brasileiro defende que, “por mais que o programa tenha sido criado para o Nordeste, hoje, ele é um programa do Sul e do Sudeste; talvez devêssemos retomar a perspectiva regional do início, repensar os seus objetivos”.

Alguns entrevistados acreditam, contudo, que a expansão foi natural, que hoje é preciso buscar a excelência na parceria, como argumenta um colaborador brasileiro: “temos de colocar em perspectiva a questão da regionalização. É preciso considerarmos que há também uma questão de vocação regional, nos EUA é a mesma coisa”. Outro colaborador brasileiro argumentou que “o programa foi criado para o Nordeste porque os franceses assim o quiseram, mas isso não se sustentou. A expansão para o resto do Brasil se deu em parte porque não existiam grupos de pesquisa suficientes na região”.

Para alguns, a mudança no foco do programa levou à alteração do objetivo inicial. Relatou um outro colaborador brasileiro: “hoje, o que se busca é a qualidade, é natural que se concentre em algumas regiões. Como o Brasil é grande, acaba se concentrando no Sudeste/Sul”.

Há, contudo, por parte de muitos colaboradores e coordenadores, a convicção de que discriminações positivas são necessárias para que mais instituições sejam contempladas, como abordado por esse colaborador brasileiro:

> como o programa é baseado no mérito, ele tem uma distorção já natural, porque acaba privilegiando as melhores IES. É difícil quebrar isso, a não ser que fosse uma ação deliberada nesse sentido. Há um vácuo a ser preenchido. [...] há a necessidade de se resgatar o objetivo inicial de se fortalecer o Norte e o Nordeste. E, no edital, priorizar as IES dessa região. O principal é a conscientização dessas redes, principalmente paulistas, para que elas busquem apoiar as instituições em processo de consolidação. Com a formação de redes, o programa seria mais eficaz.

Ainda sobre a aprovação dos projetos, com base em estimativas[4] realizadas em sete anos do programa, constatamos a aprovação de cerca de 20% a 30% do total de candidaturas submetidas, o que demonstra a grande procura pelo financiamento e a excelência na seleção, como confirmado nesse relato de um colaborador brasileiro:

> historicamente, aprovamos cerca de 30% da demanda, mais de 2/3 não é aprovado. Uma marca dessa iniciativa é a competitividade. Muitas vezes, os candidatos têm de trabalhar e retrabalhar o projeto, melhorar a proposta para que seja contemplada.

De acordo com a percepção de um colaborador brasileiro acerca das candidaturas, "as demandas sempre foram maiores no Sudeste", o que se confirmou em nossas estimativas. Ao observamos a tabela a seguir, constatamos que o percentual de financiamento segue também o percentual de submissões.

Tabela 4: Estimativa de candidaturas por região

Região	Total da estimativa	Percentual% estimado de candidaturas	Percentual de financiamentos
SE	435	59%	59%
S	154	21%	20%
NO	107	14%	16%
CO	40	5%	4%
N	4	1%	1%

Fonte: Microdados do Cofecub e da Capes. Tabela elaborada pela autora

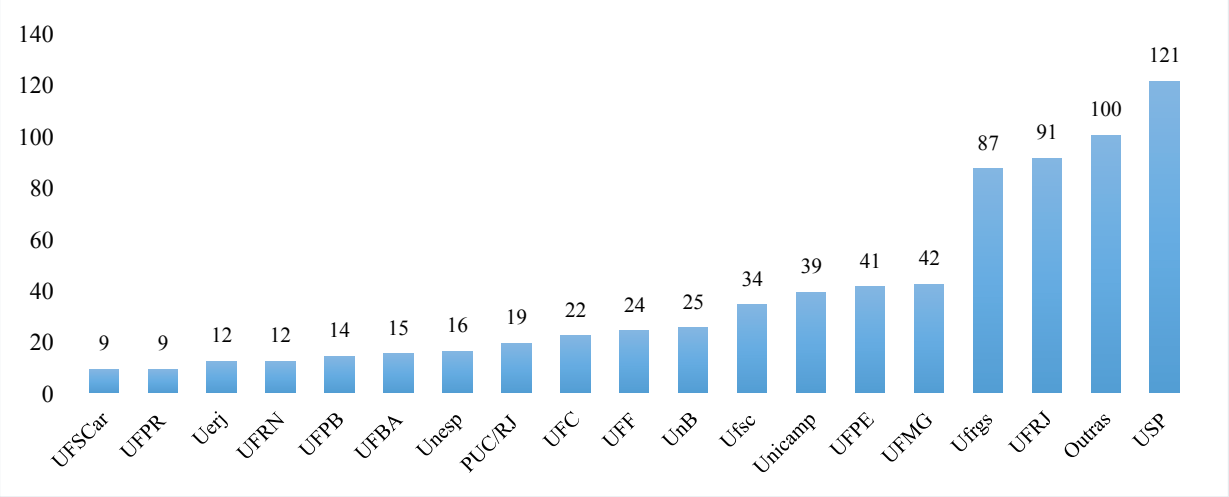
No período em que foi possível realizar as estimativas, 67 instituições em 18 estados submeteram projeto ao programa, sendo 57 delas contempladas. Considerando que 210 instituições no país dispõem de programas de doutorado, observamos que há certa concentração no financiamento, haja vista que somente 27% desse total teve acesso a ele. Constatamos ainda que o percentual de instituições que buscam o financiamento também é baixo em relação ao total de instituições com programa de doutorado: apenas 32% destas postulou projetos.

[4] Infelizmente, devido à inexistência de uma base de dados com as informações do programa, não foi possível trabalhar com as candidaturas de todo o período. Realizamos diversas solicitações à Capes e, embora ela as tenha atendido, as informações não puderam ser utilizadas. Constatamos a possível inconsistência dos dados, haja vista que, em muitos anos, as submissões extraídas do sistema da agência eram inferiores até mesmo aos projetos aprovados. Assim, trabalhamos com uma estimativa de 741 submissões em sete anos do programa: 2005, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012. Exceto no caso de 2005, os demais dados foram fornecidos pelo Cofecub. Como nas demais situações, foi preciso um amplo esforço de padronização das informações para que as análises fossem viabilizadas.

5.1.3 Instituições contempladas

Além da concentração regional e estadual que já mencionamos, há ainda a concentração por instituição. A USP sozinha recebeu, ao longo de 34 anos, 17% do total do financiamento. Embora essa seja a IES que mais recebeu financiamento, ela é também a que mais se candidatou. Estudo realizado pela Fapesp (2011) nas bases SCIE e SSCI confirmam também que a USP é a IES com maior produção científica, seguida de Unicamp, UFRJ, Unesp, UFRGS e UFMG, respectivamente, universidades com bastante representatividade no programa.

Gráfico 6: IES contempladas no Brasil



Fonte: Microdados da Capes. Gráfico elaborado pela autora

Tabela 5: Estimativa de candidaturas por IES

IES	Total	Percentual
USP	132	17,81%
UFRJ	88	11,88%
UFRGS	65	8,77%
UFMG	44	5,94%
Ufsc	41	5,53%
UFPE	37	4,99%
Unicamp	34	4,59%
UnB	32	4,32%
UFF	18	2,43%
Unesp	16	2,16%
UFC	15	2,02%
UFBA	15	2,02%

UFRN	16	2,16%
Uerj	13	1,75%
PUC/RJ	12	1,62%
Fiocruz	10	1,35%
Ufes	8	1,08%
UFPel	7	0,94%
UFU	6	0,81%
CBPF	6	0,81%
UFPA	5	0,67%
UFSCar	5	0,67%
Outras	116	15,65%

Fonte: Microdados do Cofecub e da Capes. Tabela elaborada pela autora

A estimativa de candidaturas reflete, em grande medida, a seleção, exceto pela UFRGS, que tem um financiamento cerca de 3% maior que o percentual de submissão. Além disso, PUC/RJ, Fiocruz, Ufes, UFPel, UFU, CBPF e UFBA acabam tendo um financiamento proporcionalmente menor do que aquele apresentado. No entanto, como estamos trabalhando com uma amostra das submissões, podemos inferir que as diferenças de percentual não são relevantes. Observamos também, na amostra, uma candidatura do Piauí, porém, em períodos mais recentes, não observamos mais candidaturas nem do Maranhão e nem do Amazonas.

A confrontação entre os dados estimados de candidaturas e o que foi efetivamente financiado demonstra que realmente o processo de seleção reflete as submissões apresentadas. Assim, deparamo-nos com uma enorme hegemonia de projetos na região sudeste/sul do país, tanto na submissão, quanto na seleção.

A UFPE, universidade nordestina com maior número de projetos contemplados, representa apenas 5,6% do total. Entre as dez primeiras instituições que mais receberam financiamento, somente essa IES está na região, inicialmente eleita para que o programa entre Brasil e França fosse estabelecido. Precisamos ainda fazer alusão às instituições criadas com a expansão da rede federal de universidades a partir dos anos 2000. Apesar do grande aumento do número de *campi*, cursos e vagas, essas instituições não vêm sendo contempladas com o financiamento. Uma das grandes dificuldades enfrentadas por elas é alcançar o nível de excelência exigido pelo programa e cumprir os requisitos para a candidatura. Em processo de consolidação ou até mesmo de formação, essas IES acabam alijadas do Capes-Cofecub, haja vista que sua recente criação não as possibilita atuar no mesmo patamar de qualidade de instituições já tradicionais em ensino e pesquisa no país.

Embora essa concentração seja considerada por muitos colaboradores e coordenadores como natural, dada a orientação atual de busca de excelência pelo programa, ela acaba por reforçar as assimetrias científicas entre as diferentes IES. Os programas e instituições com estruturas de pesquisa inferiores não conseguem competir em pé de igualdade com universidades consolidadas. Nesse sentido, entendemos que, embora o programa permaneça com o foco inicial, que é a formação, o objetivo inicial de fortalecimento das IES foi esvaziado. Além das novas IES que precisam consolidar seus programas, há ainda os casos de instituições que necessitam inclusive de estabelecer e estruturar a pós-graduação (CAPES, 2004, 2010). Como bem relatou um colaborador brasileiro,

> Não é simétrica porque você tem um Sul e Sudeste mais desenvolvido, então é natural que tenham mais projetos. A assimetria então sempre vai existir. Porém, o Nordeste está progredindo. Importante é ter políticas para as regiões como o Nordeste e o Norte. As regiões Sul e Sudeste já têm seus próprios mecanismos, daí a importância do fomento às demais regiões. Não podemos ficar somente com a demanda espontânea e o chamado 'balcão', é preciso ter estímulo para as demais regiões, indução.

Nesse sentido, acreditamos ser necessário um novo olhar para o programa, com a criação, ou mesmo o restabelecimento, de linhas diferentes de fomento, haja vista a diversidade de níveis de desenvolvimento das muitas universidades no país (CAPES, 2004, 2010). É preciso, ainda, ir além desse estímulo; urge que haja um forte incentivo para que essas instituições participem do processo de seleção, talvez até mesmo um apoio do Cofecub para que os novos grupos possam encontrar parceiros na França, como já ocorreu no programa até a década de 90.

Há ainda entrevistados que defendem a formação de redes no Brasil, para que mais grupos participem do financiamento. Nesse sentido, o depoimento de um colaborador brasileiro:

> Obviamente que no início do programa, no Brasil, o Nordeste foi favorecido, mas quando passou mais para a pesquisa, aí se concentrou mais no Sudeste/Sul. Esse deslocamento foi natural porque é onde está mais a pesquisa. Se há a exigência de excelência, é presumível que se concentre nessa região, mas se a ideia é ter um pouco da fase inicial de fortalecimento de IES, é preciso ter redes ligando as instituições no Brasil. É preciso despolarizar um pouco o programa, e por isso a importância das redes, mais parcerias. Hoje, pesquisa se faz em rede.

Um colaborador francês segue a mesma ideia:

> Na França é bastante homogêneo. Mas no caso brasileiro não. Se agruparmos no Norte, Nordeste, Mato Grosso, Goiás, Minas, UnB, isso não representa 25% do financiamento. Mais ou menos 1/4 em SP, 1/4 no Sul e 1/4 no RJ. O outro 1/4 seria o resto do Brasil. É claro que há heterogeneidade entre as IES brasileiras, mas a Capes precisa trabalhar para tentar melhorar esse desequilíbrio, com uma orientação para a formação de redes entre os mais fortes e os menos fortes.

Ainda no mesmo sentido da concentração de projetos em determinadas regiões, estados e IES, observamos também, em termos de natureza administrativa, a preponderância das instituições públicas no programa. Esse grupo recebe 95% do financiamento. A grande concentração de projetos em cursos de pós-graduação em universidades e institutos de pesquisa federais e estaduais confirma a concentração da produção científica no setor público. Segundo Leta, Glanzel e Thijs (2006), 70% da pesquisa científica brasileira é realizada no setor público. Nesse mesmo sentido foi a conclusão da avaliação realizada pelo CGEE (2008) acerca da concentração da produção científica no Brasil.

Tabela 6: Natureza administrativa da IES

Natureza da IES	Total	Percentual
Federal	503	69%
Estadual	196	27%
Confessional/ comunitária	28	4%
Particular	5	1%

Fonte: Microdados da Capes. Tabela elaborada pela autora

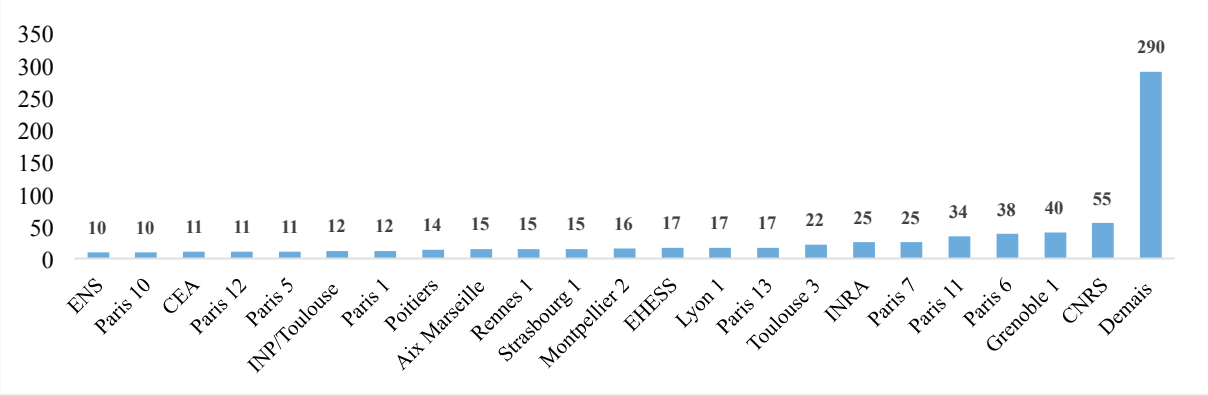
É oportuno apontar que, do total de projetos financiados até 2012, apenas cinco são de instituições de ensino e pesquisa da iniciativa privada, sendo que todos pertencem à mesma instituição: Fundação Getúlio Vargas. Podemos constar a presença de basicamente três universidades confessionais/comunitárias: PUC/SP, PUC/RJ e PUC/RS. No que ser refere às instituições estaduais contempladas pelo programa, 27,6% está no estado de São Paulo, 22,8% no Rio de Janeiro, 13,7% no Rio Grande do Sul e apenas 35,9% nas demais regiões.

Em termos de submissão, os percentuais são bastante semelhantes. 66% das candidaturas são oriundas de IES federais, 28% de instituições estaduais, 5% das confessionais/comunitárias e apenas 1% das candidaturas tem origem em universidades particulares. Além da FGV, que foi a única contemplada, apenas outras quatro IES privadas participaram do certame: Instituto Pequeno Príncipe, Instituto D'Or, Mackenzie e CEUB. Esses resultados vão ao encontro do exposto por Chaimovich (2000) no artigo "Brasil, ciência, tecnologia: alguns dilemas e desafios":

> No Brasil, a produção de ciência é realizada quase na sua totalidade nas universidades públicas, que não têm crescido na graduação e expandido sobretudo a pós-graduação. A expansão do ensino superior, que hoje alcança mais de dois milhões de estudantes, dá-se especialmente num sistema privado que pouco contribui para a produção nacional de ciência e tecnologia. (p. 137).

No lado francês, observamos uma melhor distribuição regional e institucional do financiamento. No período de estudo, 125 instituições tiveram projetos no âmbito do Capes-Cofecub.[5] Ademais, diferentemente do caso brasileiro, em que a USP teve 121 projetos financiados, na França, o CNRS – instituição com o maior número de financiamentos –, teve 55 projetos contemplados. Além disso, há uma melhor distribuição dos projetos por todas as regiões do país. No caso francês, também não há um grande sistema privado de ensino.

Gráfico 7: IES contemplada na França



Fonte: Microdados da Capes. Gráfico elaborado pela autora

5.2 Perfil do pesquisador

Outro aspecto bastante importante que caracteriza o programa é o perfil do pesquisador contemplado. Assim, buscamos averiguar dos dois lados – brasileiro e francês – o gênero do pesquisador financiado, sua trajetória acadêmica e produtividade científica.

5.2.1 Gênero

Constatamos que, em termos de gênero do pesquisador, tanto no Brasil quanto na França o programa atende majoritariamente o público masculino. No caso brasileiro, como apresentado na tabela a seguir, esse número alcança 75% dos coordenadores; já no lado francês o montante ultrapassa os 80%.

[5] É importante observar que o fato de o presidente do Cofecub ser um reitor ou ex-reitor faz com que ele incentive a sua IES de origem a participar do programa, como é o caso da Université Paris 12, Paris 13, Toulouse 3 e Aix Marseille, IES que já tiveram presidentes no Comitê e que são bastante ativas no programa.

Tabela 7: Gênero do pesquisador brasileiro

Gênero	Nº de projetos	Percentual
Feminino	180	25%
Masculino	552	75%

Fonte: Microdados da Capes. Tabela elaborada pela autora

Para uma melhor análise da concessão, precisamos, contudo, confrontá-la com a demanda. Assim, pelas estimativas realizadas, averiguamos que o percentual de mulheres que se candidataram foi de cerca de 31%, sendo que o percentual de homens perfaz 69% das submissões. Logo, a aprovação de projetos apresentados por mulheres acaba sendo um pouco menor dentro do somatório de postulações.

Constatamos ainda que a IES brasileira que teve mais mulheres dirigindo projetos foi a USP, justamente a IES que teve mais projetos financiados, o que demonstra, em certa medida, algum equilíbrio na concessão.

Ao analisarmos temporalmente a concessão por gênero, constatamos que nesses 34 anos investigados o desequilíbrio foi constante, exceto pelo ano de 1984, em que o financiamento foi simétrico. Entretanto, em contraposição a esse ano, em 1986 e 1992 não houve financiamento de projetos cujos responsáveis fossem do sexo feminino.

Observamos que na França há um número ainda menor de mulheres participando do programa comparando-se ao Brasil. Enquanto neste 25% do total corresponde ao sexo feminino, no primeiro, apenas 19%.

Tabela 8: Gênero do pesquisador francês

Gênero	Nº de projetos	Percentual
Feminino	138	19%
Masculino	594	81%

Fonte: Microdados da Capes. Tabela elaborada pela autora

No caso francês, observamos também que o percentual de candidaturas de mulheres é ainda mais baixo que no brasileiro. Do mesmo modo que no Brasil, a aprovação de projetos encabeçados por elas é menor que o percentual estimado de candidaturas. Vinte e seis por cento do total de submissões é apresentado por pesquisadoras, e apenas 19% do total de projetos é aprovado. No caso dos homens, há uma relação inversa. Eles representam 74% das candidaturas e 81% das aprovações. Por um lado, apenas em 1992, houve equilíbrio de financiamentos destinados a homens e mulheres. Por outro lado, em seis momentos diferentes, 1979, 1982, 1984, 1986, 1989 e 1990, nenhuma mulher foi contemplada.

A instituição com o maior número de projetos, o CNRS, também conta com o maior número de mulheres contempladas, 14, seguida da Paris 11, com 9 projetos coordenados por mulheres, e da Paris 6, com 8.

É curioso notar que, embora o programa financie majoritariamente homens, que são também aqueles que mais apresentam candidaturas, a questão não foi mencionada por nenhum entrevistado, nem entre os colaboradores, nem entre os coordenadores; nem mesmo as mulheres apresentaram preocupação com essa questão. Quando questionamos os entrevistados acerca de simetria e dificuldades, essa temática não foi lembrada. Nos documentos primários do programa e atas de reuniões, o assunto também não esteve em pauta.

Prado (2014) alerta para o fato de que, embora, na atualidade, no Brasil, a formação de doutoras seja ligeiramente maior que de doutores, situações como dificuldade em conciliar carreira científica e família, principalmente a maternidade, precisam ser consideradas. Olinto (2011) ainda apresenta outros fatores, tais como promoção, ascensão a cargos de chefia, acesso igualitário a bolsas de estudo e produtividade, que prejudicam as mulheres na ciência. A autora levanta também a questão das diferenças salarias, alertando para o fato de que as mulheres, em geral, percebem remunerações menores que os homens, problema ainda mais agravado nas carreiras de C&T. Ela defende que:

> Políticas e programas de governo em vários níveis, assim como políticas e programas de instituições de ensino e pesquisa visando à redução da segregação horizontal da mulher, podem se inspirar nos resultados das pesquisas sobre diferenças de gênero para promover mudanças que levem à redução da segregação vertical da mulher, incentivando uma participação mais igualitária dos gêneros na universidade e no exercício da atividade científica. [...] convém mencionar a relevância do monitoramento constante, por parte das agências governamentais de fomento à ciência e por parte órgãos de informação em ciência e tecnologia, dando destaque à distribuição por sexo dos vários tipos de produtos da ciência e das várias formas de apoio à atividade científica. (OLINTO, 2011, p. 75-76).

Nesse sentido, é importante também o monitoramento da agência para essa questão no momento de avaliação das submissões.

5.2.2 Formação científica do pesquisador brasileiro

A formação acadêmica do estudante é um fator que influencia seu percurso científico. A capacitação no exterior, além de possibilitar a circulação de pesquisadores e evitar a endogenia, facilita o acesso a outras práticas e experiências. Além disso, essa mobilidade é bastante positiva e salutar para formação de redes e de colaborações científicas que, além de

favorecer a divulgação e o alcance das publicações, viabiliza maiores avanços e celeridade das investigações (GIBBONS, 1994; WIT; BEELEN, 2012; MIURA, 2009; KNIGHT, 2004).

No caso brasileiro, além dos fatores mencionados anteriormente, a necessidade de formação de recursos humanos e das nossas próprias IES foi, por muito tempo, uma constante (CAPES, 2004, 2010). Como já disposto no capítulo anterior, a presença francesa, no Brasil, deu-se desde o período colonial, sendo bastante efetiva na esfera educacional e científica. Vários franceses vieram e vêm ao país pesquisar, ministrar cursos, palestras e apoiar de maneira geral nossas instituições e, além disso, é amplo o número de brasileiros que buscam formação naquele país. Como destacou um colaborador brasileiro:

> Há uma tradição muito forte de cooperação entre a França e o Brasil. Quando a USP foi fundada, seus fundadores tinham consciência que São Paulo sozinho não tinha capacidade para isso. Eles buscaram professores na Europa e principalmente na França. Essa cooperação é histórica. A França ocupou um espaço muito grande na cultura brasileira. Com a Capes e o CNPq, essa cooperação se fortaleceu, há estabilidade e permanência.

Como bem relatou o entrevistado, a Capes e o CNPq exercem papel primordial nesse intercâmbio, haja vista o incentivo à mobilidade por meio da concessão de bolsas e do financiamento de projetos. No caso dos coordenadores do Cofecub, confirmamos, pela tabela a seguir, que, em sua maioria, eles tiveram alguma formação na França, seja em nível doutoral, seja em nível pós-doutoral, ou em ambos.

Tabela 9: Formação doutoral ou pós-doutoral na França

	Doutorado	**Pós-Doc**	**Doutorado e/ou Pós-Doc**
Sim	36%	43%	58%
Não	64%	57%	42%

Fonte: Microdados Capes e currículo Lattes. Tabela elaborada pela autora

Do total de coordenadores do Cofecub, 21% realizou doutorado e pós-doutorado na França. Esses dados confirmam a importância desse país na capacitação de recursos humanos brasileiros. Acreditamos, porém, que a formação na França é bastante superior aos resultados apresentados. Atualmente, uma modalidade bastante difundida no Brasil é a realização de doutorado sanduíche no exterior; contudo, tal informação, em regra, não está disponível em Lattes, o que inviabiliza seu cômputo no montante apresentado.

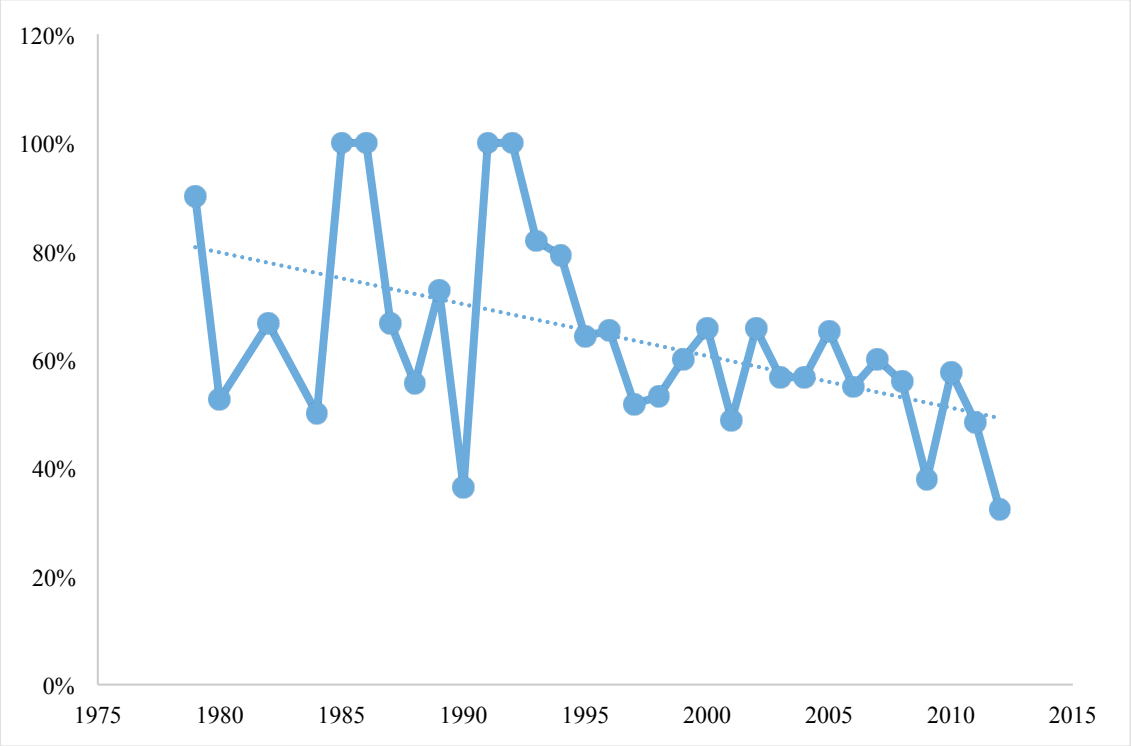
A prática de realização de parcerias com o orientador de doutorado, contudo, não foi recorrente. Essa parceria esteve pressente em menos de 5% dos casos. Ademais, há certa constância nos casos em que o parceiro francês foi também orientador do coordenador

brasileiro; são, em média, duas ocorrências por ano, exceto em 2006, ano em que contabilizamos sete projetos nesse modelo.[6]

Buscamos também averiguar se o responsável por projeto, do lado brasileiro, havia sido bolsista no âmbito do Capes-Cofecub.[7] Diante da inexistência de um banco de dados com todos os ex-bolsistas do programa e a ausência dessa informação no Lattes, trabalhamos com os dados amostrais do questionário para esclarecer esse ponto. Assim, dos 246 respondentes, 18% comunicaram a participação no programa também como bolsistas. Isso demonstra, em alguma medida, a continuidade da parceria em novas gerações. Como relatado em entrevista por um coordenador brasileiro: "fui bolsista do Capes-Cofecub, assim, existia o contato prévio, da minha época de doutorado".

Tentamos verificar ainda se houve uniformidade, crescimento ou diminuição na formação de pesquisadores na França. Pelo resultado regressivo linear, constatamos que há uma tendência de diminuição na realização de formação na França, conforme disposto no gráfico a seguir:

Gráfico 8: Formação doutoral ou pós-doutoral do pesquisador brasileiro na França



Fonte de Dados: currículo Lattes. Gráfico elaborado pela autora

[6] Constatamos em alguns poucos casos que o parceiro foi orientador de mestrado ou especialização do brasileiro, casos esses ocorridos na fase inicial do programa. Infelizmente, no que se refere ao estágio pós-doutoral, não é possível identificar pelo Lattes a relação entre o coordenador brasileiro e o professor que o recebeu no pós-doc.

[7] Nas entrevistas com coordenadores e colaboradores franceses, constatamos que dois deles foram bolsistas pelo Capes-Cofecub no Brasil.

Conforme constatado pelas entrevistas realizadas com colaboradores brasileiros, um dos fatores que levaram ao comportamento demonstrado no gráfico foi o fortalecimento da pós-graduação brasileira,[8] o que reduziu a necessidade de formação no exterior. Outro fator apontado nos depoimentos foi a maior abertura do Brasil à colaboração com diferentes países. Embora, no âmbito das cooperações realizadas pela Capes, a França seja o maior e mais tradicional parceiro do Brasil, novas iniciativas vêm ganhando relevância na agência, o que acaba também diversificando o destino dos bolsistas. Como também houve um crescente incentivo ao doutorado sanduíche e esse aspecto da formação não consta do Lattes, acreditamos que parte do decréscimo se deve ao maior fomento ao sanduíche, em detrimento do doutorado pleno.

Pudemos confirmar nas entrevistas com os responsáveis por projetos que o contato com o parceiro se deu, em muitos casos, no período de formação na França. Esse fato demonstra mais uma vantagem da cooperação, além da importância da circulação internacional, já mencionada. É nesse sentido o posicionamento de Vanz e Stump (2010) ao abordarem a questão da colaboração científica. As autoras defendem que, em sua maioria, essas colaborações se dão por meio de relações informais, estabelecidas quando da formação doutoral ou pós-doutoral. Os diferentes depoimentos dos coordenadores brasileiros confirmam essa constatação:

> Estudei na França no doutorado. A parceria com a França passou, então, a ser um caminho natural.
>
> O parceiro era professor do laboratório que fiz doutorado. Há uma relação mais próxima, pessoal, não só profissional.
>
> Já existia contato prévio do período em que fiz meu doutorado sanduíche na França, a partir daí mantivemos uma cooperação informal, em grande medida, apoiada nos programas de bolsas individuais da Capes e do CNPq.
>
> Nós nos conhecemos em Paris, na *Fête de la Science*.

A aproximação com o parceiro, contudo, não se deu apenas pela formação na França; mais de 40% das aproximações entre os pesquisadores foram efetivadas de outra maneira. Nas entrevistas realizadas, pudemos averiguar outro meio que possibilitou a aproximação entre os pesquisadores: a participação em congressos. Em muitos casos, essa aproximação também foi possível graças a outra parceria internacional da qual o pesquisador já fazia parte. Em outros,

---

[8] Ressalte-se que estamos falando de doutorado pleno ou pós-doc. Como o doutorado sanduíche normalmente não é informado no Lattes, e não há dados nesse sentido na Capes, essa informação não pode ser computada.

o parceiro francês já estudava o Brasil, tinha parcerias aqui ou mesmo havia participado de congressos ou atuado como professor visitante em IES brasileiras. Ao serem questionados sobre a forma como as parcerias surgiram, os entrevistados responderam da seguinte maneira:

> Por meio de conferências e com a minha ida em uma missão de um outro projeto do Capes-Cofecub.
>
> Foi em uma conferência no Brasil em que fui convidado para dar uma palestra.
>
> Fui professor visitante no Brasil, meu primeiro emprego foi no Brasil.
>
> Eu e o parceiro francês fizemos pós-doc juntos nos EUA.
>
> Fazíamos parte de uma associação internacional em nossas temáticas de pesquisa, que são próximas.
>
> Nós nos conhecemos num congresso na Europa. Em seguida, fui à França conhecer o laboratório deles. As visitas curtas possibilitaram o estabelecimento dessa parceria mais duradoura.

Ainda tivemos casos em que o parceiro francês buscou a parceria com o Brasil:

> O contato surgiu por meio de um colaborador americano. Foi o parceiro francês que nos procurou.
>
> Não existia um contato prévio. Foi uma procura do lado francês. Era uma área em que eles tinham interesse.

Assim, quando questionamos os coordenadores se já conheciam o parceiro antes da postulação conjunta, 87% dos respondentes disseram que sim e apenas 13% que não. Ademais, 67% do total informou já ter cooperação prévia estabelecida com o parceiro.

Depreendemos ainda das entrevistas que o acesso ao programa e a decisão por se candidatar deu-se de maneira diversificada. Pelos depoimentos de ambos os lados, confirmamos que a proposição da candidatura se deu principalmente pelo parceiro brasileiro, que conheceu o programa na França ou que, após sua formação no exterior, buscou possibilidades de apoio no Brasil. Isso demonstra que a mobilidade despertou, no então estudante, o interesse em manter os contatos estabelecidos. O papel das reitorias na divulgação do programa também foi bastante destacado. As principais respostas dos coordenadores brasileiros sobre a forma como conheceram o programa foram:

> Na França, durante minha formação.
>
> Fiz doutorado na França, sempre acompanhei as oportunidades para continuar cooperando.
>
> Sou ex-bolsista Capes e acompanho os programas.
>
> A Pró-reitoria da IES divulga.

Os franceses, como já mencionado, foram, muitas vezes, estimulados pelo parceiro brasileiro. A estada no Brasil com professor visitante também foi um dos grandes fatores para o acesso a informações sobre o programa:

> O parceiro brasileiro que sugeriu.
>
> A Universidade nos encaminha as informações de possibilidades de programas de cooperação.
>
> Fui professor visitante no Brasil.
>
> Fui em missão no Capes-Cofecub.
>
> Tenho relações com o Brasil há muito tempo. Todos que têm cooperação com o Brasil conhecem o programa.

Os pesquisadores ressaltaram que, dentre os motivos que os levaram a se candidatar ao financiamento, estava a importância da manutenção da cooperação já existente e a formação de estudantes – exceto por um pesquisador, que informou ter recebido o convite do Cirad –, conforme se pode observar nas respostas a seguir:

> Aprofundar a cooperação que já existia.
>
> A parceria com a França iria agilizar os projetos que tinha em andamento no Brasil.
>
> Oportunidade de interagir com o grupo francês e enviar estudantes para lá.
>
> A proposta do Capes-Cofecub ia ao encontro do que estávamos buscando com missões de estudo e trabalho.
>
> Era bom, poderíamos ter intercâmbio de estudantes, conferências, cotutelas. Era um acordo rico em termos de cooperação.
>
> Postulamos porque no Capes-Cofecub os projetos são bem avaliados, há boas equipes, se ganha reputação. Há uma descoberta cultural e científica; muita complementaridade.
>
> Foi um convite do Cirad.

5.2.3 Bolsa de produtividade

Depreendemos, pela análise dos dados e dos relatos, que a formação na França, além de influenciar positivamente o percurso do pesquisador, também é um dos grandes motivadores para que os acadêmicos continuem a perseguir a cooperação com aquele país e a colaboração científica internacional. Além desse perfil de formação e de trajetória bastante marcado pela presença francesa, os responsáveis de projeto, em sua maioria, dispõem de bolsa de produtividade.

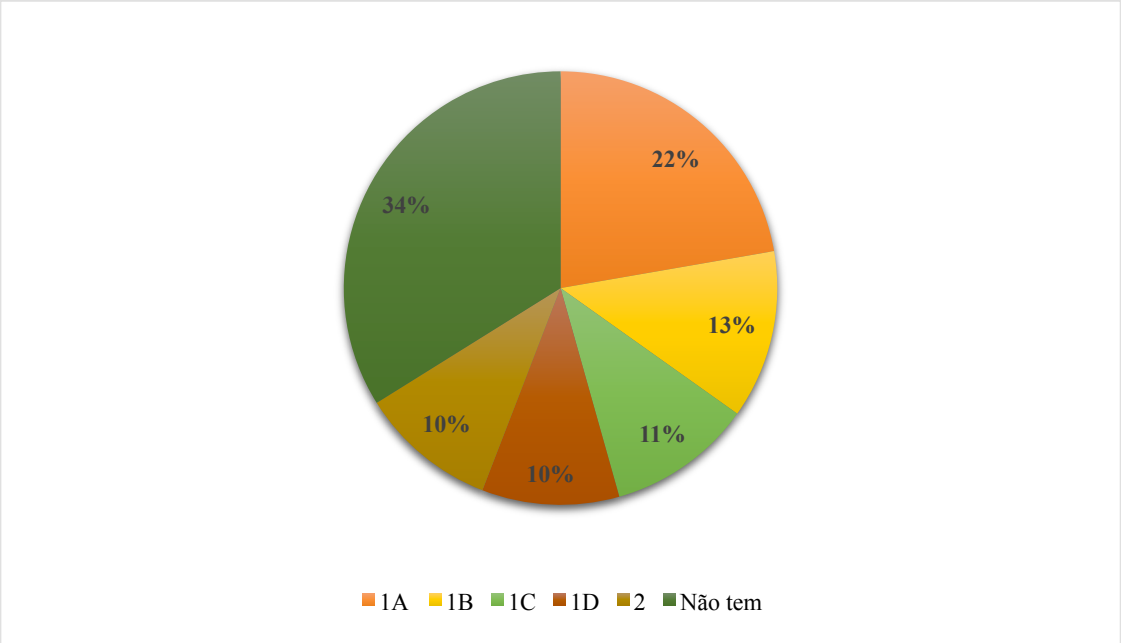
Tabela 10: Bolsa de produtividade do pesquisador brasileiro

Bolsa de Produtividade	
Sim	**66%**
Não	**34%**

Fonte: Microdados do currículo Lattes de da Capes. Tabela elaborada pela autora

Em termos de perfil de bolsa, a maior representatividade se dá em bolsas 1A e 1B, respectivamente.

Gráfico 9: Nível da bolsa de produtividade do pesquisador brasileiro



Fonte: Microdados do currículo Lattes e da Capes. Gráfico elaborado pela autora
Nota: Dez pesquisadores com bolsa de produtividade SR foram agrupados com os pesquisadores 1ª, tendo em vista o perfil das bolsas SR (a bolsa de Produtividade Sênior destina-se ao pesquisador com destaque como líder em sua área de atuação, sendo que seus valores são os mesmos da 1A e seus requisitos, similares)

Segundo Duarte (2013),

> as bolsas de produtividade do CNPQ, tanto em pesquisa quanto em desenvolvimento tecnológico, são consideradas um termômetro para a qualidade de um pesquisador, de um programa de pós-graduação e até mesmo para uma instituição de pesquisa.

Nesse sentido, é possível confirmar a excelência buscada pelo programa e o mérito para aprovação das submissões. No mesmo estudo, Duarte (2013) constata ainda que a instituição com maior número de bolsas de produtividade é a USP, universidade que também é a que mais recebeu financiamento no âmbito do programa. A concentração das bolsas de

produtividade por IES também se refletem nos projetos selecionados. O estudo aponta ainda que USP, UFRJ, Unesp, Unicamp, UFMG, UFRGS, Ufsc, UFPE, UnB e UFPR abrigam metade do percentual de bolsas, instituições que também estão entre as principais destinatárias do financiamento Capes-Cofecub.

Em seu levantamento, o autor demonstra que o maior percentual de bolsas, 56%, está no nível 2 e o menor, no nível 1A. No caso da seleção Capes-Cofecub, contudo, constatamos que o maior percentual de participantes com bolsa de produtividade está no nível 1A, o que demonstra o alto nível dos pesquisadores[9] selecionados.

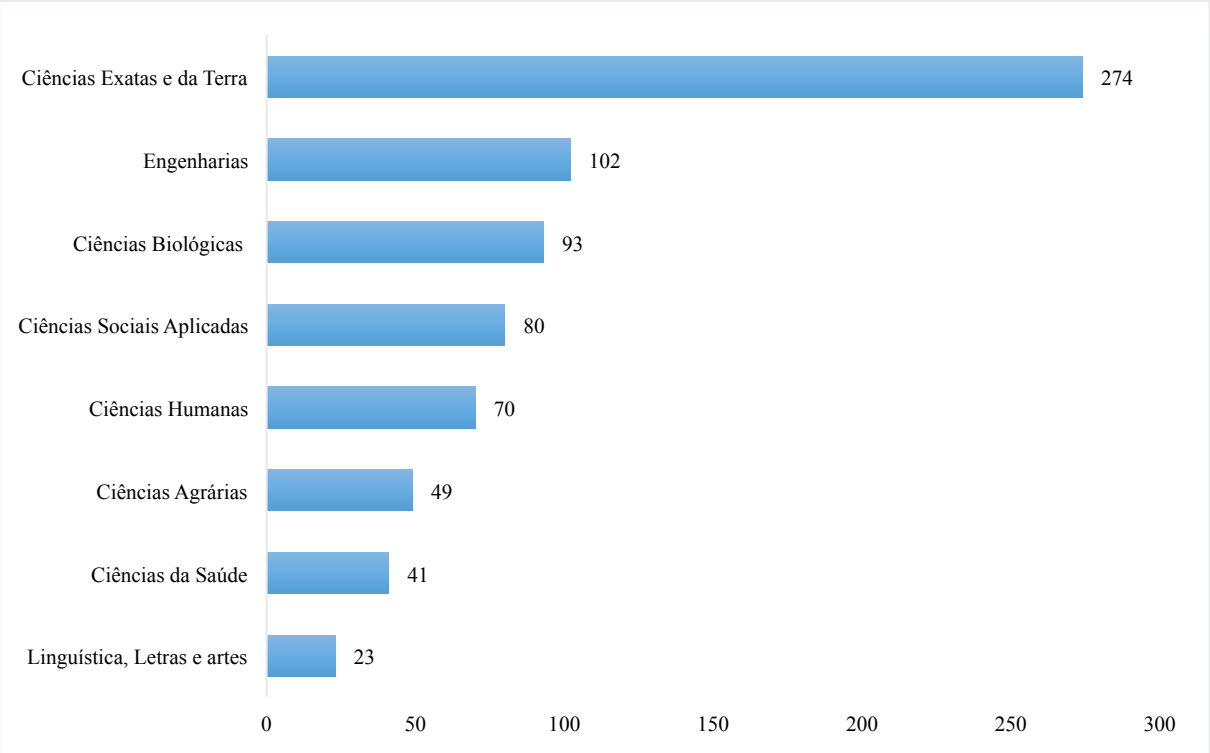
5.3 Comportamento das áreas

As áreas financiadas refletem em parte o comportamento das disciplinas. As ciências sociais, humanas, letras, linguística e artes têm uma tendência a trabalhar de maneira mais individual. Já nas áreas em que é grande a necessidade de tecnologias e especialização, a complementaridade por meio da cooperação é motivadora para que os grupos apresentem projetos (MEADOWS, 1999; MUELLER, 2005).

Pelo gráfico a seguir, contudo, verificamos que, no caso do programa Capes-Cofecub, as áreas de ciências da saúde e agrárias tiveram cooperação menor que aquela verificada nas áreas de ciências sociais aplicadas, humanas e letras.

[9] Tentamos ainda averiguar se houve evolução temporal no número de pesquisadores com bolsa de produtividade. Considerando que, inicialmente, o programa havia sido estabelecido para formação, buscava-se verificar se, ao longo dos anos, houve crescimento do número de pesquisadores com bolsa de produtividade. Contudo, apesar de os testes terem sido realizados, essa análise mostrou-se inócua, haja vista que a informação contida no Lattes acerca de recebimento ou não da bolsa pelo pesquisador não reflete necessariamente a situação em que ele recebeu o financiamento, pois o Lattes é constantemente atualizado, não havendo menção ao ano de início da bolsa de produtividade.

Gráfico 10: Número de projetos por área



Fonte: Microdados da Capes. Gráfico elaborado pela autora

As áreas com o maior número de projetos financiados têm também relação direta com a forma de distribuição das bolsas de produtividade.[10] No Capes-Cofecub constatamos que a maior concentração dos projetos está nas áreas de ciências exatas e da terra, assim como ocorre na concessão de bolsas de produtividade. Exceto pelas áreas de ciências sociais aplicadas e agrárias, que na partilha das bolsas de produtividade têm participação distinta do Capes-Cofecub, a destinação dessas bolsas segue em simetria com os projetos do programa.

O predomínio do financiamento para a área de ciências exatas e da terra esteve presente desde os primeiros anos do programa, exceto por alguns anos (1988, 1991 e 1993). A partir de 1996, a área de ciências exatas e da terra cresce sobremaneira em comparação às demais.

Pela tabela a seguir, depreendemos que o comportamento do financiamento reflete, sem grandes distorções, a demanda:

[10] Segundo Duarte (2013), a distribuição das bolsas de produtividade por área ocorre seguinte forma: ciências exatas e da terra (20,69%); ciências biológicas (16,80%); engenharias (14,86%); ciências agrárias (14,68%); ciências humanas (14,36%); ciências da saúde (10,94%), ciências sociais aplicadas (4,05%); letras, linguística e artes (3,65).

Tabela 11: Demanda x financiamento por área do conhecimento

Área	Total	Estimativa de submissões	Financiamento
Ciências exatas e da terra	257	35%	37%
Engenharias	122	16%	14%
Ciências biológicas	100	13%	13%
Ciências humanas	95	13%	10%
Ciências sociais aplicadas	59	8%	11%
Ciências agrárias	50	7%	7%
Ciências da saúde	32	4%	6%
Letras, linguística e artes	26	4%	3%

Fonte: Microdados do Cofecub e da Capes. Tabela elaborada pela autora

A maior demanda por financiamento foi oriunda das ciências exatas e da terra e das engenharias, áreas em que talvez haja maior necessidade de investimento em capital e de atuação em equipe. Como já destacamos na revisão da literatura, Meadows (1999) argumenta que em algumas áreas nas quais é preciso alto investimento em recursos e equipamentos as colaborações tornam-se imprescindíveis. Aditivamente a esses fatores, em pesquisas com alto grau de especialização também se demanda maior trabalho em equipe: "realizar um experimento, por exemplo, requer, normalmente hoje em dia uma gama de conhecimentos e o acesso a recursos consideráveis (em termos de pessoal e finanças) que se situam além das possibilidades de uma única pessoa" (MEADOWS, 1999, p 109). Assim, a exigência maior ou menor de colaboração em uma investigação dependerá de diferentes fatores e variará também nas diferentes áreas do conhecimento.

Por um lado, as ciências exatas e da terra, como já mencionado, é a área em que se observa a maior concentração de bolsas de produtividade, de bolsas concedidas no exterior pela Capes e de financiamento no âmbito do Capes-Cofecub. Por outro, essa é também a área de menor participação feminina, o que influencia, portanto, a menor participação de mulheres no programa (DUARTE, 2013; LIMA; CONTEL, 2011; OLINTO, 2011; SOARES, 2002), conforme apresentado pela tabela a seguir:

Tabela 12: Participação na área do conhecimento por gênero

Grande área	Total	Homens brasileiros	Mulheres brasileiras	Homens franceses	Mulheres francesas
Ciências exatas e da terra	37%	31%	6%	30%	7%
Engenharias	14%	13%	1%	12%	2%
Ciências biológicas	13%	8%	5%	9%	4%
Ciências sociais aplicadas	11%	8%	3%	10%	1%
Ciências humanas	10%	7%	3%	8%	2%

Ciências agrárias	7%	5%	1%	6%	1%
Ciências da saúde	6%	4%	2%	5%	1%
Linguística, letras e artes	3%	1%	**2%**	3%	0%
Total		**75%**	**25%**	**82%**	**18%**

Fonte: Microdados da Capes. Tabela elaborada pela autora

Apesar da menor presença das mulheres nas ciências exatas e da terra, também observada nas engenharias, no caso do Capes-Cofecub constatamos que a presença da mulher é menor em todas as áreas, exceto em linguística, letras e artes, em que a presença de mulheres brasileiras é maior que dos brasileiros. Na França, a participação de mulheres é ainda menor que no Brasil, exceto nas áreas de ciências exatas e da terra e engenharias, em que a participação feminina brasileira é menor que a francesa.

5.3.1 Produção científica conjunta

A partir das informações coletadas nos currículos Lattes dos 732 elementos de análise, verificamos uma produção total de 4.760 documentos em colaboração. Caso a produção científica fosse uniformemente distribuída, teríamos uma média de 6,5[11] documentos em coautoria por dupla de coordenadores. Essa distribuição, todavia, não se comporta de maneira homogênea e uniforme; ao contrário, o arranjo se configura de forma bastante heterogênea em todos os aspectos analisados, no que se refere à produção conjunta, às áreas do conhecimento, ao percentual de publicação anual, aos canais de comunicação científicos utilizados para publicação, às Unidades da Federação que mais produzem e ao gênero do coordenador. Passaremos a essas descrições.

[11] Essa média simples de publicações variou bastante, desde inúmeros casos em que não houve resultados cientométricos conjuntos, até parcerias com 128 comunicações em um único projeto. Há ainda que se mencionar que, nos anos iniciais, o programa era voltado para a formação, portanto, as resultantes em publicações eram mais escassas. Além disso, no caso da população, trabalhamos com os dados disponíveis no Lattes, portanto, não foi possível mensurar para o universo informações como número de estudantes em mobilidade ou cotutela. As informações sobre esses resultados foram analisadas a partir dos dados amostrais do questionário. Outra observação a ser considerada é que nem todos os projetos são renovados após os dois primeiros anos. Caso a parceria não tenha apresentado resultados em termos de cooperação e mobilidade, os projetos são descontinuados após a avaliação parcial; assim, acerca de 20% dos financiamentos não são renovados. Esses casos acabam baixando a média geral de comunicações produzidas.

5.3.1.1 Produção científica anual

O primeiro processo de transformação da informação científica ocorre quando ela é comunicada de um cientista para outro, de maneira que o significado científico da informação possa ser apreciado. Para isso, o cientista ou seu grupo de pesquisa realiza o processo de construção da informação, apresentando-a de maneira lógica, retirando dados irrelevantes e, de maneira sintética, integrando-a a outras informações relevantes já existentes. Todo esse processo é parte da criação do produto científico, juntamente com o trabalho realizado nas investigações do laboratório. Finalizadas essas etapas, o pesquisador busca apresentar os resultados de seu trabalho em canais de comunicação. A divulgação dos resultados de uma investigação é fundamental para os avanços da comunidade científica (GARVEY, 1979; MEADOWS,1999; MOREIRA, 1997; OHIRA, 1997).

Assim, como o programa Capes-Cofecub financia projetos conjuntos de pesquisa, dentre os produtos esperados previstos está a publicação científica dos resultados. Muito embora haja a expectativa de divulgação dos resultados da produção científica conjunta, é importante lembrar que, em seus anos iniciais, o programa era voltado para a formação de recursos humanos e, em regra, não havia simetria de cooperação. Isso fica claro em um depoimento: "o objetivo era aumentar o número de doutores". Nas palavras de outro colaborador:

> em 1979, no Nordeste a pós-graduação era muito rara. Foi de importância muito grande a presença de pesquisadores franceses para que essas IES inclusive pensassem o estabelecimento e estruturação desses cursos lá.

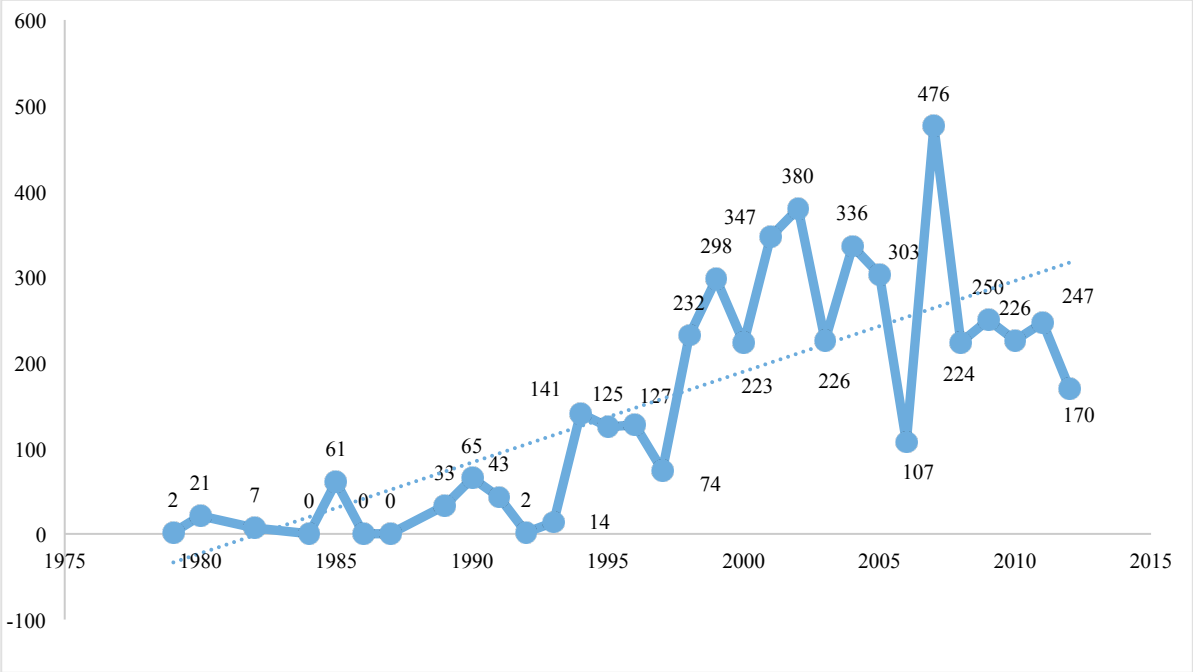
Um terceiro entrevistado lembra que "nos anos 80, não tinham muitos professores no Nordeste com doutorado. Os colegas que tínhamos como parceiros no Nordeste eram normalmente nossos antigos alunos".

Ao longo desses 34 anos analisados, o programa manteve seu objetivo de formação, mas, com os avanços da pós-graduação brasileira, o Capes-Cofecub foi buscando excelência e simetria na cooperação. A seguinte declaração de um coordenador de projeto demonstra este ponto de vista:

> Existia necessidade de formação no Brasil. A proporção de pesquisadores brasileiros indo foi muito maior principalmente no primeiro momento, o processo era de formação da equipe brasileira. Hoje em dia há troca, crescemos muito a área. Atualmente, estamos mais ou menos equiparados em termos de pesquisa. Dependendo do tópico ou fazemos lá ou fazemos aqui.

Se compararmos ainda os resultados de média simples para os 34 anos do programa com aqueles já analisados no período entre 2004 e 2009 (AVEIRO, 2015a), constataremos que, proporcionalmente, o percentual de publicações nesses seis anos é maior, uma vez que uma média simples resultou em 7,75 artigos por dupla de coordenadores e, no período total de análise, a média é de 6,5 documentos conjuntos por responsáveis por projetos, 16% menor. Essa comparação nos leva a concluir que em anos mais recentes houve um melhor desempenho da variável produção científica conjunta, indicando, portanto, uma parceria mais simétrica. (NAVAUX, 1989; NICOLATO, 1999; SILVA, 1994). Essa conclusão pode ser confirmada pelo gráfico a seguir, cuja linha de tendência é ascendente.

Gráfico 11: Produção científica ano a ano



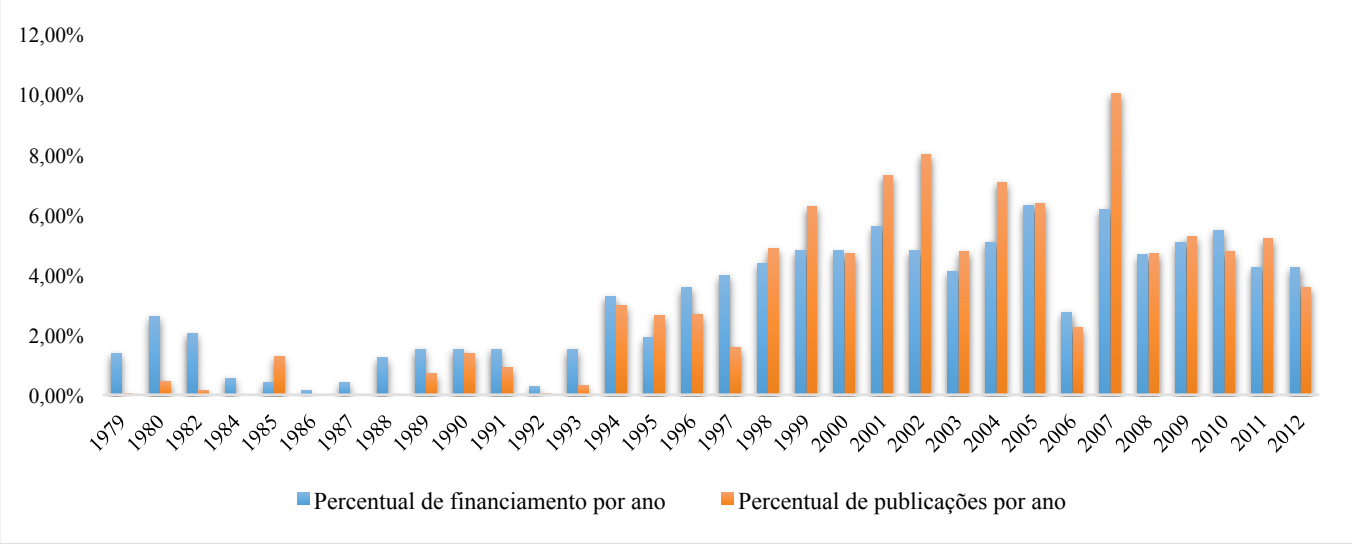
Fonte: Microdados Capes e currículo Lattes. Gráfico elaborado pela autora

Entendemos, contudo, que a produção científica absoluta apresentada anualmente não pode ser utilizada como variável de comparação na verificação dos resultados anuais, haja vista que, como já mencionado, não houve uniformidade no número de projetos apoiados durante o período. Assim, para uma melhor análise da produção, realizamos a comparação entre o percentual de projetos financiados e o percentual de publicações conjuntas ano a ano.

Constatamos que houve anos, como 1984, 1986, 1987 e 1988, em que não há registro de quaisquer publicações conjuntas. A partir de 1994, porém, resultados em termos de produções bibliográficas passam a ser ascendentes e constantes, exceto por 1997, em que há uma queda. Vale ressaltar ainda anos como 1999, 2001, 2002 e 2004, com excelentes

resultados nessa variável. Merece destaque principalmente o ano de 2007, em que a publicação conjunta ultrapassou o financiamento em 63%.[12]

Gráfico 12: Comparativo entre o percentual de projetos financiados e o percentual de publicações conjuntas



Fonte: Microdados Capes e currículo Lattes. Gráfico elaborado pela autora

5.3.1.2 Produção científica por área do conhecimento e canal de comunicação

Como já mencionado, quando finalizada uma investigação, os cientistas envolvidos buscam dar visibilidade à sua pesquisa, para que ela seja difundida, citada e revisada. (PACKER; MENEGHINI, 2006). Ainda que o artigo científico seja o principal veículo de divulgação da produção científica, os canais preferenciais não são os mesmos para as diferentes áreas. Meadows e Mueller destacam a importância dos livros para as áreas de humanidades e ciências sociais aplicadas. Já nas áreas tecnológicas há uma tendência maior de comunicação dos resultados por meio de artigos de periódicos e das demais tecnologias em anais de congresso (GARVEY, 1979; MEADOWS, 1999; MUELLER, 2005). No caso do Capes-Cofecub, podemos confirmar, pelos dados da tabela a seguir, essa tendência.

[12] Observamos que, nos últimos anos de financiamento, houve uma redução na publicação conjunta. É importante considerar, contudo, que como essas cooperações são recentes, os resultados em termos de produção científica conjunta ainda crescerão, principalmente em função do lapso temporal entre o envio de um artigo, seu aceite e publicação, mas também pelo fato de que muitos projetos, mesmo finalizados, tendem a apresentar outros desdobramentos em termos de resultados e também em termos de produção científica conjunta.

Tabela 13: Produção científica por área do conhecimento

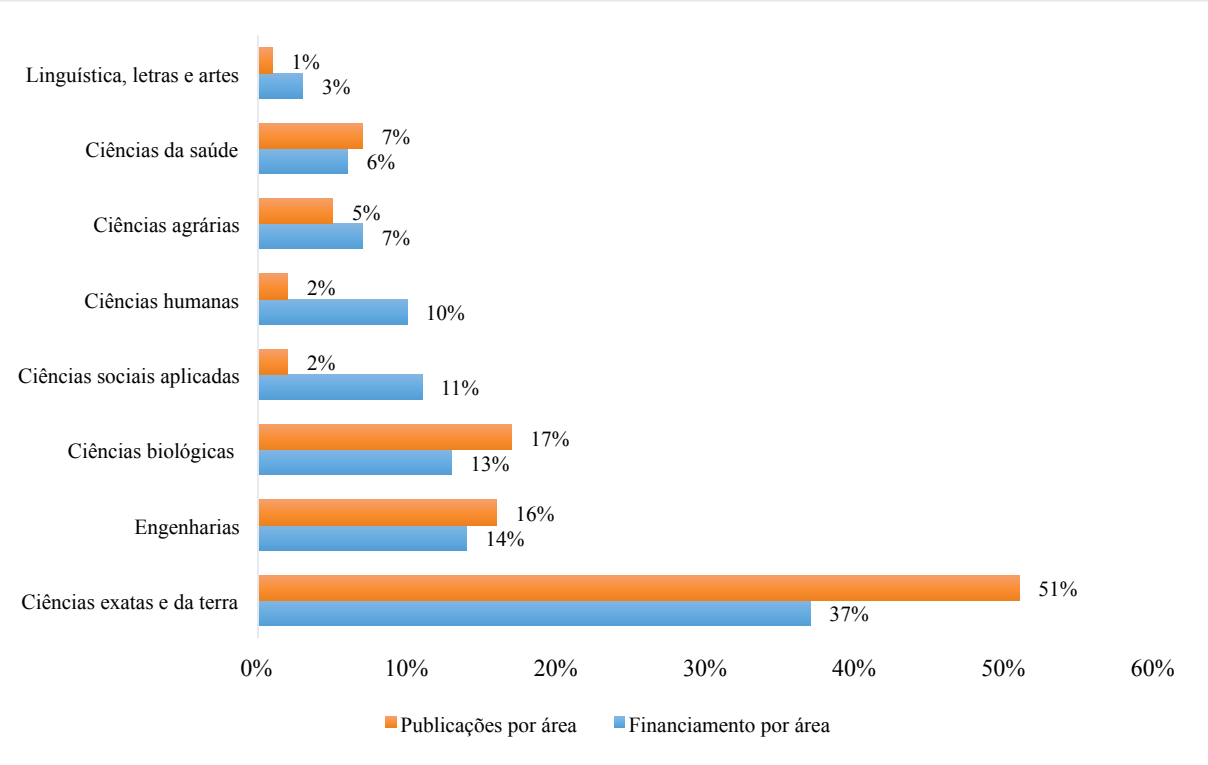
Área	Periódicos estrangeiros	Periódicos nacionais	Anais de congressos internacionais	Anais de congressos nacionais	Livros	Capítulo de livros	Total	%
Ciências exatas e da terra	1.222	36	763	339	17	36	2.413	51%
Ciências biológicas	493	16	163	104	7	28	811	17%
Engenharias	228	28	336	127	4	19	742	16%
Ciências da saúde	170	12	108	53	0	4	347	7%
Ciências agrárias	94	7	70	40	0	6	217	5%
Ciências humanas	16	7	14	2	19	47	105	2%
Ciências sociais aplicadas	9	20	5	16	9	38	97	2%
Linguística, letras e artes	2	0	7	0	10	9	28	1%
Total	**2.234**	**126**	**1.466**	**681**	**66**	**187**	**4.760**	**100%**

Fonte: Microdados Capes e currículo Lattes. Tabela elaborada pela autora

Apesar da importância de apresentar os dados absolutos, as análises precisam ser feitas para dados relativos, a fim de verificar as publicações conjuntas a partir do percentual de financiamento recebido. Observamos que, em termos de resultado de produção científica conjunta, nas ciências exatas e da terra, nas engenharias e nas ciências biológicas e da saúde, o resultado de publicações supera o financiamento. Para as ciências agrárias, o retorno é um pouco abaixo do financiamento, mas relativamente equilibrado. Já no caso das ciências sociais aplicadas, ciências humanas e linguística, letras e artes, o retorno em termos de publicações não alcança 50% do financiamento.

Pinho et al., em estudo realizado em 2010 acerca do processo de seleção dos projetos, já alertava para a necessidade de melhor avaliação nas áreas de ciências sociais aplicadas e humanas. A avaliação apresentada pelos autores acerca da seleção se reflete também nos resultados em termos de produção científica conjunta aqui apresentados (PINHO et al, 2010).

Gráfico 13: Comparativo entre o percentual de financiamento por área e a sua respectiva produção científica



Fonte: Microdados e currículo Lattes. Gráfico elaborado pela autora

Tabela 14: Produção científica por canal de comunicação

Periódicos estrangeiros	Periódicos nacionais	Anais de congressos internacionais	Anais de congressos nacionais	Livros	Capítulo de livros
2.234	126	1.466	681	66	187
47%	3%	31%	14%	1%	4%

Fonte: Microdados Capes e currículo Lattes. Tabela elaborada pela autora

A publicação em periódicos internacionais se mostrou como o canal de comunicação preferencial da maior parte das áreas. Como a área de ciências exatas e da terra é a que mais recebe financiamento, mas é também a que mais apresenta publicações, cujo canal preferencial são os periódicos, o resultado é uma maior produção nessa área. Os periódicos estrangeiros são ainda o canal preferencial da área de ciências biológicas, ciências da saúde e ciências agrárias. Os livros e capítulos de livros são os canais preferenciais das ciências sociais aplicadas, humanas e letras, linguística a artes, áreas com menor financiamento e também menor produção conjunta. É importante notar ainda que os canais de comunicação nacionais (periódicos e congressos) são se configuram como preferenciais para nenhuma área.

5.3.1.3 Produção científica por gênero, bolsa de produtividade, IES e formação na França

Em termos de produção científica por gênero, constatamos que os percentuais, no caso brasileiro, são bastante equilibrados. Já no caso francês, há uma maior tendência a publicações pelas mulheres.

Tabela 15: Relação entre produção científica conjunta e gênero

Gênero	Financiamento	Publicações
Homens (Brasil)	75%	76%
Mulheres (Brasil)	25%	24%
Homens (França)	81%	73%
Mulheres (França)	19%	27%

Fonte: Microdados Capes e currículo Lattes. Tabela elaborada pela autora

Apesar de a participação feminina brasileira em termos de financiamento ser 7% maior que a francesa, isso não se reflete em termos de produção científica conjunta com o parceiro. Ao contrário, mesmo com menor percentual feminino financiado no lado francês, a produção científica desse grupo é ligeiramente superior à das brasileiras (OLINTO, 2011; PRADO, 2014).

Outra importante relação que analisamos foi entre produção científica conjunta e bolsa de produtividade do pesquisador brasileiro. Os dados apresentados nas tabelas a seguir confirmam a tendência a maior produção científica por parte dos pesquisadores com bolsa de produtividade. Nesse sentido, considerando que o programa busca a excelência, recomendaríamos ainda mais atenção a esse requisito, tendo em vista a melhor performance em termos de publicações conjuntas pelos pesquisadores com a bolsa.

Tabela 16: Relação entre produção científica conjunta e bolsa de produtividade

Bolsa de produtividade	Periódicos estrangeiros	Periódicos nacionais	Anais de congressos internacionais	Anais de congressos nacionais	Livros	Capítulo de livros	Total	%
Sim	1.880	82	1.167	480	37	130	3.776	79%
Não	354	44	299	201	29	57	984	21%
Total	**2.234**	**126**	**1.466**	**681**	**66**	**187**	**4.760**	**100%**

Fonte: Microdados Capes e currículo Lattes. Tabela elaborada pela autora

Tabela 17: Percentual entre produção científica conjunta e bolsa de produtividade

	Bolsa de produtividade	Produção científica
Sim	66%	79%
Não	34%	21%

Fonte: Microdados Capes e currículo Lattes. Tabela elaborada pela autora

Buscamos ainda analisar a possível correlação entre produção científica conjunta e a IES de origem do pesquisador. A USP, instituição brasileira com o maior número de projetos, é também a que apresenta o maior percentual de comunicações científicas; proporcionalmente, as publicações superam o financiamento. A tabela a seguir apresenta o desempenho das principais IES.

Tabela 18: Relação entre produção científica conjunta e IES brasileiras

IES brasileiras	Quantidade de. projetos	Projetos	Periódicos estrangeiros	Periódicos nacionais	Anais de congressos internacionais	Anais de congressos nacionais	Livros	Capítulo de livros	Total	Publicações
USP	121	**16,53%**	452	16	307	101	9	18	903	**18,97%**
Outras	100	13,66%	296	24	175	92	6	38	631	13,26%
UFRJ	91	12,43%	277	10	153	70	7	21	538	11,30%
UFRGS	87	11,89%	283	27	132	59	6	21	528	11,09%
UFMG	42	**5,74%**	126	7	109	76	2	10	330	**6,93%**
UFPE	41	5,60%	90	17	52	45	4	6	214	4,50%
Unicamp	39	5,33%	37	0	32	8	2	4	83	1,74%
Ufsc	34	4,64%	94	2	94	25	4	6	225	4,73%
UnB	25	3,42%	70	1	43	34	4	6	158	3,32%
UFF	24	3,28%	45	4	49	14	7	20	139	2,92%
UFC	22	**3,01%**	101	0	79	36	0	2	218	**4,58%**
PUC/RJ	19	2,60%	50	0	33	17	4	3	107	2,25%
Unesp	16	**2,19%**	82	0	76	42	2	6	208	**4,37%**
UFBA	15	2,05%	36	11	23	27	3	13	113	2,37%
UFPB	14	1,91%	6	1	5	2	0	0	14	0,29%
Uerj	12	**1,64%**	48	0	37	7	2	4	98	**2,06%**
UFRN	12	1,64%	16	1	20	3	3	4	47	1,0%
UFSCar	9	**1,23%**	75	3	20	16	0	3	117	**2,46%**
UFPR	9	**1,23%**	50	2	27	7	1	2	89	**1,87%**
Total	**732**	**100%**	**2234**	**126**	**1466**	**681**	**66**	**187**	**4760**	**100%**

Fonte: Microdados Capes e currículo Lattes. Tabela elaborada pela autora

No caso da Unesp, o percentual de 2,19% do total do financiamento resultou em 4,37% do total de publicações, um resultado bastante expressivo, por ter havido cerca de 100% de retorno acima do previsto. O mesmo ocorreu com a UFSCar, que também teve

retorno, em termos de publicações científicas conjuntas, de 100% acima do total investido. Já a UFPB, em termos de produção científica conjunta, dentre as IES que tiveram maior financiamento, foi a que apresentou o pior resultado.

Na França, merecem destaque positivo as seguintes instituições: CNRS, Université Grenoble 1, Paris 6, Paris 11, Université de Poitiers, Lyon 1 e École Normal Supérieure de Paris (ENS). Já Toulouse 3, Paris 1, Paris 13, Paris 10 e EHESS tiveram desempenho em termos de produção científica conjunta inferior ao investimento percentual em projetos financiados.

Tabela 19: Relação entre produção científica conjunta e IES Francesas

IES francesas	Quantidade de projetos	Projetos	Periódicos estrangeiros	Periódicos nacionais	Anais de congressos internacionais	Anais de congressos nacionais	Livros	Capítulo de livros	Total	Publicações
CNRS	55	**7,51%**	225	3	125	35	3	15	406	**8,53%**
Grenoble 1	40	**5,46%**	159	16	88	42	1	7	313	**6,58%**
Paris 6	38	**5,19%**	176	1	138	70	3	7	395	**8,30%**
Paris 11	34	**4,64%**	160	3	90	69	1	8	331	**6,95%**
Inra	25	3,42%	82	1	52	38	0	5	178	3,74%
Paris 7	25	3,42%	56	2	36	10	3	8	115	2,42%
Toulouse 3	22	3,01%	49	1	28	10	0	0	88	1,85%
EHESS	17	**2,32%**	4	0	0	0	9	17	30	**0,63%**
Lyon 1	17	**2,32%**	82	1	76	25	4	0	188	**3,95%**
Paris 13	17	2,32%	12	1	4	1	2	8	28	0,59%
Montpellier 2	16	2,19%	51	5	126	58	0	5	245	5,15%
Aix Marseille	15	2,05%	32	3	5	8	1	1	50	1,05%
Rennes 1	15	2,05%	48	1	21	7	1	0	78	1,64%
Strasbourg 1	15	2,05%	47	0	20	13	1	2	83	1,74%
Poitiers	14	**1,91%**	62	7	24	22	0	1	116	**2,44%**
INP/Toulouse	12	1,64%	17	2	38	7	1	1	66	1,39%
Paris 1	12	1,64%	0	0	0	0	0	1	1	0,02%
CEA	11	1,50%	36	0	21	6	0	1	64	1,34%
Paris 12	11	1,50%	17	4	12	19	0	2	54	1,13%
Paris 5	11	1,50%	29	0	25	4	1	0	59	1,24%
Paris 10	10	1,37%	1	1	0	0	0	6	8	0,17%
ENS	10	**1,37%**	75	3	8	6	0	0	92	**1,93%**
Demais	290	39,62%	814	71	529	231	35	92	1772	37%

Fonte: Microdados Capes e currículo Lattes. Tabela elaborada pela autora

Pudemos constatar também que a formação na França, seja ela doutoral ou pós-doutoral, tem impacto nos resultados da produção científica conjunta. Muito embora somente 58% do total de coordenadores tenha realizado formação nesse país, esse grupo foi

responsável por 70% da produção científica conjunta, resultado bem superior ao grupo que não realizou formação na França. Os 42% dos coordenadores, que não realizaram formação na França, foram responsáveis por 30% da produção científica conjunta, conforme disposto na tabela a seguir:

Tabela 20: Relação entre a produção científica conjunta e a formação doutoral ou pós-doutoral do pesquisador brasileiro na França

Formação na França	%	Periódicos estrangeiros	Periódicos nacionais	Anais de congressos internacionais	Anais de congressos nacionais	Livros	Capítulo de livros	Total	%
Sim	58%	1.475	85	1.089	475	50	143	3.317	70%
Não	42%	759	41	377	206	16	44	1.443	30%

Fonte: Microdados Capes e currículo Lattes. Tabela elaborada pela autora

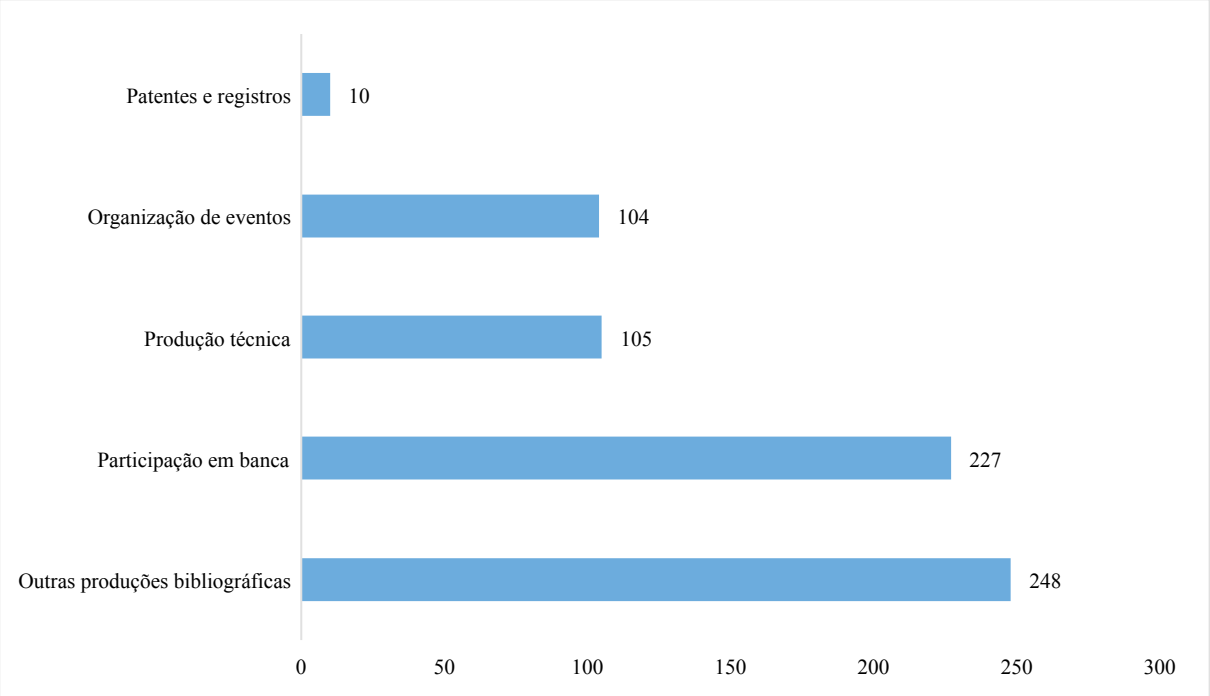
5.4 Demais atividades conjuntas

Como já mencionado no capítulo referente à revisão da literatura, Katz e Martin (1997) apresentam uma série de argumentos que reforçam a colaboração científica, desde a agilidade da pesquisa até a redução de custos. No caso do Capes-Cofecub, em que se envolvem parceiros internacionais, a difusão da informação e seu impacto têm possibilidade de serem ainda maiores, como enfatizado no depoimento de um colaborador brasileiro: "A parceria no âmbito do Capes-Cofecub traz a obrigatoriedade e o comprometimento de publicar e enviar doutorandos e pós-docs em missões de estudo para a França". Como bem observado no relato, a mobilidade de estudantes é outro importante instrumento motor e resultante dessa parceria. Ainda durante as entrevistas, indagamos os responsáveis por projetos acerca de demais atividades conjuntas desenvolvidas na parceria; os coordenadores foram unânimes em apontar a mobilidade como extremamente significativa, e muitos enfatizaram, inclusive, que ela seria o mais importante da parceria, como relatado por um responsável por projeto francês: "formação foi o mais importante. Hoje, os estudantes estão todos bem posicionados na pesquisa e carreira acadêmica".

Além da publicação nos principais canais de comunicação e da mobilidade de estudantes, a colaboração pode-se manifestar de outras formas. Como os Katz e Martin (1997) mencionam, essa colaboração é, muitas vezes, refletida em coautoria de publicações. Embora esse seja um indicador bastante importante, os autores admitem que ele é apenas um indicador imperfeito ou parcial (VELHO, 1999; VILAN FILHO, 2010). Logo, buscamos também

averiguar as demais produções bibliográficas e técnicas conjuntas entre os responsáveis por projetos.

Gráfico 14: Demais atividades conjuntas



Fonte: Microdados Capes e currículo Lattes. Gráfico elaborado pela autora

Se compararmos o quantitativo de demais produções àquele referente aos principais canais de comunicação, constatamos que esses últimos possuem relevância bastante maior que os primeiros. Somada toda a produção conjunta, as demais produções perfazem 13% desse total, o que demonstra o grande peso das publicações nos principais canais de comunicação como resultado da parceria.

Nas entrevistas, buscamos confirmar, com os responsáveis por projetos, quais teriam sido os principais resultados da parceria, além das publicações e da mobilidade. Entre os exemplos mais apontados mereceram destaque os trabalhos em grupo desenvolvidos no laboratório, que viabilizaram o acesso de um número significativo de estudantes e pesquisadores a outra visão científica; cursos para todo o departamento, não só para a equipe do coordenador do projeto; conferências; seminários; exposições; filmes; e teses em coorientação e em cotutela. Seminários em nível local, regional e até mesmo internacional, patentes, contato com outras equipes, participação em conselhos editoriais e científicos de revista, tradução de artigos, participação em bancas, montagem de cátedra, parcerias industriais nacionais e internacionais, montagem de novas técnicas para o laboratório,

intercâmbio de professores visitantes em períodos sabáticos, formação de novas redes e surgimento de novas pesquisas também foram bastante citados. Nesse sentido, merecem destaque algumas respostas de dirigentes de projetos brasileiros e franceses:

> Saiu um pouco do âmbito exclusivo da IES para o meio profissional. Ampliou a parceria. Não é exclusivamente acadêmica. Hoje, temos uma parceria na área de gestão de políticas.
>
> A participação do coordenador francês nas visitas do laboratório brasileiro é muito positiva, amplia a participação para todo o laboratório.
>
> Engajamos no Capes-Cofecub outros assuntos que, inicialmente, não estavam sendo abrangidos.
>
> Temos uma conferência internacional aqui há cada três anos.
>
> Começamos a ter acesso a outras equipes na França. É um dos resultados porque com esses contatos começamos a abrir novas parcerias. Foram realizadas cotutelas. Estamos buscando criar um Umer – Unidade mista de pesquisa internacional.
>
> Possibilidade de contato com outros grupos também. Possibilidade de ampliar o relacionamento e conhecimento com pesquisa e temas que lá também estão sendo desenvolvidos. Esse contato e essas viagens têm muito mais importância do aspecto dos contatos e das possibilidades que você cria para o futuro do que propriamente da pesquisa. As missões são curtas, então é pouco tempo para um grande trabalho, mas como complementação, para se verificar como o parceiro trabalha e para o aumento da relação, é muito importante.
>
> Dessa cooperação, saíram outras, por exemplo, Brafitec, Stic-Amsud. O Capes-Cofecub abriu os caminhos para outras possibilidades.

É preciso ainda, uma atenção especial com relação a patentes e registros. Foram registradas apenas dez patentes conjuntas. Esse valor refere-se apenas a 1,44% das demais produções e alcança 0,18% do total da produção científica conjunta. Nas entrevistas realizadas, inquirimos os respondentes acerca do depósito de patentes e confirmamos o baixo registro que pôde ser constatado pela análise dos Lattes. Um fator trazido nas entrevistas foi a dificuldade para que fossem registradas patentes. Conforme relatado por um dirigente de projeto, esse registro envolve altos custos, além de ser necessário um registro por país. Ele ainda afirmou que a questão de cessão de patente e de registro por parceiros em distintos países precisa ser mais bem equacionada e apoiada.

Assim, acreditamos que seria importante que houvesse maior incentivo para o registro de patentes de grande impacto e excelência. Segundo a presidente Dilma: "o Brasil deve priorizar o registro de patentes como meta de avaliação científica" (JORNAL DA CIÊNCIA, 2012). Segundo ela, o modelo atual é muito focado em publicação de artigos. Considerando que essa é, hoje, uma meta de avaliação científica brasileira e um indicador de inovação (ALBUQUERQUE, 2003), além de haver incentivos científicos de financiamento para

pesquisa, é preciso fomentar o depósito de patentes, no que se refere aos aspectos jurídicos que permeiam esse instrumento, mas principalmente no que diz respeito ao financiamento dos custos desse registro. Vale ressaltar, contudo, que mais importante que o depósito de patente é o seu licenciamento (VIOTTI, 2003).

Ainda no que se refere às patentes, constatamos, pela tabela a seguir, que elas somente foram registradas nas áreas de ciências exatas e da terra e biológicas.

Tabela 21: Demais produções científicas por grande área do conhecimento

Área	Financiamento	Outras produções bibliográficas	Participações em bancas	Produção técnica	Organização de eventos	Patentes e registros	Total	Demais produções
Ciências exatas e da terra	37%	96	83	35	27	7	248	36%
Engenharias	14%	17	59	7	4	0	87	13%
Ciências biológicas	13%	38	15	8	13	3	77	11%
Ciências sociais aplicadas	11%	11	24	19	15	0	69	10%
Ciências humanas	**10%**	37	19	12	33	0	101	**15%**
Ciências agrárias	7%	9	10	10	1	0	30	4%
Ciências da saúde	6%	24	3	8	2	0	37	5%
Linguística, letras e artes	**3%**	16	14	6	9	0	45	**6%**

Fonte: Microdados Capes e currículo Lattes. Tabela elaborada pela autora

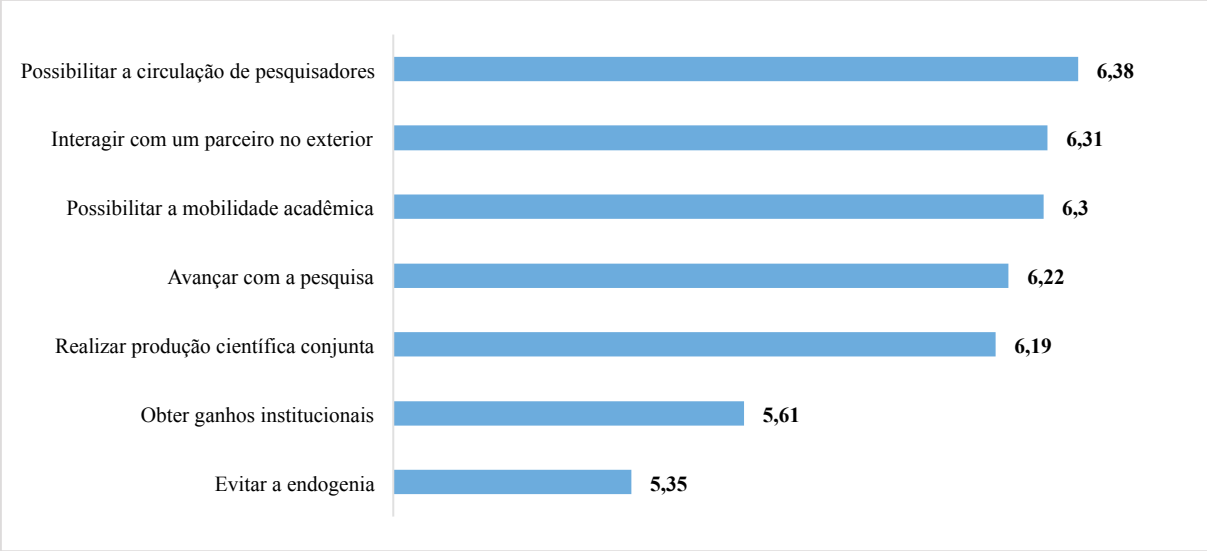
É importante mencionar ainda que, embora o retorno nas áreas de ciências humanas e linguística, letras e artes tenha sido bem abaixo da expectativa no que se refere a publicações em periódicos, participação em congressos e livros, elas tiveram o melhor desempenho nas demais atividades conjuntas. A área de ciências sociais aplicadas, no entanto, teve um desempenho abaixo das expectativas tanto na primeira análise quanto nessa segunda.

5.5 Percepções acerca do programa

No capítulo 2, apresentamos parte da literatura que discorre acerca da importância da colaboração científica, e em especial sobre sua vertente internacional e seus benefícios. A partir dos dados teóricos, buscamos apreender dos participantes e colaboradores suas percepções acerca da parceria no âmbito do Capes-Cofecub, bem como os motivos que levaram à candidatura, os objetivos científicos propostos, as possíveis dificuldades enfrentadas, a relevância do financiamento, os possíveis ganhos institucionais, a condução das investigações e a participação da equipe no desenvolvimento das atividades propostas.

Em relação aos motivos que levaram os pesquisadores a se candidatar para o recebimento de financiamento no âmbito do programa, como demonstrado no gráfico a seguir, a possibilidade de circulação de pesquisadores, a interação com um parceiro no exterior e a possibilidade de mobilidade acadêmica estão em destaque. Observamos também que os ganhos institucionais e a necessidade de evitar a endogenia foram considerados aspectos menos relevantes para os responsáveis pelo projeto. O avanço da pesquisa e a produção científica conjunta foram itens de importância mediana.

Gráfico 15: Motivos para a candidatura



Fonte: Gráfico elaborado pela autora

Quando inquirimos os pesquisadores durante a entrevista acerca dos motivos que os levaram a postular um projeto, as questões da continuidade da pesquisa conjunta e da formalização de uma parceira que já existia foram constantes. Como já mencionado anteriormente no presente capítulo, muitos coordenadores de projeto realizaram formação na França e buscavam, por meio do financiamento, manter esse vínculo, as pesquisas e a cooperação em andamento. Em muitos casos, a busca por um apoio institucional formal

visava a viabilizar os encontros, as visitas e as reuniões. Ademais, para que a colaboração pudesse ser aprofundada, era necessário o aporte de algum recurso externo, a fim de dar andamento às atividades. Além disso, a formalização da parceria por meio da aprovação no programa aumenta a visibilidade e as possiblidades da pesquisa conjunta, bem como o prestígio dos participantes e a promoção do estudo. A seguinte afirmação de um coordenador brasileiro demonstra essa visão:

> Tínhamos interesse em dar continuidade ao que tínhamos iniciado na França. Já tinha tido bolsa Capes e também não tinha muita opção. O Capes-Cofecub era uma maneira de manter contato com o grupo que eu tinha trabalho. Quando você faz o doutorado fora, tentar manter o contato com a equipe lá fora é muito importante, senão há uma quebra na produção de artigos e na pesquisa. Meu projeto era amplo, não era só para mim, era para todo o programa. O programa era novo, tinha uns oito anos e estava tentando crescer e se expandir. Eu enxerguei o Capes-Cofecub como uma forma de manter o relacionamento com o parceiro, ajudar na preparação do nosso doutorado. Era um programa bem institucional para toda a área da computação.

Completou outro dirigente de projeto brasileiro:

> Trabalhamos juntos, tínhamos parceria. Então, buscamos reforçar essa parceria. O Capes-Cofecub atendia nosso interesse. Já mandamos estudantes, o projeto veio em função dessa parceria já existente, para fazer isso na forma de projeto. Estávamos realizando muita coisa junto, mas a ideia era associar pesquisa e formação.

Outra resposta sempre presente foi a mobilidade estudantil e a necessidade de formação. A declaração de outro coordenador brasileiro demonstra esse ponto de vista:

> Considero o Capes-Cofecub um facilitador da cooperação. Então essa situação de facilitador proporcionava não só a visita de pesquisadores brasileiros à França e de franceses ao Brasil, mas principalmente a mobilidade de estudantes. A facilidade das bolsas para doutorado sanduíche e estágio pós-doutoral e, mais recentemente, o aspecto da cotutela, que talvez hoje seja o aspecto mais relevante em termos dessa troca de estudantes tanto franceses quanto brasileiros no âmbito do Programa, é seu maior diferencial. A produção científica conjunta foi uma meta importante estabelecida pela equipe, mas a formação de recursos humanos foi a principal razão que nos levou a pleitear o financiamento.

Nesse mesmo sentido, em outro depoimento, um responsável de projeto brasileiro enfatizou a participação de estudantes e a razoabilidade do prazo de financiamento:

> Este programa, comparado as outras alternativas, tem um benefício muito grande que é ter a bolsa dos estudantes, uma vez que esse é um problema que temos nas colaborações. Se não há participação de estudantes, falta interação mais produtiva, quando o aluno vai e fica por um ano, conseguimos fazer um trabalho mais aprofundado. Acho também interessante o prazo porque dois anos para uma pesquisa é um prazo muito curto, quatro anos é um prazo melhor porque no início as coisas caminham mais lentamente. No primeiro ano é que preparamos os alunos. Falta ainda no Brasil em algumas regiões, pelo menos na minha, que os estudantes tenham o hábito da mobilidade e de se expressar em uma segunda ou terceira língua. Isso ainda é um desafio, temos de preparar o aluno.

Muitos pesquisadores apontaram a importância da existência de missões de trabalho e de estudo se complementando. A agilização da pesquisa conjunta, bem como a interação internacional, também foram ressaltadas pelos depoimentos dos coordenadores brasileiro e francês, respectivamente:

> A realização de missões de trabalho é fundamental; embora o período de até 21 dias seja muito curto para se elaborar um grande trabalho, é fundamental para que o contato seja consolidado, a maior importância está no aspecto dos contatos e das possibilidades que você cria para o crescimento da colaboração. Essa missão é muito importante para vermos como eles trabalham e para que eles vejam nosso trabalho e realizem trabalhos de campo aqui.
> Um dos objetivos da minha pesquisa é formar novos estudantes, principalmente doutorandos, e promover o intercâmbio entre a França e o Brasil. Eu busco esse tipo de financiamento. Para estudantes, há até outros tipos de bolsa, mas não é fácil ter esse tipo de missão de trabalho, que é de extrema relevância para que os parceiros possam se encontrar. O Capes-Cofecub permite que essas parcerias perdurem.

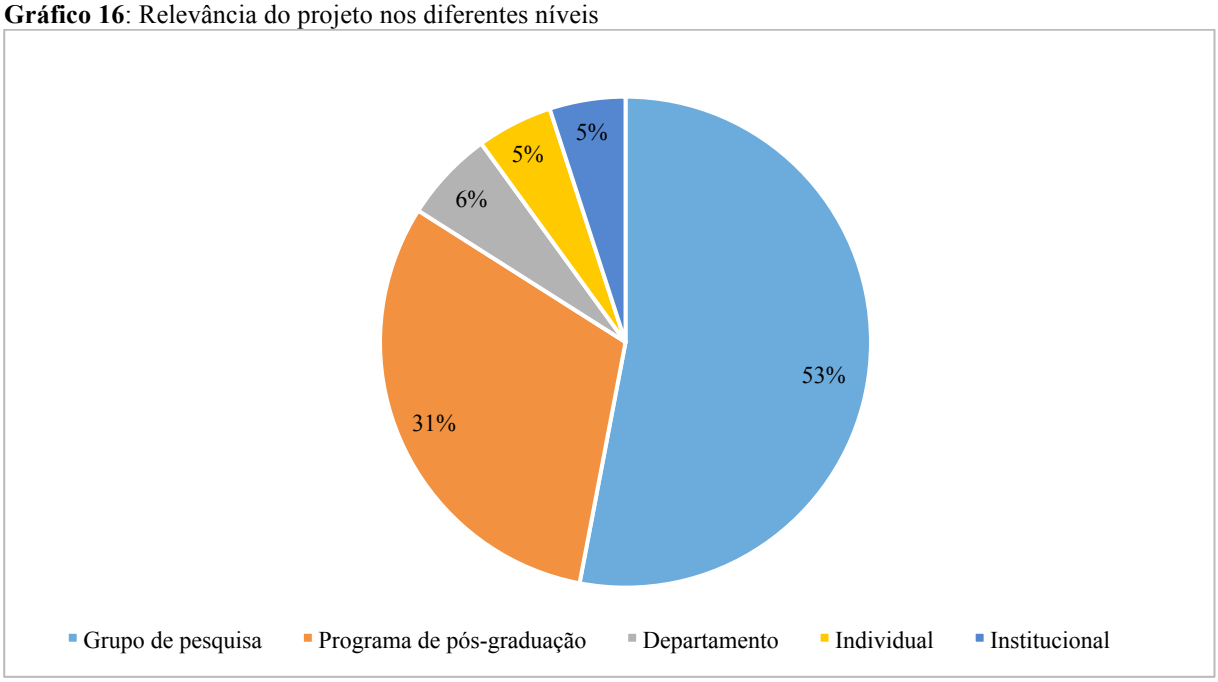
Excepcionalmente, constatamos casos em que não havia contato prévio e parcerias informais, nos quais observamos uma iniciativa francesa. Verificamos ainda uma situação em que a instituição e o departamento no Brasil impulsionaram a parceria buscada pelo centro de pesquisa francês.

A questão do prestígio do programa foi um fato que também pesou a favor da candidatura. A seriedade da avaliação, o ganho de reputação científica e a riqueza cultural e científica também foram mencionados, como bem pontuou um coordenador francês: "participar do Capes-Cofecub é uma coisa importante, é uma marca. Essa imagem de excelência foi construída pelo programa, ele é muito bem avaliado". Muitos depoentes lembraram ainda que a parceira é bastante benéfica para os dois lados, como neste relato: "por um lado, eles precisavam de estudantes, por outro, nós precisávamos formar os nossos, as necessidades eram complementares".

5.5.1 Relevância do projeto nos diferentes níveis institucionais e de pesquisa

No mesmo sentido das entrevistas e ainda buscando compreender as peculiaridades da participação no programa no nível individual, do grupo de pesquisa, do departamento e até da instituição, questionamos os coordenadores acerca da relevância do financiamento em todas as esferas acadêmicas. Os responsáveis por projetos entenderam que o maior impacto do programa se dá para o grupo de pesquisa, seguido do programa de pós-graduação. Os benefícios institucionais, para o departamento e até mesmo individuais foram considerados menos relevantes. O gráfico a seguir ilustra esse posicionamento:

Gráfico 16: Relevância do projeto nos diferentes níveis



Fonte: Gráfico elaborado pela autora

Como desdobramento desse questionamento, buscamos verificar o peso atribuído, pelo dirigente da pesquisa, a cada uma dessas instâncias por meio do recebimento do financiamento. A tabela a seguir apresenta o grau de importância por eles imputado:

Tabela 22: Relevância do financiamento

Relevância	Para a pesquisa	Para o laboratório	Para a instituição
Muito relevante	**65%**	**50%**	21%
Relevante	28%	36%	24%
Pouco relevante	5%	12%	**54%**
Não foi relevante	1%	2%	2%

Fonte: Elaboração da autora

Podemos notar pela tabela que os pesquisadores consideram que o financiamento foi bastante relevante para o desenvolvimento da pesquisa, foi relevante para o laboratório, mas foi pouco relevante para a instituição. Apesar de os responsáveis de projeto, em sua maioria, terem considerado pouco relevante o financiamento para a instituição, quando inquiridos se houve ganhos institucionais para o órgão devido à participação no programa, a resposta foi majoritariamente positiva.

Tabela 23: Ganhos institucionais

Sim	84%
Não	16%

Fonte: Elaboração da autora

Embora haja uma suposta contradição entre o comportamento acerca da relevância do financiamento para a instituição e possíveis ganhos institucionais, é possível depreender das respostas que, por mais que alguns resultados sejam considerados acanhados ou colaterais, os pesquisadores entendem que de alguma maneira a participação no Capes-Cofecub traz benefícios para o estabelecimento de ensino e pesquisa.

Quando inquirimos os coordenadores acerca dos possíveis efeitos do programa no desenvolvimento institucional por meio das parcerias, as respostas foram ambíguas. A maioria acredita que, embora o programa tenha sido bastante importante dentro do conjunto, seu impacto teria se dado principalmente no grupo de pesquisa e no laboratório. Muitos argumentam ainda que, devido aos cursos, colóquios e palestras resultantes da parceria, ela tenha tido a capacidade de influenciar, de alguma forma, o departamento como um todo.

Outros pesquisadores acreditam que essa experiência possa de alguma maneira gerir o interesse de outros acadêmicos na busca pela parceria internacional, mas que essa acaba sendo uma busca individual, haja vista que as experiências são únicas, não sendo possível aplicar um caso a outro. Como dito por um responsável de projeto brasileiro:

> O Capes-Cofecub em nosso programa foi mais uma possibilidade de parceria solidificando coisas que já existiam, mas não contribuiu significativamente para criar novas parcerias e estabelecer novos laços. As parcerias são mais individuais.

Outros acreditam que, mesmo a cotutela sendo fruto dessa parceria e podendo gerar outros frutos para a IES, o desenvolvimento institucional advindo da parceria é pequeno, como relatado por um coordenador brasileiro:

> Não existe pesquisa que seja estritamente institucional. A instituição não é a geradora, isso não depende da instituição, isso depende dos pesquisadores. O que a instituição tem de fazer é facilitar a ação do pesquisador que demonstra capacidade e condição. As instituições não têm recurso, elas oferecem infraestrutura básica para nós caminharmos.

Alguns pesquisadores citaram o lançamento de revistas científicas, a criação de laboratórios internacionais, a formação de redes e os colóquios nacionais e internacionais como instrumentos que apoiaram o desenvolvimento do grupo, do laboratório e do próprio departamento, não entendendo, contudo, que eles pudessem ser diretamente relacionados ao desenvolvimento institucional. Muitos responsáveis por projetos acreditam que, para a

instituição, é bastante positivo que os pesquisadores tenham relações internacionais e parceiros no exterior, pois essas relações formais e estruturadas são bem-vindas nas IES e ajudam a aumentar a colaboração internacional nos dois sentidos, porém, não concluem que isso possa ir além e beneficiar a instituição como um todo.

Contrariamente a esse primeiro posicionamento, de que o programa não tem a capacidade de produzir efeitos institucionais, muitos coordenadores foram enfáticos em afirmar a mudança propiciada na IES pela existência de projetos no âmbito do Capes-Cofecub. Cotutela, duplo diploma e acordos internacionais em nível institucional foram os desdobramentos mais citados por eles no que diz respeito ao impacto na IES. Esse grupo entende que o estabelecimento da cotutela leva ao envolvimento institucional, pois o decanato passa a fazer parte dessa colaboração e passa a ter a possibilidade de multiplicá-la. Além disso, os programas sobem de nível quando se internacionalizam e, em consequência, a IES também.

Outros responsáveis por projetos lembraram ainda que, graças ao financiamento no âmbito do Capes-Cofecub, houve a formação de novas redes na IES, outros acordos contemplaram a instituição. Eles lembraram ainda que o surgimento de novos programas de pós-graduação e até mesmo a montagem de novos laboratórios tiveram suas raízes nessa parceria, como observou um coordenador brasileiro: "a IES ganhou projeção tanto na parte administrativa quanto científica. Formamos um departamento novo, fruto da capacidade do projeto que permitiu aglutinar interesses".

Em casos de IES pequenas ou em regiões em que há menor internacionalização, a parceria foi exaltada e confirmou-se sua capacidade de refletir na instituição como um todo e quiçá na região, por meio das palestras, montagem de novas técnicas de pesquisa e circulação de professores. Tivemos o depoimento de um caso em que o projeto foi o primeiro da IES e isso impactou toda a área de saúde e em algumas áreas correlatas na universidade, pois a projeção positiva encorajou outros docentes a buscar uma parceria internacional. Segundo outro relato, a participação no Capes-Cofecub mudou a cultura local, uma vez que os próprios alunos acabaram projetando para outras IES, e o benefício não ficou restrito, portanto, ao grupo participante no projeto. Para outro coordenador, houve uma mudança no *status quo* do grupo, que impactou o departamento e a pós-graduação como um todo, pois isso teria levado professores e estudantes a buscar a mobilidade internacional. A partir desses depoimentos, entendemos, como defendido por um inquirido, que, a depender da instituição, principalmente no Brasil, o projeto tem a capacidade de transpor seus resultados para toda a IES.

Em muitos casos, os pesquisadores argumentam que o projeto permeou várias áreas em diferentes departamentos, o que teria expandido seu impacto. Além disso, como a tradição de qualidade do programa é bastante conhecida, ele atrai pessoas de vários laboratórios. A seguinte declaração de um coordenador brasileiro demonstra este ponto de vista:

> O Capes-Cofecub é uma marca e ela aporta prestígio aos pesquisadores. Possui marca de excelência, é muito bem apreciado. Abre portas para outros projetos internacionais. Como são quatro anos, há tempo para um bom trabalho e aproximação. [...] O dinheiro que nos dão é pouco, mas o fato é que com esse pouco conseguimos mobilizar muito mais, há um fator multiplicador.

Há ainda uma terceira visão, demonstrada por um grupo de coordenadores que acredita que a existência de um projeto do Capes-Cofecub na instituição pode gerar efeitos multiplicadores e facilitar a formação de redes. Aditivamente, defendem que as atividades oriundas do programa, principalmente os seminários e conferências, são fatores de aproximação e circulação de pesquisadores. A depender do formato e tamanho dos eventos, eles podem atrair pesquisadores de diferentes IES e até mesmo de outros países.

A tomada de conhecimento do programa acaba fazendo também com que outros pesquisadores busquem parcerias. Para os brasileiros, impele a empreitada por internacionalização, para os franceses, coloca o Brasil como potencial colaborador. Alguns entrevistados também lembraram que essa iniciativa pode ganhar peso global na IES, como demonstrado pela fala de um coordenador brasileiro: "a ideia é que cresça e passe para o nível institucional. Hoje não tem uma cooperação consolidada entre as IES da rede participante, mas isso vai naturalmente se expandir e caminhar para o nível institucional".

O mesmo questionamento foi feito para os colaboradores. Nesse caso, as respostas tenderam a refutar esses efeitos. A maioria dos entrevistados desse conjunto acredita que o impacto é mais pontual nos grupos, não chegando a extrapolar seus resultados para a IES. A afirmação a seguir de um coordenador brasileiro demonstra essa visão:

> Muito difícil de se dizer, varia enormemente. Não vejo possibilidade de grandes impactos em um programa de projeto conjunto de pesquisa porque é para um grupo de um laboratório. Porque no institucional passa por estruturas que estão fortemente estabelecidas nas IES brasileiras. Restrinjo o impacto a uma pesquisa bem-sucedida em que os resultados são positivos, disseminados, em que se formou pessoal com qualidade, se fortaleceu as relações entre os grupos. Não vejo essa capacidade num programa de financiamento de projeto conjunto de pesquisa.

Porém, foi lembrado ainda que os grupos formam a instituição e que, portanto, esse é um primeiro passo para avançar nesse sentido. Ademais, o tamanho da IES e a força da pós-graduação poderiam ser motores para amplificar esse impacto na universidade. Mesmo

considerando que o trabalho dentro do Capes-Cofecub é artesanal, alguns entrevistados argumentaram que ele não precisa ser pequeno e pode repercutir positivamente na instituição.

Outros, apesar de reconhecerem a relevância do programa, acreditam que, em regra, o relacionamento institucional acaba sendo menor, mas que existem exemplos em que esse relacionamento do grupo de pesquisa acaba se ampliando para a IES; então, o resultado para a instituição viria a reboque da atuação individual.

Há também o entendimento de que, hoje, é mais difícil internalizar e institucionalizar essas relações bilaterais entre pesquisadores para um relacionamento estratégico em nível institucional. Não há dúvidas acerca das possibilidades de parcerias e dos impactos positivos para as IES que podem ser gerados a partir da participação no programa, mas as instituições ainda não aproveitam esses benefícios. Como pontuado no depoimento de um coordenador do Brasil:

> Não temos IES que, como um todo, explorem essa parceria, são mais os grupos de pesquisa que conhecem, estudaram lá e que aproveitam essa oportunidade das parcerias por meio dos projetos. Isso tem um componente cultural, pois quem nunca teve possibilidade de contato tem mais dificuldade de ter parceria. Nossas IES precisam disso, essa oportunidade poderia ser melhor explorada. O programa fica muito encapsulado nos pesquisadores. Precisa ser estudado um modo de fazer com que os benefícios do Capes-Cofecub tragam de fato mais benefício institucionalmente.

Acreditamos que na primeira fase do Capes-Cofecub ele tenha tido um impacto muito maior na instituição. Seu objetivo era justamente a formação de recursos humanos, o estabelecimento de programas de pós-graduação. Principalmente no Nordeste, região priorizada no início, havia ainda muita carência de capacitação e necessidade de criação de programas.

Numa segunda fase, o programa passou a ser mais simétrico e de resultados mais fluidos na instituição. O impacto inicial do estabelecimento de estruturas foi reduzido, haja vista o próprio desenvolvimento e avanço da pós-graduação brasileira. Em um momento em que já haviam sido formados muitos pesquisadores e equipes estavam mais consolidadas, o objetivo inicial foi sendo substituído por pesquisas mais aprofundadas. Isso é perceptível quando da análise da produção científica. Ao observamos sua linha evolutiva, constatamos o crescimento da produção com o passar dos anos. Além disso, a abertura nacional do programa fez com que grupos em diferentes estágios de desenvolvimento tivessem acesso ao financiamento e, quanto mais a excelência foi priorizada, mais o programa se concentrou na pesquisa propriamente dita.

Como observado por um colaborador francês, na atualidade, o programa é mais artesanal, mas isso não é negativo, ele funciona bem,

> as pessoas que fazem ciência dentro do Capes-Cofecub são ótimos pesquisadores e os resultados, se comparados aos investimentos, são ótimos também. O investimento pessoal no programa leva aos bons resultados, isso é o que faz a boa ciência.

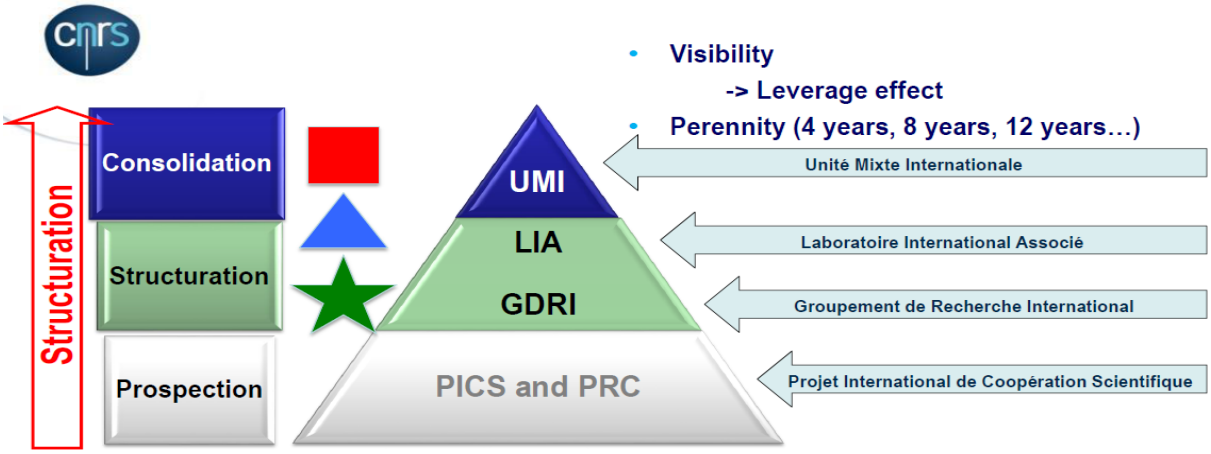
Apesar do aporte financeiro não ser grande, a possibilidade de gerar resultados positivos dentro do laboratório e do departamento é ampla. No Brasil, como o financiamento é maior e há a obrigatoriedade do envolvimento de bolsistas, esses resultados são mais visíveis.

Além disso, no passado, quando falávamos em desenvolvimento institucional, pensávamos em desenvolver grupos de pesquisa, programas de pós-graduação. No presente, quando a temática é trazida para discussão, pensa-se em laboratórios e projetos internacionais. Assim, entendemos que o impacto institucional antes era maior e que é preciso continuar a buscá-lo. Se antes era necessário o estabelecimento de programas no Brasil, hoje, com a evolução da pós-graduação no país e os desafios científicos, questões como colaboração científica e internacionalização ganham evidência. Apesar do reconhecimento da sua relevância, alguns respondentes enfatizam a necessidade de uma nova orientação estratégica do programa, ideia confirmada na fala de um coordenador francês:

> O que se precisa pensar agora é como expandir, fazer o Capes-Cofecub crescer sem perder esse lado artesanal, sem deixar de fazer boa ciência. O alvo da ciência não é só a produção do conhecimento, tem de produzir diálogo, amizade, boa vizinhança, tem um lado diplomático no Capes-Cofecub muito importante. Mega projetos não estão no âmbito no Capes-Cofecub. Um dos aspectos importantes do programa é seu lado político, que aproxima os dois países. Isso é fundamental. A alma do Capes-Cofecub é dupla, científica e filosófica, de aproximação dos dois países, aproxima as pessoas, aproxima a forma de fazer ciência.

Briot (2014), na celebração dos 35 anos do Capes-Cofecub, ressaltou que muitas iniciativas individuais e isoladas têm sido feitas no sentido não só de dar continuidade à parceria, mas de ampliá-la para que alcance dimensões maiores. Ele destacou que, como resultado de muitas parcerias, foram estabelecidos projetos internacionais de cooperação científica (PICS), Grupos de Pesquisa Internacional (GDRI), projetos no Laboratório Internacional Associado (LIA) e também Unidades Mistas Internacionais (UMI), conforme a figura a seguir:

Figura 2: Estruturas internacionais de parceria



Fonte: BRIOT, Jean Pierre (2014)

O então representante do CNRS no Brasil assinalou a existência de vários GRDIs, LIAs e uma UMI no Brasil: GDRI Física – UFRJ/Rio, GDRI Matemática – IMPA/Rio, GDRI Informática – PUC/Rio, GDRI Biologia – USP/SP, LIA Química – UESC/Ilhéus, LIA Biologia – UFBA/Salvador, LIA Biologia – Fiocruz/Rio, LIA Ecologia – LNCC/Rio, LIA Biologia – UFRJ/Rio, LIA Informática – UFRGS/Porto Alegre, LIA Biologia – Hospital Pequeno Príncipe/Porto Alegre, LIA Biologia – USP/SP, LIA Biologia – LNBio/Campinas, LIA Engenharia – UFMG/BH, USP/SP, Ufsc/Florianópolis, e UMI Matemática – IMPA/Rio. Todas essas estruturas são resultado direto da continuidade da parceria estabelecida no âmbito Capes-Cofecub, com significativo impacto institucional.

Entretanto, observamos que, diferentemente do momento do estabelecimento do programa, as parcerias, atualmente, não são administradas ou acompanhadas pela reitoria. Como mencionamos no capítulo anterior, houve uma tentativa das agências em trazer a maior participação das instituições para o programa com a inclusão da obrigatoriedade da Carta da Pró-reitoria da IES apontando o interesse institucional no projeto, porém, o esforço para a postulação, a realização do projeto e a continuação da parceria tem sido bastante pessoal, centrado na figura do coordenador.

Durante as entrevistas, quando questionamos os participantes acerca do apoio institucional para participação no programa, a maior parte deles não confirmou esse suporte. Em todos os casos em que foi defendido pelo pesquisador que há apenas chancela, também foi reforçado o entendimento de que há um ateste de confiabilidade e de que a iniciativa é muito bem-vinda, pois existe reconhecimento e valorização na IES. Embora explicitado que o

apoio é apenas formal, muitos coordenadores entendem que o trabalho é mesmo individual, do pesquisador. Os responsáveis por projetos, porém, foram unânimes em confirmar que não há entraves burocráticos para as candidaturas. Foi bastante presente ainda a afirmação de que a abertura para internacionalização se faz necessária. Apesar da fluidez e liberdade de atuação, os entrevistados confirmaram que não há uma atuação especial da instituição nesse sentido.

Houve ainda casos de coordenadores que apontaram o desinteresse da assessoria internacional em ter maior envolvimento com o projeto, confirmando uma deficiência na área. Outro ponto levantado, mas que também se relaciona com a baixa atuação internacional, foi a falta de estrutura para apoiar os estrangeiros na instituição. Tanto no caso de um pesquisador visitante em missão de curta ou longa duração quanto no caso de estudantes em intercâmbio, foi enfatizada não só a falta de estrutura logística para o recebimento do convidado, mas também a inexistência de apoio administrativo para prover uma melhor adaptação à nova realidade. O sentimento de que ainda há despreparo no Brasil para que essas iniciativas possam ser ampliadas esteve presente nos relatos (PRATA, 2004; STALLIVIEIRI, 2004).

Em posicionamento oposto a esse grupo majoritário, alguns coordenadores ressaltaram a ativa atuação do pró-reitor no incentivo da realização de parcerias ou no rápido endosso para participação no programa. Em alguns casos, foi citado o aporte financeiro para custeio de passagens, principalmente para participação em bancas, e a agilização de procedimentos para assinatura de cotutelas. Foi lembrado também que a atuação mais importante da IES se deu após o encerramento do projeto, com o financiamento de professores visitantes, bolsas de estudante, viagens e congressos, que facilitaram a manutenção da parceria.

Observamos que, mesmo nos casos em que os pesquisadores entenderam que há um forte apoio, ele se dá financeiramente ou na desburocratização de procedimentos, exceto por três casos – um no Brasil e dois na França –, em que realmente há, além do aporte financeiro para os projetos, acompanhamento e assessoramento dos pesquisadores. Em um dos casos franceses, foi criado um núcleo para apoiar a parceria com o Brasil e são incentivadas inclusive missões de prospecção e de trabalhos iniciais para a montagem do projeto, bem como são financiadas bolsas para doutorandos em missão de estudo. Em outro caso, há uma equipe especializada para cuidar de toda a tramitação administrativa e a preparação do projeto.

Se, por um lado, os ganhos institucionais não foram sublinhados, o apoio da IES também não foi apresentado como elemento fortalecedor da parceria. Como bem lembrou um dirigente de projeto brasileiro, “a chancela da universidade foi importante, mas não tivemos

uma grande participação da universidade, o que acaba não transpondo o benefício para outros grupos". Essa falta de apoio, além de desperdiçar a oportunidade de fomentar novas parcerias, também peca por não apoiar a manutenção da colaboração existente, o que pode prejudicar ou dificultar a continuidade da pesquisa conjunta. O apoio institucional multiplica os ganhos para as IES (CHERMAN, 1999; PRATA, 2004; STALLIVIERI, 2004).

Apesar da pouca atuação das universidades nesse sentido e da existência de possíveis obstáculos, constatamos que, em muitos casos, há continuidade da parceria, inclusive com seu fortalecimento. Os exemplos trazidos anteriormente acerca de laboratórios internacionais e grupos de pesquisa confirmam o esforço de muitos pesquisadores nesse sentido.

Questionamos também os responsáveis por projetos se ainda existia contato entre as equipes e se havia pesquisa conjunta após o encerramento da parceria. Acerca da primeira questão, as respostas foram majoritariamente positivas; já no que se refere à continuidade do trabalho iniciado com o financiamento Capes-Cofecub, constatamos que, embora não seja maioria, o grupo que não trabalha com o grupo francês representa uma grande parcela do total.

Tabela 24: Permanência dos contatos e das parcerias

	Contato com a equipe	**Pesquisa conjunta**
Sim	86%	56%
Não	14%	44%

Fonte: Tabela elaborada pela autora

Além dos dados quantitativos, abordamos de maneira qualitativa a questão da continuidade da parceria. Como confirmado por 86% dos respondentes ao questionário, as informações coletadas durante as entrevistas apontam para a manutenção do contato entre as equipes. Vários pesquisadores confirmaram a continuidade do projeto e da colaboração com visitas regulares, publicações, envio de estudantes, cotutelas, expansão da parceria para outras IES, ampliação da rede de investigação. Mesmo com o estabelecimento de colaboração com outros países, os responsáveis por projetos declararam que a atuação conjunta com a França é muito forte; nesse sentido, a parceria anteriormente estabelecida e os laços pessoais ajudaram no processo. Para muitos, a existência desse relacionamento prévio foi o motor que incentivou a participação no programa, sendo que o projeto formal potencializou a colaboração derivada, principalmente, do fluxo de pessoas. Isso foi enfatizado em depoimento por um responsável por projeto brasileiro:

> A parceria continua, são grupos que têm um interesse comum. Na verdade, os grupos que participam do programa Capes-Cofecub já tinham uma origem ou são a raiz de um novo programa. São pesquisadores que têm afinidade entre si, então a continuidade sempre é grande. Já pretendemos ter outro [projeto], porque é um facilitador na parte dos estudantes, esse aspecto é muito relevante. Para o pesquisador, dá-se um jeito de se realizar a interação, mas para os estudantes é fundamental. Eu me arriscaria a dizer que esses próprios estudantes formados no Capes-Cofecub serão futuros coordenadores.

Já relatamos também, neste capítulo, casos em que o pesquisador foi contemplado mais de uma vez com o financiamento e situações em que ele se associou ao projeto como membro da equipe ou até mesmo bolsista antes de ser coordenador. Essa importante participação como bolsista vem ao encontro de depoimentos recorrentes durante as entrevistas no sentido de que a parceira é mantida também com os antigos estudantes. Como ressaltado por um coordenador brasileiro:

> Ao longo do tempo, temos procurado manter a cooperação funcionando; mesmo nos períodos de quarentena entre um projeto e outro, aproveitamos viagens para congressos para visitar os parceiros franceses; tivemos alguns estágios sanduíche com bolsa das IES francesas, houve um pós-doutorado de um ex-bolsista do projeto com suporte francês. Procuramos estender a cooperação para outras IES francesas, aproveitando outros editais.

A continuidade foi igualmente mantida pela utilização de outros mecanismos, seja pelas bolsas individuais para doutorandos, seja pela participação em programas de professores visitantes em ambas as direções e com financiamento de ambos os países, seja pelo financiamento em outros programas e editais. Constatamos que a utilização de diferentes editais para professores visitantes foi bastante recorrente, além dos demais programas da própria Capes, como o Brafitec[13] e o Stic-AmSud,[14] dos editais do CNPq e também de outros projetos internacionais, disponibilizados pelo lado francês e por outros países. Entre os relatos nesse sentido, destacamos a importância da parceria assinalada por um coordenador brasileiro:

> Continuamos com a parceria. E a cooperação continua porque o programa deu bons resultados. Hoje, temos financiamento do Projeto Internacional de Cooperação Científica (PICS). Para se fazer o intercâmbio entre os dois países, o período é de três anos. Tivemos um segundo Capes-Cofecub no laboratório, de um colega, e trabalhamos juntos, terminou em dezembro de 2014. Como estamos próximos à aposentadoria, estamos buscando colegas jovens para continuar a pesquisa. É preciso que haja uma dinâmica. Os estudantes que já terminaram continuam

---

[13] Brafitec é um programa de parcerias universitárias entre a Capes e a Conférence des Directeurs d'Écoles et Formations d'Ingénieurs (Cdefi), na França, com foco na área de engenharias, para intercâmbio de estudantes de graduação, visando à aproximação de estruturas curriculares e das metodologias de ensino e à equivalência e ao reconhecimento mútuo de créditos.

[14] Stic-Amsud é um programa de projetos conjuntos de pesquisa multinacional entre a França e países da América do Sul, que visa à mobilidade em missões de trabalho e missões de estudo (doutorado sanduíche e pós-doc) na área de ciências e tecnologias da informação e da comunicação (STIC).

> trabalhando em parceria, não necessariamente dentro do Capes-Cofecub, mas trabalhando nas parcerias Brasil-França.

Há ainda casos em que o próprio laboratório e a IES viabilizam bolsas para estudantes, programa de visitantes, participação em bancas de tese (em cotutela ou não) e seminários. Embora o esforço pessoal de muitos pesquisadores tenha possibilitado a continuação da cooperação entre os grupos e, em alguns casos, o próprio apoio das IES, foi mencionado que os financiamentos estruturados são bastante importantes, uma vez que os programas são instrumentos de apoio para que essas colaborações aconteçam. Além disso, como lembrado por um coordenador francês, "o Capes-Cofecub não é a única solução para a cooperação entre o Brasil e a França, mas é seguramente uma boa solução".

Um segundo grupo de entrevistados informou não continuar a parceria. Dentre os motivos apontados para o encerramento da colaboração estão a falta de convergência na pesquisa após o encerramento do projeto inicial e a inexistência de uma colaboração prévia ao financiamento no âmbito do Capes-Cofecub. Houve situações também em que a aposentadoria ou o falecimento de um dos coordenadores impossibilitou a manutenção da parceria. No lado francês, em que as equipes são menores e há pouco ou nenhum envolvimento de alunos, esses episódios são mais comuns. Não foram raros os casos de pesquisadores franceses informando que o projeto seria descontinuado devido à aposentadoria do responsável e à inexistência de um grupo francês para dar continuidade às pesquisas. Além disso, foi muito ressaltado que, embora ainda haja a manutenção do intercâmbio de estudantes, não são mantidas as pesquisas conjuntas. Isso também foi apontado por pesquisadores que confirmaram a permanência do contato entre as pessoas, com mobilidade e conferências, mas com atuação em pesquisa em baixa escala. Houve inclusive o relato de um grupo em que houve continuidade da parceria por meio da mobilidade de estudantes de graduação via Brafitec, mas sem pesquisa conjunta.

Muitos pesquisadores nesse grupo alertaram para a dificuldade em manter um trabalho conjunto mais aprofundado sem o apoio para as missões de trabalho, enquanto outros apontaram a falta de financiamento de maneira geral. Foi levantada como obstáculo também a inexistência de um acordo formal, por exemplo, para a realização das cotutelas, haja vista que no âmbito do Capes-Cofecub há um período maior de bolsas para os estudantes nessa modalidade.

Um último grupo de entrevistados chamou a atenção para as tentativas realizadas visando à conservação da parceria, mas que foram prejudicadas por óbices principalmente financeiros e falta de apoio de maneira geral. Houve casos em que, num primeiro momento,

manteve-se a colaboração, mas, com a dissolução ou as mudanças nas estruturas de alguma das partes, o contanto foi-se perdendo.

Em muitos grupos, os contatos permaneceram por meio do envio de estudantes com bolsas individuais e também de visitas viabilizadas em decorrência de congressos e conferências. Outros pesquisadores foram enfáticos ao informar que buscam jovens para continuar a parceria após sua aposentadoria, mas nem sempre isso é possível; encontramos casos em que esse tipo de situação está se consolidando e outros em que o pesquisador não conseguiu criar essa tradição no grupo. Foram apontadas também situações em que essa mudança e transição já vinha ocorrendo. A preocupação com a continuidade do trabalho iniciado esteve bastante presente entre as respostas apresentadas pelos responsáveis por projetos.

Constatamos que, em muitas circunstâncias em que foi possível a continuidade da parceria, além do inegável esforço pessoal dos pesquisadores, houve também o incentivo e suporte da própria IES e do laboratório com o financiamento de bolsas e também de viagens. Em alguma medida, verificamos que a falta desse apoio também foi um entrave para que muitos continuassem. Esses relatos e situações vão ao encontro das reclamações de falta de apoio institucional, situação que talvez esteja mudando com a evolução das políticas internacionais das instituições.

Logo, buscamos verificar se a instituição dispunha de uma política para o estabelecimento de parcerias internacionais e se tem havido uma evolução no meio acadêmico com atuação nesse sentido. A visão predominante foi de que há evolução nessa política e de que as universidades têm apoiado esse processo. Muitos pesquisadores disseram que as políticas nesse sentido têm sido aprofundadas e que a instituição é muito presente, incentiva e enxerga de maneira positiva as parcerias internacionais. Outros professores afirmaram ainda que há forte tradição em suas universidades nesse sentido, que essa abertura sempre foi uma constante. Como exemplos concretos, houve coordenadores que citaram a facilidade nos trâmites de acordos de cotutela, no custeio de viagens, no apoio à realização de eventos internacionais na instituição e mesmo no financiamento para que professores visitantes pudessem estar presentes na IES.

Do lado francês tivemos ainda relatos de uma evolução na política internacional, que resultou na inclusão do Brasil como país prioritário para o estreitamento das parcerias. Há instituições que contam com apoio de equipe especializada para assessorar nas relações com a América Latina e o Brasil. Houve o estabelecimento de uma escola Santos Dumont para fortalecer a colaboração com as instituições brasileiras e até mesmo a criação de escritórios no

Brasil para incentivar a expansão da mobilidade e da pesquisa, como relatado por um coordenador francês:

> Há uma política de acompanhamento de cotutela e busca por novas parcerias. Hoje, há uma reflexão na França e em nossa ComUE sobre as relações com o Brasil. O Brasil é considerado um ator prioritário. Hoje, há um responsável da nossa ComUE instalado em São Paulo para facilitar essa parceria. Mas o importante é a parceria individual. Tudo o que é feito na colaboração internacional entre os laboratórios é bem visto na universidade e leva ao estabelecimento dos acordos formais. Na verdade, as parcerias e as cooperações vêm dessa base. Não adianta no topo buscar estabelecer acordos se não há pesquisadores para implementá-los.

Do lado brasileiro, percebe-se ainda pouca participação das instituições nas iniciativas dos professores. O crescimento natural das colaborações precisa motivar as universidades a, além de auxiliar os pesquisadores nos processos de submissão, acompanhar o desempenho das parcerias. Como relatado em entrevista por um dirigente de projeto,

> há mais interação com o exterior. Essa interação não é importante por si só, mas ela nos ajuda a melhorar a qualidade dos nossos trabalhos; hoje temos um ambiente mais científico, mas ainda falta muito apoio da IES.

Um grupo significativo de respondentes entende que essa política está evoluindo e que a instituição tem sinalizado o empenho no sentido de viabilizar uma maior abertura internacional. A seguinte afirmação de um coordenador brasileiro corrobora essa visão: "a universidade tem buscando maior internacionalização, mas parcerias, como uma política institucional". Os professores, porém, apontaram que há ainda uma série de deficiências que impedem essas ações, desde a falta de recursos financeiros, logísticos e administrativos, até a ausência de uma política e estrutura de cooperação internacional. Ademais, foi bastante enfatizado que esse apoio depende muito da gestão e do esforço pessoal da equipe que atua na área. Em dois depoimentos, os inquiridos informaram que, na contramão desse processo de internacionalização, houve uma retração das ações da instituição nesse âmbito.

Um aspecto bastante destacado nas entrevistas foi o fato de que as parcerias são individuais. Assim, há acadêmicos que argumentam que mesmo que a IES dê suporte e trace diretrizes, a cooperação e os convênios nascerão da iniciativa dos professores; portanto, as políticas institucionais seriam pouco eficazes. Contrapondo esse argumento, mas enfatizando a natureza pessoal da parceria, muitos entrevistados acreditam que essa política facilitaria a busca de colaborações pelo pesquisador, as quais aconteceriam de qualquer forma. Para eles, as universidades vêm a reboque, elas acompanham os pesquisadores e não o contrário, mas há o entendimento de que, hoje, as ações se convergem e, nesse sentido, o respaldo é importante.

Na verdade, as IES podem aproveitar a experiência de muitos pesquisadores em cooperação internacional para expandir essas iniciativas institucionalmente. Particularmente

no caso francês, houve ponderações de que os países ainda são muito eurocentrados, sendo necessária uma maior abertura para o mundo e principalmente para o Brasil, haja vista a proximidade científica e acadêmica entre os dois países. Mesmo nesse grupo que acredita que o processo de evolução dessa política esteja em andamento, há o sentimento de que muito mais ainda precisa ser feito, como relatado por um coordenador brasileiro:

> Observa-se que a cooperação internacional tem sido cada vez mais importante no desenvolvimento das instituições. A nossa universidade tem uma secretaria, mas acho que deveria ser até mais que isso, porque precisamos evitar a endogenia. Temos de nos abrir para o mundo. Os grupos que se relacionam internacionalmente são os grupos que mais têm resultado, mais avançam nas pesquisas. A pesquisa não deve ficar desassociada do ensino.

Na contramão do grupo que está satisfeito com a evolução das políticas de internacionalização ou que acredita que ela tem dado retorno, um conjunto de pesquisadores mostrou-se insatisfeito com a falta de incentivo ou mesmo com a inércia da instituição. Alguns respondentes informaram que, com a aposentadoria, deixaram o vínculo com a universidade pública e passaram a atuar no campo privado, estruturando ações de cooperação internacional tentadas sem sucesso na instituição da qual faziam parte. Problemas como a falta de flexibilidade e o tamanho pequeno do grupo, além da burocracia e da falta de recursos financeiros, foram apontados como fatores que dificultavam os avanços. Muitos dirigentes de projeto que buscam interações reclamaram da falta de estrutura física e administrativa. Um responsável por projeto brasileiro registrou essa dificuldade:

> Hoje estamos com dificuldade para a estrutura fluir. Precisa-se de orçamento, de pessoal especializado. Precisamos ter estrutura organizacional e ações integradoras para a internacionalização. A reitoria tem um órgão de assessoria ao gabinete do reitor, mas precisaríamos descentralizar. Funciona no sufoco porque não está instrumentalizada para isso, então imagine as unidades acadêmicas. Isso porque o outro lado será deflagrado naturalmente se esse processo estiver estruturado, aumentaria a parceria. Não estamos preparados para isso e precisamos quebrar esse circuito vicioso. Quando se organizar essa estrutura, vamos dar saltos de qualidade. Precisa-se de um pouco mais de pessoas qualificadas nos lugares certos.

Por um lado, alguns pesquisadores franceses argumentaram que há um discurso de incentivo para a cooperação internacional, principalmente para a cooperação com o Brasil, mas que ações efetivas são parcas. Por outro, foram mencionados também casos de instituições que focam na cooperação para o desenvolvimento, o que teria levado a uma redução do apoio financeiro a países como o Brasil.

Ouvimos relatos de pesquisadores com pouco acesso ao escritório internacional ou que, apesar de saber da sua existência, nunca testemunharam políticas internacionais efetivas; além disso, um coordenador mencionou a existência de um escritório internacional na

instituição. Houve relatos ainda de uma forte política *top down* com muitos acordos assinados, mas com resultados escassos.

Contrariamente a essas experiências, há situações, como a mencionada a seguir, em que o sucesso da participação no Capes-Cofecub acabou motivando outras parcerias e levando a uma mobilização maior na área internacional. Assim afirmou um dirigente brasileiro:

> Não tinha política, tinha um apoio tímido. As iniciativas eram dos professores, o que eles faziam era não dificultar. Acho que ainda não existe uma política, mas certamente houve uma mobilização muito maior à medida que fomos ampliando essa colaboração. Receber os franceses mobilizava a instituição. Não digo que foi desenvolvida uma política nesse sentido, mas a nossa parceria contribuiu muito, acelerou muito, forçou muito o desenvolvimento e a familiarização com esse processo e esses acordos todos. Outras parcerias vieram depois. No meu instituto já usam o Capes-Cofecub em outros departamentos, em outros programas ele também se faz presente. Muitas dessas novas parcerias são resultado da nossa, que já é de longa data, mas falta a atuação da instituição.

Acreditamos que o processo de internacionalização seja, majoritariamente, construído por pesquisadores nos laboratórios, em ações de cunho pessoal. Todavia, essas ações precisam casar-se com políticas e respaldo da instituição. Por um lado, a universidade precisa facilitar os procedimentos, reduzir burocracias internas, divulgar oportunidades e assessorar pesquisadores em suas empreitadas. Por outro, é preciso também que sejam alocados recursos para a concretização de iniciativas internacionais, desde o financiamento de passagens aéreas e diárias para participação em eventos no exterior, congressos e bancas, até concessão de bolsas não só para que professores e estudantes realizarem formação em outros países, mas também para que visitantes possam ministrar aulas e cursos no Brasil. Além disso, uma forte ação de conscientização da comunidade para os benefícios da internacionalização e procedimentos arrojados são fundamentais para a abertura internacional. Programas como o Capes-Cofecub são ferramentas úteis e importantes nesse processo, contudo, as universidades e os centros de pesquisa também devem ter uma atuação que vá ao encontro das políticas federais de incentivo e fomento à circulação internacional (CAPES, 2004, 2010; PRATA, 2004).

5.5.2 Desafios na condução do projeto

A falta de apoio institucional talvez possa ser citada como um elemento que dificultou a continuidade da parceria ou até mesmo a condução dos projetos. Como relatamos, o apoio institucional é bastante necessário, principalmente após o encerramento do projeto. Outros

fatores, contudo, podem prejudicar a manutenção do vínculo; a descontinuidade pode estar ligada, por exemplo, a dificuldades na condução da parceria.

Nesse sentido, buscamos apreender das entrevistas informações sobre como o projeto foi conduzido, seu funcionamento, coordenação e o alcance ou não dos objetivos estabelecidos. Em termos de encaminhamento da pesquisa, os entrevistados foram unânimes em informar que sua condução foi fácil e simétrica. Segundo relato de um coordenador francês, "os interesses comuns e a possibilidade de avanços comuns favoreceram bastante a cooperação". A valorização e o comprometimento das equipes foram características ressaltadas nos depoimentos. Em alguns casos, a partir da pesquisa inicial, nasceram novas possibilidades de investigação conjunta e mesmo novas submissões ao programa. O contato prévio para muitos grupos foi facilitador dessa interação, reforçada pelo financiamento derivado do programa. Assim postulou um dirigente de projeto francês: "não foi o Capes-Cofecub que criou a parceria, o programa apenas ajudou a caminhar com uma pesquisa conjunta que já existia. Foi um apoio estratégico". Além disso, as novas possibilidades de comunicação e interação virtual foram apontadas como facilitadoras para a atuação conjunta, tanto na preparação dos projetos quanto na pesquisa, na publicação de resultados ou na condução da orientação de alunos em doutorado sanduíche ou cotutela.

Em termos de objetivos, apurou-se que as equipes já tinham aproximação científica e linhas de pesquisa próximas. Segundo um depoimento, o grande mérito do programa é justamente colocar em diálogo essas pesquisas, tendo como diferencial a complementariedade das investigações. Ademais, o que se observa é uma constante evolução e adaptação visando à convergência de interesses em ambos os laboratórios, pelo fato de a pesquisa ser dinâmica. Como observou um responsável de projeto francês:

> temos ideias básicas e durante a pesquisa você vai descobrindo coisas que não sabia antes, sejam elas dificuldades que você não sabia que existiam, sejam elas tesouros escondidos que você não tinha percebido, e aí você vai adaptando o projeto.

Em alguns casos, os resultados esperados não foram alcançados e o escopo acabou sendo reduzido, mas na maior parte das situações houve ampliação de objetivos e, em última instância, versatilidade para a realização dos ajustes naturais advindos das análises e descobertas.

Um ponto importante apontado nos depoimentos foi a fase atual de cooperação e simetria; se antes o Brasil era tutelado, hoje há troca e transferência de conhecimentos, retratada principalmente pela produção científica conjunta. Característica bastante relevante do Capes-Cofecub, a liberdade científica foi exaltada nas entrevistas. Também foi lembrada a

importância da formação de redes e circulação dos grupos. Além disso, o relevante papel individual dos pesquisadores e sua interação foram enaltecidos por um coordenador de projeto francês:

> Um dos pontos importantes para um bom funcionamento de um projeto Capes-Cofecub é que haja interesses mútuos, que os pesquisadores se conheçam e tenham interesse de levar adiante. Se o pessoal quer, leva-se adiante. Não adianta uma imposição ou determinação institucional, é preciso a vontade individual.

O alcance dos objetivos do programa, sua expansão ou mesmo sua adaptação não se deram sem que eventuais dificuldades fossem enfrentadas. Dentre os obstáculos mais citados, estão aspectos e questões correntes da própria administração de um projeto. Como os professores não são acostumados com os detalhes burocráticos, essas questões se destacam principalmente no início. A realização da prestação de contas por parte dos acadêmicos é um desafio. Problemas como demora para iniciar as missões, falta de alunos e bolsas do lado francês, barreiras linguísticas, problemas de câmbio financeiro, dificuldade em sair com amostras do Brasil e atrasos no recebimento dos valores ou das passagens aéreas foram outras situações muito citadas.

A compatibilização de agendas e a organização interna para a realização das missões, potencializada pelos calendários acadêmicos distintos, também foram fortemente mencionadas. Acerca do período estabelecido para as visitas, se, por um lado, houve críticas quanto à insuficiência dos 21 dias para as missões de trabalho, por outro, houve também a ponderação de que, em alguns momentos, dez dias é um tempo excessivo. Considerando principalmente que no período de dez dias são inclusos os finais de semanas, parte do tempo acaba sendo improdutivo para o alcance de resultados.

Houve muitas ponderações também acerca dos baixos valores direcionados ao custeio da pesquisa. Falta de verba para aquisição e manutenção de equipamentos e reagentes foram apontados como empecilhos a uma maior produtividade. Muito embora não haja previsão de recursos para custeio pelo lado francês, foi apontado que nesse país, diferentemente do Brasil, há mais recursos no laboratório e no programa destinados à pesquisa.

Quanto à execução dos projetos, foram apontados alguns obstáculos, como dificuldade em estabelecer uma equipe e encontrar mais professores que queiram apoiar a pesquisa, falta de alunos interessados na temática e até mesmo pouco apoio do laboratório ou da pós-graduação. A escassez de tempo para atuação conjunta, mesmo quando da realização das missões de trabalho, também foi relatada.

No que se refere aos alunos, dois pontos foram lembrados: a demora em receber a carta de aceite (*lettre d'accueil*) e a falta de inscrição formal na instituição, que acabam resultando na perda de benefícios gozados pelos estudantes regulares. Foi ressaltado ainda que, nos anos iniciais, os bolsistas, embora indicados dentro do projeto, tinham de apresentar suas submissões ao sistema tradicional de concessão de bolsas e, muitas vezes, não eram selecionados, o que prejudicava o andamento do projeto. Esse problema, como já relatado no capítulo anterior, foi sanado pela Capes posteriormente.

Com relação à parte administrativa e atuação das agências, foi apontado pelos responsáveis por projetos do lado francês o pouco contato com o Cofecub e também a falta de informações mais precisas e detalhadas para o andamento da parte administrativa. Do lado brasileiro, a dificuldade de comunicação com a Capes também foi ressaltada. Os coordenadores brasileiros também falaram sobre os longos prazos estabelecidos pela agência e as antecedências exigidas para solicitação das demandas, o que, em alguns momentos, inviabiliza a realização das atividades. Demais disso, todos os entrevistados ponderaram acerca da insuficiência dos valores das diárias. Somente devido ao apoio prestado pelos próprios parceiros do projeto ou a alguma estrutura da instituição viabiliza-se a realização das missões de trabalho. Há casos, inclusive, de coordenadores que não mais realizam as missões, principalmente em cidades maiores, em que o custo de hospedagem e deslocamento é bastante alto. Apesar da liberdade científica para a pesquisa, foi recorrente também a reclamação acerca da falta de flexibilidade na condução do projeto, como expõe um coordenador brasileiro:

> Não tivemos dificuldades nem entre nós e nem com a Capes e o Cofecub. Contudo, algumas coisas importantes poderiam ter se concretizado mais facilmente se tivéssemos mais liberdade para utilização recursos. Finalmente, tivemos dificuldades no enquadramento de estudantes nas exigências do acordo. Em alguns momentos, tínhamos necessidade de missão para estudantes, mas, infelizmente, naquele momento não era compatível com as exigências do acordo, embora fosse muito importante para o estudante e para a colaboração. Acredito que essa tenha sido a maior dificuldade.

Ainda no que se refere às dificuldades, buscamos verificar se houve simetria na cooperação. Como demonstrado no capítulo anterior, o programa foi inicialmente estabelecido para apoiar as IES do nordeste do Brasil. Num segundo momento, houve a expansão do Capes-Cofecub para o âmbito nacional. Além disso, a iniciativa passou por diferentes fases. Se num primeiro momento havia uma relação assimétrica para formação de recursos humanos no Brasil e existia a necessidade de estabelecimento e fortalecimento dos

programas de pós-graduação, hoje vislumbramos uma parceria simétrica e o mérito científico dos projetos.

Questionados acerca da atuação das equipes no desenvolvimento e na condução da pesquisa, os coordenadores responderam majoritariamente que ela ocorreu de maneira simétrica. No que se refere às missões de trabalho, a confirmação da simetria foi ainda maior, conforme apresentado na tabela a seguir:

Tabela 25: Simetria na cooperação

Simetria	Atuação na condução da pesquisa	Missões de trabalho
Sim	84%	87%
Não	16%	13%

Fonte: Elaboração da autora

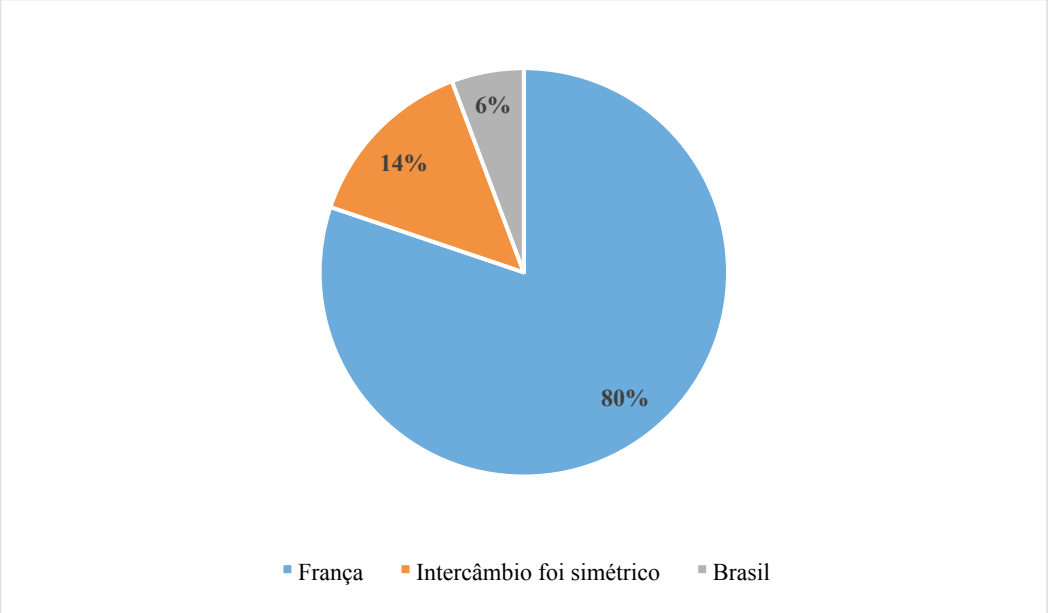
De maneira geral, os depoimentos coletados nas entrevistas seguiram a mesma lógica do que foi constatado nos questionários. A maioria dos entrevistados argumentou que, em termos acadêmicos, científicos e de missões de trabalho, a parceria foi simétrica. A cooperação realizou-se de maneira equilibrada, a condução da pesquisa e do projeto ocorreu de maneira harmônica, com bom funcionamento das missões de trabalho. Embora tenha sido relatado que os franceses em missões de trabalho normalmente passam menos tempo no Brasil, também se pontuou que eles têm maior propensão a realizar essas missões. Alguns coordenadores confirmaram ainda que houve simetria em todos os aspectos, como nesta declaração de um brasileiro: "total simetria. O projeto estava ancorado em projetos maiores, talvez isso tenha servido de suporte para os bons resultados. O Capes-Cofecub acabava sendo um facilitador da interação entre as partes". Nas palavras de outro professor brasileiro:

> Houve simetria de esforços, dedicação, trocas dos dois lados. Não sei dizer se a palavra certa é simetria. Eu penso mais em reciprocidade. Dos dois lados sempre houve abertura e empenho no sentido de fortalecer a cooperação e de desenvolver os trabalhos propostos e ampliar os horizontes das duas equipes. Naturalmente, como as realidades acadêmicas são muito diferentes, as trocas não foram simétricas. Tivemos mais missões de estudantes no sentido Brasil-França e mais missões de pesquisadores e engenheiros de pesquisa no sentido França-Brasil.

No que se refere às missões de estudo, os respondentes, tanto no questionário quanto nas entrevistas, foram incisivos em afirmar que houve bastante assimetria. Exceto por alguns casos isolados, os coordenadores de ambos os lados confirmaram que o país que mais recebeu estudantes foi a França. Oitenta por cento informou que aquele país foi o que mais recebeu

estudantes, contra 20% que afirmou que o recebimento de alunos era simétrico ou que o Brasil admitiu estes em maior número.

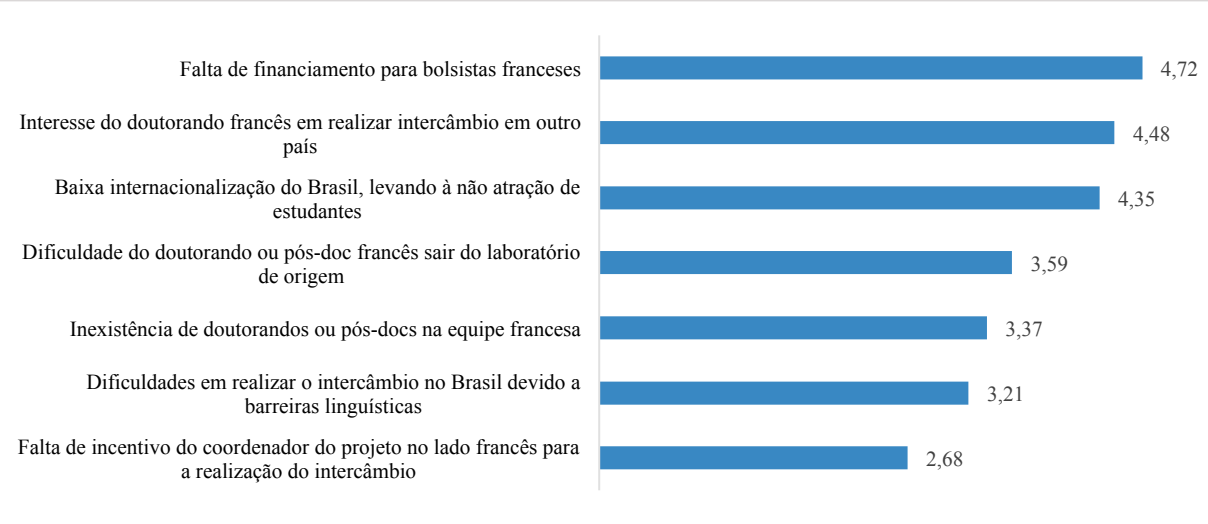
Gráfico 17: Distribuição das missões de estudo



Fonte: Elaborado pela autora

Nas análises quantitativas, bem como nos relatos, o principal motivo apontado pelos respondentes para a inexistência de simetria foi a falta de financiamento para realização de missões de estudo pelos franceses. Outro fator bastante mencionado foi o interesse na realização de intercâmbio em outro país que não o Brasil. Pelas entrevistas, podemos constatar que os destinos preferenciais dos franceses em mobilidade são os EUA e demais países da Europa. Fatores como barreiras linguísticas ou falta de incentivo do coordenador do projeto foram considerados de menor importância. O gráfico a seguir apresenta, em ordem de importância, os fatores citados pelos responsáveis de projeto para justificar a assimetria.

Gráfico 18: Fatores relacionados à falta de simetria



Fonte: Elaboração da autora

Apesar da falta de financiamento para os estudantes franceses ter sido mencionada como o principal fator para a assimetria em missões de estudo, é importante lembrar que o Cofecub financia missões de curta duração para mobilidade estudantil. Ainda assim, constata-se o desequilíbrio. Embora os respondentes ao questionário tenham apontado a baixa internacionalização do Brasil como um dos principais fatores da não atração de estudantes, um ponto bastante destacado pelos entrevistados foi a falta de estudantes na equipe francesa. Barreiras linguísticas ou desconhecimento sobre o Brasil também foram fatores citados, além da já comentada preferência por países anglófonos.

Durante as entrevistas, a questão da qualidade científica do Brasil não foi levantada. Ao contrário, quando questionados, os responsáveis por projetos, pelo lado francês, foram bastante enfáticos em afirmar que não há esse desequilíbrio:

> A maior razão para a assimetria na questão das missões de estudo é que não há financiamento. Além disso, apesar da hospitalidade brasileira, há dificuldade com a língua. Não acho que haja uma questão de falta de simetria em termos científicos.

Há, porém, a constatação da falta de conhecimento sobre a produção científica brasileira. Para os entrevistados, o Brasil não era, no passado, um país atrativo; apesar da gradual mudança, reconhece-se que ainda não há tradição em algumas áreas, como bem apontado por um responsável por projeto francês:

> [Em relação à] missão de trabalho, é bem simétrico. Em termos de bolsistas, ainda não, mas isso começa a mudar agora. O maior problema é que não há bolsas para os estudantes irem para o Brasil. Mas tivemos estudantes indo para o Brasil com outros financiamentos por períodos curtos. O problema da ida para o Brasil é realmente a falta de financiamento, mas é claro que ainda não há uma tradição científica reconhecida no Brasil. Na França são mais reconhecidos os intercâmbios feitos com países anglófonos. As coisas estão mudando, muitos pesquisadores descobriram o potencial científico do Brasil nos últimos tempos, mas a inércia cultural ainda leva

> um tempo para mudar. Todos os resultados positivos com o Brasil estão começando a dar frutos. Hoje, há uma colaboração simétrica com o Brasil.

Acerca dos ganhos, alguns coordenadores entendem que a assimetria beneficia somente o lado francês, uma vez que os estudantes brasileiros acabam fazendo todo o trabalho no laboratório. Em alguns casos, os coordenadores entenderam que há um ganho equilibrado; mesmo a França recebendo bem mais estudantes para atuar na pesquisa, eles aprendem técnicas e métodos e aplicam e multiplicam esse conhecimento em seu retorno, fortalecendo assim a formação. Houve afirmações até no sentido de que os maiores benefícios haviam sido para o Brasil. O depoimento de um coordenador brasileiro confirma essa ideia:

> Muito embora nosso grupo já esteja sedimentado, ainda estamos um pouco atrasados em relação a eles. Eles têm técnicas e métodos mais avançados que a gente e estamos usufruindo disso. Eles se prontificaram a vir nos ajudar a montar as novas técnicas no Brasil, vieram nos apoiar na estruturação, a sedimentar e fortalecer nosso grupo. Os nossos estudantes que foram para lá produziram muito, foram elogiados e estão multiplicando esse aprendizado aqui.

Embora os dados e relatos apontem para a assimetria com relação às missões de estudos, alguns coordenadores confirmaram que a vinda de estudantes franceses para o Brasil foi bastante frutífera, pois houve o estabelecimento de redes, a manutenção do vínculo e até mesmo a permanência de alguns pós-docs como docentes em IES brasileiras.

É importante lembrar ainda que essa simetria vem sendo edificada. Apesar de o Cofecub não prever o financiamento de bolsas de longa duração, recentemente o Comitê assinou acordo com a Sorbonne Paris Cité para que o grupo de universidades consorciadas ao ComUe destine anualmente bolsas para estudantes franceses realizarem mobilidade no Brasil no âmbito do programa. Essa iniciativa vem sendo expandida e há negociações avançadas com outros ComUe e Pres franceses para que, a exemplo da Sorbonne Paris Cité, aloquem recursos específicos para o programa. Ademais, como já várias vezes mencionado, não se buscava, quando do estabelecimento do programa, a simetria da colaboração, assim, esse é um processo em construção. Essa percepção foi habilmente apontada na seguinte resposta de um coordenador brasileiro, que bem sintetiza essa questão:

> Fui um grande defensor da simetria. Quando teve a comemoração dos dez anos, isso foi um dos temas discutidos. No início, tudo bem que havia o apoio francês para o fortalecimento da pós-graduação brasileira, mas, passados dez anos, já estamos mais consolidados e gostaríamos que houvesse uma certa simetria. Em relação às missões de trabalho, esse equilíbrio, de uma maneira geral, existe. Em relação às missões de estudo, contudo, eram mais brasileiros indo para lá e dificilmente franceses vindo para cá, embora esporadicamente viessem. A maior justificativa para a não vinda, hoje: falta bolsa. É um processo gradativo de amadurecimento e melhoria da pós-graduação brasileira. No início do Capes-Cofecub, o foco era de fato o apoio francês, mas atualmente isso mudou, pois em algumas áreas estamos no mesmo patamar. É agora o momento de começar a ter a simetria. Eu acho que isso vai

> começar a acontecer no futuro. Mas os europeus têm a oportunidade de ir para qualquer lugar do mundo; hoje, no Brasil, ainda não temos isso. Como as oportunidades são muito maiores, eles vêm menos. As IES francesas exigem que o aluno tenha uma boa formação em inglês e por isso a opção também por países anglófonos. Ademais da falta de bolsas, ainda existem outros fatores que também pesam contra a vinda de estudantes franceses para o Brasil.

Por último, foi ainda apontada a assimetria entre a própria administração por trás do programa nos dois países. Por um lado, no Brasil, há uma fundação governamental envolvida no processo, com uma estrutura grande e muitas vezes pesada. Por outro, na França há uma burocracia leve e fluida que gerencia o programa. Essas diferenças, no entanto, não derivam em uma gestão desequilibrada. O desequilíbrio acontece somente na questão do aporte financeiro, muito mais significativo pelo lado brasileiro que pelo francês. Essa diferença foi lembrada na seguinte declaração de um responsável por projeto francês, que, além de fazer-nos atentar para a questão do financiamento, também reforça o problema da falta de bolsas

> Acho que há um desequilíbrio entre o que a Capes propõe e o que o Cofecub propõe. A Capes propõe muito mais e é muito mais presente. Uma coisa ruim é que nossos estudantes não podem ficar no Brasil o mesmo tempo que os brasileiros aqui.

Constatamos que, paulatinamente, as partes vêm buscando minimizar esses percalços. Demais disso, as questões de assimetrias apontadas anteriormente não afetaram a condução do projeto e tampouco a colaboração dos demais envolvidos no desenvolvimento da pesquisa. Quando inquiridos acerca da participação dos membros da equipe nos trabalhos, houve grande coincidência de opiniões no sentido da equanimidade de atuação de todos os implicados na parceria.

A ideia de que tanto os parceiros franceses quanto os brasileiros atuaram muito, de que todos os que participavam efetivamente estavam bastante envolvidos, esteve presente na maior parte dos relatos. Em muitos casos, houve a inclusão de mais pessoas e a expansão do grupo. Além disso, foram observadas situações de envolvimento com outras IES no próprio país, algo bastante positivo devido à interação de pós-docs de diferentes instituições, que puderam sair em missão de estudo e depois continuar a colaboração aqui, estabelecendo redes nacionais e internacionais.

Em casos de grandes equipes e de pesquisas bastante capilarizadas, há a participação de todos os níveis de pesquisadores, desde o bolsista de iniciação científica até o orientador. Nesse grupo, muitos responsáveis por projeto informaram que não foram realizadas mais missões por falta de financiamento.

Acerca dos bolsistas, os dois lados foram unânimes em ressaltar suas qualidades científicas, seu comprometimento e sua proatividade. Foi mencionado ainda que, devido a

esse perfil, eles fizeram seus próprios contatos e continuaram as parcerias. Como indicado na afirmação de um dirigente de projeto brasileiro:

> A participação dos alunos é fundamental, é a chama que faz as coisas caminharem. A gente, tendo bons alunos, eles assumem a cooperação, têm força, vontade de trabalhar, querem resultados. Estamos trabalhando com nossos ex-alunos. Começam a formação junto com a gente e depois se tornam parceiros. Essa experiência faz com que eles cresçam mais rápido.

No mesmo sentido, afirmou outro responsável por projeto brasileiro:

> A participação dos bolsistas no projeto é de suma importância, pois as missões de longa duração são valiosas para assegurar a continuidade do projeto de cooperação; as missões de trabalho também têm um peso importante na cooperação, pois permitem uma atualização da equipe no tocante ao avanço da tecnologia. Nosso projeto de cooperação sempre procurou ser uma rede, envolvendo outras IES brasileiras e francesas. Assim, a participação de colegas das outras IES também foi crucial para manter as atividades de pós-doutorado e doutorado sanduíche.

Foi lembrado por alguns depoentes que, do ponto de vista administrativo, a responsabilidade é dos coordenadores; mesmo assim, tivemos relatos de grupos em que todos se envolviam mesmo com a organização dos eventos, cursos e com a parte burocrática de maneira geral. Poucos foram os casos de relato de desequilíbrio na participação ou de falta de engajamento dos demais membros, mas comentou-se que, quando os grupos são grandes, aqueles que participam de missões se envolvem mais. A questão linguística foi ainda apresentada como um óbice para maior participação.

5.6 Demais desdobramentos

Além da continuação das colaborações após o encerramento dos projetos, a formação de redes e o estabelecimento de novas parcerias pelos demais membros e estudantes do grupo foram citados como desdobramentos. Quando questionados se mantinham vínculos científicos com outros pesquisadores franceses em decorrência da cooperação no âmbito do programa Capes-Cofecub, a maioria dos coordenadores confirmou a existência de outras colaborações, conforme apresentado na tabela a seguir:

Tabela 26: Colaboração com outros pesquisadores franceses

Vínculos científicos com outros pesquisadores franceses	
Sim	66%
Não	34%

Fonte: Tabela elaborada pela autora

Constatamos que a parceria no âmbito do Capes-Cofecub, além de benéfica para a aproximação dos grupos de pesquisa financiados, realização de produção científica conjunta e demais atividades, possibilita novas interações, formação e consolidação de outros grupos. A circulação internacional realizada nos períodos de missões de trabalho facilita o contato com outros pesquisadores. Além disso, seminários e conferências realizados no âmbito do projeto proporcionam o encontro acadêmico e científico.

Buscamos ainda verificar se, após o estabelecimento da parceria no âmbito do Capes-Cofecub, a França havia se tornado o principal parceiro internacional do pesquisador brasileiro. No grupo de respondentes, 60% dos responsáveis por projetos afirmou que esse país era seu principal parceiro internacional. Esse resultado confirma a importância desse tipo de financiamento como apoio estratégico para que a pesquisa possa avançar.

Ainda acerca de demais desdobramentos, inquirimos os coordenadores de projeto se eles haviam firmado colaborações internacionais com outros países e se a parceria no Capes-Cofecub os havia influenciado a estabelecer essas parcerias. Como confirmado pela tabela a seguir, a grande maioria dos pesquisadores estabeleceu novas cooperações após o encerramento do financiamento.

Tabela 27: Parcerias com outros países

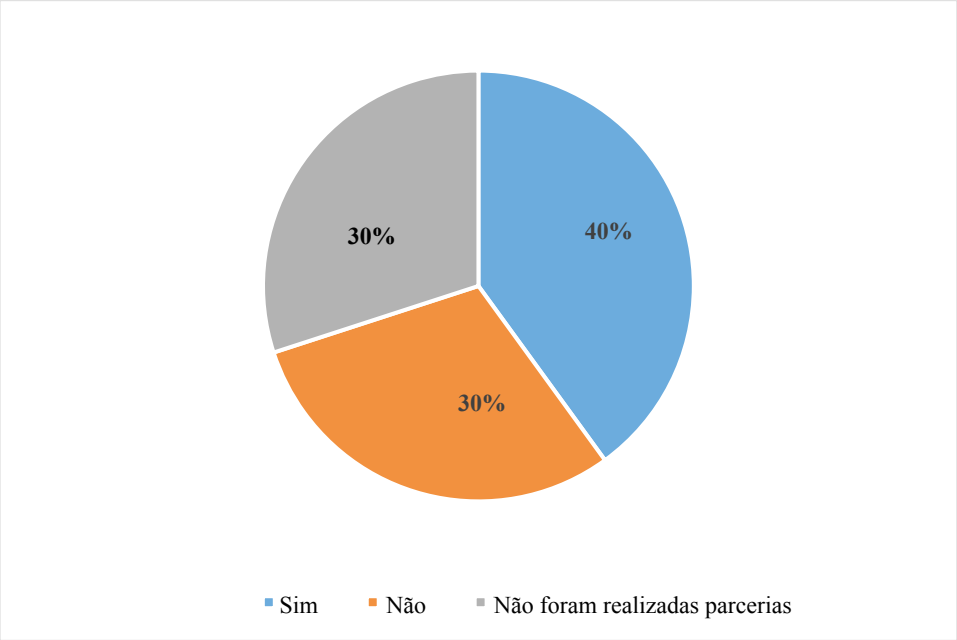
Após esse financiamento, você estabeleceu parceria com outros países?	
Sim	70%
Não	30%

Fonte: Tabela elaborada pela autora

Entre os pesquisadores que estabeleceram parcerias internacionais, a maioria foi influenciada pelos resultados positivos alcançados no Capes-Cofecub. A participação em um programa internacional e a existência de resultados positivos acabam sendo facilitadores para que novas parcerias surjam. Por um lado, os pesquisadores começam a entender a dinâmica dos procedimentos burocráticos internos no Brasil e, por outro, a interação internacional cria um círculo virtuoso de novos contatos e amplia as perspectivas científicas. Como relatado por um colaborador brasileiro: “participar de um projeto conjunto de pesquisa internacional abre horizontes. Reduzem-se e quebram-se barreiras. Começa-se em geral com um programa mais conhecido e, a partir daí, amplia-se”.

O gráfico a seguir demonstra a importância do incentivo às colaborações internacionais. Mesmo que alguns não sejam influenciados pelos resultados positivos do programa, 70% dos coordenadores têm parcerias internacionais além daquelas estabelecidas com o financiamento. A seguinte afirmação de um colaborador brasileiro demonstra essa visão: "com o Capes-Cofecub, os coordenadores entendem o mecanismo de funcionamento dessas cooperações e aí se sentem motivados a cooperar com outros países".

Gráfico 19: Influência do Capes-Cofecub no estabelecimento de parcerias internacionais com outros países



Fonte: Gráfico elaborado pela autora

Outro entrevistado brasileiro, ao demonstrar também sua satisfação com o programa, enfatizou a importância que a iniciativa teve para que a parceria continuasse, se expandisse para um projeto europeu e para que novos países fossem incorporados à cooperação do seu grupo:

> o que me parece importante é que, como ao longo dos anos o programa permaneceu, ele te dava uma garantia de poder continuar se relacionando. A gente sempre pensou em ter um projeto ou participar de algo maior. A manutenção desse relacionamento e dessa cooperação ao longo dos anos abriu portas. Estamos aqui, então, vamos evoluir, participar de projetos maiores, por exemplo, o projeto europeu. Tenho outros parceiros internacionais até por essa abertura iniciada no Capes-Cofecub.

5.7 Êxitos, obstáculos e estratégias

Talvez o maior mérito do programa Capes-Cofecub seja seu pioneirismo. Sem dúvida, um programa precursor para internacionalização num momento em que esse não era o grande mote no país e em que o Brasil não era um grande *player* de interesse para outros países. Essa não era a grande pauta brasileira de pesquisa, mas ocorreu o momento de trazê-la para a reflexão, de priorizar a formação de recursos humanos de alto nível. Além do VSNA, pesquisadores vieram passar períodos estendidos em nossos laboratórios, assim como alunos e recém-doutores, o que foi o início de uma exposição prolongada e estruturada.

Em geral, a Capes e o CNPq são agentes de indução para que os pesquisadores realizem parcerias internacionais. No caso do Capes-Cofecub, talvez a França tenha sido o grande indutor. Devido a sua longa tradição de colaboração com o Brasil, esse país tem uma ação bastante proativa na cooperação científica e educacional com universidades e institutos de pesquisa brasileiros. Essa iniciativa, bastante calcada na atuação francesa, foi um dos motores que preparou o Brasil para a internacionalização, enfatizando a importância de permanecer nesse caminho.

Inicialmente, sem dúvida, o maior êxito do programa foi seu caráter pioneiro e a formação de pessoal. Hoje, talvez seu maior mérito seja a continuidade. Após mais de 35 anos de existência, o programa se firmou como um facilitador das parcerias, sua regularidade o tornou uma ferramenta importante para que pesquisadores consolidem ou fortaleçam suas colaborações. Além disso, há uma estrutura administrativa receptiva e não muito difícil de operar; se, por um lado, é um pouco rígida, por outro, é essa rigidez que traz solidez ao programa. A declaração a seguir de um colaborador francês confirma esse ponto de vista:

> O maior sucesso é a relação humana. A estabilidade do programa é muito positiva, mesmo em momentos difíceis, ele permanece e já dura muito tempo. Ele é bem adaptado para atender a essa colaboração. Finalmente, colaboramos há 35 anos sua existência de maneira estável.

Apesar da baixa flexibilidade na administração dos recursos recebidos, há uma grande liberdade científica para que os pesquisadores conduzam seus projetos. O programa é aberto a todas as áreas do conhecimento, tem uma duração significativa para a consolidação da pesquisa e o alcance de resultados, além de propiciar a interação de pesquisadores e doutorandos e encontros das equipes com certa frequência.

Quando o programa foi criado, havia o que Neddermeyer (2002) chama de *Domestic Academic Deficiency* (DAD) no Brasil. Existia, naquele momento, a necessidade de formação acadêmica e científica no país. Com a evolução da pós-graduação brasileira, o programa passou de uma cooperação assimétrica para uma parceria simétrica, embasada no mérito

científico. Essa troca com outro país possibilita a formação de redes, o crescimento da pesquisa laboratorial e a melhora da qualidade e dos resultados da investigação. A pesquisa conjunta acaba levando a uma produtividade maior e a um nível de excelência mais elevado, além de maior difusão dos resultados alcançados.

Há, atualmente, uma real possibilidade de troca de conhecimentos. Se no passado houve a tutela, atualmente as experiências são compartilhadas e há aprendizado e ganhos mútuos. Em sua origem, o programa possibilitou os primeiros contatos entre grupos que tinham algum interesse comum. Hoje, o Capes-Cofecub é usado principalmente para o fortalecimento de parcerias já existentes. Essa iniciativa ajuda a construir algo sólido e longevo, mantendo e multiplicando as parcerias, o que leva, consequentemente, a novas cooperações, como exposto por um coordenador brasileiro:

> o pequeno financiamento permitiu avançar com pesquisas e estreitar as relações. A rede estabelecida possibilitou aprofundar a cooperação. Hoje, não preciso mais do programa, embora ainda faça uso dele, mas foi graças a esse financiamento que consolidamos uma rede internacional.

Ademais, novos convites para comitês científicos, sociedades internacionais, apresentação de trabalhos em seminários e realização de palestras resultaram dessa parceria, como indicado na seguinte citação de um coordenador francês:

> Quando as pessoas se conhecem, aproveitam todas as oportunidades que passam. O dinheiro do Capes-Cofecub é um *seed money*, é um pouco de dinheiro que você joga para se desdobrar em outras coisas, é um incentivo e fomento para que a cooperação continue. As pessoas que se conhecem via Capes-Cofecub ou que estreitam a parceria nesse sentido depois fazem muitas coisas juntos, projetos europeus, franceses, cotutelas, etc.

Parte do sucesso do programa é colocar as pessoas em contato, contudo, estabelecer relações duráveis não é simples; assim, a existência de doutorandos e pós-doutorandos ajuda muito nesse processo. A realização de missões de estudo leva ao fortalecimento de toda a escala de formação, permite maior interação entre "mestre" e "aprendiz" em diferentes ambientes e muitas maneiras de fazer pesquisa, gerando, como resultado, uma produção científica bem orientada e de qualidade. As publicações em periódicos de alto impacto podem ser listadas entre os resultados mais exitosos do Capes-Cofecub.

Além dessas resultantes, a maioria dos entrevistados argumentou que o principal êxito do programa é a mobilidade de alunos, a formação de recursos humanos altamente qualificados com inserção em um outro círculo científico, o que possibilita a elevação da qualidade da pesquisa e das teses. Há, nesse sentido, uma grande complementariedade. Se os

pesquisadores já têm essa experiência, os alunos, de maneira geral, não a têm antes do intercâmbio. Como observou um responsável por projeto brasileiro:

> A participação no programa estruturou as relações das equipes do ponto de vista teórico e ajudou a expandir a pesquisa. Ajudou a gerar temas para as teses e dissertações. Passei a orientar muito mais. Em termos de formação, certamente sem o Capes-Cofecub teríamos doutores, mas acho que doutor tem de ter uma visão internacional. Essas pessoas com experiência fora vão alavancar os grupos de pesquisa no Brasil. Esses grupos precisam de experiência internacional, senão você tem uma pesquisa muito artificial. Se você faz uma pesquisa sem ter a visão mundial daquele tema você faz uma pesquisa 'artificial', muito focada no seu mundo, que às vezes é muito restrito. [O programa] ajudou a agregar muitos grupos de pesquisa. O Capes-Cofecub faz uma triangulação muito boa. Na sua instituição, você faz contato com o grupo do exterior, mas, às vezes, esse grupo no exterior tem contato com um outro grupo no Brasil e você passa a interagir com esse grupo. O aluno que fica mais tempo em sua missão é o fio condutor de todo esse processo. Há um círculo virtuoso extremamente positivo.

Ademais, as bolsas de estudo alocadas dentro dos projetos possibilitam uma interação muito maior e também a garantia de continuidade da parceria. Esse posicionamento foi defendido por vários coordenadores. A seguinte resposta de um coordenador brasileiro confirma essa visão:

> Dá pouco dinheiro para pesquisa, mas o fato de financiar a mobilidade é fundamental. Eu fui bolsista individual; quando o estudante vai dentro de um projeto, pode ser muito mais efetivo. Você manda o estudante para um ambiente que você já conhece, o aluno vai com mais tranquilidade, ele sabe que tem um histórico e tudo aquilo que acontece com ele, de bom e de ruim, é compartilhado. Os resultados são compartilhados. Toda vez que tem esse fluxo isso tem um resultado direto no projeto. Há grande vantagem em uma parceria em que há o contato prévio.

É importante lembrar ainda que as colaborações nesse formato possibilitam a internacionalização da pesquisa e da formação em nível de pós-graduação e também a formação continuada do pesquisador. Coloca, ainda, a ciência brasileira em evidência. Embora o Brasil seja um país conhecido, sabe-se muito pouco da ciência feita aqui, não há uma grande difusão das investigações realizadas no país. Essa exposição aumenta a participação de estrangeiros em congressos nacionais e o interesse em interagir com o Brasil, além de evidentemente impulsionar a pesquisa, fazendo com que ela caminhe mais rapidamente e com mais qualidade.

Assim, o grande ganho numa etapa inicial foi o apoio ao desenvolvimento da pós-graduação no Brasil; num segundo momento, foi a abertura para novas formas de relacionamento e cooperação, com duplos diplomas, cotutelas e produção científica conjunta. O programa começou com o desenvolvimento da pós-graduação, para passar para desenvolvimento da pesquisa e cooperação e, em seguida, desdobrar-se em outras iniciativas com novas modalidades de apoio, como Brafitec, e também em outras regiões, como no caso

do Stic-Amsud. Agora, o programa caminha para um terceiro momento, em que há uma tentativa de transpor os melhores resultados para programas internacionais e, além disso, de buscar parcerias com a indústria e mesmo com outros setores da administração pública.

O Capes-Cofecub é um importante instrumento de emergência de proposta e pesquisa de excelência franco-brasileira. Na fase inicial do programa, houve uma colaboração assimétrica e de formação de recursos humanos para o Brasil, seguida de uma etapa com pesquisa conjunta e cooperação simétrica. Seria necessária, hoje, uma expansão do programa para que ele pudesse novamente impactar as IES e expandir seus resultados. É necessária uma articulação entre essa e outras iniciativa, envolvendo comunidades de universidades, empresas, redes internacionais, grupos europeus e institutos de pesquisa. A maior aproximação com a indústria, a transição dos bons projetos para um laboratório internacional e uma maior associação ao nível superior das políticas científicas dos dois países são iniciativas indispensáveis para a renovação dessa iniciativa (CAPES, 2010; GIBBONS, 1994; SBPC, 2011).

O programa é uma ferramenta de cooperação que produz resultados positivos e gera parcerias que talvez sem ele não existiriam, mas é preciso dar um passo a mais. Os avanços maiores acontecerão quando ações pós-programa forem implementadas. Uma política de associação de outros parceiros geraria bons resultados em uma cadeia produtiva de evolução da parceria. Aditivamente, é preciso dar maior visibilidade aos frutos colhidos pelo programa e investir no pós-financiamento, para que boas iniciativas tenham continuidade.

Além disso, as IES precisam ser mais envolvidas nesse processo. Como demonstrado quando discutimos a questão do apoio institucional, além do apoio financeiro, seria essencial um acompanhamento mais direto da pró-reitoria e do escritório internacional da instituição, que, além de suporte para a equipe do projeto, poderia também gerar maior aproximação entre as universidades parceiras e mais possibilidades de intercâmbio e cotutela. Nesse sentido, seria preciso também um maior diálogo entre as agências financiadoras, os coordenadores e as instituições e ensino e pesquisa (PRATA, 2004).

Uma iniciativa bastante salutar que ocorria no passado eram as reuniões anuais de coordenação entre a Capes e coordenadores de projetos. Nessas ocasiões, dividiam-se experiências, levantavam-se questionamentos, propunham-se aprimoramentos, além de serem relatadas as dificuldades a serem superadas e de serem discutidos os desdobramentos concretos. Os momentos coletivos aumentam o dinamismo da iniciativa e permitem que se dê conhecimento dos resultados, que se aproximem grupos e que se formem novas redes colaborativas. Se por um lado a constância dessas reuniões se fazia necessária no início do

programa para seu aprimoramento e para melhor condução da iniciativa, por outro, hoje, esses encontros continuam sendo essenciais para que o programa continue sendo aperfeiçoado. Durante as entrevistas, vários coordenadores enfatizaram a importância de maior contato deles com as duas instituições para que haja relatos de dificuldades e apresentação de êxitos, possibilitando uma avaliação do programa por seus beneficiários e, portanto, maior adaptação às necessidades existências na condução da pesquisa conjunta.

As agências têm sido bastante eficientes no processo seletivo, mas é preciso aprimorar o acompanhamento do desenvolvimento dos projetos e os resultados. Mesmo os relatórios parciais e finais não são objetos de avaliações globais. Ajustes somente são possíveis a partir de análises concretas (VELHO, 1999, 2001), constatação corroborada nas entrevistas, como neste depoimento de um colaborador francês: "A avaliação final é muito importante, e acho que somos negligentes nesse aspecto". Outro colaborador na França afirmou, nesse mesmo sentido: "precisamos valorizar essa avaliação e melhor utilizá-la para a o aprimoramento do programa". Confirmou outro entrevistado: "é necessário apreender melhor esses resultados". Além disso, um colaborador brasileiro enfatizou a necessidade de maior aproximação com os ex-bolsistas:

> Ouvimos muito pouco os estudantes, utilizamos muito pouco a experiência dos estudantes depois que eles voltam para o Brasil. A Capes esquece o principal, a matéria-prima, que são os bolsistas. Depois que eles voltam, muitos tomam a iniciativa de participar, mas é uma matéria-prima muito rica para deixamos de aproveitar. Eles permanecem na universidade, mas nós não aproveitamos esse conhecimento. Os pesquisadores, bem ou mal, estão circulando aqui na Capes. Não temos a cultura de fazer o acompanhamento dos ex-bolsistas e de utilizar os bolsistas para o que a instituição precisa e gostaria de fazer.

Até a realização da presente tese, o programa não havia passado por nenhuma avaliação estruturada de sua evolução, comportamento e resultados. Há que se mencionar a avaliação histórica realizada por Nicolato (1999), que ainda carece de maior detalhamento e continuidade. Além disso, as duas tentativas de avaliação realizadas pela Capes e pelo Cofecub, além de apreciar apenas seus respectivos coordenadores, baseou-se unicamente em um questionário sucinto, sem maiores desdobramentos. Assim, a análise global realizada no presente estudo pode servir de parâmetro para que mudanças e aprimoramentos sejam implementados.

CONCLUSÕES

A presença francesa no Brasil se dá desde o período colonial, tendo seu primeiro grande marco na missão artística de 1815, que acaba de celebrar seus 200 anos. Demais disso, merecem destaque a participação de acadêmicos franceses no estabelecimento da Escola de Minas em Ouro Preto, em 1876, sua grande influência no estabelecimento da USP, em 1934, além de inúmeras outras iniciativas já comentadas que marcam a grande tradição universitária e intelectual entre os dois países.

Assim, o Capes-Cofecub aproveitou esse terreno muito favorável e uma comunidade franco-brasileira já existente. Por um lado, havia brasileiros que estudaram na França e franceses que já tinham contato com o Brasil. Por outro lado, existia a vontade francesa em aprofundar esses laços, mas faltava uma iniciativa que permitisse reunir tudo isso e dar maior visibilidade a essa parceria. O programa é justamente o resultado desse interesse mútuo em estreitar a cooperação de maneira institucional.

Se hoje essa iniciativa é uma das alternativas para o estabelecimento ou manutenção do diálogo, ela foi, por muito tempo, a opção viável para que houvesse mobilidade de estudantes e encontro de pesquisadores. Primeiro programa de cooperação internacional estabelecido pela Capes, essa iniciativa arrojada e inovadora buscava, no final da década de 70, apoiar o fortalecimento das IES no Nordeste. Em 1979, a pós-graduação na região era muito rara. Houve o estabelecimento de um sistema de acompanhamento acadêmico e tutela dos docentes-pesquisadores brasileiros enviados a universidades francesas para formação e capacitação e também o recebimento de professores visitantes franceses para participação em programas de ensino e pesquisa em universidades brasileiras. A grande presença de pesquisadores franceses nessas instituições foi fundamental para que se pensasse o estabelecimento e a estruturação da pós-graduação nessa região.

Além de ser pioneiro e inovador, uma vez que foi lançado para atender as IES do nordeste do Brasil, o programa tem o grande mérito de ter mantido sua estabilidade ao longo do tempo. Assim, a perenidade dessa iniciativa vem de sua própria estrutura, marcada pela negociação, pelo respeito mútuo, pela flexibilidade com mobilização de competências de recursos humanos e técnicos dos dois lados e recursos financeiros recíprocos. Toda essa história positiva e essas raízes bem sedimentadas acabaram influenciando a continuidade da iniciativa.

A existência do Capes-Cofecub há mais de 35 anos demonstra que, por um lado, há interesse em sua manutenção, por outro, que o programa é suficientemente flexível para se

adaptar ao longo do tempo às evoluções naturais dos dois países. Talvez sua continuidade se deva justamente à sua capacidade de se adequar às novas características da pós-graduação brasileira. Inicialmente voltado para a tutela, mobilidade e formação, necessárias ao Brasil naquele momento, hoje o programa visa, além da mobilidade, à cooperação e pesquisa conjunta simétrica.

Nesse sentido, o objetivo do presente estudo foi analisar o programa Capes-Cofecub, o contexto de seu estabelecimento, sua evolução histórica, seus objetivos e metas, suas características e peculiaridades, o perfil do financiamento e dos pesquisadores contemplados, os resultados obtidos, os desdobramentos apurados e as dificuldades enfrentadas, além de apontar os aprimoramentos necessários e as sugestões que podem ajudar na melhoria do programa em alguns aspectos.

Apesar de sua longevidade, o programa carecia de uma análise de sua evolução e de seus resultados. A pesquisa buscou realizar um estudo do comportamento dessa iniciativa ao longo do tempo. Para isso, as investigações se deram em duas etapas. Num primeiro momento, buscamos entender as origens do programa e sua evolução, considerando ainda a história da própria Capes no bojo das análises para compreender os motivos que levaram ao estabelecimento dessa iniciativa. Num segundo momento, foram analisadas as características do Capes-Cofecub, o perfil dos coordenadores de projeto, das IES financiadas, as áreas com maior participação, as atividades científicas conjuntas resultantes da cooperação, além de desafios no âmbito na iniciativa e também na condução do financiamento por colaboradores e por contemplados.

Quando de seu estabelecimento, o programa ainda não tinha um formato definido e regras claras para candidatura, financiamento e prazos de apoio. Ao longo do tempo, ele foi sendo estruturado de maneira a estabelecer limites para que um projeto vigorasse (inicialmente não havia um prazo previamente estabelecido para o projeto permanecer em atividade), regras uniformes de itens e missões a serem financiados, pré-requisitos claros e objetivos precisos. Essas delimitações facilitaram o acesso e possibilitaram que mais acadêmicos apresentassem candidaturas e fossem contemplados com o financiamento, confirmando a tendência ao crescimento do número de projetos apoiados e a maior diversidade de participantes.

Acerca da distribuição regional, federal e institucional do financiamento, constatamos que, no caso brasileiro, essa questão está presente e é motivo de divergência de opiniões. Com a expansão nacional do financiamento na década de 80, o sudeste e o sul do país passaram a ser as regiões mais contempladas. O Sudeste sozinho recebe cerca de 60% do financiamento.

É claro que as regiões e IES que mais recebem financiamento são também aquelas que mais apresentam candidaturas ao edital. Logo, seriam necessárias ações indutivas para que as demais instituições participassem do certame. Muitas instituições não dispõem desses contatos, outras não cumprem os atuais requisitos para se candidatarem.

A busca por excelência e simetria na parceria acabou alijando projetos e instituições carentes de apoio para seu desenvolvimento e, ainda, bons professores que estão em programas com notas não muito altas. Com a recente expansão universitária no Brasil, a partir dos anos 2000, essas IES estão ainda em processo de formação ou estruturação. Diferentemente do momento de estabelecimento do Capes-Cofecub, em que a primeira fase do programa foi direcionada para a formação de professores mesmo em programa de mestrado ou aperfeiçoamento, na atualidade, mesmo nessas instituições, os professores, muitos ainda em início de carreira, já têm uma formação doutoral; mas, por outro lado, é preciso um olhar especial para os recém-doutores. Como já mencionamos, talvez o programa devesse voltar a ter duas orientações: uma para os pesquisadores de alto nível e outra para apoiar e fortalecer os recém-doutores. A comunidade brasileira precisa ainda desse apoio em todos os níveis. Nesse caso, a própria avaliação precisaria ser distinta. Para o recém-doutor, deveria ocorrer uma avaliação mais constante e, para o de alto nível, uma avaliação mais esporádica.

A priorização de candidaturas em redes seria também uma opção valiosa, uma vez que esse tipo de iniciativa daria maior dinâmica aos grupos mais jovens. Com isso, o Capes-Cofecub poderia ser levado para áreas não atendidas, privilegiando regiões que não estão sendo abrangidas, por meio da realização de seminários, da presença de professores visitantes e até mesmo do apoio para busca de parceiros, como foi feito no passado.

A promoção da integração regional no Brasil e da redução de assimetrias passa também pelo incentivo ao fortalecimento científico. O Capes-Cofecub foi criado para o fortalecimento das IES do Nordeste, tendo havido, inclusive, uma vertente em determinado momento para o Norte; contudo, passados mais de 35 anos de existência do programa, esse continua sendo um desafio. A associação de instituições em redes colaborativas seria uma iniciativa bastante plausível para a promoção dessa integração nacional. Logo, faz-se imprescindível que sejam criados mecanismos de apoio para que mais instituições realizem pesquisa de alto nível, caso contrário, somente os programas que já alcançaram excelência seguirão sendo contemplados.

Buscamos também verificar o perfil do pesquisador contemplado, seu gênero, seus percursos acadêmicos e o recebimento ou não de bolsa de produtividade. Constatamos que há

um predomínio de pesquisadores em detrimento de pesquisadoras na direção dos projetos. Não podemos realizar essa análise sem considerar também a demanda. A submissão de candidaturas é majoritariamente masculina, tanto no lado brasileiro quanto no lado francês. Ainda assim, o percentual proporcional de mulheres coordenadoras é menor que aquele que concorre no certame.

Em termos de produção científica conjunta, os pesquisadores brasileiros de ambos os gêneros acabam tendo uma produção científica que reflete o percentual do financiamento. Já no lado francês, observamos que houve um percentual menor em termos de produção científica entre os homens, o que nos leva a concluir que as mulheres francesas dirigentes de projetos Capes-Cofecub apresentam uma atuação conjunta com o parceiro brasileiro mais significativa que aqueles.

A discussão acerca dos motivos que levam a um menor número de mulheres se candidatando ao programa não foi o foco de discussão do presente estudo, podendo ser objeto de futuras pesquisas no âmbito do programa. De qualquer maneira, encontramos algumas pistas sobre essas diferenças em estudos como o de Prado (2014) e o de Olinto (2011), já anteriormente citados. Interessa-nos, contudo, chamar atenção para esse aspecto, haja vista não haver qualquer política de discriminação positiva para mulheres no programa, tampouco essa situação foi pauta de discussão entre as agências e nem mesmo levantada por qualquer entrevistado. Ao contrário, observamos que a demanda feminina, embora baixa, é proporcionalmente maior que a aprovação. Não defendemos excepcionalidades ou redução de critérios de excelência para a seleção, mas é preciso considerar as peculiaridades de cada gênero no momento das avaliações. Ademais, os dados demonstram a grande produtividade das mulheres francesas, que ainda assim recebem, proporcionalmente, menos financiamento que os homens.

Verificamos ainda que, no percurso acadêmico do responsável por projeto brasileiro, a influência francesa é grande. Cinquenta e oito por cento do total de coordenadores realizaram doutorado e/ou pós-doutorado na França, o que demonstra a grande presença desse país na formação dos pesquisadores brasileiros. Esse percentual foi ainda maior no início do programa, o que se deveu à carência brasileira, naquele primeiro momento, de programas de formação de recursos humanos de alto nível. Ademais, a abertura do país para outras cooperações também diversificou as buscas por formação no exterior. Além disso, com a evolução da pós-graduação brasileira, passou-se a destinar maiores investimentos para que os doutorandos realizassem um período “sanduíche” no exterior, o que, por um lado, provoca

uma expansão dos estudantes em intercâmbio, mas, por outro, reduz o total de doutorandos que conclui os estudos fora.

Foi ainda durante esse período na França que a maioria dos coordenadores de projeto estabeleceu os primeiros contatos com o parceiro, seja no laboratório, seja em atividades científicas na universidade, seja em atividades paralelas ligadas à pesquisa do então estudante. Assim, essa circulação, principalmente por meio da realização de pesquisa no exterior, é importante fonte de estabelecimento de relacionamentos pessoais, base para que as parcerias sejam sedimentadas. Outras modalidades de circulação também não podem ser dispensadas; o financiamento para participação em congressos e financiamento para professores visitantes e cátedras, por exemplo, são importantes instrumentos para possibilitar contatos. A circulação, qualquer que seja o formato, facilita o engajamento do pesquisador em um ambiente internacional, evita a endogenia, possibilita o acesso a outras formas de gestão do conhecimento e de técnicas de pesquisa, além de favorecer o estabelecimento dos primeiros diálogos entre potenciais colaboradores.

Outra característica do pesquisador brasileiro contemplado com o financiamento é o recebimento de bolsa de produtividade. Sessenta e seis por cento dos responsáveis por projeto percebem o apoio científico do CNPq, o que, de alguma maneira, atesta a qualidade da proposta submetida, gerando a perspectiva de bons resultados conjuntos. Muito embora o maior número de bolsas de produtividade do Conselho esteja alocado no nível 2 (56%), no caso do Capes-Cofecub, o maior número de pesquisadores tem bolsa 1A. Vinte e dois por cento do total de pesquisadores financiados no âmbito do programa fazem parte do grupo com bolsa do mais alto nível, ainda que, esse montante represente apenas 9% no total de bolsas de produtividade. Esses números atestam a grande competitividade do programa e a excelência na avaliação realizada pelas duas agências quando do processo de seleção dos projetos.

Constatamos ainda que a produção bibliográfica conjunta refletiu bastante a própria evolução da pós-graduação brasileira. Nos primeiros anos do financiamento, em que o foco era formação e tutela, houve uma menor parceria em termos de pesquisa e comunicação de seus resultados. Já a partir de meados da década de 90, vislumbramos uma atuação mais conjunta nesse sentido. Esse comportamento vai ao encontro da maior maturidade científica brasileira e da consolidação da pós-graduação. As parcerias, cada vez mais simétricas, e o mérito científico resultam também em maiores resultados em termos de pesquisa e produção científica conjunta.

Em termos de áreas financiadas e seu comportamento, verificamos que a busca por parcerias e colaborações internacionais reflete, em grande medida, o próprio desenvolvimento

das investigações nos diferentes domínios do conhecimento. Em algumas áreas há maior necessidade de atuação conjunta, haja vista as grandes especificidades e as necessidade de maior investimento em laboratórios, equipamentos e mesmo em recursos humanos para que melhores resultados sejam alcançados e para que a pesquisa seja mais ágil. Em contrapartida, algumas disciplinas são passíveis de uma atuação mais isolada do pesquisador em seu gabinete. Assim, áreas como ciências exatas e da terra, engenharias e ciências biológicas são aquelas que mais buscam financiamento para a realização de pesquisa conjunta, sendo também as que mais têm projetos aprovados. Essas são também as áreas em que há maior concentração de pesquisadores com bolsas de produtividade.

Acerca da produção científica conjunta, a área de ciências exatas e da terra foi aquela que obteve o maior financiamento, mas foi também a que proporcionalmente apresentou os melhores resultados. As engenharias e as ciências biológicas e da saúde também tiveram comportamento positivo se comparados o percentual de financiamento recebido e o percentual de publicações resultantes da parceria. As ciências agrárias e linguística, letras e artes apresentaram um resultado um pouco inferior à expectativa, mas relativamente equilibrado. Já as ciências sociais aplicadas e humanas tiveram uma produção científica bem abaixo do percentual de financiamento. Esses resultados possivelmente demonstram o próprio comportamento das áreas, mas, considerando a importância da produção científica conjunta como um indicador da colaboração, é preciso que se atente para as exíguas comunicações conjuntas apresentadas pelos responsáveis por projetos nessas áreas. Ademais, no caso das ciências sociais aplicadas, o percentual de financiamento supera o percentual de submissão. Assim, sugere-se que, para as futuras avaliações, sejam considerados, além das consultas às bases de dados propostas por Pinho et al. (2010), também o comportamento das áreas em termos de atuação conjunta, e principalmente os resultados já apresentados por elas no que se refere à produção bibliográfica conjunta no âmbito do Capes-Cofecub.

No que diz respeito aos canais de comunicação preferenciais para publicação, o comportamento dos pesquisadores na produção conjunta é o mesmo daquele por eles utilizado em publicações individuais. A publicação em periódicos internacionais é o canal preferencial utilizado por 50% das áreas: ciências exatas e da terra, biológicas, saúde e agrárias. A área de engenharias normalmente tem como principal veículo os anais de congressos internacionais. Já a área de ciências sociais aplicadas, humanas, linguística, letras e artes têm nos livros e capítulos de livro seu principal canal de comunicação. Assim, como o maior financiamento e os maiores resultados em termos de publicação são da área de ciências exatas e da terra, a maior produção científica no âmbito do programa foi em periódicos internacionais. É

interessante observar que, de uma maneira geral, a publicação em periódicos e congressos nacionais não esteve entre os canais preferenciais em nenhuma área do conhecimento; quiçá esse resultado demonstre que a participação em um programa de cooperação internacional incentiva uma inserção científica mais globalizada. Além disso, muito embora a produção científica conjunta da área de sociais aplicadas e humanas esteja abaixo da expectativa, de maneira geral, o programa apresenta resultados positivos em termos de visibilidade do trabalho realizado conjuntamente.

Muito embora os periódicos, congressos e livros sejam os principais canais de comunicação da produção científica, as demais atividades realizadas conjuntamente pelos dirigentes de equipes não podem ser negligenciadas, tendo em vista que são importantes instrumentos de aproximação, formação de redes e manutenção da parceria. No caso do Capes-Cofecub, contudo, as outras produções e atividades conjuntas tiveram participação bastante tímida na cooperação se comparadas às principais produções bibliográficas. Entendemos que a participação em banca, embora represente 33% do total das demais atividades, ainda é um percentual baixo se considerarmos a relevância da mobilidade de estudantes para o programa. Talvez, como observado nesta tese, fosse necessário o incentivo e apoio das IES para que essa participação se concretizasse, pois muitas vezes isso não acontece por falta de recursos financeiros. A participação em bancas poderia ser associada a algum evento ou seminário, o que poderia beneficiar ainda mais o laboratório e o programa de pós-graduação. Em última instância, essas atividades poderiam ser planejadas simultaneamente à realização das missões de trabalho, uma vez que, como o limite de uma missão é de 21 dias, com uma programação bastante estruturada, é possível aproveitar todos os dias possíveis da missão para o desenvolvimento da pesquisa e das demais atividades.

Nesse conjunto, é preciso ainda mencionar o escasso registro de patentes. Ressaltamos as dificuldades para seu depósito, em termos de custos e também de operacionalização, e a necessidade de entendimento das questões jurídicas que permeiam a temática. Esse indicador demonstra que o país ainda não completou a formação de seu sistema nacional de inovação, devendo, portanto, direcionar atenção para essa questão.

Outra temática ainda a ser equacionada pelas agências refere-se à simetria na mobilidade de estudantes. Passados mais de 35 anos do estabelecimento do programa, a questão da atração de doutorandos e pós-doutorandos franceses em mobilidade para o Brasil continua sendo um desafio. A inexistência de recursos para o financiamento de missões de estudo pela França, embora seja o maior entrave para a expansão desse intercâmbio, não pode ser usada para justificar a falta de avanços nesse sentido. É papel do Cofecub buscar

equacionar essa dificuldade, por meio de acordos, como o recentemente estabelecido com a ComUE Sorbonne Paris Cité. O Comitê deveria, assim, recorrer a outras ComUE e propor acordos semelhantes. Aditivamente, demais instituições, como o CNRS e o Inserm, podem também ser parceiras na iniciativa. Essa ação de inclusão de bolsas para estudantes, contudo, não é suficiente, pois existem bolsas de curta duração para estudantes franceses no âmbito do programa pouco aproveitadas. O Brasil também precisa atuar no sentido de estimular a vinda de estudantes para o país, tornando-se mais atrativo e dispondo de estruturas de acolhimento ao bolsista estrangeiro e de programas de capacitação no idioma. Muito embora o país tenha avançado muito em pesquisa e produção científica, há ainda pouca divulgação da ciência brasileira. Para avançar com a simetria no que se refere às missões de estudo, o papel da França e do Cofecub é essencial, mas o Brasil não pode abstrair-se de atuar para que haja redução desse desequilíbrio.

É preciso ainda chamar atenção para a necessidade de maior participação das IES, tanto no financiamento e incentivo às parcerias e no apoio nas questões burocráticas quanto no recebimento de estudantes e professores em mobilidade, com apoio logístico e administrativo. Urge que essa questão da internacionalização seja trazida para dentro das universidades e seja discutida em nível institucional. É fato que a cooperação é feita por professores e de maneira artesanal, mas é papel das instituições trabalhar para que esses resultados sejam multiplicados e ecoem por toda a universidade, aumentando seus efeitos. Embora o programa tenha, hoje, impacto majoritariamente no grupo de pesquisa e no programa de pós-graduação, a relevância desse tipo de parceria gera ganhos institucionais que vêm a reboque da cooperação. Quando alinhados à atuação de grupos de pesquisa e da IES, esses resultados podem se tornar diretos e ampliados.

Questões como necessidade de maior simetria da mobilidade estudantil, simetria regional, incentivo para que um maior número de IES participe do programa, discriminação positiva para mulheres, flexibilidade na alocação dos recursos e maior envolvimento institucional ainda precisam ser equacionadas. Ainda assim, os resultados apresentados e as percepções coletadas apontam que o programa, no geral, caminha de maneira positiva. A possibilidade de circulação de pesquisadores e de interação com um parceiro internacional, a mobilidade acadêmica, os avanços com a pesquisa, a produção científica conjunta, os ganhos institucionais e o fato de evitar-se a endogenia são alguns dos desdobramentos positivos dessa cooperação internacional, que impactam diretamente a internacionalização das IES e da ciência brasileira.

Programas de cooperação internacional como o Capes-Cofecub são fundamentais para que professores e estudantes tenham contato com outros sistemas de ensino, outros hábitos de pesquisa, novos grupos e trocas de conhecimento científicos e tecnológicos, que possibilitam maiores avanços. A circulação é uma mola propulsora para o estabelecimento de novas parcerias. O fomento dos diversos tipos de mobilidade possibilita contatos prévios, essenciais para o estabelecimento dessas parcerias. Aditivamente, a participação em um programa de cooperação internacional motiva pesquisadores a se envolverem ainda mais com grupos estrangeiros e a colaborarem cientificamente, abrindo portas para novas parcerias. Os pesquisadores aprendem com um projeto e começam a replicar essas possibilidades.

O fato de o Capes-Cofecub ser o programa mais antigo da Coordenação serviu para que ele fosse usado como modelo na criação de vários outros programas. Na Capes, ele é paradigma para os demais programas de projetos conjuntos de pesquisa estabelecidos com outros parceiros e instituições, como é o caso do Daad na Alemanha, do FCT em Portugal, do DGU na Espanha, dentre inúmeros outros. Essa iniciativa também serviu de referência para o estabelecimento de outros programas com a França, como o Brafitec, que visa ao financiamento de mobilidade em graduação no âmbito das engenharias por meio de parcerias universitárias, o Capes-Agrópolis, o Colégio Doutoral Franco-Brasileiro, o programa Saint-Hilaire, e o Stic-AmSud e o Math-Amsud, ambos multinacionais, entre a França e a América do Sul. O programa inspirou também a instituição de outras parcerias da França na América Latina, como o Ecos-Sud e o Ecos-Nord, além de ser referencial para outras iniciativas do próprio Cofecub no Brasil, como no caso do USP-Cofecub e do Fapesp-Cofecub.

O Capes-Cofecub é um programa de referência na cooperação entre o Brasil e a França. Ele caminha bem, é simples, seletivo e com importante incentivo à mobilidade, o que permitiu a durabilidade das parcerias. E, depois de mais de 35 anos, a própria permanência do programa já demonstra sua relevância. A aprovação e o financiamento de projetos dentro da iniciativa atestam a qualidade da pesquisa. Como registrado por um colaborador francês: "O Capes-Cofecub é emblemático da cooperação franco-brasileiro. Muito esforço e investimento foi feito para a consolidação do programa e há continuidade".

É preciso, contudo, que sejam realizadas avaliações constantes do programa para que elas apoiem o processo de tomada de decisão. Nesse sentido, necessita-se de sistemas de coleta e armazenamento de dados para que as análises possam ser realizadas. Essas iniciativas não podem prescindir de ferramentas para que as informações sejam conservadas e possam ser recuperadas.

Os dados levantados e analisados deveriam fazer parte de um sistema de avaliação estruturado. A inexistência de um relatório final de atividades padrão inviabiliza quaisquer análises estatísticas do programa. A apresentação de documento final sem diretrizes para sua preparação e a falta de um sistema para consolidação dessas informações impossibilita a apreciação dos resultados da parceria. Além disso, a falta de informações da equipe participante da parceria inviabiliza maiores levantamentos sobre os demais membros. Urge que seja criado um sistema integrado de acompanhamento dos projetos, membros da equipe e bolsistas para que, ao final do período de financiamento, haja possibilidade de cruzamento de dados.

De qualquer forma, os resultados apresentados devem ser utilizados não somente para apoiar o aprimoramento do programa e o delineamento de diretrizes, mas também para a realização da própria seleção. Além disso, as avaliações finais poderiam servir de instrumento para que as agências pensassem uma nova orientação, investindo em parcerias, para que os projetos exitosos pudessem galgar novas etapas e para que se pudesse aprofundar e expandir a colaboração por meio de iniciativas mais arrojadas, que, se não pudessem ser financiadas pela Capes e pelo Cofecub, poderiam seguramente ser apoiadas por eles, principalmente em projetos internacionais. As agências podem, ainda, buscar parcerias com a iniciativa privada e tentar uma maior inserção do programa no nível superior das políticas públicas educacionais e científicas dos dois países.

Feitas as devidas ressalvas e ponderações, o presente estudo demonstrou que a seleção vem sendo realizada de maneira satisfatória e que o programa apresenta resultados positivos. Contudo, apesar de toda a originalidade da pesquisa realizada, seu maior mérito talvez seja o esforço em organizar de maneira sistematizada as fontes primárias disponíveis em atas de reuniões conjuntas e demais documentos recuperados e, principalmente, as informações dos depoimentos de colaboradores em todos os níveis de envolvimento com o programa e de coordenadores financiados em diferentes momentos dessa iniciativa. É preciso, contudo, avançar nas avaliações e aprimorar o programa, para que ele siga sendo modelo e produzindo os êxitos apresentados na presente investigação.

Por fim, almeja-se que essa pequena contribuição possa servir de paradigma para que muitos outros estudos venham a ser realizados e para que novas questões sejam suscitadas, não somente acerca do Capes-Cofecub, mas de todas as iniciativas de cooperação internacional. A falta de uma ferramenta para coleta e sistematização de dados pode prejudicar as análises, contudo, a disposição para a realização das investigações pode tornar esse desafio factível.

LIMITAÇÕES DA PESQUISA E SUGESTÕES PARA FUTUROS TRABALHOS

O principal ponto de limitação da pesquisa realizada refere-se à documentação. Muito embora a autora dispusesse de acesso privilegiado aos registros de ambos os parceiros e tenha trabalhado exaustivamente na coleta de material, não apenas nos arquivos, mas também recorrendo a ex-coordenadores e colaboradores, constatou-se a escassez de fontes primárias e até mesmo secundárias.

Como já mencionado, por diversos motivos, como mudança da sede das duas agências, falta de informatização e troca de equipe, muitos dados se perderam. Logo, o grande mérito da pesquisa foi levantar e consolidar esse material para que fosse apresentado de maneira estruturada. Como apontado na banca de qualificação, essa já é uma discussão tardia na academia e precisa ser feita, por isso a relevância e importância deste trabalho.[1]

Além da compilação do material disponível e das esparsas fontes primárias, a padronização das informações consolidadas por si só já traduz o grande esforço da pesquisadora. Ademais, muito embora já existam estudos históricos da Capes e do programa, eles foram realizados até o final da década de 90; há alguns anos não há continuidade desse trabalho na agência. Assim, outro mérito da pesquisa é a inclusão, de alguma forma, de dados recentes da instituição nessa retrospectiva histórica e o detalhamento da evolução do programa Capes-Cofecub até o presente. Aditivamente, há um breve levantamento da área de relações internacionais da Capes, informações também não documentadas de maneira estruturada.

As restrições ao escopo do estudo se deram, em grande medida, devido à própria limitação de informações. Ademais, considerando que toda a parte cientométrica da pesquisa foi realizada pela análise do Lattes, sua desatualização ou incompletude podem ter gerado alguma imprecisão. Além disso, verificou-se em alguns poucos casos a inexistência ou a falta de alimentação do Lattes, o que, se tiver prejudicado a análise, o fez apenas pontualmente.

Ainda acerca da cientometria e da produção científica conjunta, a opção por agrupar as pesquisas em grandes áreas pode ter tornado o estudo generalizado e ter reunido, em um único domínio, grupos bastante heterogêneos. Contudo, as análises somente tornaram-se viáveis

[1] Argumento apresentado pelo professor Ricardo Caldas na banca de qualificação realizada em novembro de 2013 para aprovação do projeto.

devido a essa opção metodológica, caso contrário, haveria um detalhamento excessivo, o que fugiria do escopo de uma ampla análise do programa.

Foi a busca por essa análise ampla que levou a autora a não estabelecer um recorte temporal para a pesquisa, prezando pela realização de uma análise global da parceria em seus mais de 35 anos. Talvez essa opção tenha representado uma limitação a análises mais detalhadas e sofisticadas, porém, tentou-se suprir uma lacuna existente nos estudos acerca do Capes-Cofecub.

Como a pesquisa teve foco nos resultados do programa, uma das limitações do estudo foi a não caracterização da evolução científica do pesquisador. Outra informação também não averiguada foi relação entre a faixa etária do coordenador e os resultados da cooperação. Apesar disso, a partir do estudo realizado e do panorama geral do programa, pode ser realizado estudo amostral do perfil do pesquisador que efetivamente colaborou.

Acerca do gênero, embora tenha sido averiguada a menor participação das mulheres na direção dos projetos, seja na postulação, seja no recebimento do financiamento, não foram verificados os motivos que levaram a ela. Apesar de termos apresentado algumas pistas a partir de outros estudos, seria de grande valia um estudo sobre essas condicionantes.

Outro limite que reconhecemos foi a não averiguação acerca da baixa representatividade em relação às instituições participantes do programa. Embora tenhamos constatado que 27% do total de instituições com programas de pós-graduação tenham sido contempladas de um total de 32% que postularam o financiamento, não apuramos os motivos que levaram à falta de interesse das IES em apresentar candidatura ao certame.

Muito embora o tema mobilidade tenha sido abordado no estudo, ele também não buscou analisar o impacto do programa na mobilidade internacional. A partir dos dados já levantados, com a busca de informações de bolsistas que participaram do programa, um novo estudo pode ser realizado, dando continuidade ao que já foi abordado.

Como já mencionado, para alguns dados, poderia ter sido refinada a pesquisa, no entanto, foi realizado o possível dentro do escopo de uma tese de doutorado, considerando as limitações de tempo e de recursos disponíveis. Muitas descobertas ensejam desdobramentos que podem resultar em novas teses e investigações.

No que se refere ao questionário encaminhado, o retorno foi de menos de 40% do total. Esperava-se que houvesse um retorno maior, contudo, como o preenchimento é espontâneo e voluntário, mesmo com as quatro tentativas da autora não foi possível alcançar um percentual maior.

As limitações no que diz respeito às entrevistas decorreram principalmente da falta de retorno dos pesquisadores. Mais uma vez, como tivemos de contar com a disponibilidade dos coordenadores e ex-coordenadores para apoiar o estudo, nem sempre foi possível acessar alguns dos pesquisadores inicialmente selecionados. Certos colaboradores e responsáveis por projeto, principalmente do lado francês, nunca deram retorno ao pedido, outros informaram não ter interesse em colaborar. Houve ainda casos em que não foi possível localizar o pesquisador. Além disso, existiam ex-coordenadores e antigos colaboradores de bastante interesse para a investigação que já haviam falecido.

A maior crítica que se faz ao programa é a falta de preservação da sua memória. Além disso, em plena era da informação, o acompanhamento manual de programas vai na contramão do amplo acesso que se tem às novas tecnologias. A inexistência de um sistema de acompanhamento de candidaturas, projetos e mesmo a falta de conexão no sistema entre o bolsista e o projeto a que ele faz parte resultam na perda de valiosos materiais para avaliação do programa, ferramenta essencial para o melhor desempenho de políticas públicas. Ainda assim, merecem elogios os gestores e técnicos do programa, que conseguiram, mesmo que precariamente, manter os seus dados. Todavia, a falta de padronização e as incorreções resultam na necessidade de dispêndio de muito tempo para o ajuste e a uniformização dos dados. Logo, urge que se considere a necessidade de sistemas integrados e padronizados, para que a memória da instituição seja preservada.

Para pesquisas futuras, sugerem-se vários desdobramentos. Seria de grande valia um estudo sobre os bolsistas financiados no âmbito do programa e também acerca do comportamento da equipe como um todo. Outra possibilidade é a análise do impacto que o programa teve, por exemplo, no período em que havia uma linha de apoio para o norte do Brasil, ou em que existiam dois tipos de projetos financiados, I e II. Questões sobre o desembolso financeiro realizado no programa também foram suscitadas no decorrer das investigações. As características dos grupos que tiveram seus projetos aprovados e dos grupos que não foram aprovados merecem também uma avaliação, assim como as dificuldades enfrentadas para a condução dos projetos nos casos daqueles não renovados após dois anos. Para prosseguir ainda nos estudos, a avaliação de impacto da produção conjunta considerando as citações dos artigos seria valiosa. Essas e outras questões podem e devem ser levantadas para a continuação das investigações e o aprofundamento das análises.

Mesmo com as dificuldades enfrentadas e as limitações da pesquisa, esperamos ter contribuído para o debate e, acima de tudo, almejamos que novos estudos sejam realizados dentro dessa temática e que outros pesquisadores se lancem em sua análise, para que, além do

fornecimento de subsídios para as políticas científicas e de pós-graduação, a história dos programas seja preservada.

REFERÊNCIAS

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 6023/2002**: informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2002.

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 10520/2002**: informação e documentação: citações. Rio de Janeiro, 2002.

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 6027/2003**: informação e documentação: sumário. Rio de Janeiro, 2003.

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 6029/2003**: informação e documentação: resumos. Rio de Janeiro, 2003.

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 14724/2011**: informação e documentação: trabalhos acadêmicos. Rio de Janeiro, 2011.

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 6024/2012**: informação e documentação: numeração progressiva das seções de um documento. Rio de Janeiro, 2012.

ACORDO Básico de Cooperação Interuniversitária entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, de 5 de outubro de 1978.

ACORDO entre a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPFESP – e o Comitê Francês de Avaliação da Cooperação Universitária com o Brasil – Cofecub. 1999.

AJUSTE Complementar, no âmbito da Cooperação Interuniversitária ao Acordo Básico de Cooperação Interuniversitária entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, de 6 de julho de 1993.

ALBUQUERQUE, E. M. Patentes e atividades inovativas: uma avaliação preliminar do caso brasileiro. In: VIOTTI, E. B.; MACEDO, M. de M. (Org.). **Indicadores de Ciência, tecnologia e inovação no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

ALBUQUERQUE, E. M. et al. A distribuição espacial da produção científica e tecnológica brasileira: uma descrição de estatísticas de produção local de patentes e artigos científicos. **Revista Brasileira de Inovação**, Campinas, v. 1, n. 2, p. 225-251, jul./dez. 2002.

ALBUQUERQUE, E. M. et al. Produção científica e tecnológica das regiões metropolitanas brasileiras. **Rev. econ. contemp.**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 615-642, set./dez. 2005.

ALTBACH, P. G. The cost and benefits of world – class Universities. **International Higher Education**, Washington, v. 33, p. 5-8, fall 2003.

ALTBACH, P. G.; REISBERG, L.; RUMBLEY, L. E. **Trends in Global Higher Education**: tracking an Academic Revolution. A Report Prepared for the Unesco 2009 World Conference on Higher Education. 2009.

AMORIM, C. L. N. Perspectivas da Cooperação. In: MARCOVITCH, J. (Org.). **Cooperação Internacional**: estratégia e gestão. São Paulo: Ed. da USP, 1994.

ANDERSON, M. S.; STENECK, N. H. International Research Collaborations. Much to be gained, many ways to get in trouble. New York and London: Routledge Taylor & Francis Group, 2011.

ARAÚJO, C. A. Á. Bibliometria: evolução histórica e questões atuais. **Em Questão**, Porto Alegre. v. 12, n. 1, p. 11-32, jan./jun. 2006. Disponível em: <http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/revistaemquestao/index>. Acesso em: 9 jun. 2013.

AVEIRO, T. M. M. **Relações Brasil-Uruguai**: a nova agenda para a cooperação e o desenvolvimento fronteiriço. 2006. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais)– Universidade de Brasília.

AVEIRO, T. M. M. O programa Ciência sem Fronteiras como ferramenta de acesso à mobilidade internacional. **Tear**: Revista de Educação Ciência e Tecnologia, Canoas, v. 3, n. 2, p. 1, 2014. Disponível em: <http://seer.canoas.ifrs.edu.br/seer/index.php/tear/index>. Acesso em: 7 fev. 2015.

AVEIRO, T. M. M. A colaboração entre pesquisadores brasileiros e franceses no programa Capes/Cofecub (2004-2009). **Datagramazero**, Rio de Janeiro, v. 16, p.1, 2015a.

AVEIRO, T. M. M. O papel da coordenação de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior (Capes) na cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional (Cobradi). **Revista Conjuntura Austral**, Porto Alegre, v. 6, n. 27-28, p. 76-92, dez. 2014-mar. 2015. 2015b.

AVEIRO, T. M. M.; VILLAS BÔAS, F. L.; MARTINS, L. C. Contribuições do Programa de Licenciaturas Internacionais (PLI) para a formação inicial de professores brasileiros. CONLAB, 12., Lisboa. **Anais...**, Lisboa, p. 8.239-8.255, 1-5 fev. 2015. 2015c.

AXELROD, R. **The evolution of cooperation**. Basic Books. Cambridge Center: Cambridge MA, 2006.

BALANCIERI, R. **Análise de redes de pesquisa em uma plataforma de gestão em ciência e tecnologia**: uma aplicação à plataforma Lattes. 2004. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção)–UFSC, Florianópolis.

BALANCIERI, R. et al. A análise de redes de colaboração científica sob as novas tecnologias de informação e comunicação: um estudo na Plataforma Lattes. **CI. Inf.**, Brasília, v. 34, n. 1, p. 64-77, jan./abr. 2005.

BALBACHEVSKY, E. Recursos humanos em áreas estratégicas para a inovação: a experiência internacional. In: CGEE. Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (Org.). **Formação de recursos humanos em áreas estratégicas de ciência, tecnologia e inovação**. 1. ed. Brasília: CGEE, 2010, v. 1, p. 175-198.

BALBACHEVSKY, E.; VELLOSO, J. Atividades editoriais, comitês e trajetórias profissionais: os seniores dos melhores programas no país em quatro áreas. In: VELLOSO, J. (Org.). **Doutores na Pós-graduação de Excelência**. Um estudo na Bioquímica, Engenharia Elétrica, Física e Química. Brasília: Capes-Unesco, 2002. p. 201-216.

BARROS, F. A. F. de. Concentração técnico-científica: uma tendência em expansão no mundo contemporâneo. **Revista Inovação Uniemp**, Campinas, v. 3, n. 1, p. 40-41, jan./fev. 2007.

BARTELL, M. Internationalization of universities: a university culture-based framework. **Kluwer Academic Publishers**, Netherlands, Higher Education, n. 45, p. 43-70, 2003.

BEAVER, D. B. Reflections on scientific collaboration (and its study): past, present, and future. **Scientometrics**, Amsterdam, v. 52, n. 3, p. 365-377, 2001.

BEN-DAVID, J. **O papel do cientista na sociedade***:* um estudo comparativo. São Paulo: Pioneira, 1974.

BOLETIM acadêmico científico da embaixada do Brasil na França. Edição Especial: 35 anos Capes-Cofecub. Disponível em: <http://educ-br.fr/>. Acesso em: 14 dez. 2014.

BRASIL. Presidência da República. **Plano básico de desenvolvimento científico e tecnológico**. Rio de Janeiro, 1973.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Conselho Nacional de Pós-graduação. **I PNPG** – Plano Nacional de Pós-graduação 1975-1979. Brasília, 1975a.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Novas Perspectivas para o sistema de ensino superior – Capes**. Operacionalização e implantação do Plano Nacional de Pós-graduação. Brasília, 1975b.

BRASIL. Presidência da República. **II Plano básico de desenvolvimento científico e tecnológico.** [1976?].

BRASIL. Presidência da República. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. **III Plano básico de desenvolvimento científico e tecnológico**. Brasília, 1980.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Gabinete do ministro. **Cooperação Internacional na área da pós-graduação**. Brasília, 1994. Documento interno.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. **Ciência, tecnologia e inovação**: livro branco. Brasília: MCTI, 2001.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. **Ciência, tecnologia e inovação**: desafio para a sociedade brasileira: livro verde. Brasília: MCTI, Academia Brasileira de Ciência, 2001.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. **Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Nacional**. Plano de Ação (2007-2010). Brasília: MCTI, 2007.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. CNPq. **Programa Institutos Nacionais de C&T**. Documento de orientação. Brasília, jul. 2008.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. **Livro Azul da 4ª Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável**. Brasília: MCTI/CGEE, 2010.

BRIOT, Jean-Pierre. **Celebração dos 35 anos do Capes-Cofecub**. Brasília: Capes, 10 dez. 2014.

CALDAS, R. W.; AMARAL, C. A. A. **Introdução à globalização**: noções básicas de economia, marketing e globalização. São Paulo: Celso Bastos Editor, Instituto Brasileiro de Direito Constitucional, 1998.

CALLON, M. **La science et ses reseaux**: genese et circulation des faits scientifiques. Paris: Éditions La Découverte, 1989.

CALLON, M. Actor-network theory: the market test. In: LAW, J.; HASSARD, J. **Actor network theory and after**. Oxford: Blackwell Publishing, 2005.

CANTO, I. **A partnership of equals?** Academic Collaboration between the UK and Brazil. 1999. Tese (Doutorado em Relações Internacionais)–University of Nottingham, United Kingdom.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Coordenação Geral de Programas. **Boletim Informativo da Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior**, N. 1, dez. 1952. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1952a.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Coordenação Geral de Programas. **Documentos Iniciais**, n. 1. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, mar. 1952b.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Coordenação Geral de Programas. **Boletim Informativo da Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior**. n. 2, jan. 1953. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1953a.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Coordenação Geral de Programas. **Boletim Informativo da Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior**, n. 3, fev. 1953. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1953b.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Coordenação Geral de Programas. **Boletim Informativo da Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior**, n. 4, mar. 1953. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1953c.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Coordenação Geral de Programas. **Relatório Capes**. Brasília, Ministério da Educação e Desporto, 1971.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Plano Nacional de Pós-graduação** – PNPG 1975-1979. Brasília: Capes, 1975.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Coordenação Geral de Programas. **Ata da Reunião Mista Capes/Cofecub de 18 de março de 1980**.Brasília, 1980. Documento interno.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Coordenadoria de Cooperação Internacional. **Ata da Reunião Mista do CAPES/Cofecub de 25 de novembro de 1980**. Brasília, 1980a. Documento interno.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Coordenadoria de Cooperação Internacional. **Diretrizes Básicas sobre o Acordo CAPES/Cofecub**. Brasília, 1980b. Documento interno.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Plano Nacional de Pós-graduação** – PNPG 1982-1985. Brasília: Capes, 1981.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Coordenadoria de Cooperação Internacional. **Acordo Capes-Cofecub**. Relatório de 1976-1982. Brasília, 1982. Documento interno.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **II PNPG** – Plano Nacional de Pós-graduação 1982-1985. Brasília, 1982a.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Coordenadoria de Cooperação Internacional. **Anotações da reunião de coordenadores de projetos do Acordo Capes/Cofecub**. Brasília: 29-30 mar. 1983. Brasília, 1983. Documento Interno.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Coordenadoria de Cooperação Internacional. **Reunião de Avaliação**. Acordo Capes-Cofecub. Brasília, 12-13 nov. 1984. Documento Interno.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Coordenadoria de Cooperação Internacional. **Reunião Anual dos Coordenadores de projetos do Acordo Capes/Cofecub**. Brasília, 1985. Documento Interno.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Coordenadoria de Cooperação Internacional. **Ata da Reunião Anual dos Coordenadores de projetos do Acordo Capes/Cofecub**. Brasília, 10 out. 1985a. Documento Interno.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Plano Nacional de Pós-graduação** – PNPG 1986-1989. Brasília: Capes, 1985b.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Coordenadoria de Cooperação Internacional. **Ata da Reunião da Comissão Consultiva do Acordo Capes/Cofecub**. Brasília, 18-19 nov. 1986. Documento Interno.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Coordenadoria de Cooperação Internacional. **Ata da Reunião Anual do Acordo Capes/Cofecub**. Brasília, 24-25 nov. 1986a. Documento Interno.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **III PNPG** – Plano Nacional de Pós-graduação 1986-1989. Brasília, 1986b.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Coordenadoria de Cooperação Internacional. **Relatório da Reunião de Consultores do Acordo Capes-Cofecub**. Brasília, 7 out. 1987a. Documento Interno.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Coordenadoria de Cooperação Internacional. **Relatório da viagem à França**. Cofecub – Comissão Mista. Brasília, nov. 1987b. Documento Interno.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Coordenadoria de Cooperação Internacional. **Reunião de Coordenadores do Programa Capes-Cofecub da região sudeste**. Brasília, 7-8 jul. 1988. Documento Interno.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Coordenadoria de Cooperação Internacional. **Avaliação do Acordo Capes-Cofecub**. Brasília, 1990. Documento Interno.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Coordenadoria de Cooperação Internacional. **Ata da Reunião Anual do Acordo Capes/Cofecub**. Brasília, 1992. Documento Interno.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Coordenadoria de Cooperação Internacional. **Ata da Reunião Mista Capes/Cofecub**. Brasília, 1993. Documento Interno.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Coordenadoria de Cooperação Internacional. **Roteiro para detalhamento da proposta de projeto**. Brasília, 1993a. Documento Interno.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Coordenadoria de Cooperação Internacional. **Ata da Reunião Capes/Pró-Reitores/Coordenadores/Capes-Cofecub de 18/11/93**. Brasília, 1993b. Documento Interno.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Coordenadoria de Cooperação Internacional. **Resumo da Ata da Reunião Capes/Pró-Reitores/Coordenadores/Capes-Cofecub de 18/11/93**. Brasília, 1993c. Documento Interno.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Coordenadoria de Cooperação Internacional. **Visita ao Brasil de Delegação Francesa para participar da reunião sobre a pós-graduação no Brasil**. Brasília, 3-7 maio 1993d. Documento Interno.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Coordenadoria de Cooperação Internacional. **Orientações sobre o programa Capes/Cofecub, 1994**. Brasília, 1994. Documento Interno.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Coordenadoria de Cooperação Internacional. **Relatório Anual do Ajuste Capes/Cofecub**. Brasília, 28-29 out. 1996. Documento Interno.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Coordenadoria de Cooperação Internacional. **Relatório Anual do Acordo Capes/Cofecub**. Brasília, 1998. Documento Interno.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Coordenadoria de Cooperação Internacional. **Programa Capes/Cofecub**. Brasília, 1998a.

CAPES/COFECUB. **Cooperação Universitária Franco-Brasileira**. 20° aniversário dos acordos. 1978/1998. **Coopération universitaire franco-brésilienne**. 20eme anniversaire des accords. Documento Conjunto. 1998b.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Coordenadoria de Cooperação Internacional. **Relatório Anual de atividades de Projetos Capes/Cofecub**. Brasília, 1999. Documento interno.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Coordenadoria de Cooperação Internacional. **Roteiro para relatório anual de atividades de projetos. Capes/Cofecub**. Brasília. 1999a. Documento interno.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Acordo Capes-Cofecub**: 20 anos de cooperação científica entre o Brasil e a França. Documento não publicado. 2000.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Coordenação Geral de Cooperação Internacional. **Reunião anual do Ajuste Capes/Cofecub**. Brasília, 24-29 out. 2000a. Documento Interno.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Relatório de Gestão do exercício de 2002**. Brasília: Capes, 2003.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Plano Nacional de pós-graduação** – PNPG 2005-2010. Brasília: Capes, 2004.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Coordenação Geral de Cooperação Internacional. **Edital do Programa Capes/Cofecub**. Processo seletivo de 2006. Brasília, 2006.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Coordenação Geral de Cooperação Internacional. **Edital do Programa Capes/Cofecub**. Processo seletivo de 2007. Brasília, 2007.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Coordenação Geral de Cooperação Internacional. **Edital do Programa Colégio Doutoral Franco Brasileiro – CDFB**. Processo seletivo de 2008. Brasília, 2008.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Coordenação Geral de Cooperação Internacional. **Edital do Programa Capes/Cofecub**. Processo seletivo de 2008. Brasília, 2008a.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Coordenação Geral de Cooperação Internacional. **Edital do Programa Colégio Doutoral Franco Brasileiro – CDFB**. Processo seletivo de 2009. Brasília, 2009.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Coordenação Geral de Cooperação Internacional. **Edital do Programa Capes/Cofecub**. Processo seletivo de 2009. Brasília, 2009a.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Portaria n° 141**, de 14 de outubro de 2009. Brasília, 2009b.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Plano Nacional de Pós-graduação** – PNGP 2011-2020. Brasília: Capes, 2010.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Coordenação Geral de Cooperação Internacional. **Edital do Programa Capes/Cofecub**. Processo seletivo de 2010. Brasília, 2010a.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Coordenação Geral de Cooperação Internacional. **Edital do Programa Capes/Cofecub**. Processo seletivo de 2011. Brasília, Capes, 2011.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Relatório de Gestão 2004-2010**. Brasília: Capes, 2011a.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Relatório de Gestão do exercício de 2010**. Brasília: Capes, 2011b.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Coordenação Geral de Cooperação Internacional. **Edital do Programa Capes/Cofecub**. Processo seletivo de 2012. Brasília, 2012.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Portaria n° 174**, de 6 de dezembro de 2012. Brasília, 2012a.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Coordenação Geral de Programas. **Edital do Programa Capes/Cofecub**. Processo seletivo de 2013. Brasília, 2013.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Coordenação Geral de Programas. **Edital do Programa Capes/Cofecub**. Processo seletivo de 2014. Brasília, 2014.

CAPES, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Relatório de Gestão do exercício de 2013**. Brasília: Capes, 2014a.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Coordenação Geral de Programas. **Ofício Circular – Relatório Final de Projeto Capes/Cofecub**. Brasília, 2015. Documento Interno.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Relatório de Gestão do exercício de 2014**. Brasília: Capes, 2015a.

CARDOSO, L. C.; MARTINIÈRE, G. (Coord.). **France-Brésil**. Vingt ans de cooperation (Science et Technologie). Paris: IHEAL-PUG, 1989.

CARDOSO, M. M. S. T. de M. **O *peer review* nas revistas científicas**: políticas e práticas editoriais declaradas. 2011. Tese (Doutoramento em Biblioteconomia)–Universidad de Granada, Espanha.

CARELLI, M. **Culturas cruzadas**: intercâmbios culturais entre França e Brasil. Campinas: Papirus, 1994.

CARELLI, M.; THÉRY, H.; ZANTMAN, A. **France-Brésil**: bilan pour une reliance. Paris: Entente, 1987.

CARNEVALLI, J. A.; SASSI, A. C.; MIGUEL, P. A. C. Aplicação do QFD no desenvolvimento de produtos: levantamento sobre seu uso e perspectivas para pesquisas futuras. **Gestão & produção**, São Carlos, v. 11, n. 1, p. 33-49, jan.-abr. 2004.

CASTELLS, M. **A Sociedade em Redes**. A era da informação: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 1.

CERVO, A. L.; BUENO, C. **Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Makron Books, 2002.

CGEE. Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. **Avaliação de políticas de ciência, tecnologia e inovação**: diálogo entre experiências internacionais e brasileiras. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2008.

CHAIMOVICH, H. Brasil, ciência, tecnologia: alguns dilemas e desafios. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 14, n. 40, p. 134-143, 2000.

CHERMANN, L. P. **Cooperação Internacional e universidade**: uma nova cultura no contexto da globalização. São Paulo: Educ, 1999.

CHISHOLM, L.; STEINER-KHAMSI, G. **South-south Cooperation in Education & Development**. New York: Teachers College Press, 2009.

COFECUB. Comité Français d'Evaluation de la Coopération Universitaire avec le Brésil. **Procès Verbal de la réunion Capes/Cofecub**. Brasília, 8-10 déc., 1992.

COFECUB. Comité Français d'Evaluation de la Coopération Universitaire avec le Brésil. **Procès Verbal de la réunion Capes/Cofecub**. Créteil: 9-10 déc. 1993.

COFECUB. Comité Français d'Evaluation de la Coopération Universitaire avec le Brésil. **Procès Verbal de la réunion Capes/Cofecub**. Créteil, 23-24 nov. 1995.

COFECUB. Comité Français d'Evaluation de la Coopération Universitaire avec le Brésil. **Réunion Annuelle – Capes/Cofecub**. Paris, 25 nov. 1997.

COFECUB. Comité Français d'Evaluation de la Coopération Universitaire avec le Brésil. **La coopération universitaire franco-brésilienne**. Paris, 1997a. Documento Interno.

COFECUB. Comité Français d'Evaluation de la Coopération Universitaire avec le Brésil. **Rapport Preparatoire de la Commission Mixte Franco-Bresilienne**. Paris, 1997b. Documento Interno.

COFECUB. Comité Français d'Evaluation de la Coopération Universitaire avec le Brésil. **Appels d'Offres**. Paris, 1998.

COFECUB. Comité Français d'Evaluation de la Coopération Universitaire avec le Brésil. **Appels d'Offres**. Paris, 1999.

COFECUB. Comité Français d'Evaluation de la Coopération Universitaire avec le Brésil. **Rappport d'Activités**. Aix-en-Province, France, 2001. Documento interno.

COFECUB. Comité Français d'Evaluation de la Coopération Universitaire avec le Brésil. **Rappport d'Activités**. Aix-en-Province, France, 2002. Documento interno.

COFECUB. Comité Français d'Evaluation de la Coopération Universitaire avec le Brésil. **Rappport d'Activités**. Aix-en-Province, France, 2003. Documento interno.

COFECUB. Comité Français d'Evaluation de la Coopération Universitaire avec le Brésil. **Rappport d'Activités**. Aix-en-Province, France, 2004. Documento interno.

COFECUB. Comité Français d'Evaluation de la Coopération Universitaire avec le Brésil. **Rappport d'Activités**. 2005. Aix-en-Province, France, 2005. Documento interno.

COFECUB. Comité Français d'Evaluation de la Coopération Universitaire avec le Brésil. **Guide pratique a destination des coordinateurs français des projets Capes-Cofecub**. Paris, 2014. Documento Interno.

COFECUB. Comité Français d'Evaluation de la Coopération Universitaire avec le Brésil. **Appel à projets 2016**. Paris: Campus France, 2015.

COFFEY, A.; ATKINSON, P. **Making Sense of Qualitative Data**. Thousand Oaks, CA: SAGE Publications, 1996.

CONVÊNIO de Constituição da Rede Universitária Franco-Brasileira de Cooperação Doutoral e Pós-Doutoral Santos Dumont, de 11 de julho de 1994.

CORDOVA, R. de A.; GUSSO, D. A.; LUNA, S. V. de. **A pós-graduação na América Latina**: o caso brasileiro. Brasília: CAPES/CRESALC, 1986.

CORDOVA, R. de A.; GUSSO, D. A.; LUNA, S. V. de. A brisa dos anos 50: a origem da Capes. **Infocapes**, Brasília, v. 4, n. 2, p. 9-20, abr./jun. 1996.

CORDOVA, R. de A.; GUSSO, D. A.; LUNA, S. V. de. **CAPES**: origem, realizações, significações (1951-2002). Brasília: [s.n.], 2003.

CORRÊA, M. L. **Prática comentada da Cooperação Internacional**: entre à hegemonia e a busca de autonomia. Brasília: [s.n.], 2010.

CUNHA, L. A. **A Universidade Temporã**. O ensino superior da Colônia à Era de Vargas. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1980.

DICTIONNAIRE de terminologie du droit international. Publié sous le patronage de l'Union académique internationale. Paris: Ed. Sirey, 1960.

DINIZ, A. C. G. C; VIANNA, J. N. S. Uma experiência bem-sucedida de cooperação interinstitucional dentro do Programa Capes-Cofecub. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ENSINO DE ENGENHARIA. Brasília, 14-17 set. 2004.

DUARTE, A. N. **Uma análise sobre a distribuição das bolsas de produtividade do CNPq**. 2013. Disponível em: <http://alexandre.ci.ufpb.br/bolsas-produtividade/>. Acesso em: 27 ago. 2015.

ECO, H. **Como se faz uma tese?** São Paulo: Editora Perspectiva S.A, 1991.

FAPESP. Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. **Indicadores de Ciência, Tecnologia e Inovação em São Paulo (2010)**. São Paulo: Fapesp, 2011.

FAUBAI. Associação Brasileira de Educação Internacional. **Objetivos e finalidade**. 2015. Disponível em: <www.andifes.org.br>. Acesso em: 18 fev. 2015.

FERREIRA, M. de M.; MOREIRA, R. da L. **Capes, 50 anos**. Brasília: Fundação Getúlio Vargas (CPDOC)/Capes, 2001.

FERREIRA, M. de M.; MOREIRA, R. da L. Os professores franceses e a redescoberta do Brasil. **Revista Brasileira**, Rio de janeiro, ano XI, n. 43, p. 227-246, abr./maio/jun. 2005.

FIGUEIREDO, P. N. Aprendizagem tecnológica e inovação no contexto de industrialização recente. In: CAVALCANTI, B. S.; RUEDIGER, M. A.; SOBREIRA, R. **Desenvolvimento e construção nacional**: políticas públicas. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

FINEP. **Foco e atuação**. Disponível em: <www.finep.gov.br>. Acesso em: 7 fev. 2015.

FLICK, U. **An introduction to qualitative research**. 5th. ed. Great Britain: Sage, 2014.

FRANCE. Ministère de L'education Nationale, de la Recherche et de la Technologie. **Délégation aux Relations Internationales et à la Coopération. Sous-directions des interventions bilatérales – Bureau Amérique**. Cofecub. Paris, le 17 juil. 1998. Documento interno.

FRANCE. Ministère des Affaires Etrangeres; Ministère de L'education Nationale, De L'enseignement Supérieur et de la Recherche. **Lettre de mission du Président du Cofecub**. Paris, 1999a. Documento interno.

FRANCE. Ministère de L'education Nationale, de la Recherche et de la Technologie. **Délégation aux Relations Internationales et à la Coopération. Sous-directions des interventions bilatérales – Bureau Amérique**. Les Comites pour la coopération universitaire et scientifique avec l'Amérique du Sud. Paris, mai 1999b. Documento interno.

FRANCE. Ministère de L'education Nationale, de la Recherche et de la Technologie. **Délégation aux Relations Internationales et à la Coopération. Sous-directions des interventions bilatérales – Bureau Amérique**. Cofecub. Paris, juin 1999c. Documento interno.

FRANCE. Ministère de L'education Nationale, de la Recherche et de la Technologie. **Délégation aux Relations Internationales et à la Coopération. Sous-directions des interventions bilatérales – Bureau Amérique**. Paris, nov 2000. Documento interno.

FRANCE. Ministère de L'education Nationale, de la Recherche et de la Technologie. **Délégation aux Relations Internationales et à la Coopération. Sous-directions des interventions bilatérales – Bureau Amérique.** Paris, 2001. Documento interno.

FRANCE. Ministère des Affaires Etrangeres. DgCid – Direction Générale de la Coopération Internationale et du Développement. **Échange scientifiques et universitaires entre la France et l'Amérique Latine, évaluation du programme Ecos-Nord et Sud.** MAE. Paris, 2007. Documento interno.

FREITAS, M. H. Considerações acerca dos primeiros periódicos científicos brasileiros. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 35, n. 3, p. 54-66, set./dez. 2006.

GARVEY, W. **Communication**: the Essence of Science. Oxford: Pergamon Press, 1979.

GIBBONS, M. et al. **The new production of knowledge**. The dynamics of science and research in contemporary research. London: Sage Publications, 1994.

GONÇALVES, A.; RAMOS, L. M. S. V. C.; CASTRO, R. C. F. Revistas científicas: características, funções e critérios de qualidade. In: POBLACION, D. A.; WITTER, G. P.; SILVA, J. F. M. **Comunicação & Produção Científica**. Contexto, indicadores e avaliação. São Paulo: Ed. Angellara, 2006.

GONÇALVES, D. I. F. Pesquisa de marketing pela internet: as percepções sob a ótica dos entrevistados. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 9, n. 7, p. 70-88, nov./dez. 2008.

GOUVÊA, F. C. F. **Um percurso com os Boletins da Capes**: a contribuição de Anísio Teixeira para a Institucionalização da Pós-graduação no Brasil (1951-1964). 2001. Dissertação (Mestrado em Educação)–PUC-Rio, Rio de Janeiro.

GOUVÊA, F. C. F. O primeiro decênio da Capes: uma campanha extraordinária (1951-1960). **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 91, n. 229, p. 528-542, set./dez. 2010a.

GOUVÊA, F. C. F. **A análise do Boletim Informativo da Capes**: contribuições para a historiografia da educação superior do Brasil nos anos 1950 e 1960. Anais da 33ª Reunião da Anual da Anped. Caxambu, 2010b.

GOUVÊA, F. C. F. O primeiro decênio: a institucionalização da Pós-graduação no Brasil. **Revista Brasileira de Pós-graduação**, Edição Comemorativa aos 60 anos da Capes, Brasília, p. 1-20, jul./2011.

GUIMARÃES, J. A.; HUMANN, M. C. Training of human resources in science and technology in Brazil: the importance of a vigorous post-graduate program and its impact on the development country. **Scientometrics**, v. 34, p. 101-119, 1995.

HALL, A. R.; HALL, M. B. A **Brief History of Science**. New York: New American Library, 1964.

HANDLEY, F. G. Setting out to Collaborate Internationally. In: ANDERSON, M. S.; STENECK, N. H. **International Research Collaborations**. Much to be gained, many ways to get in trouble. New York/London: Routledge Taylor & Francis Group, 2011

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; ABC, Agência Brasileira de Cooperação. **Cooperação Brasileira para o desenvolvimento internacional 2005-2009 (Cobradi)**. Brasília: IPEA; ABC, 2010.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; ABC, Agência Brasileira de Cooperação. **Cooperação Brasileira para o desenvolvimento internacional 2005-2009 (Cobradi)**. Brasília: IPEA; ABC, 2013.

JAISSON, P. **O Cofecub**. Características, realizações, desafios. Nota sintética. Preparado em agosto de 2014 para o Fórum Franco-Brasileiro, ocorrido em 15 e 16 de setembro de 2014 no Ministério da Educação Nacional, Ensino Superior e Pesquisa Francês, 2014a. Documento não publicado.

JAISSON, P. 35 anos do Capes-Cofecub. **Boletim Acadêmico Científico da Embaixada do Brasil na França**, Paris, Edição Especial, 35 anos Capes-Cofecub, p. 1-8, nov. 2014b. Disponível em: <http://educ-br.fr/>. Acesso em: 14 dez. 2014.

JAISSON, P. Entrevista realizada em 23 de dezembro de 2014 na sede do Cofecub, Paris, 2014c.

JORNAL DA CIÊNCIA. Brasil deve priorizar registro de patentes, diz Dilma nos EUA. **Jornal da Ciência**, p. 1, 9 abr. 2012.

KAHN, R. L.; CANNELL, C. F. **The Dynamics of Interviewing**. Theory, Technique, and Causes. New York: John Wiley & Sons, 1957.

KATZ, J. S.; MARTIN, B. R. What is research collaboration? **Research Policy**, Brighton, v. 26, p. 1-18, 1997.

KEOHANE, R. **After Hegemony**: cooperation and discord in the world political economy. Princeton: Princeton University Press, 1984.

KEOHANE, R. **International Institutions and State Power**: essays in international relations theory. Boulder: Westview Press, 1989.

KEOHANE, R.; NYE, J. **Power and Interdependence**. New York: Longman, 1989.

KEOHANE, R.; MILNER, H. (Ed.). **Internationalization and Domestic Politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

KISHIMOTO, T. M.; CHAMLIAN, H. C. Recursos materiais educativos nos sistemas formais de educação no Brasil e na França: projeto de cooperação CAPES-COFECUB. **Rev. Fac. Educ.**, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 99-102, July/Dec. 1998.

KLINGEBIEL, A. **10 années de cooperation inter universitaire**: secteur sciences de la terre et de l'environnement. Brasília: Ministério da Educação, Capes, Coordenadoria de Cooperação Internacional, 1989. Não publicado.

KNIGHT, J.; WIT, H. Strategies for Internationalisation of higher education: historical and conceptual perspectives. In: WIT, H. de (Ed.). **Strategies for internationalisation of Higher Education**. Luna Negra: Amsterdam, 1995. p. 5-32.

KNIGHT, J. **Internationalitation of higher education**. In Quality and internationalisation in higher education. Paris: OECD, 1999.

KNIGHT, J. Internationalization remodeled: definition, approaches, and rationales. **Journal of Studies in International Education**, The Hangue, v. 8, n. 5, p. 4-31, 2004.

KURY, L. Auguste de Sainte-Hilaire, viajante exemplar. **Revista Intellèctus,** São Paulo, ano II, n. 1, p. 2, 2003.

KVALE, S. **Interviews**: An Introduction to Qualitative Research Interviewing. Thousand Oaks California: Sage Publications, 1996.

LAKATOS, I.; MUSGRAVE, A. (Org.). **A crítica e o desenvolvimento do conhecimento**. São Paulo: Editora de Universidade de São Paulo, 1979.

LATOUR, B. **Ciência em ação**. São Paulo: Editora Unesp, 1999.

LATOUR, B. On recalling ANT. In: LAW, J.; HASSARD, J. **Actor network theory and after**. Oxford: Blackwell Publishing, 1999.

LATOUR, B.; WOOLGAR, S. **A vida de laboratório**; a produção dos fatos científicos. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.

LESTIENNE, R. Quatro anos de cooperação universitária e científica entre a França e o Brasil. In: MARTINS, C. B. (Org.). **Diálogos entre o Brasil e a França**: formação e cooperação acadêmica. Recife: FJN, Ed. Massangana, 2006. 2v.

LESTRINGANT, F. De Jean de Léry a Claude Lévi-Strauss: por uma arqueologia de Tristes trópicos. **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, v. 43, n. 2, p. 81-103, 2000.

LETA, J.; CHAIMOVICH, H. Recognition and international collaboration: the Brazilian case. **Scientometrics**, Budapeste, v. 53, n. 3, p. 325–335, 2002.

LETA, J.; GLANZEL, W; THIJS, B. Science in Brazil. Part 2: Sectoral and institutional research profiles. **Scientometrics**, Budapeste, v. 67, n. 1, p. 87-105, 2006.

LEYDESDORFF, L. et al. International collaboration in science: the Global Map and the Network. **El profesional de la información**, Barcelona, v. 22, n. 1, p. 87.094, enero-feb. 2013.

LEYDESDORFF, L.; WAGNER, C.. Is the United States losing ground in Science? A global perspective on the world science system. **Scientometrics**, Amsterdam, v. 78, n. 1, p. 23-36, 2009.

LIMA, M. C.; CONTEL, F. B. **Internacionalização da Educação Superior**. Nações ativas, nações passivas e goepolítica do conhecimento. São Paulo: Editora Alameda, 2011.

LIMA, R. K. de. Choques e fusões simétricas e criativas: a internacionalização da Antropologia no quadro de um acordo Capes-Cofecub (PPGA/UFF/Sociologia/Nanterre). **Antropolítica**: Revista Contemporânea de Antropologia, Niterói, n. 30, p. 199-207, 1. sem. 2011.

LOMBAS, M. L. de S. **A mobilidade internacional de pós-graduandos e pesquisadores e a internacionalização da produção do conhecimento**: efeitos de uma política pública no Brasil. 2013. Tese (Doutorado em Sociologia)–UnB, Instituto de Ciências Sociais, Brasília.

LOYOLA, M. A. A Cooperação Internacional e a Formação de Recursos Humanos no Exterior. **Infocapes**, Brasília, Edição Especial, p. 50-55, 1994.

LOYOLA, M. A. **A cooperação Capes-Cofecub vista pelos coordenadores de projetos**. Documento apresentado no Aniversário de 20 anos do Acordo. Brasília: Ministério da Educação, Coordenação Geral de Programas, 1999. Não publicado.

LOYOLA, M. A. O papel do Acordo Capes/Cofecub na formulação da política de cooperação internacional e de formação pós-graduada no exterior: 1992-1994. In: MARTINS, C. B. (Org.). **Diálogos entre o Brasil e a França**: formação e cooperação acadêmica. Recife: FJN, Ed. Massangana, 2006. 2 v.

MACIAS-CHAPULA, C. A. O papel da informetria e da cienciometria e sua perspectiva nacional e internacional. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 27, n. 2, p. 134-140, maio/ago. 1998.

MAESTRI, M. O Brasil Francês: a colonização revisada. **Revista Urutágua**, Maringá, n. 14, p. 1, dez. 2007-jan./fev./mar. 2008.

MARCOVITCH, J. (Org.). **Cooperação Internacional**: estratégia e gestão. São Paulo: Ed. da USP, 1994.

MARINGE, F.; FOSKETT, N. **Globalization and Internationalization in Higher Education**: theoretical, strategic and management perspectives. London/New York: Ed. Continuum International Publishing Group, 2012.

MARIZ, V. (Org.). **Brasil-França**. Relações históricas no período colonial. Rio de Janeiro: Ed. Rio de Janeiro, 2006.

MARTIN, J.-C. Vingt ans de coopération universitaire franco-brésilienne éléments de bilan concernant l'accord Capes-Cofecub. In: BLANQUER, J. M.; TRINDADE, H. **Les défis de l'éducation en Amérique Latine**. Paris: IHEAL; OpenEditionbooks, 2000.

MARTIN, M. de S. Um diálogo científico permanente. In: MARTINS, C. B. (Org.). **Diálogos entre o Brasil e a França**: formação e cooperação acadêmica. Recife: FJN, Ed. Massangana, 2006. 2 v.

MARTINIÈRE, G. **Os Acordos Capes-Cofecub desde a origem**. Um ponto de vista francês. Documento apresentado no Aniversário de 20 anos do Acordo. Brasília: Ministério da Educação, Capes, Coordenação Geral de Programas, 1999. Não publicado.

MARTINS, C. B. **Seminários Regionais de Coordenadores de Projetos Capes/Cofecub**. Brasília, nov. de 1998. Documento Interno.

MCNEILL, M. R. **Guidelines to problems of education in Brazil**: A review and selected bibliography. New York: Teachers Coll Press, 1970.

MEADOWS, A. J. **A comunicação científica**. Brasília: Briquet de Lemos, 1999.

MENEGHINI, R. The key role of collaborative work in the growth of Brazilian science in the last ten years. **Scientometrics**, Budapeste, v. 35, p. 367–373, 1996.

MINOGUE, Kenneth. **O conceito de universidade**. Brasília: Editora UnB, 1981.

MIURA, I. K. O processo de internacionalização da Universidade de São Paulo: um estudo em três áreas de conhecimento. In: ENCONTRO DA ANPAD, 33., São Paulo, 2009.

MONTEIRO, R. C. M. **Inserção internacional da produção de docentes da pós-graduação**: um estudo na economia, da ciência da computação e educação. 2012. Tese (Doutorado em Educação)–Universidade de Brasília, Brasília.

MOREIRA, W. Avaliação do estilo de produção e de comunicação de um pesquisador. In: WITTER, G. P. (Org.). **Produção científica.** Campinas: Átomo, 1997.

MOURA, E. Avaliação do curriculum vitae de um pesquisador. In: WITTER, G. P. (Org.). **Produção científica**. Campinas: Átomo, 1997.

MOURA, E. ITA – Avaliação da produção científica (1991-1995). In: WITTER, G. P. (Org.). **Produção científica**. Campinas: Átomo, 1997.

MUELLER, S. P. M. A publicação da ciência: áreas científicas e seus canais preferenciais. **Datagrama Zero**: Revista de Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 1, fev. 2005.

MUGNAINI, R.; CARVALHO, T. de; CAMPANATTI-OSTIZ, H. Indicadores de produção científica: uma discussão conceitual. In: POBLACION, D. A.; WITTER, G. P.; SILVA, J. F. M. da (Org.). **Comunicação e produção científica**: contexto e avaliação. São Paulo: Angellara, 2006. p. 313-340.

MUGNAINI, R.; JANNUZZI, P. de M.; QUONIAM, L. M. Indicadores bibliométricos da produção científica brasileira: uma análise a partir da base Pascal. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 33, n. 2, p. 123-131, maio/ago. 2004.

NAVAUX, P. **Avaliação do Sistema de Cooperação Capes/Cofecub**. Painel do Seminário 10 anos do Acordo Capes-Cofecub. Brasília: Ministério da Educação, Capes, Coordenação Geral de Programa, 1989. Documento não publicado.

NEDDERMEYER, D. M. **The Brazilian policy of funding scholarships abroad**: the case of Capes. 2002. Tese (Doutorado em Educação)–University of London, Institute of Education, School of Culture, Language and Communication.

NETTO, C. A. Nas redes do conhecimento (Entrevista). **Presença Internacional do Brasil – PIB**, São Paulo, ano IV, n. 13, p. 57, mar./abr. 2011.

NEVES, A. B. **20 anos do ACORDO Capes-Cofecub**. Exposição do presidente da Capes. Rio de Janeiro, 1999. Documento não publicado.

NICOLATO, M. A. A evolução da concepção e da linha de ação do Programa Capes/Cofecub. **Infocapes**, Brasília, v. 7, n. 4, p. 4-36, 1999.

NUNES, B. F. O sistema de C T no Brasil e a cooperação internacional: notas sobre a experiência Capes/Cofecub. **R.B.P.G**, v. 3, n. 6, p.234-253, 2006.

OHIRA, M. L. B. Curriculum Vitae: fonte de avaliação da produção científica de uma pesquisadora. In: WITTER, G. P. (Org.). **Produção científica.** Campinas: Átomo, 1997.

OLINTO, G. A inclusão das mulheres nas carreiras de ciência e tecnologia no Brasil. **Inc. Soc.**, Brasília, v. 5 n. 1, p. 68-77, jul./dez. 2011.

OLIVEIRA, A. B. de.; CARVALHO, J. Z. S. **A formação de Pessoal de Nível Superior e o desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Capes, 1960.

OLIVEIRA, H. V. de. **Fatores influentes na visibilidade internacional da comunicação científica de pesquisadores de instituições da Amazônia brasileira**. 2003. Tese (Doutorado em Ciência da Informação e Documentação)–Universidade de Brasília, Brasília.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Carta das Nações Unidas**. 1945. Assinada em São Francisco aos 26 de junho de 1945. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/carta/>. Acesso em: 5 jun. 2012.

PACKER, A. L.; MENEGHINI, R. Articles with authors affiliated to Brazilian institutions published from 1994 to 2003 with 100 or more citations: I – The weight of international collaboration and the role of the networks. **Annals of the Brazilian Academy of Sciences**, Rio de Janeiro, v. 78, n. 4, p. 841-853, 2006.

PACKER, A. L.; MENEGHINI, R. Visibilidade da produção científica. In: POBLACION, D. A.; WITTER, G. P.; SILVA, J. F. M. **Comunicação & Produção Científica**. Contexto, indicadores e avaliação. São Paulo: Ed. Angellara, 2006.

PAGLIOSA, F. L.; DA ROS, M. A. O relatório Flexner: para o bem e para o mal. **Rev. bras. educ. med.**, Rio de Janeiro , v. 32, n. 4, p. 492-499, Dec. 2008.

PINHEIRO, R. **O que nossos cientistas escreviam**: algumas das publicações em ciências no Brasil do século XIX. 2009. Tese (Doutorado em Geociências)–Instituto de Geociências, Unicamp, Campinas.

PINHO, C. S. K.; HAEFFNER, C.; AMARAL, L. R. M; AVELLAR, S. O. C. Avaliação do processo de seleção dos projetos aprovados no programa Capes/Cofecub (2004-2009). **RBPG**, Brasília, v. 7, n. 12, p. 120-133, jul. 2010.

PIRES, F. P. Viagem à Terra do Brasil. Jean de Léry: Entre a medievalidade e a modernidade. **Revista Caminhando**, São Bernardo do Campo, v. 8, n. 1, v. 11, p. 89-112, 2003.

PRADO, J. **Produção Científica em Biodiversidade, socialização e carreira**. 2014. Tese (Doutorado em Psicologia Social)–Universidade de Brasília.

PRATA, A. **Reflexões Sobre a Cooperação Internacional**. 2004. Disponível em: <http://www.pucminas.br/imagedb/documento/DOC_DSC_NOME_ARQUI20060214115119.pdf>. Acesso em: 09 mar. 2014.

PRICE, D. J. de S. **O desenvolvimento da ciência**: análise histórica, filosófica, sociológica e econômica. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1976.

PROGRAMA Institutos Nacionais de C&T. Documento de orientação. 2008. Disponível em: <http://inct.cnpq.br/>. Acesso em: 16 de mar. 2015.

QUEIROZ, A. D. **10 anos do Acordo Capes/Cofecub**: a evolução do sistema de cooperação interuniversitário. Brasília, Documento não publicado, Brasília: Documento não publicado, 1989.

QUEYRAS, J. L'utilisation des TIC dans l'évaluation d'une politique territoriale de coopération scientifique entre la France et le Brésil: le cas des accords Capes-Cofecub. 3e. Rencontres TIC & Territoire: quels développements? **ISDM,** Lille, n. 16, article n. 164, mai. 2004. Disponível em: <http://www.isdn.org>. Acesso em: 15 mar. 2015.

RICHARDSON, R. J. et al. **Pesquisa Social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.

ROSENAU, J. R.; CZEMPIEL, E.-O. (Org.). **Governança sem governo**: ordem e transformação na política mundial. Brasília: Ed. Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

ROSSATO, Ricardo. **Universidade**: nove séculos de história. Passo Fundo: Ediupf, 1998.

ROUSSEFF, Dilma. **Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante Compromisso Constitucional perante o Congresso Nacional. Brasília**: 1º jan. 2011. Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-compromisso-constitucional-perante-o-congresso-nacional>. Acesso em: 12 maio 2014.

ROYER, M. **Dix ans de l'accord Capes-Cofecub.** Brasília: Ministério da Educação, Capes, Coordenadoria de Cooperação Internacional, 1989. Documento não publicado.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, P. B. **Metodologia de Pesquisa**. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

SANCHO, R. et al. Indicadores de colaboración científica inter-centros en los países de América Latina. **Interciencia**: INCI, Caracas, v. 31, n. 4, p. 284-292, abr. 2006.

SANTOS, F. S.; ALMEIDA FILHO, N. de. **A quarta missão da universidade**: internacionalização universitária na sociedade do conhecimento. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra; Brasília : Editora Universidade de Brasília, 2012.

SANTOS, S. D. F. dos. **As revistas científicas e o direito de cópia**. 2011. Dissertação (Mestrado em Letras)–Universidade de Coimbra, Coimbra.

SBPC. Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. **Ciência, tecnologia e inovação para um Brasil competitivo**. São Paulo: SBPC, 2011.

SCHMIDT, B.; MARTINS, C. B. O acordo Capes/Cofecub no contexto da pós-graduação brasileira. In: MARTINS, C. B. (Org.). **Diálogos entre o Brasil e a França**: formação e cooperação acadêmica. Recife: FJN, Ed. Massangana, 2006. 2 v.

SCHWARTZMAN, S. (Coord.). **Ciência e Tecnologia no Brasil**: uma nova política para um mundo global. São Paulo: Ed. FGV, 1993.

SCHWARTZMAN, S. Nacionalismo vs. Internacionalismo en las políticas de formación de recursos humanos de alto nível. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL .FUGA DE CÉREBROS, MOVILIDAD ACADÉMICA Y REDESCIENTÍFICAS. Depart.

Investigaciones Educativas del Cinvestav e Institut de Recherhe pour leDévelopment, Mexico, 2-4 marzo, 2009.

SCHWARTZMAN, S.; CASTRO, C. M. Universidade e pesquisa científica: um casamento indissolúvel? In: SCHWARTZMAN, S; CASTRO, C. M. (Org.). **Pesquisa universitária em questão**. Campinas: Editora da Unicamp; Ícone Editora; CNPq, 1986.

SEBASTIÁN, J. **Cooperación e internacionalización de las universidades**. 1. ed. – Buenos Aires: Biblios, 2004.

SEIDMAN, I. **Interviewing as qualitative research**: a guide for researchers in education and the social sciences. New York: Teachers College Press, 1991.

SHARAN, S. et al. **Cooperation in Education**. Tel-Aviv: Brigham Young University Press, 1979.

SILVA, D. H. *Cooperação internacional em ciência e tecnologia: oportunidades e riscos.* In: Rev. Bras. Polit. Int. , Brasília, v.50, n.1; p. 5-28, 2007.

SILVA, E. R. C. **Avaliação Global do Ajuste Capes/Cofecub**. Brasília: Ministério da Educação, Capes, Coordenadoria de Cooperação Internacional, 1994. Documento não publicado.

SOARES, M. S. A. (Coord.). **A Educação Superior no Brasil**. Caracas: Instituto Internacional para a Educação Superior na América Latina e no Caribe – IESALC – Unesco. Capes. GEU. Porto Alegre, 2002.

SOTILLO, J. A. **El sistema de cooperación para el desarollo**: actores, formas y procesos. Instituto Universitário de Desarrollo y Cooperación (Universidad Complutense Madrid) Catarata. Madrid, 2011.

SPAGNOLO, F. **Asssessment of graduate programmes**: the Brazilian Case. PhD. Dissertation. Science Policy Research Unity SPRU/University of Sussex, 1989.

STALLIVIERI, L. **Estratégias de internacionalização das universidades brasileiras**. *Caxias do Sul:* Educs, 2004.

STALLIVIERI, L. **O Processo de internacionalização nas instituições de Ensino Superior**. 2002. Disponível em: <https://www.ucs.br/ucs/tplCooperacaoCapa/cooperacao/assessoria/artigos/processo_internacionalizacao.pdf>. Acesso em: 11 set 2014.

STEINER, J. E.; NALNIC, G. (Org.). **Ensino Superior**: conceito e dinâmica. São Paulo: Edusp, 2006.

STUMPF, I. R. C. Passado e futuro das revistas científicas. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 25, n. 3, p.1, 1996.

TAGUE-SUTCLIFFE, J. An introduction to informetrics. **Information Processing & Management**, Oxford, v. 28, n. 1, p. 1-3, 1992.

TAVARES, L. **Brasil e França ao Longo de 5 Séculos**. Rio de Janeiro: Ed. Biblioteca do Exército, 1979.

TEICHLER, U. The changing debate on internationalisation of higher education. **Kluwer Academic Publishers**, Netherlands, Higher Education, v. 48, p. 5–26, 2004.

THÉRY, H. Uma geografia da cooperação universitária França-Brasil: análise dos acordos acadêmicos Capes-Cofecub. **Revista da Anpege**, Presidente Prudente, n. 5, p. 107-121, 2009. Disponível em: <http://anpege.org.br/revista/ojs-2.2.2/index.php/anpege08/article/view/34/>. Acesso em: 3 fev. 2013. Une géographie de la coopération universitaire France-Brésil, analyse des accords Capes-Cofecub. **EchoGéo**, Paris, n. 15, v. 2011, p. 1-16, décembre 2010/février 2011. Publicado em português e em francês.

TOUVAL, S.; ZARTMAN, I. W. **International Cooperation**. Cambridge: Ed. Cambridge University Press, 2010.

TRIGUEIRO, M. G. S. **Sociologia da Tecnologia**. Bioprospecção e legitimação. São Paulo: Centauro, 2009.

USP. Universidade de São Paulo. **Histórico do programa USP-Cofecub**. Disponível em: <http://www.prp.usp.br/cooperacao-internacional/cofecub/>. Acesso em: 8 jun. 2015.

VANZ, S. A. S. **As redes de colaboração científica no Brasil (2004-2006)**. 2009. Tese (Doutorado em Comunicação e Ciência)–UFRGS, Porto Alegre.

VANZ, S. A. S.; STUMPF, I. R. C. A Colaboração internacional no ISI: panorama dos artigos brasileiros nos anos 2004-2006. In: ENANCIB, 10., 2009. **Anais...** João Pessoa: UFPB, 2009.

VANZ, S. A. S.; STUMPF, I. R. C. Colaboração científica: revisão teórico-conceitual. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 15, n. 2, Belo Horizonte, p. 42-55, maio/ago. 2010.

VANZ, S. A. S.; STUMPF, I. R. C. Procedimentos e ferramentas aplicados aos estudos bibliométricos. **Inf. & Soc.**, João Pessoa, v. 20, n. 2, p. 67-75, maio/ago. 2010.

VAZ, A. C. **Cooperação, integração e processo negociador**: a construção do Mercosul. Brasília: IBRI, 2002.

VELHO, L. Formação de doutores no país e no exterior: estratégias alternativas ou complementares? **Dados**, Rio de Janeiro, v. 44, n. 3, p. 607-631, 2001.

VELHO, L. Indicadores de C&T: antecedentes e estratégias. In: TALLER IBEROAMERICANO/INTERAMENRICANO DE INDICADORES DE CIENCIA Y TECNOLOGIA, 4., 1999, México. **Anais**... México: RICYT, 1999. p. 45-67.

VELHO, L. Por um olhar brasileiro na ciência (Entrevista). **Revista Pesquisa Fapesp**, n. 143, jan. 2008. Disponível em: <http://revistapesquisa.fapesp.br/?art=3423&bd=1&pg=1>. Acesso em: 29 dez. 2014.

VIEIRA, H. C.; CASTRO, A. E.; SCHUCH JÚNIOR, V. F. O uso de questionários via *e-mail* em pesquisas acadêmicas sob a ótica dos respondentes. In: SEMEAD – SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO, 13., set. 2010, São Paulo.

VILAN FILHO, J. L. **Autoria múltipla em artigos de periódicos científicos das áreas de informação no Brasil**. 2010. Tese (Doutoramento em Ciência da Informação)–Universidade de Brasília, Brasília.

VIOTTI, E. B. Fundamentos e evolução dos indicadores de CT&I. In: VIOTTI, E. B.; MACEDO, M. de M. (Org.). **Indicadores de Ciência, tecnologia e inovação no Brasil.** Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

VIOTTI, E. B.; MACEDO, M. de M. (Org.). **Indicadores de Ciência, tecnologia e inovação no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

WIT, H. de et al. **Educación superior en América Latina**: la dimensión international. Bogotá: Ed. Mayol, 2005.

WIT, H. de; BEELEN, J. **Internationalisation Revisited**: New Dimensions in the Internationalisation of Higher Education. Centre for Applied Research on Economic & Management, School of Economics and Management of the Hoges School Van Amsterdam. Amsterdam, 2012.

WIT, H. Studies in International Education: a research perspective. **Journal of Studies in International Education**, The Hague, v. 1, n. 1, p. 1-8, spring 1997.

WIT, H. **Measuring success in the internationalisation of higher education**. EAIE Occasional Paper 22. Published by the European Association for International Education (EAIE), 2009.

WITTER, G. P. (Org.). **Produção científica**. Campinas: Átomo, 1997.

WORTHEN, B. R.; SANDERS, J. R.; FITZPATRICK, J. L. **Avaliação de Programas**. Concepções e Práticas. São Paulo: Ed. Gente, 2004.

YIN, R. K. **Case Study Research**: design and methods. Thousand Oaks: Sage Publications, 1994.

ZIMAN, J. **An introduction to science studies**: the philosophical and social aspects of science and technology. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

Portais eletrônicos

ABC: www.abc.org.br/

ABL*:* www.abl.org.br

Abruem: www.abruem.org.br

Accreditation Organisation of the Netherlands and Flanders (NVAO): http://nvao.com

Agência Brasileira de Cooperação (ABC): www.abc.gov.br

Andifes: www.andifes.org.br

Banco do Brasil: www.bb.com.br

BnF: http://bndigital.bn.br

British Council: http://www.britishcouncil.org

Campus France: http://www.campusfrance.org/fr

Capes: www.capes.gov.br

Center for International Higher Education (CIHE): http://www.bc.edu/research/cihe/

Ciências sem Fronteiras: http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/home

CNPq: www.cnpq.br / http://lattes.cnpq.br/

Cofecub: http://www.campusfrance.org/fr/cofecub

Confap: www.confap.org.br

Conif: http://portal.conif.org.br

Crub: www.crub.org.br

Daad: https://www.daad.org/

Ecos-Nord: http://www.univ-paris13.fr/cofecub-ecos/ecos-nord

Ecos-Sud: http://www.univ-paris13.fr/cofecub-ecos/ecos-sud

Egide: http://www.egide.asso.fr

Embrapa: www.embrapa.br

Escola de Minas (Universidade de Ouro Preto): http://www.em2.ufop.br/

Fapergs: www.fapergs.rs.gov.br

Fapesp: http://www.fapesp.br

Faubai: www.faubai.org.br

Finep: www.finep.gov.br

Foprop : www.foprop.org.br

IIE: http://www.iie.org

INCTs: http://inct.cnpq.br/home/

International- American Organization for Higher Education (IOHE): http://www.oui-iohe.org

Maison de l'Amérique Latine:http://mal217.org/la-maison/

Maison du Brésil: http://www.maisondubresil.org/pt-br/

Ministère de l'Éducation Nationale, de l'Enseignement supérieur et de la Recherche: http://www.education.gouv.fr/

Ministère des Affaires Étrangères: http://www.diplomatie.gouv.fr

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação: www.mcti.gov.br

Ministério da Educação: www.mec.gov.br

Ministério das Relações Exteriores: www.itamaraty.gov.br

National Science Foundation (NSF): www.nsf.gov

OECD: www.oecd.org

ONU: www.onu.org.br

SBPC: www.sbpcnet.org.br

Sorbonne Paris Cité: http://www.sorbonne-paris-cite.fr/

Unesco: http://en.unesco.org/

Unila: https://www.unila.edu.br/

Unilab: www.unilab.edu.br

Universidade de Al-Azhar: http://www.azhar.edu.eg/

Universidade de Bologna: http://www.unibo.it/it

Universidade de Cambridge: http://www.cam.ac.uk

Universidade de Coimbra: http://www.uc.pt

Universidade de Montpellier: www.umontpellier.fr

Universidade de Nalanda: http://nalandauniv.edu.in

Universidade de Oxford: http://www.ox.ac.uk

Universidade de Salamanca: http://www.usal.es

Universidade de Sevilha: http://www.us.es

Universidade de Toulouse: http://www.univ-toulouse.fr;

Universidade de Valladolid: http://www.der.uva.es

Université Paris 13/Cofecub: http://www.univ-paris13.fr/cofecub-ecos/cofecub/

USP: www.usp.br

WSF: http://www.sciforum.hu

ANEXO A – Acordo Básico de Cooperação Interuniversitária entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa

Acordo Básico de Cooperação Interuniversitária entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa

O Governo da República Federativa do Brasil

E

O Governo da República Francesa

Tendo em vista o Acordo Cultural de 6 de dezembro de 1948,

Tendo em vista o Acordo de Cooperação Científica e Técnica de 16 de janeiro de 1967,

Considerando que os dois Governos desejam favorecer o desenvolvimento de intercâmbio entre as universidades brasileiras e francesas,

Desejosos de concluírem um acordo básico relativo a um programa da cooperação com essa finalidade;

Acordam o seguinte:

ARTIGO I

O presente Acordo tem por objetivos:

1) O estabelecimento de um sistema de acompanhamento acadêmico dos docentes-pesquisadores brasileiros enviados a universidades francesas através do programa regular de bolsas de estudo mantido e financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), do Ministério da Educação e Cultura da República Federativa do Brasil.
2) O desenvolvimento de setores específicos em cada uma das universidades brasileiras participantes através do programa de intercâmbio universitário já mantido pela CAPES, compreendendo:
   a) o envio a universidades brasileiras de professores visitantes franceses para participação em programas de ensino e pesquisa;

b) o envio a universidades francesas de docentes brasileiros em missões de curta duração para aperfeiçoamento de sua formação em pesquisa, com vistas ao desenvolvimento do ensino brasileiro de pós-graduação;

c) o intercâmbio de missões de identificação e de avaliação;

d) a execução de programa conjuntos de pesquisa;

e) o intercâmbio de informação científicas, de documentação especializada e de publicações.

ARTIGO II

O presente Acordo não se aplica ao programa de bolsas de estudo e bolsas de estágio financiado pelo Governo francês, nem aos demais projetos e atividades de cooperação universitária executados no âmbito do Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica, os quais terão prosseguimento conforme os dispositivos que os regem.

ARTIGO III

A responsabilidade pela execução do presente Acordo, do lado brasileiro, é confiada à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), do Ministério da Educação e Cultura.

ARTIGO IV

A responsabilidade pela execução do presente Acordo do lado francês, é confiada ao Comitê Francês de Avaliação da Cooperação Universitária com o Brasil (COFECUB), órgão vinculado à Conferência dos Presidentes das Universidades Francesas.

ARTIGO V

O sistema geral de acompanhamento acadêmico referido no Artigo I, item 1, deste Acordo, reger-se-á de conformidade com as seguintes disposições:

1) As bolsas e despesas de viagem dos docentes brasileiros aceitos para a realização do doutorado de 3° ciclo, do doutorado de engenharia e do doutorado de estado serão assegurados pelo Ministério da Educação e Cultura do Brasil;

2) Os salários do pessoal docente incluído em programas de treinamento previstos no item anterior serão assegurados pelas universidades de origem;

3) O financiamento necessário referente ao custo adicional com as despesas de pesquisa, como parte deste treinamento, será estudado caso a caso pela CAPES e assegurado pelo Ministério da Educação e Cultura do Brasil;

4) O financiamento necessário referente ao custo adicional para o acompanhamento acadêmico específico dos bolsistas brasileiros deste programa ocorrerá por conta do Ministério dos Negócios Estrangeiros da França;

5) Os custos adicionais serão estimados levando em consideração os ensinamentos eventuais que antecedam aos ciclos de doutorado, a especificidade do tema de tese, a área de concentração e o acompanhamento dos bolsistas brasileiros;

6) O acompanhamento dos bolsistas brasileiros será supervisionado por um responsável, designado pelas universidades francesas que os acolherem;
7) Incluir-se-ão no caso anterior os estágios de pesquisa de, no máximo, um ano de duração, destinados a complementar a formação em pesquisa realizada no Brasil.

ARTIGO VI

Os bolsistas beneficiários deste Acordo deverão demonstrar nível de conhecimento linguístico conforme as exigências para admissão nas universidades francesas, desfrutando, caso necessário, das mesmas oportunidades de treinamento oferecidas aos bolsistas do Governo francês.

ARTIGO VII

Para as missões de curta duração de docentes brasileiros na França, com duração máxima de seis meses, os custos relativos às viagens e às bolsas, em partes iguais, por conta do Ministério da Educação e Cultura do Brasil e do Ministério dos Negócios Estrangeiros da França.

ARTIGO VIII

A participação de professores visitantes franceses nos programas previstos por este Acordo deverá observar os procedimentos atualmente em vigor entre os dois países, em conformidade com os Acordos mencionados no Preâmbulo.

ARTIGO IX

1) As despesas com a estada das missões de identificação e de avaliação de curta duração de professores franceses serão custeadas pelo Ministério da Educação e Cultura do Brasil, quando se realizarem no Brasil; e as despesas com a estada das missões de identificação e de avaliação dos professores brasileiros serão custeadas pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros francês, quando se realizarem na França.
2) As despesas de viagem dos brasileiros ficarão a cargo do pelo Ministério da Educação e Cultura brasileiro e as despesas dos franceses ficarão a cargo do Ministério dos Negócios Estrangeiros francês.

ARTIGO X

A seleção dos bolsistas beneficiários deste Acordo será feita, mediante proposição da CAPES, em reuniões realizadas no Brasil, por uma comissão da qual participarão responsáveis pelo ensino de pós-graduação francês, designados pelo COFECUB.

ARTIGO XI

As questões de equivalência de diplomas serão submetidas à Comissão Mista Franco-Brasileira de Cooperação Cultural, Científica e Técnica; as duas partes farão as recomendações que julgarem oportunas às autoridades competentes.

ARTIGO XII

Será realizada uma reunião anual de representantes da CAPES e do COFECUB, alternadamente na França e no Brasil, para avaliar os programas de cooperação em curso e elaborar os do ano seguinte. Serão elaborados, em documentos separados, o programa referente a bolsas de estudo de pesquisadores-docentes brasileiros na França (Artigo I, item 1, deste Acordo) e o programa referente às demais atividades de intercâmbio previstas neste Acordo (Artigo I, item 2, e Artigos VII, VIII e IX deste Acordo).

ARTIGO XIII

Dois anexos financeiros serão estabelecidos anualmente e definirão nos limites das verbas anuais disponíveis, os recursos alocados para a execução dos programas previstos neste Acordo, fixando as participações respectivas do Ministério da Educação e Cultura do Brasil e do Ministério dos Negócios Estrangeiros da França.

ARTIGO XIV

O programa referente às atividades de intercâmbio previstas no Artigo I, item 2, e Artigos VII, VIII e IX deverá conter a discriminação das universidades participantes e das áreas de conhecimento abrangidas, bem como a descrição das atividades a serem desenvolvidas e a respectiva duração e custos. Após sua elaboração, este programa será submetido pela CAPES aos órgãos brasileiros competentes para aprovação e formalização junto ao Governo francês, nos termos do Decreto n° 65.476, de 21 de outubro de 1969.

ARTIGO XV

1) A aplicação deste Acordo será feita com base em convênios interuniversitários, os quais definirão os compromissos mútuos das universidades brasileiras e francesas interessadas, nas áreas ou domínios fixados;
2) Estes convênios deverão ser estabelecidos com base no convênio interuniversitário padrão elaborado pela CAPES e o COFECUB.

ARTIGO XVI

O presente Acordo entrará em vigor na data de sua assinatura e terá a duração de cinco anos.

Poderá ser denunciado por uma das partes mediante aviso prévio de seis meses, notificado por escrito. Em todos os casos a denúncia não atingirá as bolsas em andamento, as quais terão sua continuidade assegurada.

O presente Acordo não poderá ser modificado por iniciativa de uma das Partes, salvo se a modificação for aceita de comum acordo.

Feito em Brasília, aos dias do mês de outubro de 1978, em dois exemplares, cada um nas línguas portuguesas e francesas, os dois textos fazendo igual fé.

Pelo Governo da República Federativa do Brasil:

Antonio F. Azeredo da Silveira
Ministro de Estado das Relações Exteriores

Pelo Governo da República Francesa:

Louis de Guiringaud
Ministro dos Negócios Estrangeiros

ANEXO B – Ajuste Complementar, no âmbito da cooperação interuniversitária, ao Acordo de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Francesa e o Governo da República Federativa do Brasil, assinado em 16 de janeiro de 1967

AJUSTE COMPLEMENTAR, NO ÂMBITO DA COOPERAÇÃO INTERUNIVERSITARIA, AO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E CIENTIFICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FRANCESA E O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, ASSINADO EM 16 DE JANEIRO DE 1967.

O Governo da República Federativa do Brasil,

e

O Governo da República Francesa.

Tendo em vista o Acordo Cultural de 6 de dezembro de 1948.

Tendo em vista o Acordo de Cooperação Cientifica e Técnica de 16 de janeiro de 1967,

Desejosos de favorecer o desenvolvimento dos intercâmbios entre as universidades brasileiro e franceses.

Resolvem acordar o que segue:

ARTIGO I

O presente ajuste tem por objetivos:

1 – A criação de um sistema de intercâmbio universitário pelo qual os professores-pesquisadores brasileiros e franceses desenvolvem pesquisas cientificas dentro de convênios entre as universidades brasileiras e francesas;

2 – A formação e aperfeiçoamento de professores e pesquisadores em setores específicos;

3 – A troca de informação científicas, de documentação especializada e de publicação universitárias;

4 – A valorização intelectual e, conforme o caso, a utilização econômica comum dos resultados científicos e técnicos.

ARTIGO II

A responsabilidade pela execução do presente ajuste do lado Brasileiro está a cargo da Fundação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), do Ministério das Relações Exteriores.

ARTIGO III

A responsabilidade pela execução do presente Ajuste, do lado Francês, está a cargo do "Comitê Français d'Evaluation de la Coopération Universitaire avec le Brésil" (COFECUB), organismo vinculado ao Ministério das Relações Exteriores e ao Ministério da Educação Nacional.

ARTIGO IV

Este Ajuste será implementado, sob a forma de projetos interuniversitários previamente aprovados, pelas partes e executados de acordo com os convênios específicos entre as universidades brasileiras e francesas interessadas.

ARTIGO V

A realização dos objetivos mencionados no Artigo I será obtida pelos seguintes meios:

a) troca de missões de identificação para analisar as condições de realização das propostas de pesquisas constantes dos ante - projetos, previamente examinadas, pelos especialistas da CAPES e do COFECUB incubidos da avaliação.

A duração destas missões não poderá exceder vinte (20) dias, sendo previstas uma (1) só missão de uma pessoa por ante – projeto para cada umas das partes; o ante – projeto

torna-se projeto logo que o COFECUB e a CAPES recebam o parecer científico favorável;

b) troca de missões de trabalho (ensino e pesquisa), para a execução dos projetos aceitos conjuntamente;

c) missões de avaliação dos projetos aprovados previamente pelas duas partes;

d) envio de bolsistas brasileiro em missões de estudos de:

- pós - doutorado;

- doutorado em tempo integral na França, ou preparação em tempo parcial (período de estudos na França e a conclusão da tese no Brasil ou vice- versa);

- a título excepcional, especialização, em função da natureza do projeto;

e) envio de bolsistas franceses em missões de estudos de doutorado no Brasil;

f) publicação de trabalhos ligados às pesquisas efetuadas no quadro do presente Ajuste, intercâmbio de publicações de interesse para as duas partes, publicação de trabalhos ligados ás teses dos bolsistas beneficiários do presente Ajuste;

g) o Governo francês colocará à disposição das universidades brasileiras, livros e documentos, bem como equipamentos específicos, indispensáveis à realização das pesquisas;

h) anualmente o COFECUB e a CAPES submeterão à apreciação do Grupo de trabalho bilateral, criado pela Comissão Mista realizada em Brasília nos dias 18,19 e 20 de março de 1981, os resultados e as perspectivas da cooperação.

ARTIGO VI

O presente Ajuste não se aplica ao programa de bolsas de estudos e de estágios pelo Governo Francês, nem ao programa normal de bolsas da CAPES para o exterior, e nem outros projetos e atividades de Cooperação universitária do Acordo Base de Cooperação Científica e Técnica, que se desenvolvem em conformidade com as disposições que os regem.

ARTIGO VII

Os órgãos responsáveis definidos nos Artigos II e III determinarão, de comum acordo, os procedimentos para a execução deste Ajuste, adaptando-os, cada vez que se fizer necessário, aos projetos e programas específicos, sob sua responsabilidade. Deverão apresentar um relatório de atividades que constará em anexo à data do grupo de trabalho

franco – brasileiro de cooperação técnico – científico criado pela Comissão Mista de março de 1981.

ARTIGO VIII

O sistema de intercâmbio universitário previsto no Artigo I, alínea 1, deste Ajuste, obedece ás disposições seguintes:

1) As bolsas e as despesas de viagem dos professores brasileiros previstas no Artigo V, d) serão assumidos pela CAPES – Ministério da Educação e do Desporto do Brasil;

2) Os salários dos professores incluídos nos programas de estudos previstos no parágrafo precedente serão assumidos pelas universidades de origem do professor;

3) O financiamento correspondente ao custo específico das eventuais despesas de pesquisa ligadas a este aperfeiçoamento será estudado, caso a caso, pelo COFECUB e assegurado pela parte francesa;

4) O acompanhamento desses bolsistas será feito por um responsável designado pelo Conselho Científico do COFECUB;

5) A parte francesa oferecerá aos bolsistas brasileiros, desde Ajuste, cursos preparatórios de línguas no Brasil e posteriormente, um estágio de aprendizagem da língua por ocasião de sua chegada à França, comprometendo-se o lado brasileiro a oferecer cursos similares aos bolsistas franceses.

6) Para a realização de missões de identificação e de trabalho de professores – pesquisadores brasileiros na França, os custos relativos às viagens de ida e volta estarão a cargo da CAPES e as despesas de estada terão um valor equivalente ao da bolsa cientifica de alto nível, categoria B, do Governo francês e serão assumidas pela parte francesa;

7) Para a realização de missões de professores – pesquisadores franceses no Brasil, os custos relativos às viagens de ida e volta ficarão a cargo da parte francesa e as despesas de estada ficarão a cargo da CAPES e terão um valor correspondente a 80 U$$ dólares por dia, pagos ao beneficiário no dia de sua chegada, para missões com duração máxima de 60 dias. Aos professores/pesquisadores em missões com duração superior a 2 meses a CAPES pagará um salário compatível com as disposições estabelecidas pelas agências de fomento brasileiras.

Os pagamentos acima mencionados estarão isentos de todos os impostos e taxas, conforme os Artigos XIX e XX da convenção franco – brasileiro de 10 de setembro de 1971;

8) O financiamento de viagem e da estada dos bolsistas franceses nas universidades brasileiras será assegurado pela parte francesa.

Os compromissos financeiros serão autorizados dentro do limite das disponibilidades orçamentárias das duas partes.

ARTIGO IX

A seleção dos bolsistas brasileiros enquadrados no Artigo V, alínea d), desde Ajuste, será efetuada pela CAPES, segundo os critérios adotados regulamente pelo programa de bolsas no exterior, levando em conta também a apreciação dos coordenadores brasileiros e franceses dos projetos, designados, respectivamente, pela CAPES e COFECUB.

ARTIGO X

Os candidatos às missões enquadradas no Artigo V, alínea a), b) e c), são propostos pelo coordenador do projeto de uma das partes e, aceitos pela outra parte, e deverão ser aprovados pela CAPES quando se tratar de um candidato brasileiro ou pelo COFECUB quando se tratar de um candidato francês.

ARTIGO XI

Para os bolsistas brasileiros com título de mestre, selecionados no âmbito deste Ajuste, os coordenadores brasileiros e franceses, com o auxílio do COFECUB, fornecerão às universidades francesas todas as informações que podem conduzir à dispensa do Diploma de Estudos Aprofundados (D.E.A.) para estudantes que estejam em vias de preparar tese de doutorados. Em tal circunstância, serão examinados, caso a caso, os eventuais complementos de formação necessários à obtenção do citado diploma.

ARTIGO XII

A seleção dos bolsistas franceses que deverão cumprir estágios no Brasil, no âmbito deste Ajuste, será efetuada pelo COFECUB, levando em conta a aprovação do plano de estudos pelos coordenadores brasileiros e franceses do projeto e de conformidade com as normas das universidades brasileiras.

ARTIGO XIII

As questões de reconhecimento revalidação de diplomas serão tratados de acordo com as legislações em vigor em cada país.

ARTIGO XIV

Uma reunião será realizada anualmente com representante das duas partes, alternadamente na França e andamento, decidir sobre o encerramento ou a orientação dos projetos e propor a programação do ano seguinte.

ARTIGO XV

Os ante-projetos serão apresentados por via diplomática.

ARTIGO XVI

O presente Ajuste pode aplicar-se após acordo conjunto da CAPES e do COFECUB aos programas de formação e de pesquisa, associando equipes pertencentes a várias universidades e instituições de formação e pesquisa. Neste último caso, os responsáveis por estas instituições assinarão, com os Reitores das universidades, os convênios sob a forma prevista no Artigo IV.

ARTIGO XVII

O presente Ajuste entrará em vigor na data de sua assinatura e terá uma vigência de cinco anos e, a seu término, será tacitamente prorrogado por igual período. Poderá ser denunciado por uma das partes signatárias, com aviso prévio de seis meses notificado por

escrito. A denúncia não atingirá os projetos em cursos, cuja continuidade estará assegurada, salvo decisão em contrário.

O presente Ajuste poderá ser modificado em comum acordo.

Feito em dois exemplares, em línguas portuguesa e francesa, ambos dignos de fé.

Pelo Governo Da República Federativa do Brasil	Pelo Governo da República Francesa
Ministério Das Relações Exteriores	Ministério dos Negócios Franceses

ANEXO C – Convênio de Constituição da Rede Universitária Franco-Brasileira de Cooperação Doutoral e Pós-Doutoral Santos-Dumont

Convênio de Constituição da Rede Universitária Franco-Brasileira de Cooperação Doutoral e Pós-Doutoral Santos-Dumont

11 julho de 1994

Artigo I

As Universidades e Instituições contratantes decidem trabalhar em parceria para melhorar os intercâmbios franco-brasileiros nos níveis de pós-graduação (doutorado e pós-doutorado).

Artigo II

Para este fim, decidem constituir entre si uma Rede de Cooperação e de intercâmbio.

Artigo III

As Universidades e Instituições contratantes se comprometem a estudar em conjunto com os órgão competentes e os responsáveis (CAPES, CNPq, COFECUB, etc ...) o modo de intercambiar um número crescente de estudantes doutorandos bolsistas desses organismos ou de outras instituições de apoio ao intercâmbio de estudantes pesquisadores.

Esta acolhida fica, entretanto, subordinada às capacidades de acolhimento dos centros, laboratórios, grupos de pesquisa ou programas de doutorados das Universidades e Instituições.

Artigo IV

As Universidades e Instituições francesas da rede se comprometem a conceder a priori a dispensa do D.E.A. para a inscrição no Doutorado a estudantes e pesquisadores brasileiros detentores de um Mestrado classificado na categoria A ou B por ocasião das avaliações da CAPES.

Em função de seu histórico escolar anterior e das especificidades do doutorado ou assunto de tese escolhido, esses estudantes poderão ser orientados a desenvolver, paralelamente a seus trabalhos de tese, certos estudos complementares por decisão do Diretor

de tese e do Diretor do Programa de Doutorado. Contudo, tais estudos não serão exigidos como pré-requisito, nem a avaliação dos mesmos será considerada condição de admissão prévia.

Artigo V

As Universidades e Institutos brasileiros da Rede se comprometem a conceder a priori a dispensa do mestrado para a inscrição no doutorado a estudantes e pesquisadores franceses detentores de um D.E.A.

Em função de seu histórico escolar anterior e das especificidades do doutorado ou assunto de tese escolhido, esses estudantes poderão ser orientados, a desenvolver paralelamente a seus trabalhos de tese, certos estudos complementares por decisão do Orientador do estudante e do Coordenador do Programa de Doutorado. Contudo, tais estudos não serão exigidos como pré-requisito nem a avaliação dos mesmos será considerada condição de admissão prévia.

Artigo VI

Com a finalidade de reforçar os laços que as unem, as Universidades e Instituições da Rede procurarão desenvolver entre si intercâmbios nos níveis mais elevados de seus diversos responsáveis, professores e outras categorias de pessoal, utilizando os diferentes mecanismos oferecidos pelos programas internacionais, bilaterais ou nacionais: anos sabáticos, intercâmbios pós-doutorais, etc.

Artigo VII

A lista de equivalência entre as especialidades de mestrados e Doutorados brasileiros de um lado, e D.E.A e Doutorados franceses, de outro, vai anexa ao presente Convênio; e será objeto de revisão sistemática por ocasião das avaliações da CAPES ou de prospecção de habilitações pelo Ministério do Ensino Superior e da Pesquisa francês.

Artigo VIII

As Universidades e Instituições integrantes da Rede, manter-se-ão informadas sobre as equivalências ou analogias de nível dos diplomas das Universidades e Instituições de cada país, não integrantes da Rede, e procurarão fazê-las beneficiar de facilidades de admissões equivalentes.

Artigo IX

O grupo de Universidades e Instituições de cada um dos dois países, constituintes da Rede, designará em seu âmbito uma Universidade coordenadora.

Os Reitores das Universidades coordenadoras de cada país estabelecerão um contato periódico entre si e o grupo de Universidades e Instituições de seus países integrantes da Rede, com a finalidade de estimular encontros, comprometer ações e procedimentos necessários ao funcionamento da Rede e ao desenvolvimento de suas atividades.

Artigo X

Os representantes dos ministérios ou organismos internacionais competentes em matéria de intercâmbio franco-brasileiros, especialmente a CAPES, o CNPq e o COFECUB, serão associados em parceria para apoiar as atividades da Rede.

Artigo XI

A Rede pode ser ampliada para outras Universidades ou Estabelecimentos de Ensino Superior, mediante a concordância de dois terços de seus membros. A Rede pode também estabelecer um regulamento interno ou modificar os termos do Convênio de acordo com a mesma regra de maioria qualificada.

Artigo XII

O presente Convênio terá a duração de cinco anos não renováveis. Ao término desses cinco anos, um novo Convênio será submetido às autoridades competentes.

Este Convênio poderá ser denunciado por qualquer Universidade ou Instituição membro.

Em caso de denúncia por um ou vários membros, disposições serão tomadas para preservar o interesse dos beneficiários do Convênio. Os membros restantes substituirão as Universidades e Instituições demissionárias de maneira a reestabelecer o equilíbrio e as potencialidades da Rede.

LISTA DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS PARTICIPANDO DA REDE FRANCO-BRASILEIRA "SANTOS-DUMONT"

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – USP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS – UNICAMP

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE RIO DE JANEIRO – PUC/RJ

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG

UNIVERSIDADE FEDERAL D PARANÁ – UFPR

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO – UFPE

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – UFRJ

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL – UFRGS

ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA DE LAVRAS – ESAL

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA – UFBA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ – UFC

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE – UFRN

ESCOLA PAULISTA DE MEDICINA – EPM

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS – UFSC

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA – UFV

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO" – UNESP

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL – PUC/RS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA – UFSM

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (FIOCRUZ)

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO – PUC/SP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO DE JANEIRO – UERJ

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE – UFF

UNIVERSIDADE FEDERAL RUAL DO RIO DE JANEIRO – UFRRJ

LISTA DAS UNIVERSIDADES FRANCESAS PARTICIPANDO DA REDE FRANCO-BRASILEIRA "SANTOS-DUMONT"

UNIVERSITÉ SORBONNE NOUVELLE (PARIS III)

UNIVERSITÉ DENIS DIDEROT (PARIS VII)

UNIVERSITÉ VINCENNES (PARIS VIII)

UNIVERSITÉ NANTERRE (PARIS X)

UNIVERSITÉ PARIS-NORD (PARIS XIII)

UNIVERSITÉ CAEN-BASSE-NORMANDIE

UNIVERSITÉ TECHNOLOGIQUE DE COMPIEGNE

UNIVERSITÉ JOSEPH FOURIER (GRENOBLE I)

UNIVERSITÉ STEDHAL (GRENOBLE III)

UNIVERSITÉ LUMIERE (LYON 2)

INSITUT NATIONAL DES SCIENCES APPLIQUEES DE LYON

UNIVERSITÉ MONTPELLIER I

UNIVERSITÉ DES SCIENCES TECHNIQUES DU LANGUEDOC (MONTPELLIER II)

UNIVERSITÉ PAUL VALERY (MONTPELLIER III)

UNIVERSITÉ HENRI POINCARÉ (NANCY I)

INSTITUT NATIONAL POLYTECHNIQUE DE NANCY

UNIVERSITÉ D'ORLEANS

UNIVERSITÉ DE POITIERS

UNIVERSITÉ DE RENNES 1

UNIVERSITÉ DE HAUTE BRETAGNE (RENNES II)

ÉCOLE NATIONLE SUPERIEURE AGRONOMIQUE DE RENNES

UNIVERSITÉ LOUIS PASTEUR (STRASBOURG I)

UNIVERSITÉ DES SCIENCES SOCIALES (TOULOUSE I)

UNIVERSITÉ TOULOUSE LE MIRAIL (TOULOUSE II)

INSTITUT NATIONAL POLYTECHNIQUE DE TOULOUSE

ANEXO D – Lista de projetos financiados no âmbito do Capes-Cofecub

PROJETOS CAPES/COFECUB – 1978 - 2012

Nº	TÍTULO DO PROJETO	IES BRAS.	COORD. BR.	IES FRANC.	COORD. FR.	GRANDE ÁREA
001/79/85	"Eletrônica de Potência."	UFPB	Edisom R. C. da Silva	INP	Faucher	ENGENHARIAS
001N/95 (Norte)	"Cooperação Técnico-Científico para o Desenvolvimento Tecnológico na Geração de Energia Utilizando o Potencial Hídrico da Amazônia."	UFPA	André Luiz A Mesquita	INP/Grenoble	Jean-Louis Kueny	ENGENHARIAS
002/79	"Desenvolvimento Urbano e Regional."	UFPE	Adalmi Alencar	Univ. Paris XII	Dupuy	SOCIAIS APLIC.
002N/95 (Norte)	"Aplicações de Imagens Raras para o Estudo do Meio Ambiente da Desembocaruda do Amazonas da Costa do Nordeste do Pará.	Museu P. E. Geoldi UFPa/ SUDAM	M. Thereza R. C. Prost	Univ. Paris XI	Fréderic Baltazar	BIOLÓGICAS
003/79 /85/91/94	"Farmacoquímica."	UFPE	HaroLdo S. Xavier	Univ. de Grenoble	Knong Lu Duc.	SAÚDE
003N/94 (Norte)	"Pesquisa Formação em Agricultura Familiares Amazônica."	UFPA	Antônio Cardoso	Univ. Antilhas e de Guianas	Antoine Bory	AGRÁRIAS
004/79/86	"Patologia Tropical."	UFC	Manasseas Claudino Fontelles/ Iacy M. de Almeida	Univ. Paris XII	Houin	SAÚDE
004N/96 (Norte)	"Estudo Quantitativo e Qualitativo de Ácido Húmico a Ácido Fúlvico em Ecossistemas Alterados ou não pela Ação Humana na Amazônia."	FCAP	Carlos Augusto Cordeiro Costa	ENGREF	Denis Girou	BIOLÓGICAS
005/79	"Administração de Pequenas e Médias Empresas."	UFPB	Violeta da Silva Lima	Univ. Grenoble III	Ballaz	SOCIAIS APLIC.
005N/96 (Norte)	"Ecossistema e Organização de Espaço na Amazônia."	UFMT	Gilda Tomasini Maitelli	Rennes II	Robert Bariou	BIOLÓGICAS
006/79	"Química Orgânica."	UFAL	André Luiz Gemal	Univ. de Manz	Pinazzi	EXATAS/TERRA
006N/96 (Norte)	"Análise de Diversidade e da Dinâmica da Pecuária na Agricultura Familiar da Amazônia Oriental."	UFPA	Jonas Bastos da Veiga	INAPG/INRA	Joseph Bonnemaire e Etienne Landais	AGRÁRIAS
007/79	"Engenharia Elétrica."	UFPB	Edisom R. C. da Silva	INP/ NANCY	Bonthoux	ENGENHARIAS
007N/97 (Norte)	"Educação e Socialização: diferenciações sociais e desenvolvimento cognitivos."	FUAM	Mírian Trindade Garrett	Univ. de Caen	Louiz Marmoz	HUMANAS
008/79	"Eng. Elétrica:Microprocessadores."	UFPE	Carlos Egberto Andrade	INP /Toulouse	Costes	ENGENHARIAS
008N/98 I	"Uma Análise Crítica da Mitologia Amazônica."					

011/79/ 85/91	"Dinâmica dos Geossistemas do Sertão Baiano."	UFBA (UFPA)	Maria Auxiliadora da Silva	Univ. Toulouse II	Hubshman	EXATAS/TERRA
012/79	"Produção Animal."	UFCE		Univ. Montpellier	Dauzier	AGRÁRIAS
013/79	"Produção Vegetal."	UFPB	Normando de Arayo	Univ. de Caen	Binet	AGRÁRIAS
014/79	"Química Orgânica."	UFCE	Gouvan Magalhães	École Polythecnique	Fetizon	EXATAS/TERRA
015/79	"Engenharia Química."	UFPE	Araão Horowitz	INP/ Toulouse	Lattes/Renaud	ENGENHARIAS
016/79	Tratamento de Solos	UFPE	Federal	PE		
017/79	"Tratamento dos Minerais."	UFRN	Horácio Solimo	INP/ Toulouse	Lattes	EXATAS/TERRA
018/79	"Tecnologia Educativa."	UFRN	Otilia Fernandez	Univ. de Caen	Mialaret	HUMANAS
019/79	"Educação de Adultos."	UFPB	Coellio de Holanda	Univ. Bordeaux I	Wittver	HUMANAS
020/79	"Educação e Planificação."	UFCE		Univ. de Caen	Mialaret	HUMANAS
021/80	"Biologia dos Sistemas Vegetais."	UFCE	Maria da Guia Silva Lima	Univ. de Grenoble I	Douce	BIOLÓGICAS
022/80	"Química de Coordenação."	UFCE	Maria Ester Weyne	ENC. De Strasbourg	Schwing	EXATAS/TERRA
023/80	"Farmacocinética e Biodisponibilidade."	USP (UFF)		Univ. d'Orsay	Jacquot	SAÚDE
024/80	"Arqueologia."	USP/Museu Paulista	Lúcia Palestrini	Muséum Paris	Lumley	HUMANAS
025/80	"Geologia."	UFBA	Umberto Raimundo	Univ. de Bordeaux I	Klingebiel	EXATAS/TERRA
026/87	"Sistemas Agro-Industriais."	UFSC	Antônio Diomário de Queiróz	INP.	Floriot	AGRÁRIAS
027/80	"Patologia Ultraestrutural."	UFSM	Severo Sales de Barros	Univ. Paris VI	Reynes	SAÚDE
028/80	"Metabolismo de Medicamentos."	UFMG	Antônio Carlos Teixeira Freire	Univ. Paris XII	Tillement	SAÚDE
029/80/89	"Meteorologia."	UFAL (UFPR/UFCE/ UNESP/DNEMET)	José Lima Filho / Roberto F.Lyra	Univ. Clermont Ferrand	Soulage	EXATAS/TERRA
030/80	"Química Farmacêutica."	UFPA	Harry Serruya	Univ. d'Orsay	Dadoun	EXATAS/TERRA
031/80	"Filosofia."	UFRJ	Creuza Capalbo	Univ. Strasboourg II	Tinland	HUMANAS
032/80/88	"Desenvolvimento do Ensino e da Pesquisa em Ciência Política."	UFRGS	Hélgio Casses Trindade	IEP/ Paris	Hermet	HUMANAS
033/80	"Geociências Ambiental."	UFF	Jorge João Abraão	ENSC de Rennes	Brault	EXATAS/TERRA
034/80	"Física Teórica."	IFT-SP	Ariovaldo Ferraz Camargo	Univ. Paris VII	Kaplan	EXATAS/TERRA
035/87	"Pedologia."	USP	José Pereira de Queiróz Neto	Univ. Rennes	Ruellan	EXATAS/TERRA
036/80	"Mecanização Agrícola."	UFSM	Sérgio Martinez Caro	ENSA Montepellier	Maniere	AGRÁRIAS
037/80	"Energia Solar."	USP				EXATAS/TERRA
038/80	"Oceanografia."	USP	Edmundo Ferraz Nonato	Univ. de Brest	Courtot	EXATAS/TERRA
039/87	"Administração".	UFRGS	Roberto Fachin		Jallais	SOCIAIS APLIC.
040/80	"Química Farmacêutica."	UFRGS	Elfrides E. S. Schapoval	Univ. Toulouse III	Stanislas	EXATAS/TERRA

041/87	"Física Aplicada."	USP	Shigueo Watanabe	Univ. Toulouse III	Blanc	EXATAS/TERRA
042/80	"Ultra Baixas Temperaturas."	USP	Nei Fernandes de Oliveira	Univ. Grenoble I	Thoulouze	EXATAS/TERRA
043/87	"Ciências Básicas da Saúde."	UERJ	Adriano Caldeira de Araújo	Univ. Paris VI	Favre	SAÚDE
044/80	"Sociologia Urbana."	IUPERJ	Lucia Valadares	Univ. Toulouse II	Ledrut	SOCIAIS APLIC.
045/80	"Tecnologia das Fermentações."	USP	Eugênio Aquarone	INRA Paris	Delege Blachere	EXATAS/TERRA
046/87	"Ciência da Computação."	UFRGS	Philippe Olivier Navaux	INP	Courtois	EXATAS/TERRA
047/88	"Biologia de Sistemas e Instrumentação."	UFPB(UFPE)	Guilherme Villar	Univ. de Compiegne	George Broun	BIOLÓGICAS
048/82	"Estudos sobre Poluição Química e Biológica na Ilha de São Luiz."	UFMA	José Edgar Freitas Tarouco / Teixeira de Melo	Univ. de Besançon	Verneaux	EXATAS/TERRA
049/82	"Roedores Silvestres."	UFMA	Clóvis Carneiro	Univ. Paris VI	Picot	BIOLÓGICAS
050/82	"Tecnologia de Biomassas."	UFMG	Odette Vieira Gonçalves de Souza	Univ. Toulouse III	Traverse	ENGENHARIAS
051/82	"Exploração de Minas."	UFMG	M. Marques Coelho	INP/Nancy	M. Samana	EXATAS/TERRA
051/84	"Transformação da Mandioca."	UNICAMP	César Francisco Ciacco	ENSIAA MASSY	Launay	C. AGRÁRIAS
052/82/91	"Economia e Fontes não convencionais de Energia.."	UFMG	Ricardo Nicoulau Nassar Koury	Univ. Toulouse III	Cordier	AGRÁRIAS
053/82	"Desenvolvimento na Área de Eletrônica Industrial."	UFMG	Magno Meirelles Ribeiro	Univ. Toulouse III /LAAS/ ENSEEIHT	M. de Fornel	ENGENHARIAS
054/82	"História do Brasil."	UFF	Ciro Flamarion Cardoso	Univ. Toulouse II	M.Benassar	HUMANAS
055/82	"Farmacocinética e Biodisponibilidade de Medicamentos."	UFF	Alberto Alvares de Souza/ Soares de Oliveira	Univ. d'Orsay	M. Jacquot	SAÚDE
056/82/86	"Formação e Pesquisa em Sistemas de Controle Automático."	UFSC (PUC/RJ)	Jean-Marie Farines	LAAS/CNRS	Alain Costes	EXATAS/TERRA
057/ 058/82	"Contratos Internacionais de Exportação e de Prestação de Serviços."	USP	Luis Olavo Batista	Univ. Paris X	H. Lesguillons	HUMANAS
059/84/89	"Agronomia."	UFPR (UEL/UEM /UEPG)	Flávio Zanette	Univ. Rennes	Cheverry	AGRÁRIAS
060/82	"Medicina Veterinária: Produção Animal."	UFPR	Carlos Eugênio Kantek		Pilet Alfort	SAÚDE
061/82/ 89/93	"Filosofia."	UFRGS	Dennis Rosenfield	Univ. Paris I	Bernard Bourgeois	HUMANAS
062/82	"Sociologia."	UFRGS	Mário Soarez			SOCIAIS APLIC.
063/82/91	"Antropologia Social."	UFRGS	Ari Pedro Oro/ Sergio Teixeira	Univ. Paris V		HUMANAS
064/83/ 89/92	"Matemática."	USP (PUC/RJ)	Ofélia Teresa Alas	Univ. Paris VII	Jaques Stern.	EXATAS/TERRA
065/82	"Produção de Dextrana."	UNICAMP	Francisco Maugeri Filho	INSAT/ Toulouse	M. Monsan	AGRÁRIAS
066/82	"Tecnologia do Concreto."	UnB	Moema Ribas Silva	E.N.P.C. /Paris V	M. Gutwirth	ENGENHARIAS
067/84/91	"Comportamento Inelástico de Materiais."	PUC/RJ (LNCC /CNPq)	Rubens Sampaio	CNAM e LCPC	Roger Ohayon	EXATAS/TERRA

068/87	"Sócio-Economia."	UFBA (UFRJ/UFSC)	Milton Santos Filho	Paris VIII e XIII	Pierre Salama	SOCIAIS APLIC.
069/82	"Mutações do Poder Local em um Estado do NE."	UFCE	Maria de Fátima Ramos Viana	Univ. Paris VII	M. Duvignaud	SOCIAIS APLIC.
070/84	"Geociência do Ambiente Costeiro do Rio Grande do Sul."	FURG	Haroldo E. Asmus	Univ. Bordeaux I	Klingebiel	EXATAS/TERRA
071/82	"Literatura Comparada."	UFSC	Silvio Coelho dos Santos	Univ. Toulouse II	Camlong	HUMANAS: LING. LET. ART.
072/84	"Epidemiologia das Tóxico-Infecções Alimentares."	FUEL	Rajendra Mohan Srivastava	Inst. Pasteur Paris	Le Minor	EXATAS/TERRA
073/84/92	"Qualidade e Tratamento das Águas e Resíduos Sólidos."	UFSC (FURB/ PUC-PR /CIA ABAST./SC)	Rejane Helena Ribeiro da Costa	Univ. Montpellier II	Bernard Lejube	ENGENHARIAS
074/84	"Cultura Popular."	UFRJ	Muniz Sodré	Univ. Paris V	Maffesoli	SOCIAIS APLIC.
075/85/91	"Desenvolvimento de Microcomputadores de Software."	UFSC	Renato Carlson	Inst. Nat. Polytech. Toulouse	Lajoie M. Michel	EXATAS/TERRA
076/85/91	"Novas Perspectivas do Desenvolvimento Agrícola."	IUNICAMP (UFPB/ UFRGS)	Mª de Nazareth B. Wanderley	Univ. Paris X	Delorme Hélène	AGRÁRIAS
077/85/91	"Geologia dos Depósitos Minerais."	UnB (UFRGS/UFBA/ UFMG/FUCRI/DNPM)	Marcel Auguste Dardenne	Univ. de Orleans, CNRS	Touray Jean-Claude	EXATAS/TERRA
078/86	"Controle de Medicamentos."	UFMG	Lucia Emy Teixeira	Univ. Paris Sud	Henry Dadoun	SAÚDE
079/86	"Ecofisiologia de Plantas."	UFC	Luiz Gonzaga R. Ferreira	Univ. Paris VII		BIOLÓGICAS
080/86	"Engenharia Mecânica."	UFU	Valder Steffen Júnior		Oytana Besancon	ENGENHARIAS
081/88	"Sanidade e Produção Animal."	UFRGS	Valéria Moojen/ José Luiz Rodrigues/ Rodrigo Costa Matos	Univ. Paris VI	Chermette	AGRÁRIAS
082/87	"Petrologia."	UFBA(USP/UFMG)	Johildo S. F. Barbosa	Univ. Paris VI	Velde	EXATAS/TERRA
083/87/92	"Poder Território e Tecnologia."	UFPE (UFBA)	Norma Lacerda	Univ. Paris III IHEAL	Gros	SOCIAIS APLIC.
084/87	"Desenvolvimento de Pesquisa e Formação de R. H. para a Matemática."	UFC	João Lucas Marques Barbosa	Univ. Lille I	Langrand	HUMANAS
085/88/93	"Microeletrônica: concepção de circuitos intergrados."	UFPB (USP /UFRJ)	Antonio c.. Cavalcante	Univ. Paris VI	Greiner	EXATAS/TERRA
086/88/94	"Plantas Medicinais e Fitoterapia."	UFPB	José Barbosa Filho	Inst. Pasteur, Montpellier I	Pellecuer Jacques	SAÚDE
087/88	"Química de Produtos Naturais."	UFPA (UFAL)	Harry Serruya	Mans/Paris VI	Brown e Rouessac	EXATAS/TERRA
088/88	"Políticas Públicas."	UFPB (UFPE/ SUDENE)	Mauro Guilherme Koury	Univ. Amiens	Palloix	SOCIAIS APLIC.
089/88/93	"Biologia do Comportamento."	UFSE (UFV/UFRN//UFPA)	Catarina Zita Dantas/ Edivaldo L. dos Santos	Univ. Paris Nord	Pierre Jaisson	BIOLÓGICAS
090/88/93	"Formação de Recursos Humanos Associados a Pesquisa Integrada em Lagoas Costeiras."	UFSC	Blanca S. de Ledo	Univ. de Bordeaux I	Klingebiel	HUMANAS
091/88	"Educação Física."	UFSM	Jefferson Tadeu Canfield	Univ. de Clermont Ferrand	Van Praagh	SAÚDE
092/88	"Geologia do Ambiente Costeiro do Estado do Rio de Janeiro."	UFF (UFBA /UFMA)	Júlio César de F. A Wasserman	Univ. de Nantes		EXATAS/TERRA

093/88	"Teoria Economica."	UFRJ	Ricardo Lima Tolipan	Univ. Paris X	Frydman	SOCIAIS APLIC.
094/88/93	"Sócio-Economia das Políticas Econômicas e Sociais."	UNICAMP	Sônia M. Draibe	Univ. Grenoble/ Paris IX	Edith Brenac	SOCIAIS APLIC.
095/88	"Economia Industrial."	UFRJ	João Maurity Sabóia	EHESS	Sachs	SOCIAIS APLIC.
096/89	"Catálise."	UFRGS	Roberto Fernando de Souza	ENSEEITH/ Tolouse	Tchatchenko	EXATAS/TERRA
097/89	"Lineamentos Brasilianos do Nordeste."	UFRN (UFC)	Emanuel Ferraz J. de Sá	Univ. Marseille /Nice	Trompette	EXATAS/TERRA
098/89/94	"Teoria do Estado e Direito Constitucional."	PUC/RJ	Ana Lúcia Tavares	Univ. Montpellier I	Michel Mialle	SOCIAIS APLIC.
099/89	"Efeitos Mecânicos Metalúrgicos do Hidrogênio em Aços."	UFRJ	Paulo Emílio Valadão	Univ. Paris XI	FR Chene	ENGENHARIAS
100/89	"Bioenergética em Sistemas Vegetais."	UFC	Dirce Fernandes de Melo	Univ. Nancy I	Pierre Dizemgremel	BIOLÓGICAS
101/89/94	"Pesquisa Científica, Mudanças Tecnológicas e Produção Agro-Industrial."	UNICAMP	Sérgio Salles Filho	Univ. Toulouse I INRA	Alcouffe Alain	AGRÁRIAS
102/89	"Estudo dos Oncogenes."	UFBA	Luiz Erlon Araujo Rodrigues	Univ. Paris XII	Pierre Galle	SAÚDE
103/89	"Arquitetura Bioclimática."	UFRJ	Liana de Raniers Pereira	École de Mínes de Paris	Paul Brejon	EXATAS/TERRA
104/89	"Caracterização Microestrutural e Mecânica de Ligas Leves."	PUC/RJ	Fathi Ibrahim Darwish	Univ. Nancy I	Champier	EXATAS/TERRA
105/89/94	"Tecnologia Agroindustrial."	UFPEL	Paulo Roberto Koetz	École Nationale Superiéure Agro. De Toulouse.	Kaemmerer Michel	AGRÁRIAS
106/89/94	"Literatura Comparada."	UFRGS	Tânia F. Carvalhal	Univ. de Limoges	Gonfroy Gerard	HUMANAS: LING. LET. ART.
107/89/94	"Valorização do Domínio da Fitoterapia na Região Sul do País."	UFRGS (UFPR/UFSM/ UFSC)	Valquíria Link Bassani	Univ. Paris V	Jean-Claude Quirion	SAÚDE
108/90	"Alteração Hidrotermal e Intempérica em Rochas Cristalinas do Rio Grande do Sul e Santa Catarina."	UFRGS	Milton L. Laquintini Formoso	Univ. de Poitier	Alain Menieur	EXATAS/TERRA
109/90	"Tecnologia de Nutrição Enteral."	UFPR	Sérgio Brenner	Univ. Montpellier	Joyeux	SAÚDE
110/90	"Agronomia e Desenvolvimento Agrícola."	UNIJUI (UFRGS)	Carlos Nabinger	INA_PG	Sebillote	AGRÁRIAS
111/90	"Desenvolvimento da Engenharia Industrial."	PUC/RJ	Leonardo J. Lustosa	Ecole Centrale des Arts et Manufactures de Paris	Pierre Dejax	ENGENHARIAS
112/90/95	"Ensino da Matemática."	PUC/SP (PUC/RJ UFPE)	Tânia M. de Mendonça Campos	Univ. Paris VII	Regine Douady	HUMANAS
113/90	"Propriedade Eletrônica e Magnética de Sólidos = Supercondutividade."	UFRGS	José Roberto Iglesias	Univ. Paris Sud.	Bernard Coqblin	EXATAS/TERRA
114/90	"Controle Biológico, Etológico e/ou Cultural de Pragas e Fitodoenças."	ESAL (UFG /UFV)	Américo Ciociola	ESA-ANGERS	Saudubray	AGRÁRIAS
115/90/95	"Efeitos do Transporte de Massa no Estudo e Controle da Corrosão."	UFRJ	Oscar Rosa Mattos	Univ. Paris VI ESC-Toulouse	Tribollet	ENGENHARIAS
116/90/95	"Agroindustrialização, Estado e Estratégia Social dos Agricultores."	UFPR (UNICAMP /FEE)	José Miguel Rasia	Univ. Paris III, VII, X	Green	AGRÁRIAS

117/90/95	"Competitividade Industrial/Estudo Monetário."	UNICAMP (UnB).	Luciano Galvão Coutinho	Univ. Paris XIII	Mazier	SOCIAIS APLIC.
118/90	"Estudo de Ondas e Turbulência em Plasmas."	INPE (UFF)	Maria Virgínia Alves	Univ. Paris XI	Gilles Mathieussent	EXATAS/TERRA
119/91	"Aplicação do Sensoreamento Remoto ao Estudo de Recursos Hídricos."	UnB (FUEL)	Nabil Joseph Eid	Univ. Rennes II	Robert Bario	ENGENHARIAS
120/91	"Pesquisa em Física Médica e Medicina Nuclear."	UFMG	Arno H. de Oliveira	Univ. Paris XII	Galle Pierre	ENGENHARIAS
121/91	"Educação e Linguagem."	UFRN	Jomária Mata de Lima Alloufa	Univ. de Caen	Marmoz	HUMANAS
122/91/96	"Estudo dos Circuitos Planares."	UFRN (UFPB)	Wilson da Mata	INPT-ENSEEIHT	Henry Baudrand	EXATAS/TERRA
123/91	"Da Família Biológica a Família Simbólica."	UFPE (UFC)	Roberto Motta	Univ. de Lyon II	Francóis Laplantini	HUMANAS
124/91	"Evolução e Transformação do Ensino Superior".	FGV (USP)	Mª Rita Loureiro Durand	Univ. Paris VIII	Drosila Vasconcellos	HUMANAS
125/91	"Geomorfologia: as margens sul e leste do Craton do São Francisco."	UFMG (UFRN)	Allaoua Saadi	ULP Strasbourg	Vogt Henri	EXATAS/TERRA
126/91	"Agricultura, Meio-Ambiente e Relações Norte-Sul."	UFRJ	Dália Maimon	Univ. Paris VII	Beaud Michel	AGRÁRIAS
127/91	"Cooperativas e Comunidades."	UFF (UFMG/ FUNREI)	Tereza C. Othenio Cordeiro Carreteiro	Univ. Paris XIII	André Levy	HUMANAS
128/91/96	"Otimização de Sistemas."	PUC/RJ	Celso Carneiro Ribeiro	Univ. de Grenoble	Mahey	EXATAS/TERRA
129/91/96	"Sociologia."	UnB	Brasilmar Ferreira Nunes	IEDES	Lautier	SOCIAIS APLIC.
130/92	"Filosofia."	UFRJ	Raul Landim Filho	Univ. Paris X	Markovits Francine	HUMANAS
131/92	"Instrumentos Metodológicos para Planejamento Energético."	UFRJ	Emílio Lébre la Rovere	EHESS-CIRED	Jean-Charles Hourcade	SOCIAIS APLIC.
132/93	"Controle e Tratamento de Rejeitos Industriais."	UnB	Antônio Carneiro Barbosa	ENSIGC	Germain Lacoste	ENGENHARIAS
133/92/97	"A Lingua Falada: pesquisa e formação."	UFSC	Dário Fred Pagel	Univ. Strasbourg II	François Wioland	HUMANAS: LING. LET. ART.
134/93	"Estudo Numérico e Experimental de Escoamentos Internos Aplicado a Motores de Combustão Interna."	UnB	José Luiz de F. Rodrigues	École Centrale de Lyon	Emílio Alcaraz	ENGENHARIAS
135/93	"Concepção Automática de Circuítos Integrados."	UFRGS	Ricardo A da Luz Reis	INPG	Bernard Coutois	EXATAS/TERRA
136/93	"Caracterização Molecular da Diversidade Genética de Germoplasmas Tropicais de Interesse Agronômico."	ESALq-USP	Maria Lúcia Carneiro Vieira	Univ. Paris XI	Bernard Lejeune	BIOLÓGICAS
137/93	"Convênio de Cooperação entre o Iredu/CNRS e A FE/UFRJ."	UFRJ	Alberto de Mello e Souza	Univ. de Dijon	Jean-Jacques Paul	SOCIAIS APLIC.
138/93/97	"A História das Idéias Linguísticas: a construção de um saber metalinguístico e a construção da língua nacional."	UNICAMP	Eni de Lourdes Pulcinelli	Univ. Paris VII	Sylvain Auroux	HUMANAS:LING. LET. ART.
139/93	"Estudo dos Sistema Agroalimentar do Nordeste Brasiliero."	UFRPE (CIELA)	Luiz Andréa Favero	Univ. Paris I	Maxime Haubert	AGRÁRIAS
140/93	"Pampa/apache-Programação e Avaliação de Máquinas Paralelas Allocation Partage Charge."	UFRGS	Phillipe O Navaux	UJF/INPG	Brigitte Plateau	EXATAS/TERRA

141/93	"Projetos de Cooperação Acadêmica e Didática em Lógica Epistemologia e Filosofia da Ciência."	USP (UFSC)	Pablo Rubem Mariconda	Univ. Paris VII	Michel Paty	HUMANAS
142/93	"Mudança de Fase em Convecção."	PUC/RJ	Sérgio Leal Braga	FAST, Paris VI e XI	Dominique Gobin	ENGENHARIAS
143/93	"Da pulsão à Cultura: a questão da psicose."	UFRJ	Luiz Alfredo Garcia Roza	Univ. Paris VII	Joel Dor	HUMANAS
144/94	"Sistema de Alto Nível e Teste de Circuítos Integrados."	UFRJ	Antônio Carneiro de Mesquita Filho	INPG	Bernard Courtois	ENGENHARIAS
145/94	"Curso de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento."	UFPR	Rodolfo José Angulo	Univ. Paris VII	Magda Zanoni / Claude Raynant	BIOLÓGICAS
146/94	"Pesquisa e Formação em Gestão da Inovação Tecnológica e Sistemas de Informação e de Decisão."	UFRGS	Henrique H.C. de Freitas	Univ. Pierre Mendes France	Jacques Trahand	SOCIAIS APLIC.
147/94	"Papel das Citocinas e dos Fatores de Crescimento hematopoiéticos na Eosinofilia da Asma Experimental."	UFRJ (FIOCRUZ)	Pedro Paulo Xavier Elsas	Inst. Pasteur	Bernardo Boris Vargaftig	SAÚDE
148/94	"Sistemas Energéticos de Valorização de Produtos e Sub Produtos Agrícolas."	UNESP	Marney Pascoli Cereda	INRA NANTES	Sthephane Guilbert	AGRÁRIAS
149/94	"Gestão da Água e de Resíduos na Agricultura Tropical."	UNESP	Paulo Rodolfo Leopoldo	Univ. de Science Tech. Du Languedoc Montpellier II	Francis Foret	AGRÁRIAS
150/94	"Economia e Gestão do Sistema Agroalimentar."	USP	Décio Zylberstajn	IGIAA	J.L. Floriot	AGRÁRIAS
151/94	"Morfologia dos Sistemas Pedológicos Tropicais: relações entre funcionamentos e fertilidades."	USP (FUEL)	Selma Simões de Castro	CNEARC	Allain Ruellan	EXATAS/TERRA
152/94	"O Discurso: Procedimentos da Persuasão e da Sedução."	UFMG (UFPE/ UEBA/UFES/ UNICAMP)	Ida Lúcia Machado	Univ. Paris III	Patrick Charaudeau	HUMANAS:LING. LET. ART.
153/94	"Regimes de Acumulação e Internacionalização na América."	UFC	Antônio Lisboa Teles da Rosa/ Jair do Amaral	Univ. Paris XIII	Pierre Salama	SOCIAIS APLIC.
154/94	"Sistemas de Distribuídos, Redes de Computadores e Aplicações Multimídias."	UFRJ (UFF/UERJ)	Otto Carlos Bandeira Duarte	Univ. Paris V, VI - Toulouse III	Serge Fdida	EXATAS/TERRA
155/94	Aumento da Tolerância à Seca e da Produtividade de Leguminosas de Grão (Feijão Associado e Gandu)."	UFRRJ	Carlos Pimentel	Univ. Paris XII	Philippe Louguet	AGRÁRIAS
156/94/98	"Construção de Sentido e Aquisição das Línguas."	USP	Elizabeth Brait	Univ. Paris X	Michel Arrive	HUMANAS:LING. LET. ART.
157/94	"Tecnologia do Silício: Filmes Finos Dielétricos para Microeletrônica Integrada em Visi."	UFRGS	Israel J. R. Baumvol	Univ. Paris VI e VII	Serge Rigo	EXATAS/TERRA
158/94/98	"Geologia Isotópica e Geocronológica da Área do Embasamento do Craton do S. Francisco na bahia e na Faixa Marg. Ribeira em SP-Brasil."	UFBA	Johildo S. F. Barbosa	Rennes I	Hervé Martin	EXATAS/TERRA
160/94	"Sistemas de Vetorização e de Liberação Controlada de Farmacos para uso Tópico e Sistêmico: Formação e Caracterização Físico-Química."	UFPE	Nereide Stela Santos Magalhães	Univ. Paris XI	Adam Baszkin	SAÚDE

161/94	"Modelagem dos Componentes da Tecnologia ....."	UFSC	Carlos Galup Montoro	Lab. De Phys. Des Comp. Smicon Ducteure	Sorin Christoloveanu	EXATAS/TERRA
162/94/98	"Granitóides Posicionados na Área Cratônica de Quadrilátero Ferrífero (QF) e na Metade Setentrional da Província Estrutural Mantiqueira (PEM)."	UFMG	José Marques C. Neves	UJM	André Giret	EXATAS/TERRA
163/94	"Sintese Automática de Circuitos Integrados Digitais de Aplicação Específicas VISI."	USP	Marius Strum	Univ. Montpellier II	Bruno Rouseyre	EXATAS/TERRA
164/94	"Mecanismo Neuroquímicos da Reação em Estruturas Periventriculares."	USP / FFCLRP	Marcus Lira Brandão	CNRS/EHESS	Guy Sandner	SAÚDE
165/94	"Desenvolvimento e Implementação de Sistemas de Apoio à Decisão na Área de Gestão da Produção."	UFSC	Ricardo Miranda Barcia	Univ. Toulouse I	Christian Ernst	ENGENHARIAS
166/94	"Fosfoproteinas Citoplasmáticas e de Citoesqueleto como Sondas Moleculares Intracelulares Permitindo a Análise da Proliferação e de Diferenciação Normais ou Tumorais dos Astrócitos Cerebrais."	UFRJ	Vivaldo Moura Neto	College de France	Hervé Chneiweiss	BIOLÓGICAS
167/94	"Natureza, Trabalho, Cultura e Poder."	UFRJ/ Museu Nac.	José Sérgio Leite Lopes	École des Hautes Etudes	Remi Lenoir	HUMANAS
168/94	"Desenvolviemento do Ensino e da Pesquisa em Ciência Política."	UFRGS	Hélgio Casses Trindade	Univ. Paris I /EHESS	Guy Hermet	SOCIAIS APLIC.
169/95	"Estudos Cristaloquímicos das Fases Portadoras de NB, P, Terras Raras e TI em jazidas Residuais sobre Complexos Alcalinos Carbonalíticos da borda do Rio Paraná."	USP	Adolpho José Melfi	Univ. Toulouse	Jean-Paul Fortune	EXATAS/TERRA
170/95	"Caracterização Estrutural de Hidrógeis e xerógeis de Óxido de Estanho."	UNESP	Sandra H. Pulcinelli	LURE	Valerie Briois	EXATAS/TERRA
171/95	"Sistemas Produtivos, Território e Transformações das Relações Sociais - pesquisa comparativa de complexos industriais."	UFPA	Edna Maria R. de Castro	Univ. de Picardie	Jean Copans	SOCIAIS APLIC.
172/95	"História Comparada das Sociedades Urbanas Políticas Urbana e Dimensão Cultural das Cidades Brasileiras e Francesas."	USP	Marta Rossetti Batista	Univ. Paris III	Guy Martiniere	HUMANAS
173/95	"A Crise dos Projetos Socialistas Contemporâneos e a Recepção Elaboração dos Projetos Socialistas na América Latina e no Brasil."	UFF	Daniel Aarão Reis Filho	Univ. Paris VII	Sônia Dayan Herzbrum	SOCIAIS APLIC.
174/95	"Programa de Pesquisa sobre o Ensino da Matemática."	UFSC	Inder Jeet Taneja	Univ. Strasbourg I	Raymond Duval	HUMANAS
175/95	"Cooperação Científica e Universitária nos Domínios do Urbanismo e da Geografia Urbana em Torno dos Temas: transformações e mutações urbanas."	UFC	José Borzacchiello da Silva	Univ. Paris VIII	Annik Osmont	SOCIAIS APLIC.

176/95	"Desenvolvimento de um Método de Deslignificação Organossolve Brando e Branqueamento Fotoquímico de Pastas Celulósicas."	UFU	Reinaldo Ruggiero	Univ. Bordeaux I	Alain Y. Castellan	EXATAS/TERRA
177/95	"Aperfeiçoamento de Tecnologia e Formação de Recursos Humanos no Contexto de uma Investigação sobre a Estrutura Crustal no Nordeste do Brasil."	UFRN	Emanuel Ferraz J. de Sá	Rennes I	Jean-Antoine Macaudiere	EXATAS/TERRA
178/95	"Caracterização e Monitoramento dos Ambientes Parálicos (Lagunas e Estuários) do Brasil e mais Particularmente do Estado de São Paulo."	USP	Beatriz Beck Eichler	Univ. d'Angers	Jean-Pierre Debenay	EXATAS/TERRA
179/95	"Teoria/Prática - Questões Metodológicas."	UFRGS	Icléia Borsa Cattani	Univ. Paris I	Jean Lancri	HUMANAS:LING. LET. ART.
180/96	"Estudo de Cosmologia Primordial e de Gravitação Quântica."	UFES	Júlio César Fabris	Univ. Paris VI	Richard Kerner	EXATAS/TERRA
181/96	"Representação e Invariantes de Álgebras."	USP	Hector A M Goldschmidt	Univ. Paris VI e VII	Marie-Paule/ Marlliavin-Brameret	EXATAS/TERRA
182/96	"Estudos de Moléculas Diatômicas por Espectroscopia por transformada de Fourier."	UFF	Antônio Zelaquett Khoury Carlos Eduardo Fellows(Ex)	CNRS/Láb. Aimé Cotton	Jeans Vérge	EXATAS/TERRA
183/96	"Ethos e polis Normas e Motivações Instituições, História, Racionalidade Prática."	UFRGS	Dennis Lenner Rosenfild	ENST - St Cloud	Catherine C.Héléne	HUMANAS
184/96	"Elaboração Eletroquímica de Revestimentos Orgânicos a Base de Polípirrol, Polianílina e de Poli-amino Naftois sobre Metais Oxidáveis."	UFRGS	Carlos Arthur Ferreira	Univ. Paris VII	Pierre Camile Lacaze	EXATAS/TERRA
185/96	"Alteração Hidrotermal e Intempérica de Rochas Vulcânicas Continentais do Rio Grande do Sul e Santa Catarina."	UFRGS	Milton Luiz L Formoso	Univ. de Poitiers	Alain Meunier	EXATAS/TERRA
186/96	"Obtenção e Caracterização de Multicamadas Metálicas por Métodos Eletroquímicos."	UFRGS	João Edgard Schmidt	CNRS	Elizabeth Chassaing	EXATAS/TERRA
187/96	"Desenvolvimento do Programa de Aperfeiçoamento e Pesquisa em Recursos Hídricos e Hidráulica."	UFMG	Bruno Rabelo Versiani	INPG	Philippe Bois	ENGENHARIAS
188/96	"Ativação Funcionalização de Alcenos, Alcinos e Alenos Promovidas por Complexos de Po(II)."	UFRGS	Jairton Dupont	Univ. Pasteur	Michel Pfeffer	EXATAS/TERRA
189/96	"Espalhamento Raman em Sistemas Desordenados e de Baixa Dimensionalidade."	UFSCar	Paulo Sérgio Pizani	Univ. Toulouse III	Robert Carles	EXATAS/TERRA
190/96	"Geografia, Gestão do Território e Desenvolvimento Sustentável."	UFRJ	Cláudio Antônio G. Egler/ Iná Elias de Castro	Univ. Paris III	Martine Agnes Droulers	HUMANAS
191/96	"Aprendizagem Tecnológica, Mudança Organizacional e Integração Institucional no Processo de Inovação: novos elementos para a política científica e tecnológica."	UNICAMP	André Tosi Furtado	Univ. Louis Pasteur	Marc Willinger	SOCIAIS APLIC.

192/96	"Escoamento e Dispersão em Meios Porosos."	UERJ	João Miguel T.D. Tien	INP-Lorraine	Christian Georges Lucien Movne	EXATAS/TERRA
193/96	"Espectroscopia não Linear em Vidros de Fluoretos com Terras Raras."	UFPE	Cid B. de Araújo	Rennes I	Marcel Poulain	EXATAS/TERRA
194/96	"Economia das Tecnologias da Informação e da Comunicação."	UFSE	César Ricardo S. Bolãno	Univ. Paris IX	Allain Rallet	SOCIAIS APLIC.
195/96	"Métodos e Ferramentas em Automação Industrial e Produção para o Desenvolvimento da Qualidade e da Produtividade nas PME/PMI."	UNICAMP	João Maurício Rosário	ICMS/CESTI	Jean-Paul Frachet	EXATAS/TERRA
196/96	"Propriedade Eletrônicas e Magnéticas de Sólidos."	UFRGS	José Roberto Iglesias	Univ. Paris XI	Bernard Coqblin	EXATAS/TERRA
197/96	" Recursos e Materiais Educativos disponíveis no Sistema Formal de Educação no Brasil e na França: usos e significações em uma perspectiva comparativa."	USP	Tizuko M. Kishimoto	Univ. Paris XIII	Gilles Brougére	HUMANAS
198/97	"A Atividade Proteásica Multicatalitica de Prosomas de Trypanosomatídeos."	UnB	César Martins de Sá	Univ. Paris VII	Klaus Scherrer	BIOLÓGICAS
199/96	"Desenvolvimento de Modelos Numéricos para as Estruturas de Concreto Submetidas a Carregamentos em Tempos Curtos, Médios e Longos."	UFRJ/COPPE	Eduardo de Moraes Rego	LCPC/ULM	Franz Joseph	ENGENHARIAS
200/96	"Terapêutica e Culturas."	UERJ	José Flávio P de Barros	Univ. Paris VIII	Tobie T. Nathan	SOCIAIS APLIC.
201/96	"Uso Eficiente de Energia e Redução do Consumo de Energia Fóssil em Municípios Brasileiros: um estudo de caso para a região de Campinas."	UNICAMP - Encerrado jan.99 a pedido do coordenador	Gilberto de M. Jannuzzi	EHESS-CIRED	Christophe de Gouvelo	EXATAS/TERRA
202/96	"Tecnologia de Informação e Competividade."	UFRJ	José Ricardo Tauile	Univ. Paris XIII	Benjamin Coriat	SOCIAIS APLIC.
203/97 - I	"Patrimônio Cultural, Memória e Imaginário."	UFCE	Ismael de A Pordeus Jr Júlia M.P.M. Henriques (Ex)	Univ. Lumiére (Lyon II)	Francois Laplantine	SOCIAIS APLIC.
204/97 - II	"Análise de Imagens algoritmos, arquiteturas e aplicações."	UFMG (UNICAMP)	Arnaldo de A Araujo	ESIEE (INRIA/UMLV)	Mohamed Akil	EXATAS/TERRA
205/97 - II	"Polímeros Naturais Termoplásticos: características físicas, modificações químicas, processos de produção, propriedade."	USP (UNICAMP)	Paulo José de A Sobral	UPPA (ENSA/ ENSIA)	Michel A Roques	EXATAS/TERRA
206/97 - II	"Influência do Hidrogênio sobre as Propriedades Mecânicas de Revestimentos Inoxidáveis Projetados Termicamente."	UFRJ (PUC-RJ)	Paulo Emílio V. de Miranda	UST de Lille	Jacky Lesage	EXATAS/TERRA
207/97 - II	"Crescimento Econômico, Instituições e Mudanças Técnicas."	UFRRJ	John Wilkinson	INRA	Pascal Bye	SOCIAIS APLIC.
208/97 - I	"Desenvolvimento de Técnicas Espectro-Colorimétricas no Auxílio à Lavra Seletiva e Optimização do Beneficiamento de Minério Industrial."	UFRGS	Carlos Otávio Petter Carlos H. Sampaio(EX)	École de Mines d'Alés	Oliver Eterradossi	EXATAS/TERRA
209/97 - I	"Estudo Comparativo Frágil Dúctil nos Cristais Iono Covalentes e Intermetálicos Aperiódicos."	UFES	Carlos Larica	École de Mines de Nancy	Gerard Michot	EXATAS/TERRA

210/97 - II	"Aplicações do Paralelismo."	UFRGS UFMG/ PUC-RS	Philippe O A Navaux	Univ. Joseph Fourier	Brigitte Plateau	EXATAS/TERRA
211/97 - II	"Estudos sobre Política Monetária e Cambial."	PUC/RJ	Marcos Antônio Bonomo	Univ. d'Evry Val d'Essone	Carlos Winograd	SOCIAIS APLIC.
212/97 - II	"Mudanças Organizacionais e Formas de Cooperação no Sistema Agroalimentar."	UNICAMP UFPR/UFSC	Walter Belik	Univ. Paris I (INRA)	Claude J. D. Menard	AGRÁRIAS
213/97 - I	"Projeto em Teoria dos Grafos."	UFF (UFRJ)	Luiz Satoru Ochi	IMA Grenoble	Frederic Maffray	EXATAS/TERRA
214/97 - I	"Arquiteturas Paralelas e Concepção de Circuitos Integrados."	UFRJ/UFRN	Júlio Salek Aude	Univ. Paris VI	Alain Greiner	EXATAS/TERRA
215/97 - I	"Crescimento de Filmes Finos de Óxidos Ferrelétricos."	UFSCar	Elson Longo da Silva	Rennes I	André Perrin	EXATAS/TERRA
216/97 - I	"Dinâmica de Pastagens e Manejo Sustentável dos Recursos Forrageiros no Sul do Brasil."	UFPR (FUEM/UFSM)	Anibal de Moraes	INAP - Grignon	Allain Capillon	AGRÁRIAS
217/97 - II	"Pesquisa de Gens Implicados na Resistência de leishmania aos Antimoniais, Pesquisa de Proteinas Implicadas no Tráfico Intracelucar nas Leishmanias."	UFBA	Aldina Maria P. Barral	Univ. Bordeaux II	Gilles Merlin	SAÚDE
218/97 - II	"Reprodução Biológica e Social: questão da vida sexual, indentidade e medicalização."	UERJ	Maria Andréa Rios Loyola	EHESS	Geneviève Paicheler	INTERDISC: SAÚDE E HUMANAS
219/97 - II	"Os Primeiros Americanos e seu Meio Ambiente.'	UFPE	Gabriela Martin Ávila	Univ. Lyon I	Claude Guerin	HUMANAS
220/97 - I	"Processos Magmáticos e Tectônicos Transformande de São Paulo (Atlântico Equatorial)."	UFF	Susana Eleanora Sichel	Univ. de Bretagne e Occidentale	Juteau Thierry	EXATAS/TERRA
221/97 - I	"Transferência de Cálcio e Hipertensão Genética.'	UFPB	Thomas George	Univ. Lyon I	Jean Sassard	SAÚDE
222/97 - II	"Insegurança e Violência."	USP	Paulo S. Moraes S. Pinheiro	CNRS/EHESS	Michel Wieviorka	SOCIAIS APLIC.
223/97 - II	"Sintese e Caracterização de Novos Materiais a Partir de Biomassas."	USP	Omar Abou el Seoud	Univ. de Jouseph Fourier	Marguerite Rinaudo	EXATAS/TERRA
224/97 - II	"Rede Franco-Brasileira de Estudos das Línguas Indígenas no Brasil."	UFRJ (UFPa/USP/M. Geoldi)	Marília Lopes C. F. Soares	Univ. Paris VII (Paris IV/Lyon 2/Antilhas)	Michel Launey	HUMANAS:LING. LET. ART.
225/97 - II	"As Atividades de Linguagem em Situação de Trabalho."	PUC/SP (PUC-RJ/ UFRJ)	Maria Cecília P. de Souza	Univ. de Provence / Marcseille I	Daniel Faita	HUMANAS: LING. LET. ART.
226/97 - II	"COSMOS"	CBPF	Mário Novello	Univ. de Provence	Roland Triay	EXATAS/TERRA
227/97- II	"Sistema Inteligente de Ajuda A Regulação do Tráfego numa Linha de Metrô-SART."	UFRJ	Ricardo Manfredi Naveiro	Univ. Paris VI	Patrick Brezillon	EXATAS/TERRA
228/97 - I	"Deformação Plástico de Chapas Metálicas: Modelamento, estudo experimental e simulação numérica."	EEMVR/UFF	Gustavo Ferran Lorente	Univ. de Metz	Gérard Ferron	EXATAS/TERRA
229/97 - II	"Física Estatística e Sistemas Complexos."	CBPF/UFRN	Constantino Tsallis	Univ. Paris Sud	Herndrik-Jan Hilhorst	EXATAS/TERRA
230/97 - II	"Estrutura e Funcionamento de Comunidades de Insetos Associados a Plantas Invasoras em Regiões Temperadas e Tropicais."	UNICAMP (USP/UFMG)	Thomas M. Lewinsohn	Univ. François Rabelais de Tours	Jerônimo Casas	BIOLÓGICAS

231/97 - I	"Integração em Microeletrônica de Sistemas de Aquisição e Tratamento de Sinais."	UFPB (UFBA)	Raimundo Carlos S. Freire	ENST	Patrick Loumeau	EXATAS/TERRA
232/98 - II	"Desenvolvimento de Microestruturas e Transistores de Filmes Finos utilizando Filmes Finos de Silicone Policristalino Dopados "in-situ". Depositado pela Técnica LPCVD e Dióxido de Silicone Depositado por PECVD Visando sua Aplicação em Sensores Inteligentes."	USP	João Antônio Zuffo	Rennes I	Oliver Bonnaud	ENGENHARIAS
233/98 - II	"Estudo de Descargas de N2- Hidrocarbonetos para a Nitrocementação de Superfícies Metálicas."	UFSC	Antônio Rogério de Souza	Univ. Paul Sabatier	André Ricard	EXATAS/TERRA
234/98 - II	"Ligas Nanocristalinas a Base de Alumínio Obtidas pela Nanocristalização de Precursores Amorfos."	UFSCar	Walter José Botta Filho	INPG / Grenoble	Alain Reza Yavari	EXATAS/TERRA
235/98 - II	"Análise de Estratégia de Compreensão da Escrita em Lingua Materna e Língua Estrangeira."	UNICAMP	Angela del Carmen B. R. de Kleiman	Univ. Grenoble II	Michel Dabéne	HUMANAS:LING. LET. ART.
236/98 - II	"Montagem e Controle Alcançado de Reatores de Polimerização em Emulsão."	UFRJ	José Carlos Costa da Silva	Univ. Lyon I	Gilles Févotte	EXATAS/TERRA
237/98 - I	"Desenvolvimento Humano e Planejamento/Gestão Regional e/ou Local."	UFPB	Ghislaine Duque	Univ. de Tours	Gustave Vergneau	SOCIAIS APLIC.
238/98 - II	"O Estado em Trasformação."	USP	Eros Roberto Grau	Univ. Montpellier I	Jean-Louis Autin	SOCIAIS APLIC.
239/98 - II	"Análise da Viabilidade do Processo de Estampagem de Chapas Metálicas no Estado Reofundido."	UNICAMP	Maria Helena Robert	Univ. de Savoie	Robert Louis A Arrieux	EXATAS/TERRA
240/98 - I	"Espaços Públicos: conflitos e democracia em uma perspectiva comparada."	UFF (IUPERJ)	Roberto Kant de Lima	Univ. Paris X	Isaac Joseph	HUMANAS
241/98 - II	"Estudos dos Fatores Genéticos que Influenciam a Reação Inflamatória Aguda e sua Repercussão nas Doenças Infecciosas e Neoplásticas no Camundongo."	Inst. Butantan	Olga Célia M. Ibãnez	Univ. Paris VII	Michel Seman	SAÚDE
242/98 - I	"Bioenergética de Sistemas Vegetais em Situações de Stresses Ambientais.	UFC	Dirce Fernandes de Melo	Univ. de Orleans/ Nancy I	Pierre Dizengremel	BIOLÓGICAS
243/98 - II	"Efeito Antiocoagulante Plaquetário Derivado do Extrato Allium sp.: estudo bioquímico, farmacológico e clínico."	USP	Gilberto de Nucci	INSERM	Francine Rendu	BIOLÓGICAS
244/98 - II	"Análise Química e Comportamentais de Sinais nas Interações entre Insetos Tropicais de Importância Econômica e Ecológica."	UFV (Un. Est. Sta. Cruz)	Terezinha M. C.Della Lucia	Univ. Paris Nord XIII	Alain Dejean	BIOLÓGICAS
245/98 - I	"CAD de Sistemas e de Circuitos Integrados Digitais."	UFRGS (UFRN/ PUC-RS)	Ricardo A de Luz Reis	Univ. Montpellier II	Michel Robert	EXATAS/TERRA
246/98 - II	"Suco Químico e Química Glicoheterocíclica: sintese de sucroesteres aminoaçúcares e compostos glicoheterocíclicos."	UFPE	Rajendra M Srivastava	Univ. Lyon I	Gerard Descotes	EXATAS/TERRA
247/98 - II	"Projeto Franco-Brasileiro de Cooperação e Educação Matemática."	UFPE (PUC-SP/PUC-RJ)	Jorge T. da Rocha Falcão	USTL	Marc Rogalski	HUMANAS

248/98 - II	"Estudo da biodiversidade de Bactérias Lácticas Endógenas Presentes em Alimentos Fermentados e seus Papéis no Equilíbrio de Ecossistemas Específicos."	UFV/ ITA-(Campinas)	Célia Lúcia de L. F. Ferreira	INRA	Patrick Tailliez	BIOLÓGICAS
249/98 - II	"Glacilogia Antártica e Andina e as Mudanças Globais."	UFRGS (USP)	Jefferson Cardia Simões	CNRS	Robert J. Delmas	EXATAS/TERRA
250/98 - I	"Inteligência Artificial e Sistemas Cognitivos."	UFRGS	Luiz Otávio C. Alvares	Univ. Joseph Fourier	Yves Demazeau	EXATAS/TERRA
251/98 - II	"Implicações Sociais Regionalizadas dos Efeitos das Emissões de Gases de Efeito Estufa, das Mudanças Climáticas e das Flutuações Meteorológicas."	UFRJ	José Ricardo de A França	CNRS	Hervé Le Treut	EXATAS/TERRA
252/98 - II	"Biogeodinâmcia dos Elementos Maiores, Nutrientes e Traças na Bacia Amazônica."	UnB (DNAEE)	Marcel Auguste Dardenne	Univ. de Montpellier II	Françoise Elbaz Poulichet	EXATAS/TERRA
253/98 - II	"Análise dos Fatores Genéticos do Hospedeiro Envolvidos no Desenvolvimento da Cardiopatia Chagásica Crônica."	Fac. de Med. do Triangulo	Aluisio Prata	INSERM	Alain Dessein	SAÚDE
254/98 - I	"Caracterização de Marcadores Genéticos e Moleculares do Vírus da Dengue Associados à Fisiopatologia em um Modelo Experimental de Encefalite Murina."	FIOCRUZ	Samuel Goldenberg	Int. Pasteur	Vicent Deubel	SAÚDE
255/98 - II	"Caracterização Molecular de Estirpes Brasileiras do Vírus Mosaico da Alface (LMV) Capazes de Quebrar a Resistência Propiciada."	UFV (UNESP)	Murilo Geraldo de Carvalho	INRA	Jacques Labarére	AGRÁRIAS
256/98 - II	"Engenharia Cognitiva e Ergonomia de Sistemas Complexos."	UFRJ	Mário César R. Vidal	CNAM	Tahar Hakim Benchekroun	ENGENHARIAS
257/98 - II	"Engenharia Genética e Molecular de Peptídeos Vasoativos."	Inst. Butantan (USP)	Antônio Carlos Martins	Dept. d'Ingeniérie et d'Etudes des Proteines	André Menez	BIOLÓGICAS
258/98 - II	"Integração de Medidas Aerotrasnportadas nos Projetos de Pesquisa Atmosférica Realizadas no Brasil graças ao Desenvolvimento de Avião Instrumentado."	INPE UFC/UFAL	Antonio Ocimar Manzi	Univ. Paul Sabatier	Serge Chauzi	ENGENHARIAS
259/98 - II	"Otimização de Desempenho e de Qualidade de Serviços em Redes de Alta Velocidade e Sistemas Multimídia Distribuídos."	UFMG (PUC-RJ)	Henrique Pacca L Lima	Univ. Clermont II	Philippe Mahey	EXATAS/TERRA
260/98 - II	"Lasers de Diodos e Ótica Atônica Próxima de Superfícies."	UFPE (UFPB)	José Roberto Rios Leite	CNRS	Daniel Bloch	EXATAS/TERRA
261/98 - II	"Fisiologia Digestiva de Insetos Pragas (Pulgões) e Entomófagos (Trichogramma) Aplicações na Proteção de Plantas."	ESALq-USP (UFC)	José Roberto P. Parra	INRA	Simon Grenier	BIOLÓGICAS
262/98 - II	"Modos de Gestão Brasileiros e Franceses dos Serviços Urbanos."	UFPE UFBA/ UFMG	Suely M. Ribeiro Leal Anísio Brasileiro de Freitas (Ex)	Univ. Paris Val de Marne	Henri Ciong	SOCIAIS APLIC.
263/99-II	Eletropolimento do Cobre e suas Ligas	UFRJ	Oswaldo Esteves Barcia	INPT	Nadine Pébére	EXATAS/TERRA
264/99/01-II	A Travessia da Escrita: estilo e representação.	UFMG	Lucia Castello Branco	Paris VIII	Antonia Soulez	HUMANAS:LING. LET. ART.

265/99/01-I	Sistemas de Ajuda à Decisão para a Gestão das Operações das Companhias Aéreas	UFRJ	Carlos A N. Cosenza	Toulouse II	Marc de Coligny	ENGENHARIAS
266/99/01-I	Estudos de Aspectos dos Sistemas e das Redes de Faixa Larga para Aplicações de Multimídia	UFC	João César M. Mota	INT (Paris V. PRISM)	Bernadette Dorizzi	ENGENHARIAS
267/99/01-II	Estrutura e Atividades Anticoagulantes e Antitrombóticas de Polissacarídeos Sulfatados Extraídos de Algas e de Equinodermas	UFRJ	Paulo A de S. Mourão	Univ. Paris Nord	Catherine Boisson Vidal	BIOLÓGICAS
268/99/01-I	Covalidation of Advanced Comutacional Methods in Heat Transfer and Fluid Dynamics: the finite volume and integral transform approaches	UFRJ	Renato M. Cotta	Univ. de Marne-la-Vallée/Paris VI	Guy Lauriat	ENGENHARIAS
269/99/01-II	Estudos de Lectinas Nativas do Nordeste Brasileiro:aplicações biológica e farmacêutica	UFPE(UFC)	Nereide Stela Santos Magalhães	Paris SUD XI	Gilles Ponchel	BIOLÓGICAS
270/99-II	O Mundo Feito em Texto	UFRGS	Sandra J. Pesavento	Université de Poitiers	Rita Lemaire	HUMANAS:LING. LET. ART.
271/99/01-II	Desigualdades e Rupturas Sociais; um estudo comparativo entre Paris e São Paulo.	PUC/SP	Maura P. B. Véras	CNRS/IEP	Serge Paugam	SOCIAIS APLIC.
272/99-II	Algoritmos para Análise de Genomas	USP	Yoshiko Wakabayashi	Université de Marne-la-Vallée	Maxime CrochEmore	EXATAS/TERRA
273/99/01-II	Autóllise de Culturas Láticas e Cinética da Proteólise em Queijos	ITAL	Alda L. S. Lerayer	Institut National de la Recherche Agronomique	Jean Louis Maubois	C. AGRÁRIAS
274/99/01-I	Ciclização Eletrorredutiva de Compostos Halogenados Utilizando Complexos de Metais de Transição como Catalisadores	UFAL	Marília O F. Goulart	CNRS/UPVM	Jean Yves Nédélec	EXATAS/TERRA
275/99-II	Literatura, Línguas e Informática: hipertexto e hipermeios aplicados ao estudo dos textos literários e das línguas.	UFSC	Alckmar L. dos Santos	Univ. Paris III	Henri Behar	HUMANAS:LING. LET. ART.
276/99-II	Análise da Introdução de Cláusulas Ambientais na Regulação Internacional	UFRRJ	Peter H. May	INRA	Laurence Tubiana	SOCIAIS APLIC.
277/99/01-II	Nanopartículas de Terras Raras	UFRGS	Mário N. Baibichi	Université Toulouse III	Jean-Marc Broto	EXATAS/TERRA
278/99-II	Caracterização Estrutural e Farmacológicas de Novas Toxinas Animais Ativas sobre os Canais de N+ ca ++ e K+ e sobre Exocitose.	UFMG	M. Elena de L. P. Garcia	Université de la Méditerranée (Aix Marseille II)	Françoise Couraud	SAÚDE
279/99-II	Autômatos Finitos e Dicionários de Línguas	UNICAMP	Tomasz Kowaltowski	Université de Marne-la-Vallée	Eric Laport	HUMANAS:LING. LET. ART.
280/99/01-II	Bases Moleculares de Desdiferenciação Celular em Vegetais Superiores.	UFRN	Paulo S. M. Lúcio	Université de Perpignan	Yves Meyer	BIOLÓGICAS
281/99/01-II	Gestão e Controle da Poluição Ambiental Águas de Abastecimento, Ar Efluentes e Resíduos Urbanos e Industriais.	UFSC	Armando B. Castilho Jr.	GRUTTEE/ENSC	Alain Laplanche	ENGENHARIAS
282/99-II	Propriedades de Sistemas Desordenados	USP	Silvio R de A Salinas	Centre D'Estudes de Saclay	Henri Orland	EXATAS/TERRA
283/99/01-II	Produção Industrial de Quimosina Bovina Recombinante.	UFRGS	João A P. Henriques	Institut National Agronomique de Paris-Grignon	Jean-Claude Meunier	BIOLÓGICAS

284/99/01-II	A Edificação com Alta Qualidade Ambiental	UFRJ	Leopoldo E G Bastos	Université Cl. Bernard Lyonn 1	Patrick Depecker	ENGENHARIAS
285/99-II	Epidemiologia da Infecção por Helicobacter Pylori no Brasil: comparação dos modos de transmissão das CEPAS e da sua Patogenia em regiões sócio-econômicamente distintas-estudo de intervenção.	UFMG	Dulciene M. M. Queiróz	Université Bordeaux2	Francis Mégraud	BIOLÓGICAS
286/99-I	Caracterização da Tectônica Tangencial Precoce da Faixa Seridó, NE Brasil: análise petroestrutural dos granitos, microtectônica, paleomagnetismo, geocronologia-implicações metalogenéticas.	UFRN	Fernando César A Silva	Université d'Orleans	Alain Chauvet	EXATAS/TERRA
287/99/01-II	Anisotropia Sísmica, Estrutura e Deformação do Manto Superior na Região Sudeste do Brasil.	USP	Marcos Egydio Silva	Montpellier II	Alain Vauchez	EXATAS/TERRA
288/99/01-I	Estudo de Proteínas de Defesa Acumuladas em Vacúolos de Caupi (vigna unguiculada)	UENF	Lev A Okorokov	Université de Bourgogne	Marty Francis	BIOLÓGICAS
289/99/01-I	Utilização de Subprodutos Industriais para a Elaboração de Materiais de Construção.	UFSC	Roberto Lamberts	INSA/LYON	Jean Pera	ENGENHARIAS
290/99/01-II	Camadas Delgadas a Partir de Nanomateriais: elaboração de membranas para ultrafiltração, dispositivos eletro-ópticos e camadas protetoras contra a corrosão.	UNESP	Sandra H. Pulcinelli	LURE e LCSO	Valérie Briois	EXATAS/TERRA
291/99/01-I	Interação Homem-Máquina em um Ambiente Orientado a Objeto para a Aprendizagem Inteligente.	UFPB	Edilson Ferneda	Institut des Sciences Pour I'Ingénieur de Marseille	Eugène Chouraqui	EXATAS/TERRA
292/99/01-II	Síntese e Estudo das Propriedades Magnéticas e Magneto Óticas de Colóides Magnéticos Ferrofluídos.	UnB	Francisco A Tourinho	Université Pierre et Marie Curie-Paris VI	Régine Perzynski	EXATAS/TERRA
293/99/01-II	Internacionalização e Transformação dos Estados Nacionais: cultura, política e economia.	UFRJ	Federico Neiburg	Laboratoire de Sciences Sociales (CNRS/ENS)	Christian Baudelot	HUMANAS
294/99/01-II	Inibidores e Estudos Estruturais de Enzimas Implicadas nos Metabolismos de Glicose e Oxigênio: possíveis aplicações à terapia da doença de chagas.	USP	Glaucius Oliva	Univ. Paul Sabatier	Jacques Perie	BIOLÓGICAS
295/99-II	Grupos Virtuais e Modos de Gestão da Comunicação Inter-Organizacional uma Abordagem comparativa e integrativa Fr/Br	UFRGS	Norberto Hoppen	Univ. Pierre Mendes/ESA	Marc Favier	SOCIAIS APLIC.
296/99/01-II	Efeitos Metabóticos e Funcionais de Diferentes Estados de Má Nutrição / Desnutrição: estudo no recém nascido e no rato como modelo de estudo.	UFPE	M. Luiza M Alessio	Montpellier II	Claude Louis Léger	BIOLÓGICAS
297/99-II	Estudo e Otimização de Arquiteturas Superescalares Múltiplos Fluxos	UFRGS	Philippe Navaux	Univ. Paris Sud/CNRS	Daniel Etiemble	EXATAS/TERRA
298/00/02	Estudo Numérico pelo Método dos Elementos Finitos de Máquinas Elétricas, Materiais Magnéticos e Sistemas de Aterramento	USP/Esc. Politécnica	José Roberto Cardoso	ENSIE/INPG	Jean -Louis Coulomb	ENGENHARIAS

299/00/02	Interação Neurônio-Glia : abordagem através de camundongos transgênicos.	UFRJ	Vivaldo Moura Neto	Paris VII	Paulin Denise	BIOLÓGICAS
300/00-I	Estudo dos Mecanismos da Reação Inflamatória Pulmonar Provocada por Inalação de Lipopolissacarídeos Bacterianos	UFRJ	Vera Lúcia Gonçalves Koatz	Institut Pasteur	Michel Chignard	BIOLÓGICAS
301/00/02	Sistemas de Apoio à Decisão : aspectos téoricos e aplicados.	UFU (UFPR/UFPE)	Sandra Aparecida de Amo e Denise Guliato	Univ. de Tours	Dominique Laurent	EXATAS/TERRA
302/00/02	Estudo da Biodistribuição de Radiosótopos Utilizados em Medicina Nuclear : avaliação e modelização da dose interna	UFPE	Ademir de Jesus Amaral	Paris VII	Nicole Colas - Linhart	ENGENHARIAS
303/00-II	Paleoparasitologia	FIOCRUZ (FUMDHAM)	Adauto José G. de Araújo	Univ. de Reims (Univ. Lyon)	Françoise Bouchet	BIOLÓGICAS
304/00/02	Dinâmica e Ordem em Sistemas Fortemente Acoplados	UFRGS(UNISINOS)	Rita Maria Cunha de Almeida	LPS/UPS (CEAL/LPTMS)	Ian A Campbell	EXATAS/TERRA
305/00/02	Mudanças na Organização do Trabalho , Relações Profissionais e Formação	UNICAMP(UFMG)	Liliana R. Petrilli Segnini e Lucilia Machado	Paris X / CNRS	Lucie Tanguy	HUMANAS
306/00/02	Desenvolvimento de Métodos não Perturbativos em Teorias de Campo e Mecânica Estatística	UNESP(UFES)	Luiz Agostinho Ferreira	Paris VI/CNRS	Olivier Babelon	EXATAS/TERRA
307/00/02	Dinâmica de Estruturas Espaciais, Análise Moidal e Dinâmica de Multicorpos : um projeto de cooperação científica aplicada ao micro satélite franco-brasileiro	UnB	Edgar Nobuo Mamiya e João Nildo Souza Vianna	École Centrale de Lyon	Fabrice Thouverez	ENGENHARIAS
308/00-II	Processos Fundamentais na Interação da Radiação com a Matéria	UFRJ(USP/UFF)	Paulo A Maia Neto	LKB/École Normale Supérieure de Paris	Astrid Lambrecht	EXATAS/TERRA
309/00/02	Caracterização Mineralógica , Micromorfológica e Cristaloquímica da Matéria Prima dos Fertilizantes Fosfatados no Brasil : aplicações setor mineiro agronômico /ambiental no meio tropical	USP	Maria Cristina Motta de Toledo	CNRS/Univ. Paul Sabatier	François Fontan	C. AGRÁRIAS
310/00/02	Desenvolvimento das Competências , Integração Escolar e Social de Crianças e Desenvolvimento	USP	Maria Regina Maluf	Univ. de Rennes II (Univ. de Rouen	Michel Deleau	HUMANAS
311/00-II	Materiais de Eletrodo Nanodivididos e/ou Coloidais para Células a Combustivel	USP	Ernesto Rafael Gonzales	Univ. de Poitiers/CNRS	Nicolas Alonso-Vante	EXATAS/TERRA
312/00/02	Tensoativos Macromoleculares	USP	Rosangela Itri	CNRS/Lab. de Dynamique des Fluídes Complexos	Carlos Marques	EXATAS/TERRA
313/00/02	História das Idéias Linguísticas no Brasil : ética e política das línguas .	UNICAMP(USP)	Eni de Lourdes Pucinelli Orlandi	ENSF/Saint-Cloud	Sylvain Auroux	HUMANAS: LING. LET. ART.
314/00-II	Linguagem e Cognição : gênese e uso da Explicação na criança	USP(UNESP/UNIFESP)	Lélia Erbolato Melo	Paris VI	Christian Hudelot	HUMANAS: LING. LET. ART.
315/00/02	Microbactérias : quimioterapia e reversão da resistência (MCR2)	UFPE	Suely Lins Galdino	Univ. de la Méditerranée	Jacques Barbe	BIOLÓGICAS
316/00/02	Gêneros do Discurso : mediação e materialidade discursivas .	UFMG	Ida Lúcia Machado	Paris XIII	Patrick Charaudeau	HUMANAS: LING. LET. ART.

317/00/02	Modelagem e Visualização de Objetos Naturais : aplicações à modelagem do subsolo (geomodelagem)	PUC-RIO(IMPA/UFCE)	Marcelo Gattass	INPL/ENSG	Jean-Laurent Mallet	EXATAS/TERRA
318/00/02	Otimização Multimodal Multiobjetivo em Eletromagnetismo	UFMG	João Antônio de Vasconcelos	École Centrale de Lyon	Laurent Kräthenbühl	ENGENHARIAS
319/00/02	Construção de Linhagens de Bactérias Lácticas Produtoras de Antígenos de Brucella Abortus : utiliz. no desenvolvimento de vacinas orais anti-brucelose	UFMG	Vasco Azevedo	INRA	Alexandra Gruss	BIOLÓGICAS
320/00/02	Inovação e Competitividade Regional e Urbana na Economia Globalizada	UFMG(UFRJ)	Clélio Campolina Diniz	Univ. de Paris -Dauphine et Burgundy	Alain Rallet	SOCIAIS APLIC.
321/00/02	Sistema de Informação Multimídia Distribuídos : STIMULI	UFRGS(UFCE/UNESP)	José Valdeni de Lima	Grenoble II	Hervé Martin	EXATAS/TERRA
322/00/02	Clonagem Molecular e Estudo Fisiológico do Receptor de Substância Similar à Insulina /IGF no Caranguejo Chasmagnathus Granulata e no Camarão Litopenaeus Vannamel	UFRGS	Roselis Silveira Martins da Silva	CNRS/MNHN Concarneau	Alain Van Wormhoudt	BIOLÓGICAS
323/00/02	Redes de Computadores : qualidade de serviço , mobilidade e multimídia	UFRJ (UERJ)	Otto Carlos Bandeira Duarte	UPMC-Paris VI (UVSQ/Toulouse III)	Serge Fdida	EXATAS/TERRA
324/00/02	Estudo Conjunto do Modelo do Geóide e da Alti-Metria por Satélite	USP/EP	Denizar Blitzkow	EPST/IRD/ORSTOM	Pascal Kosuth	EXATAS/TERRA
325/00/02	Regularização da Produção de Espécies Frutíferas de Clima Temperado no Sul do Brasil : abordagem fundamental da ecofisiologia das gemas durante o período de repouso hibernal para a otimização dos métodos de cultivo	UFPE (EMBRAPA/UFRGS /UFPR/EPAGRI)	Flávio Gilberto Herter	Univ. Blaise Pascal	Gilles Petel	C.AGRÁRIAS
326/00-II	Estudo do Metabolismo Protéico em Pacientes Idosos Desnutridos : efeito da renutrição e da atividadade Física	UFRJ	Antônio C. R. Garrido Iglésias	Univ. de Nice Sophia Antipolis	Xavier Hebuterne	SAÚDE
327/00/02	Compatibilidade Eletromagnética de Sistemas Complexos	UFSC	Adroaldo Raizer	Paris VI e XI	Pichon Lionel	ENGENHARIAS
328/00/02	Propriedades de Águas nas Interfaces de Agregados Micelares : relevância para reatividade química e síntese de polímeros condutores	USP	Omar Abou el Seoud	Paris VII - Dennis Diderot	Marie Françoise Ruasse	EXATAS/TERRA
329/00/02	Trabalho, Movimentos Sociais,Política: abordagens comparativas.	UNICAMP	Cláudio Henrique de Moraes Batalha	Univ. de Bourgogne	Serge Wolikow	HUMANAS
330/00/02	Evolução e Diferenciação da Agricultura , Transformação do Meio Natural e Desenvolvimento Sustentável em Espaços Rurais do Sul do Brasil	UFRGS(UFPR)	Jalcione Pereira de Almeida e Lovois de Andrade Miguel	Paris X	Hugues Lamarche	C. AGRÁRIAS
331/00/02	Filosofia Moderna	UFRGS(UFRJ/USP)	Dennis L. Rosenfield	Univ. Dijon	Pierre Guenância	HUMANAS
332/00-II	Papel da Neurogênese das Células Granulares do Giro Dentado na Epileptogênese Hipocampal: estudo morfológico e eletrofisiológico dos hipocampos humanos epilétpticos	UFSP (EPM)	Ésper Abrão Cavalheiro	Univ.Victor Segalen - Bordeaux II	Alain Rougier	SAÚDE

333/00/02	Os Lugares da Política : espaços públicos e espaços de gestão	UFRJ	Paulo César da Costa Gomes	Univ. de Pau et des Pays de L'Adour	Vincent Berdoulay	HUMANAS
334/01/03	Síntese de Amino Açucares e Compostos Glicoheterocíclicos	UFPE	Rajendra M Srivastava	Lyon I	Louis Coutier	EXATAS/TERRA
335/01/03	Estudo da Modificação Química do Látex de Borracha Natural Empregando a Técnica de Polimerização em Emulsão por Semente e sua Aplicação na Preparação de Blendas Poliméricas	FAENQUIL/UNICAMP	Amilton Martins dos Santos	Lyon I	Jean Yves Cavalité	ENGENHARIAS
336/01/03	Estudo da Interação de Lectinas Vegetais Isoladas da Flora Brasileira com Diferentes Linhagens de Células de Câncer do Cólon Humano do Sistema Imunológico : identificação e caracterização de receptores membranares específicos	UFC	Benildo Souza Cavada	UST de Lille	Henri Debray	BIOLÓGICAS
337/01/03	Prototipação, Verificação e Teste de Sistemas Eletrônicos em Silício	UFRGS(PUC-RS/UFRJ)	Marcelo Lubaszewski	Montpellier	Michel Renovell	EXATAS/TERRA
338/01/03	Modelisação Hidrodinâmica do Rio Amazonas Aplicada ao Estudo do Transporte de Sedimentos	UFRJ (UnB/UFRGS/IPAP)	Rui Carlos Vieira da Silva	INP-Toulouse	Benoît le Guennec	ENGENHARIAS
339/01/03	Duas Dimensões da Análise Econômica da Integração Reginal e da Internacionalização : as questões agrícolas e a modelização macro-econométrica multinacional	UFPE (UFRPE/UFPB)	Francisco de Souza Ramos	Paris I	Jean Pierre Laffargue	SOCIAIS APLIC.
340/01/03	Papel das Planícies de Inundação no Ciclo dos Elementos Traço: caso das zonas úmidas da Bacia Amazônica	UnB	Geraldo R. Boaventura	UMR/CNRS	Bernard Dupré	EXATAS/TERRA
341/01/03	Construção de um Relógio Atôico de Cs Tipo Chafariz	USP- Inst. De Física de São Carlos	Vanderlei Salvador Bagnato	Kastler Brossel	Christophe Salomon	EXATAS/TERRA
342/01/03	Caracterização de Isolados do Vírus do Mosaico da Alface Capazes de Infectar Cultivares Portadores de Genes de Resistência e Transmitidos pela Semente no Br e na Fr uma Ameaça à Produção de Alface em ambos os Países , e um Modelo para o Estudo das Interações Vírus - Hospedeiro	UFV (UNESP)	Francisco Murilo Zerbini	INRA	Olivier le Gall	C. AGRÁRIAS
343/01/03	Integração em Microeletrônica de Sistemas de Tratamento da Informação para Telecomunicações	UFPB(UFBA/UFMA /UFPA)	Francisco Marcos de Assis	ENST	Jean-François Naviner	ENGENHARIAS
344/01/03	Estudos sobre uma Recente Invasão Biológica : Zaprionus indianus no Brasil	UNICAMP (UFRJ/UnB)	Louis Bernard Klacszko	CNRS/Univ. Paris SUD	Brigitte Moreteau	BIOLÓGICAS
345/01/03	Internacionalização dos Intercâmbios Científicos e Recomposição das Elites Nacionais 1970-2000	UNICAMP (UFMG/UFRJ/UFRGS /UFF)	Letícia Bicalho Canêdo	CRBC /EHESS	Afrânio Garcia Jr	SOCIAIS APLIC.
346/01/03	Hetero - Estruturas Semicondutoras de Pequeno Tamanho : semicondutores magnéticos diluídos	CBPF (UERJ/INPE)	Amós Troper	Paris VII e VI	Christophe Testelin	EXATAS/TERRA
347/01/03	Interações Celulares e Transdução de Sinais na Patogênese de Doenças Humanas	UERJ	Maria Cristina M. Plotkowski	INSERM	Edith Puchelle	BIOLÓGICAS

348/01/03	Síntese Estrutura e Dinâmica de Polímeros com Arquitetura Controlada	UFSC (UFPR)	Valdir Soldi	Bordeaux I	Redouane Borsali	EXATAS/TERRA
349/01/03	Argilas: geologia , mineralogia , aplicações tecnológicas e ambientais	UFRGS	Milton . Laquintini Formoso	Univ. de Poitiers	Alain Meunier	EXATAS/TERRA
350/01/03	Transferência Preferencial de Água e de Solutos em Solos não Saturados da Região Semi-Árida do Nordeste do Brasil	UFPE (DEN)	Antônio Celso D. Antonino	INPG	Rafael Angulo - Jaramillo	ENGENHARIAS
351/01/03	DNA Polimerase : estudos de instabilidade genética em células cancerosas e clonagem do DNA polimerase B do trypanosoma Cruzi	UFMG	Sérgio Danilo Junho Pena	Univ. Paul Sabatier	Christophe Cazaux	BIOLÓGICAS
352/01/03	Democracia, Gestão Urbana e Instituições Híbridas: a participação, as parcerias, as negociações e as formas contracturais nas políticas públicas no Brasil e na França	UFMG (UFBA/UFRGS)	Leonardo Avritzer	Monpellier I	Jean - Pierre Gaudin	SOCIAIS APLIC.
353/01	Exploração da Biodiversidade Microbiana de Organismos Brasileiros como Catalisadores Utilizáveis em Síntese Orgânica	UNICAMP	Anita Marsaioli	CNRS/Faculté des Sciences de Luminy	Roland Furtoss	EXATAS/TERRA
354/01/03	Estudo de Escoamentos Viscoelásticos Utilizando o Método Numérico dos Volumes Finitos	PUC/RJ	Paulo Roberto de S. Mendes	UST Lille	G. Mompean	ENGENHARIAS
355/01/03	Reforma do Estado e Integração Regional	PUC/RJ	Gustavo Maurício Gonzaga	INRA	Thierry Magnac	SOCIAIS APLIC.
356/01/03	Estudo de Sistemas Híbridos FMZnSE (FM=Fe, CoFe e MnAs)	UFSCar (UFPR)	Wilson Aires Ortiz	Paris VI e VII	Bernard Capelle	EXATAS/TERRA
357/01/03	Intelectuais, Cultura e Política: França, Europa e Brasil séculos XIX e XX	UNICAMP (UNESP/UFF)	Marcelo Siqueira Ridenti	Paris VII	Andrée Bachoud	SOCIAIS APLIC.
358/01/03	Processos de Transferência dos Contaminantes Minerais num Ecossistema Lagunar : cinética biogeoquímica e especiação do cádmio e zinco de Sepetiba	UFF	Jorge João Abraão	Paris VII	Geraldo Sarazin	EXATAS/TERRA
359/01/03	Estruturas e Algorítmos em Teoria de Grafos	UFRJ(UFC/UFF/UFMT)	Celina M. H. de Figueiredo	Univ. Bordeaux	Frédéric Maffray	EXATAS/TERRA
360/01	Dinâmica das Fronteiras e Construção Regional na Amzônia Brasileira	INPE (EMBRAPA /UNIVAP/UNESP)	Diógenes Alves	Univ. d'Avignon	Joel Charre	EXATAS/TERRA
361/01/03	Globalização , Regulação Social e Padrão Contemporâneo de Desenvolvimento no Brasil ,na Perspectiva da Integração Regional : paralelos com Argentina e México	USP	Maria Cristina Cacciamalli	Paris III	Jaime Marques Pereira	SOCIAIS APLIC.
362/01/03	Á Gestão da Violência e da Diversidade na Escola	USP	Helena Coharic Chamlian	Paris XIII	Jeran Biarnés	HUMANAS
363/01/03	Cinemática de Estrelas Jovens e Aglomerados Abertos	USP	Ramachrisna Teixeira	Observatoire de Bordeaux	Christine Ducourant	EXATAS/TERRA
364/01/03	Braids and Actions	USP	Daciberg Lima Gonçalves	Toulouse III	Claude Hayat	EXATAS/TERRA
365/01/03	Utilização na Agricultura de Efluentes de Lagoa de Estabilização	USP/ESALq	Adolpho José Melfi	Univ. de Toulon et du Var	Yves Lucas	EXATAS/TERRA

366/01	Propriedades de Ancoramento de Cristais Líquidos Liotrópicos	USP	Elizabeth Andreoli Oliveira	CNRS/Bordeaux I	Philippe Poulin	EXATAS/TERRA
367/01/03	Alterações Funcionais de TP53 , COX-2 e NOS-2 em Câncer de Esôfago : correlação com prognósticos e químio-prevenção na França e no Brasil	UERJ	Claudia V. de Moura Gallo	IARC	Pierre Hainaut	BIOLÓGICAS
368/01	Identificação e Caracterização de Genes de Arroz Induzidos pelo Stresse Salino	UNICAMP (UENF)	Marcelo Menossi Teixeira	INRA - Versaille	Herman Hôtte	C.AGRÁRIAS
369/01/03	Análise Espacial Aproximada e Classificação de Padrões para Reconhecimento de Faces	USP	Roberto Marcondes C. Jr.	ENST	Isabelle Bloch	EXATAS/TERRA
370/01/03	Função das Glicanas Periplasmáticas Osmoreguladas na Patogenicidade de Xylella Fastidiosa e Xanthomonas	UNESP - Jaboticabal	Eliana Gertrudes M. Lemos	CNRS - Ust de Lille	Jean-Pierre Bohin	C.AGRÁRIAS
371/01/03	SMARTS - Tecnicas de Aprendizagem e de Adaptação para o Comércio Eletrônico , Jogos e Busca na INTERNET	UFPE	Geber Ramalho	Paris VI	Vincent Corruble	EXATAS/TERRA
372/01/03	Oralidade, Textualidade e Transformação do Imaginário Social	UFCE	Ismael de A Pordeus Jr	Lyon 2	François Laplantini	SOCIAIS APLIC.
373/01/03	Concepção de Arquiteturas Multiprocessadores Mistas Hardware/Software	UFRGS (UFRN)	Ricardo Augusto da Luz Reis	INP/Grenoble	Raoul Velazsco	EXATAS/TERRA
374/01/03	Caracterização de Estruturas e Modos Complexos em Substratos Dielétricos e a GAP Fotônicos	UFPB (CEFET)	Marcos Antônio B.Melo	INPT	Henri Baudrand	ENGENHARIAS
375/02/04	" Materiais Magnéticos Nanoestruturados obtidos por eltroquimica:crescimento e magnetismo	UFRGS	Joáo Edgar Schmidt e Julian Penkov Geshev	CNRS/UPMC	Philippe Allong	EXATAS/TERRA
376/02	Compração da Ictiofauna Residente entre Dois Ecossistemas-Manguezal:Laguna de Manche a Eau/Guadeloupe -França-Paraná -Brasil	UFPR/Encer. RM03	Paulo de Tarso C.Chaves	Univ des Antilles et de la Guyane	Jean-Luc Bouchereau	BIOLÓGICAS
377/02/04	Desenvolvimento,Adaptação e Avaliação de Tecnologias Sustentáveis de Drenagem Pluvial Urbana	UFMG	Marcio Benedito Baptista	INSAL/LYON	Bernard Chocat	ENGENHARIAS
378/02/04	Estudo Funcional das Cu2-Apases Humanas,Componentes Primordiais para a Detoxificação do Cobre	UFRJ	Adalberto R. Vieyra	CEA/Grenobel/LBMC	Florent Guillain	BIOLÓGICAS
379/02/04	Convecção e Chuva na Região Amazônica	USP(IAE)	M. Assunção Faus de S. Dias	UJF_Grenoble/LETHE	Thierry Lebel	EXATAS/TERRA
380/02	Desenvolvimento de Membranas Amorfas e Nanocristalinas por Projeção Térmica	UFRJ(COPPE)/Encer. RM/03	Paulo Emilio V. de Miranda	LML/UST de Lille	Didier C. et Jacky Lesage.	EXATAS/TERRA
381/02/04	Geologia Isotópica e Geocronologia de áreas de Embasamento do craton do São Francisco na Bahia e na Faixa Marginal Ribeira em São Paulo	UFBA(UNB)	Johildo S.F. Barbosa	Clermont Ferrand	Hervé Martin	EXATAS/TERRA
382/02/04	Desenvolvimento Tecnológico de Novos Sistemas Catalíticos Homogêneos Aplicados a Homo- e Co-Polimerização de Olefinas	UFRGS	Roberto Fernando de Souza	Université de Rennes	Regis Réau	EXATAS/TERRA

383/02/04	Fenômenos de Transporte em Superficies e Meios Irregulares	UFC	José Soares de Andrade júnior	Ecole Polytechnique	Bernard Sapoval	EXATAS/TERRA
384/02/04	Controle Neuroendócrino sobre o Timo Papel do Hormônio do Crescimento	FIOCRUZ	Wilson Savino	Hôpital Necker-CNRS	Mireille Dardene	BIOLÓGICAS
385/02	Estudo dos Novos Membros dasFamílias do Fator de Necrose Tumoral e Receptor do Fator de Necrose Tumoral no Aparelho Reprodutor Masculino	UFMG/Encer. RM03	Luis Renato de França	Université de Rennes	Thierry Guilaudeux	SAÚDE
386/02/04	Carcigênese pulmonar em camundongos portadores de deleção em um dos alelos da conexina 43 (Cx43+/-)	UFRJ(USP)	Maria Lúcia Zaidan Dagli	Univ. Poitiers	Marc Mesnil	SAÚDE
387/02/04	Mecanismos de Reparo de DNA em Células Humanas e suas Implicações Biológicas	USP(UFRJ)	Carlos Frederico Martins Menck	CNRS	Alain Sarasin	BIOLÓGICAS
388/02/04	Dinâmicas de Desenvolvimentos da Cadeia de Transformação Alimentar a Partir de Experiências na França e no Brasil	UFSCAR/UFMS	Mario Otavio Batalha	ENITIAA Nantes	Jean Louis Lambert	ENGENHARIAS
389/02/04	Bases funcionais e dinêmica de ecossistemas pastoris do bioma campos: Estudos para uma utilização conservacionista	UFRGS	Paulo C. de Faccio Carvalho	INA Paris Grignon	Ney Bertrand	C. AGRÁRIAS
390/02/04	A proteção Social Contra a Exclusão e a Serviço da Inclusão	PUC-SP	Aldaíza Sposati	Univ. P.Mendes - Grenoble	Alain Euzeby	SOCIAIS APLIC.
391/02/04	A Atuação de Extensão Rural Pública no Desenvolvimento da Aquicultura nos Estados de Santa Catarina e São Paulo	UNESP	Elisabeth Criscuolo Urbinati	ENSA Rennes	Guy Fontenele	C. AGRÁRIAS
392/02	Instrumentos Metodológicos para Planejamento Energético Visando a Análise de Mitigação das Mudanças Climáticas Globais	UFRJ/Encer. RM/03	Emílio Lébre la Rovère	EHESS/CIRED	J.Charles Hourcade	SOCIAIS APLIC.
393/02/04	Anti-Utilitarismo e Mercantilização: que solidariedade para quais democracias?	UNB/UFBA/UFPE	Brasilmar Ferreia Nunes	CNRS-Paris X	Jean Louis Laville e Alain Caillé	SOCIAIS APLIC.
394/02/04	Desenvolvimento da Inteligência Competitiva nas Organizações	UFRGS	Henrique de Melo Rodrigues de Freitas	CERAGLE/Genoble II	Humbert Lesca	SOCIAIS APLIC.
395/02/04	A noção de Multifuncionalidade da Agricultura, Aspectos Analíticos e Implicações nas Políticas Públicas a Experiência Francesa e o Caso do Brasil	UFRRJ (UFSC/UFRJ - EMBRAPA - UNICAMP	Renato Sérgio Jamil Maluf	INAPG-école Doctorale ABIES	Bernard Roux	SOCIAIS APLIC.
396/02/04	Segmentação e Indexação de Imagens: adequação algoritmo arquitetura e aplicações	UFMG/UNICAMP	Arnaldo de A Araujo	CCI Paris	Mohamed Akil	EXATAS/TERRA
397/02	Mecânica Quântica de Sistemas Complexos	USP(UERJ)/Encer.RM/03	Mauricio Porto Pato	Univ. Paris Sud/CNRS	Oriol Bohigas	EXATAS/TERRA
398/02/04	Aplicações e Infra-Estrutura para Vídeo Interativo em Banda Larga	PUC-RJ	Luiz Fernando Gomes Soares	Unv.Clermont	Philippe Mahey	EXATAS/TERRA
399/02/04	Modelos,Formalismos,Técnicas e Ferramentas para Concepção,Avaliação e Visualização de Interfaces WWW com Usabilidade	UFRGS	Carla Maria Dal Sasso Freitas	Université Toulouse I	Philippe Palanque	EXATAS/TERRA

400/02/04	Interação entre Modelos Formais para Sistemas de Supervisão e Informação	UFSC	Guilherme Bitencourt	Université Paul Sabatier	Christophe Sibertin Blanc	ENGENHARIAS
401/02/04	Línguas da Amazônia Estudos de Modalidade Cognitiva e Estudos de Prosódia	UFRJ (UFPa/USP/M. Goeldi)	Marilia Lopes C.Faco	Université de Paris 7	Jon Landaburu	HUMANAS
402/02/04	Narrativas e imagens Redescobertas do Brasil	UFRGS (USP)	Sandra J. Pesavento	EHESS/CRAL PARIS	Jacques Leenhardt	HUMANAS
403/02	Contatos Interculturais Identidades Migrantes na Literatura	UFPE/Encer.RM/03	Sebastien Joachim	Uni. B. Pascal - Clermont Ferrand	Alain Montandon.	HUMANAS
404/02/04	Estudo Clinico Epidemiológico e Biomolecular do Vírus da Hepatite B,C e Hepatite Criptogênica no Trópico Seco e no Trópico Úmido Brasileiro.	UFBA	Raymundo Paraná	INSERM LYON	Christian Trepo	SAÚDE
405/02/04	Complexo Sialoglicoproteínas Transialidase de Formas Infectivas de Diferentes Amostras de Trypanossoma Cruzi: estudo da estrutura molecular e aspectos imunobiológicos	UFRJ	Lúcia Mendonça Previato	Uinv. Limoges	Bernard Bouteille	BIOLÓGICAS
406/02/04	Caracterização , Origem e Evolução das Argilas Lateríticas de Minas Gerais,Brasil:Pesquisas de novas aplicações Ambientais	UFOP	Angélica F. Dromund C. Varajão	IRD-CEREGE/LEM	Fabrice Colin	EXATAS/TERRA
407/02	Evolução do Genoma do Vírus da Dengue e Virulência	IBMP-FIOCRUZ	Claudia N. Duarte dos Santos	Inst.Pasteur	Armelle Delécluse e Philippe Despres	SAÚDE
408/02/04	Correlações Quânticas Espaciais e Temporais : Aplicações à informação quântica	UFF/UFRJ/USP	Antonio Zelaquett Khoury	Univ.Paris VI	Claude Fabre	EXATAS/TERRA
409/02/04	Desafios da Mundialização e as Dinâminas Regionais no Brasil e na América do Sul	USP	Amália Inés Geraiges Lemos	ENS	Hervé Thery	HUMANAS
410/03/05	Engenharia de Lipases por Evolução Molecular Dirigida para Utilização em Biocatálise	UFPR	Nadia KRIEGER	Laboratoire de Biocatalyse et Chimie Fine - CNRS Faculté des Sciences de Luminy - Marseille	Jacques C. Baratti	EXATAS/TERRA
411/03/05	Síntese de Polímeros Líquidos Cristalinos Termotrópicos e sua Caracterização em Estado não Confinado , em Aerogéis de Silício Nanoestruturados e em Solução Concentrada	UFRGS(UNICAMP)	Nadya Pesce da SILVEIRA	Lab. de Spectrométrie Physique - UJF -Grenoble	Françoise EHRBURGER-DOLLE	EXATAS/TERRA
412/03/05	Processos Físicos - Hídricos e Biogeoquímicos no Pantanal da Nhecolândia e suas Representações Espaciais (MS-Brasil)	USP	José Pereira de QUEIROZ NETO	Dynamique des Milieux et Risques Univ. Paris 7	Monique FORT	HUMANAS
413/03/05	Síntese e Caracterização de Fases Intermetálicas fora do Equilíbrio Produzidas por Hiperpressão de Hidrogênio : aplicações em ligas de elevado desempenho catalítico e aços austeníticos	UFRJ	Dilson Silva dos SANTOS	Lab. de cristallographie Univ. Grenoble	Daniel FRUCHART	ENGENHARIAS
414/03/05	Materiais Celulares Fluídos	UFRGS	Jose Roberto IGLESIAS	Univ. Grenoble I -St Martin d'Hères	François GRANER	EXATAS/TERRA
415/03	Interação Cordilheira - Pontos Quentes (Hotspots) no Atlântico Sul	UFF	Sidney Luiz de MATOS MELLO	Inst. Européen de la Mer - Plouzané	Marcia MAIA	EXATAS/TERRA

416/03/05	Fases Inhomogêneas Nanoscópicas em Materiais Magnéticos e Supercondutores	UFRGS	Gerardo Guido MARTINEZ PINO	Institut de Chimie Univ . Rennes 1	Octavio PENA	EXATAS/TERRA
417/03/05	Desnutrição Pregressa e Desenvolvimento Neuromotor : uma abordagem à luz da engenharia biomédica	UFPE	Raul MANHAES DE CASTRO	Univ. de Technologie de Compiègne	Francis GOUBEL	SAÚDE
418/03/05	Planejamento e Síntese de Substâncias de Origem Natural e Derivados com Potencial Atividade Farmacológica	UFRGS	Grace GOSMANN	Lab. de Chimie Thérapeutique Fac. de Pharmacie, UPJV - Amiens	Dominique GUILLAUME	SAÚDE
419/03/05	Participação do SF-1 e DAX-1 na Fisiopatogenia dos Tumores de Supra Renal da Criança nas Regiões com Maior Incidência Mundial (Paraná e São Paulo)	UFPR	Bonald CAVALCANTE	Inst. de Génétique et de Biologie Moléculaire et Cellulaire - Illkirch	Enzo LALLI	SAÚDE
420/03	Enovelamento , Conformação e Agregação de Proteínas em Estados Funcionais e Patológicos	UFRJ	Jerson L. SILVA	Centre de Biochimie Structurale - Montpellier	Catherine ROYER r	BIOLÓGICAS
421/03/05	Plasticidade Cerebral e Adaptação Funcional após o Transplante de Mãos	UFRJ (UERJ)	Claudia VARGAS	Inst. Sc. Cognitives - Bron	Angela SIRIGU	BIOLÓGICAS
422/03/05	Fotoquímica de Fibras Lignocelulósicas :desenvolvimento de painéis fotoestáveis e compósitos reforçados com fibras naturais	USP/S.Carlos	Elisabete FROLLINI	Laboratoire de Chimie des Substances Végétales - Talence - Univ. Bordeaux 1	Alain CASTELLAN	EXATAS/TERRA
423/03/05	Estudo das Possibilidades de Fabricação de Peças em Madeira Artificial a Partir da Fibra de Côco e de Ligantes Poliméricos	UFRJ	Leila Léa Yuan VISCONTE	LEBLANC Univ. P. & M. Curie (Paris 6) - Rhéologie et Mise en Œuvre des Polymères Vitry-sur-Seine	Jean Léopold .	ENGENHARIAS
424/03/05	Valorização do Óleo Essencial de Vétiver - Investigação Científica e Tecnológica	UNICAMP/renovado 1 ano	Maria Angela de Almeida MEIRELES	Lab. de Chimie Biomoléculaire - Ecole Nationale Supérieure de Chimie de Montpellier	Chantal MENUT	C. AGRÁRIAS
425/03/05	Controle de Sistemas Dinâmicos	USP	Oswaldo Luis do VALLE COSTA	Univ. Bordeaux I Talence	François DUFOUR	ENGENHARIAS
426/03/05	Sistemas de Representações e Mediação Simbólica da Violência nas Escolas	UnB	Gunther HARTMUT	Lab.de Psychologie sociale Univ. de Provence Aix-en-Provence	Jean-Claude	HUMANAS
427/03/05	Existência e Verdade de Montaigne à Leibniz	UFMG	José MAIA NETO	Identité et subjectivité Univ. Caen	Vincent CARRAUD	HUMANAS
428/03/05	Reforma do Estado e Políticas Públicas	FGV (EBAPE)	Paulo Reis VIEIRA e Yann Duzert	GAPP - Département de Sciences sociales de l'ENS de Cachan	Patrice DURAN	SOCIAIS APLIC.
429/03/05	A Cidade , Território Produtivo : redes , cooperações e governanças	UFRJ	Giuseppe COCCO LABTeC	Institut Français d'Urbanisme - Marne la Vallée	Alain BOURDIN	HUMANAS
430/03/05	Redes de Sociabilidade na Guiana Oriental - História e Etnologia Indígena	USP	Dominique TILKIN GALLOIS	Recherche en Ethnologie Amérindienne - Villejuif - Univ. Paris 7	Patrick DESHAYES	HUMANAS

431/03	Saberes Urbanos , Atores Sociais e Acesso à Cidade	IUPERJ (UFRJ)	Licia PRADO VALLADARES	Univ. Paris Val de Marne - Inst. d'Urbanisme de Paris - Créteil	Férial DROSSO	SOCIAIS APLIC.
432/03/05	Mecanismo de Desenvolvimento Limpo e Desenvolvimento Sustentável na Fronteira Agrícola da Amazônia : do Global ao Local	UnB	Marcel BURSTZYN e Doris Sayago	CIRAD Montpellier	Jean-François TOURRAND	BIOLÓGICAS
433/03/05	Pensando o Urbanismo no Século XX : teorias , práticas e métodos	UFRJ	Denise PINHEIRO MACHADO	Ecole d'Architecture Paris-Belleville	Yannis TSIOMIS	SOCIAIS APLIC.
434/03/05	Transporte do Hormônio Tireoideano em Diversos Tecidos : Mecanismos e identificação das proteínas envolvidas	UNB	Francisco de Assis Rocha Neves	Université de Cergy Pontoise	Noureddine Lomri	BIOLÓGICAS
435/03/05	Análise de Diversidade Genética e do Fluxo Genico em Populações de Araucária Angustifolia	UFRJ	Rogério Margis	Institut N. de la Recherche Agronomique de Bordeaux	Antoine Kremer	BIOLÓGICAS
436/03/05	Aplicação da Técnica de RMN ao Estudo de Hexamatalatos Mistos de Nióbio , Vanádio e Tungstênio, Puros e Suportados	UFRJ	Jean-Guillaume Eon	Aix - Marseille III	Stefano Caldarelli	EXATAS/TERRA
437/03/05	Análise de Dados de Processos Industriais	USP /EP	Roberto Guardani	École Nationale Supérieure des Ingenieurs em Arts Chimiques e Technologiques	Xavier Joulia	ENGENHARIAS
438/03/05	Gestão Estratégica de Estados e Mercados	FGV	Eduardo Marques	Paris IX	Jean Marc Siroen	SOCIAIS APLIC.
439/03	Serviço Público e Integração Regional : União Européia e Mercosul	USP	Eros Roberto Grau	Paris I	Gerard Marcou	SOCIAIS APLIC.
440/04/06	Territórios Urbanos e Políticas Culturais	UFBA (UFRJ)	Paola Berenstein Jaques	CNRS/ Paris XI (Paris X e Bourdeaux III)	Henri Pierre Jeudy	SOCIAIS APLIC.
441/04	Parasitoses intestinais na Europa da idade Média à Renascença - e sua influência na nosologa da América Colonial	Fundação Oswaldo Cruz	Adauto José Gonçalves de Araújo	Université de Reims	Françoise Bouchet	BIOLÓGICAS
442/04/06	Sedimentação após as glaciações do Neoproterozóico: caracterização, correlação e implicações paleoambientais do cap carbonates do Brasil e da África centro-ocidental	USP	Ricardo Ivan Ferreira da Trindade	Université de Tolulose-Mirail - Toulose III	Anne Nédélec	EXATAS/TERRA
443/04/06	Teoria de Campos a Temperatura e Densidade Finitas e a Estrutura das Interações Fortes	UFRJ	Carlos Alberto Aragão de Carvalho Filho/ subst. por Eduardo Souza Fraga (UFRJ	Service de Physique Théorique - Paris XI CEA/SACLAY.	Jean Paul Blaizot	EXATAS/TERRA
444/04/06	Propriedades de Galáxias Elípticas e do Meio Difuso nos Grupos e Aglomerados de Galáxias		Gastão B. Lima Neto - USP	Institut d' Astrophysique de Paris - IAP.	Florence Durret/	EXATAS/TERRA
445/04/06	Modelos de Cooperação , Coordenação e Comunicação Aplicados à Cadeia de Fornecedores	UNICAMP	João Maurício Rosário	LAAS/CNRS	Robert Valette	ENGENHARIAS
446/04/06	Peptídios Biotecnológicos Aplicados à Pesquisa de Novos Tratamentos dos Envenenamentos e das Complicações da Hemofilia A	UFMG	Marcelo Matos Santoro	Montpellier I	Claude Granier	BIOLÓGICAS

447/04/06	Sociologia da Experiência Privada e Pública no Brasil e na França : a república no cotidiano- conflitos sociais, ações coletivas , engajamentos associativos e provas pessoais	UFF	Roberto Kant de Lima	Paris X	Daniel CEFAI	HUMANAS
448/04/06	Comportamento Crítico e Dinâmico de Fluidos	UFRGS	Marcia Cristina Bernardes Barbosa	Paris XI	Emmanuel Trizac	EXATAS/TERRA
449/04/06	Desenvolvimento Territorial Sustentável : diagnóstico de potencialidades e obstáculos em zonas rurais dos estados da Paraíba e Santa Catarina	UFSC	Paulo Henrique Freire Vieira	Université de Tours	Jean-Paul Carrière	SOCIAIS APLIC.
450/04/06	Concepção de Sistemas Distribuidos de Tempo Real: aplicação aos sistemas críticos e aos sistemas multimídia	UFSC	Jean-Marie Farines	Laboratoire D1 Automat. Et D'Anal. Des Systemes	Jean-Pierre Courtiat	EXATAS/TERRA
451/04/06	Bioterapia de Célula Muscular Esqulética : análise de fatores implicados na sobrevivência de mioblastos humanos após transplante	FIOCRUZ	Suse Dayse Silva Barbosa	Faculté de Medicine Pitie Salpetriere	Vincent Mouly	BIOLÓGICAS
452/04	Desenvolvimento das competências pragmáticas na criança: desafios cognitivos e interacionais.	USP	Lélia Erbolato Melo	Université de Paris V	Chistian Hudelot	HUMANAS: LING. LET. ART.
453/04/06	Novos modelos para a abordagem numérica da degradação, localização e instabilidade em materiais porosos	USP/ São Carlos	Wilson Sergio Venturini	Ecole Normale Superiure de Cachan	Ahmed Benallal	ENGENHARIAS
454/04/06	O processo de Expansão e de memorização textual: uma abordagem baseada na interação entre a modernização textual e os distúrbios de pessoas idosas e de pacientes com esquecimentos benignos ou com doença de alzheimer	UFRGS	Maria Alice Parente	Université de Toulouse-Mirial - Toulouse III	Jean-Luc Nespoulous	HUMANAS
455/04/06	Materiais Amorfos Nanoestruturados com propriedades luminescentes	USP/ São Carlos	Antônio Carlos Hernandes	Laboratoire de Cristallografhie	Alain Ibanez	EXATAS/TERRA
456/04/06	Física de Lasers e Atomica: Espectrospia e Dinamica Não Linear	UFPE	Jose Roberto Rios Leite	Université de Paris XIII	Daniel Bloch	EXATAS/TERRA
457/04/06	Propriedades Óticas de Pontos Quânticos Semicondutores	UFC	Gil de Alquino Farias	Ecole Normale Superiure (ENS)Paris	Robson Ferreira	EXATAS/TERRA
458/04	Novos materiais compósitos naturais a partir da ultilização de recursos renováveis	USP/ São Carlos	Antonio Aprigio da Silva Curvelo	INP Grenoble	Alain Dufresne	EXATAS/TERRA
459/04	Dinâmica e estrutura de sistemas vitrosos	UFRGS	Daniel Adrian Stariolo	Université de Montpellier II	Walter Kob	EXATAS/TERRA
460/04/06	Nanomagnetismo Molecular: Síntese e estudo das Propriedades de Nanofios Magnéticos	UFMG	Humberto Osório Stumpf	Université de Paris-SUD - Paris XI	Yves Journaux	EXATAS/TERRA
461/04/06	Governar com participação	UFPA	Gutenberg Armando Diniz Guerra	Université Paris-Nord	Pierre Teisserenc	SOCIAIS APLIC.
462/04/06	Técnicas de Controle e Otimização Aplicada a Sistemas Mecânicos	UFU	Domingos Alves Rade -	Université de Besancon	Marc Berthillier/	ENGENHARIAS

463/04/06	Potencial implicatin of dendritic cell in the Hepatitis C Virus re-infection of transplanted hepatic tissue	USP	Carlos Augusto Pereira	Universté de Strasbourg	Françoise Stoll Keller	BIOLÓGICAS
464/04	Estudo das calotas glaciais e as mudanças globais	UFRGS	Jefferson Cardia Simões	Laboratoire de Glaciologie Et Géophysique de L'Environnemen	Robert J. Delmas	EXATAS/TERRA
465/04	Algorítimos e Combinatória para problemas de Biologia Computacional	UFPE	katia Silva Guimarães	Université Lyon - I	Marie France Sagot	EXATAS/TERRA
466/04/06	Integração de novas tecnologias no ensino de matemática e modernização do conhecimentos dos alunos	UFPE	Marcelo Câmara dos Santos	Univ. Scientifique Med. Grenoble I	Jean-François Nicaud	HUMANAS
467/04/06	Desenvolvimento de Modelos Matemáticos e Computadores para Escala de Agente de Saúde e Veículos de Combate à Dengue, atraves da Programação por Restrições	UFRJ (UECE)	Marcos Jose Negreiros Gomes	Université D'Avignon	Philippe Michelon	ENGENHARIAS
468/04/06	Interações de Mercado ; aspectos teóricos e aplicados	FGV/EPGE	Paulo Klinger Monteiro	Université de Cergy Pontoise/Paris I	Jean Mercenier	SOCIAIS APLIC.
469/04/06	Identidades Culturais e Cidadanias	Universidade Federal Fluminense	Roberto da Silva Fragale Filho	Université de Montpellier I.	Michel Mialle	SOCIAIS APLIC.
470/04	Grupóides e Geometria não comutativa : aplicações à teoria do índice e aos sistemas dinâmicos	USP	Severino Toscano do Rego Melo	Université d' Orleans	Jean - Renault	EXATAS/TERRA
471/04	Materiais Nanoestruturados para Aplicação em Luminescência	UNESP	Sidney José Lima Ribeiro	Centre d' Elaboration de Matériaux et d' Études Structurales	Jeanette Dexpert - Ghys	EXATAS/TERRA
472/04	Estudo da Permeação do Hidrogênio via Técnicas Eletroquímicas	UFRJ	Oscar Rosa Mattos	Université Pierre et Marie Curie - Paris VI	Claude Gabrielli	EXATAS/TERRA
473/04	Abordagem Geotécnica e Ambiental para Implementar a Segurança e a Durabilidade de Sistemas de Disposição de Resíduos Sólidos Urbanos	USP/São Carlos	Orencio Monje Vilar	Université Joseph Fourier - Grenoble	Jean Pierre Gourc	EXATAS/TERRA
474/04	Gestão dos Recursos Hídricos e Controle da Poluição em Zonas Agrícolas : Nordeste e Centro -Oeste Brasileiro e Região Mediterrânea da França	UnB	Nabil Joseph Eid	CEMAGREF	Pascal Kosuth	ENGENHARIAS
475/04	DAAD - Computaçao Distribuida com Aplicações e Bancos de Dados Autônomos	UFRJ	Marta Lima de Queiróz Mattoso	Université de Nantes	Patrick Valduriez	EXATAS/TERRA
476/04	Modelagem , Simulação, Controle e Identificação em Dinâmica	Pontífica Universidade Católica do Rio de Janeiro	Rubens Sampaio Filho	Laboratoire de Mec. Et D'Acoustique (CNRS-LMA)	Sergio Bellizzi	EXATAS/TERRA
477/05	Desenvolvimento do Padrão Coletivo em Pressão Dinâmica Franco -Brasiliera em Alta Pressão	UnB	Alberto Carlos Guimarães Castro Diniz	Ecole Nationale Sup. Des Arts et Metiers	Robert Rey	EXATAS/TERRA
478/05	Estudos bioquímicos e genéticos das proteínas codificadas pelo domínio smr: um papel no controle da estabilidade genética?	UFRJ.	Prof. ALVARO AUGUSTO DA COSTA LEITÃO	COMMISSARIAT A L'ENERGIE ATOMIQUE - CEA	Prof. J. PABLO M. R. RADICELLA	BIOLÓGICAS
479/05	Sistemas de Imageamento CMOS Integrados	UFRJ	Antônio Carneiro de Mesquita Filho	Ecole Nationale Sup. De l' Aeronaut et de l' Espace	Pierra Magnan	EXATAS/TERRA

480/05	Racionalidades Práticas	UFRGS	Balthazar Barbosa Filho	Paris I -Univ. Pantheon Sorbone	Jean - François Kervegan	SOCIAIS APLIC.
481/05	Uso de Caulins Amazônicos Nanoparticulados como Cargas Funcionais em Matrizes Poliméricas	UFRGS	Carlos Hoffmann Sampaio	Université de Toulon et du Var	Alain Crespy	ENGENHARIAS
482/05	EMACA: Engenharia de Software para Aplicações Multi-agentes Cooperativas.	PUC-RJ	CARLOS JOSÉ PEREIRA DE LUCENA	UNIVERSITÉ PIERRE-ET-MARIE-CURIE - PARIS VI	JEAN-PIERRE BRIOT	EXATAS/TERRA
483/05	Podzolização das lateritas da alta bacia amazônica: Estudos dos mecanismos e dos fatores controladores da dinâmica evolutiva dos podzóis, das exportações de matéria nas cabeceiras da bacia do Rio Negro e dos depósitos de caolins associados.	USP/ESALQ	CÉLIA REGINA MONTES	UNIVERSIDADE DE PARIS VI.	GEORGES CALAS	EXATAS/TERRA
484/05	Estudo e modelização da dinâmica do nitrogênio e do carbono em sistemas de cultura com cobertura vegetal e sem preparo do solo e em sistemas forrageiros: Análise dos impactos ambientais e adaptação de recomendações técnicas.	UFSM.(EMBRAPA)	Prof. CELSO AITA	INRA-STATION D'AGRONOMIE DE LAON-PERONNE.	Prof. SYLVIE RECOUS	C. AGRÁRIAS
485/05	Análise proteômica de substratos de Proteasome em células leucêmicas.	UnB.	CEZAR MARTINS DE SÁ	Centre de Recherche de biochimie macromoleculaire - CRBM/CNRS.	Prof. OLIVIER COUX	BIOLÓGICAS
486/05	Dimensões da efetividade do Direito Internacional do meio ambiente:uma análise comparativa do contexto da elaboração e da implementação de cinco convenções internacionais na França e no Brasil.	UFSC.	Prof. CHRISTIAN GUY CAUBET	UNIVERSITE D'AIX-PROVENCE	Prof. SANDRINE MALJEAN-DUBOIS	SOCIAIS APLIC.
487/05	SÍNTESE QUÍMICA E ESTUDOS DE PEPTÍDEOS ANTIBIÓTICOS ANFIPÁTICOS POR ESPECTROSCOPIA DE RMN: ESTRUTURA E TOPOLOGIA EM MEMBRANAS DE BICAMADAS LIPÍDICAS.	UFMG	Prof. DORILA PILÓ-VELOSO	UNIVERSITE LOUIS-PASTEUR - STRASBOURG I	Prof. BURKHARD BECHINGER	EXATAS/TERRA
488/05	Diagnose de Falhas e Defeitos em Máquina Assíncrona Alimentada por um Conversor Industrial.	UFCG	Edson Roberto Cabral da Silva	Universté Henri Poincaré	Hubert Razik	ENGENHARIAS
489/05	Controle de Sistemas Mecânicos usando Realimentação Linearizante Robusta e Otimização Multi-critério.	UFSC	Edson Roberto de Pieri	Ecole Normale Superieure de Cachan	Hisham Abou-Kandil	ENGENHARIAS
490/05	O Controle Político da Representação - uma história de Idéias	UNICAMP	Eduardo Roberto Junqueira Guimarães	École Normale Supérieure de Lettres et Sciences Humaines	Jean - Claude Zancarini	HUMANAS
491/05	Contribuição dos inibidores da sintase do Óxido Nítrico para o resgate de neurônios Dopaminérgicos cerebrais em Modelos animais da Doenção de Parkinson.	USP/RP	Profª. ELAINE APARECIDA DEL BEL BELLUZ GUIMARÃES	INSTITUT NATIONALE DE LA SANTÉ ET DE LE RECHERCHE MÉDICALE.	Profª. RITA RAIZMAN-VOZARI	BIOLÓGICAS
492/05	Estudo Comparativo de Duas Invasões Biológicas no Brasil.	UFRGS	Prof. ELGION LUCIO DA SILVA LORETO	CENTRE NATIONAL DE LA RECHERCHE SCIENTIFIQUE.	Prof. PIERRE CAPY	BIOLÓGICAS

493/05	Planejamento, Síntese e Avaliação Farmacológica de Novos Inibidores de PDE4, desenhados como candidatos a protótipos de fármacos anti-inflamatórios.	UFRJ	Prof. ELIEZER J. BARREIRO	UNIVERSITE LOUIS-PASTEUR - STRASBOURG I.	Prof. JEAN-JACQUES BOURGUIGNON	SAÚDE
494/05	Comunicação visual - gênero e formato (CVGF).	UNISINOS	Profª. ELIZABETH BASTOS DUARTE	UNIV. DE LA SORBONNE - NOUVELLE - PARIS III	Prof. FRANÇOIS JOST	SOCIAIS APLIC.
495/05	Utilização de Redes Intra-Chip em SoCs: Projeto, Reconfiguração e Teste.	PUC/RS.	Prof. FERNANDO GEHM MORAES	UNIV. MONTPELLIER 2 - LIRMM (LABORATOIRE D'INFORMATIQUE.)	Prof. LIONEL TORRES	EXATAS/TERRA
496/05	Líquidos Magnéticos: Síntese, Estabilidade Coloidal, Comportamento Magnético e Magneto-ótico.	UnB	Prof. FRANCISCO AUGUSTO TOURINHO	UNIVERSIDADE DE PARIS VI.	Profª. RÉGINE PERZYNSKI	EXATAS/TERRA
497/05	Confiança no Funcionamento de Grades Computacionais.	UFCG	Prof. FRANCISCO VILAR BRASILEIRO	INSTITUT DE RECHERCHE EN INFORMATIQUE ET SYSTÈMES ALÉATOIRES.	Prof. MICHEL HURFIN	EXATAS/TERRA
498/05	Eletrodos Pt-M1-M2 (M1 e M2 + Ir, Mo, RU, Rh, W, Sn, etc) para a oxidação de etanol. Aplicação em células à combustível com oxidação direta de etanol (DEFC).	USP/SC	Prof. GERMANO TREMILIOSI FILHO	UNIVERSITE DE POITIERS.	Prof. BONIFACE KOKOH	EXATAS/TERRA
499/05	Práticas e Metodologias da Sócio-História do Político	UFRGS	Hélgio Trindade	Département de Science Politique de l' Univ. de Sorbonne	Michel Oferlé	SOCIAIS APLIC.
500/05	Novos fenômenos eletrônicos relacionados com a transição metal-isolante.	UNICAMP	Prof. IAKOV V. KOPELEVITCH	UNIVERSITE DE TOURS.	Prof. JEAN-CLAUDE SORET	EXATAS/TERRA
501/05	Mecanismo de crescimento, estabilidade termodinâmica e desempenho elétrico de filmes dielétricos de alta permissividade para a nanotecnologia do silício	UFRGS	ISRAEL JACOB RABIN BAUMVOL	UNIVERSITÉ PARIS 11.	MARIE-CHRISTINE HUGON	EXATAS/TERRA
502/05	PALADACICLOS E RUTENACICLOS COMO PRECURSORES CATALÍTICOS ASSIMÉTRICOS	UFRGS	Prof. JAIRTON DUPONT	UNIVERSITE LOUIS-PASTEUR - STRASBOURG I.	Prof. MICHEL PFEFER	EXATAS/TERRA
503/05	Modelagem numérica de sistemas eletromagnéticos	UFSC	JOÃO PEDRO ASSUMPÇÃO BASTOS	Université de Sciences et Technologiees de Lille	Stéphanie Clenet	ENGENHARIAS
504/05	PLAVIS: Platform for Software Validation & Integration on Space Systems.	USP/SC.	Prof. JOSÉ CARLOS MALDONADO	INSTITUT NATIONAL DES TÉLÉCOMMUNICATIONS.	ANA CAVALLI	EXATAS/TERRA
505/05	Em busca do controle elétrico das propriedades magnéticas de nanomateriais.	UFRJ.	JOSÉ D'ALBUQUERQUE E CASTRO.	LABORATOIRE LOUIS NEEL.	DOMINIQUE GIVORD	EXATAS/TERRA
506/05	Cosmologia e Gravitação.	UFES	Prof. JÚLIO CÉSAR FABRIS.	IAP	PATRICK PETER.	EXATAS/TERRA
507/05	Fabricação de biossensores miniaturizados pela técnica de impressão por microcontato para detecção de pesticidas.	USP.	Prof. LÚCIO ANGNES	ECOLE CENTRALE DE LYON.	Prof. NICOLE JAFFREZIC-RENAULT	EXATAS/TERRA
508/05	Síntese e caracterização de polímeros naturais, copolímeros e polímeros condutores para o desenvolvimento de novos materiais nanoestruturados	UFSCAR	LUIZ ANTÔNIO PESSAN	Laboratoire de Chimie des polymeres organiques	YVES GNANOU	ENGENHARIAS
509/05	Functional genomic analysis of Common Vaiable ImmunoDeficiency (CVID) patients.	USP	LUIZ VICENTE RIZZO.	Laboratoire d'immonologie celluaire Chu Pitie-Salpetriere	CHRIS	BIOLÓGICAS

510/05	Ensino-aprendizagem da escrita na formação de profissionais de nível universitário.	USP	Prof. MANOEL LUIZ GONÇALVES CORRÊA	Université Grenoble III	FRANCIS GROSSMANN.	HUMANAS
511/05	A participação das línguas africanas na constituição do português brasileiro	USP.	MARGARIDA MARIA TADDONI PETTER	CNRS-LLACAN	BERNARD CARON	HUMANAS
512/05	Classificação de catalisadores ácidos e básicos para a transesterificação do óleo de mamona com etanol.	UFBA.	M. DA GRAÇA MARTINS CARNEIRO DA ROCHA	INST. DE RECHERCHE SUR LA CATALYSE.	Profª. NADINE ESSAYEM	EXATAS/TERRA
513/05	Eestudos bioeletroquimicos de quinonas, diazoderivados e quinonametideos. Emprego de estratégias eletroquímicas e ultramicroeletroquímicas na elucidação de mecanismos de ação farmacolócia in vitro e in vivo. Eletroquímica de organometálicos quirais.	UFAL	MARÍLIA OLIVEIRA FONSECA GOULART	ENS - PARIS.	CHRISTIAN AMATORE	EXATAS/TERRA
514/05	Biodisponibilidade dos elementos potencialmente tóxicos nos solos de uso agrícola na região do Cerrados: estudo de sua especiação na fase sólida e na solução do solo	UFV	MAURICIO PAULO FERREIRA FONTES.	UNIVERSIDADE DE PARIS VI.	Prof. THIERRY BECQUER	C. AGRÁRIAS
515/05	Controle da Expressão Gênica em Angiospermas.	UNICAMP	MICHEL GEORGES ALBERT VINCENTZ.	INST. NAT. DE LA RECH. AGRONOMIQUE DE VERSAILLES.	CHRISTIAN MEYER.	BIOLÓGICAS
516/05	Modelagem Hidrológica Atmosférica Aplicada à Gestão de Grandes Bacias Hidrograficas	UFRJ	Otto Correa Rotunno Filho	Université Paul Sabatier - Toulouse III	Bernard Dupre	ENGENHARIAS
517/05	Implantação de gases inertes em silício: otimização do aprisionamento local de impurezas em condições de baixa carga térmica.	UFRGS.	Prof. PAULO FERNANDO PAPALEO FICHTNER	UNIVERSITE DE POITIERS.	Prof. JEAN FRANÇOIS BARBOT	EXATAS/TERRA
518/05	Redes de sensores inteligentes de baixo consumo e comunicação sem fio.	UFCG	Prof. RAIMUNDO CARLOS SILVÉRIO FREIRE.	UNIVERSITÉ PIERRE-ET-MARIE-CURIE - PARIS VI.	Prof. ALAIN GREINER.	ENGENHARIAS
519/05	Interação entre o Sistema Imunológico e Circadiano: influêncuia de corticosterona na síntese de melatonina.	USP	REGINA PEKELMANN MARKUS	UNIVERSITE STRASBOURG I.	VALÉRIE SIMONNEAUX.	BIOLÓGICAS
520/05	Circulação Internacional de Elites Intelectuais	UFSCAR	ROBERTO GRÜN	EHESS	Monique de Saint-Martin	SOCIAIS APLIC.
521/05	Estudos dos mecanismos celulares e moleculares implicados nos efeitos vasodilatador e anti-hipertensivo de um extrato de casca de uva vinífera	UFRJ	ROBERTO SOARES DE MOURA	UNIVERSITE LOUIS-PASTEUR - STRASBOURG I.	VALERIE BARBARA SCHINI-KERTH	BIOLÓGICAS
522/05	Pirimidinas e 1,2,4-oxadiazóis contendo uma unidade de carboidrato: Síntese e Atividades Biológicas	UFPE	SEBASTIÃO JOSÉ DE MELO	UNIVERSITÉ CLAUDE BERNARD - LYON I.	Prof. DENIS SINOU.	EXATAS/TERRA
523/06	Avaliação do uso de laser de baixa potência e/ou luz não coerente em associação a fármacos fotossensibilizantes no processo de cicatrização de tecidos conjuntivos.	USP	Antonio Cláudio Tedesco	Univ. Paris V	Bernard Coulomb/	SAÚDE
524/06	Processos e modalidades da manifestação dos ambientes urbanos. Os espaços públicos : Um ensaio da experiência *in loco*	USP	Carlos Celso do Amaral e Silva-	CNRS	Jean-Paul Thibaud/Cresson -	SOCIAIS APLIC.

525/06	Fotodinâmica da matéria carbonada, da fase gasosa a fase sólida, estudada através da radiação síncroton: Aplicação aos pequenos hidrocarbonetos de interesse atmosférico e aos polímeros.	UFF	Carlos Eduardo Fellows -	Univ. de Paris -Sud - Paris XI	Dolores Gauyacq/	EXATAS/TERRA
526/06	Organização sonora do português brasileiro e aplicações à área da saúde – Prosódia e Nasalidade.	UFMG	César Augusto da Conceição	Lab. Parole et Languate - CNRS	Daniel Hirst/	HUMANAS
527/06	As modernidades alternativas : Brasil, América Latina e Europa.	UFF	Daniel Aarão Reis Filho -	Univ. Robert Schuman	Denis Rolland/	HUMANAS
528/06	Geóide para a Bacia Amazônica.	USP	Denizar Blitzkow -	Lab. D'Etudes Géophys. et Océan. Spatiales	Stephane Calmant/	EXATAS/TERRA
529/06	Reatividade cruzada de epítopos de linfócitos TCD4+ dominantes contidos em isolados franceses e brasileiros do HIV – 1 : relevância para futura definição de vacinas.	USP	Edécio Cunha Neto -	/Univ. Pierre et Marie Curie - Paris VI	Brigitte Autran	BIOLÓGICAS
530/06	Relação processo de fabricação/propriedades mecânicas dos materiais : Caso do processo de hidroformagem.	USP	Gilmar Ferreira Batalha -	Ecole Centrale de Lille	Suzanne Degallaix-Moreuil/	ENGENHARIAS
531/06	Materiais e tecnologias não convencionais aplicados à eco-construção e à Engenharia Civil.	PUC-RJ	Khosrow Ghavami –	Univ. des Antilles et de la Guyane	Alex Ouensanga/	ENGENHARIAS
532/06	Estudo de reações eletroquímicas diretas e indiretas para formação de ligações C-C e C-Heteroátomo.	UFPE	Marcelo Navarro -	Univ. Paris XII	Jean-Yves Nédeléc/	EXATAS/TERRA
533/06	Caracterização da atividade e modo de ação de proteínas defesa anti-insetos presentes em sementes de leguminosas da flora brasileira.	UFC	Márcio Viana Ramos	INRA-INSA de Lyon	Yvan Rahbé	C. BIOLÓGICAS
534/06	Nanoestruturas de semicondutores magnéticos diluídos de gap estreito para aplicações na spintrônica.	USP	Nei Fernandes de Oliveira Jr -	Lab. des Champs Magnétiques Int. -CNRS	Duncan Maude/	EXATAS/TERRA
535/06	Preparação, caracterização e avaliação da atividade de micro e de nanopartículas contendo ácido úsnico para o tratamento da tuberculose.	UFPE	Nereide Stela Santos Magalhães	Univ. Paris XI	Gilles Ponchel/	SAÚDE
536/06	Efeito Casimir e aplicações.	UFRJ	Paulo Américo Maia Neto -	Ecole Normale Superieure - Paris	Astrid Lambrecht/	EXATAS/TERRA
537/06	Análises estruturais e funcionais de toxinas de venenos para novas aplicações teraputicas e biotecnológicas.	UFMG	Paulo Sérgio Lacerda Beirão -	Univ. de Montpellier I	Frank Molina/	BIOLÓGICAS
538/06	P(AD)2: Processamento de alto desempenho e ambientes distribuídos.	UFRGS	Philippe Olivier Alexandre Navaux -	INRIA	Brigitte Plateau/	EXATAS/TERRA
539/06	O uso de bactérias lácticas contra patógenos : Do controle de ecossistemas complexos às vacinas vivas.	UFMG	Sérgio Costa Oliveira -	Ecole Nat. Sup. Agron. De Rennes	Yves Le Loir/	BIOLÓGICAS
540/06	Desenvolvimento de sistemas nanoparticulados e microparticulados para a vetorização e transporte de moléculas ativas.	UFRGS	Silvia Stanisçuaski Guterres -	Univ. Paris XI-UMR CNRS/	Elias Fattal	SAÚDE

541/06	Estratégias terapêuticas tripanocidas e imunomodulatórias emmodelos animais de infecção crônica por *Trypanosoma cruzi*.	FIOCRUZ	Tania Araújo-Jorge Cremonini -	Univ. Paris XI-UMR CNRS/	Srinivas Kaveri/	BIOLÓGICAS
542/06	Plasticidade glial, interações celulares, origem e desenvolvimento dos tumores primitivos do cérebro.	UFRJ	Vivaldo Moura Neto -	College de France	Hervé Chneiweiss/	BIOLÓGICAS
543/07	Cremona,folheações, politopos e singularidades.	UFRGS	Ivan Edgardo Pan Perez -	U. J. Fourier Grenoble	Gérard Gonzalez - Springer -	EXATAS/TERRA
544/07	Novas ferramentas matemáticas de processamento de sinais para os futuros sistemas de comunicações multiusuários MIMO sem fio	UFC	João Cesar M. Mota -	Inst. Signaux Syst. Sophie Antipolis	Gérard Favier -	ENGENHARIAS
545/07	Modelagem e recorrência estocástica em sistemas evolutivos.	UNICAMP	Miguel Natalio Abadi -	CNRS Marseille-Luminy	Sandro Vaienti -	EXATAS/TERRA
546/07	Raciocínio espacial em imagens: Modelagem de relações espaciais complexas entre objetos em função de formas e novas abordagens para o reconhecimento de estruturas em sequências de vídeo.	USP	Roberto Marcondes Cesar Junior -	Ecole Nat. Sup. deTelecomm.	Isabelle Bloch -	EXATAS/TERRA
547/07	AdContext - Adaptabilidade com mobilidade contextual e ubiquidade.	UFRGS	José Palazzo Moreira de Oliveira -	U. Sck. Tech. Lille	Alain Derycke -	EXATAS/TERRA
548/07	Sistemas inteligentes de aprendizagem: Afetividade nainteração tutor - aluno.	UFRGS	Rosa Maria Viccari -	I. Nat. Polyt. de Grenoble	Sylvie Pesty -	EXATAS/TERRA
549/07	SAMBA: Segurança, Autonomia, Mobilidade, uBiquidade em redes Avançadas.	UFRJ	Otto Carlos Muniz Bandeira Duarte -	U. Paris VI	Serge Fdida -	EXATAS/TERRA
550/07	Biologia e evolução das espécies sul-brasileiras de *Sisyrinchium L.* (Iridaceae).	UFRGS	Tatiana Teixeira de Souza Chies -	U. Paris XI	Sophie Nadot -	BIOLÓGICAS
551/07	Estudos estruturais e funcionais de lectinas de leguminosas, de algas vermelhas e de invertebrados marinhos em relação a atividade anti-inflamatória.	UFC	Benildo Sousa Cavada -	Centre de Rech. Sur Macromol. Veg.	Anne Imberty -	BIOLÓGICAS
552/07	Impacto da expansão da agricultura nos estoques de C: Especialização e modelagem.	USP	Carlos Clemente Cerri -	IRD Montpellier	Jean Luc Chotte -	C. AGRÁRIAS
553/07	Proteômica de videiras micorrizadas.	UFSC	Paulo Emílio Lovato -	- U. de Bourgogne	Eliane Dumas-Gaudot	C. AGRÁRIAS
554/07	O papel da 1-alfa, 25(OH)2-vitamina D3 na regulação da expressão da aromatase nas células de Sertoli de testículos de ratos imaturos	UFSC	Fátima Regina Mena Barreto-	U. Caen	Serge Rene Carreau -	BIOLÓGICAS
555/07	Estratégias moleculares aplicadas para o melhoramento genético do cafeeiro visando resistência a fitonematóides.	UCB	Maria Fatima Grossi de Sá	U. Montpellier II	Michel Nicole -	C. AGRÁRIAS
556/07	Polímeros biodegradáveis: Nova classe de catalisadores aplicados a produção de poliésteres estereoregulares.	UFRGS	Osvaldo de Lázaro Casagrande	U. Rennes I	Jean-François Carpentier -	EXATAS/TERRA
557/07	Materiais híbridos multifuncionais entre compostos orgânicos e compostos lamelares inorgânicos	USP Rib.Preto	João Barros Valim	U. Blaise Pascal	Fabrice Leroux -	EXATAS/TERRA
558/07	Estrutura e dinâmica de biomoléculas confinadas entre membranas.	USP	Elisabeth Andreoli de Oliveira	Cent. Rech. Paul Pascal	Frederique Nallet -	EXATAS/TERRA

559/07	Efeitos das altas pressões sobre ligas intermetálicas e semicondutoras nanoestruturadas e amorfas produzidas por síntese mecânica.	UFSC	João Cardoso de Lima	U. Pierre et Marie Curie	Alain Polian -	EXATAS/TERRA
560/07	Novos óxidos magnéticos para spintrônica.	UFPR	Dante Homero Mosca Jr.	U. Pierre et Marie Curie	Victor Hugo Etgens -	EXATAS/TERRA
561/07	Física com átomos frios no regime quântico e clássico.	USP São Carlos	Vanderlei Salvador Bagnato	ENS Paris	Christophe Salomon -	EXATAS/TERRA
562/07	Obtenção pela técnica de spark-plasma de nanocompósitos matriz vítrea - nanotubos de carbono.	UFRGS	Carlos Pérez Bergmann -	Centre Rech. d'Ing. de Matériaux	Alain Peigney -	ENGENHARIAS
563/07	Antenas, circuitos e arquiteturas para sistemas de comunicação banda larga.	UFRN	Adaildo Gomes d'Assunção -	Ecole Nat. Sup. Telecommunication	Bernard Huyart -	ENGENHARIAS
564/07	Físico-Química de materiais cerâmicos e híbridos multifuncionais.	UNESP Araraquara	Celso Valentim Santilli -	Synchrotron Soleil	Anne-Marie Flank -	EXATAS/TERRA
565/07	Investigação de vidros ópticos dopados com metais de transição e terras raras para desenvolvimento de dispositivos ópticos e de lasers para o visível e infravermelho médio.	UEM	Mauro Luciano Baesso -	U. Lyon I	Georges Boulon -	EXATAS/TERRA
566/07	Problema da quantização de modelos clássicos não-triviais.	USP	Dmitri M. Guitman -	U. Denis Diderot	Jean-Pierre Gazean -	EXATAS/TERRA
567/07	Propriedades ópticas de novos materiais fotônicos e aplicações.	UFPE	Cid Bartolomeu de Araújo -	U. Rennes I	Marcel Poulain -	EXATAS/TERRA
568/07	Avaliação numérica de ambientes eletromagnéticos em sistemas embarcados a partir de modelos laboratoriais equivalentes de fontes de emissão radiadas.	USP	José Roberto Cardoso -	Ecole Centrale Lyon	Christian Vollaire -	ENGENHARIAS
569/07	*Estudo da relaxação de materiais com regiões altamente excitadas: Produção de novs moléculas orgânicas e emissão de aglomerados moleculares.*	PUC-RJ	Enio Frota da Silveira -	Centre Int. Rech. Ions-Lasers	*Philippe Boduch* -	EXATAS/TERRA
570/07	Filmes finos nanoestruturados para multidetecção catalítica a partir de minerais de terras raras.	UFRN	Carlson Pereira de Souza -	U. Toulon et Du Var	Jean Raymond Gavarri -	ENGENHARIAS
571/07	Processos de remediação de solos de passivos industriais multipoluídos pelo processo de oxidação avançada da escala de laboratório à do terreno.	UFPE	Maurício Alves da Motta Sobrinho -	E. Nat. Sup. Chem. - Nancy	Marie-Odile Simonnot -	ENGENHARIAS
572/07	Cognição musical e estimação do tempo.	USP	José Lino Oliveira Bueno -	U. Bourgogne	Emmanuel Bigand -	HUMANAS
573/07	Um enfoque estratégico de desenvolvimento local: Estudos de casos de APL na região Nordeste do Brasil e sua inserção no mercado internacional.	UFPE	Yony de Sá Barreto Sampaio -	U. Grenoble II	Claude Roland Courlet -	SOCIAIS APLIC.
574/07	Processos de construção de identidades subalternas nas sociedades coloniais e pós-cooloniais em que a escravidão foi o sistema de produção. Abordagem comparativa nos espaços atlânticos, época moderna e contemporânea.	UNICAMP	Robert Wayne Andrew Slenes -	EHESS	Bernard Vincent -	HUMANAS
575/07	Trajetórias, circuitos e redes urbanas, nacionais e transnacionais e seu impacto sobre a arquitetura institucional democrática.	UNICAMP	Vera da Silva Telles - **USP**	U. Toulouse le Mirail	Angelina Peralva -	SOCIAIS APLIC.

576/07	Governança, gestão urbana e desigualdades sócio-espaciais: Interfaces e aportes entre Brasil e França.	UFPE	Suely Maria Ribeiro Leal -	U. de Nantes	François Madore -	SOCIAIS APLIC.
577/07	Economia matemática/Métodos quantitativos.	IMPA	Aloisio Pessoa de Araújo -	U. Toulouse	Jean-Charles Rochet - I	SOCIAIS APLIC.
578/07	Os cenários da urbanidade: Imagens,espaços e identidade.	UFRJ	Paulo Cesar da Costa Gomes -	U. de Pau et Pays de L'Adour	Vincent Berdoulay -	HUMANAS
579/07	Arte, imagem e memória: Horizontes de uma antropologia da imageme da cognição.	UFRJ	Carlos Fausto -	Lab. D'Anthrop. Sociale	Carlos Severi -	HUMANAS
580/07	Arenização e gestão dos recursos hidricos na bacia hidrográfica do Rio Ibicuí - Rio Grande do Sul - Brasil.	UFRGS	Roberto Verdum	U. du Maine	Jeannine Cobornnois -	EXATAS/TERRA
582/07	Mecanismos moleculares implicados na cardiomiopatia diabética.	UFMG	Jader dos Santos Cruz -	Montpellier II	Ana Mª Garcia-Gomez -	BIOLÓGICAS
583/07	Mecanismos de reparação de DNA associados com lesões citotóxicas e genotóxicas induzidas por agentes anticâncer.	UFRGS	João Antonio Pegas Henriques -	I. Nac. de La Santé	Annette Kragh Larsen -	BIOLÓGICAS
584/07	Papel profilático da atividade física sobre as consequências da desnutrição precoce na função miocitária e nas propriedades neuro-mecânicas do músculo esquelético.	UFPE	Celia Maria Machado Barbosa -	U. Tech. Compiegne	Catherine Marque -	SAÚDE
585/07	Paleontologia galáctica.	UFSC	Roberto Cid Fernandes Junior -	Observ. Paris-Meudon	Grazyna Stasinska -	EXATAS/TERRA
586/07	Análise estrutural da deformação gravitacional sobre um nível de "décollement" argiloso nas bacias da margem equatorial brasileira: Interpretação de dados geofísicos e modelagem experimental.	UFF	Cleverson Guizan Silva -	U. des Sciences et Tech. Lille I	Bruno Vendeville –	EXATAS/TERRA
587/07	Vizinhanças solares e missão GAIA.	USP	Ramachrisna Teixeira -	Observ. de Bordeaux	Christine Ducourant -	EXATAS/TERRA
588/07	Reologia da crosta continental, fusão parcial e magmatismo granítico: A faixa Ribeira/Araçuaí (Leste/Sudeste do Brasil).	USP	Marcos Egydio Silva -	Montpellier II	Alain Vauchez -	EXATAS/TERRA
589/08	Medidas maximizantes de Mather, subações, expoentes de Lyapunov.	UFRGS	ARTUR OSCAR LOPES	Univ. Bordeaux I	PHILIPPE THIEULLEN	EXATAS/TERRA - Matemática
590/08	Análise e síntese de controladores para sistemas dinâmicos sujeitos a não - linearidade e atrasos.	UNICAMP	PEDRO LUIS DIAS PERES	Lab. D'Anal. et D'Arch. des Systèmes	SOPHIE TARBOURIECH	ENGENHARIAS - Eng. IV: Eng. Elétrica
591/08	Previsores multigênicos de quimioterapias pré-operatórias de câncer de mama: Como melhorar o desempenho de previsores evitando over-fitting dos dados?	UFMG	ANTÔNIO DE PÁDUA BRAGA	Univ Paris VI - Univ. Pierre et Marie Curie	ROMAN ROUZIER	ENGENHARIAS - Eng. IV: Eletrônica Industrial
592/08	Análise interativa e baseada no cçonteúdo de dados multimídia para aplicações em vídeo digital.	UFMG	ARNALDO DE A. ARAÚJO	ENSEA	SYLVIE PHILIPP-FOLIGUET	EXATAS/TERRA
593/08	Análise do risco de multi-contaminação micotóxica ligada aos fungos do gênero Fusarium: Aspectos toxicológicos em uma espécie alvo e modelo.	UEL	ANA PAULA FREDERICO R. L. BRACARENSE	INRA Toulouse	ISABELLE OSWALD	AGRÁRIAS - Med. Vet.: Patologia animal

594/087	Análise fisiogenômica de linhagens industriais de *Saccharomyces cerevisiae* para estudo da rede de regulação dos genes associados à produção de aromas em processos fermentativos.	UFPE	MARCOS ANTONIO DE MORAIS JUNIOR	INRAT Toulouse	JEAN MARIE FRANÇOIS	C. BIOLÓGICAS I: Genética Molecular
595/08	Adaptação de plantas a estresses abióticos: Análises transcriptômicas da resposta ao estresse por alumínio e ferro em arroz.	UFPEL	ANTONIO COSTA DE OLIVEIRA	Univ. de Perpignan	OLIVIER PANAUD	C. Agrárias: Fitotecnia
596/08	Estudos bioquímicos e moleculares da interação polyvirus/planta.	UNESP - Botucatu	RENATE KRAUSE SAKATE	INRA	SYLVIE GERMAN RETANA	C. Agrárias: Fitossanidade
597/08	Modulação de funções de neutrófilos por galectina - 3.	USP - Rib. Preto	Mª CRISTINA R. ANTUNES PEREIRA	Hospital Necker	LISE HALBWACHS MECARELLI	C. BIOLÓGICAS III: Imunologia
598/08	Research and development of oxygen reduction electrocatalysts for alkaline fuel cell systems.	USP - S. Carlos	EDSON ANTONIO TICIANELLI	INPT Grenoble	MARIAN CHATENET	EXATAS/TERRA Quím: Físico-Química
599/08	Concepção, miniaturização e caracterização de antenas compactas de baixo custo para sistemas de comunicação sem fio emergentes.	UFCG	GLAUCO FONTGALLAND	INPT Grenoble	Smail Tedjini	ENGENHARIAS IV: Telecomunicações
600/08	Propriedades estruturais e magnéticas de compostos tetragonais e ortorrômbicos do tipo (M1, M2) (NB, Ta, Sb) 2o6, onde m1 e m2 são metais de transição 3D (Fe, Co, Ni).	UFRGS	JOÃO BATISTA MARIMON DA CUNHA	Univ. Joseph Fourier - Grenoble	OLIVIER ISNARD	EXATAS/TERRA - física
601/08	Valorização energética de resíduos florestais e madeireiros através do tratamento térmico.	ESALQ	JOSÉ OTAVIO BRITO	ENGREF - AGRO -PARISTECH	PATRICK PERRÉ	C. Agrárias: Energia de Biomassa
602/08	Confiabilidade dos sistemas eletrônicos embarcados.	UFSC	ADROALDO RAIZER	Univ. Pierre et Marie Curie	LIONEL PICHON	Engenharias
603/08	Controle da preparação de catalisadores multimetálicos por via redox e grafting organometálica de superfície.	UFBA	MARIA DO CARMO R. SANTOS VARELA	Univ. de Poitiers	FLORENCE EPRON	EXATAS/TERRA: Quím.: Físico-Química
604/08	Análise de sensibilidade topológica e métodos ede pontos interiores e suas aplicações na resolução de problemas de grande porte em otimização de forma clássica e topológica e em problemas inversos e diretos.	LNCC	ANTONIO ANDRÉ NOVOTNY	Univ. Henri Poincaré - Nancy I	JEAN RODOLPHE ROCHE	ENGENHARIAS. III: Mec. dos sólidos
605/08	Nanotubos de carbono sob condições extremas.	UFC	ANTONIO GOMES DE S. FILHO	Univ. Lyon I	ALFONSO SAN-MIGUEL FUSTER	EXATAS/TERRA - física
606/08	Sistemas Mesoscópicos: Desordem, decoerência e transporte.	CBPF	ALFREDO MIGUEL O. DE ALMEIDA	Univ. Paris XI - Paris - Sud	DENIS ULLMO	EXATAS/TERRA - física
607/08	A fronteira das altas energias: Explorando s modelos de física de partículas elementares no acelerador "Large Hadron Collider" do CERN e em experimentos de neutrinos.	UNESP	ROGERIO ROSENFELD	CEA - SACLAY	CARLOS A. SAVOY	EXATAS/TERRA - física
608/08	Aprendizagem do pensamento e políticas da educação: Aproximações filosóficas.	UERJ	WALTER OMAR KOHAN	Univ. Paris VIII - Paris Vincennes	Hubert Vincent	Humanas - Educação

609/08	Estudo comparativo internacional das marcas corporais auto-infligidas à luz do laço social contemporâneo. Funções das tatuagens e escarificações na economia psíquica dos jovens adultos: Gênese,	USP	NELSON DA SILVA JUNIOR	Univ. Rennes II - Haute Bretagne	ALAIN ABELHAUSER	Sociais Aplicadas - Psicologia: Tratamento e prevenção
610/08	Diferenciação e dinâmica espacial: Escalas, processos e instrumentos de observação.	USP	ANA FANI ALESSANDRI CARLOS	Univ. Paris III - Sorbonne	HERVÉ THÉRY	Humanas: Geografia
611/08	Crises e anátemas da modernidade filosófica: spinoza e Nietzsche como sismos na metafísica da subjetividade.	UFRJ	ANDRÉ MARTINS VILAR DE CARVALHO	Univ. de Reims	PATRICK WOTLING	Humanas: Filosofia: Hist. da Filosofia
612/08	Solidariedades internacionais e transnacionais: Atores, movimentos e redes na perspectiva do Brasil e da França.	UFBA	CARLOS ROBERTO SANCHEZ MILANI	Institut d'Etudes politiques de Paris - Sciences PO	BERTRAND BADIE	SOCIAIS APLICADAS: Administração
613/ 08	Conflitos urbanos, violência e processos de criminalização.	UFRJ	MICHEL MISSE	CNRS et Univ. de Lille I	DOMINIQUE DUPREZ	HUMANAS: Sociol.: Sociologia Urbana
614/08	Internacionalização de serviços: Desafios culturais e tecnológicos da relação de serviço no exterior.	UNB	TOMÁS DE AQUINO GUIMARÃES	Univ. d'Aix Marseille III	JEAN PHILIPPE	SOCIAIS APLICADAS: Administração
615/08	Reorganização do núcleo e a reguação epigenética do gene TP53 no câncer de mama.	UERJ	CLÁUDIA VITÓRIA DE M. GALLO	Inst. Gustave Roussy	YEGOR VASSETZKY	BIOLÓGICAS II: Molecular
616/08	Impacto da ativação da via dos receptores Toll-like sobre a indução e manutenção do estado de tolerância imunológica induzida por células dendríticas tratadas com ácido micofenólico.	USP	NIELS OLSEN SARAIVA CÂMARA	U. de Tours - François Rabelais	FLORENCE VELGE-ROUSSEL	BIOLÓGICAS: C. Biol. III: Imunologia
617/08	Avaliação da função renal fetal: Estudo da vascularização renal fetal e correlação com o prognóstico pós-natal.	USP	MARCELO ZUGAIB	Univ. Paris V - René Descartes	ALEXANDRA BENACHI	SAÚDE: Medicina II: Saúde Materno-Infantil
618/08	Zonas de compactação em rochas reservatório.	UFRJ	JOSÉ LUIS DRUMMOND ALVES	Univ. Louis Pasteur Strasbourg	PATRICK BAUD	ENGENHARIAS. I: Estruturas
619/08	Reações minerais e transferências de elementos químicos ligados às interações soluções-rochas. Aplicação da petrografia quantitativa e da tomografia à análise tridimensional de rochas alteradas	UFRGS	LAURO VALENTIN STOLL NARDI	Univ. de Poitiers	ALAIN MEUNIER	EXTAS/TERRA: Geociências: Geologia
620/08	Preparação e caracterização de nanopartículas carregadas com oligossacarídeos.	UFSC	VALDIR SOLDI	CERMAV - CNRS	REDOUANE BORSALI	QUÍMICA Físico-Química
621/08	Territórios urbanos, práticas de comunicação e integração social.	UFRJ	PEDRO ABRAMO CAMPOS	Univ. Paris Sud XI	Alain RALLET	SOCIAIS APLICADAS: Planejamento Urbano
622/08	Conexidade e separadores	UFRJ	SULAMITA KLEIN	INPG - Grenoble	ZOLTÁN SZIGETI	Teoria da Computação
623/09	RobustWeb: Construção e validação de aplicação de aplicações robustas baseadas em Serviços Web.	UNICAMP	Eliane Martins	Institut Nat. des Télécommunications	Ana Rosa Cavalli/	C. COMPUTAÇÃO - MET. E TÉCNICAS
624/09	sistemas oscilatórios em controle: Modelagem reduzida, análise, identificação e projeto.	ITA	Karl Heinz Kienitz	INRIA	Pierre-Alexandre Bliman	ENGENHARIA IV - ELETR. INDUST. E SIST.

625/09	Estudo do professor e de sua atividade no ensino da matemática: Concepções e recursos em e para sua atuação profissional.	UFPE	Lícia de Souza Leão Maia	Instit. National de Recherche Pédagogique - Lyon	Luc Trouche	ENSINO DE CIÊNCIAS E MATEMÁTICA
626/09	Desenvolvimento de novas técnicas de análise de dados: Aplicação às imagens PolSAR e dados sísmicos.	UFRJ	Alexandre Gonçalves Evsukoff	Université de Savoie	Sylvie Galichet	ENGENHARIA I - E. CIVIL
627/09	Investigação da eletromiografia de superfície como ferramenta no desenvolvimento de dispositivos de comunicação alternativa usados por pacientes portadores de disfunções motoras.	UFU	Alcimar Barbosa Soares	Université de Metz	Guy Bourhis	ENGENHARIA IV - BIOENGENHARIA
628/09	Biomateriais associados a proteínas e sua ação sobre células - novos caminhos para a abioengenharia óssea	UFRJ	Gloria Dulce de Almeida Soares	Institut de Chimie des Surfaces et Interfaces - CNRS	Karine Anselme	MATERIAIS NÃO METAL
629/09	Modulação fenotípica de progenitores endoteliais circulantes: Aplicações ao desenvolvimento de terapias celulares.	UERJ	Verônica Maria M. da Silva	Univ. Paris V	Cathérine Boisson-Vidal	C. BIOLÓGICAS
630/09	Regulação da Cu(I)-ATPase de levedura por cinases: Um modelo para a compreensão da fisiopatogenia das doenças negligenciadas de Menkes e Wilson.	UFMG	Adalberto R. Vieyra	Commissariat a l'Energie Atomique - CEA	Elisabeth Mintz	C. BIOLÓGICAS I - BIOFÍSICA MOLECULAR
631/09	Aspectos fisiológicos e moleculares de atributos de qualidade em frutos.	UFPel	Cesar Valmor Rombaldi	École Nat. Sup. Agronomique de Toulouse	Jean-Claude Pech	AGRÁRIAS: C. ALIMENTOS
632/09	Análise comparativa das interações entre *Spodoptera frugiperda* e seus parasitóides, *Hyposoter didymator* e *Diadegma sp.*	USP ESALQ	Fernando Luis Cônsoli	Univ. Montpellier II	Anne-Nathalie Volkoff	C. AGRÁRIAS - FITOSSANIDADE
633/09	Caracterização das atividades coletivas de forrageamento e construção de ninhos de formigas e térmitas neotropicais e estudo de seu impacto no ambiente	UNESP Botucatu	Luiz Carlos Forti	Univ. de Toulouse	Vincent Fourcassié	C. BIOLÓGICAS I - COMPORT. ANIMAL
634/09	Antecipação motora e ação humana.	UFRJ	Claudia Domingues Vargas	Univ. Lyon I - Claude Bernard	Angela Sirigu	C. BIOLÓGICAS II – FISIOLOGIA
635/09	Aplicação de líquidos iônicos quirais na reação de Heck empregando sais de arildiazônio visando a síntese de compostos.	UNICAMP	Carlos Roque Duarte Correia	Université Toulouse III - Paul Sabatier	Genisson Yves	QUÍMICA - ORGÂNICA
636/09	Átomos gêmeos: Experiência e teoria.	UFRJ	Nelson Velho de Castro Faria	Univ. Paris XI - Paris-Sud	Jacques Robert	ATÔMICA E MOLECULAR
637/09	Materiais para a informação quântica: Uma aliança entre ótica, RPE e RMN.	CBPF	Ivan dos Santos Oliveira Jr.	Laboratoire Aimé Cotton - CNRS	Ivan Lorgeré	EXATAS/TERRA - física - MAT. CONDENS.
638/09	Metrologia e comunicação quântica.	UFPE	Daniel Felinto Pires Barbosa	Laboratoire Kastler Brossel (UPMC, ENS, CNRS)	Nicolas Treps	EXATAS/TERRA - física
639/09	Processamento, evolução da microestrutura e propriedades de aços avançados: melhorias das propriedadesw mecânicas em aços inoxidáveis ferríticos microligados.	UFMG	Ronaldo Antônio Neves Marques Barbosa	Univ. Paris XIII	Brigitte Bacroix	ENGENHARIA - METAL. E DE MINAS
640/09	Produção, manipulação e detecção de emaranhamento em fótons e íons aprisionados.	UFF	Antonio Zelaquett Khoury	Univ. Paris VII - Denis Diderot	Thomas Coudreau	EXATAS/TERRA - física

641/09	Previsão da microestrutura e das propriedades mecânicas de componentes em PTFE a partir da simulação dos processos de fabricação: Compactação e sinterização.	USP São Carlos	Waldek Wladimir Bose Filho	LMT - Cachan/ENS/CNRS/UPMC - Paris VI	René Billardon	ENGENHARIA III - MEC. DOS SÓLIDOS
642/09	Controle de sistemas a eventos discretos. Metodologia e aplicação aos sistemas de produção e de transporte.	UFSC	José Eduardo Ribeiro Cury	École Centrale de Nantes	Jean Jacques Loiseau	ENGENHARIA IV - ELETR. INDUST. E SIST.
643/09	Síntese e caracterização de nanomateriais magnéticos e luminescentes: Aplicações em biologia.	UNESP Ilha Solteira	Marco Antonio Utrera Martines	Centre Interuniversitaire de Recherche et d'Ingénierie des Mat.	Marie Joëlle Menu	ENGENHARIA II – MATERIAIS
644/09	Desenvolvimento de materiais para aplicações ambientais: Filmes finos como fotocatalisadores e sensores.	UFPB J. Pessoa	Ieda Mª Garcia dos Santos	Univ. Rennes I	Maryline Guilloux-Viry	EXATAS/TERRA: QUÍMICA
645/09	Síntese, caracterização e avaliação biológica de nano partículas com superfícies funcionalizadas para utilização em hipertermia e como agente de contraste para imagem por ressonância magnética nuclear.	UNB	Paulo César de Morais	Univ. Louis Pasteur - Strasbourg	Genevieve marie Louise Pourroy	EXATAS/TERRA - física - MAT. CONDENS.
646/09	Estudo da corrosão localizada de ligas complexas com o uso de micro-sondas eletroquímicas *in situ*.	UFRGS	Luís Frederico Pinheiro Dick	Institut Carnot de Bourgogne - CNRS - Univ. Bourgogne	Vincent Vignal/Institut Carnot de Bourgogne	ENGENHARIA II - ENG. DE MATERIAIS
647/09	Os nominais nus e a interface sintaxe-semântica.	UFSC	Roberta Pires de Oliveira	Univ. Paris VII - CNRS	Carmen Dobrovie-Sorin	Letras, ling. artes
648/09	As origens da linguagem filosófica: Estratégias retóricas e poéticas da sabedoria antiga.	UFRJ	Fernando José de Santoro Moreira	Université Paris IV - Pantheon-Sorbonne	Barbara Cassin	HUMANAS: FILOSOFIA - HIST. DA FILOSOFIA
649/09	Pluralidade dos selos de qualidade e arranjos institucionais na França e no Brasil. Contribuição para a aprodução de políticas públicas de desenvolvimento rural sustentável.	UFRRJ	John Wilkinson	Univ. Lyon II	Claire Delfosse	C. HUMANAS
650/09	Desacordos no tempo-estéticas brasileiras e francesas modernas e contemporâneas (séculos XX e XXI).	PUC-RJ	Ana Paula Veiga Kiffer	Univ. Paris VII - Denis Diderot	Christophe Bident	Humanas, letras, ling., lit. comparada
651/09	Tratamento informatizado do léxico: Atlas linguísticos e léxicos especializados.	UFBA	Jacyra Andrade Mota	Univ. Paris XIII	Salah Mejri	Humanas, letras, ling, socioling. e dialética
652/09	Tomada de decisão, sistema de informação e orientação empreendedora nas organizações.	UFRGS	Henrique Mello Rodrigues de Freitas	Univ. Grenoble II - Pierre Mendes France	Jean-Pierre Boissin	SOCIAIS APLICADAS - ADMINISTRAÇÃO
653/09	Associação entre a expressão de HLA-G e seu polimorfismo em cancerologia e transplantes.	USP Rib. Preto	Eduardo Antonio Donadi	Commissariat a l'Energie Atomique - CEA	Philippe Moreau	C. BIOLÓGICAS III - IMUNOGENÉTICA
654/09	Concepção, síntese e determinação de novos ligantes de nAChRs: Potenciais tratamentos em neuropatologias.	UFPE	Suely Lins Galdino	Univ. ParisXI - Paris Sud	Delphine Joseph	SAÚDE - FARMÁCIA - ANÁLISE E CONTR. DE MEDICAM.
655/09	Identificação de fatores de virulência em Leptospira.	UFBA	Mittermayer Galvão dos Reis	Institut Pasteur - Paris	Mathieu Picardeau	C. BIOLÓGICAS III - MICROBIOLOGIA
656/09	Prospecção de substâncias neuroativas e antiparasitárias da flora da Região Sul do Brasil.	UFRGS	Stela Maris Kuze Rates	Univ. de Rouen	Jean Costentin	SAÚDE - FARMÁCIA - FARMACOGNOSIA

657/09	Estudos das modificações comportamentais e moleculares dos circuitos que regulam o comportamento alimentar induzidas pela nutrição perinatal e suas consequências sobre o desenvolvimento da obesidade.	UFPE	José Eulálio Cabral Filho	INRA - Nantes	Francisco Bolaños-Jiménez	SAÚDE - MEDICINA II - DESNUTR. DESENV.
658/09	Origem e evolução dos carbonatos, óxidos de ferros e sulfatos dentro das formações ferríferas bandadas carbonáticas e quartzosas dolomíticos e quartzo itabiritos) do Quadrilátero Ferrífero, MG, Brasil	UFMG	Carlos Alberto Rosière	Univ. Paris XI	Beate Orberger	EXATAS/TERRA - GEOCIÊNCIAS – GEOLOGIA
659/09	Petrologia, geologia isotópica e geocronologia de regiões mineralisadas no embasamento do cráton do São Francisco na Bahia, Brasil.	UFBA	Johildo Salomão Figueiredo Barbosa	Univ. Blaise Pascal	Herve Martin	EXATAS/TERRA - GEOCIÊNCIAS – GEOLOGIA
660/10	Gerenciamento de recursos para computação em grade.	USP	ALFREDO GOLDMAN VEL LEJBM	Institut National Polytecnique de Grenoble	Denis Trystram	C. COMPUTAÇÃO
661/10	Propriedades topológicas e ergódicas dos Sistemas Dinâmicos.	UNESP/SJR Preto	ALI MESSAOUDI	Univ. de Pic	Fabien Durand	MATEM - PROB & EST.
662/10	AMIB - Algoritmos para gerenciamento de imagens em Biodiversidade (Algorithms for Managing Images for Biodiversity.	UNICAMP	CLAUDIA MARIA BAUZER MEDEIROS	Conservatoire National des Arts et Metiers	Valerie Gouet-Brunet	Ciência da Computacao
663/10	Teorias efetivas e técnicas não pertubativas em sistemas de quarks e glúons	UFRJ	CARLOS ALBERTO ARAGÃO DE CARVALHO	Service de Physique Theorique, C.E.N – SACLAY	Edmond Iancu	ASTRONOMIA/FÍSICA
664/10	Novos aspectos da supercondutividade em sistemas fortemente correlacionados	UFF	MÚCIO AMADO CONTINENTINO	Institut Néel	Claudine Lacroix	ASTRONOMIA/FÍSICA
665/10	Contribuição à elaboração de uma base de dados termodinâmica do sistema (Nb)-(Fe- Cr-Al-Y-Si-B)	USP/EEL	GILBERTO CARVALHO COELHO	Université Nancy I	Jean Marc Fiorani	MATERIAIS
666/10	Polímeros conjugados: síntese, caracterização e aplicações.	UFMG	LUIZ ALBERTO CURY	École Nationale Supèrieure de Chimie de Montpellier	Françoise Serein-Spirau	ASTRONOMIA/FÍSICA
667/10	Mecânica estatística de fluidos complexos: matéria condesada soft e dinâmica clássica fora do equilíbrio.	UFRGS	JEFERSON JACOB ARENZON	Universite Pierre & Marie Curie	Leticia Cugliandolo	ASTRONOMIA/FÍSICA
668/10	Espectroscopia Não-linear em novos materias fotônicos	USP / UNIVERSIDADE DE SÃO CARLOS	TOMAZ CATUNDA	Université de Caen	Richard Moncorgé	ASTRONOMIA/FÍSICA
669/10	Nanostructured buffer layer for controlling carbon nanotubes morphology	UNICAMP	FERNANDO ALVAREZ	Universite de Paris Sud XI-Orsay	Tiberiu Minea	ASTRONOMIA/FÍSICA
670/10	Eletrofiação de nanofibras de nanocompósitos de polímeros bioabsorvíveis para uso em suportes de crescimento e regeneração celular.	UFSCAR	ROSARIO ELIDA SUMAN BRETAS	Université Louis Pasteur Strasbourg	Luc Averous	ENG. II: MATERIAS NÃO-METÁLICOS
671/10	Síntese total da tautocimina , testes biológicos e design de análagos estruturais.	UNICAMP	LUIZ CARLOS DIAS	École National Supèrieure de Chimie de Montpellier	Jean-Marc Campagne	QUÍMICA ORGÂNICA
672/10	Dinâmica não-linear e modelagem estocástica	PUC/RJ	RUBENS SAMPAIO FILHO	Laboratoire de Mec. Et Acoustique (CNRS-LMA)	Sérgio Bellizzi	ENG. III: MECÂNICA DOS SÓLIDOS
673/10	Métodos avançados de otimização e controle aplicados a máquinas rotativas com comportamento não-linear	UFU	VALDER STEFFEN JUNIOR	Inst. National de Sciences Apliqués	Jarir Mahfoud	Engenharia

674/10	Acresção magnetosférica em estrelas jovens	UFMG	SILVIA HELENA PAIXÃO ALENCAR	Laboratoire D'astrophysique de Grenoble - Université Joseph	Jérome Bouvier	ASTRONOMIA/FÍSICA
675/10	Nova ferramenta para avaliar a vulnerabilidade dos ecossistemas aos efeitos antrópicos (desmatamento e mudanças climáticas): aplicações dos isótopos de ferro.	UNB	GERALDO RESENDE BOAVENTURA	Université Paul Sebatier - Toulouse III	Franck Poitrasson	GEOLOGIA
676/10	Geoquímica isotópica aplicada à morfogênese e ás análises paleoambientais no estado de Minas Gerais, Brasil.	UFOP	Angelica Fortes Drummond C. Varajao	Univ. d'Aix Marseille III	Régis Braucher	Geologia
677/10	TRANSferência e transformação de METais pesados e Hidrocarbonetos em Solos Antropizados (TRANSMETH).	UFPE	ANTONIO CELSO DANTAS ANTONINO	Univ. de Grenoble	Jean M. F. Martins	ENG I: Recursos Hídricos
678/10	Desenvolvimento e Aplicações de Novas Metodologias Para o Estudo de Interações Proteína-ligantes e Investigação dos Mecanismos Moleculares de Resistência e Fármacos	UFRJ	PAULO MASCARELLO BISCH	Université de Paris-Sud - ParisXI	David Perahia	C. BIOL. II:BIOFÍSICA MOLECULAR
679/10	Regulação das Oxidases duais e sua importância para a biossíntese dos hormônios da tireóide	UFRJ	DENISE PIRES DE CARVALHO	Institut Gustave Roussy	Corinne Dupuy	Ciencias biológicas
680/10	Investigação do papel de elastases no processo inflamatório e no remodelamento tecidual em modelos experimentais de doença pulmonar obstrutiva crônica.	UERJ	LUIS CRISTOVÃO DE MORAES SOBRINO PORTO	Université de Rennes I	Vincent Lagente	C.BIOL. II:CITOLOGIA E BIOLOGIA CELULAR
681/10	Estudo da interação entre fatores ambientais e genéticos em modelos experimentais da doença de Parkison: Novas evidências do papel do óxido nítrico e da mitocôndria em processos neurodegenerativos.	UFSC	JAMIL ASSREUY	Hôpital de la Pitié-Salpêtrière	Olga Corti	C.BIOL. II: FARMACOLOGIA
682/10	Localização aberrante das conexinas em processos de carcinogênese: pesquisa dos mecanismos moleculares.	USP	MARIA LÚCIA ZAIDAN DAGLI	Universite de Poitiers	Marc Mesnil	MED. VET.:PATOLOGIA ANIMAL
683/10	Desenvolvimento de raizes vegetais: controles genéticos e respostas ao ambiente.	UFRJ	ADRIANA SILVA HEMERLY	Université Nice Sophia Antipolis	Janice de Almeida-Engler	BIOTECNOLOGIA
684/10	Projeto Pampa - Pastagens Multifuncionais: Conservação e utilização proativa de Ambientes Pastoris do Sul do Brasil	UFRGS	PAULO CÉSAR DE FACCIO CARVALHO	Institut National de la Recherche Agronomique	Danièle Magda	ZOOTECNIA
685/10	Abordagens bioquímica e molecular dos mecanismos de adaptação das plantas aos estresses abióticos.	UFC	DIRCE FERNANDES DE MELO	Université Henri Poincaré - Nancy I	Yves Jolivet	C. BIOL. I:FISIOLOGIA VEGETAL
686/10	Impacto do aquecimento climático global na fisiologia e no comportamento agronomico de especies frutíferas de clima temperado.	UFPEL	FLÁVIO GILBERTO HERTER	Ecole Nat. Sup. Agronomique de Montpellier	Jean Luc Regnard	C. AGR.: FITOTECNIA
687/10	Biologia Integrativa na produção animal: modelagem de processos e de sistemas de produção de suínos e aves	UFSM	PAULO ALBERTO LOVATTO	Agroampus Ouest	Lucile Montagne/	ZOOTECNIA/ PRODUÇÃO ANIMAL
688/10	Organização e condições do trabalho moderno - emprego, desemprego e precarização do trabalho.	UNICAMP	APARECIDA NERI DE SOUZA	Centre de Recherches Sociol. e et Politiques de Paris	Daniele Linhart	SOCIOLOGIA

689/10	Interações bioculturais e desenvolvimento rural sustentável em região de mata Atlântica: saberes e práticas naturais, mobilidades e dinãmicas territoriais.	UFBA	ANTONIO DA SILVA CÂMARA	Univ. Marc Bloch	Colette Méchin	SOCIOLOGIA: Sociologia Rural
690/10	Teorias lógicas contemporâneas e a filosofia da linguagem: questões epistemológicas e semânticas.	PUC-RJ	LUIZ CARLOS PINHEIRO DIAS PEREIRA	Université de Paris I	Jean-Baptiste Joinet	FILOSOFIA
691/10	O papel do sistema nacional de inovação no crescimento econômico da Ámerica	UFRJ	JOSÉ EDUARDO CASSIOLATO	INRA - Gael, Grenoble et Gredeg - Sophia Antipolis, Nice	Pirr Paolo Saviotti	ECONOMIA INDUSTRIAL
692/10	Gênero, sexualidade e parentesco na contemporaneidade: estudos comparativos França/Brasil.	UFSC	MIRIAM PILLAR GROSSI	Ecole des Hautes Estudes em Sciences Sociales	Agnès Fine	ANTROPOLOGIA / ARQUEOLOGIA
693/10	Ambientes construídos e desenvolvimento sustentável	UFRJ	CLAUDIA MARIZ DE LYRA BARROSO KRAUSE	École Nationale Superieure D'Architec de Toulouse	Pierre Georges Joseph Fernandez	ARQUITETURA E URBANISMO
694/10	Regimes de engajamento particulares e universais em sociedades plurais: processos de administração institucional de conflitos, ações coletivas e demandas de direitos e reconhecimento em perspectiva comparada (Brasil/França).	UFF	MARCO ANTONIO DA SILVA MELLO	École des Hautes etudes em sciences sociales.	Laurent Thévenot	ANTROPOLOGIA / ARQUEOLOGIA
695/10	Novas estratégias para a formação de nanopartículas de metais nobres e suas aplicações em catálise - NAFoNaMeNo	USP	LIANE MÁRCIA ROSSI	École Nat. Sup de Chimie de Rennes	Alain Roucoux	QUÍMICA
696/10	Concepção e otimização de uma arquitetura inovadora para transmissores de sistemas de comunicações móveis.	UNB	PAULO HENRIQUE PORTELA DE CARVALHO	École Nat. Sup. d'Electronique, Inform. et Radiocom. de Bordeaux	José Manuel dos Santos Cruz	ENGENHARIAS IV
697/10	Estruturação de superfícies por plasma.	UFSC	ANA MARIA MALISKA	Institut Jean Lamour (IJL)	Thierry Belmonte	ENGENHARIA II
698/10	Anodos catalíticos para célula a combustível de óxido sólidos operando com etanol.	USP	FÁBIO CORAL FONSECA	Laboratoire d'Electrochimie et de Physicochimie des Matériaux	Laurent Dessemond/	ENGENHARIAS II
699/10	Síntese e caracterização de materiais nanoestruturados aplicados como sensores de gás.	USP	SÉRGIO CARLOS ZILIO	Université Paul Cézanne Aix-Marseille III	François Flory	ASTRONOMIA/FÍSICA
700/11	Utilização de ferramentas numéricas e experimentais para a concepção de estruturas com baixo impaxto ambiental.	UFRJ	Eduardo de Moraes Rego Fairbairn	Lab. Central des Ponts et Chaussees	Pierre Rossi	ESTRUTURAS
701/11	Desempenho de sistemas híbridos sob restrições.	UFSC	Eugenio de Bona Castelan Neto	Centre de Rech. em Automatique de Nancy	Jamil Daafouz	ELETR. INDUSTRIAL
702/11	Trabalho, Inovação e Desenvolvimento Sustentável.	UFRJ	Francisco José de Castro Moura Duarte	INRA	Pascal Beguin	ENG. DE PRODUÇÃO
703/11	Desenvolvimento e miniaturização de filtros, antenas e linhas de transmissâo	USP	Inês Pereyra	INPT – Grenoble	Philippe Ferrari	TELECOMUNICAÇÕES
704/11	Gestão dos meios aquáticos urbanos em função da pressão antrópica em suas bacias.	UFMG	Márcio Benedito Baptista	INSA – Lyon	Sylvie Barraud	ENG. HIDRÁULICA
705/11	Poluição do ar por material particulado em ambientes urbanos e costeiros.	PUC-RJ	Neyval Costa Reis Junior	Univ. du Littoral Côte d'Opale	Hervé Delbarre	FENÔMENOS DE TRANSPORTE

706/11	Multiferróicos e materiais óxidos: das nanoestruturas às manganitas tridimensionais.	UFSCAR	Wilson Aires Ortiz	Université Rennes 1	Octavio Peña	MATERIAIS
707/11	CAMELEON: Métodos Colaborativos e Automáticos para Multilingualização de Léxicos e de Ontologias.	UFRGS	Aline Villavicencio	Université Joseph Fourier	Christian Boitet	CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO
708/11	Sistemas multiprocessados integrados: sincronização, confiabilidade e adaptabilidade.	PUCRS	Fernando Gehm Moraes	Université de Montpellier	Gilles Sassatelli	SIST. DE COMPUTAÇÃO
709/11	Métodos novos em epidemiologia e detecção precoce de eventos.	FGV	Jair Koiller	INRIA	Gauthier Sallet	MATEMÁTICA APLICADA
710/11	Powerfull and widely tunable nonlinear laser sources in the VIS-MIR for spectroscopy and medical applications.	UNICAMP	Flávio Caldas da Cruz	CNAM de Saint Denis	Jean-Jacques Zondy	FÍSICA ATÔMICA E MOLECULAR
711/11	Estudo das propriedades físicas das maiores estruturas do Universo.	USP	Gastão B. Lima Neto	CNRS - Délégation Paris B	Mme Florence Durret	ASTROFÍSICA EXTRAGALÁCTICA
712/11	Formação e evolução de aglomerados estelares jovens na Galáxia.	USP	Jane Gregório-Hetem	CNRS Délégation Alpes – Grenoble	Thierry Montmerle	ASTROFÍSICA ESTELAR
713/11	Capacitação em biogeoquímica da Bacia Amazônia: origem, transformação e destino da matéria orgânica no gradiente hidrográfico entre os igarapés e o encontro das águas.	UFF	Marcelo Corrêa Bernardes	Université Paris Diderot (Paris 7)	Marc Benedetti	GEOCIÊNCIAS
714/11	Pesquisa e desenvolvimento em novos materiais nanocoloidais magnéticos e magneto-óticos.	UNB	Francisco Augusto Tourinho	Université Pierre et Marie Curie (Paris 6)	Régine Perzynski	FÍSICO-QUÍMICA
715/11	Aplicação de catalisadores suportados em nanotubos de carbono na transformação de produtos de origem natural.	UFMG	Rochel Montero Lago	CNRS Délégation Midi-Pyrenées	Maryse Gouygou	QUÍM. INORGÂNICA
716/11	Agroecologia na França e no Brasil: entre redes científicas, movimentos sociais e políticas públicas.	UFPR	Alfio Brandenburg	Université Paris 8	Jean-Paul Billaud	OUTRAS SOCIOL. ESPEC.
717/11	Gestão integrada e sustentável das águas em áreas metropolitanas brasileiras e francesas: novas questões relacionadas ao acesso universal aos serviços de saneamento e as mudanças climáticas.	UFRJ	Ana Lucia de Paiva Britto	CNRS-AgroParisTech	Bernard Barraqué	SERVIÇOS URBANOS E REGIONAIS
718/11	Democracia, poderes e direito.	USP	Ricardo Ribeiro Terra	Université Rennes 1	Catherine Colliot-Thélène	SIST. DE COMPUTAÇÃO
719/11	Espaço das narrativas, dos rituais e das imagens.	UFF	Vânia Leite Fróes	EHESS	Jean-Claude Schmitt	História
720/11	Bactérias lácticas e a imunidade de mucosas: construção de instrumentos genéticos para utilização de bactérias lácticas como veículos carreadores de vacinas gênicas.	UFMG	Anderson Miyoshi	INRA	Jean-Marc Chatel	Genética molecular e de microorganismos
721/11	Sistemas nanoestruturados carreadores de agentes anti-infecciosos.	UFRN	Eryvaldo Sócrates Tabosa	Université Paris 11 - Orsay	Christine Vauthier	FARMACOTECNIA
722/11	Novos nucleosídeos antivirais: síntese e avaliação biológica.	UFPE	Ivan da Rocha Pitta	Université de Grenoble	Jean-Luc Decout	FARMÁCIA

723/11	Caracterização molecular de alvos terapêuticos em patógenos e bioprospecção de novas moléculas ativas com base na biodiversidade.	Universidade de Brasília - UNB	Jaime Martins Santana	Muséum National d'Histoire Naturelle	Philippe Grellier	PROTOZOOLOGIA DE PARASITOS
724/11	A caracterização da função enzimática de novos genes de reparo e novas funções para enzimas conhecidas.	UFRN	Katia Castanho Scortecci	CNRS Délégation Provence et Corse	Robert P. Fuchs	GENÉTICA
725/11	Aplicação de ressonância magnética nuclear no estudo de distrofias musculares.	USP	Mariz Vainzof	Université Pierre-et-Marie Curie (Paris 6)	Pierre Carlier	GENÉTICA HUMANA E MÉDICA
726/11	Estudo de mecanismos de sobrevivência de Leishmania amazonensis no interior da célula hospedeira e da disseminação da infecção aos tecidos do hospedeiro.	FIOCRUZ Bahia	Patricia Sampaio Veras	Université de la Méditerranée	Annie Viallet	CITOLOGIA E BIOL. CELULAR
727/11	Receptores purinérgicos e inflamossomos durante a infecção com patógenos intracelulares: Chlamydia pneumoniae, Leishmania amazonensis e toxoplasma gondii.	UFRJ	Robson Coutinho Silva	CNRS - Université Paris 7	David Ojcius	IMUNOLOGIA CELULAR
728/11	Biotecnologias reprodutivas aplicadas à preservação de raças caprinas naturalizadas do NE brasileiro ameaçadas de extinção.	Universidade Estadual do Ceará – UECE	Vicente José de Figueiredo Freitas	INRA Tours	Pascal Mermillod	REPRODUÇÃO ANIMAL
729/11	Identificação de fatores fisiológicos e moleculares de tolerância ao estresse hídrico em citros.	Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC	Abelmon da Silva Gesteira	CIRAD	Raphael Morillon	GENÉTICA VEGETAL
730/11	Proteínas bioativas de bactérias láticas no controle da alergenicidade e digestibilidade do lactosoro e da multiplicação de microrganismos patogênicos em produtos lácteos.	Universidade de São Paulo – USP	Bernadette Gombossy de Melo Franco	INRA	Thomas Haertlé	C. DE ALIMENTOS
731/12	Lipschitz equivalence of maps and discontinues vector fields.	UFCE	LEU BIRBRAIR	Université de Haute-Alsace (UHA)-Mulhouse	Daniel CANTERGIANI PANAZZOLO	GEOMETRIA E TOPOLOGIA
732/12	MMAPS - Gerenciamento, mobilidade, arquitetura, protocolos e segurança na internet do futuro e das coisas.	UFMG	JOSE MARCOS SILVA NOGUEIRA	INRIA	Olivier FESTOR	SISTEMA DE COMPUTAÇÃO
733/12	Grupos de trancas de superfícies de genus pequeno.	USP	DACIBERG LIMA GONCALVES	Université de Caen Basse-Normandie (UCBN)	John GUASCHI	GEOMETRIA E TOPOLOGIA
734/12	O primeiro valor próprio do Laplaciano de hipersuperfícies mínimas.	UFRGS	JAIME BRUCK RIPOLL	Université de Tours CNRS - UMR 6083 (SDV)	Marc SORET	GEOMETRIA E TOPOLOGIA
735/12	Visualização e interação com dados agregados por similaridade - VIDAS	UFRGS	CARLA MARIA DAL SASSO FREITAS	Université Toulouse3 - CNRS - UMR 5505 (STIC)	Philippe PALANQUE	Metodogolia e técnicas de computação
736/12	Inhibition de la synthèse et contrôle des effects délétères chez l'animal de l'aflatoxine B1	UFSM	CARLOS AUGUSTO MALLMANN	Ecole Nationale Vétérinaire de Toulouse	Jean-Denis BAILLY	Circuitos elétricos e magnéticos e eletrônicos
737/12	Ecossistemas límnicos continentais e conservação dos lagostins de água doce do gênero Parastacus (Crustacea, Decapoda) no Sul do Brasil.	UFRGS	PAULA BEATRIZ DE ARAUJO	Université de Poitiers CNRS - UMR 6556 (SDV)	Catherine SOUTY-GROSSET	Circuitos elétricos e magnéticos e eletrônicos

738/12	Genômica e Biotecnologia aplicada à geração de novos cultivares de cafeeiro tolerantes à seca.	UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS	ALAN CARVALHO ANDRADE	Montpellier SupAgro (UMR CIRAD-INRA)	Dominique THIS	AGRONOMIA
739/12	Pesquisa sobre a função fisiológica e potencial biotecnológico de proteínas presentes em plasma e fígado de serpentes utilizando a análise proteômica como ferramenta de estudo.	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	ANITA MITICO TANAKA AZEVEDO	Université Lille 1 CNRS - USR	Christian ROLANDO	BIOTECNOLOGIA
740/12	Controle quântico ótico e atômico - Paris - Nordeste.	UFPE	JOSÉ WELLINGTON ROCHA TABOSA	Université Paris 13 CNRS - UMR 7538 (SPM)	Daniel BLOCH	ASTRONOMIA/FÍSICA
741/12	Caixas quânticas por implantação	UFRGS	JOHNNY FERRAZ DIAS	Université Claude Bernard (Lyon 1) CNRS - UMR 5270 (SPI)	Bruno CANUT	ASTRONOMIA/FÍSICA
742/12	Superfícies super-repelentes com vocação multifuncional: da elaboração controlada aos mecanismos de estabilidade interfaciais.	UFRGS	FLAVIO HOROWITZ	Université Claude Bernard - Lyon1 (UCBL)	Stella RAMOS-CANUT	ASTRONOMIA/FÍSICA
743/12	Elétrons fortemente correlacionados na vizinhança de uma transição de fase quântica.	UFRN	ÁLVARO FERRAZ FILHO	CEA	Catherine PEPIN	ASTRONOMIA/FÍSICA
744/12	Estudo de novos estados da matéria no grande colisor de hádrons.	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS	VICTOR PAULO BARROS GONCALVES	CEA	Christophe ROYON	ASTRONOMIA/FÍSICA
745/12	Abordagem multidisciplinar na avaliação de revestimentos anticorrosivos	UFRJ	ISABEL CRISTINA PEREIRA MARGARIT MATTOS	Université de La Rochelle (ULR)	Sébastien TOUZAIN	Engenhria de matérias e metalúrgico
746/12	Modelagem computacional multiescalada do acoplamento eletro-químico-mecânico em meios perigoso	LNCC	MARCIO ARAB MURAD	EPSCP	Claude BOUTIN	ENGENHARIA MECÂNICA
747/12	Valorização de uma molécula co-gerada a partir da biomassa: ativação eletrocatalítica do glicerol para aplicação em nova fonte de energia.	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO/SÃO CARLOS	GERMANO TREMILIOSI FILHO	Université de Poitiers (UP)	K. Boniface KOKOH	QUÍMICA
748/12	Polímeros avançados para a otimização de células solares e orgânicas	Unesp	CARLOS FREDERICO DE OLIVEIRA GRAEFF	Université de Pau et des Pays de l'Adour / CNRS - UMR 5254 (SC)	Roger HIORNS	MATERIAIS
749/12	Comportamentos emergentes em redes econômicas e sociais.	UFRGS	JOSÉ ROBERTO IGLESIAS	Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales (EHESS)	Jean-Pierre NADAL	ASTRONOMIA/FÍSICA
750/12	O Bom Governo das Gentes: hierarquias sociais e representação segundo a política católica do século XVI ao XVIII	UFRJ	JOAO LUIS RIBEIRO FRAGOSO	Ecole des hautes études en sciences sociales	Jean-Frédéric SCHAUB	HISTÓRIA DO BRASIL
751/12	Conflitos sosciais, trabalho e política. O Brasil e a França na mundialização neoliberal	Unicamp	ARMANDO BOITO JR.	CNRS - UMR 6123 (SHS) - Marseille	Paul BOUFFARTIGUE	COMPORTAMENTO POLÍTICO
752/12	A estética transcultural na Universidade Latino – Americana	UFF	DINAH TEREZA PAPI DE GUIMARAENS	Université de Paris 8 (P8)	Plínio Walder PRADO JUNIOR	ARTES
753/12	Territórios urbanos e vínculos sociais	PUC/SP	ALDAÍZA OLIVEIRA SPOSATI	EHESS CNRS - UMR 8097 (SHS)	Serge PAUGAM	SERVIÇO SOCIAL

754/12	Ética e estética: sensibilidade e Forma	USP	PEDRO PAULO GARRIDO PIMENTA	Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne (Paris 1)	Laurent JAFFRO	HISTÓRIA DA FILOSOFIA
755/12	Reconhecimento, justiça social e dinâmicas identitárias de mulheres migrantes migrantes-um estudo cooperativo Brasil-França	UERJ	REGINA GLORIA NUNES ANDRADE	Université de Lille 3 (Lille 3)	Annick DURAND-DELVIGNE	PSICOLOGIA SOCIAL
756/12	INNOVISON: Desevolvimento de sistemas de liberação de fármacos para tratamento de doenças do segmento posterior do olho	UFMG	ARMANDO DA SILVA CUNHA JUNIOR	Université Paris Descartes (Paris 5) INSERM (872)	Francine BEHAR-COHEN	FARMACOTECNIA
757/12	Novas estratégias terapêuticas anti-gliomas	UFRJ	Vivaldo Moura Neto	Université Paris 5 / INSERM	Hervé CHNEIWEISS	Citologia e biol. celular
758/12	Caracterização da resposta inata durante a infecção com o vírus dengue.	Fiocruz	CLAIRE FERNANDES KUBELKA	Université Paris Descartes (Paris 5) CNRS - UMR 8147 (SDV)	Jean-Philippe HERBEUVAL	Biologia e fisiologia de microorganismos
759/12	Desequilíbrio da microbiota intestinal: um novo fator de risco cardiovascular para pacientes renais crônicos	UFF	DENISE MAFRA	Université Claude Bernard Lyon 1 (UCBL)	Denis FOUQUE	BIOQUÍMICA DA NUTRIÇÃO
760/12	Datação de caolinitas de formação lateríticas da Bacia do Alto Rio Negro, Amazônia - Brasil.	UNESP	NÁDIA REGINA DO NASCIMENTO	UPMC - Paris 6 - CNRS - UMR 7590 (SPM)	Thierry ALLARD	GEOGRAFIA FÍSICA
761/12	Evolução mineralógica dos solos do Sul do Brasil: caracterização de processos de alteração e impacto antrópico.	UFSM	DANILO RHEINHEIMER DOS SANTOS	Université de Poitiers CNRS - UMR 6269 (SDU)	Laurent CANER	CIÊNCIA DO SOLO

ANEXO E – Tabela de áreas do conhecimento

Tabela de Áreas

Apresentação

A classificação das Áreas do Conhecimento tem finalidade eminentemente prática, objetivando proporcionar aos órgãos que atuam em ciência e tecnologia uma maneira ágil e funcional de agregar suas informações.

A classificação permite, primordialmente, sistematizar informações sobre o desenvolvimento científico e tecnológico, especialmente aquelas concernentes a projetos de pesquisa e recursos humanos.

A versão apresentada é fruto de um esforço conjunto da Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), do Conselho Nacional e de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), da Fundação de Amparo à Pesquisa do estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS), da Financiadoras de Estudos e Projetos (Finep), da Secretaria Especial de Desenvolvimento Industrial do Ministério do desenvolvimento Industrial (SDI/MD), da Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação (Sesu/MEC) e da Secretaria de Industria e Comércio, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo. Ela foi submetida sucessivamente à análise técnica destes órgãos, dos membros dos Comitês Assessores do CNPq da Sociedades Científicas das respectivas áreas, bem como de especialistas, envolvendo a colaboração de mais de 500 pessoas no total.

Cabe ressaltar que o detalhamento do último nível da classificação, correspondente às especialidades, ficou em aberto por se julgar prematuro tentar agora uma padronização.

Introdução

A classificação das Áreas do Conhecim
hierarquização em quatro níveis, que vão do m
específicos, abrangendo 8 grandes áreas, 76 áreas
conhecimento, a saber:

1º nível - Grande Área 3º nível - Subáreas
2º nível - Área 4º nível - Especialidade

Composição do Código

O código consiste de sete dígitos e de um dígi
composição foi elaborada da seguinte forma:

- O primeiro dígito indica a Grande Área
  0.00.00.00-0 (uma posição) numeração s
- O segundo e terceiro dígitos indicam a Área
  0.00.00.00-0 (duas composições) numera
- O quarto e quinto dígitos indicam a Subárea
  0.00.00.00-0 (duas posições) numeraçã
- O sexto e sétimo dígitos indicam a Especialidade
  0.00.00.00-0 (duas posições) numeração s
- O último dígito é o de Controle 0.00.00.00-0

1. 00.00.00-3 CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA
1.01.00.00-8 MATEMÁTICA
1.01.01.00-4 Álgebra
1.01.02.00-0 Análise
1.01.03.00-7 Geometria e Topologia
1.01.04.00-3 Matemática Aplicada
1.02.00.00-2 PROBABILIDADE E ESTATÍTICA
1.02.01.00-9 Probabilidade
1.02.02.00-5 Estatística
1.02.03.00-1 Probabilidade e Estatística Aplicadas
1.03.00.00-7 CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO
1.03.01.00-3 Teoria da Computação
1.03.02.00-0 Matemática da Computação
1.03.03.00-6 Meteorologia e Técnicas da Computação
1.03.04.00-2 Sistemas de Computação
1.04.00.00-1 ASTRONOMIA
1.04.01.00-8 Astronomia de Posição e Mecânica Seleste
1.04.02.00-4 Astrofísica Estelar
1.04.03.00-0 Astrofísica do Meio Interestelar
1.04.04.00-7 Astrofísica Extragalática
1.04.05.00-3 Astrofísica do Sistema Solar
1.04.06.00-0 Instrumentação Astronômica
1.05.00.00-6 FÍSICA
1.05.01.00-2 Física Geral
1.05.02.00-9 Áreas Clássicas de Fenomenologia e Suas Aplicações
1.05.03.00-5 Física das Partículas Elementares e Campos
1.05.04.00-1 Física Nuclear
1.05.05.00-8 Física Atômica e Molecular
1.05.06.00-4 Física dos Fluídos, Física de Plasmas e Descargas Elétricas
1.05.07.00-0 Física de Matéria Condensada
1.06.00.00-0 QUÍMICA
1.06.01.00-7 Química Orgânica
1.06.02.00-3 Química Inorgânica
1.06.03.00-0 Físico-Química
1.06.04.00-6 Química Analística
1.07.00.00-5 GEOCIÊNCIAS
1.07.01.00-1 Geologia
1.07.02.00-8 Geofísica
1.07.03.00-4 Meteorologia
1.07.04.00-0 Geodésia
1.07.05.00-7 Geografia Física
1.08.00.00-0 OCEANOGRAFIA
1.08.01.00-6 Oceanografia Biológica
1.08.02.00-2 Oceanografia Física
1.08.03.00-9 Oceanografia Química
1.08.04.00-5 Oceanografia Geológica

2. 00.00.00-6 CIÊNCIAS BIOLÓGICAS
2.01.00.00-0 BIOLOGIA GERAL
2.02.00.00-5 GENÉTICA
2.02.01.00-1 Genética Quantitativa
2.02.02.00-8 Genética Molecular e de Microorganismos
2.02.03.00-4 Genética Vegetal
2.02.04.00-0 Genética Animal
2.02.05.00-7 Genética Humana e Médica
2.02.06.00-3 Mutagênese
2.03.00.00-0 BOTÂNICA
2.04.00.00-4 ZOOLOGIA
2.04.01.00-0 Paleozoologia
2.04.02.00-7 Morfologia dos Grupos Recentes
2.04.03.00-3 Fisiologia dos Grupos Recentes
2.04.04.00-0 Comportamento Animal
2.04.05.00-6 Taxomania dos Grupos Recentes
2.04.06.00-2 Zoologia Aplicada
2.05.00.00-9 ECOLOGIA
2.05.01.00-5 Ecologia Teórica
2.05.02.00-1 Ecologia de Ecossistemas
2.05.03.00-8 Ecologia Aplicada
2.06.00.00-3 MORFOLOGIA
2.06.01.00-0 Citologia e Biologia Celular
2.06.02.00-6 Embriologia
2.06.03.00-2 Histologia
2.06.04.00-9 Anatomia
2.07.00.00-8 FISIOLOGIA
2.07.01.00-4 Fisiologia Geral
2.07.02.00-0 Fisiologia de Órgãos e Sistemas
2.07.03.00-7 Fisiologia do Esforço
2.07.04.00-3 Fisiologia Comparada
2.08.00.00-2 BIOQUÍMICA
2.08.01.00-9 Química de Macromoléculas
2.08.02.00-5 Bioquímica dos Microorganismos
2.08.03.00-1 Metabolismo e Bioenergética
2.08.04.00-8 Biologia Molecular
2.08.05.00-4 Enzimologia
2.09.00.00-7 BIOFÍSICA
2.09.01.00-3 Biofísica Molecular
2.09.02.00-0 Biofísica celular
2.09.03.00-6 Biofísica de Processos e Sistemas
2.09.04.00-2 Radiologia e Fotobiologia
2.10.00.00-0 FARMACOLOGIA
2.10.01.00-6 Farmacologia Geral
2.10.02.00-2 Farmacologia Autonômica
2.10.03.00-9 Neuropsicofarmacologia
2.10.04.00-5 Farmacologia Cardiorenal
2.10.05.00-1 Farmacologia Bioquímica e Molecular
2.10.06.00-8 Etnofarmacologia
2.10.07.00-4 Toxicologia
2.10.08.00-0 Farmacologia Clinica
2.11.00.00-4 IMUNOLOGIA
2.11.01.00-0 Imunoquímica
2.11.02.00-7 Imunologia Celular
2.11.03.00-3 Imunogenética
2.11.04.00-0 Imunologia Aplicada
2.12.00.00-9 MICROBIOLOGIA
2.12.01.00-5 Biologia e Fisiologia dos Microorganismos
2.12.02.00-1 Microbiologia Aplicada
2.13.00.00-3 PARASITOLOGIA
2.13.01.00-0 Protozoologia de Parasitos
2.13.02.00-6 Helmintologia de Parasitos
2.13.03.00-2 Entomologia e Malacologia de Parasitos e Vetores

3.00.00.00-9 ENGENHARIAS
3.01.00.00-3 ENGENHARIA CIVIL
3.01.01.00-0 Construção Civil
3.01.02.00-6 Estruturas
3.02.03.00-7 Tratamento de Minéric
3.03.00.00-2 ENGENHARIA DE M
METALÚRGICA
3.03.01.00-9 Instalações e Equipam
3.03.02.00-5 Metalurgia Extrativa
3.03.03.00-1 Metalurgia de Transfor
3.03.04.00-8 Metalurgia Física
3.03.05.00-4 Materiais Não-Metálic
3.04.00.00-7 ENGENHARIA ELÉT
3.04.01.00-3 Materiais Elétricos
3.04.02.00-0 Medidas Elétricas, Ma
Eletrônicas, Instrumentação
3.04.03.00-6 Circuitos Elétricos, Ma
Eletrônicos
3.04.04.00-2 Sistemas Elétricos de I
3.04.05.00-9 Eletrônica Industria
Eletrônicos
3.04.06.00-5 Telecomunicações
3.05.00.00-1 ENGENHARIA MEC
3.05.01.00-8 Fenômenos de Transp
3.05.02.00-4 Engenharia Térmica
3.05.03.00-0 Mecânica dos Sólidos
3.05.04.00-7 Projetos de Máquinas
3.05.05.00-3 Processos de Fabricaçã
3.06.00.00-6 ENGENHARIA QUÍM
3.06.01.00-2 Processos Industriais d
Química
3.06.02.00-9 Operações Industriais
para Engenharia Química
3.06.03.00-5 Tecnologia Química
3.07.00.00-0 ENGENHARIA SANI
3.07.01.00-7 Recursos Hídricos
3.07.02.00-3 Tratamentos de Ág
Residuárias
3.07.03.00-0 Saneamento Básico
3.07.04.00-6 Saneamento Ambienta
3.08.00.00-5 ENGENHARIA DE PI
3.08.01.00-1 Gerência de Produção
3.08.02.00-8 Pesquisa Operacional
3.08.03.00-4 Engenharia do Produto
3.08.04.00-0 Engenharia Econômica
3.09.00.00-0 ENGENHARIA NUCI
3.09.01.00-6 Aplicações de Radioiso
3.09.02.00-2 Fusão Controlada
3.09.03.00-9 Combustível Nuclear
3.09.04.00-5 Tecnologia dos Reator
3.10.00.00-2 ENGENHARIA DE TI
3.10.01.00-9 Planejamento de Trans
3.10.02.00-5 Veículos e Equipamen
3.10.03.00-1 Operações de Transpor
3.11.00.00-7 ENGENHARIA NAV
3.11.01.00-3 Hidrodinâmica de Nav
Oceânicos
3.11.02.00-0 Estruturas Navais e Oc
3.11.03.00-6 Máquinas Marítimas
3.11.04.00-2 Projeto de Navios e de
Oceânicos
3.11.05.00-9 Tecnologia de Constr
Sistemas Oceânicos
3.12.00.00-1 ENGENHARIA AERO

2.03.01.00-6 Paleobotânica
2.03.02.00-2 Morfologia Vegetal
2.03.03.00-9 Fisiologia Vegetal
2.03.04.00-5 Taxonomia Vegetal
2.03.05.00-1 Fitogeografia
2.03.06.00-8 Botânica Aplicada

3.12.06.00-0 Sistemas Aeroespaciais
3.13.00.00-6 ENGENHARIA BIOMÉDICA
3.13.01.00-2 Bioengenharia
3.13.02.00-9 Engenharia Médica

4. 00.00.00-1 CIÊNCIAS DA SAÚDE
4.01.00.00-6 MEDICINA
4.01.01.00-2 Clinica Médica
4.01.02.00-9 Cirurgia
4.01.03.00-5 Saúde Materno-Infantil
4.01.04.00-1 Psiquiatria
4.01.05.00-8 Anatomia Patológica e Patologia Clinica
4.01.06.00-4 Radiologia Médica
4.01.07.00-0 Medicina Legal e Deontologia
4.02.00.00-0 ODONTOLOGIA
4.02.01.00-7 Clínica Odontológica
4.02.02.00-3 Cirugia Buco-Maxilo-Facial
4.02.03.00-0 Ortodontia
4.02.04.00-6 Odontopediatria
4.02.05.00-2 Periodontia
4.02.06.00-9 Endodontia
4.02.07.00-5 Radiologia Odontológica
4.02.08.00-1 Odontologia Social e Preventiva
4.02.09.00-8 Materiais Odontológicos
4.03.00.00-5 FARMÁCIA
4.03.01.00-1Farmacotécnia
4.03.02.00-8 Farmacognosia
4.03.03.00-4 Análise Toxicológica
4.03.04.00-0 Análise e Controle de Medicamentos
4.03.05.00-7 Bromatologia
4.04.00.00-0 ENFERMAGEM
4.04.01.00-6 Enfermagem Médico-Cirúrgica
4.04.002.00-2 Enfermagem Obstétrica
4.04.03.00-9 Enfermagem Pediátrica
4.04.04.00-5 Enfermagem Psiquiátrica
4.04.05.00-1Enfermagem de Doenças Contagiosas
4.04.06.00-8 Enfermagem de Saúde Pública
4.05.00.00-4 NUTRIÇÃO
4.05.01.00-0 Bioquímica da Nutrição
4.05.02.00-7 Dietética
4.05.03.00-3 Análise Nutricional de População
4.05.04.00-0 Desnutrição e Desenvolvimento Fisiológico
4.06.00.00-9 SAÚDE COLETIVA
4.06.01.00-5 Epidemiologia
4.06.02.00-1 Saúde Pública
4.06.03.00-8 Medicina Preventiva
4.07.00.00-3 FONOAUDIOLOGIA
4.08.00.00-8 FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL
4.09.00.00-2 EDUCAÇÃO FÍSICA

5.00.00.00-4 CIÊNCIAS AGRÁRIAS
5.01.00.00-9 AGRONOMIA
5.01.01.00-5 Ciências do Solo
5.01.02.00-1 Fitossanidade
5.01.03.00-8 Fitotecnia
5.01.04.00-4 Floricultura, Parques e Jardins
5.01.05.00-0 Agrometeorologia
5.01.06.00-7 Extensão Rural
5.02.00.00-3 RECURSOS FLORESTAIS E ENGENHARIA FLORESTAL
5.02.01.00-0 Silvicultura
5.02.02.00-6 Manejo Florestal
5.02.03.00-2 Técnicas e Operações Florestais
5.02.04.00-9 Tecnologia e Utilização de Produtos Florestais
5.02.05.00-5 Conservação da natureza
5.02.06.00-1 Energia de Biomassa Florestal
5.03.00.00-8 ENGENHARIA AGRÍCOLA
5.03.01.00-4 Máquinas e Implementos Agrícolas
5.03.02.00-0 Engenharia de Água e Solo
5.03.03.00-7 Engenharia de Processamento de Produtos Agrícolas
5.03.04.00-3 Construções Rurais e Ambiência
5.03.05.00-0 Energização Rural
5.04.00.00-2 ZOOTECNIA
5.04.01.00-9 Ecologia dos Animais Domésticos e Etologia
5.04.02.00-5 Genética e Melhoramento dos Aminais Domésticos
5.04.03.00-1 Nutrição e Alimentação Animal
5.04.04.00-8 Pastagem e Forragicultura
5.04.05.00-4 Produção Animal
5.05.00.00-7 MEDICINA VETERINÁRIA
5.05.01.00-3 Clínica e Cirurgia Animal
5.05.02.00-0 Medicina Veterinária Preventiva
5.05.03.00-6 Patologia Animal
5.05.04.00-2 Reprodução Animal
5.05.05.00-9 Inspeção de Produtos de Origem Animal

3.01.03.00-2 Geotécnica
3.01.04.00-9 Engenharia Hidráulica
3.01.05.00-5 Infra-Estrutura de Transportes
3.02.00.00-8 ENGENHARIA DE MINAS
3.02.01.00-4 Pesquisa Mineral
3.02.02.00-0 Lavra

5.06.00.00-1 RECURSOS PESQUEIROS E ENGENHARIA DE PESCA
5.06.01.00-8 Recursos Pesqueiros Marinhos
5.06.02.00-4 Recursos Pesqueiros de Águas Interiores
5.06.03.00-0 Aquicultura
5.06.04.00-7 Engenharia de Pesca
5.07.00.00-6 CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALIMENTOS
5.07.01.00-2 Ciência de Alimentos
5.07.02.00-9 Tecnologia de Alimentos
5.07.03.00-5 Engenharia de Alimentos

6.00.00.00-7 CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
6.01.00.00-1 DIREITO
6.01.01.00-8 Teoria do Direito
6.01.02.00-4 Direito Público
6.01.03.00-0 Direito Privado
6.01.04.00-7 Direitos Especiais
6.02.00.00-6 ADMINISTRAÇÃO
6.02.01.00-2 Administração de Empresas
6.02.02.00-9 Administração Pública
6.02.03.00-5 Administração de Setores Específicos
6.02.04.00-1 Ciências Contábeis
6.03.00.00-0 ECONOMIA
6.03.01.00-7 Teoria Econômica
6.03.02.00-3 Métodos Quantitativos em Economia
6.03.03.00-0 Economia Monetária e Fiscal
6.03.04.00-6 Crescimento, Flutuações e Planejamento Econômico
6.03.05.00-2 Economia Internacional
6.03.06.00-9 Economia dos Recursos Humanos
6.03.07.00-5 Economia Industrial
6.03.08.00-1 Economia de Bem-Estar Social
6.03.09.00-8 Economia Regional e Urbana
6.03.10.00-6 Economia Agrária e dos Recursos Naturais
6.04.00.00-5 ARQUITETURA E URBANISMO
6.04.01.00-1 Fundamentos de Arquitetura e Urbanismo
6.04.02.00-8 Projeto de Arquitetura e Urbanismo
6.04.03.00-4 Tecnologia de Arquitetura e Urbanismo
6.04.04.00-0 Paisagismo
6.05.00.00-0 PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL
6.05.01.00-6 Fundamentos do Planejamento Urbano e Regional
6.05.02.00-2 Métodos e Técnicas do Planejamento Urbano e Regional
6.05.03.00-9 Serviços Urbanos e Regionais
6.06.00.00-4 DEMOGRAFIA
6.06.01.00-0 Distribuição Espacial
6.06.02.00-7 Tendência Populacional
6.06.03.00-3 Componentes da Dinâmica Demográfica
6.06.04.00-0 Nupcialidade e Família
6.06.05.00-6 Demografia Histórica
6.06.06.00-2 Política Pública e Populacão
6.06.07.00-9 Fontes de dados Demográficos
6.07.00.00-9 CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
6.07.01.00-5 Teoria da Informação
6.07.02.00-1 Biblioteconomia
6.07.03.00-8 Arquivologia
6.08.00.00-3 MUSEOLOGIA
6.09.00.00-8 COMUNICAÇÃO
6.09.01.00-4 Teoria da Comunicação
6.09.02.00-0 Jornalismo e Editoração
6.09.03.00-7 Rádio e Televisão
6.09.04.00-3 Relações Públicas e Propaganda
6.09.05.00-0 Comunicação Visual
6.10.00.00-0 SERVIÇO SOCIAL
6.10.01.00-7 Fundamentos do Serviço Social
6.10.02.00-3 Serviço Social Aplicado
6.11.00.00-5 ECONOMIA DOMÉSTICA
6.12.00.00-0 DESENHO INDUSTRIAL
6.12.01.00-6 Programação Visual
6.12.02.00-2 Desenho de Produto
6.13.00.00-4 TURISMO

7.00.00.00-0 CIÊNCIAS HUMANAS
7.01.00.00-4 FILOSOFIA
7.01.01.00-0 História da Filosofia
7.01.02.00-7 Metafísica
7.01.03.00-3 Lógica
7.01.04.00-0 Ética
7.01.05.00-6 Epistemologia
7.01.06.00-2 Filosofia Brasileira
7.02.00.00-9 SOCIOLOGIA
7.02.01.00-5 Fundamentos da Sociologia
7.02.02.00-1 Sociologia do Conhecimento
7.02.03.00-8 Sociologia do Desenvolvimento
7.02.04.00-4 Sociologia Urbana

3.12.01.00-8 Aerodinâmica
3.12.02.00-4 Dinâmica de Vôo
3.12.03.00-0 Estruturas Aeroespaciais
3.12.04.00-7 Materiais e Processos para Engenharia Aeronáutica e Aeroespacial
3.12.05.00-3 Propulsão Aeroespacial

7.02.05.00-0 Sociologia Rural
7.02.06.00-7 Sociologia da Saúde
7.02.07.00-3 Outras Sociologia-Específicas
7.03.00.00-3 ANTROPOLOGIA
7.03.01.00-0 Teoria Antropológica
7.03.02.00-6 Etnologia Indígena
7.03.03.00-2 Antropologia Urbana
7.03.04.00-9 Antropologia Rural
7.03.05.00-5 Antropologia das Populações Afro-Brasileiras
7.04.00.00-8 ARQUEOLOGIA
7.04.01.00-4 Teoria e Métodos em Arqueologia
7.04.02.00-0 Arqueologia Pré-Histórica
7.04.03.00-7 Arqueologia Histórica
7.05.00.00-2 HISTÓRIA
7.05.01.00-9 Teoria e Filosofia da História
7.05.02.00-5 História Antiga e Medieval
7.05.03.00-1 História Moderna e Contemporânea
7.05.04.00-8 História da América
7.05.05.00-4 História do Brasil
7.05.06.00-0 História das Ciências
7.06.00.00-7 GEOGRAFIA
7.06.01.00-3 Geografia Humana
7.06.02.00-0 Geografia Regional
7.07.00.00-1 PSICOLOGIA
7.07.01.00-8 Fundamentos e Medidas da Psicologia
7.07.02.00-4 Psicologia Experimental
7.07.03.00-0 Psicologia Fisiológica
7.07.04.00-7 Psicologia Comparativa
7.07.05.00-3 Psicologia Social
7.07.06.00-0 Psicologia Cognitiva
7.07.07.00-6 Psicologia do Desenvolvimento Humano
7.07.08.00-2 Psicologia do Ensino e de Aprendizagem
7.07.06.00-9 Psicologia do Trabalho e Organizacional
7.07.10.00-7 Tratamento e Prevenção Psicológica
7.08.00.00-6 EDUCAÇÃO
7.08.01.00-2 Fundamentos da Educação
7.08.02.00-9 Administração Educacional
7.08.03.00-5 Planejamento e Avaliação Educacional
7.08.04.00-1 Ensino-Aprendizagem
7.08.05.00-8 Currículo
7.08.06.00-4 Orientação e Aconselhamento
7.08.07.00-0 Tópicos Específicos de Educação
7.09.00.00-0 CIÊNCIA POLÍTICA
7.09.01.00-7 Teoria Política
7.09.02.00-3 Estado e Governo
7.09.03.00-0 Comportamento Político
7.09.04.00-6 Políticas Públicas
7.09.05.00-2 Política Internacional
7.10.00.00-3 TEOLOGIA
7.10.01.00-0 História da Teologia
7.10.02.00-6 Teologia Moral
7.10.03.00-2 Teologia Sistemática
7.10.04.00-9 Teologia Pastoral

8.00.00.00-2 LINGÜÍSTICA, LETRAS E ARTES
8.01.00.00-7 LINGÜÍSTICA
8.01.01.00-3 Teoria e Análise Lingüística
8.01.02.00-0 Filosofia da Linguagem
8.01.03.00-6 Lingüística Histórica
8.01.04.00-2 Sociolingüística e Dialetologia
8.01.05.00-9 Psicolingüística
8.01.06.00-5 Lingüística Aplicada
8.02.00.00-1 LETRAS
8.02.01.00-8 Língua Portuguesa
8.02.02.00-4 Línguas Estrangeiras Modernas
8.02.03.00-0 Línguas Clássicas
8.02.04.00-7 Línguas Indígenas
8.02.05.00-3 Teoria Literária
8.02.06.00-0 Literatura Brasileira
8.02.07.00-6 Outras Literaturas Vernáculas
8.02.08.00-2 Literaturas Estrangeiras Modernas
8.02.09.00-9 Literaturas Clássicas
8.02.10.00-7 Literatura Comparada
8.03.00.00-6 ARTES
8.03.01.00-2 Fundamentos e Críticas das Artes
8.03.02.00-9 Artes Plásticas
8.03.03.00-5 Música
8.03.04.00-1 Dança
8.03.05.00-8 Teatro
8.03.06.00-4 Ópera
8.03.07.00-0 Fotografia
8.03.08.00-7 Cinema
8.03.09.00-3 Artes do Vídeo
8.03.10.00-1 Educação Artística

ANEXO F – Questionário

Formulário - Programa CAPES-COFECUB

O questionário está dividido em quatro seções: características dos respondentes; informações sobre o financiamento; percepções sobre a cooperação no âmbito do CAPES-COFECUB; e atividades científicas conjuntas resultantes da cooperação.

Informações Pessoais

1.Nome: _____

2. Idade: _____

3. Sexo: ☐ **Feminino** ☐ **Masculino**

4. Email: _____

5. Link para o Lattes: _____

6. Cidade e estado de atuação profissional: _____

7. Instituição de Ensino Superior: _____

8. Tem bolsa de Produtividade?

☐ Sim ☐ Não

9. Se sim, qual Nível:

☐ 1A

☐ 1B

☐ 1C

☐ 1D

☐ 2

10. Fez doutorado pleno ou sanduíche na França?

☐ Sim ☐ Não

Nome da Instituição: _____

11. Fez pós-doutorado na França?

☐ Sim ☐ Não

Nome da Instituição: _____

12. Foi bolsista do Programa CAPES/COFECUB no doutorado sanduíche ou no pós-doutorado?

☐ Sim ☐ Não

13. Área do Conhecimento em que atua:

☐ Ciências Agrárias
☐ Ciências Biológicas
☐ Ciências da Saúde
☐ Ciências Exatas e da Terra
☐ Ciências Humanas
☐ Ciências Sociais Aplicadas
☐ Engenharias
☐ Linguística, Letras e Artes

Informações sobre o financiamento

14. Quantas vezes você foi contemplado como coordenador com financiamento no âmbito do Programa CAPES-COFECUB: _____

15. Ano de início e término do financiamento no âmbito do Programa CAPES-COFECUB para cada projeto contemplado: _____

16. Instituição(ões) de Ensino Superior parceira(s) no âmbito do Programa CAPES-COFECUB para cada projeto contemplado: _____

17. Você já conhecia o parceiro francês antes da postulação conjunta para financiamento no âmbito do Programa CAPES-COFECUB?

☐ Sim ☐ Não

18. Se a resposta à pergunta anterior foi positiva, já existia cooperação prévia entre vocês?

☐ Sim ☐ Não

19. Além de coordenador, você participou do programa como membro em outra equipe em outro financiamento?

☐ Sim ☐ Não

20. Se a resposta à pergunta anterior foi positiva, como se deu sua participação?

☐ Membro da Equipe

☐ Bolsista
☐ Não participei

21. Se a resposta à pergunta anterior foi positiva, informar o ano(s) e o(s) número (s) do(s) projeto(s):

<u>Percepções sobre a cooperação no âmbito do CAPES-COFECUB</u>

22. Enumerar em ordem de importância os motivos que o levaram a se candidatar para o recebimento de financiamento de projeto no âmbito do Programa CAPES-COFECUB.

Não é necessário marcar todos os itens. Assinalar apenas os itens que o motivaram a participar do programa (por ordem de importância).

☐ Avançar com a minha pesquisa
☐ Para interagir com um parceiro no exterior
☐ Para produção científica conjunta
☐ Visando ganhos institucionais
☐ Possibilitar a circulação de pesquisadores
☐ Possibilitar a mobilidade acadêmica
☐ Evitar a endogenia

Em caso de haver outro (s) motivo(s), exemplificá-lo (s) _____

23. Quão relevante foi o financiamento do projeto no âmbito do Programa CAPES-COFECUB para sua pesquisa?

☐ Muito relevante
☐ Relevante
☐ Pouco relevante
☐ Não foi relevante

24. Quão relevante foi o financiamento do projeto no âmbito do Programa CAPES-COFECUB para seu laboratório?

☐ Muito relevante
☐ Relevante

☐ Pouco relevante

☐ Não foi relevante

25. Houve ganhos institucionais para o seu órgão de atuação devido ao financiamento recebido no âmbito do Programa CAPES-COFECUB?

☐ Sim ☐ Não

Se possível, exemplificá-lo(s) _____

26. Se a resposta à pergunta anterior foi positiva, quão relevante foi o financiamento do projeto no âmbito do Programa CAPES-COFECUB para sua instituição?

☐ Fundamental

☐ Muito relevante

☐ Relevante

☐ Pouco relevante

☐ Não foi relevante

27. Em que nível o projeto foi mais relevante?

☐ Individual

☐ Para o grupo de pesquisa

☐ Para o programa de pós-graduação

☐ Para o departamento

☐ Institucional

☐ Outro: _____.

<u>Atividades científicas conjuntas resultantes da cooperação</u>

28. Houve produção científica em parceria com a equipe francesa?

☐ Sim ☐ Não

29. Quais? (Mais de uma opção pode ser selecionada)

☐ Publicação de artigos em periódicos internacionais

☐ Publicação de artigos em periódicos nacionais

☐ Anais de congressos internacionais
☐ Anais de congressos nacionais
☐ Livro
☐ Capítulo de livro
☐ Patentes
☐ Produção técnica
☐ Participação em banca
☐ Organização de eventos
☐ Outros: _____

30. Além de produção científica conjunta, houve o desenvolvimento de outras atividades conjuntas com a equipe francesa?

☐ Sim ☐ Não

31. Quais? (Mais de uma opção pode ser selecionada)

☐ Participação em banca na França
☐ Cotutela de estudante francês
☐ Tradução de artigo
☐ Produção técnica
☐ Produtos Tecnológicos
☐ Participação em Comitê Editorial Francês
☐ Revisor de Periódico
☐ Outros. (Especificar) _____

32. Houve o estabelecimento de vínculo ademais do estabelecido com a equipe parceria no projeto CAPES-COFECUB?

☐ Sim ☐ Não

33. Houve simetria de atuação das duas equipes no desenvolvimento e condução da pesquisa?

☐ Sim ☐ Não

34. Houve simetria na mobilidade por meio de missões de trabalho entre os dois países?

☐ Sim ☐ Não

35. Houve simetria na mobilidade por meio de missões de estudo entre os dois países?

☐ Sim ☐ Não

36. Qual país recebeu mais bolsistas?

☐ França ☐ Brasil ☐ O intercâmbio foi simétrico

37. Se a resposta à pergunta anterior foi França, a que você atribui a falta de simetria? Se houver mais de uma resposta, enumerar em ordem de importância.
(Não é necessário assinalar todos os itens, mas caso você entenda que houve mais de um motivo, enumerá-los em ordem de importância).

	1 - Nada Importante	2	3	4	5	6	7 - Muito Importante
Falta de financiamento para bolsistas franceses							
Dificuldades em realizar o intercâmbio no Brasil devido a barreiras linguísticas							
Baixa internacionalização do Brasil levando a não atração de estudantes							
Falta de incentivo do coordenador do projeto no lado francês para a realização do intercâmbio							
Interesse do doutorando francês em realizar o intercâmbio em outro país							
Inexistência de doutorandos ou pós-doutorando na equipe francesa							
Dificuldade do doutorando ou pós-doutorando francês sair do laboratório de origem							
Outros							

Em caso de haver outro (s) motivo (s), exemplificá-lo (s): _____

38. Você mantém contato com a equipe que participou do seu projeto no âmbito do Programa CAPES-COFECUB?

☐ Sim ☐ Não

39. Atualmente, há pesquisa conjunta com a equipe francesa parceira do CAPES-COFECUB?

☐ Sim ☐ Não

40. Hoje, você tem produção científica conjunta com a equipe francesa?

☐ Sim ☐ Não

41. Quais?

☐ Publicação de artigos em periódicos internacionais

☐ Publicação de artigos em periódicos nacionais

☐ Anais de congressos internacionais

☐ Anais de congressos nacionais

☐ Livros

☐ Capítulos de livros

☐ Patentes

☐ Produções técnicas

☐ Participação em bancas

☐ Organização de eventos

☐ Outro: _____

42. Você mantém vínculos científicos com outros pesquisadores franceses em decorrência da parceria estabelecida no âmbito do Programa CAPES-COFECUB?

☐ Sim ☐ Não

43. Em decorrência do seu projeto financiado no âmbito CAPES-COFECUB, a França é seu principal parceiro internacional?

☐ Sim ☐ Não

44. O financiamento de seu projeto no âmbito do Programa CAPES-COFECUB teve importância para o estabelecimento de outras parcerias internacionais?

☐ Sim ☐ Não

45. Após esse financiamento, você estabeleceu parceria com outros países?

☐ Sim ☐ Não

46. As parcerias realizadas com outros países foram estabelecidas devido a resultados positivos da parceria no âmbito do programa CAPES-COFECUB?

☐ Sim ☐ Não ☐ Não foram estabelecidas outras parcerias

ANEXO G – Entrevista com colaboradores

Entrevista – Programa Capes/Cofecub

Data:

Local:

Nome:

Título/função:

Endereço eletrônico:

Duração da entrevista:

1. Quando e como você se envolveu com o programa CAPES/COFECUB?

2. Quais são as suas impressões sobre o Programa?

3. De uma maneira geral, qual é a sua opinião acerca da colaboração entre pesquisadores brasileiros e franceses?

4. Em sua opinião, a cooperação no âmbito do programa CAPES/COFECUB é eficaz?

5. De acordo com a sua experiência, você sabe qual é a origem do programa?

6. A que você atribui a continuidade do programa durante seus 35 anos de existência?

7. Como você descreveria as evoluções do programa ao longo de sua existência? O programa passou por mudanças?

8. Você avalia que o programa tem alcançado seus objetivos? Na sua opinião, quais seriam os principais resultados positivos do programa?

9. O programa passou por dificuldades? Se sim, quais seriam?

10. Há simetria na cooperação?

11. Como a cooperação por meio do COFECUB contribui para o desenvolvimento de grupos de pesquisa brasileiros e franceses?

12. O programa produziu efeito sobre o desenvolvimento institucional das instituições parceiras?

13. Você acredita que o programa facilita o acesso a outros grandes programas internacionais?

14. Qual o papel da CAPES e do COFECUB no alcance dos objetivos do programa?

15. Qual é sua opinião acerca da distribuição regional do Programa no Brasil? E na França?

16. O programa favorece o fortalecimento das IES participantes?

17. Que sugestões você faria para o aprimoramento do Programa?

18. Seria necessário, hoje, haver uma nova orientação estratégica do programa? Se sim, qual seria?

19. Na sua opinião, o CAPES/COFECUB inspira outros programas de cooperação internacional estabelecidos pela CAPES ou por outras instituições brasileiras?

Há alguma observação acerca do programa que não foi abordada que o senhor gostaria de mencionar?

ANEXO H – Entrevista com coordenadores

Entrevista – coordenadores de projetos do Programa CAPES/COFECUB

Data:
Local:
Nome:
Título/função:
Endereço eletrônico:
Duração da entrevista:

1. Como o (a) senhor (a) soube do Programa?

2. Por que o (a) senhor (a) decidiu se candidatar a um financiamento CAPES/COFECUB?

3. Como foram estabelecidos os primeiros contatos com o parceiro francês? Havia contato prévio entre vocês? Antecedentes de colaboração?

4. Como o projeto foi conduzido? Como funcionou a coordenação?

5. Quais eram os objetivos iniciais? Eles foram alcançados?

6. Houve simetria na cooperação?

7. Quais foram as eventuais dificuldades enfrentadas no desenvolvimento do projeto?

8. Quais foram os resultados apresentados pela cooperação? O senhor poderia exemplificá-los? (por exemplo, número de publicações, patentes, participação em congressos, impacto sobre o desenvolvimento de estruturas de pesquisa, cursos de formação).

9. Além da pesquisa conjunta, as equipes desenvolveram juntas outras atividades? O senhor poderia me dar exemplos?

10. Como o senhor (a) avalia a participação dos demais membros da equipe e bolsistas do projeto?

11. Houve continuidade da parceria após o fim do financiamento? Se sim, sob quais formas?

12. A cooperação através do programa CAPES/COFECUB contribuiu para o desenvolvimento do seu grupo ou unidade de pesquisa? Nesse sentido, quais foram os impactos e efeitos mais importantes?

13. O programa produziu efeitos no desenvolvimento institucional dos estabelecimentos parceiros? Se sim, quais seriam?

14. No caso específico do COFECUB, houve apoio institucional para a candidatura?

15. Sua instituição dispunha de uma política para o estabelecimento de parcerias internacionais? Houve evolução dessa política?

16. Na sua opinião, quais os maiores êxitos do programa? E as eventuais dificuldades?

17. Quais seriam as suas críticas acerca do formato do programa? Nesse sentido, quais sugestões o (a) senhor (a) faria para o aprimoramento do programa? Os recursos disponíveis são satisfatórios?

18. Mais precisamente acerca da atuação da CAPES e do COFECUB, o (a) senhor (a) teria sugestões de aprimoramento?

19. O senhor sabe o que significa a sigla COFECUB? E a sigla CAPES?
(Comité Français d'Evaluation de la Coopération Scientifique et Universitaire avec le Brésil)
(CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)

Há alguma observação acerca do programa que não foi abordada que o senhor gostaria de mencionar?

ANEXO I – Ficha de informações dos coordenadores de projeto entrevistados

Guia de informações dos Coordenadores de projetos Capes-Cofecub

Nome:

Idade:

Sexo:

Email:

Lattes:

Bolsa de Produtividade:

Cidade e Estado de residência atual:

Instituição:

Área:

Formação na França:

Instituição francesa parceira no COFECUB:

Título do projeto:

Ano de início e de término do financiamento no âmbito do Programa:

Quantas vezes o pesquisador recebeu financiamento :

Número de pesquisadores envolvidos no projeto (não consigo verificar no Lattes):
Brasileiros:
Franceses:

Número de pesquisadores que receberam financiamento para realização de missão (não consigo verificar no Lattes):
Brasileiros:
Franceses:

Número de bolsistas que receberam bolsa no projeto (não consigo verificar no Lattes):
Doutorado Sanduíche:
Pós-Doc:
Franceses:
Produção científica conjunta (entre os coordenadores consigo verificar no Lattes):

Artigos em periódicos internacionais:

Anais de congressos internacionais:

Anais de congressos nacionais:

Apresentação de trabalhos/palestras:

Outros (Especificar): _____

Produção científica conjunta (demais membros da equipe)

Outros (Especificar):_____

ANEXO J – Lista de entrevistas

Entrevistas realizadas

Brasil

Colaboradores

1. Jorge Almeida Guimaraes
2. Sandoval Carneiro Junior
3. Denise Neddermeyer
4. Angela Santana
5. Luiz Valcov Loureiro
6. Amanda Menezes
7. Angela Westphal
8. Jussara Prado
9. Isabel Canto
10. Carlos Benedito
11. Célio Cunha

Coordenadores

1. Adalberto Vieyra
2. Alan Carvalho Andrade
3. Alberto Carlos Guimarães Castro Diniz
4. Ana Carolina Acevedo
5. Ana Lucia de Pavia Britto
6. Antonio Carneiro Barbosa
7. Arnaldo Albuquerque
8. Bonald Cavalcante
9. Denise Mafra
10. Edison Roberto Silva
11. Edson Roberto de Pieri
12. Enio Frota da Silveira
13. Eryvaldo Sócrates Tabosa
14. Francisco de Assis Rocha Neves

15. Geraldo R. Boaventura
16. Glaucius Oliva
17. Ivan Pitta
18. Jaime Martins de Santana
19. João César Motta
20. Maria Angela de Almeida Meireles
21. Maria do Carmo R. Santos Varela
22. Mauro Luciano Baesso
23. Paulo Henrique Portela de Carvalho
24. Phillipe Naveaux
25. Ramachrisna Teixeira
26. Valdir Soldi
27. Vivaldo Moura Neto

França

Colaboradores

1. Pierre Jaisson
2. Jean Paul-Rebaud
3. Maria Saint- André
4. Celine Bamby
5. Thierry Valentin
6. Eric Bourland
7. Jean-Pierre Briot
8. Sebastian Velut
9. Jean Pierre Lafosse
10. Oliver Giron
11. Bertrabde Monthubert

Coordenadores

1. Ahmed Benallal
2. Bertrand Badie
3. Carmen Dobrovie-Sorin
4. Catherine Boisson Vidal

5. Daniel Bloch
6. Daniel Cefai
7. Florence Durret
8. François Jost
9. Grazyna Stasinska
10. Herve Chneweiss
11. Herve Théry
12. Hisham Abou-Kandil
13. Jacques Leenhardt
14. Jean-Luc Decout
15. Klaus Scherrer
16. Lionel Pichon
17. Martine Droulers
18. Mireille Dardenne
19. Mohamed Akil
20. Nicolas Schmitt
21. Patrick Charaudeau
22. Phillipe Moreau
23. Pierre Salama
24. Régine Perzynski
25. Roger Ohayon
26. Salah Mejri
27. Thierry Becquer
28. Thomas Condreau

ANEXO K – Tabelas e Gráficos Complementares

Gráfico K.1: Concessão anual do financiamento por gênero no Brasil

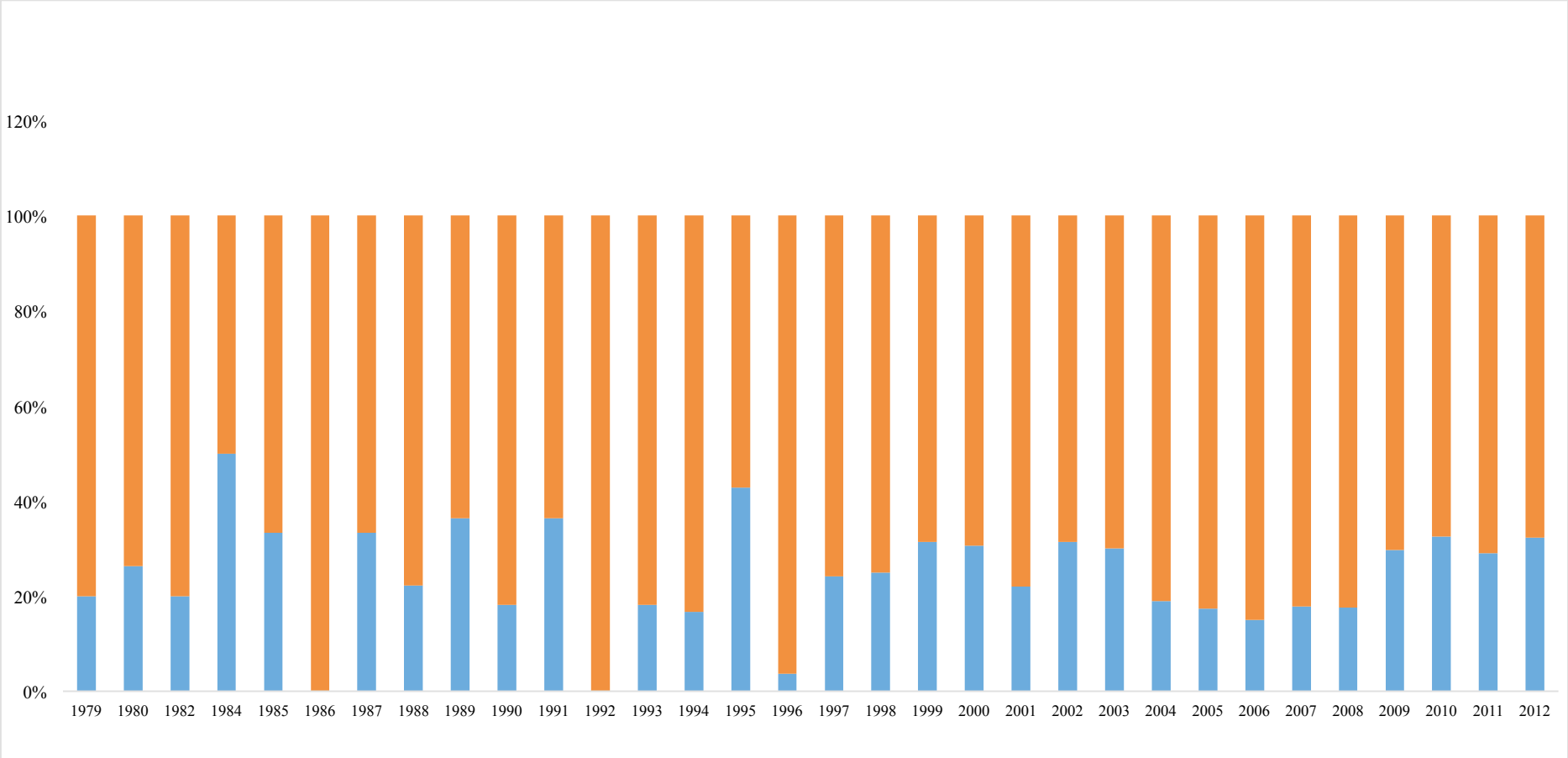


Gráfico K.2: Concessão anual do financiamento por gênero na França

Fonte: Microdados da Capes. Gráfico elaborado pela autora

Tabela K.1: Projetos por ano e por área do conhecimento

ÁREA	1979	1980	1982	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Total	%
Ciências exatas e da terra	**3**	**9**	**4**	1	**2**	-	1	2	**3**	**4**	3	-	2	**7**	**5**	**13**	**16**	**12**	**11**	**11**	**19**	**12**	**7**	**19**	**19**	**6**	**22**	**11**	**10**	**15**	**11**	**14**	**274**	**37%**
Engenharias	**3**	-	3	1	-	1	-	-	1	2	2	-	**3**	2	1	2	-	3	6	5	6	3	4	5	8	2	6	6	9	8	6	4	**102**	14%
Ciencias biologicas	-	2	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	1	2	1	2	1	6	8	6	5	5	4	4	8	**6**	5	4	5	6	7	3	**93**	13%
Ciencias sociais aplicadas	2	2	-	1	-	-	1	**4**	1	1	2	1	1	3	3	4	5	3	3	1	7	5	5	5	5	1	4	4	1	2	1	2	**80**	11%
Ciencias humanas	-	2	**4**	-	1	-	1	-	-	-	**4**	1	1	1	2	3	3	3	1	5	1	3	5	3	3	2	4	4	3	5	2	3	**70**	10%
Ciencias agrarias	-	1	3	1	-	-	-	-	2	3	-	-	1	4	1	2	1	1	1	3	3	2	1	-	2	0	3	4	2	4	2	2	**49**	7%
Ciencias da saude	2	3	-	-	-	-	-	2	2	1	-	-	-	3	-	-	1	3	1	1	-	4	4	-	1	3	1	1	4	-	2	2	**41**	6%
Linguistica, letras e artes	-	-	1	-	-	-	-	-	1	-	-	-	2	2	1	-	2	1	4	3	-	1	-	1	0	0	0	0	3	-	-	1	**23**	3%
Total	10	19	15	4	3	1	3	9	11	11	11	2	11	24	14	26	29	32	35	35	41	35	30	**37**	**46**	**20**	**45**	**34**	**37**	**40**	**31**	**31**	**732**	00%

O predomínio do financiamento para a área de ciências exatas e da terra esteve presente desde os primeiros anos do programa. O maior número de projetos aprovados era dessa área em quase todos os anos, exceto em 1988, 1991 e 1993.

A partir de 1996, a área de ciências exatas e da terra cresce sobremaneira comparativamente às demais.

Fonte: Microdados da Capes. Tabela elaborada pela autora

Tabela K.2: Número de publicações por ano e por canais de comunicaçã

Ano	Periódicos estrangeiros	Periódicos nacionais	Anais de congresso internacionais	Anais de congresso nacional	Livros	Capítulo de livros
1979	2	-	-	-	-	-
1980	8	1	5	6	1	0
1982	4	-	1	2	-	-
1984	-	-	-	-	-	-
1985	17	2	33	7	0	2
1986	-	-	-	-	-	-
1987	-	-	-	-	-	-
1988	-	-	-	-	-	-
1989	8	3	9	13	0	-
1990	42	2	12	6	-	3
1991	11	2	13	11	3	3
1992	-	-	-	-	-	2
1993	2	-	5	5	2	-
1994	60	4	44	29	1	3
1995	46	2	40	32	1	4
1996	77	3	28	9	2	8
1997	34	5	21	9	2	3
1998	107	3	61	51	0	10
1999	100	5	120	63	2	8
2000	99	8	71	34	2	9
2001	143	13	112	59	9	11
2002	241	24	47	35	6	27
2003	123	1	59	33	3	7
2004	172	8	96	29	9	22
2005	120	4	120	48	4	7
2006	46	4	25	14	5	13
2007	233	6	161	61	4	11
2008	105	-	80	29	-	10
2009	95	14	91	32	5	13
2010	133	9	66	15	-	3
2011	121	2	82	31	4	7
2012	85	1	64	18	1	1
Total	2234	126	1466	681	66	187

Fonte: Microdados Capes e Currículo Lattes. Tabela elaborada pela autora

Buscamos apresentar, na tabela abaixo, o perfil da dupla de pesquisadores que representa 1% do total que mais publicou, o que perfez o montante de 49 projetos.

Tabela K.3: Pesquisadores brasileiros e franceses com maior produção científica

Ano	% Financiamento /Ano	N. Publicações do projeto	% Publicações do projeto	IES Brasil	% IES	Natureza da IES	% Natureza IES	UF	% UF	SEXO Coord. Br.	% Sexo (BR)	Sexo Coord. Fr.	% Sexo (FR)	IES FR	% IES	GRANDE ÁREA	% Financiamento por área
1985	0,41%	34	0,71%	UFSC	5%	Federal	69%	SC	5%	Masculino	75%	Masculino	82%	INP/ Toulouse	2%	Ciências Exatas e da Terra	37%
1985	0,41%	27	0,57%	UnB	3%	Federal	69%	DF	3%	Masculino	75%	Masculino	82%	Université d'Orleans	0%	Ciências Exatas e da Terra	37%
1990	1,50%	25	0,53%	UFRGS	12%	Federal	69%	RS	14%	Masculino	75%	Masculino	82%	Université Paris 11	5%	Ciências Exatas e da Terra	37%
1990	1,50%	29	0,61%	UFRJ	12%	Federal	69%	RJ	22%	Masculino	75%	Masculino	82%	Université Paris 6	5%	Engenharias	14%
1991	1,50%	27	0,57%	UFMG	6%	Federal	69%	MG	8%	Masculino	75%	Masculino	82%	Université Paris 12	2%	Engenharias	14%
1994	3,28%	30	0,63%	UFRJ	12%	Federal	69%	RJ	22%	Masculino	75%	Masculino	82%	Institut Pasteur	0%	Ciências da Saúde	6%
1994	3,28%	26	0,55%	UFRJ	12%	Federal	69%	RJ	22%	Masculino	75%	Masculino	82%	Université Paris 5	2%	Ciências Exatas e da Terra	37%
1994	3,28%	26	0,55%	UFRGS	12%	Federal	69%	RS	14%	Masculino	75%	Masculino	82%	Université Paris 6	5%	Ciências Exatas e da Terra	37%
1995	3,55%	63	1,32%	UNESP	2%	Estadual	27%	SP	27%	Feminino	25%	Feminino	18%	Université Paris 11	5%	Ciências Exatas e da Terra	37%
1995	3,55%	51	1,07%	UFU	0%	Federal	69%	MG	8%	Masculino	75%	Masculino	82%	Université Bordeaux 1	0%	Ciências Exatas e da Terra	37%
1998	4,37%	82	1,72%	UFSCar	1%	Federal	69%	SP	27%	Masculino	75%	Masculino	82%	Université Grenoble 1	5%	Ciências Exatas e da Terra	37%
1999	4,78%	30	0,63%	UFC	3%	Federal	69%	CE	3%	Masculino	75%	Feminino	18%	Télécom SudParis	0%	Engenharias	14%
1999	4,78%	62	1,30%	USP	17%	Estadual	27%	SP	27%	Masculino	75%	Masculino	82%	Université Montpellier 2	2%	Ciências Exatas e da Terra	37%
1999	4,78%	62	1,30%	UNESP	2%	Estadual	27%	SP	27%	Feminino	25%	Feminino	18%	Université Paris 11	5%	Ciências Exatas e da Terra	37%
1999	4,78%	25	0,53%	UnB	3%	Federal	69%	DF	3%	Masculino	75%	Feminino	18%	Université Paris 6	5%	Ciências Exatas e da Terra	37%
2000	4,78%	31	0,65%	UFMG	6%	Federal	69%	MG	8%	Masculino	75%	Masculino	82%	École Centrale de	0%	Engenharias	14%

2001	5,60%	25	0,53%	UFSC	5%	Federal	69%	SC	5%	Masculino	75%	Masculino	82%	Université Bordeaux 1	0%	Ciências Exatas e da Terra	37%
2002	4,78%	128	2,69%	FIOCRUZ	0%	Federal	69%	RJ	22%	Masculino	75%	Feminino	18%	Hospital Necker	0%	Ciências Biológicas	13%
2002	4,78%	30	0,63%	USP	17%	Estadual	27%	SP	27%	Masculino	75%	Masculino	82%	CNRS	8%	Ciências Biológicas	13%
2002	4,78%	52	1,09%	UFBA	2%	Federal	69%	BA	2%	Masculino	75%	Masculino	82%	INSERM	0%	Ciências da Saúde	6%
2003	4,10%	32	0,67%	UFRJ	12%	Federal	69%	RJ	22%	Masculino	75%	Masculino	82%	Université Grenoble 1	5%	Engenharias	14%
2003	4,10%	34	0,71%	USP	17%	Estadual	27%	SP	27%	Feminino	25%	Masculino	82%	Université Bordeaux 1	0%	Ciências Exatas e da Terra	37%
2003	4,10%	27	0,57%	USP	17%	Estadual	27%	SP	27%	Masculino	75%	Masculino	82%	Université Bordeaux 1	0%	Engenharias	14%
2004	5,05%	48	1,01%	USP	17%	Estadual	27%	SP	27%	Masculino	75%	Feminino	18%	IAP	0%	Ciências Exatas e da Terra	37%
2004	5,05%	33	0,69%	UFC	3%	Federal	69%	CE	3%	Masculino	75%	Masculino	82%	ENSAT	1%	Ciências Exatas e da Terra	37%
2004	5,05%	40	0,84%	UNESP	2%	Estadual	27%	SP	27%	Masculino	75%	Feminino	18%	CNRS	8%	Ciências Exatas e da Terra	37%
2004	5,05%	26	0,55%	UFRJ	12%	Federal	69%	RJ	22%	Feminino	25%	Masculino	82%	Université de Nantes	0%	Ciências Exatas e da Terra	37%
2005	6,28%	25	0,53%	PUC/RJ	3%	Confessional	4%	RJ	22%	Masculino	75%	Masculino	82%	Université Paris 6	5%	Ciências Exatas e da Terra	37%
2005	6,28%	36	0,76%	USP	17%	Estadual	27%	SP	27%	Feminino	25%	Feminino	18%	INSERM	0%	Ciências Biológicas	13%
2005	6,28%	32	0,67%	PUC/RS	0%	Confessional	4%	RS	14%	Masculino	75%	Masculino	82%	Université Montpellier 2	2%	Ciências Exatas e da Terra	37%
2005	6,28%	25	0,53%	UnB	3%	Federal	69%	DF	3%	Masculino	75%	Feminino	18%	Université Paris 6	5%	Ciências Exatas e da Terra	37%
2007	6,15%	63	1,32%	UFC	3%	Federal	69%	CE	3%	Masculino	75%	Masculino	82%	Université Nice Sophia Antipolis	0%	Engenharias	14%
2007	6,15%	26	0,55%	UFRJ	12%	Federal	69%	RJ	22%	Masculino	75%	Masculino	82%	Université Paris 6	5%	Ciências Exatas e da Terra	37%
2007	6,15%	28	0,59%	UFRGS	12%	Federal	69%	RS	14%	Masculino	75%	Masculino	82%	Université Rennes 1	2%	Ciências Exatas e da Terra	37%
2007	6,15%	43	0,90%	UFPR	1%	Federal	69%	PR	2%	Masculino	75%	Masculino	82%	Université Paris 6	5%	Ciências Exatas e da Terra	37%
2007	6,15%	29	0,61%	PUC/RJ	3%	Confessional	4%	RJ	22%	Masculino	75%	Masculino	82%	CIMAP	0%	Ciências Exatas e da Terra	37%
2007	6,15%	62	1,30%	USP	17%	Estadual	27%	SP	27%	Masculino	75%	Masculino	82%	Université Montpellier 2	2%	Ciências Exatas e da Terra	37%
2008	4,64%	27	0,57%	UNICAMP	5%	Estadual	27%	SP	27%	Masculino	75%	Feminino	18%	CNRS	8%	Engenharias	14%
2008	4,64%	26	0,55%	UEL	0%	Estadual	27%	PR	2%	Feminino	25%	Feminino	18%	INRA	3%	Ciências Agrárias	7%
2009	5,05%	29	0,61%	UFPEL	0%	Federal	69%	RS	14%	Masculino	75%	Masculino	82%	ENSAT	0%	Ciências Agrárias	7%
2009	5,05%	48	1,01%	USP	17%	Estadual	27%	SP	27%	Masculino	75%	Masculino	82%	CEA	2%	Ciências Biológicas	13%

2010	5,46%	35	0,74%	UFMG	6%	Federal	69%	MG	8%	Feminino	25%	Masculino	82%	Université Grenoble 1	5%	Ciências Exatas e da Terra	37%
2010	5,46%	30	0,63%	UFSC	5%	Federal	69%	SC	5%	Feminino	25%	Masculino	82%	Université de Lorraine	0%	Engenharias	14%
2011	4,23%	28	0,59%	UFMG	6%	Federal	69%	MG	8%	Masculino	75%	Feminino	18%	Université Lyon 1	2%	Engenharias	14%
2011	4,23%	48	1,01%	USP	17%	Estadual	27%	SP	27%	Masculino	75%	Feminino	18%	CNRS	8%	Ciências Exatas e da Terra	37%
2012	4,23%	61	1,28%	UFF	3%	Federal	69%	RJ	22%	Feminino	25%	Masculino	82%	Université Lyon 1	2%	Ciências da Saúde	6%

Fonte: Microdados Capes, Cofecub e Plataforma Lattes. Tabela elaborada pela autora

De maneira geral, o perfil dos projetos com maior número de produções conjuntas também segue as tendências gerais do programa. Dezenove dos 34 anos analisados tiveram ao menos um projeto entre o 1% com maior produção científica. O primeiro projeto nesse grupo é de 1985, o que confirma a assimetria inicial do programa e o foco dos primeiros anos da parceria na formação de recursos humanos. O número de projetos por ano com alta produção científica variou de um a seis, sendo que em 2007 houve o maior número. Nesse ano, além de maior financiamento, foram observados também, proporcionalmente, os melhores resultados em termos de produção científica conjunta.

No Brasil, foram 21 IES em 9 estados, e as principais Instituições também foram as que mais postularam e mais receberam financiamento. Em termos de natureza administrativa, são majoritariamente federais, com participação expressiva das estaduais e pequena representatividade das confessionais. Já na França, 25 IES fizeram parte desse grupo. As ciências exatas seguem com o maior número de projetos, seguidas das engenharias, ciências biológicas, agrárias e da saúde. As áreas de ciências humanas, sociais aplicadas, linguística, letras e artes não tiveram nenhum projeto nesse grupo de alta produtividade científica. No que diz respeito ao gênero, a presença masculina é majoritária, destacando-se que a presença feminina na França é bastante expressiva; se compararmos o financiamento geral para mulheres nesse país e a sua produtividade, esse grupo supera o dos homens.

É interessante observar que, em 2002, o financiamento representou 4,78% do total de projetos realizados (percentual significativo, mas que não corresponde ao ano de maior financiamento). Nesse ano, foi realizado o projeto com o maior número de publicações conjuntas, 2,68% do total.[1] No lado brasileiro, o projeto se encontra em uma IES federal, variável relativamente previsível, haja vista que 69% do total do financiamento concentra-se em instituições dessa natureza; contudo, poder-se-ia ter a expectativa de que o projeto estivesse na USP, instituição com maior número de projetos financiados, ou mesmo na UFRJ ou UFRSG. A instituição em questão, contudo, é a Fiocruz, que não alcançou nem 1% do total do financiamento. Do lado francês, a instituição parceira foi o Hospital Necker, contemplado apenas em duas ocasiões com o financiamento.

[1] Nos casos de pesquisadores que tenham tido mais de um financiamento com o mesmo parceiro, a produção conjunta foi dividida pelo número de projetos, considerando não ser possível averiguar a qual projeto pertence determinada publicação, mesmo porque uma publicação pode ter sido resultante de mais de um projeto. Essa divisão, embora não seja perfeita, evitou a dupla contagem.

Acerca do gênero, no lado brasileiro, o parceiro foi um homem, resultado também previsível, uma vez que 75% dos contemplados são do gênero masculino. Todavia, no lado francês, a parceira foi uma mulher, gênero contemplado, no lado francês, com apenas 19% do total do financiamento, ainda menor que o total destinado às mulheres no Brasil. É interessante observar ainda que, dentre esse 1% com maior produção científica conjunta, do lado brasileiro, 20% são mulheres e 80% são homens, confirmando também o que já havia sido mencionado acerca da melhor performance masculina nesse item. Embora as mulheres representem 25% do total de financiamento, elas são apenas 20% no grupo com maior produção. Já no caso francês, observamos uma situação inversa. O grupo de homens que representa 81% do total financiado conta com 71% do total de maior produtividade. Já as mulheres representam 29% desse total.

Do lado brasileiro, é importante observar que 83 coordenadores receberam financiamento pelo menos duas vezes, sendo 70 homens e 13 mulheres. Em 28 desses casos, os coordenadores brasileiros e franceses são os mesmos, sendo que cinco aparecem conjuntamente por três vezes. Desses 83, um coordenador do sexo masculino recebeu financiamento por cinco vezes, três coordenadores do sexo masculino receberam financiamento por quatro vezes, 14 coordenadores receberam financiamento por três vezes, sendo 12 homens e duas mulheres, e 56 coordenadores receberam duas vezes.

Nos dados amostrais, questionamos os pesquisadores sobre quantas vezes eles haviam sido contemplados com o financiamento; 61% respondeu que somente uma vez, 28%, duas vezes, 8%, três vezes, e 3%, quatro ou mais. Desse total, dois coordenadores informaram ter tido o financiamento por oito vezes. Como o financiamento poderia ter ocorrido no desempenho ou não da função de coordenador, inquirimos os contemplados sobre sua participação também como membros da equipe ou bolsistas; 66% respondeu que participou do programa apenas como coordenador, e 34% informou que participou também como membro da equipe (30%) ou bolsistas (4%).

Do lado francês, 48 coordenadores, sendo 38 homens e 10 mulheres, receberam financiamento pelo menos duas vezes. Desse total, dois coordenadores do sexo masculino receberam financiamento por quatro vezes, 9 coordenadores, sendo duas mulheres e sete homens, receberam financiamento por três vezes, e 37 coordenadores – 29 homens e 8 mulheres – o receberam por duas vezes.